

VIAGENS POR MUITAS TERRAS UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR AO TURISMO E AOS TEMPOS LIVRES

ANA CRISTINA GIL
LEONOR SAMPAIO DA SILVA
SUSANA SERPA SILVA
(COORD.)

VIAGENS POR MUITAS TERRAS UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR AO TURISMO E AOS TEMPOS LIVRES

ANA CRISTINA GIL
LEONOR SAMPAIO DA SILVA
SUSANA SERPA SILVA
(COORD.)

TÍTULO

Viagens por muitas terras: uma abordagem multidisciplinar ao turismo e aos tempos livres

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Ana Cristina Gil, Leonor Sampaio da Silva, Susana Serpa Silva

COLECÇÃO

CHAM Açores 2

EDIÇÃO

CHAM – Centro de Humanidades
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av. de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa | Portugal
cham@fcsh.unl.pt | www.cham.fcsh.unl.pt

DIRECTOR

João Luís Lisboa

SUBDIRECTOR

João de Figueirôa-Rêgo

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Carla Vieira, Inês Cristóvão, Joana Martins,
Rute Neves, Susana Serpa Silva

ARBITRAGEM CIENTÍFICA

Madalena Teixeira da Silva (NICA, UAç), Paulo Meneses (CEHu, UAç), Luísa Paolinelli (Faculdade de Artes e Humanidades, Uma), Isabel Drumond Braga (CIDEHUS, Universidade de Évora/FLUL, ULisboa), Ana Paula Pires (UAç), Vítor André Leitão de Sá (UAveiro/ISLA-IPGT), Maria Cristina de Carvalho (Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril), Gonçalo Morais (IHC, NOVA FCSH), Inês Brasão (IHC, NOVA FCSH), Maria Mota Almeida (IHC, NOVA FCSH), Conceição Meireles (CEPESE / FLUP, UPorto), Inês Amorim (CITCEM/ FLUP, UPorto), Luís Manuel Mota dos Santos Figueira (Instituto Politécnico de Tomar), João Paulo Ascenso Pereira da Silva (CETAPS, NOVA FCSH), Antonieta Reis Leite (CES/ Universidade de Coimbra), Jorge Ayan Vila (IHC, NOVA FCSH), Richard W. Butler (University of Strathclyde), Maria Alexandre Lousada (CH-ULisboa), João Paulo Oliveira e Costa (CHAM, NOVA FCSH/UAç), Isabel Soares de Albergaria (CHAM, NOVA FCSH/UAç)

Foi aceite para publicação em Maio de 2025.

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto estratégico do CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – (UIDB/04666).



Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

As afirmações proferidas em cada capítulo e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade dos seus autores.

DESIGN

SAL Studio

FOTOGRAFIA DA CAPA

Body of Water. Tom Swinnen para Pexels:
<https://www.pexels.com/photo/body-of-water-2347469/>. Domínio público.

DEPÓSITO LEGAL

552932/25

ISBN

978-989-9275-34-8

E-ISBN

978-989-9250-02-4

URL

<https://livros.fcsh.unl.pt/cham/catalog/book/261>

DATA DE PUBLICAÇÃO

2025

TIRAGEM

300 exemplares

PAGINAÇÃO

Margarida Baldaia

IMPRESSÃO

Papelmunde | V. N. Famalicão

Índice

- 9 Nota Introdutória
ANA CRISTINA GIL, LEONOR SAMPAIO DA SILVA E SUSANA SERPA SILVA
- 11 Prefácio. Viajar no sofá do meu quarto
ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA
- 13 Preface. Traveling on the sofa in my room
ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA

I. ITINERÂNCIAS ATLÂNTICAS / ATLANTIC ITINERANCIES

- 17 Travelling for Salvation. The Azores in the Focus of Late Medieval Travellers from the North
ELLEN WIDDER
- 35 Reflexões sobre as supostas viagens atlânticas do mercador alemão Martin Behaim em finais do século XV
JÜRGEN POHLE
- 51 Ruth Elder e Lilli Dillenz: voos femininos sobre o oceano Atlântico (1927)
JOANA M. COUTO
- 67 Navegando pelos Açores — etnografias da circulação marítima antes da aviação
AMAYA SUMPSI

II. NARRATIVAS E POESIA / STORIES AND POETRY

- 77 Uma turista emancipada: A viagem de Esther Bernard a Portugal em 1801
INÊS THOMAS ALMEIDA
- 91 Exoticism or reality? The Azores seen by an English traveler
ANA CRISTINA CORREIA GIL
- 103 O som das *Folias e Foliões* nas Festas do Espírito Santo dos Açores na narrativa de viagem
ANA MARGARIDA GAÍPO
- 115 A Europa vista por um madeirense: uma leitura de *Viagens* de João dos Reis Gomes
PAULO CÉSAR VIEIRA FIGUEIRA

- 131 De Homero a Sophia: navegar entre a realidade e a imaginação é preciso!
MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA GUIMARÃES
- 147 Viajar com Jorge de Sena
SUSANA L. M. ANTUNES
- 161 Ondina Braga: a escrita em viagem
PAULA COTTER CABRAL
- 169 “Pintado de azul”: a viagem aos Açores em *Bellis Azorica*
MARIA DO CARMO MENDES

III. TURISMO TOURISM

- 179 Pompeii and its places of segregation — an early tourist attraction?
URSULA M. LAGGER
- 199 The Camino de Santiago as a Contemporary Source of Empowerment in Literature and Experiential Testimony
ALAN G. HARTMAN
- 215 Turismo científico: A Amazônia de Alfred Russel Wallace (séc. XIX) como potenciadora de experiências turístico-científicas
CLÁUDIA HENRIQUES
- 239 Henrique Carlos Midosi's 1863 European trip
VITOR BONIFÁCIO
- 257 “Towards India!”: A glimpse of the “Spirit Policy” in Portuguese India
JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS
- 279 Dos Açores a Lisboa e a Fátima. A organização de excursões pelo jornal *Açoriano Oriental* (1932-1963)
SUSANA SERPA SILVA E MARIA DA GRAÇA DELFIM
- 299 Mouros e Cristãos: cultura e turismo de uma celebração globalizada
ALBERTO A. ARAÚJO FERNANDES
- 313 A Contribuição do Turismo Automóvel e do Mototurismo para a Recuperação e Inovação do Setor Turístico
ANA MARGARIDA SILVESTRE GRAÇA
- 329 A Covid-19 e o Turismo Virtual
HELENA RESENDE

- 345 A Roadmap for Sustainable Creative Tourism
ALEXANDRA BAIXINHO, CARLOS SANTOS, GUALTER COUTO,
ISABEL SOARES DE ALBERGARIA, LEONOR SAMPAIO DA SILVA,
PILAR DAMIÃO MEDEIROS E ROSA MARIA NEVES SIMAS

IV. TEMPOS LIVRES E PATRIMÓNIO / LEISURE TIME AND HERITAGE

- 365 Late Medieval German nobility as early precursors of tourism:
leisure and pleasure on the journey
MARK MERSIOWSKY
- 385 Les loisirs populaires au XIX^e siècle — France, Angleterre, Allemagne
ROBERT BECK
- 407 As Festas de S. João em Angra do Heroísmo (1838-1928): de instrumento
de reconciliação local a recurso de confraternização insular
MARIA MANUEL VELASQUEZ RIBEIRO
- 425 A Primeira Orquestra Sinfónica nos Açores
ISABEL ALBERGARIA SOUSA
- 437 A praia está na capa: uma abordagem transnacional de representações de
revistas ilustradas dos anos 1920
MARISSA GORBERG
- 459 Musealização de património arqueológico urbano no seu local de origem:
uma reflexão sobre Ponta Delgada
JOÃO GONÇALVES ARAÚJO E N'ZINGA OLIVEIRA
- 477 Patrimonialização, resignificação e comunicação das manifestações
culturais tradicionais
RITA RIBEIRO
- 491 Bailar chamarritas na ilha do Pico pelo prisma do emigrante e do turista:
ato de socialização ou ato de patrimonialização?
SOPHIE COQUELIN
- 507 A regulação das atividades lúdicas no território marítimo dos Açores
INÊS VIEIRA RODRIGUES

Nota Introdutória

ANA CRISTINA GIL*, LEONOR SAMPAIO DA SILVA**
E SUSANA SERPA SILVA***

É com enorme satisfação que fazemos chegar ao público o volume 2 da coleção CHAM Açores, dedicado a temáticas de grande atualidade como são as viagens, as atividades turísticas e os tempos livres. A sociabilidade e o convívio, por motivos religiosos ou por divertimento; o descanso e as deslocações por lazer e descoberta, desde há muito que integram os hábitos da vida quotidiana e hoje, entre as sociedades ocidentais, agitadas e mediáticas, assumem enorme relevância. As viagens, em particular, que acabaram por despertar as elites sociais para os *tours* turísticos típicos dos séculos XVIII e XIX, estenderam-se ao turismo de massas, tornando-se “obrigatórias” para as novas gerações, predominando entre os conteúdos das redes sociais. Inúmeros viajantes cruzaram o Atlântico, primeiro, por via marítima, depois, por via aérea, perfazendo a ponte entre os vários continentes e as ilhas. Ontem... e hoje.

São estes os grandes temas abordados nesta publicação coletiva, os quais, em 2021, deram o mote ao congresso que decorreu no *campus* de Ponta Delgada da Universidade dos Açores, organizado pelo CHAM Açores – Centro de Humanidades, com o título *I Atlantic Conference: History, Culture and Heritage*. Porém, este livro não se constitui como um volume de atas, na

* Universidade dos Açores, CHAM e FCSH, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5656-9798>. E-mail: ana.cc.gil@uac.pt

** Universidade dos Açores, CHAM e FCSH, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4241-272X>. E-mail: maria.ls.silva@uac.pt.

*** Universidade dos Açores, CHAM e FCSH, Portugal.
ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0003-1357-4196>. E-mail: susana.pf.silva@uac.pt

medida em que os textos publicados não equivalem às comunicações apresentadas, tendo sido desenvolvidos e aprofundados, além de submetidos ao crivo de *blind peer review* que constitui, à partida, uma maior garantia de isenção e de qualidade científica. A organização e a divisão da obra também não correspondem aos painéis em que se dividiram os trabalhos do evento, tendo sido adequadas às temáticas dos textos publicados. Este é um livro trilingue, de natureza interdisciplinar e internacional, associando a História, a Cultura, a Literatura, o Turismo, o Património e a Antropologia através do olhar e do estudo de investigadores portugueses, brasileiros, polacos, alemães, franceses, norte-americanos...

Agradecemos a todos(as) quantos(as) tornaram possível a publicação desta obra, que reúne um total de trinta e um textos originais e que concorre para um melhor conhecimento das problemáticas em apreço.

Prefácio

Viajar no sofá do meu quarto

ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA

Este meu título é paráfrase óbvia do clássico *Viagem à volta do meu quarto* de Xavier de Maistre (1794). Nele, o autor fantasia viagens ocorridas apenas na sua imaginação, efabuladas a partir dos objetos que no seu próprio quarto o rodeiam. Esse livro nada tem a ver com a presente coletânea de ensaios, contudo o sugestivo título de De Maistre proporciona-me de bandeja a oportunidade de captar em síntese o conteúdo deste volume. Com efeito, as suas coordenadoras oferecem-nos um pacote de deliciosos périplos vicários — a propósito de viagens reais — que um apreciador do género poderá usufruir sem sair do seu quarto e sem tão pouco precisar de se levantar do sofá. O leque é variado no tempo e na geografia. Alguns textos remontam ao século XV, os outros estendem-se até ao século XX, enquanto o espaço coberto atinge quase o globo inteiro, embora privilegiando a Europa e, em particular, os Açores.

O leitor pode começar pelo fim, quase como se tivesse nas mãos um livro hebraico, ou atirar-se a um capítulo a meio, ou a qualquer outro à toa, conforme o interesse do momento ou o acaso do abrir do livro. O índice desde logo proporciona uma experiência de riqueza temática, como se nos fosse servida a ementa de um restaurante com uma estrela Michelin, onde o cliente que o visita pela primeira vez pode escolher de olhos fechados sabendo que não vai errar porque o paladar está garantido à partida.

Os leitores interessados nos Açores reconhecerão agradecidos o privilégio de serem os mais bem contemplados. É natural. Um livro que teve origem num colóquio na Universidade dos Açores (ainda que não se limitando à mera recolha dos ensaios ali apresentados) tinha naturalmente de refletir o muito que sobre o arquipélago tem sido escrito ao longo dos séculos. E são textos deveras interessantes, a começar pelo que abre o volume, versando o interesse dos europeus do norte pelos Açores nos finais do período medieval.

Mas os autores não se ficam pelas viagens; pretendem ir mais além afluando temáticas relacionadas com o turismo, suscitadas pelo facto de, inesperadamente, os Açores terem saltado para a berlinda internacional captando a atenção dos estrangeiros (e também de muitos portugueses) que, distraidamente, até há pouco não se tinham ainda apercebido destas ilhas — ainda em 1924 o escritor português Raul Brandão lhes chamou “ilhas desconhecidas” — agora subitamente tornadas apelativas por serem capazes de proporcionar experiências fora do tumulto tipicamente associado ao turismo de massas. O último texto da secção III — “A roadmap for sustainable tourism” — é uma reflexão coletiva aprofundando muita da temática transversal a todo o volume, como que servindo de substrato teórico a sustentar e coligar todos os contributos. Nele são tratadas questões pertinentes incidindo sobre a realidade atual açoriana, quando o arquipélago se sente emergir no palco internacional como pólo magnético do turismo da natureza. O latente receio (também já suficientemente verbalizado na comunicação social) de os Açores virem a estragar a sua especificidade — essa que agora os torna tão atraentes — abrindo-se demasiado aos visitantes e transformando-se em mais um local de turismo de massas é uma preocupação séria, que não apenas transparece mas é mesmo explicitamente abordada pelos autores do referido texto.

A problemática levantada pelos subscritores desse capítulo é igualmente partilhada pelas coordenadoras do volume, e ressalta nos diversos contributos, como se uma corrente de consciência atravessasse todo o livro, mesmo quando apenas em subtexto. Dir-se-ia que estas reflexões foram feitas a pensar na viagem como maneira de conhecer o mundo sem o estragar, como se viajássemos na nossa imaginação, à maneira de Xavier de Maistre. Os autores e as coordenadoras como parecem sentir — direta ou indiretamente — serem os Açores um espaço que deve convidar os forasteiros a apreciar uma natureza pouco adulterada mas, em simultâneo, pensam que importa fechá-lo ao abuso do turismo massivo. De modos diversos revelam afinal o compreensível medo do que acabaria destruindo esse baluarte da natureza, até aqui preservado por estar perdido no meio do Atlântico (e porque o tempo instável e imprevisível o afastou dos planos das agências de viagens obcecadas com praias e sol).

Mas basta de introdução. Não convém alongar-me mais, impedindo o leitor de viajar por estas páginas reclinado no seu sofá, saboreando um vasto leque de passeios diversos no tempo e no espaço. Infelizmente, os leitores monolíngues perderão uma parte substancial do conjunto oferecido por este precioso livro. No entanto, tudo o que puderem ler valerá bem a pena e o tempo dispendido. Se o fizerem no remanso dos Açores, tanto melhor.

Providence, Rhode Island, EUA

Preface

Traveling on the sofa in my room

ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA

This title is an obvious paraphrase of the classic work *Journey Around My Room* by Xavier de Maistre (1794). In it, the author fantasizes about journeys that occur only in his imagination, generated by the objects surrounding him in his room. That book has nothing to do with the present collection of essays, but De Maistre's suggestive title allows me to summarize this volume's content. In effect, its editors offer us a package of delightful vicarious journeys—based on actual journeys—that a genre lover can enjoy without leaving his room or even needing to get up from their sofa. The range of texts varies in time and geography. Some texts date back to the 15th century, while others extend into the 20th century. The area covered spans almost the entire globe, although Europe and, in particular, the Azores are the primary focus.

The reader can start at the end, almost as if they were holding a Hebrew book in their hands, or jump into a chapter halfway through, or any other chapter at random, depending on their interest at the time or the occasion that brings them to open the book. The index immediately provides an experience of thematic richness, as if we were being presented with the menu of a Michelin-starred restaurant, where a customer visiting for the first time can choose with their eyes closed, knowing that they will not go wrong as their taste buds are guaranteed to be satisfied from the start.

Readers interested in the Azores will be grateful to enjoy the privilege of being among the best-regarded. It is only natural. A book that originated in a colloquium at the University of the Azores (although not limited to a mere collection of the essays presented there) naturally had to reflect the great deal that has been written about the archipelago over the centuries. These are intriguing pieces, starting with the one that opens the volume, which discusses the interest of northern Europeans in the Azores at the end of the medieval period.

But the authors do not stop at travel narratives; they intend to go further by touching on themes related to tourism, brought to the fore by the fact that, unexpectedly, the Azores have jumped into the international spotlight, capturing the attention of foreigners (and also of many Portuguese) who, until recently, had not yet been aware of these islands—back in 1924, the Portuguese writer Raul Brandão called them “unknown islands” in the title of his travel book throughout the Azores—now suddenly becoming appealing because they are capable of providing experiences outside the hustle and bustle typically associated with mass tourism. The last text in section III—“A roadmap for sustainable tourism”—is a collective reflection that delves into many of the themes that run through the entire volume as if serving as a theoretical basis to support and connect all the contributions. It addresses pertinent questions focusing on the current reality of the Azores when the archipelago feels itself emerging on the international stage as a magnet for nature tourism. The latent fear (also already sufficiently verbalized in the media) that the Azores will ruin their specificity—the one that now makes them so attractive—by opening up too much to visitors and transforming themselves into yet another mass tourism destination is a serious concern, which is not only apparent but, indeed, explicitly addressed by the authors of the text mentioned above.

The volume’s coordinators also share the issues raised by the subscribers to this chapter. They are highlighted in the various contributions, as if a current of consciousness ran through the entire book, even if only in subtext. It could be said that these reflections were made with the idea of traveling to know the world without spoiling it, as if we were traveling in our imagination, in the style of Xavier de Maistre. The authors and coordinators seem to feel—directly or indirectly—that the Azores is a place that should invite outsiders to appreciate an unadulterated nature while concurrently maintaining the importance of preventing the abuses of mass tourism. In different ways, they reveal the understandable fear of what would end up destroying this bastion of nature, preserved until now because it is lost in the middle of the Atlantic (and because the unstable and unpredictable weather has kept it out of the plans of travel agencies obsessed with beaches and sun).

But enough preamble. I should not go on any longer, preventing the reader from traveling through these pages while reclining on his or her sofa, enjoying a wide range of diverse journeys through time and space. Unfortunately, monolingual readers will miss out on a substantial part of the range offered by this precious book. However, everything they can read will be worth the time and effort. If they are lucky to do so in the hinterlands of the Azores, so much the better.

Providence, Rhode Island, USA

I.
ITINERÂNCIAS ATLÂNTICAS
ATLANTIC ITINERANCIES

Travelling for Salvation. The Azores in the Focus of Late Medieval Travellers from the North

ELLEN WIDDER*

This volume takes a diachronic approach to the topic of leisure, travel and tourism. It thus addresses a research desideratum (Gyr 2010). The 20th century is considered the age of “mass tourism”, in which travel acquired enormous social and economic relevance. In contrast, its beginnings, which are located in the early modern period, seem rather modest. For example, the German word “Reisen” originally had a completely different meaning, namely “war campaign” or “campaign”. But even today, mobility is not only practised in leisure time, and by no means serves exclusively for recreation and diversion and as a factor of consumption.

From what we know, people in the Middle Ages did not travel for pleasure; campaigns have already been mentioned. But there were other groups; mobile were like merchants, scholars, mercenaries, pilgrims, craftsmen, health seekers on trips to the spa, but also beggars, vagrants and robbers. In addition, the top echelons of society of the time were sometimes even permanently on the move; this applies to the nobility right up to the king (Aries 1998). Before the emergence of fixed residences, rule was practised on an itinerant basis. Similar to modern tourism, travelling meant freedom, but in pre-modern times with

* Eberhard Karls Universität Tübingen, Germany.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9264-8776>. *E-mail:* ellen.widder@uni-tuebingen.de.

all the positive but also negative side effects. Even then, a return to the starting point of the journey was not always intended or feasible. Unfortunately, we know little about the subjective feeling that most people had when travelling until the 15th century. Travelling and wandering as a way of coming to terms with oneself and as a part of self-realisation is considered by researchers to be a phenomenon of the dawning modern era (Gyr 2010).

In general, for the European Middle Ages, distinctions between duty and pleasure are hardly to be found in the sources. Therefore, for this period, it is easier to ask about the reasons for travelling than about its character as a “leisure pleasure” or “official duty”.

My contribution will therefore deal primarily with people who have had little opportunity to raise their voices and thus make their views known. Their journeys can therefore only be dealt with indirectly, although their historical impact was considerable. In previous research, they have received little attention. This applies on the one hand to the rural population, who were considered “sedentary”, and on the other hand to highly placed women. In many cases, their activities have also only been passed on indirectly. This is perhaps especially true of the “Age of Discoveries”. Although it was characterised by great mobility, it has a high historical relevance and has produced a rich research literature with its national identities. At the same time, it presents itself in research and perception as a “purely male affair” (Boxer 1975).

In the following, an ‘episode’ from the early days of Atlantic crossings will be examined more closely. The starting point is formed by some indications given by Martin Behaim (1459-1507) from Upper Germany in the early 1490s. They have been handed down on the globe that was created in Nuremberg in 1492 according to his designs and which was included in the UNESCO World Document Heritage List a few years ago (Germanisches Nationalmuseum 2023; Knefelkamp 2012; Willers 1992; Dieffenbacher 2007).

However, the focus will not remain on its creator, but will be directed towards other actors. Before that, the source and its author will be briefly introduced and then the acting persons, their motives, measures taken and the effects of their actions will be critically discussed with regard to travelling: Martin Behaim was born in Nuremberg in 1459 as the eldest son of a respected upper middle-class family. The city was one of the most important southern German trading metropolises of the late Middle Ages (Schieber 2007; Wendehorst 1993). Behaim’s life was rather unusual for people of his time and was characterised by a high degree of mobility. In accordance with family tradition, he became a merchant. In this capacity he can be traced to the great

trading centres of northern Central and Western Europe (Frankfurt am Main, Mechelen, Antwerp and Bergen-op-Zoom) in the years between 1476 and 1484. In 1484 he travelled to Portugal, where he gained access to the Portuguese court and was knighted by King João II. This took him to West Africa at least once in the following years. In 1489 he married Johanna de Macedo, a daughter of the Donatar captain of the Azores islands of Fayal and Pico, Joos von Hurter (Loureiro 2019; Pohle 2012, 193, 195, 200; Pohle 2011; Pohle 2007, 54-74; Görz 2007; Paviot 2006, 11, 15, 20; Jakob 2007). Hurter was a native of the county of Flanders, where his family was wealthy. The marriage produced a son who bore the same name as his father. Behaim did not return to his home town until 1490, where he remained until 1493 and designed the globe on behalf of the town.¹ After that, only little information is available about him; it indicates that he continued his life as a merchant, functionary and envoy between the Netherlands, the Portuguese mainland and the Atlantic islands and finally died in Lisbon in 1507 (Knefelkamp 1992; Bräunlein 1992; Knefelkamp 2007; Willers 1992).

Despite, or perhaps because of, its fame, the so-called Behaim globe, which is still kept in Nuremberg, has long been a controversial object of international historical research. Its creator, Martin Behaim, has been accused of inaccuracies, charlatanry, false pretences and uncritical adoption of other people's knowledge, in addition to the undoubted recognition of his work (Pohle 2012; Verlinden 1991a; Verlinden 1991b; Ravenstein 1908). This article will focus on a passage that has already been discussed several times (cf. Paviot 2006, 9, 20, 24) but which, in my opinion, has not yet been sufficiently appreciated. It can shed light on the following questions: Around the middle of the 15th century, what reasons and motives did people from the north of mainland Europe, who did not have an agenda as merchants or "explorers" or belong to a ship's crew, have for undertaking a sea voyage to the Azores?

For this purpose, we will take a look at the second of a total of three entries found on the Behaim globe on the Azores (Ravenstein 1908; Knefelkamp 2012), on material technology (cf. Menna 2012), and on the Azores on the Behaim globe (cf. Pohle 2011; Ramos 2009, 194; Carita 2009). In it, one learns more about the background of the voyage and about other actors involved. The text reports that the islands were settled in 1466, after the Portuguese king gave them to his sister, Duchess Isabella of Burgundy, Countess of Flanders, at her request. An occasion is also mentioned: As there was a great war going on in

1 *Earth globe, so-called Behaim globe, Nuremberg, Germanisches Nationalmuseum, inv. no. WI 1826*, online at: <http://objektkatalog.gnm.de/objekt/WI1826> (accessed on 17/1/2022).

Flanders around this time, there had been a sharp rise in food prices. Therefore, the Duchess sent many men and women of various professions by ship from Flanders to the distant islands. With them came priests and altar utensils for the service. Furthermore, household goods and what was necessary for agriculture were loaded onto the ships. In addition, each person was provided with the necessities by the duchess for two years. In return, she demanded only one thing: a Hail Mary was to be prayed at all masses in perpetuity for the salvation of Duchess Isabella. It ends with 2,000 people accepting the offer.

Following this, the text makes a time jump of about 25 years and continues in the present around the year 1490. There one reads: If one adds those who have come every year since then and the annual increase in population, then there are now many thousands who populate the island, Germans and Flemings. They were under the regiment of the “noble and honourable knight, Herr Jobst von Hurter, Lord of Moerkerken in Flanders”. Beheim refers to him as his “dear Lord father-in-law”. The Duchess Isabella “gave” this island to him and his descendants. This is followed by a few remarks on the island’s economy and its cultivated products: Portuguese sugar grew there. Moreover, the fruits ripen twice a year, as there is no winter there. Therefore, food of all kinds is very cheap. For this reason, immigration is strong and many people still come there every year to make a living.²

This text is not unknown in the history of the Azores, but has been doubted simply because of the high figures it contains (Pole 2012, 195-198; Verlinden

2 “Die obgeschriebene inseln wurde(n) bewohnt anno 1466 wan der konik vo(n) Portugal dise inseln vo(n) vleissiger bydte wegen sy geschenscht het der hertzogin vo(n) Burgund seiner schwester mi namen frawen Isabella. Und waren in Flandern dißmals groß krieg und teurung schichte die vorgeant herzogin vil volks man(e) und frawe(n) allerley handwerk mit sambt priestern und was zum gottesdienst gehört etwan vil schiff mit hausrath und was zu dem veldbau gehört zu pauen aus Flandern in die insel, ließ jedem in die zwai jar geben waß sy nottürffig sein umb zu ewigen zeitten in allen messen jr zu gedenken jegliche person mit einem Ave Maria. Welcher persone(n) bei 2000 ware(n) und mit denen, die seiter jährlich dar kumen sindt und seiter darine(n) gewachsen, dar sindt vil tausent worden. Anno 1490 do wone(n) in vil tausend persohne nochda von teutsch und flaming angesessen, weliche unter dem edlen vnd gestrenghe(n) ritter hern Jobsten vo(n) Hürter hern zu Mo kirchen aus Flandern, meine(m) lieben hern schwerer, dem diese insel von der vorgeanten hörzogin von Burgundt ime und seine(n) nachkumen gegeben ist. – In welchen insule der portugalische zucker wechst und die frucht zwier im jar wan daselbst nim(m)ermehr winnter ist und alle leibsnahrung vost wolfeil ist. Darumb kumen noch jährlich vil volckhs da umb ir narung da zu suchen”. The transcription was made by Ellen Widder after the facsimile by Ravenstein (1908). The transcription by Ravenstein (ibid., 76) has reading errors and unresolved abbreviations.

1991a; Verlinden 1991b; cf. Parriot 2006, 15, 20).³ However, even in the 15th century, we are still in “pre-statistical times”. One may assume that Behaim wanted to express above all that the settlement was numerous and successful and triggered a further influx of population until the 1490s. It is not entirely absurd to assume that other recruitment intentions were also pursued. Behaim obviously knew what he was talking about. On the one hand, this refers to his position as son-in-law, married to a daughter of the governor and apparently chosen as his successor. At least for the nobility in Flanders, an existence that combined the position of a nobleman with the activity of a big merchant was socially accepted (Buylaert 2007, 46).

The contacts with the Azores continued during the years of Behaim’s absence, just as he was in correspondence with his family of origin (Ghillany 1853, 107). However, he wrote the texts on the globe in the service of the city of Nuremberg. It is no longer possible to fathom how far this knowledge was made available to a wider public at all.⁴

However, the information on the globe holds further historical insight potential. In it, Behaim reports that the islands were systematically settled from Flanders from 1466 onwards, after the King of Portugal had left them (or the settlement project) to his sister Isabella, Duchess of Burgundy. However, the text is probably deliberately very vague about the legal form in which this took place. We hear more about the reasons that prompted this emigration. Due to war hardships and the resulting rise in food prices, she would have sent or could have sent many men and women from various professions by ship from Flanders to the islands. The enterprise had been extensively prepared and quite obviously planned and organised as an emigration. Among the emigrants were representatives of various professions, but mainly farmers. Clergymen are explicitly mentioned as another group. In addition, there were infrastructural means: besides altar equipment for the church service, household goods and equipment for agriculture were mentioned. In addition, one learns something about the financing: the crossing as well as the maintenance for the first two years at the new place were at the expense of the duchess. One may assume that the necessary funds came from her private fortune. Considering the number of emigrants, the sums involved must have been considerable.

3 Arguing for a strong immigration from the Algarve around this time (Coelho 1996).

4 Presumably, it was subject to secrecy. On the Nuremberg Council and the principle of secrecy, cf. Fleischmann 2008.

Further reflections on these messages have hardly been made in research so far; even less interesting, however, was the question of what Isabella actually expected from the beneficiaries in return. This consisted of praying a Hail Mary for her salvation at all masses and for all times. This gives an idea of the enormous role that “*memoria*” or “*cura animarum*”, i.e. concern for the personal salvation of the soul, played for the people of the Middle Ages. But more of that later. In the following, a number of other information contained in this entry will be critically discussed and the reasons for this journey will be explored. It was most certainly not a pleasure trip, but all those involved promised or hoped for an improvement in their lot—and not only before but also after their demise.

The background to this success story was the marriage in 1430 between the Infanta Isabella of Portugal (Évora, 1397-Dijon, 1471) and Duke Philip “the Good” of Burgundy (Dijon, 1396-Bruges, 1467) (Costa-Gomes 2013). A votive tablet she donated after the birth of her third son Charles provides a glimpse of the ducal family and Isabella’s self-image (Berkemeier-Favre 2004). Her coat of arms and the text below the picture refer prominently to her Portuguese origins, where she was designated as founder under the title of Most Serene and Most Powerful Prince Isabella, daughter of King Joao I of Portugal and Algarve, Lord of Ceuta, Duchess of Burgundy, Lorraine, Brabant and Limburg (Berkemeier-Favre 2004; Sommé 1998; Sommé 2009; Bousmar & Sommé 2000, 47-78).

Isabella’s parents were King João I of Portugal (1357-1433, r. 1385) and Philippa, a sister of the first English Lancastrian king Henry IV. As Isabella’s two sisters died at a very early age, she grew up as the youngest among five brothers. She seems to have received a similar education to them, learning to ride, hunt, calculate and administer, and speaking French and Latin as well as Portuguese.

After the death of her mother (1415), Isabella took over her mother’s political duties at the age of 18 and remained unmarried for another twelve years. During this time, she had her own income from her mother’s estate, which Dom Joao I had left to her after her death (Costa-Gomes 2003, 73). Isabella also demonstrated this experience of government in Burgundy after her marriage to Duke Philip the Good (*Ibidem*, 73). The marriage was not only a political but also a dynastic success: nine months after her arrival in the Burgundian Netherlands, she gave birth to her first son Antoine in September 1430, who, however, died after 16 months, as did her second son Josse. On 10 November 1433, her son Charles was born; he was the future Duke Charles the Bold (†1477). But Isabella also remained connected to her family of origin during the years of her marriage.

Isabella and her siblings are considered the “Famous Generation” (*Inclita Geração*) in Portuguese history (Trevisan 2016, 18-25). Her brother Dom Duarte I (†1438) succeeded their father João I to the Portuguese royal throne after his death. Another brother was Pedro (†1449), Duke of Coimbra and, after Duarte’s untimely death, imperial administrator and guardian for his minor heir, the later King Dom Afonso V (r. 1449, †1481). The most famous of these siblings, however, was Henry the Navigator (1394-1460), with whom Portugal’s rise to world power began; he too was one of Isabella’s elder brothers.

The question arises as to what the Duchess intended with her initiative to settle the Azores with Flemish farmers and to create incentives for this. Especially in economic-historical research, this story is strongly doubted.⁵ If one looks at the living world of the Middle Ages, the answer could be different. Isabella, born in 1397, was almost 70 years old in 1466 and the last of her sibling generation. It stands to reason that she was concerned for her salvation around this time. In Latin times, this was called “*cura animae*”, i.e. care for the soul. This is analogous to “*cura corporis*”, care for the body, as we still use it today as the term “bathing cure” in a spa.

Efforts for the *cura animae* can also be proven for the duchess in these years, although only a few sources have survived (Sommé 1998, 456-478; Sautman 2018). But Isabella was not only pious, but also an energetic princess and a well-informed entrepreneur. The settlement of the Azores had apparently not been particularly successful so far. A corresponding privilege granted by the Infante Henry in 1439 to populate the seven Azorean islands with people and to bring sheep there had apparently not led to any resounding success. The renewal of the privilege ten years later was not only due to the fact that the monarch had come of age in the meantime, but probably also for another reason. Extensive sheep farming on a large scale corresponds to Mediterranean livestock farming with transhumance, i.e. a migration of livestock adapted to the seasons and their dry periods. It is common on the Portuguese mainland because of the climatic conditions (Vicente 2014, 101-111; Jaeger 1997). However, the climate in the Azores did not correspond to that in mainland Portugal.

5 Paviot 2006, 15: “La notice du Manuscrit Valentim Fernandes, de 1506, offre une vue moins idyllique, mais peut-être plus véridique. Faial a reçu le nom d’île des Flamands, car elle fut trouvée quand l’infante D. Isabel épousa le Philippe le Bon (c’est-à-dire en 1429-1430). À la demande de la duchesse, les condamnés à mort (de Flandre) furent déportés à Faial”.

Sheep farming, for which Henry was privileged in 1439 and 1449, was not optimal for the islands in the Atlantic, not only because of their small size, but above all because of the extremely maritime climate (Macaronesia 2016). Transhumance with seasonal cattle migration was also not necessary there; due to the regular and heavy rainfall, there was sufficient pasture land available all year round. The maritime climate is characterised by small fluctuations in the daily and annual temperature and a high relative humidity throughout the year with regular precipitation. Such a climate, influenced by the Gulf Stream, prevails not only in the Azores but also in Flanders.⁶ Both regions therefore offer ideal conditions for grazing livestock and dairy farming. Flemish farmers had a corresponding competence.

The solution for the Azores was therefore not to adapt Mediterranean, but rather maritime forms of economy in the temperate climate zone. Here, the European northwest had the necessary expertise and also a high population potential. In contrast to sparsely populated Portugal, the county of Flanders (along with the northern parts of Italy) was one of the most densely populated regions in Europe with numerous large cities from the 12th century onwards. Figures are available for the first time for Flanders in the late Middle Ages. Despite the loss of population due to the plague waves, which is estimated at about a quarter in Flanders, one puts the population density at that time at about 73 inhabitants per square kilometre. In the northern part of the county, about 36 percent of the population lived in towns around the middle of the 15th century. The largest of these, Ghent, Bruges and Ypres, were—along with Paris and Cologne—also the largest north of the Alps. Despite the population losses due to the plague, however, the country would still have had a population density of about 50 inhabitants per square kilometre (Verhulst 1989, 525). Especially around the large cities in the north of Flanders, peasant positions were highly fragmented and oriented towards the cities as buyers (Verhulst 1989, 526-527).

In contrast, the total population of the Kingdom of Portugal at the beginning of the 14th century is estimated at just over one million inhabitants. Even with a maximum value of one and a half million, this results in a population density of less than 17 inhabitants per square kilometre, albeit with considerable regional differences. As in Flanders, the population was decimated by plague waves from the middle of the 14th century onwards, without being able to determine the exact decline. A general demographic upswing did not begin again until 1450 (Ramos 2009, 82).

6 Climate and weather encyclopaedia.

If one compares the two regions, one can speak of a relative population surplus in Flanders compared to Portugal. With regard to migration towards the Azores, the offer of a free transfer together with a two-year “start-up aid” may have created considerable incentives. The service required in return was not the repayment of a loan with interest, but the eternal remembrance of the duchess (Oexle 1993).

There are further arguments in favour of thorough planning as the basis for the enterprise. In the text on the Behaim globe, there is a reference to the fact that in Flanders at the time, a famine, including inflation, had additionally motivated migration. This can be confirmed by contemporary tradition. A combination of famine and plague was rampant in 1455-1457, which was repeated in 1481-1490. Without quite reaching the level of the previous exceptionally high inflation of 1437-1438, grain prices were not significantly lower in 1455-1457 (Uyten 1975, 1104-1105).

Therefore, the question arises as to who had the expertise to realise a migration on this scale. The Behaim Globe sees Duchess Isabella as the driving force here. She drew her experience from the administration of her domains. This concerns not only her marital property in Flanders, Artois and Burgundy (Sommé 1998, 123-157), but also the properties that had fallen to her in the period after her mother's death (Costa-Gomes 2003, 73; Sommé 1998, 22). She was also familiar with the situation in Flanders, where she had already lived for over 30 years. Moreover, it should not be underestimated that her mother, Philippa of Lancaster, had been English by origin, i.e. from north-western Europe (Silva 2009; Serrano 2009). England, ruled by the Lancaster dynasty since 1399, lay on the other side of the English Channel and was not only the closest but also the most important ally and economic partner of the Burgundian dukes residing in Flanders. From the 1440s onwards, diplomatic relations were primarily maintained by Isabella (Sommé 1998, 447-450). She was generally regarded as a good housekeeper and enjoyed the full confidence of her husband in financial matters (Sommé 1998, 41-63). If one believes the information in the Behaim globe, she chose economic incentives as a means of settling the Azores. To explain this, it is necessary to look again at Flanders here.

A few years ago, Belgian economic historians tried to explain the extent to which the late medieval county of Flanders coped with the economic crises of the 14th and 15th centuries. They concluded that its rural areas near the coast developed differently from those further inland. In general, the conditions near the North Sea were more favourable, as the soil was more fertile and the urban markets were closer. At the same time, however, this led to a greater economic

dependence of the farmers on urban demand, especially for grain production and livestock breeding. At the same time, investing in farms was profitable for the counts as well as for potent financiers and investors. The price development disadvantaged the incomes of the smaller “semi-commercial” farms more than those of the larger commercial enterprises. At the same time, the costs caused by storm surges increased, as the dikes were not sufficiently maintained due to the high repair costs. What remained was a highly polarised society: many dispossessed poor people faced larger and medium-sized businesses. A part of them probably moved to the inland areas of Flanders to acquire a small property or to the cities to find work and wages (Thoen & Soens 2015, 219-221).

Very likely, the emigrants who sought their fortune in the distant Azores from the 1460s onwards were also recruited from them. According to the explanations on the Behaim globe, the emigration was organised. Among the Flemings was Martin Behaim’s “dear Lord father-in-law”, the noble and honourable knight Jobst von Hurter, Lord of Moerkerken in Flanders. The Duchess of Burgundy had given the island of Faial to him and his descendants (Ravenstein 1907, 76).⁷ Hurter was connected with the city of Bruges (Sommé 1998, 46),⁸ but especially with the so-called *Brugse Vrije* (Bruges Freehold), a district surrounding the city. It was directly under the rule of the counts, then dukes of Burgundy, and together with the three large Flemish cities of Ghent, Bruges and Ypres formed the four estates of the county of Flanders. The lordship of Moerkerken, after which Behaim named his father-in-law Joos Hurter, was one of the so-called “Herrlichkeiten” (Seigneurien) of the Bruges Freiamt (*Brugse Vrije* s.d.; Buylaert 2007; Paviot 2006, 10-11, 15, 17).⁹ This area surrounded the city of Bruges, bordered the North Sea and formed the northwestern part of the County of Flanders (cf. the map in Buylaert 2007). It is worth noting that Duchess Isabella made the city of Bruges one of her favourite places to stay (Sommé 1995).

However, the journey to the Azores did not lead to a distant paradise, for the market orientation remained there as well, but under completely new conditions and in connection with the first beginnings of the world economy. But this still does not answer the question of why the relatively remote Azores, of all

7 On Hurter (or Hürter), cf. in detail Paviot 2006, 15-25.

8 On Bruges as the preferred trading centre of the Portuguese in Flanders, see Serrão 1995, 231f.

9 Doubts that Hurter was ever lord of the high noble estate. Their own lordship was called *Haegbrouck* and also lay in the area of the *Brugse Vrije* s.d., 10.

places, were chosen as the destination for Flemish emigration. This is explained by their global location, which only becomes apparent at second glance. Here are a few explanatory sentences: The Portuguese economic historian Joaquim Veríssimo Serrão noted for the county of Flanders that the advancing overseas discoveries significantly changed the range of Portuguese trade goods brought there. Until 1450, the traditional trade with Portuguese surpluses typical of the country remained. These were wine, salt, olive oil, leather, dried fruit and honey. On the return journey from Flanders to Portugal, the ships took smoked fish, horses, wheat and grain as well as manufactured goods and weapons of war.

From around 1450-1460, however, new products from the Atlantic economy were added. At first it was honey and wax from Madeira, then wine and, in larger quantities, sugar were added, which became the most important export towards Flanders (Serrão 1995, 236-237). However, the shipping routes also changed during these years. The *Volta do Mar* (later also called *Volta do Largo*, *Volta da Guiné* or *Volta da Mina*) was begun by Portuguese sailors in the middle of the 15th century, more precisely in the years 1444-1445. It was the return route from the voyages that extended further and further south along the West African coast during these years (Costa 1979, 39-43; DIFFIE 1977, 60, 136, 189). The return route took a wide arc across the sea to avoid the north and east winds in the Atlantic, to avoid southbound ocean currents and thus facilitate the return to Portugal. Already at the height of the Canary Islands, the return journey did not take the same route back to Portugal due to the Canary Current flowing from north to south, but had to complete an arc to the west, touching the island of Madeira.

This arc, the so-called *Volta do Mar*, grew larger and larger towards the west, out into the Atlantic Ocean, the further Portuguese ships penetrated on their way south. At the latest, when they reached the trading post of Arguim on the Atlantic coast at the level of the Sahara, they no longer passed Madeira on their way back, but the Azores, which were much further to the northwest. It was only north of the Azores that they encountered the eastward-flowing Azores Current and the westerly wind zone, which brought the ships back to the west coast of the kingdom (Gyory 2002-2013; Bishop 2003). Arguim was reached by Portuguese ships in the late 1440s (Vernet 2007; Monod 1986; Vernet and Naffé 2003, 123). It was precisely from this point on that the Azores became an unavoidable fixed point when one was on the way home to Europe.

In 1466, when, according to the Behaim globe, the settlement of Flemings on a larger scale began on the western Azorean islands, the Portuguese had advanced as far as the Gulf of Guinea in their conquests along the coasts of

West Africa (Centro Virtual Camões s.d.; Nixon 2011, 361-369). From this dynamic sequence, one can see very clearly the growing importance of the Azores. This remained a constant even as the Portuguese voyages of conquest extended further and further east (India) and finally towards South America (Brazil). Because of its location, the Azores became a logistics centre for ships and their crews. After months on the high seas, they needed supplies, drinking water, ship repairs, but also rest for the crew. After all, they still had a long voyage ahead of them. It was about 1,500 kilometres from Ponta Delgada to Lisbon, and 2,000 kilometres from Horta on the island of Faial further west, presumably named after Behaim's father-in-law Josse van Hurter. The settlement of professionally qualified people and the intensification of agricultural production on the Azores islands created the basis for this in the second half of the 15th century.

From this, one can see the immense importance of the settlement of the Azores. It was not a matter of deporting criminals¹⁰, but a rationally planned measure for an emerging world economy. The Azores, which had grown enormously in importance, were made potentially more efficient by the recruitment of foreign specialists by people who obviously had good knowledge—in a key position in this Isabella—and were better able to supply the new Atlantic skinning; however, this was still a utopia at the time. Not a utopia, however, but very real was the concern for one's own salvation, for the true treasure of a medieval man lay in heaven, not on earth. It was attained through hard work and godly deeds—this applied to rich and poor alike.

Sources

GERMANISCHES NATIONALMUSEUM. s.d. *Earth globe, so-called Behaim globe, Nuremberg. Inv. no. WI 1826*. Accessed January 17, 2022. <http://objektkatalog.gnm.de/objekt/WI1826>.

Bibliography

- BERKEMEIER-FAVRE, Marie-Claire. 2004. *Die Votivtafel der Herzogin Isabella von Burgund. Ein Meisterwerk Burgundisch-Flandrischer Hofkunst aus der Zeit um 1440*. Basel: Historisches Museum.
- BISCHOF, Barbie, et al. 2003. "The Portugal Current System". Miami: University of Miami. Cooperative Institute for Marine and Atmospheric Studies.

10 Cf. above, footnote 5.

- BOUSMAR, Eric, & Monique Sommé. 2000. "Femmes et Espaces Féminins à la Cour de Bourgogne au temps d'Isabelle de Portugal. 1430-1471". In *Das Frauenzimmer. Die Frau bei Hofe in Spätmittelalter und Früher Neuzeit*, ed. Jan Hirschbiegel & Werner Paravicini, 47-78. Stuttgart: Thorbecke.
- BOXER, Charles Ralph. 1975. *Women in Iberian Expansion Overseas, 1415-1815. Some Facts, Fancies and Personalities*. New York, NY: Oxford University Press.
- BRAÜNLEIN, Peter J. 1992. *Martin Behaim. Legende und Wirklichkeit eines berühmten Nürnbergers*. Bamberg: Bayerische Verlagsanstalt.
- BROWN, Andrew, & Jan Dumolyn, ed. 2018. *Medieval Bruges: c. 850-1550*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BUYLAERT, Frederik. 2007. "Edelen in de Vlaamse Stedelijke Samenleving. Een kwantitatieve benadering van de elite van het laatmiddeleeuwse en vroegmoderne Brugge". *Tijdschrift voor sociale en economische Geschiedenis* 4: 29-56.
- CARITA, Rui. 2009. "O descobrimento dos Açores". In *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, ed. Artur Teodoro de Matos et al., vol. 1, 49-62. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. 1996. "O Portugal quatrocentista. Um reino de onde partiram povoadores para os Açores". *Revista Portuguesa de História* 31: 99-130.
- CORDEYRO, Antonio. 1717. *Historia insulana das ilhas a Portugal sugeytas no oceano occidental*. Lisboa: Antonio Pedrozo.
- COSTA, Manuel Fernandes da. 1979. *As Navegações Atlânticas no Século XV*. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa.
- COSTA-GOMES, Rita. 2003. *The making of a court society. Kings and nobles in late medieval Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COSTA-GOMES, Rita. 2013. "La cour de Bourgogne et la cour du Portugal au XVe siècle". In *La cour de Bourgogne et l'Europe. Le rayonnement et les limites d'un modèle culturel*, ed. Werner Paravicini, 631-649. Ostfildern: Thorbecke.
- COSTELLO, Eugene, & Eva Svensson, ed. 2018. *Historical archaeologies of transhumance across Europe*. London: Routledge.
- Deutscher Wetterdienst. *Klima- und Wetterlexikon*. Accessed November 26, 2021. <https://www.dwd.de/DE/service/lexikon/Functions/glossar.html?lv2=101640&lv3=101708>.
- DIEFFENBACHER, Michael, ed. 2007. *Martin Behaim (1459-1507). Nürnberg im Zeitalter der Entdeckungen*. Neustadt, Aisch: Verlagsdruckerei Schmidt.
- DIFFIE, Bailey W. & George D. Winius. 1977. *Foundations of the Portuguese Empire, 1415-1580*. Minneapolis 1977: University of Minnesota Press.
- FLEISCHMANN, Peter. 2008. *Rat und Patriziat in Nürnberg. Die Herrschaft der Ratsgeschlechter vom 13. bis zum 18. Jahrhundert*, 3 vol. Nürnberg: Verein für Geschichte der Stadt Nürnberg.

- FRAZÃO, Helena C. et al. 2022. "The Forgotten Azores Current. A Long-Term Perspective", *Frontiers in Marine Science* 9: 2-24. doi: 10.3389/fmars.2022.842251.
- FRUTUOSO, Gaspar. 2005. *Saudades da Terra*. Vol. 6. Ponta Delgada: Ponta Delgada Cultural Institute.
- GERMANISCHES NATIONALMUSEUM. 2023. "Behaim Globe. 2023. Now UNESCO-World Heritage, Nürnberg. Inventory number WI1826". Accessed June 12, 2023. <https://www.gnm.de/your-museum-in-nuremberg/collections/behaim-globe/>.
- GHILLANY, Friedrich Wilhelm. 1853. *Geschichte des Seefahrers Ritter Martin Behaim nach den ältesten vorhandenen Urkunden bearbeitet*. Nürnberg: Bauer und Raspe.
- GÖRZ, Guenther. 2007. "Behaim, Martin". In *The Biographical Encyclopedia of Astronomers*, ed. T. Hockey et al., 108. New York, NY: Springer. Accessed on September 16, 2021. https://doi.org/10.1007/978-0-387-30400-7_132.
- GYR, Ueli. 2010. Geschichte des Tourismus: Strukturen auf dem Weg zur Moderne". In *Europäische Geschichte Online (EGO)*. Accessed June 12, 2023. <http://www.ieg-ego.eu/gyru-2010-de>.
- JÄGER, Helmut. 1997. Transhumanz". In *Lexikon des Mittelalters* 8, 942-943. Munich; Zurich: Artemis Winkler.
- Klima- und Wetterlexikon, Deutscher Wetterdienst, Stichwort: "Maritimes Klima". Accessed November 26, 2021. <https://www.dwd.de/DE/service/lexikon/Functions/glossar.html?lv2=101640&lv3=101708>.
- KNEFELKAMP, Ulrich. 2012. "Globus des Martin Behaim". In *Historisches Lexikon Bayerns*. Accessed August 15, 2025. <http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Globus-des-Martin-Behaim>.
- LEITE, José Guilherme Reis. 2012. "Os Flamengos na Colonização dos Açores". *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 69-70: 57-74.
- LOUREIRO, Rui Manuel. 2019. "Buscar el levante por el poniente: Martin Behaim revisitado". *Cuadernos Hispanoamericanos. Dossier*. Accessed August 21, 2025. https://www.academia.edu/38390244/Buscar_el_levante_por_el_poniente_Martin_Behaim_revisitado_2019.
- MACARONESIA. 2016. Macaronesia. European Overseas. Regional ecosystem profile. Accessed June 12, 2023. <https://circabc.europa.eu/ui/group/3f466d71-92a7-49eb-9c63-6cb-0fadf29dc/library/62210c33-31e4-4e5c-8ad8-0f783d75f2c8/details?download=true>.
- MENNA, F. et al. 2012. "High Resolution 3D Modeling of the Behaim Globe". *International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences* 39-B5: 115-120. Accessed December 14, 2022. <http://www.int-arch-photogramm-remote-sens-spatial-inf-sci.net/XXXIX-B5/115/2012/isprsarchives-XXXIX-B5-115-2012.pdf>.
- MONOD, Théodore. 1986. *L'île d'Arguin, Mauritanie. Essai historique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

- NICHOLAS, David. 1996. *Medieval Flanders*, 2nd ed. London: Pearson Education Limited.
- NIXON, Sam. 2011. "The Rising Trade with Africa". In *The Archaeology of Medieval Europe*, vol. 2: *Twelfth to Sixteenth Centuries*, ed. Martin Carver and Jan Klápště, 361-369. Aarhus: Aarhus University Press.
- OEXLE, Otto G. 1993. "Memoria, Memorialüberlieferung". In *Lexikon des Mittelalters*, vol. 6, 510-513. Munich; Zurich: Artemis Winkler.
- PAVIOT, Jacques. 2002. *Bruges, 1300-1500*. Paris: Autrement.
- PAVIOT, Jacques. 2006. "Les Flamands au Portugal au XVe siècle (Lisbonne, Madère, Açores)". *Anais de História de Além-Mar* 7: 7-40.
- POHLE, Jürgen. 2011. "Behaim, Martin". In *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa (EVE)*. Lisbon: CHAM. Accessed September 16, 2021. <https://repositorio-cientifico.ualantica.pt/bitstream/10884/616/1/RepC%20-%20Art.%20C2%AB-Behaim%2C%20Martin%C2%BB.pdf>.
- POHLE, Jürgen. 2007. *Martin Behaim (Martinho Da Boémia). Factos, Lendas E Controvérsias*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.
- POHLE, Jürgen. 2012. "Martin Behaim (Martinho Da Boémia) e os Açores". *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* 21: 189-201.
- RAMOS, Rui, et al. 2009. *História De Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- RAVENSTEIN, Ernest G. 1908. *Martin Behaim, His Life And His Globe*, London: George Philip & Son.
- REI, Simone. 2013. "Rotas da Transumância. Uma Atividade Agroindustrial de Natureza Física e Cultural". Master Dissertation, Universidade de Coimbra. Accessed January 25, 2022. <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/36018/1/Rotas%20da%20Transumancia.pdf>.
- SAUTMAN, Francesca Canadé. 2018. "Building Women's Community through Patronage in Late Fifteenth-Century Burgundy". *Scholar & Feminist online* 15 (1). Accessed May 26, 2023. <https://sfonline.barnard.edu/building-womens-community-through-patronage-in-late-fifteenth-century-burgundy>.
- SCHIEBER, Martin. 2007. *Geschichte Nürnbergs*. Munich: C.H. Beck.
- SERRANO, Joana Bouza. 2009. *As Avis. As Grandes Rainhas que Partilharam o Trono de Portugal na Segunda Dinastia*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 1995. "Le Portugal et la Flandre dans le cadre de l'expansion maritime du Portugal". In *Vlaanderen-Portugal 15de-18de eeuw. Internationaal Historisch Colloquium. Handelingen*, ed. André Vandewalle, 29-38. St. Andris: Genotschap voor Geschiedenis te Brugge.
- SILVA, Manuela Santos. 2009. "Philippa of Lancaster, queen of Portugal (1360-1415). Educator and reformer". In *The Rituals and Rhetoric of Queenship. Medieval to Early Modern*, ed. Liz Oakley-Brown & Louise J. Wilkinson, 37-46. Dublin: Four Courts Press.

- SILVEIRA, Martim Afonso Jardim Cunha da. 1963-1964. "Do contributo flamengo nos Açores". *Boletim de Instituto Histórico da Ilha Terceira* 21-22: 5-144.
- SOMMÉ, Monique. 1995. "Isabelle de Portugal et Bruges: Des relations privilégiées". In *Vlaanderen-Portugal 15de-18de eeuw. Internationaal Historisch Colloquium. Handelingen*, ed. André Vandewalle, 57-78. St. Andris: Genotschap voor Geschiedenis te Brugge.
- SOMMÉ, Monique. 1998. *Isabelle du Portugal, duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XVe siècle*. Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion.
- SOMMÉ, Monique, ed. 2009. *La correspondance d'Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne (1430-1471)*. Ostfildern: Thorbecke.
- THOEN, Erik and Tim Soens. 2015. "The Family or the Farm: A Sophie's Choice? The Late Medieval Crisis In Flanders". In *Crisis in the Later Middle Ages. Beyond the Postan-Duby Paradigm*, ed. John Drendel, 195-224. Turnhout: Brepols.
- TREVISAN, Mariana Bonat. 2016. "A primeira geração de Avis. Uma família "exemplar" (Portugal, século XV)". PhD thesis, Universidade Federal Fluminense. Accessed 25/1/2022. [https://www.academia.edu/26020606/A_PRIMEIRA_GERA%C3%87%-C3%83O_DE_AVIS_UMA_FAM%C3%8DLIA_EXEMPLAR_Portugal_S%C3%A-9culo_XV](https://www.academia.edu/26020606/A_PRIMEIRA_GERA%C3%87%C3%83O_DE_AVIS_UMA_FAM%C3%8DLIA_EXEMPLAR_Portugal_S%C3%A-9culo_XV).
- UYTVEN, Raymond van. 1975. "Politiek en economie. De crisis der late XVe eeuw in de Nederlanden". *Revue belge de philologie et d'histoire* 53(4): 1097-1149.
- VEEN, E. van. 1995. "Marital policy and the role of Flanders in the colonization of Madeira and the Azores". In *Vlaanderen-Portugal 15de-18de eeuw. Internationaal Historisch Colloquium. Handelingen*, ed. André Vandewalle, 251-255. St. Andris: Genotschap voor Geschiedenis te Brugge.
- VERHULST, Adrian et al. 1989. "Flandern". In *Lexikon des Mittelalters*, vol. 4, 514-532. Munich; Zurich: Artemis Winkler.
- VERLINDEN, Charles. 1991a. "Die Azoren und der Globus". *Anzeiger Des Germanischen Nationalmuseums*, 54-56. Nürnberg: Verlag des Germanischen Nationalmuseums.
- VERLINDEN, Charles. 1991b. "La colonisation flamande aux Açores". In *Flandre et Portugal. Au confluent de deux cultures*, ed. John Everaert and Eddy Stols, 80-98, 367-368. Anvers: Fonds Mercator.
- VERNET, Robert. 2007. *Le golfe d'Arguin de la préhistoire à l'histoire. Littoral et plaines intérieures*. Nouakchott: Collection PNBA.
- VERNET, Robert, and Baouba ould Mohamed Naffé, ed. 2003. *Dictionnaire Archéologique de la Mauritanie*. Nouakchott: CRIAA, Université de Nouakchott.
- VICENTE, Maria Graça. 2014. "Transumância na Beira Interior em tempos medievos". *Ubi-museum. Revista online do do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior* 3: 101-111.

- WENDEHORST, Alfred. 1993. "Nürnberg". In *Lexikon Des Mittelalters*, vol. 6, 1317-1322. Munich; Zurich: Artemis Winkler.
- WIDDER, Ellen. 2000. "Viaggi di sovrani, principi e imperatori". In *Viaggiare nel Medioevo*, ed. Sergio Gensini, 163-194. Pisa: Fondazione Centro di Studi sulla Civiltà del Tardo Medioevo.
- WILLERS, Johannes K. W. et al. 1992. *Focus Behaim Globus*. 2 vols. Nürnberg: Verlag des Germanischen Nationalmuseums.

Reflexões sobre as supostas viagens atlânticas do mercador alemão Martin Behaim em finais do século XV*

JÜRGEN POHLE**

Nota introdutória

A história do mercador alemão Martin Behaim (Martinho da Boémia) é um dos capítulos mais enigmáticos no âmbito da história das relações luso-alemãs bem como na história dos descobrimentos. Nos últimos séculos, misturaram-se, em torno desta personagem polémica, factos e lendas que distorceram a sua biografia e deixaram controvérsias complexas e duradouras.¹ Os seus apologistas atribuíram-lhe, com base em algumas fontes escritas, que surgiram décadas após a sua morte, alguns méritos, como por exemplo, o de ser um

* Este capítulo é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0034. Também teve o apoio do CHAM (NOVA FCSH / UAc), através do projecto estratégico financiado pela FCT (UIDB/04666/2020).

O autor não utiliza o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90), tendo sido respeitada a grafia portuguesa anterior ao mesmo.

** CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8190-4321>. *E-mail*: jurgenpohle@fcsch.unl.pt.

1 Acerca da imagem distorcida de Martin Behaim nos séculos XIX e XX, cf. Bräunlein 1992, 8-35; Jakob 2007a; Pohle 2007, 13-26.

famoso descobridor e amigo de Cristóvão Colombo, membro da misteriosa Junta de Matemáticos de D. João II (Albuquerque 1990, 15-27), excelente cartógrafo e cosmógrafo, que teria introduzido em Portugal o astrolábio, a balesilha e as tábuas astronómicas do famoso matemático alemão Regiomontano, do qual Behaim, segundo o cronista João de Barros, “se gloriava ser discípulo” (Barros 1988, 127).² Ernest George Ravenstein (s.d.; 1908) mostrou, já no início do século XX, que nenhum destes supostos méritos se deixa corroborar por falta de provas conclusivas, no que foi apoiado por Joaquim Bensaúde (1914; 1917-1920; 1967) e outros historiadores portugueses³ que atribuíram a Behaim um papel insignificante na história da expansão portuguesa. Esta posição contrastava claramente com uma historiografia alemã nacionalista que continuou a louvar as alegadas façanhas do compatriota. Apenas desde a segunda metade do século XX se nota uma tendência para relativizar os méritos de Behaim, partindo, em geral, da voz crítica de Ravenstein.⁴ Nomeadamente nas últimas três décadas surgiram diversos estudos sobre esta temática que evidenciaram que a maioria dos méritos atribuídos a Behaim não se deixa provar.

São várias as razões que tornaram a avaliação do papel de Behaim na História dos Descobrimentos tão complicada. A escassez de fontes originais e a existência de documentos com afirmações contraditórias são circunstâncias que muito contribuíram para as controvérsias. Mas ainda mais prejudicial para o rumo da investigação foi a tendência repetitiva dos apologistas de Behaim de apresentar dados não documentados sobre as suas supostas façanhas, cultivando, desta forma, a imagem lendária e popular do alemão. Deste modo, a idealização de Behaim manteve-se, parcialmente, até hoje.

Mas quem era, afinal, Martin Behaim, designado pelo historiador e bibliófilo micaelense Ernesto do Canto, em finais do séc. XIX, como “filho adoptivo dos Açores” (Canto 1878, 436-437) devido às relações familiares que ligavam o nuremberguês à ilha do Faial (Pohle 2012). Para um melhor entendimento

2 É, porém, de notar que a *Ásia* de João de Barros provém dos anos 50 do século XVI. Os cronistas Rui de Pina e Garcia de Resende, que viveram no tempo de Behaim, não o mencionaram.

3 Cf. Silva 1945. Acerca da avaliação de Martin Behaim na historiografia portuguesa até meados do século XX, vd. Kellenbenz 1958.

4 Sobre a biografia de Martin Behaim e o seu papel na história dos descobrimentos, vd. Kellenbenz 1969; Bräunlein 1992; Willers 1992b; Knefelkamp 1992; 2007; Jakob 2007b; Pohle 2007; 2021.

do papel de Behaim no contexto da Expansão Portuguesa traçaremos muito sucintamente as principais etapas da sua vida.⁵

A vida de Martin Behaim

Martin Behaim nasceu em Nuremberga, na Alta Alemanha, em 1459.⁶ Os Behaim pertenciam à classe privilegiada de Nuremberga e ganhavam a sua vida, como quase todos os patrícios desta cidade, com o comércio. Encontravam-se familiar e profissionalmente ligados aos Hirschvogel, uma das casas comerciais de Nuremberga que viria a investir, no início do século XVI, no comércio ultramarino de Portugal.⁷ De acordo com a tradição familiar também Martin Behaim obteve uma formação mercantil, principalmente nos Países Baixos (Ghillany 1853, docs. IV-VII), de onde partiu em 1484 para Portugal (Günther 1890, 53). Não se sabe se fez esta viagem ao serviço dos Hirschvogel. Em Fevereiro do ano de 1485, Martin Behaim foi armado cavaleiro por D. João II em Alcáçovas.⁸ Nos anos seguintes, viajou para os Açores e, pelo menos uma vez, para a África Ocidental (Pohle 2021). Não se deixa provar a sua participação numa viagem de Diogo Cão, embora isso seja indicado na célebre *Crónica de Nuremberga* (*Liber Cronicarum*) de Hartmann Schedel (Schedel 2004, CCLXXXVv), publicada em 1493.⁹ Ainda nos anos 80 do século XV, teve lugar o casamento de Martin Behaim com Joana de Macedo, filha do flamengo Josse van Hurtere, capitão-donatário das ilhas do Faial e Pico (Serpa 1929, 26-51).¹⁰ Quando viveu em Portugal continental, Behaim encontrou-se na corte de D. João II (Willers 1992b, 182) e em contacto com navegadores portugueses (Loureiro 2019, 47-48 e 55). Através de Diogo Gomes de Sintra tomou conhecimento da

5 As principais fontes foram publicadas, primeiramente, por Murr 1801 e Ghillany 1853.

6 Acerca das datas de nascimento e da morte de Martin Behaim, cf. Schultheiß 1951.

7 Sobre a casa dos Hirschvogel e os seus negócios em Portugal e no ultramar, vd. Schaper 1973; Pohle 2017, 102-114, 127-132 e *passim*.

8 Stadtarchiv Nürnberg [doravante: StadtAN], E11/II, *FA Behaim* Nr. 570. Cf. *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 725-726. Sobre as nobilitações de mercadores alemães em Portugal nos reinados de D. João II e D. Manuel I, cf. Lopes 2012.

9 Há duas versões da *Crónica de Nuremberga*, uma em latim e outra em língua alemã. A versão latina foi publicada em Julho, a alemã em Dezembro de 1493. Nas duas edições encontra-se um capítulo intitulado *Portugalia*, cujos conteúdos na sua essência correspondem. Uma tradução portuguesa (da versão latina) deste capítulo em Almeida 1959.

10 Deste matrimónio nasceu, no dia 6 de Abril de 1489, um filho que recebeu também o nome Martin (Martim). Cf. StadtAN, E11/II, *FA Behaim* Nr. 582,3.

história do descobrimento da Guiné, como mostra o denominado *Manuscripto Valentim Fernandes*,¹¹ que inclui o documento intitulado *De prima inuentione Guinee*, também conhecido por “Relato Behaim-Gomes” (Nascimento 2002). Em 1490, Behaim partiu de Lisboa para Nuremberga,¹² onde ficou nos três anos seguintes. Durante a permanência na sua cidade natal foi construído o célebre “globo de Behaim”,¹³ o mais antigo globo terrestre ainda existente (fig. 1). Este havia sido fabricado por um conjunto de artesãos em conformidade com as informações de Behaim, que desempenhava o papel de “director de projecto” (Jakob 2007b, 41), e outras fontes.¹⁴ O globo deve ter sido construído para convencer mais facilmente o patriciado da cidade, dedicado ao comércio, a investir numa expedição ultramarina portuguesa (Pölnitz 1959, 135-136; Kellenbenz 1967, 468). Esta hipótese ganha credibilidade pelo facto de serem muito mencionados no globo de Behaim locais de origem e comercialização de especiarias (Knefelkamp 2007, 73). Em 1493, após uma curta estadia em Portugal, Martin Behaim viajou para os Países Baixos.¹⁵ Através de uma carta que redigiu ao seu primo Michel Behaim de Nuremberga, em Março de 1494, transparece que, nesta altura, desempenhava duas funções: a de enviado de D. João II e a de representante comercial do seu sogro em negócios referentes ao açúcar. Num *post scriptum* desta carta indicou os Açores como a sua futura morada. Aqui perde-se o rasto de Martin Behaim até a alguns meses antes da sua morte. Sabe-se que se encontrava em 1507 em Lisboa, onde morreu, no dia 29 de Julho, completamente empobrecido.¹⁶ Passado uma década, o seu filho Martim esteve em Nuremberga e deixou numa das igrejas da cidade um

11 Bayerische Staatsbibliothek, München [doravante: BSB], *Cod. hisp.* 27; BNP, *Manuscriptos Iluminados* [IL], 154 (Cópia do original existente na Biblioteca Nacional de Munique concluída em 1848). Cf. Baião 1940. Surgiu, em finais do século passado, uma nova edição do *Manuscripto* intitulada *Códice Valentim Fernandes* (1997).

12 StadtAN, B14/I, Nr. 7, fl. 180v.

13 Sobre o denominado *Erdapfel* de Martin Behaim e a sua história, vd. *Focus Behaim-Globus* 1992; Willers 1992a; Görz 2007.

14 Obras de autores antigos, como as de Ptolomeu, Estrabão e Plínio, bem como relatos de viagem, como o de Marco Polo, fazem parte destas fontes. Análises das legendas e da imagem do globo, efectuadas nos últimos anos, mostram que foi utilizado também material cartográfico e literário muito recente. Pertencem a estes documentos o mapa de Henricus Martellus de 1489 e o já referido “Relato Behaim-Gomes”. Vd. Görz 2007, 83; Knefelkamp 2007, 75.

15 StadtAN, E11/II, *FA Behaim* Nr. 569,4. Cf. Ghillany 1853, doc. XI; Pohle 2007, 80-81.

16 StadtAN, E11/II, *FA Behaim*, Nr. 582,11a; Ghillany 1853, doc. XVIII.

candelabro¹⁷ em memória de seu pai (fig. 2). Encontra-se nele uma inscrição que insinua a participação do pai na luta contra os mouros.



1 O Behaim-Globus no *Germanisches Nationalmuseum* em Nuremberga [Inv. Nr. WI 1826], 1492-1494 (com adições posteriores). Pertence, desde Maio de 2023, ao *World's Documentary Heritage* da UNESCO.
Bildnachweis: Germanisches Nationalmuseum Nürnberg.



2 Detalhe do candelabro, o denominado *Behaim-Leuchter*, que mostra Martin Behaim e Joana de Macedo, sua esposa. Trata-se da única imagem contemporânea de Behaim. Nuremberga, 1519. *Germanisches Nationalmuseum Nürnberg*. Fonte: *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 730. https://de.wikipedia.org/wiki/Martin_Behaim#/media/Datei:Gedenk-leuchter_f%C3%BCr_Martin_Behaim.jpg. Domínio público.

Independentemente da avaliação do papel de Martin Behaim na história dos descobrimentos não se pode negar que este mercador e aventureiro alemão ajudou a divulgar, pelo Sacro Império Romano-Germânico, notícias ligadas aos descobrimentos portugueses (Ehrhardt 1989, 24). As informações que transmitiu, conduziram a uma ocupação intelectual mais intensa com Portugal por parte dos humanistas alemães. O globo de Behaim, apesar de transmitir na sua generalidade ainda o mundo pré-colombiano, revela que a

17 Acerca desta fonte, cf. Bräunlein 1992, 50-52; *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 729-732.

expansão marítima portuguesa contribuiu para uma nova imagem do mundo e conduziu a uma acesa discussão erudita, sobretudo em Nuremberga. Nesta discussão até o próprio imperador Maximiliano I (Pohle 2019) tomou parte, como prova a carta do humanista nuremberguês Hieronymus Münzer (ou Jerónimo Monetário) a D. João II, redigida em Julho de 1493.¹⁸ Nesta carta propunha-se ao rei português uma viagem de descobrimento conjunta com destino a “*Catay*”, ou seja, em direcção às terras das especiarias por via ocidental. Maximiliano I recomendou a D. João II, seu primo direito, a participação de Martin Behaim, indicando os Açores como ponto de partida. O documento prova indubitavelmente que Martin Behaim, tal como o imperador do Sacro Império Romano-Germânico e Hieronymus Münzer, partilharam a mesma ideia que Colombo tentou concretizar a partir de 1492 (Garcia 2012a; 2012b, vol. 2, 35-49). Neste contexto existe ainda um outro documento que devíamos ter em consideração: alguns anos antes, em Julho de 1486, D. João II tinha concedido ao flamengo Fernão Dulmo, capitão da ilha Terceira na parte das Quatro Ribeiras, a ilha das Sete Cidades caso as descobrisse. Nesta carta de privilégio está mencionado um “cavaleiro alemão” que pretendia participar naquela expedição. Alguns historiadores, como por exemplo José Manuel Garcia (2012a, 49; 2012b, vol. 5, 23-29), vêem neste cavaleiro alemão Martin Behaim. A projectada viagem deveria iniciar-se em Março de 1487, a partir da ilha Terceira, mas acabou por não se concretizar.

O problema Behaim—Cão na investigação histórica

Uma das controvérsias mais interessantes, que resultou da avaliação da vida e dos méritos de Martin Behaim, gira à volta da seguinte questão: terá ele participado activamente numa das viagens de descobrimento de Diogo Cão?¹⁹

Ainda em tempos recentes, uma boa parte dos historiadores adoptava, de uma maneira pouco crítica, esta ideia, embora a investigação, já há décadas, por

18 Da carta original, escrita em latim, existe apenas uma cópia incompleta, redigida por Hartmann Schedel (BSB, 4º *Inc.c.a.* 424/ último documento). Conservou-se, porém, uma tradução portuguesa da carta, que deriva do monge dominicano e pregador de D. João II, Álvaro da Torre (BSB, *Rar.* 204, Beiband 1, fls. 18v-19v). Foi editada em data incerta, provavelmente no início do século XVI, no *Guia Náutico de Munique*. O texto português foi publicado no primeiro volume do *Archivo dos Açores* (1878, 444-447) e por Grauert (1908, 315-316). Cf. *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 734-736.

19 Acerca desta problemática, cf. Hamann 1968, 190-217; Bräunlein 1992, 56-60; Pohle 2000, 69-77.

múltiplas vezes, tenha sublinhado a problemática de uma afirmação como esta. Além disso, verifica-se outro problema: até ao presente há grandes dificuldades em relação à reconstrução histórica das viagens de Diogo Cão. Não se sabe, de uma forma conclusiva, nem o número de viagens efectuadas para a costa sudoeste de África, nem as suas datas precisas. Os historiadores portugueses supuseram maioritariamente a existência de duas viagens, realizadas em 1482 a 1484 e entre 1485 e 1486-1487, particularmente devido aos resultados das investigações apresentadas por Abel Fontoura da Costa (1990), em 1935, e por Damião Peres (1941; 1983) nos anos 40 do século XX. Em finais dos anos 80 do século passado, a historiadora Carmen Radulet (Radulet 1988; 1990) desenvolveu uma nova teoria, segundo a qual Diogo Cão teria viajado três vezes à costa sudoeste africana, mais precisamente nos anos 1481-1482, 1483-1484 e 1485-1486(87). Embora esta teoria tivesse entrado no *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, coordenado por Luís de Albuquerque (Radulet 1994), parece não ter convencido a maioria dos historiadores.

Independentemente do número de viagens de Diogo Cão à costa sudoeste africana é de realçar que as respectivas datas destas viagens são incompatíveis com algumas afirmações que se encontram no globo de Behaim e na *Crónica de Nuremberga* (Pohle 2007, 55-66). Por isso, os investigadores críticos de Behaim manifestavam uma tendência para negar a realização de uma viagem de descobrimento de Behaim com Diogo Cão para a região do rio Congo ou do Cabo do Padrão (*Cape Cross*). Em vez disso, supuseram que o alemão teria participado numa viagem menos espectacular, direccionada à costa da Guiné, sobretudo com fins comerciais como, por exemplo, a empresa de João Afonso de Aveiro ao reino de Benim. Para corroborar esta tese, invocaram-se os seguintes argumentos e indícios:

- a) O destino das viagens de Diogo Cão era a costa africana no hemisfério sul. No globo de Behaim, esta parte da terra é apresentada com erros graves. Dadas estas incorrecções, é legítimo perguntar se Behaim estaria, de facto, presente numa viagem a esta região.
- b) O globo de Behaim destaca-se pelas suas numerosas legendas, apresentando-se, deste modo, como uma combinação entre um documento cartográfico e uma narração histórica. Embora se fale nestas legendas várias vezes na primeira pessoa, não é *expressis verbis* referida uma participação de Martin Behaim numa expedição de Diogo Cão. O nome do navegador português nem sequer é mencionado no globo.

- c) *A Crónica de Nuremberga*, que surgiu no mesmo local e no mesmo ano do globo, é o único documento onde é expressamente mencionada uma expedição marítima que juntou Diogo Cão e Martin Behaim. Em conformidade com o texto da crónica, esta viagem iniciou-se em 1483 e durou entre 16 (segundo a versão alemã) e 26 meses (segundo a versão em latim). Várias fontes provam, todavia, a presença de Behaim em Nuremberga, nas feiras de Frankfurt e nos Países Baixos entre 1482 e Fevereiro de 1484. Portanto, é de excluir definitivamente a hipótese de uma participação de Behaim numa viagem de Diogo Cão antes da última data mencionada.
- d) Segundo Radulet, os navegadores portugueses implantaram dois padrões no decorrer da última viagem de Diogo Cão. O primeiro foi erguido, em Janeiro de 1486, no Cabo Negro. A seguir, Diogo Cão continuou a sua expedição ao longo da costa africana, rumando para sul, e mandou erguer o segundo padrão em Cape Cross que se situa a 7º de latitude mais a sul. No globo de Behaim é testemunhado o local e a data da colocação do primeiro destes monumentos de pedra. Em contrapartida, o globo não contém indicações seguras sobre a colocação do segundo padrão,²⁰ ocultando, assim, o apogeu desta viagem de descobrimento.
- e) A colocação do padrão no Cabo Negro, o primeiro ponto culminante da última viagem de Diogo Cão, é, de facto, mencionado no globo, mas de uma maneira sóbria e desinteressada, o que contrasta claramente com a largueza e o pormenor com que são descritas no globo insignificâncias e lendas.

20 No globo encontra-se uma inscrição, cujo conteúdo se refere a outro padrão colocado pelos navegadores portugueses. Aí se lê: “Os navios portugueses chegaram até este sítio, onde [os portugueses (NdA)] ergueram o seu padrão e no 19.º mês voltaram à sua pátria” (trad. de Pohle 2007, 64). Resta saber se este registo se refere à última viagem de Diogo Cão ou à expedição de Bartolomeu Dias de 1487/88. Se presumimos que a inscrição se refere à última expedição de Diogo Cão, existe, pela linguagem nela utilizada, um indício de que Behaim nunca foi para além do Cabo Negro. Fala-se, pois, aqui na terceira pessoa do plural (*eles*), o que contrasta visivelmente com a utilização da primeira pessoa do singular ou do plural (*eu/nós*) noutras inscrições do globo, em que Behaim propositadamente apontou para a sua participação pessoal nas viagens dos descobrimentos.

E. G. Ravenstein (s.d., 25-35; 1908, 20-25) foi o primeiro que relacionou Martin Behaim com a expedição de João Afonso de Aveiro para a região do Golfo da Guiné. Para justificar a sua tese, Ravenstein apontou para uma nota, escrita no globo, que menciona uma especiaria, “*Grana Paradisi*”, que chegou a Portugal precisamente com a frota deste navegador português. No entanto, é de considerar que também na reconstrução da viagem de João Afonso de Aveiro nos deparamos com problemas cronológicos, que não permitem uma determinação temporal exacta desta empresa marítima (Galvão 1944, 130; Costa 1990, 29-30). Sabe-se apenas que se realizou no período entre 1484 e 1486. As indicações cronológicas de Ravenstein, segundo as quais esta expedição se iniciou em 1484 e terminou em 1485, encontram-se, porém, em desacordo com a legenda do globo, que indica o ano de 1485 como a data de partida de Behaim para a sua viagem de descobrimento. Nesta legenda, lê-se:

Aber der durchleugtig könig don Johan von Portugal hat das ubrig thail, daß Ptolomaeus noch nit kundig gewesen ist, ge[gen] Mittag lassen mit seinen Schiffen besuchen Anno d[o]mi[ni] 1485, darbey ich, der disen apffel angegeben hat, gewesen bin. (*Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 1, 261)

[Mas sua alteza, o rei D. João de Portugal, deixou rumar os seus navios para sul para explorar a restante parte, que Ptolomeu ainda ignorou, no ano do Senhor de 1485, na qual expedição eu, quem forneceu as indicações para este globo, estive presente.]

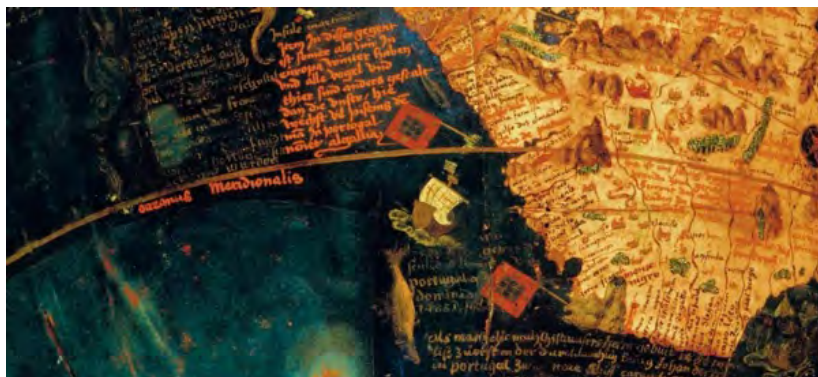
Uma outra legenda do globo refere que, em 1484, D. João II tinha armado duas caravelas, abastecidas para três anos, para uma viagem ao Trópico de Capricórnio. Em relação ao objectivo, bem como à duração desta empresa marítima, as indicações conduzem à conclusão de que só se pode tratar aqui da última viagem de Diogo Cão, uma vez que, nesta altura, não houve nenhuma outra expedição portuguesa tão prolongada. Dado que esta viagem se terá iniciado, de acordo com os resultados da investigação histórica, em 1485, é óbvio que a indicação do ano 1484 na legenda do globo é incorrecta.²¹ Em alternativa, poder-se-ia interpretar que a frota de Diogo Cão fosse preparada no ano de 1484, mas tivesse partido apenas no ano seguinte.

21 Observando esta legenda do globo, é de notar que o último dígito da data de 1484 parece bastante retocado. Segundo Willers (1992b, 181), a data, no âmbito das muitas restaurações do globo, pode ter “sofrido” uma alteração.

As datas divergentes que encontramos no globo de Behaim e na *Crónica de Nuremberga* revelam-se como uma curiosidade, especialmente se considerarmos a proximidade temporal e espacial em que surgiram estas duas fontes. Como se poderiam explicar essas divergências? Será que, em relação à data da partida da expedição de Diogo Cão indicada na *Crónica*, se trata de uma simples gralha (1483 em vez de 1485)? Se assim for, será que Martin Behaim podia ter acompanhado Diogo Cão em 1485? Em relação a esta questão é de observar o seguinte:

- 1) O que parece certo é que existem datas indicadas no globo que se referem à última viagem de Diogo Cão e a uma outra expedição portuguesa em direcção à costa ocidental africana, que se realizou por volta de 1485.
- 2) É de constatar também que o globo não revela todos os resultados da última viagem de Diogo Cão. Uma vez que a costa sudoeste africana a sul do Cabo Negro se representa no globo desfigurada e com inúmeros erros, é de presumir que Behaim não tenha chegado mais longe do que a este cabo.
- 3) Existe uma legenda, situada no globo na região da costa ocidental de África, ao sul do Equador, que notifica a colonização das ilhas do Golfo da Guiné. Nesta legenda, Behaim sublinha indubitavelmente a sua presença na dita região: “Neste sítio existiam selvas espantosas e nenhum homem encontrá**mos** aí, apenas florestas e pássaros [...]” (Pohle 2007, 65).²² Observando o globo, repara-se que o posicionamento cartográfico das ilhas de São Tomé e Príncipe se apresenta relativamente preciso. Apenas a determinação da latitude do arquipélago não é correcta, devido a um cálculo errado da posição da linha equatorial (**fig. 3**).

22 *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 1, 263: “Da war eitel wildnis, vnd kein menschen funden wir da, dann Waldt vnd Vogel [...]”.



3 Detalhes do globo de Behaim, mostrando a costa sudoeste africana. As bandeiras indicam a colocação de padrões dos descobrimentos pelos Portugueses. Bildnachweis: Germanisches Nationalmuseum Nürnberg.

Notas finais

Em relação ao “navegador” Martin Behaim e às suas viagens atlânticas conclui-se que:

- 1) Martin Behaim conheceu bem a rota marítima que ligava Portugal e os Países Baixos. Não se sabe ao certo em quantas expedições marítimas portuguesas esteve presente mas, pelas indicações que se encontram no globo e noutras fontes próximas dele, deve ter visitado o litoral do Golfo da Guiné e pelo menos uma das ilhas equatoriais.
- 2) Está provada a presença de Behaim nos Açores já nos anos 80, contra a tese de Charles Verlinden (1991) que a contesta. O conceituado historiador belga chegou a esta conclusão devido aos erros na representação do arquipélago no globo de Behaim. No entanto, Verlinden ignorou o texto dedicatório que se encontra no globo e que revela que Martin Behaim tinha a intenção de voltar, após o regresso de Nuremberga, para o Faial para junto da sua mulher (Pohle 2012, 195-199).
- 3) É muito provável que tenha regressado, de facto, aos Açores em meados dos anos 90. Ele próprio anunciou, em 1494, a sua viagem ao arquipélago quando se encontrou em Lisboa. A partir daí há silêncio. Não se sabe nada sobre o seu paradeiro até 1507, ano da sua morte.
- 4) Se Martin Behaim participou efectivamente na luta contra os mouros, desconhece-se quando e onde.

- 5) É meramente hipotético pensar que realizou qualquer viagem de exploração no Atlântico Central ou Ocidental.
- 6) Se aceitarmos como certos os testemunhos de Behaim, de acordo com os quais ele tinha, primeiro, participado numa expedição marítima portuguesa em 1485 e, segundo, chegado às ilhas equatoriais, a sua viagem podia estar relacionada com a última viagem de Diogo Cão, que se iniciou no mesmo ano. Neste caso é, no entanto, de supor que Behaim não tivesse acompanhado a expedição deste navegador português até ao fim, mas, pelo contrário, que o rumo dos dois se separasse algures ainda na ida.²³

Em suma, podemos afirmar que permanece em aberto esta questão e muitas outras que giram à volta deste enigmático mercador de Nuremberga.

Fontes

BAYERISCHE STAATSBIBLIOTHEK / Munique (BSB)

Cod. hisp. 27.

Rar. 204, Beiband 1.

4º *Inc.c.a.* 424.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP), *Manuscritos Iluminados (IL)*, 154.

STADTARCHIV NÜRNBERG (StadtAN)

B14/I, Nr. 7.

E11/II, *FA Behaim* Nr. 569,4.

E11/II. *FA Behaim*, Nr. 570.

E11/II, *FA Behaim* Nr. 582,3.

E11/II, *FA Behaim*, Nr. 582,11a.

23 A ideia, segundo a qual Behaim poderia ter viajado com a frota de Diogo Cão até ao Cabo Negro ou apenas para as ilhas equatoriais, regressando, antecipadamente, com uma das embarcações para a costa da Guiné (ou directamente para Portugal), não é inteiramente nova. Já Siegmund Günther (1890, 26-28) tinha desenvolvido, no fim do século XIX, uma tal “teoria de regresso”. Esta teoria foi, no entanto, contestada pela maioria dos historiadores, uma vez que Günther apontava o ano de 1484 como data da partida da expedição, o que se revelou incompatível com outras datas relativas à vida de Martin Behaim.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Luís de. 1990. *Dúvidas e certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*. Vol. 1. Lisboa: Vega.
- ALMEIDA, Justino Mendes de. 1959. "Portugal nas 'Crônicas de Nuremberga'". *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* 19-20: 213-216.
- ARCHIVO dos Açores. 1878. Vol. 1. Ponta Delgada: s.n.
- BAIÃO, António, ed. 1940. *O Manuscrito Valentim Fernandes*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- BARROS, João de. 1988 [155?]. *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira Década*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- BENSAÚDE, Joaquim, ed. 1914. *Regimento do Astrolábio e do Quadrante (Tractado da Spera do Mundo. Nach dem einzigen bekannten Exemplar in der Münchener K. Hof-, und Staatsbibliothek)*. München: Carl Kuhn.
- BENSAÚDE, Joaquim. 1917-20. *Les légendes allemandes sur l'histoire des découvertes maritimes portugaises*. Genève: A. Kundig.
- BENSAÚDE, Joaquim. 1967 [1912]. *Lastronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*. Amsterdam: N. Israel.
- BRAUNLEIN, Peter J. 1992. *Martin Behaim: Legende und Wirklichkeit eines berühmten Nürnbergers*. Bamberg: BVB/ Bayerische Verl.-Anstalt.
- CANTO, Ernesto do. 1878. "Martim Béhaime e o seu globo de Nurn-bergs". *Arquivo dos Açores* 1: 435-444.
- CÓDICE Valentim Fernandes. 1997. Leitura paleográfica, notas e índice de José Pereira da Costa. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- COSTA, Abel Fontoura da. 1990 [1935]. *Às portas da Índia em 1484*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- EHRHARDT, Marion. 1989. *A Alemanha e os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Texto Editora.
- FOCUS Behaim-Globus. 1992. 2 vols. Nürnberg: Verlag des GNM.
- GALVÃO, António. 1944 [1563]. *Tratado dos descobrimentos*. 3.^a ed. Porto: Livraria Civilização.
- GARCIA, José Manuel. 2012a. *D. João II vs. Colombo – Duas estratégias divergentes na busca das Índias*. Vila do Conde: Quid Novi.
- GARCIA, José Manuel. 2012b. *O Mundo dos Descobrimentos Portugueses*. 8 vols. Vila do Conde: QuidNovi.
- GHILLANY, F. W. 1853. *Geschichte des Seefahrers Ritter Martin Behaim nach den ältesten vorhandenen Urkunden bearbeitet*. Nürnberg: Bauer und Raspe.
- GÖRZ, Günther. 2007. "Altes Wissen und neue Technik. Zum Behaim-Globus und seiner digitalen Erschließung". *Norica* 3: 78-87.

- GRAUERT, Hermann. 1908. "Die Entdeckung eines Verstorbenen zur Geschichte der großen Länderentdeckungen. Ein Nachtrag zu Dr. Richard Staubers Monographie über die Schedelsche Bibliothek". *Historisches Jahrbuch der Görres-Gesellschaft* 29: 304-333.
- GÜNTHER, Siegmund. 1890. *Martin Behaim*. Bamberg: Buchner.
- HAMANN, Günther. 1968. *Der Eintritt der südlichen Hemisphäre in die europäische Geschichte. Die Erschließung des Afrikaweges nach Asien vom Zeitalter Heinrichs des Seefahrers bis zu Vasco da Gama*. Wien: Böhlau.
- JAKOB, Reinhard. 2007a. "Die Ehrenrettung des deutschen Seefahrers Martin Behaim. Die Kolonialhistorikerin und Frauenpolitikerin Hedwig Fitzler und ihr sensationeller Quellenfund". *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg* 94: 227-244.
- JAKOB, Reinhard. 2007b. "Wer war Martin Behaim? Auf den Spuren seines Lebens". *Norica* 3: 32-47.
- KELLENBENZ, Hermann. 1958. "Portugiesische Forschungen und Quellen zur Behaimfrage". *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg* 48: 79-95.
- KELLENBENZ, Hermann. 1967. "Die Beziehungen Nürnbergs zur Iberischen Halbinsel, besonders im 15. und in der ersten Hälfte des 16. Jahrhunderts". *Beiträge zur Wirtschaftsgeschichte Nürnbergs* 1: 456-493.
- KELLENBENZ, Hermann. 1969. "Martin Behaim". *Fränkische Lebensbilder* 3: 69-84.
- KNEFELKAMP, Ulrich. 1992. "Martin Behaims Wissen über die portugiesischen Entdeckungen". *Mare Liberum* 4: 87-95.
- KNEFELKAMP, Ulrich. 2007. "Die Neuen Welten bei Martin Behaim und Martin Waldseemüller". In *Novos Mundos – Neue Welten. Portugal und das Zeitalter der Entdeckungen*, ed. Michael Kraus e Hans Ottomeyer, 73-88. Dresden: Sandstein.
- LOPES, Marília dos Santos. 2012. "Ao serviço do Império: a nobilitação de estrangeiros na corte joanina e manuelina". In *Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, coord. Miguel Jasmins Rodrigues, 1-9. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- LOUREIRO, Rui Manuel. 2019. "Buscar el levante por el poniente: Martin Behaim revisitado". *Cuadernos Hispanoamericanos* 824: 41-58.
- MURR, Christoph Gottlieb von. 1801. *Diplomatische Geschichte des portugiesischen berühmten Ritters Martin Behaims. Aus Originalurkunden*. 2.^a ed. Gotha: Justus Pertes.
- NASCIMENTO, Aires A., ed. 2002. *Diogo Gomes de Sintra: Descobrimento Primeiro da Guiné*. Lisboa: Colibri.
- PERES, Damião. 1941. "Ainda a cronologia das viagens de Diogo Cão". *Revista Portuguesa de História* 1: 175-176.
- PERES, Damião. 1983. *História dos Descobrimentos Portugueses*. 3.^a ed. Porto: Vertente.
- POHLE, Jürgen. 2000. *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.

- POHLE, Jürgen. 2007. *Martin Behaim (Martininho da Boémia): Factos, Lendas e Controvérsias*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.
- POHLE, Jürgen. 2012. “Martin Behaim (Martininho da Boémia) e os Açores”. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* 21: 189-201.
- POHLE, Jürgen. 2017. *Os mercadores-banqueiros alemães e a Expansão Portuguesa no reinado de D. Manuel I*. Lisboa: CHAM. Acedido a 11 de Novembro, 2021. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/38843/2/MercadoresAlemaes.pdf>.
- POHLE, Jürgen. 2019. *O imperador Maximiliano I, a alta finança alemã e os Descobrimentos Portugueses*. Berlin: Peter Lang.
- POHLE, Jürgen. 2021. “Seefahrer? Entdecker? Kosmograph? – Wer war eigentlich Martin Behaim?”. In *Beiträge zur Geschichte der deutsch-portugiesischen Beziehungen / Para uma História das Relações luso-alemãs. Transkontinentale Kontakte und kultureller Austausch (15.-19. Jahrhundert) / Contactos transcontinentais e intercâmbio cultural (séculos XV-XIX)*, ed. Yvonne Hendrich, Thomas Horst, & Jürgen Pohle, 55-76. Berlin: Peter Lang.
- PÖLNITZ, Götz Freiherr von. 1959. “Martin Behaim”. In *Gemeinsames Erbe. Perspektiven europäischer Geschichte*, ed. Karl Rüdinger, 129-141. München: Bayerischer Schulbuch-Verlag.
- RADULET, Carmen M. 1988. *As viagens de Diogo Cão. Um problema ainda em aberto*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- RADULET, Carmen M. 1990. “As Viagens de Descobrimento de Diogo Cão. Nova Proposta de Interpretação”. *Mare Liberum* 1: 175-204.
- RADULET, Carmen M. 1994. “Cão, Diogo”. In *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, 192-194. Lisboa: Caminho.
- RAVENSTEIN, Ernest George. 1908. *Martin Behaim, his life and his globe*. London: Philip & son.
- RAVENSTEIN, Ernest George. s.d. *Martim de Bohemia (Martin Behaim)*. Lisboa: Livraria Ferin.
- SCHAPER, Christa. 1973. *Die Hirschvogel von Nürnberg und ihr Handelshaus*. Nürnberg: Verein für Geschichte der Stadt Nürnberg.
- SCHEDER, Hartmann. 2004. *Weltchronik 1493* (Rep.), ed. Stephan Füssel. Augsburg: Weltbild.
- SCHULTHEISS, Werner. 1951. “Des Seefahrers Martin Behaim Geburts- und Todestag”. *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg* 42: 353-357.
- SERPA, António Ferreira. 1929. *Os flamengos na Ilha do Faial. A família Utra (Hurtere)*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.
- SILVA, Luciano Pereira da. 1945. *Obras completas*. Vol. 2. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- VERLINDEN, Charles. 1991. “Die Azoren und der Globus”. *Anzeiger des Germanischen Nationalmuseums*: 54-56.

- WILLERS, Johannes. 1992a. "Die Geschichte des Behaim-Globus". In *Focus Behaim-Globus*, vol. 1, 209-216. Nürnberg: Verlag des GNM.
- WILLERS, Johannes. 1992b. "Leben und Werk des Martin Behaim". In *Focus Behaim-Globus*, vol. 1, 173-188. Nürnberg: Verlag des GNM.

Ruth Elder e Lilli Dillenz: voos femininos sobre o oceano atlântico (1927)

JOANA M. COUTO*

Introdução

O uso de aviões para fins militares durante a I Guerra Mundial permitiu a sua melhoria, gerando com o fim do conflito uma enorme disponibilidade de aviões e, consequentemente, surgiram as primeiras companhias de aviação, que passaram a ser encaradas numa perspetiva comercial. “Desde finais dos anos 20, em ambos os lados do Atlântico, em particular por parte dos Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Alemanha e Itália, repetem-se os voos experimentais” (Costa 2019, 113). Na base destas iniciativas encontramos o espírito de aventura, o “simples propósito de alcançar notoriedade ou mera ânsia de exibicionismo que alguma propensão para a excentricidade explicará ou, ainda, objetivos de afirmação e exaltação nacionalista ou de afirmação de poder” (Costa 2019).

A geografia dos Açores é fundamental para explicar o papel das ilhas na aviação transatlântica. Como afirma Carlos Riley,

[c]om o desenvolvimento da tecnologia aeronáutica, o arquipélago açoriano assistiu ao crescimento exponencial do seu valor geoestratégico, o qual tinha créditos bem firmados desde o tempo da expansão marítima europeia, ao ponto de se poder aplicar a alguns dos seus aeroportos, no século XX, o título que Gaspar

* Universidade dos Açores, CHAM, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-8918-3599>. E-mail: a57623@campus.fcsh.unl.pt.

Frutuoso atribuiu à Angra quinhentista — “escala universal dos mares do ponente”. (Riley 2019, XVI)

Para além do fator geográfico, outros concorreram para tornar o arquipélago num ponto de apoio fundamental da aviação transatlântica, como a fundação do Serviço Meteorológico dos Açores por Francisco Afonso Chaves, em 1901, e a amarração dos cabos submarinos na ilha do Faial, no final do século XIX.

Na estruturação do artigo, optamos por começar com uma síntese sobre a aviação nos Açores na fase designada por “tempos de aviação heroica”, que vai sensivelmente de 1919 até 1939, com o intuito de contextualizar as viagens aéreas que constituem objeto de estudo deste artigo. Seguir-se-á uma reconstituição dos voos de Ruth Elder e Lilli Dillenz e a explanação das suas motivações, finalizando com a explicação de como e se os voos destas mulheres marcaram os açorianos.

A recolha de informação para a redação deste artigo revelou a existência de inúmeras notícias, entrevistas e artigos de periódicos da época. No entanto, estas fontes apresentavam muitas incoerências, o que dificultou, por vezes, a perceção da realidade dos acontecimentos, assim como das próprias protagonistas deste estudo. Por exemplo, podemos encontrar o último nome da aviadora americana grafado de formas diferentes, por vezes aparece como “Edler” e outras como “Elder”. Neste artigo, optamos por nos referirmos à aviadora como Ruth Elder, uma vez que é a versão que consta do artigo sobre a mesmo no sítio em linha do museu do Smithsonian.

Os Açores “nos tempos da aviação heroica”

Para melhor contextualizar os voos de Ruth Edler e de Lilli Dillenz, escolhemos apresentar uma breve síntese da evolução da aviação nos Açores, naquela que foi considerada a primeira fase da aviação. Em termos cronológicos, corresponde ao período entre 1919 e 1939, e foi designada de “os tempos da aviação heroica” ou *The water jump*, como sugeriu David Beaty (Costa 2019).

O marco inicial deste período foi a primeira travessia aérea do Atlântico realizada em 1919, por uma tripulação da U.S. Navy liderada pelo 1º tenente Albert C. Read (Costa 2019), em cujo projeto esteve envolvido o jovem Subsecretário da Marinha Franklin Delano Roosevelt (Riley 2015).

Em 1922, Gago Coutinho e Sacadura Cabral protagonizaram a travessia do Atlântico Sul (Riley 2019). Sensivelmente quatro anos depois, em 1926,

Moreira de Campos e Neves Ferreira, da Marinha Portuguesa, a bordo do hidroavião *Infante de Sagres* empreenderam um *raid* às ilhas adjacentes (Correia 2019).

A 20 de maio de 1927, Charles Lindbergh efetuou o voo direto de Nova Iorque a Paris, a bordo do avião *Spirit of St. Louis* (fig. 1), em 33 horas e 30 minutos, consagrando-se num marco essencial da aviação no Atlântico Norte (Costa 2019).

O aviador americano graduara-se com distinção na *Army Flight School*, onde se tinha inscrito em 1924. Pouco depois mudou-se para o Missouri, onde ocupou uma vaga de piloto na *Robertson Aircraft Corporation*, a fazer a rota de correio entre St. Louis e Chicago. Charles Lindbergh teve conhecimento de um prémio de 25 000 dólares, oferecido por um homem de negócios francês, Raymond Orteig, a quem conseguisse efetuar o voo direto entre Nova Iorque e Paris. Essa recompensa económica foi motivação suficiente para o piloto americano planear aquele que foi o primeiro voo direto sobre o Atlântico Norte, que ligou as duas margens do continente europeu e americano. Este projeto foi realizado com o apoio da *Ryan Aeronautical Company*, em San Diego, Califórnia, responsável pela construção do avião *Spirit of St. Louis* (Peterson).

Após este primeiro voo direto bem-sucedido entre os Estados Unidos da América e a Europa, Carlos Empis¹ confessou a José Bruno Carreiro, que temia que essa vantagem depressa perdesse a sua relevância devido ao ritmo a que a indústria da aviação crescia, prevendo que a ligação direta regular entre as duas margens do Atlântico seria um facto consumado em breve. Não obstante, fez



1 Charles Lindbergh em frente ao *Spirit of St. Louis*. Retirada do website do MNopedia. <https://www.mnopedia.org/person/lindberghcharles-1902-1974>

1 Funcionário dos Serviços Aéreos Portugueses que fornecia serviços de transporte aéreos de junksers.

notar que valia a pena investir no sector da aviação, como meio de reforçar a ligação do país às suas colónias.²

Com uma perspetiva mais otimista, Joaquim Fialho³ afirmava que os Açores podiam elevar-se a escala de referência nas viagens aéreas entre os continentes americano e europeu⁴.

O debate sobre a relevância dos Açores no sector da aviação, desencadeado pelo voo pioneiro de Charles Lindbergh, também revelou como o arquipélago, em particular, e o país, em geral, necessitavam com urgência de criar infraestruturas de apoio a esse sector. Ainda no ano de 1927, pouco depois da fundação dos Serviços Portugueses Aéreos, o Conde Vilas Boas⁵ reconhecia que existiam determinados trabalhos preparatórios para a aviação comercial que eram fundamentais e nos quais o país devia investir, de modo a acompanhar as restantes potências internacionais. Estes trabalhos consistiam em construir pistas de aterragem, ter um fornecimento regular de combustível, instalar oficinas e hangares e obter um serviço regular de informações meteorológicas.⁶

Ruth Edler e o voo de Nova Iorque a Paris

Miss Ruth Edler é uma rapariga alegre, exuberante de alegria, capaz de desafiar a morte a rir.../ O sorriso baila-lhe nos lábios sempre. / Veste um traje masculino [...] A bordo acompanha-a uma curiosidade insistente... Toda a gente quer ver aquela mulher que veste como um homem, voa como um pássaro e tem a beleza do seu sexo.⁷

Nasceu a 8 de setembro de 1904, em Anniston, município do estado norte-americano do Alabama, no seio de uma família numerosa, na qual contava com

2 Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), Arquivo Tavares Carreiro, correspondência dos Serviços Aéreos Portugueses assinada por Carlos Empis, 3 de julho de 1927, doc. 7760.

3 Funcionário dos Serviços Aéreos Portugueses que fornecia serviços de transporte aéreos de junkers.

4 BPARPD, Arquivo Tavares Carreiro, correspondência dos Serviços Aéreos Portugueses assinada por Joaquim Fialho, 16 de agosto de 1927, doc. 7765.

5 Funcionário dos Serviços Aéreos Portugueses que fornecia serviços de transporte aéreos de junkers.

6 BPARPD, Arquivo Tavares Carreiro, correspondência dos Serviços Aéreos Portugueses assinada por Vilas Boas, 29 de julho de 1927, doc. 7761.

7 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10652, 26 de outubro, 1927.

cinco irmãos e três irmãs⁸. Era casada com Lyle Womack, um caixeiro-viajante de Lakeland, Florida,⁹ onde residiam ambos e onde ela trabalhava como assistente de dentista.¹⁰ Curiosamente, a aviadora manteve-se muito discreta quanto ao seu estado civil durante a sua travessia do atlântico, aguçando ainda mais o interesse da imprensa acerca da sua vida privada. Em sua defesa, argumentou que, tal como o faziam as senhoras de Nova Iorque, também ela não usava o nome de casada e que tal não era, de todo, sinónimo de desamparo por parte do marido.¹¹



2 Ruth Edler – Aviation's glamour girl. Retirada do website do Smithsonian. <https://timeandnavigation.si.edu/multimedia-asset/aviations-gramour-girl-ruth-elder>.

Inspirada pelo recente feito de Charles Lindbergh, Ruth Edler desejou “ser a primeira mulher a voar sobre o Atlântico”¹² (**fig. 2**). A americana voava desde 1925, encontrando-se devidamente habilitada para o efeito. Planeou a sua própria travessia aérea do Atlântico, com paragens estratégicas nos Açores e em Lisboa,¹³ financiada por dois comerciantes de Wheeling, na Virginia, e contando com ajuda do capitão George Haldeman, seu copiloto e navegador.¹⁴

O avião *American Girl*, no qual seguiu a bordo Ruth Edler e George Haldeman, foi construído num período de três meses. O voo com partida de Nova Iorque teve início a 11 de outubro de 1927, às 17h04.¹⁵ Após cerca de 36 horas de voo,¹⁶ uma rotura na válvula provocou uma avaria no avião,¹⁷

8 *Diário de Notícias* (New Bedford), n.º 2547, 15 de setembro, 1927.

9 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2146, 23 de outubro, 1927.

10 *Diário de Notícias* (Funchal), n.º 15994, 23 de outubro, 1927.

11 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2146, 23 de outubro, 1927.

12 *Diário de Notícias* (New Bedford), n.º 2547, 15 de setembro, 1927.

13 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10652, 26 de outubro, 1927.

14 *Diário de Notícias* (Funchal), n.º 15994, 23 de outubro, 1927.

15 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10643, 15 de outubro, 1927.

16 *Açoriano Oriental* (Ponta Delgada), n.º 4797, 22 de outubro, 1927.

17 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10646, 20 de outubro, 1927.

despenhando-se no Atlântico. Os tripulantes foram resgatados pelo vapor holandês *Barendrecht*, que os levou para o Faial.

Não obstante o insucesso desta aventura, criou-se um autêntico frenesim na imprensa internacional. A *United Press* pediu ao *Correio dos Açores* que entrevistasse a aviadora americana e que contratasse alguém que pudesse efetuar a filmagem da chegada desta.¹⁸ O *Daily Mail* procurou informações junto do Diário dos Açores, no caso de a aviadora passar por São Miguel¹⁹ (figs. 3 e 4), assim como o *New York Times*.



3 e 4 Ruth Edler e George Haldeman a bordo do Lima.

Podemos ainda ver nas fotografias o cônsul americano e uma das suas filhas.

BPARDP, Arquivo Tavares Carreiro, 01-147-1 e 01-147-2.

Apesar da travessia aérea transatlântica não ter tido sucesso, os tripulantes do *American Girl* prosseguiram viagem, por outros meios, até Paris. Sobre a sua estadia no Faial, sabemos que foram realizadas várias diversões e festas em sua honra, principalmente pelo governador do distrito da Horta, Fernando da Costa, pelo diretor dos cabos ingleses, George Mackey, e pelo gerente da casa Bensaúde, João Pinto.

Partiram da Horta a bordo do paquete Lima, a 19 de outubro, chegando a Ponta Delgada no dia seguinte²⁰. Ali foram recebidos pelo cônsul americano de Ponta Delgada, Mr. Duty; pelo agente da *United States Lines* responsável por

18 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2139, 15 de outubro, 1927.

19 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10642, 14 de outubro, 1927.

20 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2142, 19 de outubro, 1927.

transmitir aos aviadores que esta companhia oferecia a passagem de regresso aos Estados Unidos da América em qualquer um dos seus navios,²¹ Eduardo Garcia; por Fernando de Alcântara; por José Bruno Carreiro e por “dois operadores cinematográficos madeirenses”,²² Manuel Luís Vieira, em nome da companhia francesa *Pathé News*, e Arnaldo Coimbra, em nome de empresas americanas representadas pelo *Correio dos Açores*.²³

“No cais, apesar da hora matutina, Miss Edler e George Haldeman eram aguardados por muitas pessoas, que os saudaram com salvas de palmas”.²⁴ Seguiram num passeio pela Ribeira Grande, Rabo de Peixe, Fajã de Cima e Fajã de Baixo, tendo visitado as propriedades de Eduardo Garcia e Jacinto Óscar Dias Rego.²⁵ No entanto, a ideia inicial era uma excursão às Furnas que acabou por ser cancelada devido ao mau tempo. Mr. Duty ofereceu-lhes o almoço no Consulado Americano (fig. 5), no qual marcaram presença o marechal Gomes da Costa, que se encontrava exilado no seguimento de algumas desavenças após o golpe de Estado de 28 de maio de 1926, e o tenente Aniceto Santos, ajudante do Delegado Especial do Governo da República na guarnição de São Miguel. No final do dia, encontravam-se novamente a bordo do Lima, desta feita com destino ao Funchal.²⁶



5 Ruth Edler, George Haldeman e o cônsul americano. BPARPD, Arquivo Tavares Carreiro, 01-147-8.

21 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2143, 20 de outubro, 1927.

22 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10646, 20 de outubro, 1927.

23 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2143, 20 de outubro, 1927.

24 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2144, 21 de outubro, 1927.

25 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10647, 21 de outubro, 1927.

26 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2144, 21 de outubro, 1927.

Ao chegar ao Funchal, Ruth Elder e George Haldeman foram recebidos pelo cônsul americano; pelo cônsul britânico, Carlos Power; pelo cônsul francês, Boileau; pelo operador cinematográfico, Óscar Lomelino, entre outros.²⁷ Os aviadores estiveram no *Reid's Hotel*, seguindo mais tarde para um passeio de automóvel até ao Monte,²⁸ finalizando a sua passagem pela capital de distrito madeirense em casa do cônsul americano. Já a bordo do Lima, Ruth Elder recebeu algumas pessoas no seu camarote, tendo ficado surpreendida quando Jorge Perestrelo lhe ofereceu umas fotografias da sua passagem pelo Funchal.²⁹ Evitou dar entrevistas ou responder a qualquer pergunta, condicionada pelo acordo que tinha com um redator de um jornal americano.³⁰

Segundo o *Diário de Notícias* do Funchal, o operador de câmara, Manuel Luís Vieira terá realizado o filme mais completo da passagem dos aviadores americanos pelas ilhas adjacentes.³¹

Na viagem a bordo do Lima, os aviadores americanos estudaram “a viagem aérea que contava levar a efeito no ano próximo”,³² na carta do Atlântico, que tanto quanto conseguimos apurar nunca foi realizada.

Ruth Elder e George Haldeman seguiram para Lisboa, onde foram saudados pelo cônsul americano e por outros membros da embaixada, e ainda pelo “Major Sarmento de Beires, em nome da Aeronáutica Portuguesa, [que] deu-lhe as boas-vindas e felicitou-a pela sua tentativa, que o destino quis que fosse infrutífera, mas que foi extraordinária”.³³ Seguiram para o Palácio do Congresso, onde foram saudados pelo General Carmona, antes de se instalarem no Palácio da Legação dos Estados Unidos da América, onde ficaram hospedados.³⁴

Durante a sua estadia na capital portuguesa, foi endereçado a Ruth Elder e ao seu companheiro de viagem, George Haldeman, um convite em nome do Aero Club de Espanha para visitarem Madrid,³⁵ onde chegaram a bordo de um *Junkers* pilotado pela própria Ruth Elder. Em território espanhol foram

27 *Diário de Notícias* (Funchal), n.º 15995, 25 de outubro, 1927.

28 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2150, 28 de outubro, 1927.

29 *Diário de Notícias* (Funchal), n.º 15995, 25 de outubro, 1927.

30 *Diário de Notícias* (Funchal), n.º 15995, 25 de outubro, 1927, e *Diário de Notícias* (New Bedford), n.º 2571, 14 de outubro, 1927.

31 *Diário de Notícias* (Funchal), n.º 15996, 26 de outubro, 1927.

32 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2158, 9 de novembro, 1927.

33 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10661, 4 de novembro, 1927.

34 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10661, 4 de novembro, 1927.

35 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10661, 4 de novembro, 1927.

“recebidos na Embaixada dos Estados Unidos, onde almoçaram, tendo seguido depois para o Real Aero Club Espanhol onde lhes foi feita uma verdadeira consagração”.³⁶

A 28 de outubro, chegaram, finalmente, a Paris, cidade de destino do voo inicial, através do aeroporto de *Le Bourget*,³⁷ a bordo de um avião pilotado por George Haldeman. Durante a sua estadia na capital francesa, visitaram o túmulo do soldado desconhecido e a Madame Nungesser,³⁸ mãe do piloto Charles Nungesser, falecido em maio desse ano numa tentativa falhada de travessia aérea Paris-Nova Iorque. Aproveitando a proximidade, Ruth Elder visitou ainda Versalhes. Foi-lhes oferecido, pela Associação “*Vielles Tiges*”, um banquete presidido pelo ministro francês do comércio, Bokanowsky, e um almoço organizado pelo capitão Weiler e a sua esposa. A chave da cidade de Paris foi-lhes oferecida pelo presidente desse município, Louis Delsol, e pelo presidente do Grupo de Aviação (ou Liga Internacional dos Aviadores).³⁹ Foram, ainda, recebidos no Senado por Gastão Menier.⁴⁰ No dia 5 de novembro, Ruth Elder e George Haldeman partiram de Paris com destino a Cherburgo onde deviam embarcar no Aquitânia para poderem regressar a Nova Iorque.⁴¹ No seu regresso, a 11 de novembro, foram recebidos pelo *Mayor* dessa cidade.⁴²

Segundo Gertrude Pfister, voar era para muitas mulheres sinónimo de contributo para a causa da emancipação feminina. “Num mundo que excluía o sexo feminino de muitas áreas — inclusivamente, a ciência e a aventura — voar constituía, além disso, uma oportunidade para experimentar perigos e vencê-los” (Pfister 1987, 16). Desconhecemos se Ruth Elder acreditava ou apoiava a causa feminina, uma vez que não encontramos nenhuma afirmação a esse respeito. A única motivação expressa pela aviadora americana prendia-se com a ambição de ser a primeira mulher a realizar o voo transatlântico direto.⁴³ A estas motivações pessoais, somaram-se motivações económicas. Naturalmente que necessitando de apoios financeiros para a execução do seu projeto aéreo, Ruth Elder procurou empresários, cujos objetivos eram a obtenção de lucros através de uma indústria de transporte aéreo prometedora.

36 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2158, 9 de novembro, 1927.

37 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2154, 4 de novembro, 1927.

38 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2155, 5 de novembro, 1927.

39 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10662, 5 de novembro, 1927.

40 *Diário de Notícias* (Funchal), n.º 16007, 9 de novembro, 1927.

41 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10675, 18 de novembro, 1927.

42 *Diário de Notícias* (New Bedford), n.º 2597, 14 de novembro, 1927.

43 *Açoriano Oriental* (Ponta Delgada), n.º 4797, 22 de novembro, 1927.

Lilli Dillenz e a tentativa de estabelecer uma rota comercial transatlântica

– Sou atriz. Tenho feito o teatro de tragédia. [...] Tenho voado muito. Viajo quase sempre de avião. [...] [É a forma] mais rápida e a mais cómoda. [...] Penso apenas fazer conferências de propaganda da Áustria. Trabalho movida apenas pelo desejo de ver a minha terra próspera e feliz. Faço esta viagem, apenas, pela Áustria!⁴⁴

A atriz austríaca Lilli Dillenz partiu de Amesterdão, a 5 de outubro, pelas 6 h da manhã, a bordo do hidroavião *Junker D. 1230*, com destino a Nova Iorque, via Terra Nova e com paragem no Faial. Este voo transatlântico cumpria objetivos comerciais, ou seja, o estabelecimento de uma rota comercial aérea entre a Europa e os Estados Unidos da América.⁴⁵ A tripulação que a acompanhou era composta por Rolf Starke, Fritz Loose e Loewe.

Rolf Starke — o piloto-chefe da tripulação. Nasceu em Dresden em 1894. Em 1914 era alferes da Marinha alemã, sendo, durante a guerra, 1º tenente e piloto aviador. Esteve em Lisboa há meses, como piloto do hidroavião *Junker's F.13* que vinha no Tombadilho do paquete Lutzow. [...] Fritz Loose, o outro piloto, foi oficial de Marinha durante a guerra, tendo-se distinguido ultimamente na viagem do Bremen — que esteve 32 horas no ar, regressando a Dessau, devido ao nevoeiro e à tempestade. Loewe é, não só o telegrafista, mas o navegador. Tem o brevet de observador, foi oficial da Marinha Mercante, e será ele que utilizará o sextante “Gago Coutinho”.⁴⁶

A primeira paragem acabou por não ser o Faial, como previsto, mas o Cabo da Roca, tendo rapidamente sido socorridos por “um rebocador do Lloyd, segurador do aparelho, um gasolina com o engenheiro Hoepfner, da casa “*Junkers*”, e um automóvel com os senhores Nagold e mecânico Oliveira”.⁴⁷

O facto de o Faial ter constado do plano de viagem destes aviadores europeus, demonstra como a ilha açoriana era tida como um ponto de apoio relevante para a travessia transatlântica. Segundo *Diário dos Açores*, “a viagem do

44 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10642, 14 de outubro, 1927.

45 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10895, 9 de outubro, 1927.

46 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10643, 15 de outubro, 1927.

47 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10641, 13 de outubro, 1927.

hidroavião alemão tem um capital relevo, e pode trazer como resultado a aproximação rápida de Portugal com os Estados Unidos da América”.⁴⁸

Para a realização desta viagem, o sextante de Gago Coutinho foi indispensável,⁴⁹ usado por Loewe na navegação aérea, pelo que na sua passagem por Lisboa, a tripulação aproveitou para visitar o Almirante.⁵⁰

No dia 14 de outubro, “[a]pesar de chover na ocasião da chegada do “D 1230”, por toda a cortina da cidade até Santa Cruz viam-se milhares de pessoas, tendo as que se encontravam no Canto de D. Joana para o sul saudado os exímios aviadores com prolongadas salvas de palmas”.⁵¹ Lilli Dillenz e os seus companheiros de viagem foram saudados pelo cônsul alemão, Schroeder, e algumas entidades oficiais e representantes de diversos jornais nacionais e internacionais (figs. 6 e 7). Seguiram para a estação telegráfica alemã, instalando-se, mais tarde, na residência do cônsul alemão.



6 e 7 Lilli Dillenz no Faial.

BPAPD, Arquivo Tavares Carreiro, 01-147-13 e 01-147-14.

Após vários dias no Faial, os tripulantes do *Junkers D.1230*, desistiram de prosseguir viagem. Aparentemente o hidroavião não tinha capacidade de albergar combustível suficiente para alcançar a costa da Terra Nova.⁵² Assim,

48 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10641, 13 de outubro, 1927.

49 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2144, 21 de outubro, 1927.

50 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10648, 22 de outubro, 1927.

51 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2144, 21 de outubro, 1927.

52 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2175, 29 de novembro, 1927.

partiram a bordo do paquete S. Miguel para Ponta Delgada, onde deveria chegar, no dia 7 de dezembro, o vapor alemão *Havenstein*, responsável por levar o hidroavião e a tripulação de regresso ao ponto de partida.⁵³

Em Ponta Delgada foram recebidos pelo cônsul da Alemanha, Leo Gil Weitzenbaaur, e por um empregado da casa Bensaúde & C^a, Roberto Arruda, o qual levou a tripulação do *Junkers D. 1230*, num passeio pelas Furnas de automóvel.⁵⁴

Lilli Dillenz parece ter apenas integrado a tripulação do hidroavião como passageira, desconhecemos se saberia pilotar aviões. Esta é quase sempre referida como atriz, nunca sendo especificada qual a sua posição como membro da tripulação do *Junkers D. 1230*. Todavia, deixou bem claras as suas motivações patrióticas para integrar este projeto, não esquecendo o propósito económico do voo experimental, uma vez que procurava estabelecer uma rota comercial entre a Europa e os Estados Unidos da América.

Reação açoriana aos voos de Ruth Edler e Lilli Dillenz

A passagem destas duas mulheres pelos Açores, em finais de 1927, ficou muito vinculada na imprensa e causou, certamente, alguma agitação na sociedade local. O que talvez causou maior espanto nos açorianos foi a indumentária masculina envergada por Ruth Elder. O *Correio dos Açores* conseguiu averiguar que o motivo pelo qual a aviadora americana usava roupas masculinas se prendia com o seu excesso de confiança e otimismo, já que, “contando fazer o voo direto a Paris, enviara para a capital francesa o seu guarda-roupa — duas malas, com as mais garridas toilettes”.⁵⁵

A “invasão” feminina no mundo da aviação gerou desagrado, sobretudo masculino, considerava-se que era uma ameaça aos valores femininos tradicionais, afirmava-se, mesmo, que “[s]e pega a moda de “deixarás teu marido e tua mãe pelos heroísmos do ar” não faltarão mulheres que batam as asas”.⁵⁶ Guilherme de Moraes demonstrou abertamente o seu desagrado para com a iniciativa de Ruth Elder num artigo que publicou no *Açoriano Oriental*.⁵⁷

53 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2180, 5 de dezembro, 1927.

54 *Diário dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 10892, 5 de dezembro, 1927.

55 *Correio dos Açores* (Ponta Delgada), n.º 2151, 29 de outubro, 1927.

56 *Diário de Notícias* (Funchal), n.º 15994, 23 de outubro, 1927.

57 *Açoriano Oriental* (Ponta Delgada), n.º 4797, 22 de outubro, 1927.

A tentativa de Miss Ruth, o seu gesto altaneiro e audaz, vai frutificar ruidosamente. Amanhã os senhores verão como outras americans girls vão surgir por toda a parte... E se a moda pega, eu quero que me digam o que será dos homens, no dia em que todas as mulheres se puserem a voar!... Temos de ter cuidado. O caso pode tornar-se sério. O espírito de imitação e de emulação propaga-se sempre com violência no mundo feminino.⁵⁸

O escritor micalense Armando Côrtes-Rodrigues referiu que não sabia se devia considerar estas duas mulheres “maluquinhas” ou heroicas.⁵⁹

Apesar das opiniões pouco favoráveis do sexo masculino açoriano em relação às experiências aéreas de Ruth Elder e Lilli Dillenz, a sua passagem pelo arquipélago marcou o imaginário açoriano, não só pelo pioneirismo destas mulheres, mas também pela sua excentricidade.

Curiosamente, no ano seguinte à sua passagem pelos Açores, ainda eram recordadas pela população. No Carnaval de 1928, a memória de Ruth Elder trajando roupas masculinas serviu de inspiração à fantasia carnavalesca de Maria de Andrade Leão.⁶⁰



8 Maria de Andrade Leão vestida de Ruth Elder no Carnaval de 1928. Retirada de *Os Açores: revista ilustrada*, n.º 3, março 1928.

Conclusão

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que os voos quase simultâneos de Ruth Elder e de Lilli Dillenz não foram projetados em concorrência um com o outro, foram antes fruto das condições propícias às experiências na aeronáutica e impulsionadas pela travessia transatlântica realizada por um voo direto de Charles Lindbergh.

58 *Açoriano Oriental* (Ponta Delgada), n.º 4797, 22 de outubro, 1927.

59 *Açoriano Oriental* (Ponta Delgada), n.º 4804, 10 de dezembro, 1927.

60 *Os Açores: revista ilustrada*, n.º 3, março 1928.

Enquanto Ruth Elder era, claramente, movida pela ambição de ser a primeira mulher a realizar a travessia aérea do Atlântico Norte, Lilli Dillenz aspirava a participar no engrandecimento da sua nação, ou seja, da Áustria, numa época em que os totalitarismos estavam a ganhar na Europa. Independentemente destas razões mais pessoais de ambas as aviadoras, as motivações económicas estavam implícitas em ambos os projetos de voo.

Na planificação de ambas as viagens, os Açores aparecem como pontos de paragem obrigatória e, desastrosamente, como fim destas tentativas de voo. O facto de em ambas as margens do Atlântico planearem voos experimentais com passagem quase obrigatória pelo arquipélago açoriano, é, do nosso ponto de vista, demonstrativo da importância destas ilhas como ponto de apoio, nomeadamente numa primeira fase da evolução do sector da aviação.

A receção de Ruth Elder e Lilli Dillenz no arquipélago decorreu de forma semelhante, pois foram ambas recebidas pelos cônsules das suas nações, constituindo um procedimento usual e diplomático. A diferenciação na receção deste voo ocorreu a nível da imprensa e do mediatismo. O voo de Ruth Elder foi alvo de maior foco por parte da imprensa, nomeadamente a nível internacional, passível de ser explicado pelo protagonismo que os Estados Unidos da América vinham a ganhar desde o final da Grande Guerra. Contudo, esta conclusão poderá estar comprometida pelas fontes consultadas para este estudo, uma vez que foram apenas consultados periódicos regionais, nacionais e da diáspora portuguesa nos Estados Unidos da América, não tendo sido consultados periódicos austríacos ou germânicos. Ainda que a memória da sua passagem pelas ilhas açorianas se tenha esbatido com o tempo, não temos dúvidas de que marcou quem presenciou estes acontecimentos e teve a oportunidade de conhecer estas mulheres.

Fontes

Fontes manuscritas

BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL DE PONTA DELGADA [BPARPD], *Arquivo Tavares Carreiro*

Provas fotográficas de Ruth Edler e Lilli Dillenz, docs. 01-147-1 a 01.147-14.

Correspondência dos Serviços Aéreos Portugueses assinada por Carlos Empis, 3 de julho de 1927, doc. 7760.

Correspondência dos Serviços Aéreos Portugueses assinada por Vilas Boas, 29 de julho de 1927, doc. 7761.

Correspondência dos Serviços Aéreos Portugueses assinada por Joaquim Fialho, 16 de agosto de 1927, doc. 7765.

Fontes impressas

Açoriano Oriental (Ponta Delgada), n.ºs 4797-4804, 22/11/1927-10/12/1927.

Correio dos Açores (Ponta Delgada), n.ºs 2133-2181, 8/10/1927-6/12/1927.

Diário dos Açores (Ponta Delgada), n.ºs 10641-10895, 13/10/1927-9/12/1927.

Diário de Notícias (Funchal), n.ºs 15994-16007, 23/10/1927-9/11/1927.

Diário de Notícias (New Bedford), n.ºs 2547-2609, 15/9/1927-29/11/1927. <https://lib.umassd.edu/archives/paa/digital-newspaper-collections/>.

Os Açores: revista ilustrada, n.ºs 1 e 3, janeiro e março 1928. http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/OS-ACORES-1922-1928/OS-ACORES-1922-1928_item1/index.html?page=45.

Bibliografia

CORREIA, Mário. 2019. “O voo à Madeira e aos Açores em 1926 ou os pioneiros esquecidos”. In *100 anos de aviação nos Açores*, coord. Carlos Riley, 77-99. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

COSTA, Ricardo Madruga. 2019. “Os Açores na rota transatlântica dos hidroaviões. Do Curtis NC-4 ao Boeing 314 da Pan American Airways (1919-1939)”. In *100 anos de aviação nos Açores*, coord. Carlos Riley, 111-139. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

PETERSON, Melissa. 2015. “Charles A. Lindbergh (1902-1974)”. *MNOPedia*. Acedido a 11/7/2020. <https://www.mnopedia.org/person/lindbergh-charles-1902-1974>.

PFISTER, Gertrude. 1987. *As filhas do ar. O papel da mulher na história da aviação*. Lisboa: Ministério da Educação.

RILEY, Carlos. 2015. “A aviação naval e as escalas do Atlântico: o aeroporto da Horta e a Pan American Airways na década de 1930”. In *Actas do VI Colóquio o Faial e a Periferia Açoriana. Séculos XV a XX*, 59-69. Horta: Núcleo Cultural da Horta.

RILEY, Carlos. 2019. “Um século de aviação nos Açores: contributos para o seu estudo”. In *100 anos de aviação nos Açores*, coord. Carlos Riley, XIII-XVIII. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

SMITHSONIAN. s.d. “Aviation’s glamour girl – Ruth Edler”. *Smithsonian*. Acedido a 15 de maio, 2020. <https://timeandnavigation.si.edu/multimedia-asset/aviations-glamour-girl-ruth-elder>.

Navegando pelos Açores — etnografias da circulação marítima antes da aviação

AMAYA SUMPSI*

A primeira ideia deste projeto de doutoramento e de documentário nasce de uma viagem realizada em setembro de 2016 entre as ilhas de São Miguel e do Faial a bordo do navio grego *Santorini*, embarcação fretada pela companhia pública Atlanticoline para transportar passageiros entre as nove ilhas dos Açores de maio a setembro. A viagem mais longa, de São Miguel às Flores, tem uma duração de 36 horas. Nós demoramos 16 horas na nossa travessia até ao Faial. Esta lentidão da viagem leva-nos a um outro tempo, a um outro ritmo antigo em que as horas parecem não passar. Sem nada para fazer, e com o olhar de antropólogo a que me habituei, comecei a observar com atenção os gestos, as conversas e as atitudes dos passageiros que habitam o navio durante a travessia. Sob o efeito da ondulação do mar, os corpos vão-se relaxando e as conversas também. Turistas e locais fazem do barco a sua casa e apropriam-se deste espaço, que uma vez foi luxuoso, para o transformar num acampamento improvisado, com sacos-cama e marmitas, rádios e guitarras, cartas e domínios. O barco é de facto um lugar de encontro humano, mas não só. Avistar cada uma das ilhas do mar é, de facto, uma experiência estética única, mas a calma que se instala durante a travessia interrompe-se bruscamente com o frenesim que supõe chegar a cada porto. O movimento intenso que se produz

* CRIA – Laboratório Associado (ISCTE), Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1742-2918>. E-mail: amayasumpsi@gmail.com.

durante a passagem do *Santorini* pelas ilhas parece estabelecer uma coreografia que, seguindo as indicações da tripulação, cria uma dança-espetáculo na qual a insularidade se sente como em nenhum outro sítio. De facto, este tráfico marítimo intenso de barcos, portos, pessoas e objetos não acontece em mais nenhum lugar em Portugal. Quando o *Santorini* finalmente chegou ao Faial, tive a certeza de queria fazer um filme que documentasse a vivência destas viagens.

Contudo, ao partilhar esta ideia com amigos mais velhos dos Açores, percebeu-se que a reação natural era falarem da sua juventude, quando os navios eram o único meio de transporte possível entre ilhas e entre os Açores e o mundo. Nas conversas, quase sempre cheias de nostalgia e emoção, surgiam nomes de barcos, capitães, viagens, naufrágios, relatos de solidariedade, mas também de terror. Perante toda esta informação, decidiu-se então ampliar o projeto inicial, que era apenas um filme, e iniciar paralelamente uma tese de doutoramento em antropologia que trabalhasse simultaneamente o presente e o passado da circulação marítima deste arquipélago, pois a importância do fluxo de pessoas e bens nos Açores parecia ser uma parte da memória coletiva esquecida: os estudos sociais sobre o mar nos Açores giram sobretudo em torno à pesca e à baleação, mas é rara a etnografia que aborda o mar como meio de comunicação.

Partindo da importância do tema da circulação na antropologia contemporânea, desenvolvido sobretudo no âmbito das preocupações contemporâneas com a globalização, o projeto “Entre Ilhas”, desdobrado num filme documental e numa tese de doutoramento, visa contrariar a prioridade usualmente dada a modos maiores da circulação pelo acento em modos “menores” de mobilidade, centrando-se na análise da circulação marítima no Arquipélago dos Açores a partir da década de 40 do século passado até à atualidade. Vários historiadores e geógrafos resgataram a importância dos fluxos atlânticos para a constituição dos Açores (e.g. Dias 2008; Pereira 2003; ou Meneses 1997), mas estas abordagens, focadas em circuitos de circulação à escala global e nos fenómenos de migração, deixaram, entretanto, de lado escalas mais modestas, com destaque para a circulação entre ilhas e a circulação não migratória entre o arquipélago e o continente. No entanto, e apesar do acento colocado no isolamento dos Açores, existia, antes da implementação das conexões aéreas, uma intensa e dinâmica rede de contactos entre ilhas e com o continente, baseada no transporte marítimo de carga e passageiros, que demonstra que, apesar de todos os obstáculos existentes — a precariedade das embarcações, o mar alto do Atlântico, a falta de portos, a existência de múltiplas taxas e burocracias

marítimas —, os açorianos souberam sempre encontrar estratégias para ultrapassar o isolamento. Curiosamente, a análise destas estratégias coincidiu com o período de isolamento a que o mundo se viu obrigado por causa da recente pandemia mundial. A questão que se coloca é: o que é que podemos aprender quando olhamos para estes ilhéus, que conviveram por séculos com o isolamento imposto pela sua posição geográfica?

O projeto cinematográfico e antropológico “Entre ilhas” envolveu três anos de trabalho de campo e muitas horas de investigação, escrita, seleção de arquivos, filmagens e edição. No trabalho de campo, foram realizadas numerosas viagens a bordo dos navios de transporte de passageiros entre as 9 ilhas do arquipélago, e foram registadas mais de 60 entrevistas e conversas com açorianos provenientes de todas as ilhas, a maioria com mais de 50 anos, e muitos acima dos 75 anos. Entre os interlocutores das nove ilhas que foram entrevistados há passageiros da 1.^a classe, mas também da 3.^a, há capitães, marinheiros e despenseiros, há políticos e cabos-de-mar, músicos de bordo e caixeiros-viajantes¹. Quantas mais memórias eram recolhidas mais claro ficava o facto de que para estes ilhéus, o mar, longe de ser um espaço vazio (ou um não-lugar) que apenas separa as ilhas, tinha sido sempre um espaço social repleto de significados e memórias. Como diria numa das nossas conversas o professor Luís Nemésio Serpa, professor e antigo presidente da Câmara Municipal da Calheta de São Jorge, “o mar antes era realidade, era um terminal de comunicação; agora vão nadar, vão pescar, mas já não tem a mesma importância que tinha antes. Agora o mar é apenas um ato fictício”. Por outro lado, muitos dos entrevistados chamam a estes antigos navios “a décima ilha”, lugar onde as pessoas se encontravam e partilhavam uma experiência em comunidade. Em 1950, havia ainda poucas estradas nas ilhas, e o contacto entre fregueses muitas vezes só acontecia em alto mar, quando coincidiam numa viagem para fora da ilha ou do arquipélago. O barco era também um lugar de maior liberdade do que a terra, e muitos são os relatos daqueles que associam estas viagens aos seus primeiros contactos com a sexualidade. Era igualmente através destas viagens que se construíam muitos dos laços de afetividade e solidariedade entre os ilhéus: a bordo dos iates do Pico como o *Terra Alta* ou o *Santo Amaro*, ou dos

1 Infelizmente, muitos dos interlocutores que entrevistei morreram no intervalo entre as filmagens e a montagem, pondo de relevo a urgência deste registo, pois só através das histórias que estas pessoas contam consegue-se resgatar as memórias de uma navegação e de um tempo ao qual ainda não prestamos a devida atenção, talvez por ser tão próximo, e por não contar com a visibilidade que os processos de patrimonialização deram a outras atividades como a pesca e à baleação.

grandes vapores como o *Carvalho Araújo* ou o *Lima*, e ainda do icónico navio *Ponta Delgada*, cujo capitão, o Sr. Armando Soares, marcou com o seu carisma as nove ilhas, e cujo despenseiro, o Sr. Ferreira, ajudou numerosas famílias ao transportar ao seu cuidado medicamentos, animais, documentos, comida. As partidas e chegadas dos navios também marcaram o ritmo quotidiano das ilhas: o dia em que chegava o navio, conhecido como o dia de São Vapor, era, em ilhas como as Flores, o dia mais importante do mês. Era nesse dia que chegava o mundo a este recanto atlântico, e o açúcar. As despedidas nos portos pontuam também as memórias de cada uma das ilhas: especialmente marcante foram, por exemplo, as despedidas para a guerra de ultramar ou para a emigração, com choros e panos brancos a coreografar o mar.

O transporte marítimo de passageiros tem o seu papel na construção da identidade açoriana, ora como prática unificadora do arquipélago, ora como elemento diferenciador do Portugal continental, pois as viagens por mar estabelecem uma vivência do movimento e constroem um discurso e um olhar peculiar (Gibson 1986; Urry 2007). Na obra, *Corsário das Ilhas*, conjunto de crónicas de viagem escritas por Vitorino Nemésio durante dois regressos aos Açores, em 1946 e 1955 lê-se:

Não sou marinheiro, mas sou ilhéu e por tanto embarcado... Os navios que ancoravam no portinho da Praia, eram eles que nos davam a certeza de um mundo mais amplo e povoado; eles que traziam os estímulos e o anúncio das longitudes. (Nemésio 1956, 121)

O projeto “Entre ilhas” recolhe numerosas memórias e arquivos sobre esta intensa circulação marítima, nomeadamente antes da chegada do avião, que contrariam a ideia de imobilismo e isolamento profundo normalmente associada aos Açores. As ilhas não são, obrigatoriamente, lugares estáticos, isolados, dependentes, periféricos e imóveis, ou pelo menos não o são sempre com a mesma intensidade. A pesquisa desenvolvida neste sentido mostra que a geografia é em si uma narrativa performativa, em contínua mudança e reconfiguração. Por todos estes motivos, o projeto “Entre Ilhas” propõe uma nova abordagem aos Açores que desconstrua as dicotomias ilha/continente e terra/mar que tem dominado o discurso ocidental sobre as ilhas, sugerindo no seu lugar outras formas de olhar para este arquipélago.

Propõe-se, em primeiro lugar, deixar de abordar a ilha em oposição ao continente, colocando no centro da pesquisa a relação entre umas ilhas e outras: os arquipélagos não são apenas um conjunto de ilhas que convivem

lado a lado, mas antes um conjunto de espaços que atuam em concerto e que se reconfiguram permanentemente. Esta forma de pensar o espaço insular, conhecida no estudo das ilhas como *archipelagic thinking*, permitir-nos-á descolonizar a ilha, transportando-a das margens do mundo para o seu centro. Propõe-se, também, deixar de lado a dicotomia terra (como espaço social) e o mar (como espaço vazio), e passar a pensar nestes dois meios como um território social e identitário *continuum*. Voltar a nossa atenção para outras geografias pode ajudar: o geógrafo australiano Peter Hayward, por exemplo, cunha em 2012 o termo “Aquipélago” para designar as ilhas do Pacífico. Os Aquipélagos, em contraste com os arquipélagos, resultam da

combinação das paisagens terrestres e marinhas de um grupo de ilhas e constituem uma unidade social existente num local em que os espaços aquáticos entre e em torno de grupos de ilhas são utilizados e navegados de forma fundamentalmente interconectada e essencial à vivência das pessoas e aos seus sentimentos de identidade e pertença. (Hayward 2012, 3 e ss)

Em conversa com o atual diretor do Museu das Lajes do Pico, o Dr. Manuel Costa Júnior, este afirmaria: “nos Açores, o mar é essencial, a terra circunstancial”. Na sua famosa comunicação sobre a Açorianidade (1932), o próprio Vitorino Nemésio colocaria o açoriano num plano *continuum* de terra e mar, verbalizando, sem o saber, o equipélago dos Açores: “Com as sereias, temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar”.



ENTRE ILHAS (2022)

Documentário/ 76' /Portugal

Realização, argumento e cinematografia:

Amaya Sumpssi

Assistente de Realização/Captação de

som: *Eduardo Ventura*

Captação de som adicional: *Inês Rodarte e*

Diana Diegues

Direção de Produção: *Diana Diegues*

Montagem de som e mistura: *Hugo Leitão*

Compositores: *Lucas e Carlos Medeiros, Luís Senra, Grupo Ronda das Nove, António Severino*

Edição: *Rita Figueiredo, Amaya Sumpssi, Pedro Gancho*

Produção Executiva: *Renata Sancho*

Produtora: *Cedro Plátano*

Distribuição: *Zero em Comportamento*

Apoios: *ICA, RTP, Governo dos Açores, Direção Regional da Cultura, Atlânticoline, Agecta, CRIA, Cedro Plátano.*

1 Ficha técnica e cartaz do documentário “Entre Ilhas” (2022), com fotografia cedida por Dieter Ludwig, que ilustra o transporte de um autocarro de carreira entre as ilhas do Faial e o Pico, em junho de 1979.

Sobre o filme:

<https://cedroplatano.pt/Entre-Ilhas>

<https://zeroemcomportamento.org/filmes/entre-ilhas/>

Trailer:

<https://youtu.be/h3Cw2TqDlSs>

Exibições:

Circuito Nacional:

Teatro Faialense (antestreia); Cinemateca Portuguesa (estreia); Cinema City Alvalade (circuito comercial); Cinema City Leiria (circuito comercial); Cinema City Setúbal (circuito comercial); Cinema Trindade – Porto (circuito comercial); Atlântida Cine – ilha de Santa Maria; Teatro Micaelense; Auditório Municipal das Lajes do Pico; Auditório da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico; Auditório Municipal da Madalena do Pico; Museu Francisco de Lacerda – Calheta, São Jorge; Auditório Municipal das Velas – São Jorge; Museu Marítimo de Ílhavo; Cineteatro João Verde – Monção; Cineteatro São

Brás de Alportel; Teatro Lethes – Faro. *Exibições confirmadas*: Escola Superior de Comunicação – Lisboa (junho 2023); Azores Burning – São Miguel (agosto 2023); Museu Manuel Arriaga – Faial (outubro 2023); Cinema Nós – Funchal (novembro 2023).

Circuito Internacional:

Kelíbia (Tunísia) – FIFAK-Festival International du Film de Kelíbia; Lorient (France) – Festival du Cinema Pecheurs du Monde; Zamora (Espanha) – Festival Internacional Etnovideográfica.

Nomeações/ Prémios/ Menções Honrosas:

Prémio ao melhor cartaz de cinema da Academia Portuguesa de Cinema (Sophia Mello Breyner 2023)

Nomeado ao melhor documentário em longa-metragem pela Academia Portuguesa de Cinema (Sophia Mello Breyner 2023)

Menção Honrosa prémio “Margot Dias e Benjamim Pereira”, Associação Portuguesa de Antropologia (2022)

Televisão:

Filme vendido à plataforma de vídeo *on-demand* TV Cine e à plataforma Filmin. Filme estreado na RTP1 no dia 17 de Março de 2025.

Bibliografia

- DIAS, Fátima Sequeira. 2008. *Os Açores na História de Portugal: Séculos XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GIBSON, James Jerome. 1986. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston, MA: Houghton Mifflin.
- HAYWARD, P. 2012. “Aquapelagos and aquapelagic assemblages: Towards an integrated study of island societies and marine environments”. *Shima* 6 (1): 1-11.
- MENESES, Avelino de Freitas de. 1997. “Os Açores na História do Atlântico: Sustentáculo da Aproximação dos Mundos e Acervo de Património Cultural Submarino”. Separata de *ARQUIPÉLAGO. HISTÓRIA*, 2ª série. Ponta Delgada.
- NEMÉSIO, Vitorino. 1986c [1932]. “Açorianidade”. *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, ed. M. Margarida Gouveia, 401-402. Lisboa: ICALP.
- NEMÉSIO, Vitorino. 1956. *Corsário das Ilhas*. Lisboa: Bertrand.
- PEREIRA, António S. 2003. “A Fronteira Líquida do Paraíso: Viagens no Atlântico entre o Mito e a Realidade”. *Beira 2*: 129-150.
- URRY, John. 2007. *Mobilities*. Malden, MA: Polity Press.

II.
NARRATIVAS E POESIA
STORIES AND POETRY

Uma turista emancipada: A viagem de Esther Bernard a Portugal em 1801^{*}

INÊS THOMAS ALMEIDA^{**}

Esther Bernard viveu entre 1770 e 1836 e foi uma escritora e tradutora alemã de origem judaica. É relativamente conhecida nos círculos académicos alemães como uma das pioneiras dos direitos das mulheres do século XVIII, especificamente o direito à educação, o direito de viajar, o direito de escrever e o direito de expressar publicamente a sua voz. O seu relato sobre Portugal foi publicado em dois volumes: *Briefe während meines Aufenthalts in England und Portugal an einen Freund* (Bernard 1802), e *Neue Reise durch England und Portugal* (Bernard 1803), volumes esses que foram posteriormente reunidos numa só publicação, *Briefe über England und Portugal an einen Freund. Neue Reise durch England und Portugal* (*Ibidem*). No entanto, os seus textos sobre Portugal não têm sido estudados, nem na Alemanha, nem em Portugal. Sabendo que na literatura de viagem um relato é sempre, forçosamente, moldado pelas experiências pessoais e culturais de quem o produz, será feita aqui uma breve apresentação biográfica

^{*} Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projecto de Investigação “FEMUS 18: Spaces and profiles of Women Making Music in 18th-Century Portugal” (2023.09324.CEECIND), aprovado na 6.ª edição do Concurso internacional Estímulo ao Emprego Científico Individual.

^{**} Investigadora do Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança (INET-md), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4683-9499>. E-mail: inesthomas@fcsh.unl.pt.

desta viajante, de seguida destacar-se-ão alguns aspetos do seu relato de viagem sobre Portugal e, por último, serão expostas as considerações finais.

Esther Bernard,¹ de seu nome de solteira Esther Gad, nasceu em Breslau, Prússia (atual Wrocław, na Polónia) numa ilustre família de célebres rabinos de Cracóvia. A erudição familiar era tradicionalmente transmitida através do canal masculino, estando a educação das meninas burguesas limitada ao seu futuro papel de esposas e mães. No entanto, de forma autodidata e com a ajuda do irmão mais velho, Esther Bernard aprendeu francês, inglês e italiano e mostrou desde cedo uma “inclinação para a música” (Schindel 1823, 183). Em 1791, casou-se com o comerciante Samuel Bernard, do qual se divorciou cinco anos depois. Desta união nasceram dois filhos, Jonas (nascido em 1791) e Jeannette (nascida em 1795). Pouco depois do divórcio, Bernard mudou-se para Dresden e depois para Berlim, com a intenção declarada de dar aos filhos uma educação melhor. Em Berlim, Esther Bernard tornou-se rapidamente uma presença regular nos famosos e fervilhantes salões literários. Traduziu romances da aristocrata francesa Madame de Genlis e tornou-se amiga do poeta Jean-Paul Richter (1763-1825) e dos irmãos Friedrich e August Wilhelm Schlegel, sendo referida como “Madame Bernard — a Bernard dos Schlegels” (Schmitz 2013, 551). Era uma espectadora assídua da ópera e do teatro, tendo publicado textos sobre várias récitas, como é o caso da sua crítica sobre a peça de teatro *Piccolomini* de Friedrich Schiller (Bernard 1799, 383-385). Leitora atenta de Mary Wollstonecraft (1797-1851), uma das precursoras dos movimentos feministas na Europa, Esther Bernard tornou-se conhecida no seu tempo como a “Wollstonecraft alemã” (Schindel 1823, 104). Envolveu-se numa polémica com o eminente pedagogo Joachim Heinrich Campe (1746-1818), que afirmava que a educação das mulheres deveria limitar-se a alguns ensinamentos primários de leitura e escrita, apenas o suficiente para as apoiar no estrito propósito futuro da maternidade e educação dos filhos. Bernard recusou-se a limitar a educação das mulheres a um nível básico: quanto mais alta a educação da mulher, maior e melhor seria a que dava aos seus filhos; e assim, Bernard não se coibiu de chamar publicamente a Campe — ao eminente e aclamado pedagogo Campe — de irresponsável, pelo facto de, do alto da sua autoridade, estar a espalhar preconceitos sobre as mulheres.² Em Berlim, Bernard contraiu

1 Para mais informações biográficas sobre Esther Bernard, consultar: Meier 2010 e 2007; Scheitler 1999; Schindel 1823, 102-106.

2 Curiosamente, os dois volumes dos relatos da viagem de Bernard a Portugal foram publicados pelo sobrinho de Campe, August.

noivado com Wilhelm Domeier (1763-1815), um médico alemão a serviço do Príncipe August Frederick (1767-1820), Duque de Sussex, filho mais novo do Rei George III da Inglaterra. Em 1801, o príncipe veio a Lisboa tratar de negócios, mas como era asmático viajava com o seu médico, que era Domeier. Para poder acompanhar o noivo a Lisboa, Esther Bernard converteu-se ao cristianismo, condição necessária para um futuro casamento. Esther Bernard, agora batizada como Lucie, foi então para Lisboa e aí permaneceu de junho de 1801 a março de 1802. Regressou a Inglaterra, onde viveu, com algumas interrupções, de 1802 até à sua morte em 1836.

Uma vez chegada a Lisboa, foi evidente o desagrado da escritora prussiana pelo enorme grau de repressão à visibilidade e participação das mulheres na vida pública:

Em parte nenhuma as mulheres vivem com mais limitações do que aqui. Uma mulher ou menina de classe média não pode permanecer na mesma divisão onde o pai ou o marido receba uma visita do sexo masculino. Nem pensar em sair de casa: só muito raramente se vê uma portuguesa na rua. [...] Raramente vão a outro lugar que não seja a Igreja [...] e ainda mais raramente saem sozinhas. Normalmente são seguidas de perto por uma ou duas criadas. Quem não puder dispensar uma criada do serviço caseiro, ou quiser ser acompanhada por mais do que uma criada, aluga uma. (Bernard 1802, 220-222)³

Bernard descreveu com ironia algumas das medidas ridículas usadas para assegurar as muitas restrições às mulheres:

Na parte ocidental da cidade fica o real Palácio das Necessidades, ao qual se liga um convento com o mesmo nome que tem um belo jardim; mas eu só posso falar do que ouvi dizer, pois as mulheres não podem entrar no jardim. Houve, contudo, uma inglesa que foi levada pela curiosidade de guiar os pobres religiosos à tentativa: vestiu-se com roupas de homem e foi ver o jardim. Quando alguns dias mais

3 “Nirgend leben die armen Frauenzimmer eingeschränkter als hier. Eine Frau oder ein Mädchen des Mittelstandes darf nicht im Zimmer bleiben, wenn der Gatte oder Vater einen männlichen Besuch erhält. Ausgehen ist fast gar nicht zu denken; nur äusserst selten sieht man einmal eine Portugiesin auf der Straße. [...] Selten gehen sie weiter als bis in die Kirche (...) Noch seltener gehen sie allein aus. Gewöhnlich folgen ihnen ein oder zwey weibliche Bedienten dicht hinterher. Wer seine Magd im Hauswesen nicht entbehren kann, oder von mehr als einer begleitet seyn will, der miethet eine solche Begleiterin”. Tradução da autora.

tarde a artimanha foi descoberta, aspergiram todas as plantas com água benta. (*Ibidem*, 224)⁴

Para a independente Bernard, divorciada, habituada a escrever e publicar textos, a participar em debates, defender publicamente a sua opinião, a movimentar-se sozinha e sem pedir autorização, quer se tratasse de viagens e passeios, ou idas a bibliotecas, museus, ópera e salões, era natural que se sentisse incomodada com a discriminação a que as mulheres em Portugal eram sujeitas, e a tomasse como sinal de atraso. Esther Bernard era uma mulher que publicava com o seu próprio nome, que ousava remar contra a corrente e se sentia à vontade para dizer o que pensava mesmo à mais eminente das autoridades, sempre com um tom irónico e por vezes até sarcástico. Assumia publicamente a sua posição de mulher autónoma, pensante, com discernimento suficiente para fazer as suas próprias escolhas:

Jamais repetirei, conscientemente, este ou aquele comentário porque um qualquer homem famoso o fez antes de mim. Quero ver com os meus próprios olhos e anotar apenas as minhas observações. (Bernard 1802, 6)⁵

Para Bernard, o seu relato de viagem não era apenas um testemunho de viagem: era uma prova de suas capacidades intelectuais e, por extensão, das capacidades intelectuais das mulheres. Conscientemente, não quis associar o seu género ao seu texto: apesar de estar em Portugal com o marido, e possivelmente com os seus dois filhos de um casamento anterior, nunca falou da sua vida familiar, nem como esposa ou como mãe, o que seria esperado de uma mulher do seu tempo que escrevesse um relato de viagem. Pelo contrário, escreveu sobre assuntos gerais, como entretenimento, vida pública, gestão urbana, e outros assuntos comuns aos relatos de viagens masculinos, com

4 “Am westlichen Theile der Stadt liegt der königliche Palast Necessidades, an welchen ein Kloster gleiches Namens stößt, das einen vortreflichen Garten hat; ich kann aber nur vom Hörensagen [...] urtheilen: denn kein weiblicher Fuß darf diesen Garten betreten. Eine Engländerin wurde jedoch einmal von ihrer Neugierde versucht, die armen geistlichen Herrn in Versuchung zu führen; sie zog Mannskleider an und besah den Garten. Als man die List nach einigen Tagen entdeckte, wurden die Pflanzen mit Weihwasser begossen”. Tradução da autora.

5 “Ich werde nie diese oder jene Bemerkung gewissenhaft nachbeten, weil sie dieser oder jener berühmte Mann vor mir gemacht hat. Ich will durchaus mit eigenen Augen sehen, und will nur meine individuellen Wahrnehmungen niederschreiben”. Tradução da autora.

considerações muito depreciativas e uma animosidade indisfarçável em relação a quase tudo o que via. Do outro lado do espectro, as suas observações sobre a ópera de Lisboa são bastante agradáveis e até laudatórias.

É necessário recordar que, embora existam alguns relatos de viagens escritos por mulheres no século XVIII, o próprio ato de viajar era visto como uma negligência das obrigações femininas para com o lar e a família, algo associado a um nível de independência que era visto com reticências e fortes críticas. Não é de surpreender que os relatos escritos por mulheres estivessem cercados por toda uma série de restrições e expectativas de gênero, que é importante não perder de vista ao fazer a sua análise. Irmgard Scheitler, uma especialista alemã em literatura de viagem, analisou no seu livro *Gattung und Geschlecht: Reisebeschreibungen deutscher Frauen 1780-1850* (Scheitler 1999) cerca de cinco centenas de relatos de viagens escritos por mulheres alemãs entre 1780 e 1850 e constatou que nenhum deles recebeu uma única crítica positiva de nenhum autor seu contemporâneo do sexo masculino. É de Scheitler a observação: “Uma história da produção literária feminina deve ser também uma história dos obstáculos à escrita feminina” (*Ibidem*, 28).

Bernard comentou a forte presença da influência afro-brasileira que se fazia sentir em Lisboa, sendo disso um exemplo visível o uso generalizado da farinha de pau ou de mandioca, que Bernard referiu vir do Brasil e ser típica de Lisboa, havendo em todo o lado, doce e salgada, para preparação de toda a sorte de bolos e os pães (Bernard 1803, 28-29). Já a propósito da vida social, dizia Bernard que havia muito poucos encontros e raríssimos concertos públicos (*Ibidem*, 32). Com efeito, em Lisboa os salões literários eram em número significativamente menor do que em Berlim, e eram praticados sobretudo entre a alta aristocracia, como sejam o salão de Leonor de Almeida, Condessa de Oeynhausen e futura Marquesa de Alorna (1750-1839), ou o de Teresa de Mello Breyner, Condessa do Vimieiro (1739-depois de 1794). Entre a burguesia, o comum eram as assembleias, onde o foco não era a discussão literária e filosófica, mas sim o entretenimento, modelo aliás que também era seguido mesmo nos salões aristocráticos.

Em relação à vida cultural portuguesa, Bernard fez uma descrição muito completa do Teatro de São Carlos, em Lisboa, com enumeração de detalhes importantes sobre a disposição dos lugares, a decoração e a iluminação. Sensível à participação feminina, Bernard não deixou de notar a ausência das mulheres na plateia, sendo a sua presença possível apenas nos camarotes. A justificação para esta regra era que na plateia não se sabia quem se sentaria ao lado da senhora, e até poderia ser, hipoteticamente, um homem, o que seria

intolerável para a honra dela e da sua família. Bernard descreveu a voz do cantor principal, o *castrato* Girolamo Crescentini (1762-1846), como estando nos píncaros da arte vocal e a música ouvida do compositor Christoph Willibald Gluck (1714-1787) como algo que “toca verdadeiramente a fronteira do belo e do sublime na música” (Bernard 1802, 261-263); descreveu as apresentações de *ballet* da bailarina francesa Marie-Antoinette Monroi e descreveu também a iluminação de outro teatro de ópera, o Teatro da Rua dos Condes, fornecendo dados que não constam das gravuras nem de outros diários de viagem que possuímos desse período. Também prestou atenção às vozes naturais das mulheres, que cantavam em suas casas, em reuniões domésticas, e descreveu minuciosamente uma dança popular executada por um menino e uma menina, quer do ponto de vista musical, quer do ponto de vista coreográfico. Bernard mostra uma tendência — comum a muitos viajantes estrangeiros — de projetar o seu próprio modelo estético, do país de origem, sendo mais ou menos recetiva conforme encontrasse, ou não, esse modelo na realidade observada. Há, assim, toda uma avaliação subjetiva que encontra ecos num meta-discurso apreendido de antemão, e que é aplicado às suas observações: tudo o que se relacionasse com as características supostamente naturais, intrínsecas do povo português, e do mundo que este habitava (impressões alinhadas com os modelos pré-românticos de natureza, pureza, tradição popular etc.), era visto como agradável. O enlevo de Bernard pela bailarina francesa Monroi pode ser visto como a exteriorização das suas preferências pessoais por esses mesmos modelos pré-românticos (o etéreo, o sobrenatural, o corpo que parecia “pairar no ar” como uma “sífide”) (Bernard 1802, 263), bem como o seu agrado — ou mesmo alívio — pelo reconhecimento de um modelo seu conhecido, que era o mesmo que se fazia em Berlim; o mesmo é válido para os seus elogios aos compositores Gluck, Grétry e Dalayrac, que ouviu no São Carlos, por oposição aos compositores italianos que, embora constituíssem na altura a esmagadora maioria dos espetáculos de ópera de Lisboa, não são mencionados uma única vez em todo o diário de viagem. Ao mesmo tempo, como mulher judia, tinha uma percepção de Portugal, ou melhor, do governo português, como sendo, em primeiro lugar, o autor da perseguição aos judeus e da sua expulsão, logo, um governo injusto, ignorante e tolo. Desta forma, tudo o que estava relacionado com a Igreja ou o poder do Estado era visto como horrível e ridículo. O Teatro de São Carlos, que apresentava influência italiana, francesa e até alemã, sendo totalmente independente da esfera religiosa e apresentando várias semelhanças com a prática da ópera de Berlim, foi muito elogiado por Bernard, que ali terá reconhecido elementos típicos do que seria, na sua ótica, um verdadeiro teatro

de ópera. Já a música religiosa, por outro lado, como a que ouviu no sumptuoso Convento de Mafra, e que era elogiada pela esmagadora maioria dos restantes viajantes estrangeiros, provocou nela a maior repulsa, tendo Bernard descrito toda essa prática musical sacra como uma gritaria pavorosa.⁶

É interessante notar que a escrita de Bernard não era aquilo que à época se teria chamado “feminina”: não espelhava as convenções de género então atuais nem acenava com os atributos que se queria forçosamente aplicados às mulheres: doçura, suavidade, superficialidade, restrição a temas específicos. Pelo contrário, Bernard fez questão de usar um tom livre, mordaz, mas também com fina ironia e humor, ao qual não se poderia, à partida, atribuir uma autoria masculina ou feminina. O que havia era uma questão de atenção, uma preocupação maior com os assuntos relacionados com as mulheres, em especial para as situações de opressão ou discriminação. O tratamento dado às mulheres de classe média e a sua exclusão social da praça pública mereceram um comentário por parte de Bernard. Da sua experiência pessoal, sublinhou o facto de lhe ser negado o acesso à biblioteca do Convento de Mafra: “O convento tem uma coleção formidável de instrumentos matemáticos e uma biblioteca de cinco mil livros, mas os meus olhos femininos não foram autorizados a ver nada disso, só a sala de jantar” (Bernard 1802, 365). Já as portas da biblioteca pública do edifício do Tribunal, na Praça do Comércio, não lhe foram barradas, e quer a quantidade e qualidade de livros — oitenta mil livros, incluindo livros manuscritos e em árabe — quer a amabilidade dos bibliotecários, que “merecem o mais profundo agradecimento de qualquer viajante”, lhe mereceram elogios (*Ibidem*, 239). Outra situação que comentou, e que possivelmente teria passado despercebida a um viajante do sexo masculino, foi o facto de a estalajadeira do albergue da Rua de Buenos Aires, onde estava hospedada, ter passado toda a hora da refeição a servir os hóspedes, mas sem nunca se sentar à mesa, contrariamente ao seu marido, que fazia parte dos convivas e com eles, sentado, almoçava. O seu comentário não era de crítica à mulher pelo facto de não se sentar à mesa e reclamar o seu espaço, pelo contrário: numa subtil valorização do trabalho feminino, e chamando a atenção para a relação inversamente proporcional, para a mulher, entre o trabalho e o reconhecimento, escreveu que as mulheres que passavam toda a manhã a preparar a refeição e no final não se sentavam à mesa, eram como Shakespeare, que na estreia de *Hamlet* acabou por fazer apenas o papel do fantasma (*Ibidem*, 334-335). A sua sensibilidade

6 Sobre as nuances de percepção musical no relato de Esther Bernard, e especificamente sobre a sua apreciação da música ouvida em Mafra, leia-se Almeida 2017.

para as lutas das mulheres é exemplificada também com a divagação sobre as expectativas das raparigas e aquilo que lhes era ensinado (*Ibidem*, 336); usando como pretexto a gravidez da ajudante de cozinha, nessa mesma estalagem lisboeta, refletiu sobre a superficialidade de se ensinar às raparigas que a beleza era o bem maior, pois poderia potencialmente conduzir a um casamento, logo, a um sustento, sendo que para muitas mulheres esse matrimónio acabava por ser “um pesado grilhão que as amarram e arrastam pela vida fora, por caminhos que não lhes agradam”, concluindo que a educação feminina, pelo contrário, poderia dar às mulheres meios para se alimentarem a si próprias:

Como deve ser agradável para o homem estar seguro de que a mulher não se limita a dar-lhe a mão para conseguir quem a sustente, já que tem ela própria essa capacidade! E quão edificante é para a mulher a nobre consciência de não ter de se vender, e de que pode ela própria adquirir tudo quanto precisar. (Bernard 1802, 256-257)⁷

Olhando simultaneamente para o texto, para o percurso e para a circunstância sociopolítica da escritora, vemos que Esther Bernard utilizou várias estratégias para conseguir que os seus relatos fossem lidos. Uma delas foi citar constantemente os autores que leu: em vários momentos do relato, há referências bibliográficas e listas de livros consultados. Este é um ponto importante: a necessidade de afirmar a voz feminina como confiável e conhecedora, capaz de preparar um relato objetivo e digno de leitura. Ao contrário do relato masculino, que implicava, desde o início, a ideia de que o seu autor seria lido com seriedade pelos seus pares, nos relatos de mulheres, sempre que se propusessem abandonar o registo sentimental e emocional que delas se esperava, e se lançassem em considerações históricas, filosóficas ou analíticas, havia uma necessidade de legitimação, manifestada na citação recorrente de livros que a autora lera sobre determinado assunto, e que serviam para sustentar e dar um cunho de seriedade às suas afirmações. Outra estratégia usada foi dedicar o diário

7 “Wie dem auch sey, so bleibt es doch immer eine von den Vorzügen dieses Landes, daß den Frauenzimmern hier tausendfache Mittel gelassen sind, sich auf eine anständige Art selbst zu ernähren, und sich des größten Erdenglücks, der Unabhängigkeit, so viel diese unter Menschen möglich ist, zu versichern. Dies muß einen beglückenden Einfluß auf beyde geschlechter haben. Denn wie angenehm muß es für den Mann seyn, wenn er die Ueberzeugung haben kann, daß ihm das Weib nicht bloß die Hand reicht, um sich einen Versorger zu verschaffen, da sie diesen in ihren eigenen Fähigkeiten hat! Und wie erhebend ist für die Frau das edle Bewußtsein, daß sie sich nicht zu verkaufen braucht, und daß sie so viel erwerben könnte, als sie nöthig hat”. Tradução da autora.

de viagem a um poeta influente, neste caso Jean-Paul Richter (1763-1825),⁸ que ocupava uma posição muito proeminente nos salões literários de Berlim, onde Bernard precisamente queria que o seu texto fosse lido. Num ambiente onde havia leituras públicas de cartas nos salões literários, a correspondência com um poeta idolatrado era uma boa possibilidade de se afirmar como escritora. É importante notar que em 1800 Bernard tinha tentado encontrar um editor para um seu romance, *Os Irmãos (Die Geschwister)*, mas ninguém quisera publicá-lo. Mas dois anos depois, poucos meses depois de deixar Lisboa, o seu diário de viagem foi publicado com o nome: *Cartas durante minha estadia na Inglaterra e Portugal* (1802), e no ano seguinte havia já um segundo volume, *Novas viagens em Inglaterra e Portugal, em cartas a um amigo* (1803). O destinatário não identificado das cartas era Jean Paul Richter, que reagiu com indiferença e não teve nenhuma reação pública conhecida. No entanto, para Bernard essa forma foi a garantia de publicação, o que não teria acontecido se ela tivesse intitulado a história simplesmente “Viagens” ou “Notícias da Inglaterra e Portugal”, como faziam os viajantes homens. Para Bernard, cujo romance já tinha sido rejeitado, a escolha de uma suposta — embora fictícia — forma de correspondência em livro foi a estratégia encontrada para possibilitar a publicação do seu texto e promover a sua divulgação em leituras públicas nos salões berlinenses. No universo editorial, havia uma diferença substancial entre ser-se um autor — ou seja, alguém que criasse uma obra literária, fosse ela um romance ou um ensaio, onde era forçoso reconhecer a capacidade intelectual e o discernimento de quem a criava, naturalmente um homem — ou ser-se apenas alguém que escrevia cartas, uma atividade indiferenciada e que não pressupunha, pelo menos em teoria, uma especial destreza intelectual. Era mais difícil reconhecer às mulheres a capacidade de escrever um ensaio ou um romance, do que a de escrever uma simples correspondência. Nesse sentido, a participação e mesmo a reação do destinatário epistolar — fosse ele Jean-Paul ou outro qualquer — era perfeitamente irrelevante: tratava-se, para Bernard, de uma encenação que possibilitava a publicação do seu texto. Por fim, nomeie-se ainda como estratégia o uso de uma assinatura ambígua, como encontramos no primeiro volume destes relatos: “E. Bernard, nasc. Gad”, uma formulação

8 Jean-Paul Richter foi um celebrado poeta pré-romântico que alcançara grande notoriedade em Berlim com o romance *Die unsichtbare Loge* (1793) e, sobretudo, com *Hesperus* (1795), que foi o maior sucesso literário na Alemanha depois do *Werther* de Johann Wolfgang Goethe. Para mais informações leia-se, entre muitos outros, Bruyn 2015 e Wölfel 1989.

que em alemão é inconclusiva quanto ao género (o particípio “nascido”, abreviado para “nasc.”, é neutro em termos de género, como em inglês “born”); já no segundo volume, após o sucesso do primeiro, Bernard escreveu, de forma mais assertiva e porventura mais simbólica da sua tomada de consciência enquanto escritora que reclama o seu lugar público, “Lucie Bernard, nasc. Gad”.

Alguns anos depois, Bernard falou abertamente sobre estas estratégias. Em 1814, quando morava já em Londres, Bernard escreveu uma recensão crítica de várias passagens do livro de Madame de Staël (1766-1817) sobre a Alemanha (Staël 1813), e publicou essa recensão originalmente em inglês. Nesse ensaio, Bernard não revelou o seu nome, assinando apenas “uma pessoa alemã” (“a German”), o que deixava de lado a questão do género de quem tinha escrito o texto. Mas nesse mesmo ano, traduziu o seu próprio texto para o alemão, e desta vez indicou um destinatário explícito: “Com um texto dedicado a Jean-Paul Richter”. Neste texto introdutório, Bernard afirmou claramente o que a levou a escrever o nome do poeta:

Não é de forma alguma o meu intuito, através deste prefácio, dar-lhe a si uma prova pública do profundo e duradouro respeito que lhe tenho desde que o conheci. O meu desejo é antes provocar, através do seu nome na capa, um parecer favorável a esta minha pequena obra. (Bernard 1814, iii-iv)⁹

Era absolutamente irrelevante que Jean-Paul Richter respondesse às dedicatórias de Bernard: o seu papel era apenas decorativo, um chamariz, para tornar possível uma publicação ensaística que, vinda de uma mulher burguesa, sem proteção aristocrática nem de qualquer outra índole, dificilmente teria sido aceite de outra forma. A clara exposição desse facto, por parte de Bernard, era uma tomada consciente de posição sobre as diferentes regras de publicação consoante o género. Ela conhecia bem as restrições que lhe eram impostas, não se coibiu de as denunciar e aproveitou, como pôde, todas as lacunas para fazer ouvir sua voz. Ciente do absurdo dessa discriminação, Bernard revelou seu género, no final do prefácio, não sem antes criticar as circunstâncias que a tinham levado a optar por esse semianonimato:

9 “Ich bezwecke aber keineswegs, Ihnen durch diese Zueignungsschrift einen öffentlichen Beweis der innigen und immerwährenden Achtung zu geben, die ich, so lange ich Sie kenne, für Sie gehegt habe. Es ist vielmehr mein Wunsch, durch Ihren Namen auf dem Titelblatt, eine günstige Meinung für mein kleines Werk vorläufig zu erregen”. Tradução da autora.

Neste livrinho, consegui esconder o meu nome e o meu género. Penso que o juízo dos leitores é menos tendencioso e, logo, mais imparcial se eles não conhecerem nem um nem outro. Tive a honra de haver quem pensasse que o meu texto era obra de um homem. Esse erro lisonjeia-me, mas seria infinitamente mais gratificante saber que [Jean-Paul Richter] recebeu estas páginas com gentileza e que me julgou com a indulgência que uma mulher pode esperar quase sempre de homens excelentes. Com esta bela esperança, assino respeitosamente, sua sempre amiga, uma mulher alemã. (Bernard 1814, ix-x)¹⁰

Note-se a menção às mulheres, sempre julgadas com indulgência pelos “homens excelentes”, ainda que o seu trabalho fosse igualmente válido, pois não tinha sido possível aos leitores da edição inglesa distinguir sequer se aquele ensaio tinha sido escrito por um homem ou uma mulher. Mesmo sabendo que a sua obra seria criticada assim que revelasse o seu género, Esther Bernard, que conhecia bem a sua época e os seus códigos, fez questão de deixar bem claro quem era, sinalizando, como uma bandeira, que era uma mulher alemã.

Esta é uma consideração que não podemos deixar de ter em conta ao analisar o relato de Bernard sobre Portugal. Trata-se do texto de uma mulher emancipada, interessada em ocupar um espaço público e fazer valer a sua voz, em pé de igualdade com qualquer outro autor da época, sem submeter o seu texto a qualquer espécie de pré-moldagem pelo facto de se tratar de uma mulher a escrevê-lo. Pensando, possivelmente, num horizonte editorial, este é um relato pejado de descrições exageradas, histórias rocambolescas, muitas vezes visando não a fidelidade factual mas sim a opinião da autora (opinião essa que, na estética pré-romântica, era tanto mais valorizada pela sua individualidade, pelo seu cunho pessoal e subjetivo, por oposição ao racionalismo do Iluminismo e seus relatos científicos). Isto resulta num texto por vezes contraditório, em que a uma enorme carga negativa (por exemplo, na já mencionada descrição da prática religiosa em Maфра) se juntam aplausos entusiásticos

10 “Auch ist es mir bei dieser kleinen Schrift gelungen, meinen Namen und mein Geschlecht zu verhehlen. Mich dünkt, daß Urtheil der Leser ist unbefangener, und folglich unpartheiischer, wenn ihnen beide unbekannt sind. Man hat mir die Ehre erzeigt, sie für das Werk eines Mannes zu halten. Dieser Irrthum ist zwar schmeichelfür mich, aber unendlich erfreulicher würde es mir seyn, zu vernehmen, daß Sie diese Blätter mit Güte aufgenommen, und mir der Nachsicht beurtheilen haben, auf die eine Frau bei vorzüglichen Männern fast immer rechnen darf. In dieser schönen Hoffnung, unterschreibe ich achtungsvoll, Ihre unveränderliche Freundin, eine deutsche Frau”. Tradução da autora.

(como nas prestações de alguns artistas do teatro de São Carlos) e até mesmo no reconhecimento de grandes mudanças e melhorias (como por exemplo, os elogios de Bernard à gestão urbana do ministro Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), que em pouco tempo teria sido bastante eficaz na implementação de maior segurança e higiene nas ruas) (Bernard 1803, 5-6). A análise detalhada de todas as facetas da viagem de Esther Bernard a Portugal é muito matizada e extravasa o âmbito deste artigo.¹¹ Resta dizer que este texto teve não uma, mas duas edições, e muitos excertos foram publicados como artigos independentes em revistas que iam desde a moda ao planejamento urbano. Recebeu uma extensa crítica (e claro está, negativa) de Heinrich Friedrich Link (1767-1851), um botânico influente que também tinha estado em Portugal no âmbito de uma expedição científica, e que foi publicada num jornal importante da época, o *Allgemeine Litteratur-Zeitung*, em dezembro de 1803 (Link 1803). Encontramos o relato na Feira do Livro de Frankfurt e de Leipzig em 1802, que é o próprio ano da publicação, e também um ano depois. O seu sucesso é dado também pela segunda edição do livro, publicada em 1808 juntando os dois volumes num só. No universo dos relatos de viagens sobre Portugal, este foi sem dúvida um dos mais lidos na Alemanha. As lutas de Esther Bernard valeram a pena.

Bibliografia

- ALMEIDA, Inês Thomas. 2017. “‘Uma gritaria pavorosa’: A prática musical em Portugal em 1801, segundo a alemã Esther Bernard”. *Revista Portuguesa de Musicologia* 4 (2): 283-308.
- ALMEIDA, Inês Thomas. 2021. “O olhar alemão: a prática musical em Portugal em finais do Antigo Regime segundo fontes alemãs”. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- BERNARD, Esther. 1799. “Etwas über Schillers Piccolomini auf dem Berliner Theater”. In *Denkwürdigkeiten und Tagesgeschichte der Mark Brandenburg und der Herzogthümer Magdeburg und Pommern*, 383-385.
- BERNARD, Esther. 1802. *Briefe während meines Aufenthalts in England und Portugal an einen Freund*. Hamburgo: August Campe.
- BERNARD, Esther. 1803. *Neue Reise durch England und Portugal*. Hamburg: August Campe.

11 Para uma abordagem mais detalhada sobre o mesmo, leia-se a tese de doutoramento “O olhar alemão: a prática musical em Portugal em finais do Antigo Regime segundo fontes alemãs” (Almeida 2021).

- BERNARD, Esther. 1814. *Kritische Auseinandersetzung mehrerer Stellen in dem Buche der Frau von Stael über Deutschland*. Hannover: Hahn.
- BRUYN, Günter de. 2015. *Das Leben des Jean Paul Friedrich Richter. Eine Biographie*. Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag.
- LINK, Heinrich Friedrich. 1803. "Erdbeschreibung. Hamburg, b. Campe: Briefe während meines Aufenthaltes in England und Portugal an einen Freund von E. Bernard geb. Gad. 1802. Erster Theil, 433 S. Zweyther Theil 374 S. 8. (2 Rthlr.)." *Allgemeine Literatur-Zeitung* 344: 545-548.
- MEIER, Monika. 2010. "Lucie Domeier geb. Esther Gad (1770 (?) – nach 1835)". In *Brüche und Umbrüche: Frauen, Literatur und soziale Bewegungen*, ed. Margrid Bircken, Marianne Lüdeke, e Helmut Peitsch, 43-63. Potsdam: Universitätsverlag Potsdam.
- MEIER, Monika. 2007. *Esther Gad – Lucie Domeier: „ein vielgewandter weiblicher Ulisses“ in und über Berlin*. Conferência no simpósio *Berlin 1800-1830. Emancipation und Kulturmetropole*, Potsdam [não publicado, gentilmente cedido pela autora].
- SCHEITLER, Irmgard. 1999. *Gattung und Geschlecht: Reisebeschreibungen deutscher Frauen 1780-1850*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- SCHINDEL, Carl Wilhelm Otto August von. 1823. "Domeier (Esther), geb Gad". In *Die deutschen Schriftstellerinnen des neunzehnten Jahrhunderts*, vol. 1, 102-106. Leipzig: Brockhaus.
- SCHMITZ, Rainer, ed. 2013. *Henriette Herz. In Erinnerungen, Briefen und Zeugnissen*. Berlin: Die andere Bibliothek.
- STAËL, Anne Louise Germaine de. 1813. *De L'Allemagne*. Londres: John Murray.
- WÖLFEL, Kurt. 1989. *Jean Paul-Studien*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Exoticism or reality? The Azores seen by an English traveler^{*}

ANA CRISTINA CORREIA GIL^{**}

*Islands are platforms for the emergence of national identity
and for the affirmation of cultural specificity.*

Arjun Appadurai

Travel literature chronicles subjective and unique experiences in spaces that may already be well known and aimed at the masses, but that each traveler-narrator senses and describes in their own way. Therefore, it constitutes an immersion in the culture of the Other, in its difference but also in what it has in common with the traveler. This contact with the Other can be marked by euphoria—when travelers feel welcomed and enjoy a peaceful communication with the locals, while acknowledging the qualities of the destination—or by dysphoria—when narrators express their displeasure with the destination or with traveling mishaps.¹ As a result, the texts of this literary subgenre draw a picture of the destination societies and simultaneously open spaces in the discourse to convey admiration or rejection and to unveil elements that enrich

* This chapter is supported by CHAM Azores / UAc through the strategic project sponsored by DRCT (Direção Regional da Ciência e Tecnologia), reference 2020 – Apoio ao funcionamento do CHAM-A.

** Universidade dos Açores, CHAM, Portugal.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-5656-9798>. E-mail: ana.cc.gil@uac.pt.

1 See, for example, the contrast between the enthusiastic tone of Pero Vaz de Caminha's *Letter to King Manuel of Portugal Concerning the Discovery of Brazil* and the *Tragic History of The Sea*, marked by shipwrecks, diseases and other tragedies.

different fields of study: geographical, historical, linguistic, economic, political, natural, anthropological, religious, among others. Therefore, travelers sketch the identity profile of the places they visit, contributing to the imagery of these spaces, while simultaneously leaving clues for the configuration of their own identity.

In the case of *Relato da minha viagem aos Açores 1812-1814* (literally, *Report of My Trip to the Azores, 1812-1814*), Briant Barrett describes in minute detail a number aspects of the Azores Islands he visited, highlighting several identity traits of the Azores in his chronicle and, at times, contrasting them to his home country, England. This travelogue, whose manuscript is deposited at the Ponta Delgada Public Library and Regional Archive, was translated and published by Letras Lavadas in 2017 based on a manuscript that was reorganized and prefaced by Susana Serpa Silva, one of the proponents of this publication. She was also responsible for the title along with Manuela Vaz de Medeiros.

It is true that the Azores have always aroused the interest of many travelers and have been the object of a large number narratives of different types. As recently as 2020, Maria das Mercês Pacheco attested to this fact in her anthological book *Viajantes nos Açores. O olhar estrangeiro sobre as ilhas desde o século XVI / Travelers in the Azores. The Islands as seen by Foreigners since the 16th Century*, which covers a period extending from the 16th to the 21st century and brings together excerpts from dozens of authors who toured the Azores and wrote about the islands. Despite this prolific literary production on the Azores, there are relatively few works about the archipelago written in the first quarter of the 19th century, as Susana Serpa Silva mentions in her preface to Briant Barrett's travelogue (Barrett 2017, 11-12). One will only find Jean Gustave Hebbe's texts (1802), Thomas Ashe's writings (1813), William H. Prescott's letters (1815-1816), John Webster's description (1821) and Caroline Pomeroy's diary (1824). Briant Barrett visited seven of the nine islands of the Azores at the beginning of the 19th century (he did not go to Corvo and Flores due to transportation problems) and lists "improving his health" as the reason for his trip (Barrett 2017, 124). However, it is curious that he hardly mentions this subject matter throughout his narrative and, in the end, readers are left in the dark about the beneficial impact of the trip on his health. More than a vacation, this trip feels like a field expedition, as defined by Christopher K. Brown in the *Encyclopedia of Travel Literature*: "travel, at its core, may not be as we think of it—a vacation—but rather a serious activity that is filled with adversity, difficulty, and discomfort: in short, travel is a sort of work" (Brown 2000, vii).

This chronicle is divided into three parts: the first is about the discovery and history of the Azores; the second is a description of the islands he visited, and the third discusses the Portuguese laws, population and society. He only makes use of his travel notes in the second and third parts, as the first part deals with historical aspects that range from the discovery of the archipelago to the accession to the throne of the Braganza dynasty. Barrett researched several historical sources, including the classical works of the Azorean historiography, such as *Saudades da terra* (16th century) by Gaspar Frutuoso, *História Insulana* (18th century) by Father António Cordeiro, and *Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores* (17th century) by Friar Agostinho de Mont'Alverne.

One of the singularities of this narrative lies in the fact that the author opts mainly for an exhaustive and rigorous description of what he observes, although some of his remarks do not exactly correspond to reality. We should note that travel reports are always imbued with subjectivity, as they depict a personal portrayal of a given space. Readers must be aware of this issue to avoid mistaking a representation for reality:

travel literature can never be objective. These texts are always a representation of a perception, and as such, there is a significant element of subjectivity contained within them. As hard as some of these stories try to be documentary-style reports, they can never succeed in fully capturing the objective phenomena. In reading these texts we must resist the temptation to view them as anything more than an individual's take on a very complex world. (Brown 2000, vii)

If we consider that the identity of a region or nation includes both political factors (state, territory and constitution) and socio-cultural factors (language, religion, ethnicity, history, myths and art),² we can see that Barrett draws a very complete picture of the identity of the Azores Archipelago in its various components: territory (landscape, climate, fauna and flora), history, governance and law, economy, religion, customs and traditions, and character traits of the Azorean population.

2 We have expanded on this in Gil 2015, 67-90.

Territory (landscape, climate, fauna and flora)

Briant Barrett's attention is mostly focused on the details related to the territory. He covers the different islands but does not elaborate on the harder to reach areas, such as Nordeste on the island of São Miguel. Valleys and volcanoes, watercourses, lakes, fauna and flora, everything is the object of the author's detailed attention that reflects his vast scientific knowledge. Moreover, Barrett's travelogue also bears witness to his refined research on the Azores Archipelago in its various dimensions. For example, we notice the thoroughness of his descriptions when he arrives in Vila Franca do Campo, as he is awestruck by the scenery before him:

When we reached the top of the mountain Monte da Gaiteira, I turned around and was dazzled by one of the most beautiful landscapes imaginable. / Vila Franca, its port and islet seemed to be under my feet. The surrounding mountains were covered with trees right up to the top. There was silence everywhere and we could only hear the birds singing at dusk, the wind blowing in a slight breeze through the trees and the water murmuring down the streams feeding the immense Atlantic with tiny drops. / Nothing that lay before me could compare with what I had seen before. Not even the lakes of Westmoreland and Cumberland could match the majestic beauty of this panorama! / The descent from the Gaiteira was easier than the climb, and on reaching the base, I mounted my faithful and humble companion. / At the foot of the aforementioned mountain, we passed through a narrow valley completely covered by pumice. Heather was rooted in it and no other vegetation could be seen. But even this plant looked weak in the volcanic landscape of the valley; although it grew on the slopes of the mountain, its trunk could be eight to ten feet high and a foot thick, making it a very useful small shrub. The valley was about one mile long". (Barrett 2017, 128-129)³

This descriptive passage features a number of distinctive elements that we can find throughout Barrett's travelogue: the detail he employs when mentioning biological and geological elements, measurements, and distances; the use of the superlative ("one of the most beautiful landscapes imaginable"), which he repeats when he is before other Azorean landscapes; the interweaving of visual, auditory, and tactile sensations, which provide the scenery with enormous verisimilitude; and the comparison with places that were familiar to him

3 The slash indicates a new paragraph. Quotations from Barrett's travelogue have been translated back into English, as we could not get access to the English original.

(“the lakes of Westmoreland and Cumberland”) as a way of underscoring the beauty of what he sees on his tour.

Isolation is one of the Azores’ identifying factors, and Barrett mentions the national government’s neglect of the archipelago several times. However, the author does not fail to point out that the distance from the major centers also has a positive side: the peaceful island life far from the wars that ravage various parts of the planet (Barrett 2017, 68). The author equally recognizes the proverbial geostrategic location of the Azores Archipelago, as it is located in a privileged place halfway between North America and Europe, “an attractive position for all naval powers” (*Ibidem*, 332). According to Barrett, this location has several advantages, including the possibility of docking warships, controlling the surrounding ocean, repairing and supplying ships, dismantling piracy, easily attacking and/or repelling attacks from South America, and receiving products from the American continent (*Ibidem*, 332-333).

Barrett, therefore, brings together the dual nature of island territories, that of their isolation and simultaneously of their openness to the world, where one can find a sense of plenitude and a sea open to all horizons. This is, after all, one of the identifying features of an island: its ambivalence and paradoxical nature (Meistersheim 2006, 503).

History

History is another component of the regional identity mentioned by Barrett. The historical identity of the Azores appears in the first part of his travelogue, beginning at the time of the discovery of the Azores. Barrett draws on Gaspar Frutuoso, Agostinho de Mont’Alverne and António Cordeiro to detail the various stages the region went through from its discovery to the Restoration period. In the very first pages of his chronicle, he provides the reader with a superlative tribute to the great promoter of the Portuguese Discoveries, Prince Henry the Navigator:

this voyage [of the discovery of the Azores] is **the greatest navigation effort** that Europe will ever be able to boast of and, considering the state of navigation in the West at the time, **the most daring of any voyage**; no less than 300 leagues of the continent were crossed. Prince Henry’s genius included a plan to invent the means to complete it. The world owes the astrolabe to this Prince; Columbus would later reach the western hemisphere; however, more than sixty years before him, Prince Henry had already broken the spell that had limited the world by

crossing half of the vast Atlantic and obtaining the necessary means of navigation. The misfortune is that Prince Henry's **daring** but no less fruitful conceptions have been overlooked and forgotten by the world due to the great splendor associated with Columbus's most famous voyages. However, without diminishing the rightful merit of the Genoese, may the world not deny the **lovely Prince** the applause that **his genius and perseverance** deserve (Barrett 2017, 26-27, emphasis added).

This encomiastic narrative takes on an almost epic tone, with abundant superlatives highlighting the navigators' courage ("the most daring voyage") and profuse references to the "genius" and "perseverance" that make Henry the Navigator superior to Christopher Columbus, despite being overshadowed by the latter. Briant Barrett's admiration for the Portuguese navigators resurfaces when he narrates the voyage to Terceira Island, during which he was impressed by the Azorean sailors' indifference to bad weather that only made them hold still and say their prayers ("it's one of the things that most impresses an Englishman", Barrett 2017, 167). Additionally, during the turbulent voyage between Faial and Graciosa, the author is amazed by the skill, experience and dexterity of the boatmen who captained the vessel: "Another huge wave approached us, looking like a mountain of water, which made me think it was the end. Alert, the helmsman saw it coming and steered the boat obliquely towards it. We climbed it with the speed of a rocket, without letting in a single drop of water" (*Ibidem*, 197). The Portuguese way of building boats is also praised by Barrett, who says that the Portuguese calkers do their job "as perfectly as in any other part of the world, so that even the English are amazed at the way they securely and skillfully calk the cracks" (*Ibidem*, 200).

His recognition of the history of Azores also includes repeated references to the archipelago's geostrategic usefulness in the middle of the Atlantic Ocean. This is mentioned, for example, in connection with the Philippine rule of Portugal:

These islands were a useful acquisition for Philip, whose ministers and successors recognized their value. The armadas coming from Spanish America usually got reunited here on their way back to Europe not only to stock up on water, provisions, etc. but mainly to wait for the armada arriving from Spain, which usually accompanied them on the final leg. (Barrett 2017, 60)

According to Barrett, while the Kings Philip of Spain ruled Portugal, the Azores “benefited from this connection that the Motherland had never given them” (Barrett 2017, 64) and then fell into oblivion with the Braganza dynasty.

Governance and law

The third part of his travelogue is devoted to a summary of the legislative evolution of Portugal from the time of King Afonso Henriques. Barrett describes synthetically, reign by reign, the legislative innovations that each monarch implemented, demonstrating a deep understanding of this subject matter.

His references to the Portuguese mode of governance are recurrent throughout the whole narrative and are, above all, vehemently critical of the central government’s abandonment of the Azores Archipelago:

The first pleasure of the senses was followed by some sad thoughts, and from the bottom of my heart, I lamented the cruel policy that imposed the depopulation of such a charming and fruitful place in order to please the greed and add to the profit of a dissatisfied race in the torrid and unhealthy climate of Portuguese America (Barrett 2017, 78).

This place that the author describes as a paradise was forgotten by those responsible for national policy and depopulated by emigration to Brazil. The misery the people were plunged into shocks Briant Barrett. For example, when he visits the island of Santa Maria, he notices that its products are used to supply mainland Portugal, while the locals pay for essential goods high prices that their economic situation cannot afford.

Economy

Many of his observations about the Azorean economy concern the products cultivated and manufactured on the various islands. Corn, wheat, barley, lupins, oranges, grapevines, taro and bananas are among the agricultural products that he highlights. As for livestock, he mentions pig, goat, sheep and cattle raising (the latter in smaller quantities, which contrasts with the current situation). Finally, in terms of manufacturing, textiles (linen) and pottery on the island of Santa Maria stand out. One of the major problems that Barrett singles out is that the islanders live in misery, while the products are exported, a reality that he strongly criticizes.

Religion, customs and traditions

The providential spirit of the Portuguese people is one of their traits that emerges in this chronicle. The Portuguese put their destiny *in God's hands*, as Antero de Quental would say, and hope that Divine Providence will solve their problems. As anthropologist Jorge Dias writes in his essay “Os elementos fundamentais da Cultura Portuguesa” (literally, “The Fundamentals of Portuguese Culture”), “the Portuguese like to make vague projects—castles in the air—that they do not intent to materialize. But deep inside they hope that somehow things will miraculously happen” (Dias [1990], 155-156).

Consequently, religion also plays a significant role on the Azorean Islands both in day-to-day life and in the numerous festivities honoring the Holy Spirit and the so-called Popular Saints. Barrett notes that, when in danger, sailors face it serenely and simply say their prayers (Barrett 2017, 195). The traditional worship of the Holy Spirit is naturally one of the topics that Briant Barrett addresses. While chronicling his visit to Graciosa Island, he describes in detail the coronation of two Emperors of the Holy Spirit and the traditional soups, as well as the origin of this tradition (*Ibidem*, 205-208). He does so not without censoring the profane side of these festivities that involves drinking, dancing and singing, “ending the day with scenes that are so degrading and shocking to religion, morality and decency” (*Ibidem*, 207).

Other points of interest for Barrett include the Franciscan convents (he views these friars as active, “respectable” and “well guided”, Barrett 2017, 310) and the Jesuit presence in the archipelago. He goes on to condemn the expulsion of the Jesuits decreed by the Portuguese government, as he deems it one of the reasons for the spread of ignorance on the islands (*Ibidem*, 310-311). He also criticizes the Feast of St. John, celebrated on the island of Terceira since the foundation of the House of Braganza, (*Ibidem*, 178) for the bullfights that “torment a lot of unhappy cattle” and cause the animals to suffer (*Ibidem*, 179). For Briant Barrett, this is further proof of the ineptitude of the Portuguese Government, which uses festivals to distract people from what is important: “An arbitrary Government that has to encourage performances and traditions to entertain minds, preventing people from devoting their time to more serious things” (*Ibidem*, 180).

Society and character traits of the people

Traveling means coming into contact with different people with their own habits and character traits. Therefore, it is not surprising that Briant Barrett makes a number comments about the character of the inhabitants of the Azores

Islands—some positive and others negative—but all resulting from his experiences and on-site observations. He recognizes their work ethic and friendly hospitality but was disappointed by their rudeness and backwardness in some areas, something that was even noticeable in the way they neglected their clothing, personal hygiene and houses (Barrett 2017, 94-95). The backwardness that Barrett observes on the different islands has a culprit that is clearly identified by the author—the Central Government, which casts these islanders into oblivion and disregard in a clear sign negligence and abandonment:

Our islanders have, therefore, continued to live closed in on themselves, because they have no incentive to develop or obtain a common culture... Do not disregard them, my dear reader, because based on our experience, we can prove that wherever there is a coarse, crude and ignorant nation the fault lies with its government and not with its people. (Barrett 2017, 99-100)

He laments the ignorance of the population at many points but does recognize their good character: “it would be less than honest to conceal the fact that the great ignorance of all classes was the real cause of their moral degradation despite their excellent natural temperament” (*Ibidem*, 92). Their low level of literacy actually leads Barrett and his friend Custódio to devise a “Lancaster education plan” (*Ibidem*, 92) which would have been implemented in the Azores. However, due to disputes among clergymen, the plan never saw the light of day.

Another topic that draws the author’s attention is the role and situation of women in this island society. In most of the islands (except Faial and Terceira, according to the author), women are the “number one slave of the family” (*Ibidem*, 97) whom they must take care of, and are excluded from socializing with those outside their domestic sphere. They are only allowed to attend church accompanied by their husbands. Once they become adults, their destiny is limited to two possibilities: marriage or the cloister of a convent. Many are, in fact, forced to take vows even against their own will, a situation that shocks Barrett.

Despite *Relato da minha viagem aos Açores 1812-1814* being an eminently descriptive narrative, we have seen that Briant Barrett often gives his opinion on what he experiences. The author goes beyond the usual idealized perception of the islands, and occasionally delivers a negative assessment of the Azores, especially when he mentions the poor living conditions of the archipelago, for which the author holds the Government of Portugal responsible, as previously

mentioned. But this chronicle is also filled with praise for the Azores Islands, especially their natural beauty and some aspects of the islanders' character. Despite noting that locals are sometimes lazy, ignorant (but willing to learn) and rude, Barrett nevertheless recognizes that they are benevolent to foreigners, friendly, helpful, civil and kind (Barrett 2017, 331).

Comparison with England

Travel literature often includes a comparison between the place visited and the traveler's country of origin. In the confrontation with the Other, with what is different, the discourse will naturally discuss what brings the two spaces together and what separates them. Two distinct national identities end up meeting, and this encounter contributes to a better understanding of each one of them. Throughout his travelogue, Briant Barrett invokes his native country, England, in connection with what he experiences and observes on the Azorean Islands. He does not display any sense of civilizational or cultural superiority towards Portugal, despite him censoring the way the islands are governed, the lack of literacy, the character of some Azoreans, the use of agricultural techniques he deems inadequate for the Azorean soil, etc. Barrett also does not shy away from criticizing his fellow countrymen—for example, their unacceptably arrogant behavior towards the islanders. Although he points out that the Azoreans are a bit rude, Barrett considers them to be generally polite, and even the lower classes are superior in “appearance” and “politeness” when compared to their English counterparts (Barrett 2017, 102).

The weather is one of the elements that Barrett deems to be better in the Azores than in England. Upon arriving on the island of Santa Maria in good weather, the sea looks calmer than the River Thames, “the weather was so mild that even the surface of the River Thames in summer was no match for this mirror-like sea in the middle of the Atlantic Ocean” (*Ibidem*, 69-70). On the island of São Miguel, the author finds it strange that boatmen go barefoot in February, which would have been unbearable in England's freezing weather (*Ibidem*, 86).

Briant Barrett ends the narration of his journey through the Azores expressing his esteem and respect for the Portuguese people; he also reveals that his observation resulted in an admiration for the land and the people and in a concern for the development of this “charming portion of the globe” (*Ibidem*, 337). Therefore, he wishes that the Azores receive “education” to fight ignorance, “a different system of government” and “a change in the laws” in order to

make the Azorean society more egalitarian, more enlightened and with better living standards (Barrett 2017, 332). Despite the negative aspects highlighted throughout his travelogue, the reader realizes that Barrett considers the possibility of this archipelago having another sovereignty (possibly England, Spain, France or America), which is why he regrets that his chronicle might “excite the greed of strangers for the possession of these islands” (*Ibidem*, 332).

This is not just the author’s tour of seven islands of the Azores; it is a journey that recognizes the identity of a territory that is very different from his country of origin, that is forgotten by its government in the middle of the Atlantic Ocean, and that is far removed from the great wars of his time. More than a tourist, Barrett is a traveler—someone who experiences otherness and is changed by it. As Luís Romano writes, “In an idealized adventure, travelers may also change themselves; tourists only seek a relaxing break, preserving their distance from the other” (Romano 2013, 36). Barrett immerses himself in island life, admires the beauty and shows empathy towards poverty. He is a traveler who does not remain at a distance but who actually experiences the places he visits from the inside, as Michel Onfray defines it in *Theorie du voyage. Poétique de la géographie*:

Traveling supposes less of a missionary, nationalistic, Eurocentric and narrow spirit and more of an ethnological, cosmopolitan, decentered and open will. A tourist compares; a traveler separates. The former stays at the door of a civilization, touches a culture lightly and is content to perceive its froth and to apprehend its epiphenomena from afar, as a committed spectator, militant of their own rootedness. The latter seeks to enter an unknown world, with no prior intentions, as a disengaged spectator, seeking neither to laugh nor to cry, neither to judge nor to condemn, neither to absolve nor to cast anathemas, but to grasp it from the inside, which is to understand it, according to etymology. (Onfray 2009, 42)

Brian Barrett, the traveler, seems to have an agenda: he wants his travelogue to have effective repercussions both inside and outside of Portugal, so he ends it by addressing his considerations to the Crown of Portugal and the “Council of Ministers of other countries,” as he says on the last page of his narrative (Barrett 2017, 337). He does not intend to showcase an exotic location; he aims—and succeeds, despite some inaccuracies—to understand from the inside the reality of the Azores Islands at the beginning of the 19th century.

Bibliography

- BARRETT, Briant. 2017. *Relato da minha viagem aos Açores 1812-1814*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.
- BROWN, Christopher K. 2000. *Encyclopedia of travel literature*. Santa Barbara, CA: Abc-Clio.
- DIAS, Jorge. [1990]. "Os elementos fundamentais da cultura portuguesa". In *Estudos de antropologia*, vol. I, 135-157. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- GIL, Ana Cristina Correia. 2025. *A identidade nacional da literatura portuguesa. De Fernão Lopes ao fim do século XIX*. Ponta Delgada: CHAM.
- MEISTERSHEIM, Anne. 2006. "Le malentendu: Entre imaginaire insulaire et imaginaire continental". *Ethnologie française, Îles Réelles, Îles Rêvées*, new series 36 (3): 503-508.
- ONFRAY, Michel. 2009. *Teoria da viagem. Uma poética da geografia*. Porto: L&PM Editores Editores.
- PACHECO, Maria das Mercês. 2020. *Viajantes nos Açores. O olhar estrangeiro sobre as ilhas desde o século XVII/ Travelers in the Azores. The Islands as seen by Foreigners since the 16th Century*. Ponta Delgada: Artes e Letras.
- ROMANO, Luís Antônio Contatori. 2013. "Viagens e viajantes: uma literatura de viagens contemporânea". *Estação Literária* 10 (2): 33-48. Acedido a 28 de agosto, 2022. <http://www.uel.br/pos/letras/EL>.

O som das *Folias e Foliões* nas Festas do Espírito Santo dos Açores na narrativa de viagem^{*}

ANA MARGARIDA GAIPO^{**}

Introdução

As narrativas de viagem, como resultado de histórias observadas e vividas, compõem um dos subgéneros da literatura que contam, na primeira pessoa, o encontro com o desconhecido. Expressando-se de diferentes modos enquanto diários, relatos ou memorandos de experiências ou descobertas vivenciadas, tanto pessoais como científicas, evidenciam a reflexão pessoal do viajante no confronto com o *outro*. Assim, esta tipologia de narrativa compõe-se de um roteiro de interação entre o discurso do *Eu*, o narrador, e o do *outro*, o visitado, resultando numa descrição que funde a autobiografia com a observação do desconhecido. Desde a Antiguidade que a narrativa de viagem serviu o conhecimento interdisciplinar da descoberta do *outro*, “verbalizando-a” pela

* Este estudo foi realizado no âmbito do meu mestrado em música, no ramo de Etnomusicologia, concluído na Universidade de Aveiro em 2021, e insere-se no projeto EcoMusic Práticas sustentáveis: Um estudo sobre o pós-folclorismo em Portugal no século XXI” (PTDC/ART-FOL/31782/2017) financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização e o Programa Operacional Regional de Lisboa, na sua componente FEDER/FNR, e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, na sua componente do Orçamento de Estado (OE).

** Universidade de Aveiro, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9949-5960>. E-mail: anagaipo@ua.pt.

escrita (Cabete 2009). A continuidade das expedições encetadas nos séculos seguintes, por toda a Europa, incrementou a produção deste subgénero literário. No século XIX, e nos primeiros anos do século XX, a viagem respondia a um dos componentes estéticos implícitos ao exotismo do romantismo, o qual se expressou pelo gosto e descoberta da cultura do *outro*. Por seu intermédio a viagem justificava e sustentava a inquietação, a insatisfação e o sonho, próprios do espírito romântico. Aliada à revolução dos transportes e da comunicação, a viagem alimentou vários propósitos, destacando-se na literatura através do gosto pelas descrições de histórias, terras, ambientes e vivências. Não apenas o viajante, enquanto narrador, mas também os seus destinatários, os leitores, procuravam nesta tipologia de literatura, o imaginário ficcional que estas narrativas lhes poderiam proporcionar. No âmbito académico dos séculos XX e XXI a literatura de viagens, pela interdisciplinaridade de saberes e respetiva cientificidade que revela, mesmo que para o autor tenha sido fruto de um relato inconsciente, tem sido uma fonte documental relevante no contributo a estudos das mais diversas vertentes científicas e historiográficas.

Desde o século XVIII que os Açores, privilegiados por se incluírem nas rotas transatlânticas, devido à sua localização geográfica, foram ponto de paragem, previsto ou ocasional, para muitos viajantes. No século seguinte, acabaram por servir de cenário a narrativas sobre viagens.

Enquadrado no contexto das festas do Espírito Santo nos Açores, com objetivo da valorização de práticas musicais locais, como as *folias* e os seus *foliões*, este estudo de recorte etnomusicológico procura identificar, interpretar e discutir, a partir de três exemplares literários da narrativa de viagem açórica, as diferentes perceções e representações dos seus autores, no arquipélago, sobre estes grupos musicais e o seu som. A compreensão destes elementos é relevante para o conhecimento das dinâmicas diacrónicas e sincrónicas na revitalização das práticas performativas das *folias* e *foliões*, das festas do Espírito Santo, no século XXI. As obras em análise neste estudo são:¹ *Relato da minha viagem aos Açores: 1812-1814* de Brian Barrett, *Um inverno nos Açores e*

1 As obras seleccionadas para este estudo não resultaram de uma escolha criteriosa. No contexto da minha construção discursiva sobre a *Folia*, algumas referências sobre a sua presença nas narrativas de viagens açóricas, levaram-me a procurar nas obras que conhecia e disponha.

um verão no vale das Furnas de Joseph e Henry Bullar² e *The Azores or Western Islands* de Walter F. Walker.³

Da consulta bibliográfica a etnografias locais e regionais,⁴ decorrente da ação metodológica encetada para este estudo, observei que a festa do Espírito Santo, está documentada de modo genérico, com particular enfoque para aspetos de dinâmica social como a *coroação*, as *ceias* comunitárias ou o *quarto* do Espírito Santo. As *folias*, enquanto “guionistas” dos rituais que enformam estas festas, são descritas parcialmente e de modo quase sempre abstrato. A sua referência circunscreve-se à indumentária e instrumentação, estando omitidos aspetos de natureza musical nos quais seja sublinhada a diversidade das práticas da *folia* no arquipélago ou das *funções* que lhes estão subjacentes no contexto dos seus rituais. A preocupação de que a dimensão musical das *folias* deve constituir um domínio de investigação é manifestada por Daniel Tércio e Cristina Brito da Cruz ao referirem que “Os numerosos estudos publicados sobre as Festas do Espírito Santo [...] raramente abordam as folias do ponto de vista musical” (Tercio & Brito da Cruz 2010, 512-513).

A descrição da *folia* integrada nos rituais da festa do Espírito Santo, e a referência ao seu som, são componentes que se evidenciam nos relatos das narrativas de viagem açóricas do século XIX, acima identificadas. Nelas, o som da *folia* configura-se um elemento transversal às obras analisadas, assim como a sua caracterização por via de adjetivações depreciativas. Compreende-se que o som da *folia* foi um dos aspetos que se apresentou relevante, para os seus autores enquanto visitantes, no contexto das performances que observaram destes grupos musicais.

A festa do Espírito Santo que se realiza anualmente, é uma das mais importantes manifestações religiosas do arquipélago dos Açores. Desenvolve-se temporalmente ao longo de vários meses, através de rituais ordenados para a sua preparação, culminando no dia de Pentecostes podendo, localmente, a sua celebração decorrer entre o domingo de Páscoa e o da Trindade, ou estender-se entre os meses de junho e setembro. A *Folia*, um dos principais componentes

2 “A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas” – título da edição original, publicada em Londres, em 1841, por John van Voorst; A edição consultada para este artigo data de 1986, com tradução de João Hickling Anglin, da responsabilidade do Instituto Cultural de Ponta Delgada.

3 Obra disponível para consulta, em formato digital, no *sítio* “Centro do Conhecimento dos Açores”. Documento original depositado na Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo.

4 Neste âmbito obras de referência como Ataíde 1973; Leal 1994 e 2017; Ribeiro 1982.

desta festa, é um grupo musical, sem estatuto jurídico, constituído por um número variável de *cantadores* e *tocadores*, designados de *foliões*, a quem é conferida a tarefa de acompanhar, com música, os seus diferentes rituais. A dinâmica da sua performance expressa-se pelo canto de poética *improvisada* que serve à estruturação da festa e orientação dos seus rituais. Assim, no cumprimento das suas *funções* na festa, a *Folia* participa e “narra”, de modo personalizado, a cada um dos rituais e aos seus interlocutores.

A *folia* na festa

Numa dinâmica diacrónica, em *Relato da minha viagem aos Açores: 1812-1814*, do britânico Briant Barrett, que visitou os Açores por motivos de saúde, o autor refere-se às Festas do Espírito Santo a propósito de ter assistido à coroação de um avô e neto na igreja de Nossa Senhora da Vitória, na freguesia de Guadalupe, na ilha Graciosa, em princípios de agosto. Depois de um breve enquadramento histórico sobre a origem destas festividades, caracterizou a *função* dos *foliões*. Pela descrição que nos deixou terá sido o momento da festa que sobressaiu, ou mesmo impressionou, o visitante em todo o cerimonial que assistiu.

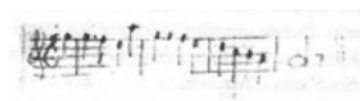
três indivíduos aparecem, no Domingo de Páscoa, percorrendo as ruas em todas as freguesias, com carapuças [...], bem como com uma capa, por vezes escarlate ou amarela, habitualmente riscada, para dar a impressão da cor de fogo. O do meio transporta uma grande bandeira vermelha, geralmente, de seda e que tem sobre ela uma pomba branca bordada. O acompanhante da direita leva um tambor e o da esquerda um pandeiro com uns círculos de folheta que servem de chocalho.

Refere-se ao “som” da *folia* dizendo que

Desta maneira, eles cantam pelas vilas e freguesias todos os dias até ao dia de Pentecostes, a meu ver de uma forma bem ridícula.

Por vezes, estes cânticos são em honra do Espírito Santo e por outras, em honra do Imperador eleito.

O som dos cânticos é horrível e vou tentar reproduzi-lo da seguinte maneira (fig. 1)



1 Registo em pentagrama, de cerca de cinco compassos, por B. Barrett

A composição é espontânea e executada com mais ou menos fervor, de acordo com o génio poético do cantor.

No Domingo de Pentecostes, o Imperador eleito, vestido a rigor, vai à igreja, assistir à missa solene. À sua frente, são levados a Coroa Imperial e o ceptro, precedido pelo porta-bandeira, pelo tocador do tambor e pelo do pandeiro que fazem um barulho ensurdecedor.

[...] Terminada a missa, é conduzido para casa, pelo clero que vai cantando o *Te-Deum* que é alternado com instâncias do Canto Imperial feitas pelo poeta, o qual é acompanhado pelo tambor, pandeiro, etc. (Barrett 2017, 206-207)

A propósito deste momento na ilha Graciosa, Barrett incluiu a descrição das celebrações das festas do Espírito Santo dentro e fora da cidade de Ponta Delgada, às quais terá assistido durante o seu período de visita à ilha de S. Miguel, entre fevereiro e junho de 1813. Destas, apenas menciona os rituais da *coroação* e da distribuição da carne, pão e vinho não fazendo qualquer menção à prática e função dos *foliões*. Prosseguiu o seu discurso retomando à festa da Trindade na Graciosa, mencionando os cerimoniais decorridos após a missa. Aqui, indica a farta composição dos bens ofertados pelo Imperador e distribuídos a todos quantos participaram na missa. Concluiu a sua abordagem a estas festas mencionando dois breves parágrafos dos gastos despendidos, pelo Imperador, em 1813 na ilha do Faial. Atendendo que visitou o arquipélago durante cerca de dois anos, é curioso que na restante narrativa não tenha feito outras referências a estas celebrações festivas.

Passadas mais de duas décadas da presença de Barrett no arquipélago, entre dezembro de 1838 e julho de 1839, num período inferior a um ano, os irmãos Joseph (1808-1869) e Henry Bullar visitaram as ilhas dos Açores. Registaram a sua passagem pelo arquipélago na obra *Um inverno nos Açores e um verão no vale das Furnas*. Nela encontramos dois momentos de referência às Festas do Espírito Santo: o primeiro, na cidade da Horta, quando visitaram a ilha do Faial em maio de 1839 e, o segundo, na freguesia das Furnas, na ilha de S. Miguel, em julho do mesmo ano, na véspera de terminarem a sua expedição. A 19 de maio de 1839, celebrou-se o domingo da Trindade na cidade da Horta sobre o qual Joseph e Henry Bullar (1986) contam o aparato festivo com que se depararam.

Na rua principal armou-se pequena capela — tabernáculo de lona, semelhante ao de um pequeno teatro de feira campestre, por exemplo, um espetáculo de Richardson, com seu flamejante vermelho e amarelo. A capela era formada por

um pano carmesim preso com cordões amarelos, alumiada por quatro velas postas num altar coberto de ouropel, em frente de pequeno crucifixo de prata. Daqui foi lançada a bênção à comida. Partindo dos cantos da capela, que enchia o corpo da rua, estendiam-se duas filas de mesas de cada lado do pavimento da rua, no comprimento de 500 jardas. [...] Cada pessoa recebia cinco pães, cerca de um quilo de carne e meio litro de vinho em vasilha de barro rolhada com um ramo de flores.

Na extremidade da longa linha de tábuas, os pães, a carne e o vinho eram entregues a cerca de trinta homens, portadores de cestos grandes. (Bullar 1986, 232-233)

A caracterização e a importante *função* dos foliões no acompanhamento da distribuição do pão, carne e vinho foi minuciosamente descrita, fazendo também menção ao “som” da *folia*.

Eram os homens dos cestos precedidos de dois músicos, vestidos de grosseiras opas largas de sarja castanho-clara, com lenços azuis pintalgados de branco, de algodão lustroso, fortemente amarrados na cabeça e caindo atrás sobre as costas, muito semelhantes aos homens grotescamente vestidos de algodão que por vezes vêem conduzindo largos cartazes nas ruas de Londres. Um deles tocava um frágil tambor e o outro agitava o arco quase vazio de um pandeiro. Na frente dos músicos-foliões ou confundido no cortejo, um rapáz, débil e de pernas tortas, vestido como os dois músicos, conduzia com modos descuidados uma bandeira carmesim desbotada com uma pomba bordada, representando o “Espírito Santo”. Cantavam os três à medida que iam andando, com fortes sons nasais, quase como gemidos.

Quando os homens dos cestos estavam prontos, rompeu a música, começando o cortejo a passo lento, um de fundo, a passo lento, por entre as mesas, repetindo-se a volta até que as iguarias ficaram todas em exposição.

[...] Depois do por das mesas, apareceu um padre numa das extremidades, vestido com os trajes habituais, de batina negra muito curta, que não lhe passava dos tornozelos, de sobrepeliz curta de musselina rala caindo-lhe dos ombros a cintura; [...] Fazendo-se esperar um pouco, apareceram os músicos, e a orquestra, ao rufo do tambor e ao tanger da pandeireta, com o canto nasal marchou em direção ao altar. (Bullar 1986, 233-235)

De regresso a S. Miguel, a um mês de terminarem a sua viagem, os irmãos Bullar visitaram o vale das Furnas e, a 30 de junho de 1839, assistiram aos festejos da Santíssima Trindade. Descreveram a decoração do *quarto do Espírito*

Santo e do ambiente festivo em seu redor dizendo que “Em diferentes localidades das várias ilhas que visitamos, têm sido levados a efeito tais bailaricos, durante semanas” (Bullar 1986, 319), denotando a semelhança disseminada, por todo o arquipélago, da componente convivial agregada a estas festividades. Por não terem assistido ao ritual religioso, complementaram o seu relato transcrevendo as cerimónias da coroação e da distribuição das oferendas, feita em 1920 por John Webster, médico americano, na narrativa da sua viagem aos Açores, intitulada *Description of the Island of St. Michael*. Infelizmente, J. Webster, não fez qualquer referência aos *foliões*.

Na última década da centúria, em 1886, Walter Walker (1846-1924), no IX capítulo do seu livro *The Azores or Western Islands*, dedicado à ilha de S. Miguel e, em particular, à vida social e cultural da cidade de Ponta Delgada, faz também menção às festas do Espírito Santo e aos seus rituais. A propósito da caracterização da Igreja Matriz desta cidade, sublinha as festividades em honra do Divino como as mais importantes na ilha dizendo que “Some processions and celebrations are held within its walls, amongst others an interesting one, yclept “a festa da Pombinha”, at Easter time, to commemorate certain miraculous events which happened [...]” (Walker 1886, 116). Prosseguiu a sua narrativa fazendo o enquadramento histórico da festa, enriquecendo-o com as demais observações que vivenciou. Nela incluiu referência aos *foliões* caracterizando a sua indumentária, *funções* e “som” do seu canto.

Preceding the customary procession, bands of fantastically dressed men, called Foliões, may still be seen going about the streets of these islands towns, begging contributions from house to house for the coming festival and uttering as they go wail-like and excessively nasal chants—veritable fugues of invocation—to the accompaniment of the guitar and other instruments. [...]

Marshalled by four “foliões”, in their peculiar garb, one of whom carries a red damask banner with the imperial crown worked in the centre, over which flutters a white dove, the procession with lighted torches moves in two wings at a slow pace, chanting portions of a hymn as they go along. (Walker 1886, 118-120)

Complementou a caracterização destes músicos aludindo à etimologia do termo *folião* afirmando que *The name Folião is evidently derived from folle (gaita de folle), a bagpipe, which in Portugal was always used in folias or dances (Ibidem, 118).*

Para além das considerações etnográficas e sónicas da *folia*, B. Barrett e J. e H. Bullar, teceram apreciações aos *foliões*, quando os compararam com as

tradições culturais do seu país. Barrett (2017) encontra parecenças nas vestes e nos chapéus dos *foliões* com “[...] carapuças semelhantes às usadas, geralmente, por Mr. Punch,⁵ nos espetáculos de fantoches, bem como uma capa, por vezes escarlate ou amarela, habitualmente riscada, para dar impressão da cor do fogo” (Walker 1886, 206). Bullar (1986), encontra semelhanças entre a decoração e as cores das vestes dos *foliões* e dos *Teatros* de rua erigidos ao Espírito Santo com as que habitualmente se utilizavam na montagem dos teatros de feira, em Inglaterra, com fim às representações de marionetas dizendo que “Na rua principal armou-se pequena capela — tabernáculo de lona, semelhante ao de um pequeno teatro de feira campestre, por exemplo um espetáculo de Richardson,⁶ com seu flamejante vermelho e amarelo” (Bullar 1986, 232-233). Apenas os irmãos Bullar fizeram menção à condição social dos *foliões* caracterizando e comparando a sua indumentária de algodão, à utilizada pelas classes sociais baixas de Londres. Todos os autores foram unânimes ao sublinharem, nas suas descrições sobre as performances das *folias*, que os seus rituais integrados nas festas em devoção à Santíssima Trindade, são variantes de entre as encontradas por todo o arquipélago.

Ontologias do som nos discursos sobre a folia

Nos excertos acima transcritos observamos, para além da caracterização do “som” da *folia*, descrições relativas à sua performance, aspeto relevante para a compreensão sónica destes grupos musicais. Barrett e Bullar são consensuais quando se referem às práticas destes músicos em ilhas do grupo central, evidenciando semelhanças tanto no número de elementos que constituem estes grupos como dos instrumentos que os compõem: três elementos (dois músicos e o porta-bandeira) e dois instrumentos de percussão — o pandeiro e o tambor. Barrett refere, ainda, que o canto dos *foliões*, na ilha Graciosa, no início do século XIX, era constituído por quadras improvisadas. Distintamente, W. Walker descreve os *foliões* e a sua performance na ilha de S. Miguel,

5 Personagem adaptada, da *Commedia dell'arte* do século XVI, para os teatros de marionetas muito em voga na feira do Convent Garden, em Londres, no século XVII. Mr. Punch, protótipo da sátira, foi-se convertendo num personagem libertino, imoral, cruel e violento, características que conferiram, ao espetáculo, ao longo dos séculos XVIII e XIX, uma animação cativante.

6 Bullar refere-se aos afamados espetáculos e às suas personagens nos teatros de feira ingleses onde se representavam obras de Samuel Richardson, romancista inglês do século XVIII.

referindo-se à *folia* constituída por quatro elementos, embora não deixe clara a instrumentação que a integra.

No que à dimensão sónica diz respeito, e tal como foi perceptível pelos excertos das obras aqui em análise, para estes autores estrangeiros, o “som” da *folia* afigurou-se-lhes estranho, levando-os a mencionarem-no recorrentemente e a tecerem-lhe comentários. Barrett é o único que regista em pentagrama a melodia do canto dos *foliões*. Dado o diminuto e incompleto excerto é-nos difícil compreender em que medida este canto pudesse parecer desagradável aos seus ouvidos uma vez que a melodia se desenvolve por graus conjuntos descendentes, em tonalidade maior, sem quaisquer intervalos aumentados ou diminutos. Os três autores particularizam a sua observação sobre o canto dos *foliões* descrevendo-o com recurso a adjetivos como “ensurdecedor”, “horrível” e “nasalado”. A transversalidade dos termos da adjetivação e a ausência de uma terminologia conhecedora do contexto, traduzem a franqueza e frontalidade do juízo da sua interpretação sobre o som escutado. Saliente-se que estes viajantes não puderam tecer considerações sobre a poética das *folias* a que assistiram, por não dominarem a língua portuguesa.

A constatação de caracterizações e descrições semelhantes, como reflexo de observações efetuadas por olhares distintos sobre o mesmo objeto é, na ótica de Ana María Ochoa Gautier (2014), relevante para qualquer interpretação podendo compreender-se que

this comparison allows us to highlight some of the terms and traits that appear repeatedly across different testimonies, thus creating a historical account of a particular sound that was described, again and again, through similar acoustic interpretations. (Gautier 2014, 37)

Compreende-se também, que a interpretação da sonoridade que produzem sobre o canto dos *foliões* resulta da legítima comparação que os viajantes estabelecem com os contextos sonoros da sua cultura e com os quais se sentem familiarizados. A “estranheza” destes sons, com os quais não se identificam, apenas reforça a importância e qualidades do som enquanto elemento coadjuvante na distinção e determinação de identidade cultural. É neste sentido que podemos compreender a relevância do conceito de *auralidade*, proposto por Ana María Ochoa Gautier (2014) pelo qual considera que um som, independentemente da sua natureza ou qualidades acústicas, quando assumido como sistema musical genérico, serve de veículo de representação da identidade cultural individual ou coletiva.

The voice then played a crucial role in defining the idea of culture simultaneously as a form of recognition of the other and as a form of assistantship needed in order to transform the other's failure into the proper person. (*Ibidem*, 205)

Tomando a voz como um dos veículos do som subjacentes à performance dos *foliões* encontramos na reflexão de Ana Maria Ochoa Gautier (2014) o sublinhar das suas qualidades afetivas, nomeadamente quando agregadas a contextos socioculturais que não servem apenas de mecanismo de mediação entre o significante e o significado.

[...] but instead it permits the manifestation through en-voicing (in-vocation) of relational multiplicities—a capacity to manifest “bundles of affect” of the type, for example, song of a ritual feast/bird sound, that imply different things for the different entities that produce or hear them. (*Ibidem*, 64)

Na verdade, um dos principais propósitos do canto dos *foliões* é estabelecer, por intermédio da poética improvisada, a afetividade de fé, individual e/ou coletiva, numa espécie de prece à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. É neste sentido que o canto dos *foliões* é integrado como componente dos rituais da Festa do Espírito Santo.

A Auralidade da folia: conclusão

As narrativas de viagem que serviram o foco deste estudo, evidenciam relevantes componentes de cariz etnográfico. As suas referências à dimensão etnográfica, no contexto da temática principal a que se circunscreve cada narrativa, pode ser compreendida pela proximidade dos seus autores aos momentos relatados. Assim, estas narrativas evidenciaram-se fontes de interesse para a análise e compreensão diacrónica das performances e do “som” da *folia* das festas do Espírito Santo nos Açores. Não obstante observemos, nos relatos destes autores, maior ou menor pormenor descritivo, semelhanças ou diferenças, grau de fantasia narrativa, tom irónico ou crítica sobre a *folia*, as suas referências sublinham a atividade e a dimensão sónica destes grupos musicais. As referências à *folia*, nestas narrativas de viagem, vêm suprir as abordagens das etnografias do século XX, que as mencionam de modo parcial. Nestas descrições a dimensão *aural* ou, se preferirmos, da *escuta* da *folia*, que nos são proporcionadas, mostram-nos que se fundam e estão condicionadas a princípios e convicções pessoais e impessoais dos autores. Estas resultam, sem dúvida, do seu olhar

analítico sobre a cultura do *outro* por comparação à sua, a partir de referenciais identitários, sustentados pelos seus distintos contextos profissionais, pessoais mas sobretudo, culturais.

Bibliografia

- ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de. 1973. *Etnografia Arte e Vida Antiga dos Açores*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade.
- BARRET, Briant. 2017. *Relato da minha viagem aos Açores: 1812-1814*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.
- BULLAR, Joseph, & Henry Bullar. 1986. *Um inverno nos Açores e um verão no vale das Furnas*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- CABETE, Susana. 2009. “A narrativa em Portugal no século XIX: alteridade e identidade nacional”. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa / Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle.
- GAUTIER, Ana María Ochoa. 2014. *Aurality – Listening and Knowledge in Nineteenth Century Colombia*. Durham, NC: Duke University Press.
- LEAL, João. 1994. *As Festas do Espírito Santo nos Açores – Um estudo de Antropologia Social*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- LEAL, João. 2017. *O Culto do Divino – Migrações e Transformações*. Lisboa: Edições 70.
- RIBEIRO, Luís da Silva. 1982 [1942]. *Etnografia Açoriana*. Vol. 1. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- TÉRCIO, Daniel, & Cristina Brito da Cruz. 2010. “Folia”. In *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX*, coord. Salwa Castelo-Branco, 512-513. Lisboa: Círculo de Leitores.
- WALKER, Walter F. 1886. *The Azores or Western Islands*. London: Trübner & Co.

A Europa vista por um madeirense: uma leitura de *Viagens* de João dos Reis Gomes

PAULO CÉSAR VIEIRA FIGUEIRA*

O presente estudo tem em conta a nossa leitura de *Viagens*, de João dos Reis Gomes,¹ publicado em 2020 pela Imprensa Académica, e reúne os três volumes de literatura de viagem da autoria deste autor madeirense.

Um dos principais objetivos do nosso trabalho é dar a conhecer que, na Madeira, além da habitual literatura de viagem, fruto de escritores viajantes que vêm conhecer o arquipélago, também existe, da parte de escritores afeitos ao território madeirense, relatos de viagens realizadas ao exterior, mais

* CECComp - Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8999-6227>. E-mail: paulocv@sapo.pt.

1 O Major João dos Reis Gomes (Funchal, 5/1/1869-21/1/1950) foi um importante jornalista, ensaísta, romancista, crítico literário e pensador da primeira metade do século XX madeirense. Com a patente de major, que quase se confunde com o nome próprio, dirigiu dois periódicos de relevo, o *Heraldo da Madeira* e o *Diário da Madeira*, respetivamente. Legou-nos várias obras relacionadas com a crítica teatral, além do drama histórico *Guíomar Teixeira*, baseado no romance histórico *A Filha de Tristão das Damas*. A sua ação também se estendeu às tertúlias, tendo sido o fundador do “Cenáculo”, e à fundação da delegação madeirense da Sociedade Histórica para a Independência de Portugal. Foi membro correspondente da Academia de Ciências de Lisboa. João dos Reis Gomes é tido como o primeiro, a nível mundial, a fundir a arte teatral com a arte cinematográfica, na representação de *Guíomar Teixeira*. Foi o principal impulsionador do programa de comemoração dos 500 anos do Arquipélago da Madeira, entre dezembro de 1922 e janeiro de 1923.

precisamente ao estrangeiro, que se englobam nesta categoria literária. No trabalho sobre as reportagens de João dos Reis Gomes, pensamos explorar os percursos, os aspetos exóticos, as comparações com a Madeira e as reflexões proporcionadas pelos itinerários. *Viagens* é o resultado da compilação dos três volumes originais, *Através da França, Suíça e Itália* (1929), *Três Capitais de Espanha* (1931) e *Através da Alemanha* (1949), publicados, primeiramente, sob a forma de reportagem no *Diário da Madeira*.

A literatura de viagem apresenta-se, assim, como um relato de impressões de um escritor viajante, motivado pela sua passagem por um lugar estrangeiro e/ou exótico ou simplesmente fora da sua esfera pessoal. O relato poderá centrar-se em aspetos etnográficos, filosóficos, históricos, políticos, artísticos, religiosos, científicos, entre outros, resultantes do horizonte de interesses do escritor. *Viagens* constitui uma forma de conhecimento do mundo, mas também premissas para a construção do outro:

A narrativa de viagens apodera-se do ritmo e da técnica do episódio e do relato histórico, assegurando a cor local, através de um olhar testemunha, subjetivo. Surge, então, a categoria do escritor viajante, com uma dupla função: ser um olhar que escreve e, ao mesmo tempo, um escritor, longe da sua mesa de trabalho, e em permanente ação. (Mello 2010, 145)

Os textos da literatura de viagem também não deixam de constituir um roteiro para o leitor, uma proposta de caminhos e testemunhos percorridos pelo autor na sua deambulação e propósito de transmissão de uma visão de acordo com a viagem. O trabalho do escritor viajante é descrito nos seguintes termos por João dos Reis Gomes:

Em cada local, vários recantos de beleza nos empolgam e seduzem: ora a paisagem verdejante ou desértica dos campos, ou a natureza agreste e agitada das costas; ora um ambiente sereno e piedosamente emotivo; ora, a arte e a história fundindo-se para uma sugestiva evocação longínqua e para a admiração de monumentos que desafiam o génio, o fausto e até a audácia artística de todos os tempos [...]. (Gomes 2020, 230)²

2 A edição da obra em estudo, como já referido e perceptível nesta primeira citação, é a de 2020. De ora em diante, toda a referência à mesma se fará mediante simples indicação parentética da página correspondente aos excertos convocados e/ou transcritos.

Deste modo, *Viagens* encerra, como testemunho do escritor viajante, um propósito cinematográfico, o de “reconstituir um pouco dessa visão magnífica, mas... quase cinematográfica” (*Ibidem*, 23), no sentido da persistência de uma visão em fotogramas do imaginário recolhido e entranhado durante o percurso, porque:

Para esse autor [o escritor viajante], a escrita está diretamente vinculada ao olhar. Ele se distingue de outra categoria, surgida, também, na mesma época: o turista, que viaja por prazer e não escreve, ou escreve apenas cartões e/ou cartas curtas, quase sempre apoiado por um “manual” de viagem, texto anônimo e impessoal, que lhe fornece pronto o roteiro dos prazeres que busca. (Mello 2010, 145)

A peregrinação de 1926

A segunda peregrinação madeirense³ a santuários marianos europeus realizou-se entre 5 de julho e 20 de agosto de 1926. Saindo do Funchal no navio “Formose”, a excursão dirige-se ao sul de França, a Lourdes e outras cidades francesas, entra em Itália, com visita a Roma e aos santuários italianos, além de Nápoles e as ruínas de Pompeia, segue para a Suíça, dirige-se a Paray, passa por Paris e termina em Bordéus, antes de se dirigir ao Funchal, no navio “Hoedic”. Os textos de João dos Reis Gomes são publicados, primeiramente, no *Diário da Madeira*.⁴

Entre vários peregrinos,⁵ encontra-se o Major João dos Reis Gomes, acompanhado pela família mais chegada, a esposa, Maria Dulce Reis Gomes, o filho, Álvaro Reis Gomes, a nora, Maria Vera Rebelo Reis Gomes, o sogro de Álvaro Reis Gomes, Francisco Alexandrino Rebelo, e Elisa Faria Rebelo e Cecília Rebelo, e pelos estimados amigos Pe. Fernando Augusto da Silva e Vicente Ângelo Gomes da Silva, “distintíssimo repórter” (Gomes 2020, 10), cujas fotos ilustrarão a edição em livro de *Através da França, Suíça e Itália*.

3 A viagem devia ter sido realizada a 12 de julho de 1925, de acordo com a revista *A Esperança* de 1 de novembro de 1924, pp. 339-341. A organização era uma parceria entre as autoridades religiosas madeirenses e a empresa do senhor Pietro Stoppini.

4 Periódico *Diário da Madeira* de 10, 14, 17, 21, 24, 28 e 31 de outubro, 1926; 4, 7, 11, 14, 21, 25 e 28 de novembro, 1926; 5, 10, 12, 16 e 23 de dezembro, 1926; e 6, 9, 13 e 16 de janeiro, 1927. Sobre esta informação, consultar também Luís Marino, *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*, 66-72.

5 A lista de peregrinos é divulgada pelo periódico *Diário da Madeira*, 7 de julho, 1926: 3, “Peregrinação madeirense a Lourdes e Roma” e pelo *Diário de Notícias* do Funchal, 7 de julho, 1926.

A primeira parte de *Viagens*, “Através da França, Suíça e Itália”,⁶ baseia-se na reportagem de intenção não religiosa, demonstrada logo no prólogo da obra: “Tinham-me alguns amigos pedido, com penhorante insistência, que lhes desse umas breves impressões desta peregrinação” (*Ibidem*, 23). Contudo, João dos Reis Gomes não pretende analisar os assuntos religiosos porque não se sente competente para escrever sobre essa matéria: “evitarei invadir, porém, esse delicado campo que outros, com preparação própria e bem definida autoridade, tão amorosamente cultivam” (*Ibidem*, 23-24). Para esse efeito, o autor averba que:

ninguém melhor do que o Ex.^{mo} Vigário-geral, chefe espiritual deste agrupamento madeirense, — pela sua inteligência, pela sua fé religiosa e até pelos primores da sua bondade verdadeiramente cristã — poderá informar ou esclarecer os que tenham sobre o assunto interesses ou curiosidades acentuadamente de ordem mística. À sua palavra tão culta como eloquente e comunicativa, recomendo quantos queiram ter um conhecimento preciso e detalhado do que constitui a parte religiosa desta peregrinação. (*Ibidem*, 24)

À passagem por Lourdes, com a descrição do santuário e a missa celebrada pelo Pe. Fernando Augusto da Silva, Reis Gomes avalia como “bela e florescente [a] cidade, saída da obscuridade duma gruta” (Gomes 2020, 31), ironizando, com uma crítica subtil, sobre o seu comércio: “Afirmam-nos que quase todo este comércio é feito por judeus parodiando certas aves que chocam os seus ovos no fofo ninho das outras [...]” (*Ibidem*, 31).⁷

Seguiu-se Marselha e a visita à basílica de Nossa Senhora da Guarda e Chatêau d’If, a prisão política, cenário de *O Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas. Em Nice, a excursão continuou pela costa francesa, levando o autor a comparar a beleza da paisagem madeirense com a da Côte d’Azur, e a

6 Se tomarmos em conta o carácter de peregrinação que levou à realização do itinerário que passa pela França, Itália e Suíça, é possível cruzar o relato de João dos Reis Gomes com o do Pe. Jacinto da Conceição Nunes, cujos testemunhos são editados na revista *A Esperança*, entre 1923 e 1925, e contam episódios da primeira peregrinação madeirense a Roma e ao santuário mariano de Lourdes. O texto do peregrino Pe. Jacinto da Conceição Nunes constitui, em nosso entender, um tipo de literatura de viagem próximo da reportagem da peregrinação religiosa, ao contrário do do Major.

7 Parece haver, na recolha desta impressão sobre o comércio promovido pelos judeus, um certo reflexo do sentimento antisemita que se vem a difundir pela Europa no início de Novecentos.

afirmar que a beleza não se esgotou na paisagem da ilha, nem se furtou a olhar para a Madeira como uma força da natureza, ao passo que na Côte d'Azur há “a delicadeza de tons e de desenho que eu vejo e admiro nesta costa” (*Ibidem*, 60).

Finda a primeira passagem por França, a peregrinação avança para a Itália, onde parece seguirem-se alguns dos episódios mais hilariantes da viagem de João dos Reis Gomes. Desde o elogio aos camisas negras no comboio para Génova, à receção do Papa Pio XI à comitiva madeirense, em Roma, passando pelas peculiares visitas a Nápoles e a Pompeia, pelo santuário do Loreto, Assis, Pádua e Milão, antes dos madeirenses seguirem para território helvético.

Em Itália, o escritor viajante, através de dois episódios, demonstra admiração pela ordem política de Mussolini, o que oferece a sugestão de contrastar com a situação portuguesa. No comboio para Génova, João dos Reis Gomes nota o papel dos “camisas negras”: “Encaram-nos serenamente, mas olham-nos, um a um, com atenção, como se nos estivessem a contar e a fixar o rosto e tipo dos passageiros” (*Ibidem*, 57). A simpatia manifestou-se, de forma mais evidente, a caminho de Pádua.

Um furúnculo, que não permitia que João dos Reis Gomes se acomodasse de acordo com as regras, fez com que o viajante ficasse de mau humor por causa da intervenção dos “camisas negras”. Resolvida a situação, seguiram-se considerações elogiosas: “[os camisas negras eram] rapazes perfeitamente educados” (*Ibidem*, 157), “que sabem temperar o zelo pelo serviço com uma rara afabilidade” (*Ibidem*, 157), “gente a quem nunca recorri para um informe que o não obtivesse imediatamente” (*Ibidem*, 157). A Itália é, então, aos olhos de Reis Gomes, o local onde “[o] viajante sente a perfeita comunhão do povo com o salvador da Itália [Mussolini]” (*Ibidem*, 157).

Outro episódio marcante, é a receção do Papa Pio XI à comitiva madeirense, em Roma. Além do evento reportado no *Diário da Madeira* (10 de agosto de 1926), na reportagem de *Viagens*, são dedicadas algumas páginas aos vários locais de interesse da cidade, recheada de descrições e histórias que chamam a atenção do leitor, como é de salientar a visita ao Museu do Vaticano, repleta de descrições de peças de arte e vultos assinaláveis da história da Humanidade.

Seguiu-se a visita a Nápoles. Uma narrativa rica de exotismo e humor, como a visita ao aquário, em que o escritor viajante é ludibriado pelo cocheiro, e só se dá conta de que foi enganado, quando abandona o edifício e ouve a desculpa do italiano, a argumentar que da última vez que lá esteve foi em criança e que agora, provavelmente, os peixes estariam mortos: “*Forse, adesso, i pesci saranno morti* [...] (É possível que, agora, os peixes já estejam mortos [...])” (Gomes 2020, 117). Em Pompeia, a crítica dirige-se aos turistas americanos,

pelo preconceito do novo-riquismo associado à suposta falta de cultura, o que é uma constante ao longo da viagem, especialmente em Marselha, Pompeia e Paris. O humor centra-se, então, na sugestão do guia a falar de um café existente em Pompeia, no tempo do Império Romano:

O guia indicou-me numa rua, não me lembro qual, um *café* em excelente estado de conservação: uma pequena sala com mesas redondas e assentos baixos, vendendo-se sobre um balcão, ao fundo, ânforas e outros vasos, além duma caldeira de bronze destinada a bebidas quentes, e, pelas paredes, restos mal definidos de alguns frescos. Era o chamado *Termopolium*. No dizer do guia, e para a maioria da gente americana em excursão, o genuíno precursor do *Café da Paz*, em Paris [...]. (Gomes 2020, 125)

Depois da estada em Nápoles, a excursão dirige-se a Assis e ao Loreto. João dos Reis Gomes aproveita para tecer algumas considerações meritórias sobre a Igreja, os santos de Assis (São Francisco e Santa Clara) e o mito da Santa Casa que, por milagre, se transportou até ao Loreto. Ou seja, existe a preocupação em compreender os santos como figuras icónicas do papel da Igreja.

Neste episódio, o autor continua a demonstrar ser um bom contador de histórias, com a narração das vidas de São Francisco e Santa Clara (Gomes 2020, 132-137), através das obras de Giotto, presentes na catedral. Na apresentação de São Francisco de Assis, Reis Gomes cita o Cristo bizantino com a expressão “Igreja decadente” (*Ibidem*, 137), o que poderá ser uma abordagem à Igreja do seu tempo e uma subtil crítica à laicização da sociedade, se atendermos ao caso da 1ª República portuguesa. Já no Loreto a reflexão, exemplificada através de um grupo de peregrinos presente no santuário, é centrada na inexplicabilidade da fé: “mas a Deus nada é impossível: e nesta fórmula fundamental se louvam os espíritos piedosos para aceitá-lo com toda a força da crença na onipotência do Senhor” (*Ibidem*, 143).

Em Florença, o autor tem oportunidade de se deliciar com a beleza da cidade do Arno. Em certos momentos, fá-lo sozinho “[m]al como e não paro. Um carro leva-me agora à igreja de S. Lourenço” (*Ibidem*, 149), porque se descreve como um visitante interessado e precavido na chegada aos Uffizi: “Entro, levando na mão os meus apontamentos a fim de não perder tempo e, na impossibilidade de ver tudo, encontrar facilmente as obras que mais de perto me interessam” (*Ibidem*, 152). Na cidade dos Médici, o berço da Renascença, a reportagem é feita à volta das obras de arte e das visitas aos inúmeros locais de interesse.

Depois de Florença, os peregrinos chegam a Pádua. O escritor viajante filosofa sobre a vida de Santo António e atribui o verdadeiro culto do santo aos paduanos e não aos lisboetas, porque, para estes, era visto, essencialmente, como o santo casamenteiro. A excursão dirige-se a Veneza, que se revela deslumbrante. Porém, João dos Reis Gomes usou a narração do *modus operandi* da justiça do tempo dos Doges, em que os juizes eram capazes de se autocondenar pelos seus falhanços, para criticar alguns juizes do seu tempo, classificando os “torvos juizes da Idade Média” (*Ibidem*, 177) com uma postura mais humilde do que a “[d]esse liberal juiz do nosso tempo” (*Ibidem*, 177). Atente-se na função enfática que os adjetivos “torvos” e “liberal” desempenham na construção do pensamento crítico, quase como uma ironia, em que num tempo menos iluminado haja uma justiça mais digna.

Já em Milão, a cidade que “por entre todas as lutas e vicissitudes, procurou manter o seu prestígio de grande centro industrial, científico e artístico” (Gomes 2020, 193) e onde “Os monumentos de arte e os templos da fé e da ciência estão resguardados pelas legiões de chaminés” (*Ibidem*, 193), os apontamentos sobre os principais pontos da cidade são o ponto alto da prosa: a Praça do Duomo e a Galleria Vittorio Emanuele II, o “Cenacolo”, de Leonardo da Vinci, o Palácio dos Sforza, o teatro Scala.⁸ A propósito da sala de teatro, João dos Reis Gomes, como dramaturgo e homem ligado a estas lides, fez uma visita: “Visitei-o com interesse, em companhia de dois bons amigos animados de igual curiosidade” (*Ibidem*, 189). Tal como acontecerá em Neubabelsberg, aquando da viagem à Alemanha, ao Scala é devida uma visita por ser um importante marco internacional: “Na mesma praça, e quase em frente do monumento de Leonardo da Vinci, está o *teatro della Scala*, conhecido em todo o mundo como o padrão de mérito de todos os artistas líricos” (*Ibidem*, 189), ao que se segue a apreciação do edifício, em termos de valências para a execução das peças de teatro.

Antes do regresso a França, os peregrinos madeirenses passam pela Suíça. Em território helvético, as saudades da Madeira adensam-se, por causa da paisagem, e “[h]á exclamações de surpresa e há lágrimas de saudade e alegria” (*Ibidem*, 195), porque “[o] espetáculo é, na verdade, grandioso e comovedoramente evocativo. Ninguém deixou de pensar, mais vivamente, na sua casinha da alterosa ilha” (*Ibidem*, 195). Cremos que, da Suíça, além do encontro com o ministro português em Berna, Bartolomeu Ferreira, e a visita a alguns locais de interesse, fica a reflexão sobre a Sociedade das Nações, em que é expresso

8 Como curiosidade, o Teatro Scala de Milão é o edifício que inspirou o Teatro Baltazar Dias, no Funchal.

o desejo de sucesso na manutenção da paz: “Que a Sociedade das Nações satisfaça, ao menos, à filosofia da máxima árabe [dar três voltas à língua antes de responder a uma agressão], e já será indiscutível a sua grande vantagem perante as graves questões internacionais” (*Ibidem*, 199-200).

No regresso a França, com passagens por Lyon e pelo Santuário de Paray, onde se conta a história de Margarida Maria Alacoque, a atenção do leitor, julgamos, centra-se na estadia em Paris e nos contrastes narrados. Reis Gomes ironiza com a Cidade-Luz, classificando-a como a “desvairada capital da luz” (Gomes 2020, 210).

As críticas centram-se no modo de vida dos parisienses e na arte, quer no que respeita à Torre Eiffel, por causa da falta de enquadramento com os restantes monumentos da cidade, quer às danças dos parisienses, influenciados por Josephine Baker,⁹ apelidada de forma depreciativa de “a desengonçada boneca de cacau” (*Ibidem*, 212). Em Paris, entendemos que João dos Reis Gomes fala de uma sociedade decadente, “Os velhos grotescamente seguem o desvairar dos jovens” (*Ibidem*, 211), longe do encanto de Versalhes, “Das poucas visitas realizadas em conjunto desde que a peregrinação entrou em Paris, devo destacar, como mais digna de interesse, a nossa excursão a Versalhes” (*Ibidem*, 213).

A passagem por Paris evidencia, na nossa ótica, o carácter conservador de João dos Reis Gomes, se nos lembrarmos dos elogios à Itália de Mussolini, longe do cosmopolitismo e vanguardismo da capital francesa. Provavelmente, devido à recente experiência política portuguesa, a 1ª República, a imagem de Paris, como um lugar e uma sociedade abertos a novas formas de viver o mundo, causa no escritor viajante uma perplexidade e uma aproximação aos valores conservadores.

O périplo pela Espanha

A exemplo de “Através da França, Suíça e Itália”, a reportagem de “Três Capitais de Espanha” foi, primeiramente, publicada no *Diário da Madeira*¹⁰ e relata a visita de João dos Reis Gomes às cidades de Burgos, Toledo e Sevilha, no

9 A artista franco-americana, nos anos 20 de Novecentos, empolgou a vida parisiense com novas danças e desempenhos cénicos. Foi, também, uma figura da resistência francesa, durante a Segunda Grande Guerra, e um dos rostos da luta contra o racismo. Josephine Baker (Saint Louis, 3/6/1906 – Paris, 12/4/1975) torna-se, em 2021, a primeira mulher negra sepultada no Panteão Francês.

10 Periódico *Diário da Madeira* de 25 de dezembro, 1930; 1 e 6 de janeiro, 1931; 8, 12, 19 e 29 de março, 1931; e 19 de abril, 1931.

verão de 1930. Dentro do mesmo estilo do registo da narrativa da segunda peregrinação, o autor mantém a incursão por roteiros culturais, numa narração de contador de histórias, com laivos de jornalismo e de escrita romanesca e plena de descrições, adjetivações e ironia.

O volume dedicado a Álvaro Reis Gomes, o filho e “*companheiro nestas digressões*” (Gomes 2020, 227), é um trabalho vestido sob a capa da humildade própria do escritor, mas também da sensibilidade que torna a escrita uma homenagem à experiência vivida e um testemunho para a posteridade:

Vou dizê-las [as impressões de viagem]. E, no entanto, não posso fazer aqui nem obra de erudição, nem um trabalho crítico, nem mesmo um labor literário.

Mas, porque escrevo, então?! Primeiro, por uma imposição de espírito ou, melhor, de sensibilidade, que me não deixa conter as emoções colhidas — [...]; segundo, porque, dado o direito de admirar, na apreciação de qualquer facto, país ou obra de arte, há sempre um certo fator subjetivo — [...] que, dando às cousas brilho ou sombra, desfigurando-as mesmo, lhe conferem feição nova, mais não seja, no sentido de diferente [...]. (Gomes 2020, 229)

Em Burgos, está presente a crítica ao estado da cidade numa comparação com o que se passa no caso português: “Faz pena — e é caso bem vulgar em Portugal e Espanha — ver tão belo monumento oprimido entre casebres que, destoantes neste concerto de grandeza, ainda o entaipam e afeiam logo à entrada principal” (*Ibidem*, 234).

Perante tal estado, Reis Gomes confessa que “[f]oi único fito meu, dar uma impressão da Catedral” (*Ibidem*, 234), o famoso templo gótico, que oferece ao leitor uma panóplia de descrições da fina arte do edifício e do seu interior, “mas apenas para a visão dum ou outro pormenor, pois só a Catedral daria um livro” (*Ibidem*, 230). Contudo, “Burgos possui outros monumentos de valor” (*Ibidem*, 234), o que leva o escritor viajante a uma visita a vários pontos da cidade e a abordar algumas histórias e personagens da história da cidade como a de “Rui de Bivar, o grande *Cid Campeador*” (*Ibidem*, 236), segundo a versão de Corneille e a do *Cantar de Mio Cid*.

Após Burgos, João dos Reis Gomes visita Toledo, a “capital” conquistada por Afonso VI, que “[j]á de longe se nos impõe à vista o pitoresco burgo que, dos godos e dos mouros, herdou o eriçado contorno de cortinas crenuladas que o envolvem” (*Ibidem*, 241). Toledo é o “resto quase intacto da dominação mourisca na Península” (*Ibidem*, 241) e impõe a narração da pequena história de Berenguela para justificar que “Os costumes dos muçulmanos da Espanha

distinguiam-se, em muito, dos hábitos dos muçulmanos do Oriente” (*Ibidem*, 242), uma vez que acordaram levantar o cerco a Toledo, perante os desejos da filha de Raimundo III. O relato da estada em Toledo é interessante e dentro do esquema narrativo de Burgos: é dada a localização geográfica, enfatizam-se as figuras históricas e culturais da cidade, descrevem-se os monumentos, narram-se histórias relacionadas com a cidade e oferece-se uma perspectiva etnográfica. À saída de Toledo é esta a impressão que deve imperar no visitante: “Ninguém de sensibilidade e gosto pode, uma vez aqui, alhear-se deste ambiente pitoresco e singularmente original” (*Ibidem*, 250).

Mais para sul, João dos Reis Gomes chega a Sevilha, a cidade da catedral de Santa María de la Sede, monumento que o escritor-viajante “se apressa a ir ver” (Gomes 2020, 251). No meio das visitas à Catedral, à Giralda e a outros locais icónicos da capital andaluza, surge o paralelo entre o D. Pedro I castelhano e o D. Pedro I de Portugal, sobrinho e tio, respetivamente, acabando por ser considerado o castelhano como o “Cru”, porque “foi cruel e despótico” (*Ibidem*, 259), e o português como o “Justiceiro”, porque “foi, sobretudo, cruel para os matadores de Inês; mas, após a vingança, procurou merecer apenas o epíteto de justiceiro” (*Ibidem*, 259).

No que toca aos artistas da cidade, o pensamento crítico de João dos Reis Gomes incide sobre Murillo e Velázquez, numa apreciação interessante da obra dos dois pintores sevilhanos e a sua afirmação como mestres da pintura espanhola, reconhecidos em todo o mundo.

Porém, há dois episódios que demonstram a procura do escritor viajante pela alma popular da cidade: o convívio sevilhano e a visita ao bairro de Triana.

Em relação ao convívio, o texto diz que se trata de um certo espírito democrático do espanhol e que, no andaluz, demonstra não haver as regras das fingidas convenções de convivialidade:

Cada um no seu lugar, toda a gente confraterniza aqui na Espanha, sem pensarem os de baixo em confundir-se com os de cima, nem estes, pelo facto, se sentirem rebaixados. Belo traço de carácter deste povo fundamentalmente cavaleiresco, e que sabe usar, na melhor conta, de tão digna e cativante qualidade (Gomes 2020, 253).

No que respeita à visita ao bairro cigano, a Triana, o escritor viajante confessa que era seu desejo visitar os bairros sevilhanos, “[h]á horas que me inclino para aqui com a maior curiosidade. É dos sítios mais interessantes de Sevilha: o que lhe falta em arte, sobra-lhe em originalidade e pitoresco” (*Ibidem*, 264).

Ao estilo com que descreve as danças parisienses, João dos Reis Gomes faz a descrição da visita a Triana, onde nos enche com pormenores etnográficos e com uma narração sensual da vida cigana. Depois de se sentir tão à vontade “como se a gente que aqui mora fosse já muito minha conhecida” (*Ibidem*, 265), encontra duas mulheres descritas da seguinte maneira: “Enquanto a casada, satisfeita, nos convida a ver a alcova, a cozinha, o oratório — cheio de imagens com lâmpadas acesas — e anichado sob um arco mouro, em ferradura, a outra ri, desdenhosa de tanto entusiasmo: — já me parece um guia *enseñando el Palacio de Oriente*” (*Ibidem*, 265).

“Sevilha”, a mais extensa das três reportagens de “Três Capitais de Espanha”, procura demonstrar que a cidade é uma panóplia de culturas que se foram mesclando nas margens do Guadalquivir até formarem a urbe que se tornou a porta de entrada das riquezas das Américas na Europa.

A memória alemã

No verão de 1931, o diretor do *Diário da Madeira* desloca-se até à Alemanha. João dos Reis Gomes resolveu, então, escrever umas impressões de viagens publicadas no jornal que dirigia.¹¹

Quase duas décadas depois, surge a publicação em livro que não era intenção na década de 30, porque João dos Reis Gomes “[c]onsiderava que, antes da última Grande Guerra, estas impressões de viagem não teriam outro interesse que não fosse o derivado, exclusivamente, da minha [sua] visão pessoal sobre factos e matérias que tantos, como eu [ele], poderiam observar” (Gomes 2020, 283).

Contudo, em 1949, quase numa forma de ver a história como *exemplum* ou de libertação do passado,¹² o autor espera que as suas impressões sejam:

apenas elementos para um confronto entre o passado [1931] e o presente [1949]; confronto que, por tão desolador como expressivo, oxalá pudesse contribuir — ingénua utopia! — para adoçar a alma e prevenir a consciência dos que facilmente se inebriam com certas atitudes e palavras, e, de futuro, se inclinem a alentar

11 Periódico *Diário da Madeira* de 10 e 13 de setembro, 1931; 25 de dezembro, 1931; 1, 3, 17 e 31 de janeiro, 1932; 15, 22 e 29 de maio, 1932; 5, 16 e 23 de junho, 1932; e 3 de julho, 1932.

12 Consideramos que as palavras de João dos Reis Gomes também transmitem uma visão da história com uma função presente futuro, no sentido em que Diogo Ramada Curto aponta que a história “nos liberta do passado” (Curto 2013, 13).

e a dar apoio — o que se pressente já — a novos organizadores de catástrofes. (Gomes 2020, 283)

Chegado a Hamburgo, a descrição centra-se numa cidade diferente das anteriormente visitadas. Uma cidade portuária, cheia de vida e com um bairro alegre, o bairro de S. Paulo, que é comparável com os locais de divertimento parisiense:

Saindo dos automóveis, atravessando as ruas, correndo sobre os passeios, raparigas lindas, vindas de toda a parte, e exaltando com *baton* os dons da natureza, seguem, dando o braço — ou os dois braços — a rapazes e velhotes de *smoking*, levando-os, ou deixando-se levar, gostosamente, para os diversos centros de bulício. A pintura das faces, dos olhos e dos lábios — tremenda, com certeza, em pleno dia — sob a policromia das lâmpadas, faz de qualquer destas bonecas um demónio tentador. (Gomes 2020, 294)

O ambiente no maior porto alemão faz parecer que o país não vive os dias da grave crise financeira que atravessava, o que merece a seguinte reflexão: “Hamburgo dificilmente a denuncia [crise financeira] ao visitante que não faça interrogações sobre o assunto. Mas, pelo trânsito de estrangeiros, creio que se torna a crise, aqui, menos profunda do que noutros grandes centros do país” (*Ibidem*, 295).

A Hamburgo segue-se Berlim, onde, por entre os elogios à cidade, retemos esta reflexão sobre arte na admiração dos novos edifícios berlinenses:

Não temos uma simpatia fanática pela *edificação modernista*, por essas construções acaixotadas que reduzem todo o contorno a linhas retas e todo o volume a paralelepípedos, substituindo a arte do arquiteto pelo gosto inculto dum bom pedreiro prático. Mas cremos, sem dúvida, na evolução artística, e entendemos que, principalmente em artes de construção modalizadas com as constantes conquistas da indústria e da ciência — a nova técnica condiciona novas linhas; e que, às conveniências de hoje, se tem de subordinar a arrumação das atuais plantas e alçados. Novo, porém, não é antítese de belo; nem simplicidade se opõe à proporção: antes a simplicidade aliada à proporção — aliança difícil, mas basilar em toda a arte — constituem os dois principais fatores da elegância estética (Gomes 2020, 303).

Depois, há a paragem em Potsdam, com visita ao palácio de Frederico II da Prússia, Sanssouci, e a narração de um episódio sobre o antigo soberano.

A viagem segue por Neubabelsberg, onde o leitor é levado pela entusiástica descrição do centro de filmagens da UFA (Universum-Film Aktiengesellschaft), considerado uma Meca para os cinéfilos da altura, porque Neubabelsberg “é constituída, quase exclusivamente, pelos bosques, lagos, estabelecimentos, oficinas, casas e população da UFA” (*Ibidem*, 316), ou seja, tudo nesta localidade faz parte do enorme estúdio.

O estúdio da UFA é visto como um mundo à parte, dominado pelos grandes atores do tempo, numa situação diferente do conhecido mundo da realização portuguesa: “E como tenho predileção pelas realizações da UFA, não quis perder o ensejo de observar, de perto, a vida interna deste novo e aliciante mundo” (*Ibidem*, 317). Para completar a visita, deu-se a oportunidade de observar uma filmagem.

Na Alemanha, o outro episódio que desperta a atenção é a subida do Reno, posterior à passagem por Colónia. A navegação é feita Reno acima e com apontamentos sobre as diversas passagens, em que nos retemos na lenda de Loreley, “a alcantilada riba plena de vinhedos, irrompe, brusca, no rio, transformada em alta e desnuda escarpa: é o rochedo de Loreley, antiga região de gnomos” (*Ibidem*, 339), que estará na origem do livro de Reis Gomes *A lenda de Loreley contada por um latino*, editado em 1947.

No final da subida do Reno e após uma descrição poética da paisagem, João dos Reis Gomes desembarca em Wiesbaden. Segue-se a cidade de Mainz, com a imperativa entrada no museu de Gutenberg, em que João dos Reis Gomes afirma que “[n]ão é sem emoção” (*Ibidem*, 347) que, como jornalista e escritor, visita o espaço que homenageia o inventor da imprensa, e que contribuiu para a vulgarização da escrita e facilitou o acesso ao conhecimento e à informação:

Tudo está apresentado com o a-propósito mais discreto e disposto por forma a levar-nos até ante-meados do século XV, sentindo-se, ali, a angustiada sombra desse grande torturado, na luta do burril contra o buxo, criando o sublime invento; mas, por falta de recursos, impossibilitado de dar-lhe as reproduções metálicas — afim de mostrar a todos, inimigos e amigos, como da sua obra viria a larga vulgarização da escrita, presa, até então, ao pergaminho, o exemplar único, por vezes, avaramente guardado pelo seu feliz possuidor. (Gomes 2020, 347)

Por entre diversos episódios em território germânico, todos dotados de uma extrema curiosidade em que se nota o génio alemão mesclado com a natureza do país, percebe-se o porquê da edição em livro das reportagens, em

1949. É um testemunho que procura legar a potência civilizadora da Alemanha e que nos faz refletir, enquanto leitores atuais, que, nas diferentes conjunturas de crise, os germânicos conseguiram recuperar essa pujança civilizacional.

Conclusão

Viagens constitui, na nossa ótica, um dos melhores exemplos do escritor viajante insulano, em particular do madeirense, que descreve partes do bloco continental europeu, numa experiência de viagem cultural. O caráter de reportagem vem acentuar a natureza reveladora da literatura de viagem, em que o escritor viajante, perante uma panóplia de novas sensações advindas de um meio diferente do original, provoca o leitor com o seu testemunho, numa prova de orientação e de afirmação de um espaço “outro”, desconhecido ou não.

Ao intitularmos este pequeno ensaio de “*Viagens*, de João dos Reis Gomes: a Europa vista por um madeirense, na primeira metade do século XX”, tivemos a pretensão de enquadrar os testemunhos de João dos Reis Gomes na alvorada de uma época em que as viagens e a indústria do turismo começam a apresentar um caráter de massificação, quer seja por uma natureza religiosa, o turismo religioso, em voga no pós-Primeira Grande Guerra, quer seja em viagens de caráter laico, como são os casos dos périplos pela Espanha e pela Alemanha.

Pensamos que, em matéria de autores madeirenses que escrevem sobre outras latitudes, há um vasto campo por investigar. O exemplo de João dos Reis Gomes sugere hipóteses de investigação acerca de relatos de autores madeirenses por espaços “outros”, de que damos o exemplo, neste trabalho, do texto do Pe. Jacinto da Conceição Nunes, “A Roma e Lourdes, por mar e terra. Impressões de um peregrino madeirense”, resultante da primeira peregrinação madeirense. Outro termo de comparação é sugerido com os relatos do filho de João dos Reis Gomes, Álvaro Reis Gomes, que nos legou alguns registos sobre Europa.¹³

No que se refere a *Viagens*, o texto de João dos Reis Gomes encerra um estilo próprio, com laivos de reportagem jornalística, minúcia descritiva, onde proliferam os adjetivos, extensas descrições, plenas de cultura e pensamentos de âmbito filosófico e político. Outra característica que fixa o leitor ao texto é a

13 Os textos de Álvaro Reis Gomes foram publicados como uma mini série de crónicas, “Postais da Europa”, no *Diário da Madeira*: “Londres” (1 e 4 de setembro, 1928), “O coração da Bélgica” (5 de setembro, 1928), “Ostende” (7 e 12 de setembro, 1928), “Bruges” (15 de setembro, 1928) e “Bruxelas” (25 de setembro, 1928).

veia humorística do escritor viajante, que encara determinadas situações com maturidade intelectual. Ainda em relação ao estilo, nas descrições é procurado o enquadramento de léxico e expressões locais, na tentativa de uma maior factualidade da narrativa e do imaginário relatado.

Parece igualmente importante o pormenor da medida de algumas situações ao relacioná-las com a Madeira, talvez numa extrema demonstração de afeto e, ao mesmo tempo, da dimensão do mundo vista e apropriada pelo viajante ilhéu. No final de “Através da França, Suíça e Itália”, João dos Reis Gomes fala dessa medida capaz de ofuscar todo o imaginário vivido: “Por momentos, ante a visão da pequenina terra [a Madeira], apaga-se-me da memória a lembrança dessa existência [a peregrinação] de tão grande e variada beleza que eu acabo, febrilmente, de viver” (Gomes 2020, 223).

Por tudo o que aqui se descreve, a literatura de viagem é um exercício de memória que abrange a relação mnemónica do souvenir cultural, etnográfico ou da natureza do texto projetado pelo autor, além de uma possível fonte da história.

Fontes

ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA [ARM]

MARINO, Luís. s.d. “Reis Gomes, João dos”. In *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira [1950/1986]*, org. Luís Marino, vol. 5, , 66-72 [Texto inédito, Arquivo Luís Marino, ARM].

Diário da Madeira, 7 de julho, 1926; 10, 14, 17, 21, 24, 28 e 31 de outubro, 1926; 4, 7, 11, 14, 21, 25 e 28 de novembro, 1926; 5, 10, 12, 16 e 23 de dezembro, 1926; 6, 9, 13 e 16 de janeiro, 1927; 1, 4, 5, 7, 12, 15 e 25 de setembro, 1928; 25 de dezembro, 1930; 1 e 6 de janeiro, 1931; 8, 12, 19 e 29 de março, 1931; 19 de abril, 1931; 10 e 13 de setembro, 1931; 25 de dezembro, 1931; 1, 3, 17 e 31 de janeiro, 1932; 15, 22 e 29 de maio, 1932; 5, 16 e 23 de junho, 1932; 3 de julho, 1932.

Diário de Notícias do Funchal, 7 de julho, 1926.

Revista *A Esperança*, 1 de novembro, 1924.

Bibliografia

CLARA, Fernando. 1997. “As cidades e as ilhas: algumas reflexões a propósito do enquadramento teórico da literatura de viagens”. In *Literatura de Viagem: Narrativa, História, Mito*, org. Ana Margarida Falcão, Maria Teresa Nascimento & Maria Luísa Leal, 579-587. Lisboa: Cosmos.

COLLOT, Michel. 2014. *Pour une Géographie Littéraire*. Paris: Éditions Corti.

- CRISTÓVÃO, Fernando. 2002. *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*. Coimbra: Almedina.
- CURTO, Diogo Ramada. 2013. *Para que serve a história?*. Lisboa: Tinta da China.
- MELLO, Maria Elizabeth Chaves de. 2010. "O relato de viagem – narradores, entre a memória, o fictício e o imaginário". *Niterói* 28: 141-152.
- GOMES, João dos Reis. 1929. *Através da França, Suíça e Itália*. Lisboa: Livraria Clássica.
- GOMES, João dos Reis. 1931. *Três Capitais de Espanha: Burgos-Toledo-Sevilha*. Funchal: Diário da Madeira.
- GOMES, João dos Reis. 1949. *Através da Alemanha*. Lisboa: Livraria Clássica.
- GOMES, João dos Reis. 2020. *Viagens*. Funchal: Imprensa Académica.
- NEPOMUCENO, Rui. 2010. "A Primeira República na Madeira". *Islenha* 47: 45-68.
- NUCERA, Domenico. 2002. "Los viajes y la literatura". In *Introducción a la Literatura Compadrada*, org. Armando Gnisci, 241-290. Barcelona: Editorial Crítica.
- OPITZ, Alfred. 1997. "Viagem e memória. A construção de um passado por-vir em relatos sobre a Península Ibérica". In *Literatura de Viagem: Narrativa, História, Mito*, org. Ana Margarida Falcão, Maria Teresa Nascimento & Maria Luísa Leal, 653-660. Lisboa: Cosmos.
- PITA, Gabriel de Jesus. 1985. "Decadência e queda da Primeira República analisada na Imprensa Madeirense da época". *Atlântico* 3: 194-209.

De Homero a Sophia: navegar entre a realidade e a imaginação é preciso!

MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA GUIMARÃES*

A minha vida é um barco abandonado
Infel, no ermo porto, ao seu destino.
Fernando Pessoa, *Cancioneiro*

Navegações, de Sophia de Melo Breyner Andresen (1919-2004), livro de poemas sobre a viagem da poetisa ao Oriente. Esse livro demonstra que sob a capa de uma viagem física existe uma viagem imaginária na qual navegam, simultaneamente, um passado mítico e um presente imaginado em um diálogo ávido para extinguir “memória e tempo”.

Em *Navegações*, Sophia põe em relevo o tema das viagens; por isso, é imperativo que se ponha em linha de comparabilidade obras que tratem dos *topoi* referentes aos deslocamentos míticos ou reais criados por poetas antecessores que escreveram obras nas quais vicejam relatos que fascinam por seu maravilhamento, desde as descrições da exuberância da natureza, chegando até ao encantamento sobrenatural e ao encontro de si. Os exemplos de viagens contidas nas obras da tradição greco-romana são incontáveis; contudo, considera-se que Homero (século VIII a.C.) e Virgílio (século I a.C.) são os maiores precursores da literatura ocidental no tocante às literaturas de viagens

* Investigadora CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ministério da Educação do Brasil; CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9715-7554>. E-mail: mcoguimaraes@gmail.com.br.

lendárias ou imaginárias, seguidos pelo poeta latino Dante (século XIV d.C.). Na sequência dos deslocamentos de cunho literário, há que não se esquecer das jornadas circunscritas no âmbito da imaginação dos autores, como seria bem o caso de Xavier de Maistre (1763-1852) em seu primoroso romance, *Viagem ao redor de meu quarto* (1872). Nesse livro, Maistre enfatiza a possibilidade de viagens fabulosas mesmo quando o herói se encontra preso entre as quatro paredes de seu quarto.

O traço fundamental que entrelaça essas obras seculares são as viagens poéticas ou prosaicas, imaginárias ou reais, cujas semelhanças temáticas se evidenciam nos poemas do livro *Navegações*, de Sophia, demarcando que tanto na poesia quanto na prosa existe um laço simbólico imagético de viajantes.

Ao teorizar sobre deslocamentos metafóricos em relação à vida real, Alberto Pimenta, em seu artigo “Viajar na Palavra: até onde?” (Pimenta 1983, 25), questiona as metáforas sobre as viagens que se identificam retórica e literariamente. Sua indagação refere-se aos motivos pelo quais as viagens humanas no espaço e no tempo cederam lugar ao deslocamento interiorizado e poético na literatura:

Por que a viagem que, literalmente é o deslocamento do corpo no espaço (e concomitantemente, no tempo), faz-se metáfora, isto é, imagem significante doutro significado, sobretudo em três vastos lugares da tradição retórica:

- 1) *a vida é uma viagem*
- 2) *a morte é uma viagem*
- 3) *a obra* (de arte, de engenho, de amor) *é uma viagem*.

Esses traços das literaturas de viagens ou viagens na literatura evidenciados por Pimenta constituem um dado universal, visto que é comum dizer-se que “a vida é uma viagem” em direção à morte, e a morte, por sua vez, é uma viagem sem volta. Entretanto, o caso específico de “a arte é uma viagem” traz uma referência *sui generis*, pois se trata, sobretudo, das artes. Observe-se que, para Pimenta, essas viagens são metáforas literárias sobre a vida, exigindo do viajante ora atos de coragem apoiados na fé; ou é a própria arte que faz o seu *tour* incansável, adentrando sem pedir licença às contingências humanas. Portanto, sob o amparo desse fundamento teórico pimentiano, o primeiro ponto, “a vida é uma viagem”, aplica-se, em termos, à *Divina Comédia* e a *Viagem ao redor de meu quarto*, posto que a vida literário-poética do autor-personagem,¹ Dante,

1 O autor-personagem aqui referido é o poeta ou o romancista que se autoinclui como *persona* de seu poema ou de sua ficção.

transformou-se em uma viagem cujo deslocamento se deu por meio da espiritualidade judaico-cristã; e Xavier de Maistre converte sua reclusão compulsória em uma viagem imaginária. Esse primeiro aspecto da viagem tratado por Pimenta não se ajusta às obras como a *Odisseia* e a *Eneida*, visto que Ulisses e Eneias realizam uma viagem mítica do ponto de vista de seus autores. No caso específico de *Navegações*, pode-se optar pelas veredas investigativas de “a vida é uma viagem”, visto que inicialmente tratou-se de uma viagem real, e posteriormente a poetisa transmutou-a em arte poética na qual se autoinclui como *persona* poética. Em se tratando do aspecto de “A morte é uma viagem”, essa não cumpre seu desiderato literário em relação às obras citadas, pois, embora os seus autores sejam seres voltados à morte, literariamente, eles concorrem para uma existência literária infinita.

Observando as análises empreendidas por Pimenta, abre-se um novo questionamento, desta feita, sob a inquirição de Alain Botton em *A Arte de Viajar* (2012). Esse filósofo de origem suíça pergunta: “Qual é a necessidade de se locomover quando uma pessoa pode viajar tão maravilhosamente sentada numa cadeira?” (Botton 2012, 78). Tal questionamento retoma o tema teórico desenvolvido por Pimenta, “a obra (de arte, de engenho, de amor) é uma viagem” que, por sua vez, coincide com a trama romanesca de Xavier de Maistre em *Viagem ao redor de meu quarto*. Botton alega motivações diversas sobre o empreendimento humano de caráter vagante, entre elas “o encanto profundo e misterioso que se desprende da contemplação de um navio”, transformado em uma viagem interior. O ponto de vista destacado por Botton que merece visibilidade neste artigo é a questão da realização da viagem sem sair do lugar, ou seja, uma viagem mental. O quadro de tal viagem foi destacado por Botton em relação aos sonhos de Baudelaire, que se enchem de êxito e de conhecimentos a partir do exotismo de um lugar, registrando-os em carta endereçada à sua mãe e citada por Botton:

Quando estávamos a duas horas do litoral do Egito, fui à proa com o contra-mestre e vi o serralho de Abbas Paxá, como uma abóbada negra sobre o azul do Mediterrâneo. O sol o castigava. Tive minha primeira visão do Oriente através de uma luz resplandecente, ou melhor, numa luz resplandecente que era como prata derretida no mar. Logo o litoral pôde ser distinguido, e a primeira coisa que vimos em terra foi um par de camelos conduzido por um homem; em seguida, no cais, alguns árabes pescando tranquilamente. O desembarque transcorreu em meio ao mais ensurdecido tumulto imaginável: negros, negras, camelos, turbantes, bordoadas por todos os lados e gritos guturais capazes de romper os

tímpanos. Engoli uma quantidade enorme de cores, como um burro se enchendo de feno. (Botton 2012, 78)

Botton discute largamente em seu livro a necessidade que o homem tem em desbravar horizontes geográficos, quando poderia realizar tal empreitada de maneira mais eficiente. No que concerne a essa questão, o teórico assegura que não importa qual seja o desejo ou a natureza da viagem, o viajante terá sempre como tema central, a solidão, ou seja, o homem é impulsionado para uma viagem sempre que se observa sozinho e ao acaso, como se percebe no excerto abaixo:

[...] parecem distantes de casa; estão sentadas ou de pé, sozinhas, contemplando uma carta à beira da cama de um hotel ou bebendo num bar; observam um trem em movimento pela janela do quarto ou leem um livro no saguão de um hotel. Seus rostos são vulneráveis e introspectivos. Talvez tenham deixado alguém ou tenham sido deixados; estão em busca de trabalho, sexo ou companhia, à deriva em lugares transitórios. (*Ibidem*, 53)

Todas as vertentes literárias referentes às viagens e aos seus viajantes, analisadas por Pimenta e Botton, interagem com um esquema de leitura delineado por Stephen Reckert (1923-2013) em “O signo da viagem: esboço de uma tipologia” (Reckert 1983, 2-21). Reckert parte do princípio que as viagens pertencem ora ao campo mítico e/ou mental, ora se sobressaem da própria criação racional dos poetas. O ponto fulcral de sua análise é o esboço tipológico de obras clássicas que, como defende, apresentam maior incidência temática nas viagens míticas de heróis imaginadas pelos autores, como se viagens reais fossem. O esboço traçado por Reckert segue uma estrutura linguística de viagem como significado (metonímia) e significante (metáfora) que põe ênfase nos objetivos dos viajantes: “Donde?”, “Para onde?”, “Por onde”, “Para quê?”, “Por quê?”, “Feita por quem?” e “Vista por quem?”. Ao ser uma tipologia “forçosamente arbitrária, dependendo da perspectiva adotada”, como refere o próprio autor, mesmo assim pode ser considerada a chave para desvendar segredos de diversos personagens-viajantes, a exemplo de um Ulisses. Esse herói que partiu de seu centro vivencial (De onde? — Ítaca) para o desconhecido (Para onde? — Guerra de Troia); vagou no espaço-tempo por mar e por terra (Por onde?); buscou o seu “Eu” (Para quê? — o conhecimento) durante seu périplo de volta; havia uma obrigação de honra (Para quê? — resgatar Helena); (Por quê?) por ordem do rei dos reis, Agamêmnon e (Vista por quem?) por Homero, seu

criador. Esse delineamento traçado por Reckert, mesmo que seja prescindível, torna-se útil e estimulante, cooperando com um necessário esclarecimento sobre as motivações e os interesses de alguns personagens-viajantes.

Consequentemente, é sob o amparo prodigioso desses três teóricos, Pimenta, Botton e Reckert, que se observa nas obras que possuem grande relevância no Ocidente, uma pluralidade de autores que criam personagens mítico-viajantes que promovem seu autoconhecimento (Homero e Virgílio); autor-personagem que realiza a viagem do personagem (Dante); autor, o qual é o próprio personagem de sua viagem, observador incontestado da beleza ou do horror que há no mundo (Maistre) e, por fim, a autora de *Navegações* que a partir de seu deslocamento físico concebe sua obra poética de viagem promovendo *insights* e autognose.

Os porquês dos vários personagens-viajantes variam consoante à proposição poética de cada autor e do espaciotemporal em que habita. Homero fez de seu herói mais prudente um viajante em cujos périplos lhes permitiram experiências nas quais foi preciso demonstrar virtudes e provar habilidades em um campo pseudoreal. O herói maior da *Odisseia* (VIII a.C.) viajou aos infernos onde confabulou com os mortos e em muitos momentos, desafiou os deuses. Homem de incontáveis ardis, inescrutáveis artimanhas e de eloquência incomparável, vagou dez anos entre ilhas e ilhas, atravessando seu próprio purgatório, emblematizado pela imensidão do mar, espaço esse onde habitava a raiz de sua própria aventura. Não é sem razão que Eric Auerbach (1892-1957) em *Mimesis* (1946) considera Ulisses o primeiro herói mítico portador de racionalidade, característica essa confirmada pela astúcia empregada no enfrentamento do canto das sereias e sair ileso; evitar a poção mágica de Circe e não se transformar em porco; recusar a imortalidade ofertada pela ninfa Calypso em Ogígia, uma ilha paradisíaca, em troca de seu amor. Amargando a nostalgia de sua Penélope e de sua rochosa ilha, não se furtou às cruezas de seu destino, o mar, e confirma seu signo de viagem como uma aprendizagem que lhe permite retornar aos braços de sua Penélope mais sábio do que quando partiu. Ulisses é um herói de ação, e não um homem que viaja por meio da lente de contemplação do mundo (Botton). Homero registra o fim das errâncias de Ulisses ao entender que a vida do herói é uma viagem (Pimenta), sob o signo de autognosia (Reckert).

Em se tratando da viagem de Eneias, seu signo de viagem é divino e esse símbolo do destino de Eneias difere do destino de autoconhecimento de Ulisses, uma vez que Virgílio construiu sua narrativa poética com um propósito divino, desígnio orientado pela mãe do herói, a divina Afrodite. Conta o mito que, com a queda de Troia, Afrodite aconselhou Eneias, o mais famoso dos

chefes troianos depois de Heitor, a deixar a cidade, levando sua família, pois lhe estaria reservado o destino de reviver a glória troiana em outras terras. Com essa finalidade suprema, Virgílio traça o signo da viagem empreendida por seu herói, que carrega em seu cerne uma objetivação deificada na *Eneida* (I d.C.). A princípio, Eneias prova sua potestade divinal ao levar consigo os Penates troianos, divindades que protegem o Estado e as instituições que regem um e o outro para assim fundar uma nova cidade; justifica o seu pendor familiar, ao conduzir, além dos Penates, sua travessia a esposa Creusa, o filho Iulo, seu velho pai Anquises que ele carrega às costas e um punhado de soldados troianos. A confirmação de seu *nume* vem por meio do desaparecimento de sua esposa durante o trajeto entre Troia e Alba Longa, sem deixar vestígios. Perseguindo o fado instituído pelos deuses, Eneias embarca em um navio, no qual vagueia pelo Mediterrâneo até a fundação da cidade de Alba Longa, que deu origem a Roma. A vida de Eneias é uma viagem (Pimenta) que carrega em seu cerne uma premissa mítica do “Por quê?” e do “Para quê?” (Reckert).

A era em que a religião judaico-cristã já se encontrava consolidada, embora ainda carregasse o peso hierático da Idade Média, a poesia continuava pródiga no tocante ao imaginário da errância de destinos humanos. No caso específico da *Divina Comédia*, o próprio poeta Dante Alighieri realiza uma viagem entre três instâncias completamente distintas: o “Inferno”, o “Purgatório” e o “Paraíso”. Essa viagem tem como escopo contar a história da conversão de um pecador, homem comum com dúvidas, que hesita e é tentado pelo mal. A viagem empreendida por Dante é, inegavelmente, solitária, como defende Botton, paradoxalmente um autor ateu, em cuja filosofia pretende substituir o vazio criado pela “não-existência de Deus”, com cultura, literatura, filosofia, arte e psicologia. Não obstante, à questão filosófica bottoniana, a viagem de Dante encontra-se essencialmente sob a alçada de uma relação direta com a metafísica existencial e religiosa, que busca porto no oceano ilimitado de seu ser. Mesmo sendo uma viagem solitária, Dante, ao longo desse trajeto, vai cruzando com amigos e conhecidos, figuras públicas ou do universo pessoal do autor, e debatem sobre os mais variados temas. Ao se sondar o espírito criativo do autor, identifica-se em sua viagem uma rendição ao “deslocamento interiorizado e poético na literatura”, como bem analisa Pimenta, ao mesmo tempo que idealiza uma ascese divina por meio da arte literária.

O século XVIII também foi profícuo no que concerne à literatura de viagens. Xavier de Maistre, autor-personagem de seu livro *Viagem ao redor do meu quarto*, descreve com perspicácia uma viagem imaginária ocorrida enquanto se encontrava recluso. A prisão domiciliar, motivada pela participação da

personagem-autor em um duelo, concorre para que o autor, um oficial do exército na Itália na época, transforme essa realidade em romance. Fisicamente, a “viagem” do autor se limita aos objetos em seu quarto: a cama, a poltrona, a escrivaninha e a janela. Entretanto, o drama pessoal é o mote para que os quarenta e dois dias de detenção em seus aposentos, com apenas a companhia de um fiel criado e seu cão de estimação, sejam convertidos em uma viagem imaginária através da qual o autor-personagem faz importantes descobertas sobre si e sobre seus próprios recursos intelectuais. Essa viagem imaginária serve de partida para suas divagações sobre arte, a natureza do amor, as dificuldades e a miséria humana. Ao mesmo tempo, o ritmo da narrativa acelera e a “liberdade” e a profundidade filosófica do autor se torna cada vez mais próxima de um mergulho fundamental em sua viagem interior. O misto de voos da imaginação, reminiscências e digressões dá azo às viagens de uma alma liberta. Nesse particular aspecto, o autor realiza sua viagem imaginária, contribuindo, entretanto, para que a arte alce sua própria viagem, como propõe Pimenta, no aspecto de que “a arte é uma viagem”. Maistre-personagem parte de sua clausura física para o aberto de sua libertação mental, atravessando uma linha imaginária, descobrindo o seu “Eu”, que se encontra eivado por um legítimo aborrecimento.

O que esses heróis clássicos e a moderna poética do livro *Navegações* de Sophia de Mello Breyner Andresen têm em comum? Inicialmente, dir-se-ia que as viagens reais ou imaginárias as quais esses valorosos personagens empreenderam estão em consonância com a viagem realizada por Sophia em direção ao Oriente. No entanto, há outro aspecto que se apresenta incontornável para a clareza que se quer alcançar na análise dos poemas de *Navegações*: alguns aspectos estão relacionados à proximidade entre a obra de Dante e os poemas de Sophia. Dante é um autor-personagem que perfaz um pèriplo em três instâncias, segundo a sua concepção humano-religiosa, em busca de uma ascese; Sophia atinge singularidade poética semelhante quando é tomada pela inescrutável beleza de um mar de espantosa transparência e enxerga nele a imanência das divindades ctônicas, considerando ser aquele lugar um paraíso terrestre tangível.

Visando maior clareza na análise, é preciso discorrer aligeiramente sobre o total de poemas de *Navegações*. O itinerário é poeticamente realizado pela autora e registrado em três partes: “Lisboa”, “As Ilhas” e “Deriva”, totalizando vinte e cinco poemas, numerados e datados. Além disso, todo o processo de criação desses poemas já foi tema de entrevista da poetisa aos vários críticos de sua obra, bem como de poetas, como a entrevista concedida a Virgílio de

Lemos (1929-2013), publicada na revista *Oceanos* (1990, 129), com o título de “Sophia: As Navegações portuguesas foram uma epopeia do espanto”. Nessa entrevista, Sophia revelou ao poeta que:

Navegações é um livro ligado à minha primeira viagem ao Oriente. A viagem de Macau. Quando se dobrava um cabo e não se sabia o que estava do outro lado do cabo, quando se seguia uma costa e não se sabia aonde nos ia levar. Vivi então uma pequena epopeia que segue o percurso de Os Lusíadas, pequena epopeia do “olhar de espanto”, o aparecer total, o exposto inteiro – “e aquilo que ninguém sequer ousara sonhar era verdadeiro” [...]

Para além das entrevistas concedidas sobre a criação poética de *Navegações*, e não foram poucas, Sophia apresenta, de uma maneira didática, a gênese desse livro, como acontece em seu discurso² por ocasião da entrega do “Prêmio da Crítica”, em 1984. Diz a poetisa: “Escrevi as *Navegações* exactamente porque o Conselho da Revolução, em 1977, me convidou a ir a Macau tomar parte na Celebração do Dia de Camões. Foi o meu primeiro encontro com o Oriente” (Andresen 2010, 699). Em meio do mesmo discurso, Sophia revela haver nesses poemas “um intrincado jogo de invocações e ecos mais ou menos explícitas” onde vejam os ‘visionários do visível’” (Andresen 2010), citando a frase dita outrora por sua amiga Maria Velho da Costa. Embora esse aspecto possa entrar em rota de colisão com a viagem real empreendida por Sophia — cerimônia oficial em Macau para celebrar o dia de “Dia de Camões” —, no entanto, esse aspecto é consonante ao seu imaginário poético que durante a tal viagem transforma o real visto em uma viagem poeticamente imaginada.

Navegações é a história de uma viagem que confere registro narrativo convergente para uma tradição cronista da expansão marítima ou para os relatos de viagem, como defende Guimarães em “Sophia, a cronista ‘visionária do visível’” (Andresen 2021, 61-84), pois que a autora portuguesa transforma a viagem real em uma viagem imaginária poética, cujos poemas são testemunhos narrativos de instantes de rara beleza que se sobrepõem à viagem física. Não é demasiado afirmar-se que, nesse particular aspecto, a imaginação superou o real, visto que a poesia é uma aventura que leva a abrir diálogos e portas quando a viajante se apropria de sua viagem.

2 Discurso proferido na entrega do “Prémio do Centro Português da Associação de Críticos Literários” em 1984 e publicado como prefácio na 2ª edição de *Navegações* em 1996, 7-8.

O poema/crônica de viagem, como propõe Guimarães, evidencia traços dos relatos dos grandes descobrimentos, em especial, da carta de Pero Vaz de Caminha enviada a D. Manuel I, rei de Portugal, sobre o achamento da nova terra *brasilis*, pois que, pariforme às exposições do escrivão real são os poemas desse livro. No ponto central da confluência entre real e imaginário se encontra o lugar de onde parte Sophia e que no decurso da viagem surge como desejado horizonte de regresso, marcado por três constituintes elementares das viagens físicas que são a partida, o trajeto e o retorno. Os dois autores, Caminha e Sophia, partem de Lisboa em direção ao Oriente, em comitiva com propósitos definidos por terceiros; um e outro descrevem o local de partida, Caminha (Belém/Lisboa) e Sophia, (Lisboa); ambos historiam o que viram, Caminha escreve ao rei sobre a terra achada, Terra de Santa Cruz; Sophia, regressando do Oriente, poetiza sobre o que viu e sentiu sobrevoando a costa do Vietnã como se estivesse à deriva no meio das águas translúcidas do mar da China Meridional. Contudo, a maioria da revelação que a poetisa presenciou no Oriente mostra-se sob a forma inversa do real porque se encontra sob o efeito de uma *rêverie* entre o estado de consciência alerta e um subconsciente que se transformou em uma “epopeia do espanto”, como bem analisa o poeta Lemos sobre sua poesia.

Outra forma de pensar esse conjunto de poemas é o fato de que também pode ser entendido como uma viagem em direção ao divino, construída a partir de uma poética que busca na exuberância da natureza, um ideal sublime e profético. Digo profético e explico. Em sua navegação real, Sophia se converte em uma viajante com dons óticos invejáveis, que apontam toda a beleza que há imanente na natureza, que se lhe apresenta divinal em antagonismo com o presente que se anuncia, segundo uma perspectiva moderna, profetizando um futuro de destruição próxima.

Dito isso, recorre-se ao esboço traçado por Reckert para enfatizar o objetivo da viagem real da poetisa em direção ao Oriente e como essa viagem se metamorfoseou em viagem oniricamente poética. Seguindo o esquema traçado por Reckert, Sophia partiu (Donde?) de Lisboa e rumou (Para onde?) ao Oriente; (Por onde?) via aérea; (Para quê?) para tomar parte na celebração do dia de Camões; (Por quê?) porque foi convidada pelo Conselho da Revolução. Mesmo que esse esquema abrace uma arbitrariedade, como afirma o próprio Reckert, ele brinda o leitor da poesia sophiana com uma chave que lhe permite compreender a diferença entre uma jornada concreta e uma jornada oniricamente poética como se transformou, ao final, essa viagem de Sophia. Ainda acompanhando o pensamento reckertiano, essa viagem (Vista por quem?) é

vista pela personagem-viajante, Sophia, que descreve o efeito que aquela viagem lhe causou espiritualmente e, em consequência, provocando-lhe a criação dos poemas de *Navegações*:

À medida que os poemas iam surgindo ia-se decidindo em mim a vontade de os editar ao lado dos mapas da época, os mapas onde ainda é visível o espanto do olhar inicial, o deslumbramento perante a diferença, perante a multiplicidade do real, a veemência do real mais belo do que o imaginado, o maravilhamento perante os coqueiros, os elefantes, as ilhas, os telhados arqueados dos pagodes. (Andresen 2010, 699-701)

Visto pelo ângulo de uma busca do “Eu”, *Navegações* parte de relatos do primeiro olhar da poetisa para o Oriente, transitando entre o passado histórico e um futuro profético que cumpre um traço formal da autognose. Essa dicotomia poética forma imagens metafóricas sobre o Oriente e o Ocidente. No entanto, é o Oriente, metáfora precisa de nascente e de luz, que, como um microcosmo, se expande e dá lugar a uma “arte de viagem”, que alegoriza a viagem e que faz emergir a “*Dolce color d’oriental zaffiro*”, verso de Dante gravado como epígrafe do poema IV da parte de “As Ilhas” (Purg. Canto I – 7 – 5). Os versos de Dante ajudam a compor o poema IV da primeira parte do conjunto de poemas de *Navegações*:

SOPHIA:

Aqui viu o surgir em flor de ilhas
Quem vindo pelo mar desceu ao sul
E o cabo contornou para nascente
Orientando o cortar das negras quilhas

E sob as altas nuvens brancas liras
Os olhos viram verdadeiramente
O doce azul de Oriente de safiras

DANTE:

Doce era a cor de oriental safiro³

3 Cf. Canto I do “Purgatório”, verso 13 na tradução de Vasco Graça Moura, que na tradução utilizada por Sophia encontra-se no Canto I do Purgatório – 7 – 5.

O verso do poeta florentino e os versos da poetisa portuense parecem partilhar da mesma visão, uma vez que Sophia segue os passos poéticos de Dante em relação à natureza exuberante oriental. Ambos configuram-se como autores-personagem de suas viagens em busca de uma ascese, Dante por meio da religiosidade judaico-cristã e Sophia por meio de uma deidade imanente à natureza, através da qual vê “[...] surgir em flor de ilhas” com seu “[...] doce azul de Oriente de safiras” em esplendor divinal. Sob esse aspecto, cumpre lembrar que o “Purgatório”, referido na *Divina Comédia* e reconstruído poeticamente por Sophia, é um local de purificação onde as almas são preparadas para adentrar ao “Paraíso”, vertente explicativa da escolha do poema de Dante como epígrafe do poema da autora. Ao agir assim, Sophia constrói uma visão edênica das ilhas na costa do Vietnã, personificando-as como um paraíso terrestre dantesco. E, ao seguir o rastro dessa visão edênica, há que se colocar em relevo o poema V da mesma parte de *Navegações*, quando a poetisa verbaliza o real e o imaginário de sua viagem:

Ali vimos a veemência do visível
O aparecer total exposto inteiro
E aquilo que nem ousáramos sonhar
Era o verdadeiro

Essa visão, além de paradisíaca, é o testemunho de uma viagem que se reparte entre o real e o imaginário, entre o físico e o metafísico existencial. O reconhecimento que a natureza possui um princípio deístico permite que a poetisa veja em sua fulgurante pungência um porto para o oceano ilimitado de seu ser, alcançando, de certa maneira, uma ascese em direção ao excelso divino.

À vista disso, parece haver, a partir do poema VIII da terceira parte de *Navegações*, intitulada “Deriva”, uma enumeração do real visto misturado ao imaginado da viajante que, em êxtase, conta o que viu. Composto, principalmente, por anáforas do verbo ver no pretérito, a poetisa compõe sua história de viagem real:

Vi as águas os cabos vi as ilhas
E o longo baloiçar dos coqueirais
Vi lagunas azuis como safiras
Rápidas aves furtivos animais
Vi prodígios espantos maravilhas

Vi homens nus bailando nos areais
E ouvi o fundo som de suas falas
Que já nenhum de nós entendeu mais
Vi ferros e vi setas e vi lanças
Oiro também à flor das ondas finas
E o diverso fulgor de outros metais
Vi pérolas e conchas e corais
Desertos fontes trémulas campinas
Vi o rosto de Eurydice das neblinas
Vi o frescor das coisas naturais
Só do Prestes João não vi sinais
As ordens que levava não cumpri
E assim contando tudo vi
Não sei se tudo erreí ou descobri

A partir de seu “olhar de espanto”, expressão tomada de empréstimo de Lemos e sobre a qual Sophia sempre faz referência em *Navegações*, a poetisa constrói uma espécie de inventário, revisitando o passado no presente, atualizando-o como se pode notar nos versos “Vi homens nus bailando nos areais” (referência a um éden nem máculas onde o nu era condição natural); “E ouvi o fundo som de suas falas / Que já nenhum de nós entendeu mais” (alusão a um certo alheamento humano no mundo presente em relação ao passado); “Vi ferros e vi setas e vi lanças” (observação sobre os usos e costumes daquela gente primordial). A autora-personagem de sua história poética conta igualmente o que “vê” lendariamente como o improvável rosto de Eurydice, a amada de Orpheu. Contando o real e o quimérico, Sophia confere ao poema um maravilhamento que a fez esquecer “memória e tempo”. Acrescente-se a esse entendimento que o sujeito poético também está profundamente ligado à dimensão mitológica consonantes às Grandes Navegações quando assume a lenda de Prestes João, difundida por cartas apócrifas que alimentavam o imaginário náutico com a complacência de alguns reis por volta do século XII. No entanto, repentinamente o devaneio sobre um passado de conquistas e convertido em maravilhamento que havia condicionado o seu espírito naquela expedição, dissipou-se, visto que seu desejo não se concretizou. Não pôde realizar uma quimera desde sempre desejada por tantos outros nautas que buscaram aquele rei que, entre outros reinos do Oriente, possuía as “dez tribos perdidas de Israel”. Assim refere o poema: “Só do Prestes João não vi sinais”. Desapontada, a *persona* poética chega à clarividência de que em sua viagem ressoaram vozes de

um passado histórico que a poetisa pôde reviver no Oriente por meio de natureza edênica, porém a realidade a convida a se reinventar; por isso, partilha poeticamente essa visão idílica e deífica.

A questão que se coloca entre a viagem física e a viagem imaginária é a transformação pelo conhecimento, como acontece a Sophia. Seus poemas registram a sua viagem física, no entanto, esses poemas assinalam que a Sophia que partiu para o Oriente com uma missão específica não pôde retornar a mesma ao seu ponto de partida da mesma forma que partiu, dado que foi transformada em outro “eu” pelo que viu e aprendeu no percurso da viagem. Por outro lado, o ponto ao qual regressa também já não é o mesmo para si porque, mediante a sua transformação pelo conhecimento do novo / velho mundo, o antigo universo manifesto parece-lhe estranho. Seus versos são eloquentemente asseverativos nesse aspecto: “E assim contando tudo vi / Não sei se tudo errei ou descobri”.

Relativamente aos poemas de *Navegações*, poder-se-ia indagar de Sophia o que é, afinal de contas, o real e o imaginário nesses poemas quando todo o real visto se dissolve em uma visão onírica do passado no presente? O que se presencia em *Navegações* é o momento exato em que a realidade fenomenológica se transmuta, para a poetisa, em significante de uma verdadeira transcendência da Natureza, como se uma porta se abrisse do mundo exterior para desvelar a realidade íntima de seu ser. Assim, após cento e trinta e um versos, o perspectivismo da poetisa sobre a descrição localizada no espaço e no tempo alterna-se com uma *revêrie*, pressupondo uma “normalidade” subconsciente, não significando, entretanto, o acorde final de sua viagem, porque o regresso se encontrava pleno de real e de imaginário a um só tempo, pois, como propalam os versos de *Navegações*: “Ali vimos a veemência do visível / O aparecer total exposto inteiro / E aquilo que nem ousáramos sonhar / Era o verdadeiro”.

Os poemas de *Navegações* registram uma navegação real, contudo infinita, em uma perspectiva metafísica. Relativamente a essa ótica transcendente, esses poemas mantêm-se em uma linha impossível de deter, dado que são levados pela correnteza do tempo e arrastados pela esteira de uma poesia que ultrapassa fronteiras. Além do mais, sugerem que o seu limiar fica sempre a mais um dia de uma viagem onírica, porque a viagem dissolve-se no entre-lugar da partida, trajeto e retorno. No entanto, a viagem da poetisa não se restringe a esses três pontos; ela simboliza, sobretudo, a transformação perene de um “eu” como aventura interior que altera a concepção de realidade. Esse sentimento de regresso, ininterruptamente transformador, está inscrito no poema XV de *Navegações*:

Inversa navegação
Tédio já sem Tejo
Cinzento hostil dos quartos
Ruas desoladas
Verso a verso
Lisboa anti-pátria da vida

A viagem da poetisa é, por isso, fundamentalmente interior, reitera-se. Para tanto, basta comparar a relação de aproximação e de afastamento da cidade de Lisboa a partir da saída e de seu retorno. Se no poema “Lisboa”, poema que abre a série de poema de *Navegações*, a cidade é metaforizada como uma barca que oscila no mar largo, em seu regresso, essa mesma cidade, é uma “inversa navegação”, pois que é transfigurada em uma “anti-pátria da vida” devido ao olhar que se embeveceu por uma nova dimensão espacial oferecida por uma natureza exuberante e inelutavelmente transformadora.

Afortunadas são todas as viagens que, de uma maneira ou de outra, trazem ao viajante ânimo e coragem, inspiração artística, fôlego ou frescor, sobretudo, uma transformação pelo conhecimento. Sophia encontra um uso poético inverso da tradição que geralmente desvaloriza a vida, cujo testemunho reverbera na poesia de Pessoa, principalmente no poema em epígrafe, “A minha vida é um barco abandonado / Infel, no ermo porto, ao seu destino” que une imenso dramatismo e reflexão existencial transfigurada em uma “viagem para a morte”.

Contrariamente à “viagem para a morte” teorizada por Pimenta e refletida no poema de Pessoa, a poesia sophiana dispõe para o seu leitor um viés existencialista que explora o viver humano como a experiência de indivíduos que pensam, sentem e agem. Dessa forma, os poemas de *Navegações* subscrevem sentimentos que se repartem entre “a vida como viagem” e “a arte como viagem”, segundo os pressupostos de Pimenta. Os poemas de *Navegações* ainda partem do “Eu” como papel social e mais especificamente de centro vivencial para o desconhecido e volta ao centro vivencial, regresso à Pátria. Busca o “Eu” no “Outro”, visto ou imaginado, para aprender ou mesmo cumprir um dever. Essa viagem, de obrigação, transforma-se em curiosidade, convertendo a poetisa em autor-personagem viajante de si, vertente pressuposta no esboço tipológico literário de Reckert.

Por mais paradoxal que possa parecer, não convém terminar esse artigo sem antes registrar a relação de proximidade tipológica centrada em “a arte é uma viagem” entre os autores da *A Divina Comédia*, da *Viagem ao redor de meu quarto* e de *Navegações*. Dante, Maistre e Sophia são autores-personagens-viajantes

de suas incursões poéticas. Dante e Sophia têm como propósito poético uma ascese a um paraíso terrestre ou edênico. Em relação à *Viagem ao redor de meu quarto*, a comparabilidade é visível, vez que tanto Maistre quanto Sophia criam suas obras a partir centros vivenciais e contextuais, ambos ao seu modo, tornam-se autores e personagens, criadores e criaturas de suas obras.

A viagem, como uma experiência real de Sophia, é comutada em aventura poética que se sobrepõe ao concreto e ao fidedigno de quase todos os viajantes. Contudo, Sophia não é uma viajante banal, antes é uma grande viajante da palavra, do verbo criador de outros mundos, descobrindo semelhanças e dissonâncias em um rendilhado que une o invisível ao visível. Nesta grande viagem a qual é o poema *Navegações*, construído lentamente, palavra sobre palavra, Sophia realiza, sem jamais embaralhar “o fio de linho da palavra” (Andresen 2010, 579), uma autêntica viagem imaginária, que se sobrepõe à sua jornada concreta.

Bibliografia

- ALIGHIERI, Dante. 2006. *A Divina Comédia*. 7ª ed. Trad. de Vasco Graça Moura. Lisboa: Bertrand Editora.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. 1996. *Navegações*. 2ª. ed. Lisboa: Editorial Caminho.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. 2010. *Obra Poética*. Lisboa: Editorial Caminho.
- AUERBACH, Eric. 1987. *Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva.
- BOTTON, Alain de. 2012. *A Arte de Viajar*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda.
- GUIMARÃES, Maria da Conceição Oliveira. 2021. “Sophia, a cronista ‘visionária do visível’”. In *Ilhas de vozes em reencontros compartilhados*, ed. Susana L. M. Antunes, 61-83. Holsten: Quod Manet.
- HOMERO. 2005. *Odisseia*. Trad. de Frederico Lourenço. Lisboa: Livros Cotovia.
- LEMO, Virgílio de. 1990. “Sophia: As Navegações portuguesas foram uma epopeia do espanto”. *Oceanos* 4: 127-130.
- MAISTRE, Xavier. 2020. *Viagem ao Redor de meu Quarto*. Trad. de Veresa Moraes e Posfácio de Enrique Vila-Matas. São Paulo: Editora 34.
- PESSOA, Fernando. 2008. *Cancioneiro*. São Paulo: Martin Claret.
- PIMENTA, Alberto. 1983. “Viajar na Palavra: até onde?”. In *Viagem “entre o real e o imaginário”*, org. Stephen Reckert & Y. K. Centeno. Lisboa: Arcádia.
- RECKERT, Stephen. 1983. “O Signo da Viagem (Esboço de uma tipologia)”. In *Viagem “entre o real e o imaginário”*, org. Stephen Reckert & Y. K. Centeno. Lisboa: Arcádia.
- VIRGÍLIO. 2008. *Bucólicas, Geórgicas, Eneida*. Trad. de Agostinho da Silva. Lisboa: Temas e Debates.

Viajar com Jorge de Sena

SUSANA L. M. ANTUNES*

Introdução

Desde a Antiguidade até aos dias de hoje, a viagem tem sido apanágio da existência humana nas suas múltiplas concretizações. Materializada na noção de deslocação, movimento e errância, a viagem tem-se revelado companheira incondicional do devir da Humanidade ao longo do seu itinerário histórico-sócio-cultural-espiritual, testemunhando diferentes deslocações, movimentações e errâncias ao longo da História da Humanidade. Mediadora do mundo, a viagem constitui-se também como o reflexo da relação privilegiada do movimento corporal do Homem no tempo e no espaço e, por conseguinte, o reflexo de formas de pensar daí resultantes, proporcionando-lhe oportunidades para criar novos sentidos de lugar e de espaço. Aproximando-nos do interesse que o estudo do espaço e as especificidades que o rodeiam têm suscitado nas diferentes áreas de estudo, sabemos que os modos com os quais o ser humano se relaciona com os diferentes espaços também são fruto dos valores e das experiências afetivas vividas por quem o percorre, o sente e o vive. Neste contexto, Homem e viagem funcionam como duas entidades que se deslocam juntas, desenvolvendo dinâmicas essenciais para a materialização de cada uma delas como entidades autónomas. No trabalho de cooperação que desenvolvem, transcendem e proporcionam outras formas de aprendizagem, de inter-relações com outras culturas, com outros saberes e com outras formas de organização do pensamento. A plurissignificação que assiste a ideia de viagem física ou espiritual é assegurada pelas palavras de Beatriz Colombi, afirmando:

* University of Wisconsin-Milwaukee, EUA.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2681-2173>. E-mail: antunes@uwm.edu.

La palabra *viaje* connota una multiplicidad de significaciones dispares, tales como conquista, ciencia, conocimiento, alteridad, exotismo u ocio. Al mismo tiempo, es usada para aludir a cualquier tipo de traslado, sea figurativo o real, y puede referir tanto a una travesía como volverse metáfora de la vida o de experiencias imaginarias. (Colombi 2010, 287)

A polissemia apontada por Colombi revitaliza-se com a intersecção de experiências que a viagem oferece, renovando o conhecimento, apelando à memória e aos sentidos, proporcionando amplitudes outras ao viajante, como esclarece Michel Onfray:

Le voyage fournit en effet une occasion d'élargissement des cinq sens: sentir et entendre plus vivement, regarder et voir plus intensément, goûter ou toucher avec plus d'attention — le corps émoi, tendu et prêt pour des nouvelles expériences, enregistre plus de données que d'habitude. [...] Émotion, affection, enthousiasme, étonnement, interrogation, surprise, joie et stupéfaction, tout se mélange dans l'exercice du beau et du sublime, du dépaysement et de la différence. (Onfray 2007, 51-52)

Fisiologicamente, os sentidos permitem a percepção do meio externo e, consequentemente, do meio interno assente num jogo de emoções resultantes de estímulos a que o ser humano é, constantemente, exposto. Entendidos como formas de abertura para o mundo, do resultado daquele jogo interativo, conquistam-se sensibilidades que engrandecem a vida humana, dignificando a linguagem das emoções. Conforme afirma Alfredo Bosi, “ao longo da História, os encontros do corpo humano com outros seres foram dando uma extrema ductilidade aos chamados ‘sentidos’ do organismo” (Bosi 1997, 58).

Como uma estrutura de intervenção no mundo, a viagem e, por conseguinte, a Literatura de Viagens têm testemunhado experiências, descobertas e reflexões que ficaram inscritas e escritas na História da Humanidade.¹

1 A título de exemplo, referimos a errância do povo judeu narrada n'A *Bíblia Sagrada*. Como sabemos, as errâncias de povos continuam a verificar-se nos dias de hoje pelas razões mais diversas. Para referência bibliográfica respeitante à expressão e conceito de literatura de viagem, veja-se Antunes 2020, 21-44.

Jorge de Sena em viagem

Neste contexto, Jorge de Sena (1919-1978), de ascendência açoriana pelo lado paterno, viveu diferentes viagens, em momentos distintos da sua vida, documentadas na sua escrita. Viajante incondicional, Sena teoriza sobre os conceitos de viagem de turista, de viajante e de exílio. Caminhante-errante por gosto e cidadão do mundo por vocação, Jorge de Sena devolve aos leitores a apreensão *sui generis* dos espaços físicos visitados, redimensiona-os, devolvendo-nos espaços multifacetados como resultantes das suas viagens a Portugal, África e Europa.

A dimensão e o interesse que o estudo do espaço suscita na poesia de viagem seniana perspetiva também a ideia de itinerância marcada pelo testemunho do viajante incondicional que Jorge de Sena foi ao longo de toda a sua vida.

Neste sentido, são cruciais as palavras do “Prefácio da Primeira Edição” a *Poesia I*² onde Jorge de Sena se autodefine “[...] como poeta, como ser humano, como cidadão, como pessoa politicamente envolvida e sempre independente [...]”, refletindo, simultaneamente, sobre a ideia de fingimento e de testemunho:

Se o “fingimento” é [...] a mais alta forma de educação, de libertação e esclarecimento do espírito enquanto educador de si próprio e dos outros, o “testemunho” é [...] a mais alta forma de transformação do mundo, porque nele, com ele e através dele, que é antes de mais linguagem, se processa a remodelação dos esquemas feitos, das ideias aceites, dos hábitos sociais inconscientemente vividos, dos sentimentos convencionalmente aferidos. [...] Como um processo testemunhal sempre entendi a Poesia [...]. Uma intencionalidade se me insinuou [...]: explicitar aspectos dominantes do itinerário espiritual da testemunha que me considero de mim mesmo e do meu mundo. (Sena 1988, 67)

Considerando-se “definitivamente embarcado na condição de andarilho” (Sena 2004, 4; e 1989a, 13), Jorge de Sena assimilou aquelas condições como o leitmotiv da sua vida, como indicam os breves dados biográficos selecionados, os quais embora conhecidos, são aqui realçados para testemunharmos como a vida de Jorge de Sena foi continuamente marcada pelo signo da viagem:

2 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 1988. Refiro que todas as citações de Jorge de Sena usadas no presente trabalho respeitam as opções ortográficas do autor.

1937: realiza a sua primeira viagem como cadete da marinha a bordo do navio-escola Sagres. Durante um ano de viagem no Sagres, visita o Brasil, Angola, São Tomé, Dakar, Madeira e as Canárias. A propósito desta viagem no Sagres, Mécia de Sena escreveu na “Introdução” a *Diários*: “A visita às Canárias foi um passo decisivo na vida de Jorge de Sena, do ponto de vista do esclarecimento político [...] e até, digamos, humano, já que a experiência de breve convívio que a estadia lhe proporcionara se lhe manteria viva para o resto da vida [...]” (Sena 2004 e 268). A atestar as palavras de Mécia de Sena, referimos o conto “A Grã-Canária” que integra a coletânea de contos *Os Grão-Capitães – uma sequência de contos*.³

1952: primeira viagem a Inglaterra, visitando no regresso, pela primeira vez, a França e a Bélgica.

1957: regressa a Inglaterra para um estágio sobre betão armado na condição de engenheiro civil.

1959: autoexílio no Brasil.

1965: Estados Unidos da América depois do golpe militar de 1964 no Brasil onde se tornou Professor Catedrático na University of Wisconsin-Madison.

1965: viagem à Europa — Inglaterra, França, Espanha, Alemanha, Áustria, Holanda, Bélgica, Itália e Portugal.

1970: Professor Catedrático na University of California, Santa Barbara, onde exerceu as suas funções até 1978.

1971: Europa onde passa a ir todos os anos até 1977, com exceção do ano de 1975.

1972: revisita Angola, Grécia e Itália, visitando pela primeira vez a União Sul Africana e Moçambique.

1973: Inglaterra e Paris.

1976: Florença, revisita Veneza, Portugal e a Inglaterra.

1977: Sicília, França, Espanha, Inglaterra e Portugal; no 10 de junho discursou na Guarda a propósito das “Comemorações do Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas”.

1978: morre em Santa Bárbara, Califórnia, Estados Unidos da América.

2009: última viagem de Jorge de Sena desde Santa Bárbara, para o Cemitério dos Prazeres, Lisboa.

Jorge de Sena, viajante incondicional, teorizou também sobre a ideia de viagem em “Crónicas de Viagem”,⁴ nos livros *Diários*, nos “Prefácios” e

3 5ª ed. Lisboa: Edições 70, 1989. A propósito, veja-se Igrejas 2017.

4 Textos que Jorge de Sena escreveu entre maio de 1959 e abril de 1978 reunidos em Sena 2011.

“Posfácios” que acompanham *Poesia I*, *Poesia II* e *Poesia III* e em artigos de jornais datados de 1949 e 1951, como podemos observar nas imagens abaixo (fig. 1 e 2):



- 1 “Prazeres Poéticos de Viajar”. *O Primeiro de Janeiro*, das Artes e das Letras, 3 de agosto, 1949: 3. © *O Primeiro de Janeiro*.
- 2 “Cultura e Viagens”. *O Primeiro de Janeiro*, das Artes e das Letras, 8 de agosto, 1951: 3. © *O Primeiro de Janeiro*.

A noção de viagem agregada aos conceitos de exílio, de turista, de viajante e de testemunho (Antunes 2020, 21-68) também encontra terreno fértil na escrita de Jorge de Sena, nomeadamente na poesia de viagem onde se inserem os poemas de viagem e os poemas-errância. No escopo deste trabalho, deter-nos-emos na poesia de viagem apenas ao que consideramos ser o poema-errância.

Caminhar com Jorge de Sena

Falar de viagem é também falar de caminhar, um dos modos fundamentais de que o homem sempre dispôs para se relacionar com o espaço social e cultural. Se na pré-História o sedentarismo foi essencial para a evolução da espécie humana, a ideia de caminhar e errar remonta à História da Humanidade, a qual tem testemunhado longas caminhadas erráticas e que ainda acontecem nos dias de hoje, basta estarmos atentos às informações que nos chegam diariamente através dos meios de comunicação social. Acresce ainda que, com o advento da Modernidade, a cidade se instituiu como um novo espaço propício à errância e como palco onde múltiplas emoções ocorrem. Da apreensão do espaço-cidade e da forma como a sua presença aconteceu na literatura, surgem também novas formas de contacto entre o caminhante-errante e o espaço experimentado.

Inerente à ideia de caminhada, refiro o texto do poeta norte-americano, Archie Randolph Ammons, intitulado “A Poem is a Walk”, um texto apresentado no “International Poetry Forum”, sediado em Pittsburgh, em abril de 1967, e publicado um ano mais tarde na revista *Epoch* 18 (Fall 1968). Na proposta de Ammons, é estabelecido um paralelo entre a caminhada real e/ou fictícia e o poema. Desta forma, o poema será como o movimento da caminhada, ou seja, a exteriorização de uma busca interior no sentido de que, quer o caminhante, quer o poeta, ambos partem de uma necessidade intrínseca que se expressa ou materializa sob a forma de um poema ou sob a forma de uma caminhada. Quer no poema, quer na caminhada a necessidade de deslocação real e/ou fictícia do poeta e do caminhante implica sempre o movimento do corpo e da mente. Para Ammons, embora poema e caminhada sejam entidades completamente distintas, o poeta norte-americano propõe a ideia de correspondência entre poema e caminhada baseada em quatro aspetos comuns fundamentais, a saber: ambos fazem uso do corpo e da mente num envolvimento total; ambos são irreproduzíveis; ambos traçam idas e voltas que dão forma quer ao poema, quer à caminhada; em ambos se manifesta o movimento. Apreendendo a caminhada como a externalização de uma busca interior, considerando a jornada o protótipo da caminhada por excelência, para Ammons “[...] the motion occurs only in the body of the walker or in the body of the words. It can't be extracted and contemplated. It is nonreproducible and nonlogical. It can't be translated into another body. There is only one way to know it and that is to enter into it” (Ammons 1968, 118).

Por outro lado, cidade e caminhante-errante edificam espaços de vida preenchidos que, segundo Paola Berenstein Jacques funcionam como “[...] o antídoto à espectacularização (das cidades). Somente através de uma

participação efetiva o espaço público pode deixar de ser cenário e se transformar em verdadeiro palco urbano: espaço de trocas, conflitos e encontros” (Jacques 2012, 16-19). Atenta ao processo de gentrificação que se tem vindo a observar nos espaços urbanos transformando-os em espaços para turistas, Jacques afirma ainda que as errâncias urbanas são “[...] um elogio da valorização de um tipo de experiência cada vez mais rara nas cidades: a experiência urbana da alteridade” (*Ibidem*, 11).

Ampliando a interação entre caminhada e poema proposta por Ammons e as inter-relações entre cidade e caminhante-errante, Roger Gilbert, no livro *Walks in the World: Representation and Experience in Modern American Poetry*, propôs o conceito de “walk-poem” que Francisco Cota Fagundes traduziu para “poema-errância”⁵ e que se constitui como um conceito proporcionado pelo encontro do caminhante-errante com as circunstâncias subtis e criadoras que acontecem no espaço urbano. Neste sentido, enfatizamos algumas ideias relativamente ao poema-errância: acontece no espaço urbano, é o resultado de um encontro circunstancial entre o caminhante-errante e as subtilezas da vida e, simultaneamente, criador porque daquele encontro resulta o poema. Como aponta Cota Fagundes, a definição avançada por Gilbert não é uma definição limitante (Fagundes 2016, 252), mas apresenta a maleabilidade necessária para se poder trabalhar um conceito tão *sui generis*.

Sem pretender isolar o poema vivencial ou do “eu” do poema testemunhal ou do(s) outro(s), Francisco Cota Fagundes considera o poema-errância “[...] um subgénero do poema vivencial e testemunhal, isto é, poema inspirado em vivências experimentadas ou testemunhadas, em oposição a um poema baseado em matéria confeccionada ou inventada” (*Ibidem*, 253). Na sua conceção é ainda importante destacar a ideia do fenómeno da errância como “[...] um dos conceitos básicos da poética de Jorge de Sena [...], um elemento estrutural e temático neste tipo de poema” (*Ibidem*, 253), esclarecendo que a ideia de “elemento estrutural” se observa, em alguns poemas, no sentido de que o poema acompanha explicitamente a caminhada do sujeito poético. Por outro lado, constitui-se como um “elemento temático”, uma vez que “[...] o próprio andar é tematizado em alguns poemas e, quando o não é, a sua substância parafraseável tende a ser fruto de verbalizadas percepções, dos pensamentos ou reflexões ocorridos durante a caminhada” (*Ibidem*, 253), permitindo, na nossa perspetiva, abertura de espaços outros para se pensarem outras errâncias a par ou em simultâneo com a errância física, nomeadamente a errância espiritual.

5 Veja-se Fagundes 2016.

O poema-errância está assim idealmente situado para registrar os choques subtis de mundos e cenários em processos do pensamento aparentemente autônomos. Como subgênero do poema vivencial e testemunhal, o poema-errância enfatiza a inelutável dependência do geral no particular, do abstrato no circunstancial, como afirma Roger Gilbert:

The walk poem is thus ideally situated to register the subtle impingements of a world, a setting, upon the apparently autonomous process of thinking. It is an intricate dialectic between perception and reflection that the walk poem finds its center; as a genre it emphasizes the ineluctable dependency of the general to the particular, the abstract to the circumstantial. (Gilbert 1991, 11)

Neste contexto, o pensamento revela-se não como o apropriar da experiência, mas como o produto dela, circunscrito pelas limitações temporais e espaciais do próprio corpo.

É, essencialmente, nos livros *Perseguição*, publicado em 1942, e *Coroa da Terra*, de 1946, que encontramos a poesia urbana de Jorge de Sena resultante das suas deambulações pelas ruas da cidade do Porto. Destas errâncias senianas, circunscritas pela ideia de testemunho e de sentir o mundo, considero o poema-errância seniano interventivo, denso e grotesco. Interventivo porque denuncia realidades escamoteadas; denso porque do encontro entre Jorge de Sena e as subtis circunstancialidades dos mundos com que se cruza, resulta a devolução de reflexões compactas do poeta-testemunha. Neste sentido, as palavras de Sophia de Mello Breyner Andresen são clarificadoras ao estabelecer um paralelo entre poema e vida concreta:

[...] o poema não fala de uma vida real mas sim de uma vida concreta: ângulo da janela, ressonância das ruas, das cidades e dos quartos, sombra dos muros, aparição dos rostos, silêncio, distância e brilho das estrelas, respiração da noite, perfume da tília e do orégão. [...] O verso é denso, tenso como um arco, exactamente dito, porque os dias foram densos, tensos como arcos, exactamente vividos. (Andresen 1990, 87)

A legitimação da ideia de grotesco no poema-errância acontece porque nos são oferecidos elementos que congregam a ideia de grotesco ao depreender-se o repentino, a surpresa e o pânico perante a vida, conceitos que encontram correspondência nas palavras de Wolfgang Kaiser:

Lo repentino y la sorpresa son términos que pertenecen a lo grotesco. En la literatura esto se muestra en forma de escena o de imagen en movimiento. [...] No se corresponde con lo grotesco el miedo a la muerte, sino el pánico ante la vida. Y a la estructura de lo grotesco pertenece la abolición de todas las categorías en que fundamos nuestra orientación en el mundo. (Kaiser 2010, 310)

Neste contexto, selecionamos os poemas “Esgoto” (25/5/1942) e “Dia de Sol” (20/2/1944), do livro *Coroa da Terra* (1946), obra que Jorge de Sena dedica “À cidade do Porto onde este livro foi, na sua maior parte, vivido e escrito [...]”, incluída em *Poesia I* (pp. 93 e 97, respetivamente). Os poemas acima referidos, identificados por Francisco Cota Fagundes como poemas-errância, apresentam as características que adicionamos à ideia de poema-errância: denso, interventivo e grotesco resultantes do encontro entre Jorge de Sena e a cidade do Porto, “imensa, troglodita, ambiciosa” (“Cidade” in Sena 1988, 93).

Iniciamos esta errância com o poema “Esgoto”, o qual se apresenta arquitetado em quatro partes:

I

Crianças pálidas que brincam no esterco da rua
como se o esterco fosse a perpetuação do Sol
qual Sol que superasse das paredes altas
em vão rodeadas pela mão da morte.

Alegremente o esterco toma formas náuticas;
um murmúrio de água incita-o com ternura,
um murmúrio no cano coberto de lages [sic] gastas,
um cicar de restos não comidos, restos diferidos, vidas não geradas.

A cidade, do alto, é silenciosa,
porque as vozes não passam entre os beirais tão próximos.
Gerarão as crianças quanta vida ouviram:
algumas serão homens.

Na designada parte I do poema “Esgoto”, é-nos dada a conhecer a situação circunstancial com que o poeta-caminhante-errante se depara. O primeiro verso, ao descrever “crianças pálidas que brincam no esterco da rua” denota o carácter interventivo ao denunciar a inumanidade da situação em que aquelas crianças brincam. Por outro lado, a densidade da imagem é exposta pela

linguagem compacta, direta e sem obstáculos, basta para isso pensarmos no emprego da palavra “esterco”, conotada com excrementos de animais em detrimen- to, por exemplo, da palavra sujidade. Esta densidade da linguagem que torna a imagem explícita e, simultaneamente, repugnante nutre-se do teste- munho real de Jorge de Sena que, durante a errância pelas ruas da cidade do Porto, se encontrou com uma realidade densa que não pretendeu tornar mais leve porque é necessário intervir, denunciando realidades que não deveriam existir. Ainda neste conjunto de quatro versos, é notória a presença da ideia de grotesco porque crianças a brincarem na rua no meio do esterco, perpetuado pelo sol, a superar paredes altas rodeadas pela mão da morte denotam o repen- tino, a surpresa e o pânico perante a vida daquelas crianças, em particular. Que vida? Uma vida pressentida no “ciciar de restos não comido, restos diferidos, vidas não geradas” testemunhadas pelo silêncio do alto da cidade que desce aos homens.

Na parte II do poema, Jorge de Sena problematiza a ideia de verdade por entre o vento que desliza nas estradas humanas e que por isso nem as vozes são claras nem audíveis: “Para a verdade caminham corpos que a não conhecem / ou a conhecem apenas com nome trocado. / Assim desliza o vento pelas estra- das humanas / entre as vozes das searas ondulando nele.” De novo, a interven- ção no sentido de denunciar o não conhecimento da verdade através de um silêncio que se impõe. Por isso, na parte III e IV do poema, afirma:

III

Ergo-me aflito da miséria do mundo.
Não basta que me erga ao nível das grosseiras máscaras
ou dos cruzeiros ingênuos de onde houve um crime.

Um crime é esta vida, e a atraçoada cruz que lhe oferecem:
cruzeiro para povos que se entreolham trémulos,
para homens distantes (não vão eles viver...),
para mães que não têm a memória da carne,
para sinais do sangue de sacrifícios mal virgens,
para os poetas que buscam um contacto periódico...

IV

A miséria do mundo não existe,
nem o mundo existe:
andamos nós em bando sobre a terra.

Que o mundo é só a ignorância dos homens,
e a maior miséria dos homens só as palavras que os vivem.

Partindo do encontro com o circunstancial oferecido pelas crianças a brincarem no esterco, Jorge de Sena conduz a errância à análise acerca do mundo povoado pela ignorância dos homens e suas consequências. Neste sentido, a errância do caminhante proporcionou-lhe o encontro com uma realidade densa e grotesca, a qual lhe permitiu uma reflexão mais ampla acerca da realidade e da humanidade porque “tudo o que é humano me interessa”, afirmaria Jorge de Sena em entrevista conduzida por Frederick Williams, em 1978.⁶

O poema “Dia de Sol” também acontece no Porto, mais precisamente nas Fontainhas e ilustra, tal como o poema anterior, a ideia de poema-errância interventivo, denso e grotesco onde a surpresa e o pânico perante a vida em face daquela criança morta acontecem verso a verso:

Sob a teia de sombra de galhos outonais
passaram crianças,
guiando na aragem
a outra já morta.

Não era a mãe nenhuma das mulheres.
Falavam tranquilas;
quase não vivera,
tão pequeno ainda.

E o rio acima, iam subindo barcos,
hora a hora menores,
na distância tão grande, que alisava as águas.

Tal como no poema “Esgoto” a cidade revela-se indiferente às crianças a brincarem no esterco, em “Dia de Sol”, o rio e o sol também indiferentes ao cortejo fúnebre de crianças a conduzirem uma outra criança já morta, adensam a imagem com a qual o poeta-caminhante-errante se deparou. Também interventivo em “Dia de Sol”, Jorge de Sena devolve-nos um quadro perturbador, de escassas palavras o que torna o poema ainda mais cruel. A escassez das

6 *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 149, 14 de maio, 1985.

palavras deixa abertas possibilidades aos nossos sentidos para absorver o teor da mensagem em “Dia de Sol”, uma mensagem que poderá ser interpretada como uma crítica ao facto de estarmos perante uma criança morta — situação que deverá ser considerada anormal — guiada por outras crianças. E de novo, a pergunta: Que vidas a destas crianças? O desígnio interventivo de Jorge de Sena ao encontro do grotesco no poema-errância em questão pode ser dilatado a uma censura social, se partirmos ao encontro das palavras de Kayser, onde “[...] a la estructura de lo grotesco pertenece la abolición de todas las categorías en que fundamos nuestra orientación en el mundo” (Kayser 1991, 310). De facto, os quatro versos do poema “Dia de Sol” —

Sob a teia de sombra de galhos outonais
passaram crianças,
guiando na aragem
a outra já morta.

— desarmam alguns dos fundamentos da orientação do mundo: uma criança morta a ser conduzida no cortejo fúnebre por outras crianças. Kayser questiona: “¿Pero quién opera ese proceso de distanciamiento del mundo?” (Kayser 1991, 310). Estabelecendo uma comparação entre a ideia de absurdo e a ideia de grotesco, Kayser esclarece que o absurdo é composto por ações isoladas, “[...] acciones que amenazan con hacer saltar en pedazos los principios en los que se apoya el orden moral de nuestro mundo” (*Ibidem*, 311). Por outro lado, em relação à ideia de grotesco não se podem enunciar ações desenvolvidas internamente, nem de rutura da ordem moral universal. Trata-se, antes de tudo, “[...] del fracaso de la mera orientación física del mundo” (*Ibidem*, 311). No caso dos poemas “Esgoto” e “Dia de Sol”, poder-se-á ligar o grotesco seniano ao fracasso do contexto sociopolítico de Portugal, no caso específico, vivido nos anos quarenta, também explícito na presença assídua de crianças na escrita de Jorge de Sena (Fagundes 2003; Antunes 2016).

Considerações finais

Acreditamos que a viagem em Jorge de Sena ainda está longe de concluir o seu itinerário. Verificamos que através do poema-errância Jorge de Sena encontrou caminhos para se encontrar com o mundo, para o testemunhar e para nos devolver a sua visão de cidadão que testemunha, denunciando. Caminhante-errante cidadão, denso, grotesco e interventivo, Jorge de Sena congrega no

poema-errância as subtilezas dos encontros impercetíveis com o mundo, um mundo que se opera no subterrâneo de grotescas existências em suspensão como as das crianças nos poemas “Esgoto” e “Dia de Sol”.

A poesia demarcada ainda por itinerários histórico-transculturais através do tempo e da cultura da Humanidade, conduzem-nos ao poema de viagem que, por sua vez, nos transporta através da viagem infinita da palavra. Neste sentido, pressente-se um outro itinerário que aponta para mais uma viagem, uma viagem num outro tempo e em outro(s) espaço(s) — a viagem pelo tempo da História e pelo espaço da Cultura da Humanidade que continua a oferecer-nos a grandeza da viagem da palavra em Jorge de Sena nos livros *Metamorfoses Seguidas de Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómena* de 1963 e *Arte de Música* de 1968, percorrendo e propondo itinerários histórico-transculturais-acrónicos refletindo sobre o passado, o presente e o futuro da Humanidade.

Através do testemunho e do seu inconformismo político-social aliado a uma atividade de criação constante e intensa brotou uma obra vastíssima, repartida pela poesia e pela prosa de ficção narrativa desdobrada pelo teatro, o ensaísmo, a crítica e a tradução (cerca de quarenta volumes), a investigação e a docência universitária preferidas à Engenharia Civil.

Viajante incondicional, de sentidos vigilantes em relação ao mundo que o rodeava, Jorge de Sena escreveria em 1967 o poema “Noutros Lugares” onde expressa a ideia de errância como uma constatação inerente à sua pele e à sua condição de viajante incondicional:

Se do que vi ou tive uma saudade sinto,
feita de raiva e do vazio gélido,
não é saudade, não. Mas muito apenas
o horror se não saber como se sabe agora
o mesmo que aprendi doutra maneira.
E o medo de que a vida seja isto:
um hábito quebrado que se não reata,
senão noutros lugares que não conheço.
21/1/67 (“Peregrinatio ad loca infecta” in Sena 1989a, 89)

Bibliografia

- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. 1990. “Arte Poética – II”. In *Geografia*. Lisboa: Salamandra.
- ANTUNES, Susana L. M.. 2016. “No(s) Silêncio(s) do «Choro de Criança»”. In *Trinta e Muitos Anos de Devoção. Estudos Sobre Jorge de Sena em Honra de Mécia de Sena*, coord. Francisco Cota Fagundes, António A. Igrejas & Susana L. M. Antunes, 551-579. Ponta Delgada: Ver Açor.
- ANTUNES, Susana L. M. 2020. *De Errâncias e Viagens Poéticas em Jorge de Sena e Cecília Meireles*. Porto: Afrontamento.
- BOSI, Alfredo. 1977. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix.
- FAGUNDES, Francisco Cota. 2003. “O Impulso Distópico na Representação da Criança na Poesia de Jorge de Sena: Textos, Contextos, Intertextos”. In *Tudo Isto que Rodeia Jorge de Sena: An International Colloquium*, org. Francisco Cota Fagundes & Paula Gândara, 344-367. Lisboa: Salamandra.
- FAGUNDES, Francisco Cota. 2016. “Da Representação da Cidade do Porto na Poesia de Jorge de Sena”. In *Trinta e Muitos Anos de Devoção. Estudos Sobre Jorge de Sena em Honra de Mécia de Sena*, coord. Francisco Cota Fagundes, António A. Igrejas & Susana L.M. Antunes, 242-295. Ponta Delgada: Ver Açor.
- GILBERT, Roger. 1991. *Walks in the World: Representation and Experience in Modern American Poetry*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- IGREJAS, António M. 2017. *Empenho e Arte. Os Grão-Capitães: uma sequência de contos de Jorge de Sena*. Lisboa: Colibri.
- JACQUES, Berenstein Paola. 2012. *Elogio dos Errantes*. Salvador: EDUFBA.
- KAISER, Wolfgang. 2010. *Lo Grotesco. Su Realización en Literatura y Pintura*. Trad. Juan Andrés García Román. Madrid: Machado Grupo de Distribución.
- SENA, Jorge de. 1988. *Poesia I*. 3ª ed., Lisboa: Edições 70.
- SENA, Jorge de. 1989a. *Poesia III*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70.
- SENA, Jorge de. 1989b. *Os Grão-Capitães — uma sequência de contos*. 5ª ed. Lisboa: Edições 70.
- SENA, Jorge de. 2004. *Diários*. Ed. Mécia de Sena. Lisboa: Edições Caixotim.
- SENA, Jorge de. 2011. *Rever Portugal. Textos Políticos e Afins*. Ed. Mécia de Sena & Jorge Fazenda Lourenço. Lisboa: Babel.
- WILLIAMS, Frederick. 1985. “Jorge de Sena: Tudo quanto é humano me interessa” (entrevista conduzida por Frederick Williams em 1978). *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 149, 14 de maio.

Ondina Braga: a escrita em viagem

PAULA COTTER CABRAL*

Meu destino é passar.

Maria Ondina Braga, “N’Zambi”, in *Passagem do Cabo*

Maria Ondina Braga é um nome incontornável quando se fala de literatura de viagens. O diversificado itinerário que a escrita de Maria Ondina Braga proporciona, fascina qualquer leitor que procure testemunhar as emoções de um “ser em passagem”, num mundo em constante mudança, povoado por experiências, por adversidades, por reflexões e, sobretudo, por memórias.

Tal como no verso da epígrafe, a autora concentra a intencionalidade do destino no “passar”, uma passagem que dubiamente nos leva ao tempo vivido, assente numa visão a partir do presente, e ao espaço percorrido, enquanto itinerário de vida.

Cruzam-se, deste modo, duas vertentes de análise que orientam a leitura dos textos incluídos nas duas obras centrais desta comunicação *Passagem do cabo* (1994) e *Vidas vencidas* (1998). Por um lado, o tempo que reverbera através da palavra escrita as experiências de vida, parecendo ser cada momento da infância e da juventude um pretexto para evocar os reflexos das viagens de uma vida outra (adulta) e, além disso, conforme o “momento presente” avança na idade, a memória busca diferentes fases e momentos do passado. Por outro lado, as referências aos espaços vividos pela experiência inusitada de uma mulher portuguesa desafia os limites sociais impostos e supera as adversidades de uma época castradora da ação feminina:

* Escola Secundária Vitorino Nemésio, Praia da Vitória – Terceira, Açores, Portugal.

Maria Ondina Braga é uma mulher muito à frente do seu tempo, alguém que procurou respirar para lá do enclausuramento a que o país de então se remetia, que teve a ousadia de, nos anos 50 e por sua iniciativa, deixar a pequena e provinciana cidade natal para ir estudar línguas [...] Uma escritora verdadeiramente cosmopolita que, de 1960 a 1965 lecciona português e inglês em lugares tão distantes e tão distintos como Angola, Goa e Macau e, alguns anos mais tarde, em Pequim. (Martins & Mateus 2017, 100)

Apresenta-se, pois, em cada página, um universo geográfico e culturalmente distinto e inesperado perante a paisagem sociocultural de um Portugal contemporâneo do Estado Novo, salientando-se as especificidades de outros países europeus como França e Inglaterra, e o exotismo de continentes como África e Ásia, sendo este último (sobretudo, os territórios de Goa, Macau e China) o eixo inspirador de grande parte da obra de Maria Ondina.

A autora transfere para a escrita as impressões de viagem que marcaram não só a sua individualidade como também a dos outros que com ela conviveram, partilhando experiências diversas. O tom nostálgico e, muitas vezes, sofrido intersecta a visão retrospectiva filtrada pela memória e deixa perpassar no discurso reflexos de um mundo que nem sempre valorizou e compreendeu o poder das suas palavras.

Em *Vidas vencidas*, o discurso de cariz autobiográfico remete para um passado que lembra diferentes espaços percorridos, confundindo-se a que época é, afinal, dirigida a intenção rememorativa: “Interrogo-me se com isto pretendo procurar-me ou opostamente perder-me. Se o que me resta da infância meu fito é perpetuá-lo ou antes varrê-lo da memória” (Braga 1998, 133). A organização do tempo nas narrativas desta obra alterna entre a analepse (e, por vezes, prolepse) memorialística de traços biográficos e os registos diarísticos filtrados por incursões ensaísticas (ou o inverso). Surgem dicotomias assentes em perspetivas reflexivas de um passado centralizado no ambiente familiar em simultaneidade com a evocação da viagem efetivada num futuro vivido. Estas narrativas estão repletas das referências da memória — “Lembro-me dessa tia como me lembro da minha mãe” (*Ibidem*, 29) —, utilizando vários processos de representação do tempo, incluindo elipses como em “Entretanto, os anos iam correndo. Dez. Vinte. Vinte e dois anos” (*Ibidem*, 38).

É interessante verificar que as alusões ao tempo constituem por si só um referente da visão da voz narrativa do seu presente em momentos paralelísticos com o passado, por vezes, na aproximação ou continuidade emotiva — “assim cismava eu, pois, nesse tempo. E ainda hoje a cismar aqui” (*Ibidem*, 92) —;

outras vezes, na constatação da necessidade do afastamento — “Dou, entretanto, um nó no fio de meada que tenho estado a dobar. E faço isso a fim de afastar tão remotas e ruins memórias com um mistério que descobri na China décadas depois” (Braga, 1998, 107).

É neste questionamento, literariamente um autoquestionamento criativo da autora/ artista, que surge a dimensão identitária e a revelação, ou antes o desabrochar, do “roteiro existencial” que constitui o “lugar original dessa infundável peregrinação íntima” (Martins & Mateus 2017, 108) da obra de Maria Ondina Braga.

Também em *Passagem do Cabo*, na incursão poética “Ilha de Luanda”, que surge como o umbral da obra, a expressão sobre o sentir do tempo revela uma consciencialização dorida, decorrente da solidão fruto de uma ausência de retorno (físico e cultural?), suscitando no sujeito poético o desejo de que o sentimento de saudade (também ele uma forma de vazio emocional), apesar de causador de sofrimento, possa ser preferível ao vazio:

É esta a hora
em que nenhuma coisa há-de vir
e tudo eu hei-de esperar.

Dói-me o saber-me
à espera de nada.

Viesse a saudade
mesmo a apagar-se.
Viesse o pranto perder-se no meu rosto. (Braga 1994, 15)

No processo memorialístico que apresenta, frequentemente, uma intencionalidade “curativa”/terapêutica e conciliadora, as referências apontadas pela voz narrativa remetem para um diálogo entre a ficção e a realidade — “Estava meu tio em Paris quando em Portugal se deu o Regicídio” (Braga 1998, 93) —, revelando acontecimentos datáveis da História entrecruzados com vivências da narradora. Nesta estruturação do discurso, acaba por emergir a indefinição entre os limites do que é efetivamente real e do que é criação ficcional: “um dia comentaram eu ter na família personagens de romance. Devido a isso, decerto, é que me ponho agora aqui a contar obscuros casos. Ou não será já invenção minha, a família? Como quer que seja, histórias nunca me faltaram” (*Ibidem*, 28).

Na verdade, a proficuidade imaginativa e a “escrita de fusão” (Martins & Mateus 2017, 103) são constantes na obra de Maria Ondina, salientando referentes deíticos que posicionam a narradora num tempo, num “agora”, e num espaço de proximidade, no “aqui”, como moldura da escrita de primeira pessoa.

Os referentes temporais proliferam numa escrita empenhada em rememorar paralelamente um passado a um presente, sobre o qual recai uma profunda reflexão analítica, como é visível no texto intitulado *Guerra* — “meados da década de 40 [...] a Guerra Mundial acabou aí por Maio, se não me engano” (Braga 1998, 103-104) —, associando o facto histórico a uma luta interior contra um inimigo potente e invisível – o medo: “E eis agora a minha guerra” (*Ibidem*, 105).

Gerir as emoções recuperadas pela memória e perpassadas pela constância da experiência deixam a narradora numa dualidade insistente. Por um lado, o prosseguir a missão de tornar a escrita o desabafo da sua existência vivida e, por outro, interromper o jorro da palavra e, sobretudo, das lembranças, quase como se nada se tivesse passado ou como se não tivesse realmente ocorrido: “Ponderação que quase me persuade a suspender esta escrita rememorativa. Mais. A riscar tudo quanto já escrevi” (Braga 1998, 136).

Entre fragmentos de escrita ligados pelas sinapses da memória revela-se, afinal, uma forma de esclarecer a realidade pela ficção:

a ficção metaforiza o acontecimento e ao mesmo tempo preenche os buracos e as rasuras de uma memória que é sempre limitada e fragmentária, atuando nas lacunas entre a recordação e o inconsciente, entre a experiência e a sua interpretação — às vezes isenta, às vezes, tendenciosa —, entre o facto traumático e a necessidade de reelaboração, surgindo desse palimpsesto psíquico a reconstrução do detalhe que somente o imaginário poderá obter. (Neto 2019, 142)

Deste modo, na senda deste percurso, encontram-se na obra de MOB passagens que nos elevam a um outro patamar da percepção sobre a representação da vida: “Dou, entretanto, um nó no fio da meada que tenho estado a dobar. E faço isto a fim de afastar remotas e ruins memórias com um mistério que descobri na China décadas depois” (Braga 1998, 107).

Surge efetivamente uma “temporalidade íntima do viajante” (Gannier 2001, 110), com os efeitos da viagem, intercalando os vazios do passado com os reencontros preenchidos pelas experiências interculturais. É, pois, neste âmbito que se desvenda um discurso que se autorrevela de um ser em passagem pelo(s) tempo(s) e pelo(s) espaço(s) percorrido(s).

Na obra de Maria Ondina, o espaço ou antes os múltiplos espaços constituem-se como elemento fundamental, começando pelo nome da autora, quando a este se refere sobre a sua origem, numa entrevista dada a Fernando Assis Pacheco, a 26 de junho de 1992, para o periódico *O Jornal*.

A ligação do sujeito aos espaços representados, e a forma como reflete essa ligação no texto, confere diferentes possibilidades de interpretação e análise. Quando se apresenta a dimensão espacial e, sobretudo, nesta escritora, proporciona-se um conjunto de referências que podem ser simultaneamente geográficas, sociais, históricas, culturais, ontológicas e, mesmo, intertextuais, o que implica uma análise em paralelo com as restantes categorias que lhe estão intrinsecamente associadas.

Em Ondina Braga, os espaços refletem, assim, as ambiências criadas, emolduram a ação narrada, absorvem ou condicionam as personagens e remetem para um tempo histórico, social ou psicológico que culmina, sobretudo, numa forma panorâmica de relatar a vida.

As evidências do espaço ondiniiano, na narrativa, implicam uma dimensão, essencialmente tripartida, mas confluyente, como indica Maria Manuela Balseiro (2003), primeiro, enquanto espaço físico que ilustra a movimentação das personagens, indicando referências geográficas, nem sempre precisas e identificadas ou, ainda, referindo a amplitude ou a estreiteza dessas áreas; também, enquanto espaço social, criador de ambientes e atmosferas que enquadram o humano; e, por último, como espaço psicológico ao revelar o interior das personagens, promovendo em paralelo a (sua) autoanálise.

Perspetivam-se duas noções complementares e, simultaneamente, distintas: os lugares constituídos para um determinado fim e a relação que o(s) indivíduo(s) estabelece(m) com a dimensão espacial.

Desta forma, em Maria Ondina, sentir o espaço assenta num modo peculiar de o descrever, através de um olhar que revela não apenas a paisagem exterior, mas ainda o mundo interior que se vai descobrindo progressivamente e que pode ser extrapolado, não só para as suas personagens e vozes narrativas como para todos os humanos.

Também em obras como *Os rostos de Jano* (1973), *A personagem* (1978), para além de *Passagem do cabo*, já anteriormente referida, é possível verificar a transversalidade desta forma de sentir, quer no enlevo lírico do verso, quer através de passagens de narrativa poética, que revela a interdependência entre os espaços e as emoções, por aqueles impulsionadas — “A cada paragem saía uma leva de gente e entrava outra. Mas eram todos semelhantes e as mãos persistiam” (Braga 1973, 93) — e — “Quem pode ser totalmente livre? Estou ligada às origens pela

memória involuntária. O lugar da minha identidade” (Braga 1978, 113) —, ou ainda — “Sempre que torno à terra onde nasci e me criei, terra que um dia havia de deixar [...] sinto-me, que ironia!, como se arribasse a um deserto. Deserto porventura muito meu. Um ermo dentro de mim” (Braga 1998, 67).

Similitude emocional, errância e vacuidade constituem-se como elementos que a voz narrativa concretiza, nas obras centrais deste artigo, e que contribuem para a evocação de tempos e de espaços, muitas vezes, recuperados por reminiscências sensoriais:

Preciso não esquecer o cheiro do mar nos corredores compridos da grande casa. Vem cedinho e domina o aroma do café escaldado na cozinha. Carregado de sal e de lonjura, traz-nos a infância, um longo cortejo de espanto e desencantamento, e assim a beleza que então vivemos sem mesmo saber que a vivíamos [...]. (Braga 1994, 41)

Os sentidos, sobretudo, os cheiros marcam a passagem pelos lugares. A memória olfativa é, por isso, constantemente evocada na obra *Passagem do cabo*.

Para além dos elementos sensoriais como percepção da atmosfera envolvente, inúmeras vezes, a autora evoca a estreita relação estabelecida entre o espaço e o sujeito, numa fusão do ser com a terra, comungando ambos do regresso às origens numa clara alusão ao mito de Sísifo: “Eu vim para ver a terra. [...] Paisagem que inesperadamente recupero ao pisar o solo [...] Como se tornasse ao princípio de mim. Ao princípio do mundo” (Braga 1994, 1). Também na expressão seguinte se consolida a ligação entre o processo da memória ao lugar e à identidade do indivíduo: “Quem pode ser totalmente livre? Estou ligada às origens pela memória involuntária. O lugar da minha identidade” (Braga 1978, 113).

Outras vezes, o silêncio que, se, por um lado, separa os indivíduos, por outro, os une numa atitude consentânea, torna-se num discurso que sem o chegar a ser, acaba por se concretizar, na medida em que todos desempenham o papel, para o qual foram designados. Esta imagem surge como um apelo velado ao leitor, levando-o também a pensar sobre a sua relação com os outros.

Configura-se, pois, a essência dos espaços ondínianos num todo, numa era em que a comunicação se estabelece de forma muda e, de igual modo, paradoxalmente, só as palavras parecem conter e revelar o sentido da vida e do mundo. As pessoas cruzam-se ao ritmo de uma rotina diária compassada, mantendo apenas entre si o isolamento e um eterno anonimato:

Perto, a construção de um aeroporto cósmico. Montanhas de cimento, ferro, maquinaria, onde antigamente baloiçavam sampanas de tecto de esteira. Mais uma veloz e irreverente via de avizinhamento da civilização ocidental com o Dragão do Centro? Destarte, cedo haviam ali de aterrar estranhos seres sem tradições, o corpo químico, a dissonância da língua, a febre, senão a fobia do futuro. (Braga 1994, 151)

O contacto provisório e efêmero, em lugares de passagem, parece, por isso, inibir o relacionamento efetivo e, conseqüentemente, afetivo, condicionando as relações humanas que poderão ser retomadas pela força da palavra.

Em suma, o(s) ser(es) em passagem, na obra de Maria Ondina Braga, parece(m) privilegiar o retorno do sujeito sobre si para reencontrar a individualidade perdida e a sua capacidade introspetiva, na certeza de que os espaços (e o tempo) unirão os indivíduos, socialmente, num mesmo fim, ainda que este possa ser o silêncio e a solidão: “Grandes salas vazias,/os dias” (Braga 1994, 133).

Bibliografia

- BALSEIRO, Maria Manuela Vilão. 2003. “O Espaço do Conto em Maria Ondina Braga”. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Aveiro.
- BRAGA, Maria Ondina. 1973. *Os rostos de Jano*. Amadora: Livraria Bertrand.
- BRAGA, Maria Ondina. 1978. *A personagem*. Amadora: Livraria Bertrand.
- BRAGA, Maria Ondina. 1994. *Passagem do Cabo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- BRAGA, Maria Ondina. 1998. *Vidas vencidas*. Lisboa: Editorial Caminho.
- GANNIER, Odile. 2001. *Las littératures de voyage*. Paris: Ellipses Édition.
- MARTINS, José Cândido de Oliveira, & Isabel Cristina P. Mateus. 2017. “A raiz e a árvore: identidade, memória e viagem em Maria O. Braga”. In *Maria Ondina Braga: (Re)leituras de uma Obra*, 99-116. Braga: Museu Nogueira da Silva.
- NETO, Paulo Bungart. 2019. “A relação paradoxal entre testemunho e imaginário: a literatura é sempre representação?”. In *Redes do Imaginário: Literatura, Memória e Resistência*, org. Antonio Donizeti da Cruz, Maria de Fátima Gonçalves Lima & Mehmet İlğürel, 134-158. Cascavel: Unioeste.

“Pintado de azul”: a viagem aos Açores em *Bellis Azorica*

MARIA DO CARMO MENDES*

O título da coletânea poética publicada por João Miguel Fernandes Jorge não pode deixar de ser comentado. Espécie de planta endémica das ilhas do arquipélago dos Açores (com exceção da Graciosa e de Santa Maria), onde é conhecida pelo nome “margarida”,¹ a *Bellis azorica* abre o horizonte de expectativas do leitor para uma obra onde o universo vegetal e a atenção do olhar: a obra poética é uma viagem exclusivamente centrada em ilhas açorianas, como o título cataforicamente antecipa, e uma observação atenta e minuciosa de elementos que atraem o olhar do sujeito poético, como também se supõe na escolha de uma planta vulgar, de reduzidas dimensões e sem a exuberância de outras espécies florais. O título constitui também uma homenagem a um espaço privilegiado da obra literária de João Miguel Fernandes Jorge: os Açores. O arquipélago regressa na mais recente obra do escritor, *Rodeado De Ilha* (2021) como espaço revisitado em múltiplas dimensões: na literatura, na pintura, na fauna e na flora; no diálogo com escritores açorianos ou que escreveram narrativas sobre os Açores; na interação com a música e a escultura.

A *bellis azorica* não é, no entanto, a única planta que merece o interesse do sujeito poético. Também a vidália — a *azorina vidalii*, género endémico exclusivo das ilhas açorianas — é objeto de uma das mais belas composições da

* ILCH – Institute of Arts and Human Sciences, Universidade do Minho, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5353-4976>. E-mail: mcpinheiro@elach.uminho.pt.

1 Informação disponível no Portal da Biodiversidade dos Açores. Género “Bellis”; espécie “azorica”. Azorica é uma das quinze espécies do género Bellis.

coletânea: no texto intitulado “Vidálias”, estas plantas inspiram sentimentos de delicadeza e de bondade, e a sua representação é antropomorfizada:

Como posso falar do seu saber sem sabedoria
da bondade do seu aparecer
sem que seja um visível ser bondoso
ou da sua força sem que seja alguém influente?

Somente uma frágil planta, a fortuna do fogo
do chão da ilha determinou.
Somente uma tão frágil planta: rosto

do que é amável e descende de uma semente de
luz, elemento vegetal, haste de um rosto de oiro.
No chão negro, próximo e distante, plenitude. (Jorge 1999, 79)

Afirma o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan na obra originalmente publicada em 1974, *Topophilia: a Study of Environmental Perception, Attitudes, and Values*:

A ilha parece ter um lugar especial na imaginação do homem. [...] A sua importância reside no reino da imaginação. No mundo, muitas das cosmogonias começam com o caos aquático: quando a terra emerge, necessariamente é uma ilha. A primeira colina também foi uma ilha e nela a vida começou. Em inúmeras lendas a ilha: aparece como a residência dos mortos ou dos imortais. Além de tudo, ela simboliza um estado de inocência religiosa e de beatitude, isolado dos infortúnios do continente pelo mar. (Tuan 1980, 135)

A representação da ilha na obra poética de João Miguel Fernandes Jorge apresenta afinidades substantivas com as percepções do geógrafo sino-americano. Na composição “Sempre tive medo do mar”, o conceito de viagem é definido pela relevância do lugar de partida e de chegada, que é sempre uma ilha:

Dizem que para viajar é preciso ter um lar
de onde sair e ao qual se pode regressar. Uma ilha,
outra ilha; também me disseram que, entre elas, se
comprova a imortalidade espiritual de deus. (Jorge 1999, 103)

Estas percepções das ilhas como lugares de encantamento e de fuga de pressões do quotidiano, defendidas também por Tuan, são identificáveis em *Bellis Azorica*.

As primeiras impressões sobre a chegada a uma ilha do arquipélago estabelecem uma aproximação entre a voz poética e o canto de uma "ave pequena", "mínimo pássaro". Curiosamente, a voz dessa minúscula ave é metaforicamente identificada com o canto poético e com o estado anímico de alguém que parece sobrevoar uma ilha e dela fazer uma visualização quase cinematográfica:

A voz
que entoava essa ave pequena
o mínimo pássaro

não é outra coisa
mais
do que
minha alma

hei-de ouvir
ouvir
canção

por
sobre a névoa
da ilha (Jorge 1999, 13)

Ao longo da coletânea poética, os elementos naturais, vegetais e animais ocupam um lugar crucial: no segundo poema de *Bellis Azorica*, dedicado ao regresso à ilha de Santa Maria, começa por ser evocada a chuva e a sua influência sobre plantas: "Estende o branco das pétalas à / luz poente; a chuva acentua as flores amortecidas / [...] a margarida sobrepõe a / trilobada folha dos morangos silvestres" (*Ibidem*, 14). A presença humana, afastada nesta primeira imagem da ilha, sobrevive na descrição de casas que se "perdem [...], iguais, na memória", de uma "vinha coberta de abandono" e de barcos abandonados e desgastados pela passagem do tempo: "As grandes caixas / de ferro nos campos sobre o mar, corroidas, forçadas / a um arrombamento" (*Ibidem*, 14). Encontramo-nos, portanto, diante de uma deambulação solitária, que, todavia, não implica qualquer tipo de sofrimento, mas sim uma atenção apurada

ao espaço e a elementos que nele sobressaem: plantas. Se, no plano humano, a chuva impele, em várias poesias líricas, a um estado de recolhimento, já na perspectiva da natureza, a chuva simboliza vitalidade, como pode ler-se na poesia lírica “17 de novembro de 1994, 5ª feira”:

O círculo do voo do milhafre. A sardanisca nas
pedras negras dos muros da Caloura deixa um traço
azul tão escuro, ainda de mais sombra ao sol
atlântico de novembro.

[...]

A chuva trouxe insectos negros, grossos
cabelos que se movem sob a energia do próprio negro.
[...]. Abrem nos campos as cápsulas, suspendem, sobre
a terra o vermelhão da semente. A sombria asa
desce e rasa o sul da ilha, desde o ilhéu de Vila
Franca do Campo (Jorge 1999, 17)

Importa sublinhar, a propósito deste texto e de muitos outros da coletânea, a intensa visualidade associada à observação da natureza: a plasticidade que nela se destaca tende a valorizar a intensidade cromática nesta itinerância que é sobretudo uma presentificação do passado: o café visitado em agosto de 1995 gera efeitos de reconhecimento. Pode por isso dizer-se que o passado tem um efeito poderoso nesta obra poética: é a memória do espaço natural que estabelece uma afinidade com o que permanece no espaço.

O já citado Yi-Fu Tuan sustentou que “a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar” (Tuan 1980, 112). Observou ainda que as experiências sensoriais têm um papel preponderante na memória: a fragrância de uma madalena, na obra proustiana, ou as cores de nenúfares, num Claude Monet quase à beira da cegueira, mostram que “não podemos recapitular completamente o sentimento essencial de um mundo visual do nosso passado sem o auxílio de uma experiência sensorial que não mudou; por exemplo, o forte cheiro da alga marinha apodrecendo” (*Ibidem*, 12).

Uma secção da obra de Tuan é dedicada à psicologia e ao simbolismo das cores: se um objeto pintado de azul “é sempre julgado mais leve do que é”, o contrário acontece com o vermelho, símbolo de sangue, vida e energia (*Ibidem*, 25-26).

Ora na obra poética de João Miguel Fernandes Jorge as lembranças do espaço — sobretudo do espaço natural — geram um efeito de reconhecimento

e de identidade, ao qual se associa o sentimento da nostalgia: na poesia lírica "Tão quieto como nos céus da ilha o voo do milhafre", o adjetivo do título sublinha essa percepção de imutabilidade que, como se lê no texto, desperta contentamento: "no parque a árvore continua / a rasar a água do lago; e os patos desenham os mesmos círculos, / [...] a ilusão da quietude permanece" (Jorge 1999, 19).

Esta percepção de uma imutabilidade na natureza é aferida pela escala de uma vida humana média; para um historiador da natureza a escala muda e a percepção também; esta percepção de imutabilidade, por exemplo, não acomoda catástrofes cíclicas ou extinções de espécies é reforçada pelas referências a numerosos animais, principalmente alados (melros, milhafres, gaivotas, águias, abelhas) e a superfícies aquáticas: o mar, desde logo, mas também lagoas, lagos, ribeiros, fontes, moinhos de água.

A presença humana nas poesias líricas da obra aponta essencialmente para imagens de dureza, de resistência e de sofrimento. Assim acontece no poema 4 de "Terras de lava", na representação dos emigrantes — "as suas vidas estão rodeadas / de permanentes coisas más" (Jorge 1999, 30) ou em "Sopa enlatada de origem micalense", na qualificação dos caçadores de baleias: "os baleeiros açoreanos / eram muito bons, muito corajosos, homens de fibra, com / H grande" (*Ibidem*, 60).

Os diálogos interartísticos marcam assinalável presença na coletânea poética de Fernandes Jorge. Com efeito, a deambulação pelas ilhas açorianas é também um pretexto, em *Bellis Azorica*, para a criação de diálogos com outras artes: a literatura, a pintura, a música e a escultura. São evocados escritores e obras literárias localizadas no arquipélago: assim acontece com a alusão ao palacete Terra Nostra, nas Furnas, onde Agustina colocou algumas das personagens do romance *O Concerto dos Flamengos* (cf. *Ibidem*, 19); com Vitorino Nemésio no poema "Terras de lava" ou com o poeta de Santa Cruz das Flores, Roberto de Mesquita, cuja casa é revisitada na composição "9 de Agosto de 1997, sábado".

A pintura está presente principalmente no visualismo de várias composições e na ênfase do cromatismo de aves de plantas.

A cor azul — curiosamente a predileta de Cesário Verde — sobrepõe-se às demais: encontra-se em pinturas de jarrões, em azulejos, na descrição de uma águia "de tons azuis esverdeados pelo fogo" (Jorge 1999, 28), nos olhos azuis de um ganso e até mesmo em figuras masculinas "de olhar azul bravo" (*Ibidem*, 32). O azul é também uma representação da dupla metáfora do mar, ao mesmo tempo libertação e aprisionamento, como se observa na poesia lírica "Fitando a proibida azul distância":

Que guarde o mar silêncio acerca dos filhos do meu nome
à frialdade das vagas convertidos
e que me deixe na ilha a limitar o tempo longo
a sonhar fracassos sombrias vidas e obscuridades (Jorge 1999, 34)

A transição de estações do ano é descrita pelas alterações de estado das plantas: a minúscula e delicada *bellis azorica* da primavera dá lugar a hastes secas das beladonas no outono; o verão é descrito pela associação com as crias novas dos melros.

O processo ecfástico (que na obra poética de 2015 *Mirleos* assume preponderância) está presente em *Bellis Azorica*. A écfase é uma das tendências da poesia portuguesa dos últimos vinte e cinco anos. Vitorino Nemésio (2002, 14) sustenta que:

Na nossa literatura moderna, o recurso a este processo, inaugurado, suponho com um poema de Eugénio de Andrade sobre Augusto Gomes e outro de Jorge de Sena sobre *O Patinir das Janelas Verdes*, nos idos de 50, só ganha foros de cidade com *Metamorfoses* de Jorge de Sena a partir de 1963, embora, desde então, seja abundante, muito variado e frequente nos mais diversos autores, entre eles o destas linhas.

Em *Mirleos* (ruínas que despertam o maravilhamento, como se lê na nota prefacial)², a écfase é ao mesmo tempo a descrição de esculturas expostas no Museu Nacional Machado de Castro e uma reflexão histórica. A descrição de peças escultóricas em *Bellis Azorica* foca-se em representações religiosas: por exemplo, de uma escultura de madeira do século XVI, que se encontra no museu de Angra do Heroísmo, ou da frontaria da igreja matriz de Santa Cruz das Flores.

A análise de *Bellis Azorica* permite concluir que se trata de uma obra de poesia intensamente pictórica. Sem pretender estabelecer proximidades forçadas, os textos desta coletânea não podem deixar de evocar a imagem de Cesário Verde como “poeta nascido pintor”.

2 “*Mirleos*, palavra composta de dois elementos latinos: *mirus*, com o sentido de maravilhoso ou surpreendente, e *letum*, que significa ruína. Admiráveis ruínas será um dos seus sentidos. Em Coimbra, *Mirleos* correspondeu ao antigo fórum romano, espaço onde se reconstruiu em 1087 a Igreja de S. João, sucedânea da anterior igreja. Sobre todas estas ruínas, englobando muitas delas, está hoje o Museu Nacional de Machado de Castro” (Jorge 2015, 7).

Os 72 poemas que integram a obra do poeta contemporâneo permitem ainda uma aproximação ao gênero diarístico, sugerida com frequência pelos títulos que identificam dias da semana e meses do ano.

Os poemas têm uma forte componente paisagística e, tal como o sujeito lírico confessa, "Uma paisagem tem que apresentar vários planos completos" (Jorge 1999, 21). A paisagem física, exaltada em elementos aparentemente triviais — plantas minúsculas e insetos — sobrepõem-se à paisagem humana, ainda que esta, na sua aparente imutabilidade, também surja representada em hábitos e costumes que remetem para tempos ancestrais. São esses tempos que a expressão latina do título igualmente convoca numa viagem pela memória e pelo "espírito do lugar".

Bibliografia

JORGE, João Miguel Fernandes. 1999. *Bellis Azorica*. Lisboa: Relógio d'Água.

JORGE, João Miguel Fernandes. 2015. *Mirleos*. Lisboa: Relógio d'Água.

NEMÉSIO, Vitorino. 2002. *Antologia Poética*. Apresentação e seleção de Vasco Graça Moura. Porto: Ed. Asa.

TUAN, Yi-Fu. 1980 [1974]. *Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL.

III.
TURISMO
TOURISM

Pompeii and its places of segregation — an early tourist attraction?

URSULA M. LAGGER*

Every year, hundreds of thousands of tourists flood Italy. Even if they are not primarily interested in cultural history or archaeology, they cannot escape the manifold testimonies of the ancient world, which had its heyday here 2000 years ago. These testimonies are not hidden in museums but, as Bob Dylan observed when he walked the streets of Rome in the sixties of the 20th century: “Ancient footprints are everywhere”.¹ This is not only true of Rome. Exciting archaeological sites show up everywhere in the countryside, such as Pompeii and Herculaneum, two of the most impressive excavations in Italy to the present day. The immense fund of artefacts that are provided by these ancient cities will be the material for some observations and short considerations on the different roles that ancient artefacts play for owners, scientists, exhibition designers, and visitors through the centuries.²

* Department of Media & Design, Institute of Design & Communication, FH JOANNEUM University of Applied Sciences, Graz, Austria.
ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0008-9306-9969>. E-mail: ursula.lagger@fh-joaanneum.at.

1 “Oh, the streets of Rome are filled with rubble / Ancient footprints are everywhere” are the opening lines of the song “When I Paint My Masterpiece”, written by Bob Dylan, first released on the album “Cahoots” (1971) by The Band. A lot has been written on Dylan and the classics, e.g. Richard 2011.

2 The following remarks focus on travellers who left travel descriptions in German.

The Ancient World

Interest in the ancient Greek and Roman world had been sparked by its philosophical, artistic, and literary heritage during the Renaissance and solidified in subsequent centuries (Furlotti 2019). Antiquarian pleasure of collecting and exhibiting ancient works of art and the intensive occupation with ancient texts were developed into scientific studies at universities, which are still integral part of curricula today, such as History, Classical Philology, and Archaeology. In many ways, antiquity provided an imaginary space for the formation of a then contemporary identity. This was a pan-European phenomenon, centred at but not confined to universities. This interest in antiquity was primarily focused on Greek and Roman culture, respectively their philosophical, literary, and archaeological heritage. Although Greece played an important role in antiquity, it was Italy that became the central point of interest for travellers, especially for those who made the Grand Tour.³ The main attractions there were Venice, Florence and Rome. And at the end of the 18th and in the 19th century a new destination in the south was added: *Napoli e dintorni*.

Making the Grand Tour was considered an integral part in young people's education, and when heading for Italy, travelers were searching for the 'noble' antiquity and the pure beauty associated with it there—they were influenced by the writings of Johann Joachim Winckelmann, as well as Jane Austen's *Portrait of a Lady*, among others.

The virtual, imagined antiquity was present in many minds, due to education in school and the lines of tradition in theology and philosophy. This idealized antiquity also served as a kind of role model, even lead to the adoption of political ideas, like democracy, as can be seen in the American Constitution.

Many travelers were in search of this antiquity, which they hoped to come close to by autopsy—a concept also inspired by ancient authors, especially historians, like Herodotus and Thucydides who critically discussed the problem of eyewitnesses, especially in terms of the possibilities and uncertainties of witness memory. However, imagination and reality diverged in many respects on the Grand Tour: What they found, often were not beautiful ancient temples and artefacts they had in mind but disappointing excavation sites, where

3 For the Grand Tour in general cf. Black 2003; Brilli 1997; for routes and destinations cf. Black 2003, 12-82, he lists France, Switzerland, Italy, the Low Countries, Germany, Balkans, Turkish Empire, Russia, Scandinavia, Poland, Spain, and Portugal. For travelling in Italy cf. Brilli 1989.

hardly anything could be seen and, furthermore, they had to experience catastrophic hygienic conditions in accommodations (Baum 2018, 30-47).

But Naples and the excavations of Pompeii and Herculaneum were interesting in many respects anyway. On the one hand, the active volcano offered a fascinating natural spectacle. There are descriptions in travel journals, and many pictures were painted and spread via different media, some of them showing visitors of both sexes observing enormous eruptions of Vesuvius (fig. 1).⁴



1 Night view of eruption of Mt. Vesuvius, 11th May 1771. Sir William Hamilton: *Campi Phlegraei. Observations on the Volcanoes of the Two Sicilies. As They have been communicated to the Royal Society of London. By Sir William Hamilton K. B. F. R. S. His Britannic Majesty's Envoy extraordinary, and Plenipotentiary At the Court of Naples To which, in Order to convey the most precise idea of each remark, a new and accurate Map is annexed, with 54 Plates illuminated, from Drawings taken and colour'd after Nature, under the inspection of the Author, by the Editor M. Peter Fabris.* Naples, 1776, Plate XXXVIII. https://de.wikipedia.org/wiki/Vesuv#/media/Datei:Vesuv_-_Hamilton.jpg. Public domain.

4 The Vesuvius eruptions of 1766-1767, 1773-1774 and 1779 were painted by artists like Jakob Philipp Hackert, *Vesuviusbrauch im Jahr 1774*, Museumslandschaft Hessen Kassel, Inventory number 1875/1629, <https://altmeister.museum-kassel.de/28398/> or Sir William Hamilton (1776) Plate VI: Eruption on Mt. Vesuvius [20th October 1767]; Plate IX: Crater of Mt. Vesuvius [1776]; Plate XXXVIII: Night view of eruption of Mt. Vesuvius [11th May 1771]. Sir William Hamilton describes the picture on Plate XXXVIII with the following words: "A Night view of a current of lava, that ran from Mount Vesuvius towards Resina, the 11th of May 1771. When the Author had the honour of conducting Their Sicilian Majesties to see that curious phenomenon".

The probably best-known eruption of the volcano was in 79 AD; after this eruption, the ancient cities on the Gulf of Naples, like Herculaneum, Stabiae, Oplontis and Pompeii were buried under the volcanic ashes and were forgotten over time but remained largely preserved. It became a topic in ancient and modern literature, it was used as the background of novels' narratives as well as an example for moralistic considerations. The source for most of the modern writings were two letters of Pliny the Younger, an eyewitness of the eruption from Misenum, a town near Pompeii; he gave a vivid description of the outbreak and the consequences for the towns and the surroundings as well as of his uncle's death who was trying to get close to the volcano, for scientific interests but also because a friend had asked for help.⁵ The most famous novel on this topic, making the knowledge of this eruption a common knowledge, is *The Last Days of Pompeii*, written by Edward Bulwer-Lytton in 1834 (Clair & Bautz 2012, 52-59).

The knowledge of Pompeii thus was a conglomerate of traces that could be found in ancient literature, mixed up with contemporary art and of the remains throughout Italy that were still visible and the number of which was continuously enlarged by excavations. These sources as well as the activities concerned with them are highly influenced by imagination, and even the artefacts, often regarded as hard facts, do not speak a language that is telling just the truth.

The Excavations

At the suggestion of King Charles III of Bourbon the excavations of Herculaneum and Pompeii were started in 1738 and 1748 respectively (Parslow 1995). His primary interest was to recover ancient treasures—works of art like marble statues, bronzes and frescoes. These treasures were intended to increase his collection of antiquities on the one hand and to heighten his prestige on the other. The political significance of the excavation is expressed in the frontispiece of the first volume dedicated to the king, “La Antichità di Ercolano esposte”, the first official publication by Ottavio Antonio Bayardi.⁶ Here the necessary excavation equipment is shown on an equal footing with weapons

5 Pliny the Younger, *Letters* 6.16 and 6.20. For more ancient voices on the eruption and its aftermath cf. Cooley and Cooley 2014, 43-47.

6 Allroggen-Bedel 1996, 22 emphasises “dass die Entdeckungen eine zentrale Ressource für Ideologie, Prestige und später auch für die Ökonomie des Landes bildeten”. Cf. Gordon 2007, 38.

and flags.⁷ So, it is no surprise that the excavations were declared a state secret.⁸ No one was allowed to publish, sell or draw the discoveries—it was the king who had the monopoly on the knowledge. For visiting the excavation sites a royal permission was required (Gordon 2007, 40; Reinsberg 2012, 13-14; Grant 1975, 76, 168; Blix 2009, 11; Ciardiello 2012, 47).

Reports and experiences of the first visitors

Johann Caspar Goethe, the father of the prince of poets Johann Wolfgang Goethe, reports from his trip to Herculaneum in 1740 that he and his companions had to identify themselves and were escorted through the excavation by a guard. But he also reports that he was able to view the finds in the castle of Portici (Goethe 1999, 201, 204-205). This is where the valuable pieces that came to light were brought to and kept there since 1738.⁹ But they were not allowed to make drawings of the finds (Gordon 2007, 40). Johann Caspar Goethe's notes show that there were people who even doubted the excavations. However, these doubts were obviously dispelled relatively soon. There are a number of enthusiastic "exclamations" from the scholarly world (e.g. Bianconi 1749, 728; de Tubières 1756, IV) with the associated desire to learn more about these excavations and the finds.¹⁰

7 Bayardi 1757a; www.academiaercolanese.it/le-antichita-di-ercolano-esposte/. Ottavio Antonio Bayardi was commissioned to catalogue and publish the finds in 1747. In 1752, "Prodromo delle Antichità di Ercolano" appeared. The publication of the five volumes caused a scandal, as Bayardi hardly dealt with the current excavations on 2677 pages. Mattusch 2005, 65-66, Lagger 2022, 182. Bayardi's catalogue, published in 1754, contains only 6 illustrations.

8 The excavations financed by the king were an "Affare di Stato" (affair of the state). The king had declared the finds to be his personal property. Theft was severely punished. Cf. von Hase 2013, 216.

9 Horace Walpole, who made the excavations of Herculaneum known in England, noted the following: "They have found among other things some fine statues, some human bones, some nice medals, and a few paintings extremely fine. These latter are preferred to all the ancient paintings that have ever been discovered. We have not seen them yet, as they are kept in the King's apartment, whither all these curiosities are transplanted; and 'tis difficult to see them – but we shall [...] There might certainly be collected great light from this reservoir of antiquities, if a man of learning had the inspection of it; if he directed the working, and would make a journal of the discoveries. But I believe there is no judicious choice made of directors" (Walpole 1926, 18 [To Richard West, Naples, June 14, 1740]).

10 There were official letters of congratulations (cf. Pisani 2012, 22), but people such as James Russel, for example, published also letters expressing frustration with the king's

What came to light out of lava and ash in Pompeii and Herculaneum was not the shiny white antique of statues and temples, but everyday life with all its facets. And most of it was something completely new to the audience. Besides the remains of walls, statues and frescoes even people were found—or rather the cavities of these people who had been surprised by the volcanic eruption while trying to get away. They had travel provisions, valuables, and money with them. Food like bread and fruit was found petrified—it was the testimony of an extraordinary experience on the one hand, and an insight into everyday life of the Romans in Pompeii on the other. And this was not the white, radiant antiquity that one maybe had in mind that was found but the banality of life, like graffiti on house walls—election advertisements, insults, crude sayings—, alongside with erotic motifs on everyday objects such as oil lamps or even brothels with explicit erotic motifs.¹¹

The excavators were confronted not only with testimonies of “high” culture, like temples, theaters and statues in white marble, but also with an antiquity where sex—then seen as a dark and morally reprehensible power—seems to have played a major role. This other side of the ancient world was of course known to readers of Juvenal, Martial, and Petronius or Catullus in the original Latin. They were familiar with the explicit descriptions of sexual acts. But: Respective passages in the ancient authors were often erased until the 20th century. In the famous Loeb edition,¹² many epigrams of Martial or poems of Catullus were left out or not translated and printed just in the original Latin (Roberts 2015, 310-346; Broder 2015, 301 footnote 4, 302 footnote 5).¹³ This was a consequence of an idealized image of antiquity, used as a role model in art, philosophy, science, and morals for a long time.

restrictions (Gordon 2007, 42-43). Johann Joachim Winckelmann (1952, 352) also complained in a letter to Graf Büchau in 1758 that he could not take a step without an attendant beside him.

11 Pagano and Prisciandaro 2006 has compiled all the finds from Herculaneum and Pompeii chronologically.

12 E.g. Catullus 1913.

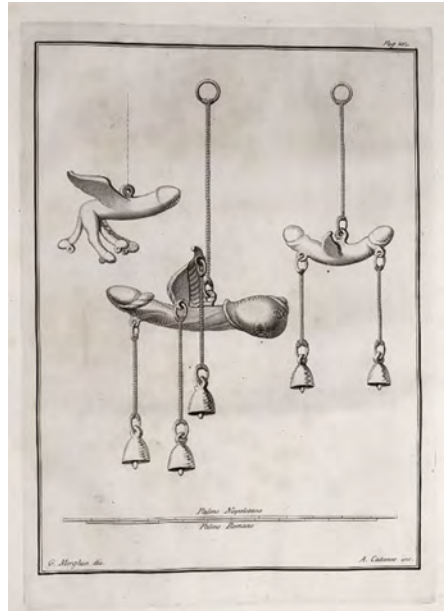
13 Ugo Pisani (1405-1445) wrote: “Juvenal, Persius, Martial, and others should not be publicly read and taught, but kept for private study—so that knowledge can be increased without contaminating young men.” (quoted after Enders 2000, 323). In the English translation published several times in the second half of the 19th century in Bohn’s Classical Library of Martial, relevant passages are translated into Italian: *The Epigrams of Martial Translated into English Prose*. London, 1897.

Now the excavators were facing a dilemma: Many of the finds were contradictory to the image and myth of the proverbial austere and moral greatness of the Romans.

State secret – going public

As a consequence, the discovery of Herculaneum and Pompeii lead to a spread of knowledge about Roman art and culture north of the Alps in the course of the 18th century, although not immediately after the excavations had begun. It was to be years, before a larger number of the interested professional community and travellers on the Grand Tour were given the opportunity to visit the ancient sites of Pompeii and Herculaneum and to study the finds. The royal monopoly over the finds also extended to the dissemination of the finds via prints as well as the scientific evaluation and publication. The king himself wanted the noble world to know about the amazing excavations.¹⁴ The material was illustrated in beautiful engravings in the king's official publications *Le Antichità di Ercolano* (8 vols, 1757-1792). The eight splendid volumes—originally 40 had been planned—also contained descriptions and engravings of the explicit sexual material (fig. 2, Ciardiello 2012, 48-49; Mattusch 2013, 35-36; Blix 2009, 12).

These volumes were not available for purchase but were given away by the king himself to European courts and nobles. Due to the private gift distribution of the magnificent volumes, many



2 *Delle Antichità di Ercolano. Tomo Sesto. O Sia Secondo de' Bronzi: De' bronzi di Ercolano e contorni incisi con qualche spiegazione, Tomo secondo. Statue.* Napoli: nella Regia Stamperia, 1771, 403. Fondo Antiquo de la Biblioteca de la Universidad de Sevilla. [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Delle_antichit%C3%A0_di_Ercolano,_1757-1779_\(T._I-VII\)_60430_\(23793901671\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Delle_antichit%C3%A0_di_Ercolano,_1757-1779_(T._I-VII)_60430_(23793901671).jpg). CC-BY-2.0.

14 In 1755, under the presidency of the Minister of State, Marchese Bernardo Tanucci, the “Reale Accademia Ercolanense di Archeologia” was founded.

interested persons were excluded from the transfer of knowledge. It even was not easy for Johann Joachim Winckelmann to come into possession of the volumes.¹⁵ This policy naturally fuelled interest, the demand for the magnificent volumes must have been enormous—thus the ambassador of the King of Naples, Abbé Galiani, complains in a letter to the minister Tanucci that he considers it the greatest punishment of God to have left for Paris without permission to buy the book. So, he asks Tanucci.¹⁶

The purpose of the publications was to put the king's finds in the spotlight—the primary aim was not research, but to gain prestige. It was not the text of these volumes but above all the illustrations—which also contained erotic material—that caused a sensation, especially in Germany and France.¹⁷

This royal monopoly did not correspond to the exchange of ideas between scholars as it was usually cultivated in the 18th century, and so there are repeated complaints and even derisive remarks about the texts in the magnificent volumes.¹⁸

But already from 1740 onwards, information leaked out (Gordon 2007, 44; Ciardiello 2012, 48). The great interest in the excavations and their finds in Europe was satisfied by communications in letters and unauthorised publications—what these publications did not contain was pictorial material (Gori 1748; de Venuti 1748; Fordyce 1750; Gordon 2007, 44–45). But very soon not authorised drawings were made in Pompeii and Herculaneum—despite the ban on drawing. For example, the notebook of Jérôme Charles Bellicard (**fig. 3**, Bellicard 1750–1751; Gordon 1990, 49–142).

15 Winckelmann was able to consult the first two volumes through his good connections in Rome. On his fourth trip to Naples, he received the fifth volume from Tanucci. Cf. Moormann 2017, 170. For Horace Walpole, his friend Sir Horace Mann intervened. After 10 years, his interventions were successful.

16 See the print of the letter in Allroggen-Bedel 1990, 28.

17 In a letter to Tanucci, Abbé Galiani suggested that the volumes of *La Antichità* be translated into English and French. The craftsmen would need them as templates, cf. Allroggen-Bendl 1990, 244. On the influence of the finds from Pompeii and Herculaneum on art and decoration in the late 18th century, see for example Ciardiello 2012, 50f. with further examples; Ramage 2013, 161–176; Bologna 1990, 79–91.

18 One of the earliest critics was Camillo Paderni, cf. Roberts 2015, 68–73; Parslow 33.



3 Sketches from the Notebook. Jérôme Charles Bellicard. 1750–1751. *Notebook with Views of the Excavations at Herculaneum and of Other Italian Cities, 1750–1751*, 8. <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/343408>. Public domain.

He and Charles-Nicolas Cochin obviously had access to excavation plans and the finds—perhaps they had helpers on the site—so they were able to make a lot of plans and drawings (Gordon 2007, 47–48). Their notes appeared in three English and three French editions, including descriptions and illustrations of the explicit sexual material (Bellicard 1753; Cochin & Bellicard 1757)¹⁹. That is, through these publications, the finds and the excavations were quickly known among Europe and the travellers to Italy.²⁰ Handling these erotic artifacts captured the imagination of travellers and increased their interest in ancient objects and the excavations.

Now people knew about the finds and excavations, but for visiting the museum in Portici one needed a permit. These arrangements have certainly also helped to spur interest and curiosity. Johann Joachim Winckelmann (1717–1768), the founder of scientific archaeology and art history, reports he received permission to visit the museum. But he also reports that he only was allowed to see the erotic paintings after he had acquired “die Vertraulichkeit des Aufsehers” (Winckelmann 1762, 34). He did not see *Pan with the goat*, which was discovered in 1752 in the Villa dei Papyri in Herculaneum. It was kept secret in the house of the royal restorer Giuseppe Canart: “die Figur aber wird niemanden, als auf eigenhändigen Befehl des Königs, gezeigt, und diesen hat noch niemand gesucht, folglich wollte ich nicht der erste seyn” (*Ibidem*, 34).

¹⁹ The publications are listed in Gordon 2007, 56 footnote 55.

²⁰ Jean Claude Richard de Saint-Non (1727–1791), who published five volumes on his travels to Sicily between 1781–1786, was even given official permission to make engravings of the “secret finds”. However, readers did not see everything. Some of the pieces illustrated with engravings in the official splendid volumes were provided with a fig leaf, cf. de Saint Non 1782, 40.

Winckelmann (1762, 34) decisively points out that he simply does not believe that Englishmen have seen this figure, as they claim. In the 1760s, however, access to it must have been given to Joseph Nollekens, who then made a small terracotta statuette of it from memory, which is now in the British Museum,²¹ as well as Dominique-Vivant Denon, Napoleon's *Ministre des arts*, who made a drawing of it.²²

The regimentation of the visit occasionally also acted as a special incentive. The barrier of royal permission lent the exhibits with erotic content the aura of mystery. They became a special travel attraction that created a heightened sense of expectation (Lagger 2021, 238-239). The theologian and orientalist Jakob Georg Christian Adler therefore writes in his travel notes (1784):

In einem Privathause eines der Aufseher steht noch eine Statue, die ohne besondere königliche Erlaubniß niemandem gezeigt werden darf. Wir erhielten die Erlaubniß, an der uns sehr viel gelegen war, weil das königliche Verbot unsere Neugierden nur um so mehr gereizt hatte. Allein, man verliert im Grunde nichts, wenn man sie nicht sieht, und man hätte sie gern, deucht mich, zerstören können, denn die Arbeit ist nur mittelmäßig. (Adler 1784, 269)

From 1795, a separate room—Room XVIII—is reserved for antiquities that were considered “obscene” (Lagger 2021): these include for example *tintinnabuli* as well as representations of Priapi or mural paintings (Gaimster 2001, 129; Gaimster 2003-2004, 84). Even if access was not given to everyone, it was possible to visit the room at the end of the 18th century, as evidenced by notes in the travelogues. They mention printed permission forms for male visitors, on which the visit of the sculpture is mentioned separately.²³

Plümicke printed the contents of the permit in his travel description so that future travellers would know what they had to organise before visiting the museum (Plümicke 1795, 72). With this permit, however, one could not visit the Herculean paintings, as another traveller reported (Bartels 1787, 128).

21 A piece of paper at the base contains the following information: “COPY FROM MEMORY OF YE MARBLE GROUPE IN PORTICI MUSEUM” (quoted after Beard 2012, 69 footnote 21).

22 De Caro 2000, 10 with illustration. Dominique-Vivant Denon published a *L'Oeuvre priapique* “Priapées et sujets divers” (1793 or 1794) in which the illustration was included, Nowinski 1970, 71-73.

23 [Stegmann] 1798, 300. On access restrictions and obstacles for travellers, see the compilation by Fitson 2004, 143-151.

Many travellers wrote travelogues. The erotic objects and frescoes they saw were completely ignored by some, others soberly noted their observations; some sought explanations for such an accumulation of erotic depictions and interpreted them as trade signs, still others indulge in open indignation.²⁴ G. Nicolai, e. g., even thinks that the eruption of Vesuvius and the destruction of the city were a just punishment for the moral iniquity of the Pompeians (Nicolai 1835, vol. 1, 297).

But not only travellers, also the excavators and processors partly inhibited the representations. They covered phallic representations with plaster, the penises were cut off on statues, if they were not completely smashed; erotic mural paintings were locked away, partly removed, and hidden from the public in a special room, No. XVIII, in the museum in Portici. An english traveller, N. Brook, wrote:

At the end of one of the galleries is a small room kept locked, and having no ladies with us, my friend ordered it to be opened, in which is placed a single bronze statue [sic!] of a goat and satyr in a joined unnatural position, that with decency cannot be described, and had it been mine I would have thrown it into the burning mountain, which had once buried it under its lava. ([Brooke] 1798, 139 (Letter XXXIII, Naples, May 14th, 1794))

Despite the prohibition on drawing, there was obviously a brisk trade in well forged Priapi, paintings and sculptures, as Winckelmann observes, which were sold to travellers and collectors—among them were pieces with erotic subjects (Harris 2015, 115). Finally, the collection was moved at the beginning of the 19th century from Portici to Naples.²⁵

Johann Joachim Winckelmann's reports and thirty-five German-language travelogues described the excavations and the finds between 1762 and 1806.²⁶ The growing interest of visitors is documented by the reports of the director of the excavations, Rocco Gioacchino de Alcubierre. From the 1770s onwards

24 An overview of the impressions and feelings of the travellers is given by Fitzon 2004.

25 The "Real Museo Borbonico" was opened in 1822. On the history of the Real Museo Borbonico, today the Museo Archeologico Nazionale, in Naples see Milanese 2013, 13-29.

26 Until 1780, there are only eight german traveller reports from Pompeii. Between 1780 and 1792, there are 17 reports. After 1780, Pompeii established itself as popular destination for German travellers. The Expansion of the railway led to an increase in travellers (1839), cf. Fitzon 2004, 120-121.

Herculaneum and Pompeii were increasingly visited by travellers (Fitton 2004, 118). Pompeii and Herculaneum become a travel attraction and a fixed component of the Grand Tour²⁷ at the latest after the clear identification of Pompeii as the ancient town Pompeii in 1763. The Temple of Isis (**fig. 4**)²⁸ and the finds of the Gladiator Barracks (especially gladiatorial armour and skeletons) produced a sensation. That had little or nothing to do with statues: Here was ancient life, in its most extreme forms: an exotic Egyptian cult and the most brutal of entertainments. The international interest was immense.



4 *The Temple of Isis at Pompeii*, 1788, etched by Francesco Piranesi, hand-coloured by Louis Jean Desprez. J. Cleveland Museum of Art. <https://www.clevelandart.org/art/2001.19>. CC0 1.0. Public domain.

-
- 27 Interest in the cities of Herculaneum and Pompeii was aroused somewhat earlier among French and English travellers than among German travellers, cf. Fitton 2004, 118, 122 with further readings.
- 28 Interested travellers looking at the Temple of Isis in Pompeii are impressively shown by Francesco Piranesi, “The Temple of Isis at Pompeii” (1788), in: Cleveland Museum of Art, <https://www.clevelandart.org/art/2001.19> (accessed on May 20, 2023). Emperor Joseph II (1768) and Wolfgang Amadeus Mozart with his father Leopold also visited the ancient site (1770), cf. von Hase 2013, 215.

Conclusion

Eighteenth-century Italy was one of the main places of an imaginary antiquity and part of the Grand Tour of the European nobility. The main attractions in Italy were Venice, Florence, Rome, and *Napoli e dintorni*. The rediscovery of Pompeii and Herculaneum triggered an unprecedented enthusiasm for antiquities in Europe, which was visibly reflected in the ambience and furnishings of aristocratic and upper middle-class life. The demand for antiquities and antique decorative pieces led to the emergence of specialisations in the arts and crafts sector, not least in Naples, in order to meet the demand through imitations.

Despite, or perhaps because of, the secrecy surrounding the king's excavations in Herculaneum and Pompeii, it had become an important point of sightseeing for travellers to southern Italy by the end of the 18th century.

Starting with scholars like Winckelmann, but very soon also by interested travellers and the official and non-official publications, knowledge of the finds was spread. Even before the first streams of tourists at the beginning of the 19th century, the cities of Herculaneum and Pompeii as well as the finds in the castle of Portici exerted an attraction. Further, the erotic finds may have stimulated the curiosity of one or the other.

The excursions to the ancient cities were recorded in numerous travelogues. The attempts to keep the erotic objects hidden from the eyes of the public have led to stimulating people's imagination. Even today, the lupanar—the brothel—with its erotic frescoes in Pompeii attracts many visitors, dealing with it is not easy for them either. Often, they react with laughter, as visitors' observations have shown, maybe also discomfort (Levin-Richardson 2011, 330).²⁹

Museums and libraries, with their collections, reflect the cultural and moral attitudes of generations of curators. What was and is classified as "obscene" changed both in the academic world and in the respective society. However, it is in one way or another of importance for the attraction of tourists. It is as true of a world where sculptures wore fig leaves as it is of a world full of trigger warnings that artefacts with overt or covert eroticism pique the interest of the public—and of scientists.

29 For observations of tourist behavior, see McGinn 2004, 116.

Sources

- ADLER, Jakob Georg Christian. 1784. *Reisebemerkungen auf einer Reise nach Rom. Aus seinem Tagebuche herausgegeben von seinem Bruder, Johann Christoph Georg Adler, Obergerichtsadvokat zu Altona*. Altona: Gedruckt bei J.D.A. Eckhardt.
- BARTELS, Johann Heinrich. 1787. *Briefe über Kalabrien und Sizilien. Erster Theil. Reise von Neapel bis Reggio in Kalabrien*. Göttingen: bei Johann Christian Dieterich.
- BAYARDI, Ottavio Antonio. 1752. *Prodromo delle antichità d'Ercolano*. 5 vols. Napoli: Nella Regale Stamperia Palatina.
- BAYARDI, Ottavio Antoni. 1755. *Le Pitture Antiche D'Ercolano e Contorni Incise*. Napoli: Nella Regia Stamperia.
- BAYARDI, Ottavio Antoni. 1757a. *La Antichità di Ercolano esposte. Tomo Primo: Le pitture antiche d'Ercolano e contorni incise con qualche spiegazione*. Napoli: Nella Regia Stamperia.
- BAYARDI, Ottavio Antonio. 1757b. *Catalogo degli antichi monumenti dissotterrati dalla scoperta città di Ercolano per ordine della Maestà di Carlo Re delle Due Sicilie*. Napoli: Nella Regia Stamperia.
- BELLICARD, Jérôme Charles. 1750–1751. *Notebook with Views of the Excavations at Herculaneum and of Other Italian Cities, 1750-1751*. Accessed May 20, 2023. <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/343408>.
- BELLICARD, Jérôme Charles. 1753. *Observations upon the Antiquities Of the Town of Herculaneum, Discovered at the Foot of Mount Vesuvius. With some Reflections on the Painting and Sculpture of the Ancients. And a short Description of the Antiquities in the Neighbourhood of Naples. Enriched with Forty-two Plates, designed and engraved by the Author*. London: Printed for D. Wilson, and T. Durham.
- BIANCONI Giovanni Lodovico. 1749. *Journal des Savans d'Italie*. Vol. III. Amsterdam: Arks-tee & Merkus.
- [BROOKE, N.] 1798. *Observations on the Manners and Customs of Italy, with remarks on the vast importance of British Commerce on that continent; also, particulars of the wonderful explosion of Mount Vesuvius, Taken on the Spot at Midnight, in June 1794, When the beautiful and extensive City of Torre del Greco was buried under the blazing River of Lava from the Mountain; likewise, an account of very many extraordinary cures produced by a preparation of OPIUM, in a variety of obstinate cases, according to the practice in Asia, With many Physical Remarks collected in Italy, well deserving the Attention of most Families. By a Gentlemen. Authorised to investigate the Commerce of the Country with Great-Britain*. Bath: Printed by R. Cruttwell.
- CATULLUS. 1913. *Tibullus and Pervigilium Veneris*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1913 (= Loeb Classical Library) (Repr. London: William Heinemann LTD, 1976).

- COCHIN, Charles-Nicolas, & Jérôme-Charles Bellicard. 1757. *Observations sur les Antiquités d'Herculanum; avec Quelques Réflexions sur la Peinture & la Sculpture des Anciens; & une courte description de plusieurs Antiquités des environs de Naples*. Paris: Ch. Ant. Jombert.
- FORDYCE William. 1750. *Memories concerning Herculaneum, the subterranean city, lately discovered at the foot of Mount Vesuvius*. London: Printed for D. Wilson Bookfeller.
- GORI, Antonio Francesco. 1748. *Notizie del memorabile scoprimento dell'antica città di Ercolano*. Firenze: Nella Stamperia imperiale.
- GRANT, Michael. 1775. *Eros in Pompeji. Das Geheimkabinett des Museums von Neapel*. München: List.
- HAMILTON, William. 1776. *Campi Phlegraei. Observations on the Volcanoes of the Two Sicilies. As They have been communicated to the Royal Society of London. By Sir William Hamilton K. B. F. R. S. His Britannic Majesty's Envoy extraordinary, and Plenipotentiary At the Court of Naples To which, in Order to convey the most precise idea of each remark, a new and accurate Map is annexed, with 54 Plates illuminated, from Drawings taken and colour'd after Nature, under the inspection of the Author, by the Editor M. Peter Fabris*. Naples: [s.n.].
- NICOLAI, G. 1835. *Italien wie es wirklich ist. Bericht über eine merkwürdige Reise in den hesperischen Gefilden als Warnungsstimme für Alle, welche sich dahin sehnen. Zweite vermehrte und verbesserte Auflage nebst einem Anhang, enthaltend sämmtliche in öffentlichen Blättern erschienene Beurtheilungen des Werks, mit Anmerkungen vom Verfasser*. 2 vols. Leipzig: Otto Wigand'sche Verlags-Expedition.
- PLINY THE YOUNGER. *Letters*, 6.16 and 6.20.
- PLÜMICKE, C.M. 1795. *Fragmente, Skizzen und Situationen auf eine Reise durch Italien. Nebst einem Titelkupfer*. Goerlitz: Hermsdorf und Anton.
- DE SAINT NON, Jean Claude Richard. 1782. *Voyage pittoresque, ou, Description des royaumes de Naples et de Sicile. Seconde Partie Du Premier Volume*. Paris.
- [STEGMANN, Carl Joseph]. 1798. *Fragmente über Italien aus dem Tagebuch eines jungen Deutschen*. Vol. 1. [Tübingen u.a.: Cotta].
- TUBIÈRES, Anne Claude Philippe de. 1756. *Recueil d'antiquités égyptiennes, étrusque, grecques et romaines*. Vol. 2. Paris: Chez Duchesne.
- DE VENUTI, Marcello. 1748. *Descrizione delle prime scoperte dell'antica città di Ercolano ritrovata vicino a Portici, Villa della Maesta del re delle due Sicilie*. Roma: Nella Stamperia del Bernadò e Lazzarini.
- WINCKELMANN, Johann Joachim. 1762. *Johann Winckelmanns Sendschreiben von den Herculianischen Entdeckungen. An den Hochgebohrnen Herrn, Herrn Heinrich Reichsgrafen von Brühl, Starosten von Bolynow, Rittern des Hierosolymitanischen Ordens von Maltha, Sr. Königl. Majest. in Pohlen und Churfürstl. Durchl. zu Sachsen hochbestallten Cammerherrn*. Dresden: Verlegt George Conrad Walther.

Bibliography

- ALLROGGEN-BEDEL, Agnes. 1990. "Winckelmann und die Archäologie im Königreich Neapel." In *Johann Joachim Winckelmann, neue Forschungen. Eine Aufsatzsammlung*, 27-46. Stendal: Die Gesellschaft.
- ALLROGGEN-BEDEL, Agnes. 1996. "Archäologie und Politik. Herculaneum und Pompeji im 18. Jh." *Hephaistos* 14: 217-252.
- BAUM, Constanze. 2018. "Vorbild – Abbild – Zerrbild. Bewältigungsstrategien europäischer Neapelreisender um 1800." In *Dreckige Lacken. Die Kehrseite der ›Grand Tour‹*, ed. Joseph Imorde & Erik Weggerhoff, 30-47. Berlin: Wagenbach.
- BEARD, Mary. 2012. "Dirty Little Secrets: Chancing Displays of Pompeian 'Erotica'." In *The last days of Pompeii. Decadence, apocalypse, resurrection*, ed. Victoria C. Gardner-Coates, Kenneth Lapatin, & Jon L. Seydl, 60-69. Los Angeles, CA: The J. Paul Getty Museum.
- BLACK, Jeremy. 2003 [1992]. *The British Abroad. The Grand Tour in the Eighteenth Century*. Stroud: Sutton.
- BLIX, Göran. 2009. *From Paris to Pompeii. French Romanticism and the Cultural Politics of Archaeology*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.
- BOLOGNA, Ferdinando. 1990. "The Rediscovery of Herculaneum and Pompeii in the artistic culture of Europe in the eighteenth century." In *Rediscovering Pompeii: Exhibition by IBM-Italia. New York City, IBM Gallery of Science and Art, 12 July-September 15, 1990*, 79-91. Rome: L'Erma di Bretschneider.
- BRILLI, Attilio. 1989. *Reisen in Italien. Die Kulturgeschichte der klassischen Italienreise*. Köln: DuMont (original edition: *Il viaggio in Italia*. Milano: Banca Popolare di Milano, 1987).
- BRILLI, Antonio. 1997. *Als Reisen eine Kunst war. Vom Beginn des modernen Tourismus: Die ›Grand Tour‹*. Köln: Wagenbach (original edition: *Quando viaggiare era un 'arte*. Bologna: Società Editrice il Mulino, 1995).
- BRODER, Michael. 2015. "The Most Obscene Satires. A Queer/camp Approach to Juvenal 2,6, and 9." In *Ancient Obscenities. Their Nature and use in the Ancient Greek and Roman Worlds*, ed. Dorota Dutsch & Ann Suter, 283-309. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.
- DE CARO, Stefano. 2000. *Il gabinetto segreto del museo archeologico nazionale di napoli. Guida alla collezione*. Napoli: Electa Napoli; Soprintendenza archeologica di Napoli e Caserta.
- CIARDIELLO, Rosaria. 2012. "Die ›Antichità di Ercolano‹. Rezeption in der europäischen Kunst und im Kunstgewerbe." In *Jenseits von Pompeji. Faszination und Rezeption*, ed. Carola Reinsberg & Felicia Meynersen, 47-53. Darmstadt: Philip von Zabern.
- CLAIR, William St., and Annika Bautz. 2012. "The Making of the Myths: Edward Bulwer-Lytton's *The Last Days of Pompeii*." In *The Last Days of Pompeii*, ed. Victoria C.

- Gardner Coates, Kenneth Lapatin & Jon L. Seydl, 52–59. Los Angeles, CA: The J. Paul Getty Museum.
- COOLEY, Alison E., & M. G. L. Cooley, ed. 2014. *Pompeii and Herculaneum: A Sourcebook*. London; New York, NY: Routledge.
- ENDERS, Nikolai. 2000. “Juvenal”. In *Reader’s Guide to Lesbian and Gay Studies*, ed. Timothy F. Murphy, 323–324. Chicago, IL; London: Fitzroy Dearborn Publishers.
- FITZON, Thorsten. 2004. *Reisen in das befremdliche Pompeji: Antiklassizistische Antikenwahrnehmung deutscher Italienreisender 1750–1870*. Berlin; New York, NY: De Gruyter.
- FURLOTTI, Barbara. 2019. *Antiquities in Motion. From Excavation to Renaissance Collections*. Los Angeles, CA: Getty Research Institute.
- GAIMSTER, David. 2001. “Under Lock and Key. Censorship and the secret museum”. In *Sex. The erotic review*, ed. Stephen Bayley, 126–139. London: Cassello & Co.
- GAIMSTER, David. 2003–2004. “Schmutz unter Victoria. Die verbotene Kultur und das geheime Museum”. In *100.000 Jahre Sex. Über Liebe, Fruchtbarkeit und Wollust*, ed. Vincent T. van Vilsteren & Rainer-Maria Weiss, 82–85. Waanders: Zwolle.
- MCGINN, Thomas A. J. 2004. *The Economy of Prostitution in the Roman World. A Study of Social History & the Brothel*. Ann Arbor, MI: The University of Michigan Press.
- GOETHE, Johann Caspar. 1999 [1986]. *Reise durch Italien im Jahre 1740 (Veiaggio per l’Italia)*. München: Deutscher Taschenbuch Verlag (dtv).
- GORDON, Alden R. 1990. “Jérôme-Charles Bellicard’s Italian Notebook of 1750–51: The Discoveries at Herculaneum and Observations on Ancient and Modern Architecture”. *The Metropolitan Museum Journal. The Metropolitan Museum of Art* 25: 49–142.
- GORDON, Alden R. 2007. “Subverting the Secret of Herculaneum: Archaeological Espionage in the Kingdom of Naples”. In *Antiquity Recovered. The Legacy of Pompeii and Herculaneum*, ed. Victoria C. Gardner Coates & Jon L. Seydl, 37–57. Los Angeles, CA: The J. Paul Getty Museum.
- VON HASE, Friedrich-Wilhelm. 2013. “Die Wiederentdeckung von Herculaneum – Pompeji und Johann Joachim Winckelmann”. In *Pompeji. Leben auf dem Vulkan*, ed. Roger Diederer, Harald Meller & Jens-Arne Dickmann, 210–221. München: Hirmer.
- HARRIS, Judith. 2015. *Pompeii awakened. A story of rediscovery*. London; New York, NY: Bloomsbury Academic.
- HIBBERT, Christopher. 1987. *The Grand Tour*. London: Methuen.
- LAGGER, Ursula. 2021. “Die Obszönität der antiken Nacktheit: Pompeji und seine Sinnesfreunden”. In *Homo universalis. Zwischen Universität und Universalität. In memoriam Heribert Aigner*, ed. Johannes Gießauf, Peter Mauritsch & Sabine Tausend, 233–261. Berlin: Peter Lang.
- LAGGER, Ursula. 2022. “Königliche Message Control vs. Freie Wissenszirkulation. Über den Umgang mit Antiken von Herculaneum und Pompeji”. In *Freiheit und Wissenschaft*.

- Interdisziplinäre Perspektiven mit einem altertumswissenschaftlichen Schwerpunkt*, ed. Christian Bachhiesl, Markus Handy, Stefan Köchel, Ursula Lager & Peter Mauritsch, 175-216. Weilerswist: Velbrück.
- LEWIS, W.S., ed. 1960. *The Yale Edition of Horace Walpole's Correspondence*. Vol. 22: *Horace Walpole's Correspondence with Sir Horace Mann*. New Haven, CT; London: Yale University Press.
- LEVIN-RICHARDSON, Sarah. 2011. "Modern Tourists, Ancient Sexualities: Looking at Looking in Pompeii's Borthel and the Secret Cabinet". In *Pompeii in the Public Imagination from its Rediscovery to Today*, ed. Shelley Hales & Joanna Paul, 316-330. Oxford: University Press.
- MATTUSCH, Carol C. 2005. *The Villa Dei Parpuri at Herculaneum. Life and Afterlife of a Sculpture Collection*. Los Angeles, CA: The J. Paul Getty Museum.
- MILANESE, Andrea. 2013. "Exhibition and Experiment. A History of the Real Museo Borbonico". In *The Restoration of Ancient Bronzes. Naples and Beyond*, ed. Erik Risser & David Saunders, 13-29. Los Angeles, CA: The J. Paul Getty Museum.
- MOORMANN, Eric M. 2017. "Winckelmann und die Ausgrabungen in Herculaneum und Pompeji." In *Winckelmann Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*, ed. Martin Diselkamp & Fausto Testa, 164-179. Stuttgart: J.B. Metzler.
- NOWINSKI, Judith. 1970. *Baron Dominique Vivant Denon (1747-1825). Hedonist and Scholar in a Period of Transition*. Rutherford, NJ: Fairleigh Dickinson University Press.
- PAGANO, Mario, & Raffaele Prisciandaro. 2006. *Studio sulle provenienze degli oggetti rinvenuti negli scavi borbonici del Regno di Napoli. Una lettura integrata, coordinata e commentata della documentazione*. 2 vols. Castellammare di Stabia: Eidos Longopardi.
- PARSLOW, Christopher Charles. 1995. *Rediscovering Antiquity. Karl Weber and the Excavation of Herculaneum, Pompeii, and Stabiae*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PISANI, Salvatore. 2012. "Die Entdeckung von Herculaneum und Pompeji. Ihre politische Bedeutung für das Königreich Beider Sizilien". In *Jenseits von Pompeji. Faszination und Rezeption*, ed. Carola Reinsberg & Felicia Meynersen, 22-32. Darmstadt: Philip von Zabern.
- PARSLOW, Chris C. 1995. *Rediscovery Antiquity: Karl Weber and the Excavation of Herculaneum, Pompeii, and Stabiae*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RAMAGE, Nancy H. 2013. "Flying Maeands and Cupids: Pompeii, Herculaneum, and Eighteenth-Century Decorative Arts". In *Rediscovering the Ancient World on the Bay of Naples, 1710-1890*, ed. Carol C. Mattusch, 161-176. Washington, D.C.: National Gallery of Art.
- REINSBERG, Carola. 2012. "Unter dem Vulkan. Untergang und Renaissance Pompejis". In *Jenseits von Pompeji. Faszination und Rezeption*, ed. Carola Reinsberg & Felicia Meynersen, 11-15. Darmstadt: Philip von Zabern.

- ROBERTS Charlotte. 2015. "Living with the Ancient Romans: Past and Present in Eighteenth-Century Encounters with Herculaneum and Pompeii". *Huntington Library Quarterly* 78 (1): 61-85.
- ROBERTS, Deborah. 2015. "Translating the Forbidden: The Unexpurgated Edition and the Reception of Ancient Obscenity". In *Ancient Obscenities. Their Nature and Use in the Ancient Greek and Roman Worlds*, ed. Dorota Dutsch & Ann Suter, 310-346. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.
- THOMAS, F. Richard. 2011. "The streets of Rome: the classical Dylan". In *Reception and the Classics. An Interdisciplinary Approach to the Classical Tradition*, ed. William Brockliss, Pramit Chaudhuri, Ayelet Haimson Lushkov & Katherine Wasdin, 134-160. Cambridge: Cambridge University Press.
- WALPOLE, Horace. 1926. *Selected Letters*. London: Dent.
- WINCKELMANN, Johann Joachim. 1952. *Briefe*, ed. Walther Rehm & Hans Diepolder 1: 1742–1759. Berlin: De Gruyter.

The Camino de Santiago as a Contemporary Source of Empowerment in Literature and Experiential Testimony

ALAN G. HARTMAN*

Each year hundreds of thousands of pilgrims walk the Camino de Santiago to arrive to Santiago de Compostela, the regional capital of Galicia and home to the historic shrine of the apostle St. James the Greater. Often referred to as “the Camino”, the pilgrim’s Way of Saint James consists of many routes that stretch from Northern and Central Europe as well as throughout the Iberian Peninsula.¹ Only in Santiago de Compostela do all of these trails converge.² Just as the Camino is comprised of a plurality of routes so too are the reasons for which pilgrims embark on the pilgrimage. Such wayfaring unites contemporary pilgrims with all others who have journeyed these same routes since the Middle Ages. Since renewed popular interest in the pilgrimage began in the early 1990s, the Camino is often characterized in literature and media by the communal fraternity and personal renewal and growth felt by those who

* Mercy University, New York, USA.
E-mail: ahartman@mercy.edu.

- 1 While the Camino de Santiago is in fact a complex web of numerous pilgrimage routes that traverse Europe and lead to Santiago de Compostela, the most commonly travelled pilgrim routes are those on the Iberian Peninsula, especially the Camino Aragonés, Camino del Norte, Camino Frances, Camino Portugués, Camino Primitivo, and Vía de la Plata.
- 2 The Camino Aragonés, Camino del Norte, Camino Primitivo, and Vía de la Plata all join the Camino Francés in different junctions before Santiago de Compostela.

journey along the way. Contemporary pilgrims often report that their pilgrimage along the Camino was an apogee life event for them due to the strong sense of fellowship, accomplishment, and transformation experienced. In this paper I will explore how wayfaring along the Camino de Santiago has been a source of empowerment for religious medieval pilgrims and secular contemporary pilgrims alike and remains so for those who undertake the pilgrimage today.

Peter Stanford writes that “[a]ll faiths embrace, to varying degrees, the concept of pilgrimage” (Stanford 2021, 8) and that pilgrimage routes “are regarded as thin places, set apart from the world [...] because of their connection to another, higher dimension” (*Ibidem*, 8). Such “thin”, or liminal, spaces attract pilgrims regardless of their reason for peregrinating. Regarding the myriad of motives that inspire pilgrims to journey towards Santiago since the route’s inception, the historian and translator William Meczer writes:

The Road to Compostela is nothing but a metaphor. By the mid-eleventh century western Europe, including eastern and northern Spain, was crisscrossed by a complex network of roads, partly ancient Roman pavements, partly high-medieval itineraries that served, among many other purposes, to facilitate the pilgrimage to the Galician shrine. At the same time, with the increasing focus of interest on Santiago in the late eleventh and early twelfth centuries, a number of specifically Jacobean roads came into being, most of them dirt surfaces, with their own appropriate infra-structure of hospices, bridges, chapels, and reliquary churches. (Meczer 1993, 23-24)

The varied beginning of the pilgrimage to Santiago in fact reflects the abundance of interests held by pilgrims, royalty, and clerics who historically traversed or promoted the Camino. In his research, Meczer writes that Gallic interests in promoting the pilgrimage routes to Santiago arguably stemmed from French royal and noble families, notably those from Burgundy, Champagne, and Aquitaine, that intermarried with northern Spanish, especially Aragonese, royalty and nobility.³ The Aragonese especially encouraged these marriages to gain French military support in their battle against the Moors. French powers in turn saw this as an opportunity to benefit economically and culturally

3 William Meczer’s (1993) work *The Pilgrim’s Guide to Santiago de Compostela* is the first English translation of “Book Five” of the twelfth century *Liber Sancti Jacobi*, also known as the *Codex Calixtinus*. The introduction that he writes for this translation is a masterful synthesis of research done on the history of the Camino de Santiago.

from other Europeans wayfaring through their territory and northern Iberian leaders were also seeking to repopulate newly reconquered territory from the Islamic invaders. Welcoming an influx of Catholic pilgrims and their resources was one way to do this, especially considering many pilgrims never returned home for reasons of health or opportunity.⁴

Just as the different pilgrimage routes to Santiago are varied in character, topography, and location throughout medieval Europe so too were the experiences of pilgrims who traveled those routes.⁵ The pilgrimage routes in northern Spain especially differed from those elsewhere in western Europe and reflected the liminality of the northern Iberian Peninsula due to its sparse population, harsh terrain, and relative lawlessness. The largest northern Iberian pilgrimage route became known as the “Camino Francés”, or “French Way” because it served as a continuation of pilgrimage routes from France.⁶ After reaching the Galician shrine, many of these same pilgrims walked to the Atlantic coast, a three-day journey from Santiago de Compostela.⁷ Their post-Santiago destinations included the Marian shrine in Muxia and the non-religious destination of Finisterra.⁸ The location of Santiago, Muxia, and Finisterra at the westernmost reaches of continental Europe and the perhaps terrifying further unknown emphasizes the liminal space that the shrine to Santiago de Compostela occupied in the medieval Christian imagination.

Santiago de Compostela’s liminality can even be found in the figure of Santiago, or Saint James the Greater. The saint was an apostle who is believed

4 “[t]wo closely integrated socio-economic ingredients resulting from the bonanza of the *Reconquista*: [...] the pilgrimage route, or better routes, as a mainly transversal axis of stability within the newly conquered territories; and on the other, the foreign, mainly French, *Landsmannschaften* that settled in particular quarters of towns and villages, not without enjoying considerable economic advantages offered to them quite liberally by the Hispanic administration” (Melczer 1993, 17).

5 In the second chapter of her 2002 text, Diana Webb explores the diversity of motives for medieval pilgrims.

6 All of the major pilgrimage routes from France, which were the Via Turonense, Via Lemovicense, Via Podense, and Via Tolosana, coalesced at Puente La Reina in Navarra and all of the pilgrims walking these routes then continued walking towards Galicia along the same way.

7 This 60 kilometer pilgrimage route known as the Camino de Finisterre is the only Camino that does not end in Santiago de Compostela.

8 “Finisterra” comes from the Latin “finish terrae”, which means the “End of the Earth”. This location was so named because it was believed to be the literal end of the earth in the Middle Ages due to its westernmost location on Cape Finisterra, which is one of continental Europe’s westernmost points.

to have been the first evangelizer of the Iberian Peninsula before he returned to Judea, where he was beheaded because of his continued evangelical endeavors there. The apostle's body is said to have returned to northwestern Spain and the presumed tomb was found "under a field of stars," or "*campus stellae*" in Latin, in the late eighth century. The timing of the discovery of Santiago's tomb is significant because the grave was found at the beginning of the Moorish conquest of the Iberian Peninsula⁹. This invasion was an existential threat to Christendom because Christian Europe was in danger of becoming conquered and settled by Muslim powers, as happened in significant parts of the south-eastern Balkan Mountains and southern Italian peninsula in addition to the Iberian Peninsula. Galicia's geographic extremity and isolation rendered the area a metaliminal space because of its physical and metaphorical location between competing western civilizations, violently clashing religions, and geographic marginality. Its sense of liminality was further enriched by its presence beneath the Milky Way, or *Via Lactea*, which is part of an extraterrestrial infinitude manifested by a visible trail of stars that crosses Northern Spain. The presence of the Milky Way above the tomb of Saint James is what led to the title "Saint James of Compostela", or "Saint James of the Field of Stars".¹⁰ Even the emperor Charlemagne had a famous dream in which he saw "a starry way in the sky and is told to follow it in order to get to the saint's tomb" (Melczer 1993, 20). Through merit, history, medieval political and economic interests, and the presence of corporal remains of an apostle, this shrine quickly became the third holiest site in Christendom. It was preceded in importance only by Jerusalem and Rome. Spaniards fighting Moors during the reconquest of the Iberian Peninsula eventually gave yet another title to Saint James the Greater, which was "Santiago el Matamoros", or "St. James the Moor Slayer".

9 On this William Melczer writes "(t)he rediscovery of the long-forgotten tomb towards the end of the eight century occurred, tellingly enough, at a time when the Christian political fortunes in the land were at their lowest ebb; it occurred at a time when the living presence of a religious-national figure of apostolic grandeur, who would be capable of rallying around himself the Christian forces at bay, was a dire need. The presence of Saint James – Sanctus Iacobus, that is to say, Santiago – no matter to what extent mythical and legendary, fulfilled, indeed, such a historic necessity" (Melczer 1993, 15).

10 Noting the plurality of possible etymological derivations of "Compostela", including a "field of stars" or *campus stellae*, William Melczer writes that in addition to the field of stars "there are other alternatives for the etymology of the toponym: from *composita*, well-dressed ground; or from the syncopated form of *compositum*, derived from *componere* in its meaning of 'to bury'" (Melczer 1993, 21).

Consequently, Christians quickly began to see Santiago as the patron of the Spanish people as we see first in the VIII century hymn “O dei verbum patris”, attributed to the Cantabrian Beatus of Liébana. In this hymn Santiago is called “potius Hispania”, or the conqueror of Spain, and given a full strophe of praise. There, among others, Santiago is called the “caput refulgens aureum Hispanie”, or “The glitteringly golden head of Spain”, and “tutorque nobis et patronus vernulus”, or our “protector and patron helper” (Melczer 1993, 12). Surely a Christian continent weary of Islamic invasion and a region eager to attract Christian pilgrims and settlers created the perfect setting for attracting pious Medieval pilgrims and promising adventure and transformation to those who embarked on the pious adventure.

As the shrine of Santiago de Compostela grew in importance so too did other shrines across Europe, especially Marian shrines such as those found in Vézeley, Le-Puy-en-Velay, Roncesvalles, and Villasilrga. These Marian shrines became incorporated into the Camino de Santiago and likely grew in fame because of the many pilgrims who visited the shrines. Such shrines remain important stops along the Camino de Santiago today. The medieval importance of many of these Marian shrines is also found in their repeated depiction in King Alfonso X's thirteenth century compilation of Marian canticles known as the *Cantigas de Santa Maria*. Unlike Santiago de Compostela, however, the religious importance of these medieval Marian shrines is often unknown to contemporary Camino pilgrims. Newer Marian shrines like Lourdes and Fatima have similarly been incorporated into the Camino as have been non-Marian Catholic shrines and pilgrimage destinations since the Middle Ages. This shows the ongoing malleability and functionality of the Camino, which changes together with the needs and desires of its pilgrims.

The presence of many religious shrines along the Camino makes the pilgrimage a meta-pilgrimage in which wayfarers encounter a multitude of places of religious importance on their way to Santiago de Compostela. The Camino may even be understood as a complex of pilgrimage routes that serves each town through which it passes because its path always incorporates the main church of each city, town, or village along the way as well as any major religious sites in the locale. Béttharam, France serves as an example of this. Not only does the Camino guide pilgrims past Béttharam's miraculous statue of Saint Rocco but the monastery, which was established to care for pilgrims in the sixteenth century, stands adjacent to the statue. Today the monastery remains an *auberge*, or hostel for pilgrims, and the site became a Marian shrine due to miraculous events attributed to the Virgin Mary beginning in the seventeenth

century. Leaving Béttharam, the way passes by each of the historic and monumental stations of the cross as it guides pilgrims away from the French town and atop a mountain on which rests the final two stations of the *via crucis*. This profusion of holy sites along the Camino de Santiago heightens the religious and spiritual experience of pilgrims and the route consequently becomes a composite of many religious journeys and experiences.

In *The Art of Pilgrimage*, Phil Cousineau affirms the universal need for man to peregrine and writes that “in each of us dwells a pilgrim. It is the part of us that longs to have direct contact with the sacred” (Cousineau 2012, 92). While Cousineau does not define what he deems “sacred”, it can be understood to be something that connects one with something greater than himself in an entirely or partly mystical way. The sacred, therefore, may be seen as something that connects mortal man with a common being or essence shared by all. Robert L. Moore notes that

[p]ropane space differs from sacred space in that it has no fixed point or center from which to gain orientation. Profane space has no *axis mundi*, no cosmic tree or pillar leading to the heavens. This is the experience of modernity: people unable to locate a center, profane space allows no direct contact with the power that enables renewal and regeneration to occur. (Havlick 2001, 23)

A pilgrimage may therefore be recognized as a journey that enables one to connect with a sacred space in a tangible way and breaks the dizzying modern malaise that may stem from a lack of contact with the sacred, which hinders personal “renewal and regeneration”. Reconnecting with the sacred, therefore, empowers one to participate in the secular world more fully and with a greater sense of life’s hallowedness. Regarding the mystical element of pilgrimage, Victor and Edith Turner, the “founders of pilgrim studies” (Ross 2011, XXXIV), write in their seminal work first published in 1978 *Image and Pilgrimage in Christian Culture* that “[f]or the majority, pilgrimage was the great liminal experience of the religious life. If mysticism is an interior pilgrimage, pilgrimage is exteriorized mysticism” (Turner & Turner 2011, 7).

Partly quoting Turner & Turner’s landmark work, James M. Jurovich and Wilbert M. Gesler build on this when writing that pilgrimages are important because

[l]eaving their home places, pilgrims are detached from familiar surroundings and social relationships; they pass through a period of liminality, neither here

nor there; and then they establish new bonds of communion with the divine and with their fellows at the pilgrimage site (Turner and Turner 1978). Pilgrims often overcome hazards and deprivations to reach a place where they believe their sins will be forgiven, their illnesses cured, and their misfortunes allayed. (Jurkovich & Wilbert 1997, 450)

Such hopefulness allows pilgrims to meaningfully confront challenges encountered along the way. In the Catholic imagination, the pilgrim's wayfaring is a metaphor for man's journey in life. Just as contemporary pilgrims voyage towards Santiago de Compostela, their physical journey may be understood as an allegory for one's life journey towards God as their destination upon death. On this Cousineau writes "the way of the pilgrim is twofold, exterior and interior, the simultaneous movement of the feet and the soul through time as well as space" (Cousineau 2012, 94). Similarly, the difficult physical journey of the pilgrimage allows travelers to experience elements of Christ's *Via Crucis*, which is seen as the greatest Christian example of pilgrimage.¹¹

Lengthy journeys act as a catalyst for allowing travelers to perceive and experience a transformation within themselves and the world around them due to the new environments, cultures, and people encountered along the way. Catholic religious sister and spiritual author Joyce Rupp writes that "[e]very significant journey changes us in some way. We are hardly ever aware of this while we are in the midst of it. We may have hints of these changes, but it is only later, in looking back, that we grasp in amazement at what was being formed and shaped in our lives" (Rupp 2005, 22). Similarly, when writing about "long distance rambling", or long-distance hiking, Kip Redick notes that "[t]he trail takes us beyond the quotidian world of a marketplace reality and becomes a sacred text wherein a proposed world is both presented and inhabited" (Redick 2016, 45). Redick goes on to state that "[t]he practice of long distance walking in remote places distances the pilgrim from his or her everyday world and opens them to new possibilities, to scripting their own life-story into a potential narrative arc" (*Ibidem*, 42). The Camino, therefore, entices the wayfarer to journey into a deeply inter-layered zone of multiple meanings and liminalities, which is perhaps that which most strongly calls contemporary pilgrims to the Camino. This multifold nature of the Camino is especially found

11 Félix Duque and Nicholas Walker allude to this allegory in their article "Via Stellarum – Via Crucis, a Philosophical Approach to the 'Camino de Santiago'" (Duque & Walker 2013).

in the blending of Catholic and secular historical sites with excellent facilities for dining, relaxation, and repose while living in community with others. This confluence of religiosity, historicity, beauty, and community renders a pilgrimage along the Camino “a journey filled with spiritual connectedness and communal resonance” (Rupp 2005, 26).

Today’s pilgrims, however, are not only seeking religious experiences or traversing the pilgrimage routes as a manifestation of religious piety. The transformation in motives for pilgrims has changed so greatly that a term associated with religious faith is not found among Peter Stanford’s “four essential Es of a new generation of pilgrims — Exercise, Exploration, Environment and Escape” (Stanford 2011, 10). Stanford even goes on to state that after interviewing many people who work in the pilgrimage hospitality industry that “tourism is the new religion, and pilgrimage just a new name for tourism. For pilgrimage read adventure holiday, and for pilgrim read hiker” (*Ibidem*, 11). As such, Stanford and others argue that contemporary pilgrimage may be understood as a form of contemporary tourism. This is not to say that religious piety and devotion are entirely absent from contemporary pilgrimages but instead that non-religious pilgrims heavily outnumber those that are religious. Recognizing the plurality of mostly secular motives that attract pilgrims to the Camino, Rupp writes in her 2005 work *Walk in a Relaxed Manner, Life Lessons from the Camino* that “[t]o be a pilgrim is to be willing to live with the mystery of what will happen both interiorly and exteriorly as one walks day after day after day towards the destination of the sacred site” (Rupp 2005, 40).

The uptick in secular reasons for hiking the Camino was affirmed in the findings of a 2014 study of approximately 470 pilgrims along the Camino de Santiago in which researchers discovered that “pilgrims tend to identify themselves more with spirituality than religiosity” (Oviedo, de Courcie and Farias 2014, 436). This study shows that the growth in popularity of the Camino does not suggest a “religious revival” (*Ibidem*, 437) but rather an overwhelming presence of pilgrims on the Camino seeking “spiritual growth” or “search(ing) for adventure” (*Ibidem*, 437). This mix of secular “spirituality” and Catholic religiosity on the Camino also emphasizes the Camino’s liminality because secular contemporary pilgrims regularly encounter approximately millennium-old manifestations of Catholicism during the entirety of the pilgrimage. In this way “[t]he Camino provides a context in which both types coexist: one integrated into a religious universe of symbols, and the second constructing her own universe of meaning and references, not immediately connected with a predetermined framework” (*Ibidem*, 440-441).

In this way the Camino is steadily transforming into an experience of cultural tourism as much as a destination for pilgrimage. In the text *Cultural Tourism*, Hilary du Cross and Bob McKercher (2015, 3) note that Cultural Tourism has become a “mainstream, mass product” that “between 35 and 80 percent of all tourists are cultural tourists”. Understanding tourists as “non-local residents travelling primarily for fun, recreation, escape or to spend time with family and friends” (*Ibidem*, 8), the “fun”, “recreation”, and “escape” descriptors appropriately fit many contemporary “pilgrims” on the Camino well today. Elizabeth Becker (2016, 7) notes that tourism is increasingly including religious experiences and writes that the “tourism industry has expanded its scope to embrace everything one can do on a trip, beginning with religious pilgrimages which is the oldest reason for traveling”. Mixing the historic religious roots of the Camino with the motives of contemporary pilgrim wayfarers is consistent with the multifaceted nature of tourism itself. On this Charles L. Goeldner and J.R. Brent Ritchie write that the “list of potential travel motivations is a long one and includes a range of needs from excitement and arousal to self-development and personal growth” (Goldner & Ritchie 2012, 203). In this way, the change in pilgrim motivations along the Camino reflects wider changes within the tourism industry itself. Furthermore, Walter Jamieson defines cultural heritage tourism as “travel concerned with experiencing the visual and performing arts, heritage, buildings, areas, landscapes, and special lifestyles, values, traditions, and events” (Jamieson 1998, 65) and writes that cultural heritage tourism “has become a major force in the tourism industry” (*Ibidem*, 65). The Camino is comprised of each of the elements listed by Jamieson and therefore can be described as a form of Cultural Tourism just as appropriately as it can be seen as a form of adventure, exercise, inspirational, or religious tourism.

The Camino is also growing as a destination for gastronomic and social reasons. This is evidenced in the recent publication of cookbooks for recipes of food and meals found along the Camino as well as the ongoing proliferation of digital forums, internet portals, webpages, books, podcasts, and Facebook groups about “pilgrim stories” in which past and present pilgrims connect and share stories about their experiences.¹² Meeting new people, enduring shared

12 Notable examples of the recent increase in gastronomic interest in the Camino de Santiago include the 2016 cookbook *Tastes of the Camino, 30 Authentic Recipes Along the French Way* by Yosmar Monique Martínez and the 2021 text *Cuisine on the Camino de Santiago: Traditional Spanish Cuisine and Delicious Recipes from Spain* by Genia Drago. There are too many Facebook groups and other web portals to list that show the increasing interest in discussing all aspects of the Camino. The Camino de Santiago

difficulties while traversing the pilgrimage route, and socializing with fellow pilgrims over common meals, libations, and communal sleeping accommodations have become iconic features of the Camino today. Leaving behind comfort and welcoming rugged adventure through communal living, physical challenge, and hopeful endeavoring allow contemporary pilgrims to become vulnerable to and connect with others in a way rarely found elsewhere. Louise Frey notes the importance of the refuges, or pilgrim hostels, in enhancing the communal experience on the Camino. Frey writes “[i]ndividual space is not often designed into the refuge space” (Frey 1998, 94) because of their “communal bathroom” (*Ibidem*, 94) and “common room for writing, resting, eating, or conversations” (*Ibidem*, 94). Likely because of this communal experience “[t]he pilgrims’ refuges play a fundamental role in adding to the human dimension and the creation of *communitas*, in which intense personal relationships are formed and enjoyed” (*Ibidem*, 94). Russ Eanes similarly affirms the importance of pilgrim fellowship in the writer’s memoir about his journey on the Camino. Eanes emphatically writes that “THE BEST EXPERIENCES (sic) on the Camino aren’t orchestrated. They are the unexpected encounters with friends in cafés, the sandwiches, cookies and apples shared at a picnic bench, the cups of coffee discerned on sleepy mornings, the stranger with an amazing story to tell” (Eanes 2019, 145). Such nostalgic references to moments of conviviality are ubiquitous in Camino literature today and frequently regarded as one of the most rewarding parts of the pilgrimage.

Recognizing the transformative effect of the journey, Rupp states that although “[i]nitially, we thought getting to Santiago was the purpose of our walk. We soon discovered it was in making our way to the cathedral that we were to receive spiritual empowerment and renewed enthusiasm” (Rupp 2005, 27). The Camino’s formative and communal aspects are also clearly depicted in Emilio Estevez’s 2010 film “The Way”, which was re-released in 2023. In a May 11, 2023, interview with Raymond Arroyo broadcasted on the American Catholic television station EWTN,¹³ Estevez states that the movie is as a homage to the 1939 film by Victor Fleming, *The Wizard of Oz*, wherein each of the

Forum found at Caminodesantiago.me, however, is perhaps the most historic and important digital forum and web portal. This forum is operated by Ivar Revke, a former Norwegian pilgrim who moved to Santiago de Compostela in 2004 and also hosts many videos on YouTube about the Camino de Santiago and Santiago de Compostela that serve as important resources for contemporary pilgrims.

13 This EWTN interview can be found here <https://www.youtube.com/watch?v=IGW-p5ASlR-M>.

pilgrims in the 2010 film represents a character and motive of those traveling along the Yellow Brick Road in Fleming's historic film.¹⁴ Ultimately, Estevez' movie *The Way* shows how socialization with other pilgrims on the Camino together with the physical challenge of the route allow the protagonist an avenue for healing from trauma and heartache related to the loss of his son as well as for each of the main characters to attain what they are seeking in their quests.¹⁵ Other recent documentaries that explore the myriad of motives that propel today's pilgrims to traverse the Camino de Santiago are the 2017 film *Looking for Infinity: El Camino* by Aaron C. Leaman as well as the 2020 documentary *Pilgrims* by the Brazilian journalism graduate student and aspiring film producer Alexander Amaral. Despite the numerous motivations for walking the Camino de Santiago declared by pilgrims interviewed in the above documentaries, a commonality appears to be the quest for adventure and self-improvement by completing the pilgrimage.

Social phenomena relating to the Camino are also examined in an ongoing study by the PILNAR project and database. PILNAR is an acronym for "PILgrim NARratives" (Van der Beek, Post & Kemps-Snijders 2017, 372) and the project seeks to collect the narratives of Dutch pilgrims along the Camino to better understand their motives for wayfaring as well as how their experiences changed their identities and understanding of self and the world they inhabit. Indeed, the ongoing interest in these and other pilgrim narratives reflects the transformative effect that the Camino appears to have on those that walk it.

Throughout contemporary pilgrim narratives and Camino depictions in books and media, the physical movement of pilgrimage propels an inward experience of growth and change, which evidently has cleansing, healing, and renewing power. On this Frey writes:

[t]he journey of the Camino can reveal wounds — loss, failure, fear, shame, addiction — left festering from daily life. Experiences along the way often act as the

14 Beginning in minute 17:15 during the ETWN interview, Estevez states that the protagonist, Tom, represents Dorothy in *The Wizard of Oz*, the death of Tom's son represents the tornado in its chaos and destruction in *The Wizard of Oz*, the box of cremated remains represents Toto in the *Wizard of Oz* because the box keeps getting away from Tom just as Toto kept running away from Dorothy, Sara represents the Tin Man in the *Wizard of Oz* in her brokenness, Jack represents the Scarecrow in the *Wizard of Oz* in his search for a brain, and the "Dutchman" represents the Cowardly Lion in the *Wizard of Oz* in his search for bravery.

15 See the motives for each personage in note 50.

catalyst that allows them to be exposed. It has been, and appears to continue to be, a road for hopes and miracles of fulfillment of a different order. Some pilgrims, acknowledging this themselves, refer to the Camino as *la ruta de la terapia*, the therapy route. (Frey 1998, 45)

Frey's account is especially meaningful because it shows that such experiences were had by pilgrims along the Camino even at the very beginning of renewed contemporary interest in the Camino in the 1990s, before the pilgrimage route became commonly depicted in popular literature and media. Frey's narrative detailing such experiences was published in her 1998 work titled *Pilgrim Stories, on and off the Road to Santiago*.¹⁶

The twentieth century mystic and Trappist monk Thomas Merton writes that "[i]n the traditions of all the great religions, pilgrimage takes the faithful back to the source and center of the religion itself, the place of theophany, of cleansing, renewal, and salvation" (Merton 1961, 91). Thus, in today's chaotic world, pilgrims often undertake the Camino de Santiago hoping to experience as much of an inner renewal as exterior undertaking. Merton also writes that

the geographical pilgrimage is the symbolic acting out of an inner journey. The inner journey is the interpolation of the meanings and signs of the outer pilgrimage. One can have one without the other. It is best to have both. History would show the fatality and doom that would attend on the external pilgrimage with no interior spiritual integration, a divisive and disintegrated wandering, without understanding and without the fulfillment of any humble inner question. (Merton 1961, 92)

Thus Merton, a globally famous mid-twentieth century author, poet, monk, and mystic, also understood the importance of pilgrimage for interior growth. The Trappist monk even died while on pilgrimage in Thailand in 1968 after a lengthy tour of the western United States and Asia, which included several meetings with the Dalai Lama.¹⁷ In his diary during this trip Merton affirms the renewing power of pilgrimage when he writes "I have needed the experience

16 It is important to note that this text is valuable because it was published at the beginning of renewed interest in the Camino de Santiago. When the book was published in 1998 30,000 pilgrims hiked the Camino, a record for its time but a fraction of the hundreds of thousands of yearly pilgrims to come.

17 Thomas Merton met with the Dalai Lama three times in November 1968 and died in Bangkok, Thailand on December 10, 1968. The two notebooks that Merton kept as

of this journey. Much as the hermitage has meant, I have been needing to get away from Gethsemani, and it was long overdue” (Merton 1977, 104).¹⁸

The increased interest in the Camino de Santiago in recent history parallels the growth of the technological age we inhabit and becomes a retreat away from the tech-rich world. According to the Oficina de Acogida al Peregrino, or The Pilgrim Office, in Santiago de Compostela, the Jacobean jubilee year of 1982 was the first time that over 1,000 pilgrims hiked enough of the Camino de Santiago to receive a “Compostela”, or certificate stating that the wayfarer completed at least 100km of the Camino de Santiago.¹⁹ The number of pilgrims remained below 10,000 annually until 1993, the next Jacobean year, when almost 100,000 pilgrims arrived in Santiago. Subsequent Jacobean years show the continued exponential growth in popularity of the Camino: over 179,891 pilgrims in 2006 and 272,417 pilgrims in 2013. The non-Jacobean year of 2017 was the first year to witness over 300,000 pilgrims annually, and this progressive increase showed no sign of decreasing before the Covid-19 pandemic.

Such enormous growth in only thirty years shows how the Camino has become one of northern Spain’s most important cultural, social, touristic, and economic phenomena. The Camino’s cultural richness and affordability encourage travelers of all ages and socioeconomic backgrounds to undertake the pilgrimage. The radical commercial transformation of the city of Santiago de Compostela as a direct result of the Camino has also been criticized, especially as pilgrims tend to “act like tourists” economically and experientially upon arrival.²⁰ Several Santiago de Compostela based researchers recently wrote that “it is difficult to distinguish between serious pilgrims and tourist-pilgrims” (Fernández, González and Lopez 2016, 283). They state that this is because “several religious sites have been converted into attractions, as is the case of (the historic center of) Santiago de Compostela” (*Ibidem*, 283) in which “highly ritualistic tourism practices predominate [...], meaning that very

diaries during this time were compiled and first published in 1973 as *The Asian Journal of Thomas Merton*.

- 18 The Abbey of Gethsemani was founded in 1848 and is the name of the Trappist monastery in which Merton resided 1947-1968. The American monastery is located in Trappist, Kentucky and is the oldest still operating monastery in the United States.
- 19 These statistics are all found here: <https://www.editorialbuencamino.com/estadistica-peregrinos-del-camino-de-santiago/>.
- 20 On this Fernández, González, and Lopez note that “a tourist can be just as interested as a pilgrim in visiting a church, and this is because religious tourism is regarded as a subgroup of cultural tourism” (Fernández, González and Lopez 2016, 284).

limited use is made of the city” (Fernández, González and Lopez 2016, 285).²¹ Also growing is the number of pilgrims who traverse one of the Camino’s pilgrimage routes, often the Camino Francés, who later return to walk another or more of the pilgrim ways. Such pilgrims are increasingly writing books about their many Camino experiences such as the 2019 Portuguese text *Os nove Caminhos de Santiago de Compostela* by Carlos Figueiral Azevedo, in which the writer describes and reflects on his nine different Camino experiences along nine distinct Camino de Santiago pilgrimage routes. The relative young age of many pilgrims together with the affordability of the Camino and sustained growth in travel globally suggest that this trend will continue once current pandemic related concerns abate.²²

“The space of pilgrimage extends with no regard for national boundaries, and in a number of cases it becomes a space for exchange between cultures and religions” (*Ibidem* 2016, 283), as is the case with the Camino de Santiago. Perhaps more importantly, the Camino appears to be the ultimate locus for personal empowerment and transformation, as is evidenced by the narratives of pilgrims who have hiked the Camino as well as those who study them. As such, while no longer explicitly religious in nature, the Camino fuses culture, history, religion, spirituality, tourism, and contemporary man’s desire for community and social connection with others to create a highly meaningful and impactful journey. This continues to shape the regions, cities, towns, and villages through which the Camino passes as well as notably change those that undertake the pilgrimage. The Camino’s meta-liminality therefore serves as a touchstone with the sacred that leads to inner growth and empowers pilgrims to examine their lives and the world they inhabit. The sense of renewal and rebirth that wayfarers report experiencing as a result of having traversed the pilgrimage route is overwhelmingly evident in contemporary Camino literature and media. Ongoing desire by many for such transformational empowerment is also the reason that growing numbers of people from all over the world still seek to experience the pilgrimage for themselves and will likely continue to do so well into the future.

21 The city of Santiago de Compostela received the UNESCO World Heritage designation in 1985, and The Camino de Santiago received the same designation in 1993. Both are consequently conducive to large-scale tourism.

22 In a 2014 survey of 470 pilgrims while on the Camino de Santiago, the average age was found to be 32.2 (Oviedo, de Courcier and Farias 2014, 436).

Bibliography

- AZEVEDO, Carlos Figueiral. 2019. *Os nove caminhos de Santiago de Compostela*. São Paulo: Paulinas Editora.
- BECKER, Elizabeth. 2016. *Overbooked, The Exploding Business of Travel and Tourism*. New York, NY: Simon & Schuster.
- COUSINEAU, Phil. 2012. *The Art of Pilgrimage*. 2nd ed. San Francisco, CA: Conari Press.
- DU CROS, Hilary, & Bob Mckercher. 2015. *Cultural Tourism*. 2nd ed. London: Routledge Taylor & Francis Group.
- DUQUE, Félix, & Nicholas Walker. 2013. "Via Stellarum-Via Crucis: A Philosophical Approach to the 'Camino de Santiago'". *Anthropology and Aesthetics* 63-64 (Spring-Autumn), 267-278.
- EANES, Russ. 2019. *The Walk of a Lifetime, 500 Miles on the Camino de Santiago*. Harrisonburg, VA: The Walker Press.
- ESTEVEZ, Emilio. 2011. *The Way*. Santa Monica: Icon Producers.
- ESTEVEZ, Emilio. 2023. "Interview with Raymond Arroyo". *The World Over, The Way Re-Released!*. Accessed May 20, 2023. <https://www.youtube.com/watch?v=lGWp5AS-IR-M&t=1039s>.
- FERNÁNDEZ, Bélen, Rubén Gonzáles, & Lucrecia Lopez. 2016. "Historic city, tourism performance and development". *Tourism and Hospitality Research* 16 (3): 282-293.
- FREY, Nancy Louise. 1998. *Pilgrim Stories*. Berkeley; Los Angeles, CA: University of California Press.
- GOELDNER, Charles R., & J.R. Brent Ritchie. 2012. *Tourism, Principles, Practices, Philosophies*. 3rd ed. Hoboken, NJ: Wiley.
- HAVLICK, Max J. 2001. *The Archetype of Initiation, Sacred Space, Ritual Process, and Personal Transformation. Lectures and Essays by Robert L. Moore*. Philadelphia, PA: Xlibris.
- JAMIESON, Walter. 1998. "Cultural Heritage Tourism Planning and Development: Defining the Field and Its Challenges". *APT Bulletin: The Journal of Preservation Technology* 29 (3-4): 65-67.
- JURKOVICH, James M., and Wilbert M. Gesler. 1997. "Medjugorje: Finding Peace at the Heart of Conflict". *The Geographical Review* 87 (4): 447-467.
- MELCZER, William. 1993. *The Pilgrims Guide to Santiago de Compostela*. New York, NY: Italica Press.
- MERTON, Thomas. 1961. *Mystics & Zen Masters*. 13th ed. New York, NY: The Noonday Press.
- MERTON, Thomas. 1975. *The Asian Journal of Thomas Merton*. 5th ed. New York, NY: New Directions.
- OVIEDO, Lluís, Scarlett de Courcier, & Miguel Farias. 2014. "Rise of Pilgrims on the 'Camino' to Santiago: Sign of Change or Religious Revival?". *Review of Religious Research* 56 (3): 433-442.

- REDICK, Kip. 2016. "Spiritual Rambling: Long Distance Wilderness Sojourning as Meaning-Making". *Journal of Ritual Studies* 30 (2): 41-51.
- ROSS, Deborah. 2011. "Introduction". In *Image and Pilgrimage in Christian Culture* by Victor Turner & Edith Turner, xxix-lvii. New York, NY: Columbia University Press.
- RUPP, Joyce. 2005. *Walk in a Relaxed Manner, Life Lessons from the Camino*. Maryknoll, NY: Orbis Books.
- STANFORD, Peter. 2021 *Pilgrimage, Journeys of Meaning*. New York, NY: Thames & Hudson Ltd.
- TURNER, Victor W., & Edith L.B. Turner. 2011. *Image and Pilgrimage in Christian Culture*. New York, NY: Columbia University Press.
- VAN DER BEEK, Suzanne, Paul Post, & Marc Kemps-Snijders. 2017. "Creating a Corpus of Pilgrim Narratives: Experiences and Perspectives from the PILNAR Project". In *CLARIN in the Low Countries*, ed. Jan Odijk & Arjan van Hessen. London: Ubiquity Press.
- WEBB, Diana. 2002. *Medieval European Pilgrimage*. New York, NY: Palgrave

Turismo científico: A Amazónia de Alfred Russel Wallace (séc. XIX) como potenciadora de experiências turístico-científicas*

CLÁUDIA HENRIQUES**

A Floresta Amazónica detém um património natural e cultural que a posiciona enquanto território, por excelência, para o desenvolvimento do turismo científico (TC).

Neste enquadramento, o presente artigo visa colocar em destaque a importância da viagem/expedição de Alfred Russel Wallace, pelo Amazonas e Rio Negro, bem como do respetivo espólio/”coleção”, para a estruturação de produtos e/ou experiências associados ao turismo científico.

Metodologicamente, inicia-se com uma revisão de literatura sobre turismo científico e reflexão crítica sobre a sua crescente relevância para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Em seguida, apresenta-se um estudo exploratório assente na análise de conteúdo da obra intitulada “Viagens pelo Amazonas e Rio Negro”, de autoria

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto Estratégico do UIDB/04020/2020 – CINTURS BASE.

** CINTURS, Research Centre for Tourism, Sustainability and Well Being, Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, Universidade do Algarve, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0862-2552>. E-mail: chenri@ualg.pt.

deste naturalista inglês do século XIX, que com o objetivo de reunir factos para dar resposta ao “problema da origem das espécies”, partiu, em 1848, para Belém do Pará (Amazónia) e concentra a sua exploração na zona compreendida entre o Rio Negro e o Alto Orenoco (até 1852).

Esta sua pesquisa (iniciada na Amazónia) terá continuação noutras expedições futuras a outras partes recônditas do mundo, tais como o então designado Arquipélago Malaio ou Insulíndia, resultando na sequente conceção da Teoria da Evolução Biológica. Em 1858, destaca-se o facto de Wallace enviar a Darwin um artigo que, segundo este último, continha “exatamente a mesma teoria que a minha”.

A sequente discussão dos resultados obtidos, nomeadamente os referentes à Fase 1 – Identificação dos recursos patrimoniais científicos para dada área geográfica (Bourlon et al. 2021), é efetivada com vista a avançar-se para a delimitação de produtos e experiências turísticas de base científica. Por fim, apresentam-se as principais conclusões.

Turismo científico: origem, concetualização e processo

A conceptualização de TC apoia-se na interconexão entre turismo e ciência que, em si, remete para questões complexas de natureza epistemológica.

TC tem a sua origem na idade das descobertas e exploração científica (Shah, Trupp & Stephenson 2022), esta última apoiada no interesse pela “natureza” e criadora das designadas coleções naturalistas e/ou científicas, as quais por sua vez tendiam a circunscrever-se no âmbito da expansão colonial e sequente relação “império verde-ciência” (Daugeron 2009).

A dimensão cognitiva das “coleções” leva a considerá-las como documentos históricos produzidos através de viagens protagonizadas por vários exploradores ou viajantes do Velho Mundo (fundamentalmente Europeus) a outros continentes ou “Novo Mundo”. Consequentemente, os objetos integrantes das ditas coleções resultantes de recolha, extração e investigação tendem a pertencer maioritariamente ao património científico “extraeuropeu”, ao exótico (Daugeron 2009, 16), ao colonial (Trupp 2011), constituindo em si a base da ciência moderna (Roy 2018). Como diz Daugeron (2009, 66), a história natural pensa “com” e “através” das “coleções naturalistas” assentes nos designados artefactos ou objetos. À possibilidade de descrever à distância através de palavras acrescenta-se aquela, nova, de representar os objetos fazendo-os vir de “lá” (extraeuropeu) para “aqui” (hiperlocal do museu). “A extração *in situ* e a acumulação *in camera* aproximam materialmente o longínquo” (Daugeron 2009,

66). A atual e crescente disseminação de novas tecnologias também potencia formas mais interativas e imersivas de comunicação de conteúdos.

Quanto ao conceito de TC, após as primeiras enunciações em finais do século XIX — como assinalam Vialette, Mao e Bourlon (2021) ou Buzinde Manuel-Navarret e Swanson (2020) —, ele ascende na literatura especializada, através de estudos como os de Laarman e Perdue (1980) e de Holbrook e Hirschman (1982). Os primeiros, sublinhando a oposição entre o conceito de “expedição científica” e aquilo que designavam por “trabalho proposital de exploradores em outros países sem equipamento técnico adequado” (Laarman e Perdue 1980; in Denysyket al. 2019, 30). Os segundos, percecionando TC do ponto de vista da teoria do consumidor. O “turista científico” (investigador, académico, professor) é aquele que “consome” a experiência turística assente na visita (individual ou em grupo) de universidades estrangeiras, centros de investigação, bibliotecas, e outros lugares ou eventos de interesse científico. Porém, este tipo de turista, uma vez que necessita de bens e serviços turísticos associados à sua deslocação, não se constitui apenas como consumidor de uma “experiência cognitiva”, mas torna-se igualmente um participante ativo que diretamente influencia a “organização do processo cognitivo” (Holbrook & Hirschman 1982; in Denysyket al. 2019, 30).

Contudo, é fundamentalmente a partir de meados dos anos noventa do século XX (Pinto & Becerra 2019) que o TC começa a merecer “séria atenção” como domínio investigacional (Laarman & Perdue 1989, 205), tendo em conta o aumento de procura (Ilyina & Mieczkowski 1992; in Buzinde et al. 2020, 1256) e respetivos impactos sócio-económicos (Vialette et al. 2021; Fraga & Saldanha 2021), apelando ao “planeamento e gestão sustentável do turismo” (Buzinde et al. 2020, 1257) assim como ao planeamento e ordenamento dos territórios (Castro 2009; in Fraga & Saldanha 2021) onde se implementa e desenvolve.

Em termos espaciais, TC associa-se fundamentalmente a destinos “desconhecidos pela ciência”, “remotos”, e possivelmente à “beira de uma transformação” (*on the edge of change*) (West 2008, 608), ou ainda ditos “periféricos” (Vialette et al. 2021; Buzinde et al. 2020), “rurais-isolados” (Holden 2015). Pode igualmente ser privilegiadamente associado a “comunidades indígenas” (Buzinde et al. 2020, 1256) ou “comunidades carentes” (Putrick & Cury 2012; in Fraga & Saldanha 2021), entre outros.

Nas primeiras definições de TC, ele surge aliado a viagens relacionadas com atividades de campo de base científica (*science-based fieldwork activities*) nomeadamente de teor cultural e/ou ecológicas (*biological ecology*) (Laarman

& Perdue 1989) onde se destacam práticas de “eco voluntariado em projetos ambientais” (*eco-volunteering in environmental projects*) (Wearing & Neil 2000) e do processo do voluntariado o voluntariado turístico (Wearing, Young & Everingham 2017) e de “ecoturismo” (West 2008) (ex.: Papua New Guinea).

Estas práticas têm no seu “coração” o princípio da satisfação de necessidades de lazer, cultura e educacionais de um indivíduo (ou grupo de indivíduos) interessado(s) num problema científico específico (Pichlerová 2007). Práticas que, em suma, envolvem atividades orientadas para a ciência ou atividades científicas específicas relacionadas com “recolha de dados, investigação, formação, participação em eventos científicos, ganhadoras de conhecimento”, potenciando o aumento do nível de competências científicas do investigador (Denysyk et al. 2019, 31). Em consonância, são práticas que se distinguem sobretudo em função do nível atribuído à importância da ciência e do nível de envolvimento na investigação/conhecimento científico. Este último reporta-se ao carácter participativo do TC, apoiado no requisito de um elevado nível de “envolvimento dos turistas” (Bourlon & Mao 2011; Pinto & Becerra 2019), nomeadamente no trabalho desenvolvido pelos investigadores/cientistas e lugares que apresentam atratividade à visitação.

Nestas práticas, cabe assinalar que o “turista científico” tende a utilizar as mesmas infraestruturas (hotéis, restaurantes, bares, transportes, eventos culturais, centros de recreação e lazer, etc.) que os outros tipos de turistas, assim como os meios audiovisuais e tecnológicos para conduzir aulas, seminários ou palestras. De sublinhar que se podem encontrar diferentes tipos de turistas científicos, que Denysyk et al. (2019, 31) identifica como indo da designada “elite” (investigadores académicos) até professores, educadores, estudantes, entre outros, associando-se, muitas vezes ao turismo educacional.

Paralelamente, TC é perspectivado como turismo de “nicho” (Bourlon & Torres 2016; Laing 2010) com foco na “preservação da biodiversidade” (Laing 2010) ou em interconexão com “outras formas alternativas de turismo que envolvem especificidades a nível de aprendizagem, cultura, lazer, recreação, aventura e experiência” (Denysyk et al. 2019, 31).

Numa tentativa de revisão da literatura sobre turismo científico, Mao e Bourlon (2016) identificaram 4 domínios e 9 formas ou tipos de TC. Os domínios são: a) exploração e aventura; b) cultura e interpretação; c) investigação científica; e d) educação e aprendizagem. Os tipos são: (1) explorações científicas; (2) viagens educacionais e culturais; (3) desportos e explorações culturais; (4) ecovoluntariado científico (*scientific ecovolunteering*); (5) ecoturismo com abordagem científica; (6) expedições científicas; (7) explorações desportivas

com um alibi científico; (8) ecovoluntariado educacional e científico; e (9) TC multifoco.

Na mesma linha, o *website* da rede de TC (scientific-tourism.org), define TC como atividade onde os visitantes participam na criação e disseminação de conhecimento científico. Os mesmos autores, apoiados num espectro de níveis e abordagem temática, identificam 4 categorias, enunciadas do seguinte modo: (1) turismo de aventura com uma dimensão científica; (2) turismo cultural com uma dimensão científica; (3) eco voluntariado científico e (4) turismo de base científica (*scientific research-based tourism*). As categorias são tidas como complementares e podendo ocorrer no âmbito de um destino ou projeto (Bourlon et al. 2021, 2).

Neste contexto, para a criação de atividades e produtos de TC, Bourlon et al. (2021, 2) sublinham a necessidade de envolvimento num processo apoiado em 5 fases ou estádios. São eles:

- Fase 1: Definição e caracterização de destinos turísticos científicos – Identificação dos recursos patrimoniais científicos para dada área geográfica (*Define resources*).
- Fase 2: Estabelecimento de um modelo público-privado de gestão e rede de atores — *Matching* os recursos científicos com os atores locais e seus interesses (*Form network*).
- Fase 3: Implementação experiencial dos produtos turísticos científicos piloto — Identificação e testagem do desenvolvimento de hotspots de TC com potencial para experiências de investigação/lazer/aprendizagem (*Concept testing*).
- Fase 4: Geração de competências, consolidação e operacionalidade — Construção de competências e oferta de serviços seguros, confiáveis e de elevada qualidade (*Scale-up*).
- Fase 5: Comunicação, conhecimento, disseminação e valorização turística — Desenvolvimento e implementação da promoção e estratégias de acesso de mercado para potenciar a viabilidade económica (Bourlon et al. 2021, 2).

Segundo o autor referido, estas fases estão em consonância com o modelo iterativo territorial de patrimonialização de recursos (*iterative territorial resource patrimonialization process*) de François et al. (2006), que delimita as seguintes etapas de patrimonialização: seleção/descoberta; justificação; conservação; exposição; e valorização. Estas fases também se articulam

com adaptações do “Ciclo de Valorização do Património” de Thurley (2005) que subentende “compreender” (*by understanding— they will value it*), “avaliar” (*by valuing — they will want to care for it*), “cuidar” (*by caring — it will help people enjoy it*), seguido por “usufruir” (*from enjoying — come a thirst to understand*).

Os recursos de TC, para poderem ser usufruídos em contexto de turismo, devem passar por um processo transformativo do que se designa por *universal scientific concept* para *specific, place-based scientific resource*, valorizado e reconhecido pelos *stakeholders* do TC no território (Bourlon et al. 2021, 4). Aqui, o TC pode ser visto como uma oportunidade, envolvendo diferentes *stakeholders*, entre os quais operadores e agentes de viagens especializados.

Ainda no que se reporta a tipologias de TC, sublinha-se a sua elevada multiplicidade. Shah et al. (2022, 23) reportam-se ao turismo relacionado com investigação (*Research-related Tourism- RrT*) identificando seis tipologias, nomeadamente: (1) turismo científico (*scientific tourism*); (2) turismo académico e educacional (*education and academic tourism*); (3) turismo de voluntariado (*volunteer tourism*); (4) turismo de negócios (*business tourism*); (5) turismo virtual (*virtual research tourism*), e (6) turismo genealógico (*genealogy and roots tourism*). Os três primeiros itens são geralmente aceites como tipos de turismo de investigação. Os últimos três tendem a estar mais associados a uma noção alargada de investigação, envolvendo a procura por “descoberta e conhecimento”.

Reportando-nos especificamente à tipologia de turismo cultural com uma dimensão científica (Bourlon et al. 2021), ela corresponde ao turismo cultural e patrimonial onde a mediação, animação e interpretação científica é desenvolvida para informar os visitantes (Kling et al. 2019; Koshim et al. 2019).

Neste enquadramento, como Vialette et al. (2021, 3) salientam, o que é ofertado nesta tipologia turística assenta em visitas com base científica que almejam a descoberta de ecossistemas sob a orientação de um cientista ou guia com elevada formação naquele domínio científico em particular. Aliás, já Pichlerová (2007) chamava a atenção que, para se ter sucesso neste domínio, há que apostar, em primeiro lugar, na elevada qualificação dos mentores, guias, especialistas com responsabilidade de oferecerem uma compreensiva e clara explicação sobre as questões científicas do *tour*. Em segundo lugar, haveria que não descurar a qualidade das infraestruturas, quer no domínio do turismo (indústria das viagens e turismo — serviços de alojamento, restauração, transportes, etc.) quer no domínio da ciência (equipamento científico moderno, *software*, *hardware* e suporte metodológico — meios multimédia, etc.). Laing

(2010), na mesma linha, concebia dois fatores decisivos no sucesso do TC (para além dos serviços associados ao setor do turismo), nomeadamente o “fator humano” e “equipamento técnico de elevada qualidade”, os quais na sua aceção são potenciadores do aumento da proficiência do pessoal científico auxiliar (guias, docentes, investigadores) e o suporte técnico para as visitas.

Sendo a “mediação” um elemento determinante na transmissão de conhecimentos científicos, ela pode ser entendida como potenciando a criação de uma “nova relação” que, aplicada à cultura, será a “conexão entre os indivíduos e o objeto cultural” (Viallette et al. 2021). Esta “relação” constrói-se assente na interface entre a “audiência” e o próprio “conhecimento científico”, não apenas visando-se uma “simples” “transmissão de conhecimentos”, mas indo mais além, ao procurar ir-se ao encontro das expectativas e preocupações da “audiência” (Villebrun 2016; in Viallette et al. 2021). Este facto apela consentaneamente a uma mudança ou adequação nos métodos tradicionais de transmissão do conhecimento, optando por mediações mais “reflexivas” (Faury 2017), em consonância com a legitimação e explicação à audiência do porquê da comunicação científica não ser neutral no modo como o conhecimento é transmitido. A reflexividade é aqui percecionada (de forma simplista) como um “movimento” que coloca em destaque que cada sujeito adota uma perspectiva sobre o objeto, e a sua perspectiva é uma entre muitas, sendo a adoção da sua, uma “escolha” (Faury 2017), e por isso a verdade que coloca não pode ser entendida como “absoluta”.

Para Bergeron (2016) este facto constitui, em si, um desafio para a ciência na disseminação dos resultados, tanto mais que a mediação tende a surgir como um “mecanismo de regulação social” que deve ser perspectivado como um mecanismo de “*soft-law*” e como tal a sua neutralidade tende a ser questionável. Aliás, Bergeron (2016) sublinha que a disseminação da “mediação” como prática comum caminha de mãos dadas com a mutação profunda no modo de inserção do indivíduo numa sociedade em evolução, que procura evitar o conflito. No âmbito desta mutação, do *public understanding of science* (paradigma vigente nos anos 90 do séc. XX) avança-se para a *public engagement with science* (envolvimento ativo dos públicos na ciência), em que se verifica a “rutura” de paradigma (embora questionável por vários autores) com uma mediação associada a vulgarização da ciência para se avançar para aposta no reconhecimento de competências distribuídas que, através da implementação de tecnologias sociais *ad hoc*, que visam afirmar a introdução de uma dimensão consultiva, mesmo participativa, ao processo de produção conhecimento.

Neste enquadramento, cabe salientar que não se trata apenas de um processo *top-down* (em que o detentor do conhecimento transmite “algo” ao visitante), mas, no respeitante ao turismo muitos autores defendem a sua ligação com o turismo experiencial. Por exemplo, Buzinde et al. (2020, 1256) reportava-se à necessidade de mapear o TC em função de tipologias que vão entre a extração de conhecimento (*knowledge extraction*) e a co-produção de conhecimento (*knowledge co-production*). Mao e Bourlon (2016), por seu turno, reportavam-se à necessidade de diferentes tipos de mediação em função das diferentes formas de turismo científico.

Este processo evidencia uma clara dimensão em que natureza e cultura se interpenetram, nomeadamente quando o propósito de criação de produtos e experiências turísticas assenta na delimitação de trilhos/trilhas mediadas por guias especialistas. Svenson, Sörlin e Saltzman (2021, 244) consideram estes trilhos como entidades híbridas, uma vez que não são pura natureza nem pura cultura.

A recriação de um trecho de uma expedição naturalista para fins turístico-científico-culturais pressupõe a delimitação de um trilho, o qual deve estar inserido num processo de articulação e em “diálogo” com o território e comunidade e *stakeholders* (Witkowski, Plummer & Hutson 2022; Kling, Dahlberg & Wall-Reinius 2019). O facto constitui-se como processo “transformativo” “essencialmente discursivo e concetual” (Svenson et al. 2021, 244).

Metodologia

O objetivo de refletir sobre a importância da viagem/expedição de Alfred Russel Wallace, pelo Amazonas e Rio Negro, e respetivo espólio/“coleção”, para a criação de produtos e/ou experiências turísticas associadas à “ciência”, conduz a avançar-se, em primeiro lugar, com uma discussão conceptual sobre o turismo científico, com base num conjunto de artigos, na sua maioria constantes na plataforma Scopus, obtidos através das seguintes palavras-chave fundamentais: “turismo”, “ciência”, “turismo científico” e “planeamento e gestão turísticos”.

Seguidamente, procede-se à identificação de natureza exploratória de recursos turísticos de base científica, ancorados no que Bourlon et al. (2021) estabeleceu como sendo a primeira fase de um processo de TC — “Definição e caracterização de destinos turísticos científicos e Identificação dos recursos patrimoniais científicos para dada área geográfica” (Bourlon et al. 2021).

Esta identificação dos recursos resultantes das “viagens” de Alfred Russel Wallace (1823-1913) assenta no reconhecimento da sua importância para o

avanço da ciência (CP 2021) e da própria Amazônia, enquanto território a ser perçecionado na sua riqueza interpretativa do ponto de vista cultural e científico.

Tendo em conta a vastidão de lugares percorridos, riqueza das coleções e fontes documentais, o presente artigo circunscreve-se à obra “Viagens pelo Amazonas e Rio Negro” de Wallace (2004), estabelecendo na sua descrição elementos passíveis de melhor conhecer o Rio Negro, enquanto recurso hídrico assim como respetiva fauna e flora.

Neste contexto, serão aqui contemplados sobretudo os capítulos VII e VIII (capítulo VII — “Barra do Rio Negro e Solimões”, e capítulo VIII — “Alto Rio Negro”), visando-se em estudos subsequentes alargar a análise a outras áreas percorridas na expedição referidas no livro. De notar que esta parte da viagem teve início a 31 de dezembro de 1849.

A abordagem empreendida é de natureza exploratória, visando “identificar”/“diagnosticar” os recursos *in situ*, de modo a que os turistas possam experienciar o (re)criar da viagem do expedicionário através não só dos cinco sentidos (Pine & Guilmore 1998), mas também integrando a inteligibilidade da atmosfera envolvente do lugar ou *genius loci*. Para tal procede-se à análise de conteúdo categorial (Sampaio & Lycarião 2021), estabelecendo categorias tais como: “clima”, “rio”/“local” (no Rio Negro), “espécies” (animais, vegetais, etc.) e sua “catalogação”, “imagens” (desenhos, pinturas, etc.), com vista a constituírem a base para se avançar para as fases seguintes do processo de TC.

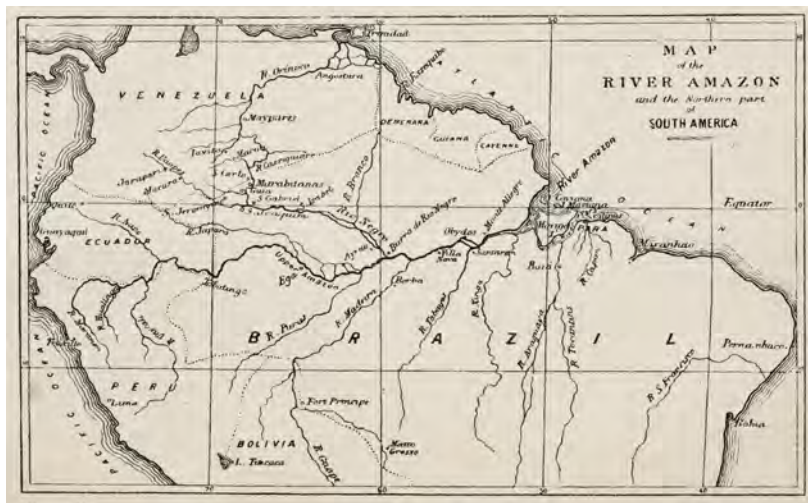
Estudo de caso: Identificação de recursos científico-turísticos no Rio Negro com base na expedição de Alfred Russel Wallace

No livro “Viagens pelo Amazonas e Rio Negro”, Wallace (2004) descreve a sua expedição de 4 anos por Belém do Pará, Pará, Tocantins, Mexiana e Marajó, Rios Guamá e Capim, Santarém e Monte Alegre, Barra do Rio Negro e Solimões, Alto Rio Negro, Javita, Rio Uaupés, Rio Negro, as cachoeiras do Uaupés, “De São Jerónimo para baixo” (**fig. 1**).

Nestas viagens, Wallace encontra uma multiplicidade de espécies animais e vegetais, muitas das quais desconhecidas, assim como se preocupa em reportar usos e costumes de populações e tribos indígenas, contribuindo com significativo espólio para a geografia e geologia, sendo por isso considerado o “Pai da Biogeografia”.¹ De notar que estas expedições e respetivas coleções tendiam

1 Vide arquivo digital: <https://www.nhm.ac.uk/search.html?q=wallace#GSC.TAB=0&GSC.Q=WALLACE&gsc.page=1>.

a assentar em três grandes fontes, nomeadamente (1) escritas (livros, notícias, memórias, correspondência por cartas, etc.); (2) desenhos ou pinturas; e (3) amostras de espécimes e artefactos. Adicionalmente, cabe ter presente que na época, as várias fontes coletadas neste tipo de viagens podiam interessar a um leque abrangente de áreas do conhecimento humano, na altura distintas dos padrões atuais. Elas remetiam para áreas tão díspares como as assinaladas por Pereira da Silva (2008, 1): “medicina e farmácia, biologia, zoologia, botânica, agricultura e ecologia, história (social, militar, religiosa), geografia, geologia, mineralogia, etnografia, antropologia, artes plásticas, arquitetura, arqueologia, linguística, filologia, literatura, política, administração pública”.



1 Mapa do Amazonas e partes da sua bacia, pelustradas por A. R. Wallace. Fonte: Wallace 2004 [1823-1913], Estampa III, 52. <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/240/1/156%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Domínio publico.

Na sua viagem à “Barra do Rio Negro”, Wallace (2004, 225) descreve a chegada a “Barra” a 31 de dezembro de 1849, aquando do início e decurso da “estação das águas”, sendo “raro [...] o dia que se passava sem chuva”, chuva incessante, em que a “Atmosfera estava tao saturada de umidade, que os insetos emboloravam, as penas e os pelos desprendiam-se e caíam das peles dos pássaros e dos outros animais, tornando-as quase inúteis”. Relativamente às chuvas, salienta:

Continuando viagem, nada de particular ocorreu nela, senão algumas tempestades de chuva e vento, acompanhadas de trovoadas, que ora retardavam, ora ajudavam o avanço da nossa canoa. Algumas dessas tempestades costumam ter o caráter de verdadeiros furacões, e o vento, soprando furiosamente e subitamente mudando de direção, percorre todos os quadrantes da bússola. (Wallace 2004, 255)

E o rio Negro tem esta desagradável notoriedade, pela súbita formação e fúria das suas trovoadas. (*Ibidem*, 255)

Com o avançar da viagem, confronta-se Wallace (2002, 244) com a “estação quente” e “seca” e relata temperaturas de “95°, à sombra, e, durante a noite, muitas vezes, ia abaixo de 75° [...]. A chuva torna-se rara levando à rápida baixa das águas do rio e a pastagens ressequidas e mesmo tostadas pelo sol”.

O rio Negro (no troço da parte da viagem em análise) e suas características são percebidas em função das diferentes estações. Na estação das águas:

O rio, então estava muito alto, e grandes ytatos das terras baixas, entre o rio Negro e o Amazonas, achavam-se cobertos pelas águas (igapó). (Wallace 2004, 227)

Poder-se-á passar através de rios, de lagos e de pântanos, e, por toda a parte, achar-se-á em torno um ilimitado deserto de águas, tudo coberto, porém, de uma alta floresta virgem. Dias seguidos, poder-se-á viajar através desta floresta, esbarrando nos troncos das árvores, ou parando, para poder passar sob as folhas cheias de espinhos das palmeiras, cujas copas, embora fiquem no topo de caules de 40 pés de altura, estão ao nível da superfície das águas. [...] Neste labirinto sem trilhos, sem rastros, o índio encontra caminho pelas ligeiras indicações de ramos quebrados ou de arranhões nas cascas das árvores. E assim, dias seguidos, tranqüilamente, viaja, como se estivesse trilhando uma estrada bem batida. (*Ibidem*, 228)

No referente a cachoeiras do rio Negro, onde chega a 19 de outubro, salienta:

Havíamos alcançado, efetivamente, o começo dos rápidos. Os rochedos, em camadas e extensos leitos, espalham-se através de todo o álveo do rio, enquanto, por entre as fendas, as águas se arremetem com terrífica violência. [...] Mais para baixo, formam-se perigosíssimos rebojos e redemoinhos. (Wallace 2004, 262)

Quanto às águas do rio, elas são um elemento determinante na viagem. Próximo da cidade de Barra, descreve:

[...] em qualquer direção que olhássemos, as águas eram cor de tinta preta, exceto onde a sua alva areia, vista à profundidade de alguns pés, tinha um matiz de ouro. (Wallace 2004, 214)

A água, propriamente, é de um pardo-claro, sendo este seu colorido perfeitamente perceptível, quando examinada num copo, enquanto na parte mais profunda parece ser negra, como azeviche. (*Ibidem*, 214)

[...] poucos são os sinais de vida nas suas escuras e plácidas águas. E todavia, quando ocorre uma tempestade, levantam-se nelas ondas muito mais altas e mais perigosas do que as do Amazonas. (*Ibidem*, 216)

Quando se formam negras nuvens, lá no alto, mais escuras se tornam as suas águas, parecendo tinta, levantando-se em altas e agitadas ondas, que se lhe quebram em espumas sobre a vastidão do leito. Aí, então, a cena é em extremo sombria e triste. (*Ibidem*, 217).

Ao longo do percurso, Wallace enuncia diferentes espécies de vertebrados (tais como: peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos) e invertebrados. O naturalista distingue mutuns ou lagartos, guaribas², formigas, onças, jaguares, tartarugas³ (local: Carvoeiro, Pedreiro, Sítio do Sr. João Cordeiro, próximo de Manaqueri); tajaçu (ou “porco montês” na serra de Cobati); tapir (serra de Cobati)⁴; pererecas, insetos (no rio Negro menos abundantes), cobras (por exemplo, a sucuruju) (Camanaú)⁵, anacá, borboletas, entre outros.

2 “[...] enchem o ar com os seus urros gemente e soturnos. [...] Guariba é um macaco roncador, do gênero mycetes. É o *Simia seniculus* ou *Simia*” (Wallace 2004, 257).

3 “Há partes de rio Negro onde a tartaruga e o peixe-boi e toda a sorte de peixes são muito abundantes, vantagens estas pelas quais muitos suportam os “carapanãs” do Solimões, as quais, entretanto, se podem ter aqui sem o flagelo dos insetos, bem como excelente clima, muito próprio para os propósitos da agricultura” (*Ibidem*, 280).

4 [O tapir] “contavam-me eles, – tem o esquisito capricho de soltar o seu estrume somente nos lugares onde existe água” (*Ibidem*, 280).

5 “Em Camanaú, [...]. De uma feita, encontramos, enrodilhada na praia, uma enorme sucuruju (*Lachesis mutus*) a maior que eu até então havia visto. [...], tal cobra devia ter de 15 a 20 pés de comprimento, e era tão grossa como minha coxa” (*Ibidem*, 280).

Entre as espécies enunciadas, destaca-se a continuada referência a aves, nomeadamente as seguintes (**fig. 2**).

Aves ⁶				
Gavião de Penacho ⁷	Tordo-formicário	Manakin (cotinga)	Araponga	Urubu ⁸
Tucano	Araçari ⁹	Periquito	Papagaio	Cutia preta
Pompadora ¹⁰	Trigónida	Gaivota ¹¹	Mergulhão	Pássaro Barbado
Pato	Mocho	Galo da Serra ¹²	Beija Flor	

2 Pássaros identificados no percurso feito por Wallace. Fonte: Elaboração própria com base em análise de conteúdo

Entre os pássaros constantes referidos (**fig. 2**), alguns integram a coleção de Wallace (**fig. 3**), o qual dá particular atenção ao Gavião de Penacho e aos Galos da Serra, com descrições pormenorizadas.

6 Próximo de Manaqueri, destaca: araçarís, urubus, mergulhões, patos.

7 Também designado por pássaro trombeta (*Cephalopterus ornatos*) ou uirá-membi, que quer dizer “pássaro-flauta” (proximidades da cidade da Barra).

8 “Os comuns urubus pretos eram ali abundantes, e andavam algum tanto famintos, por falta de carniça. Quando não podiam encontrar qualquer outra coisa, eram obrigados a comer os frutos das palmeiras na floresta” (Wallace 2004, 235).

9 “Os mais belos e mais raros são os araçarís de crista anelada cuja cabeça se cobre de pequenos anéis listrados e são de uma substância muito mais semelhante a espinhos de pontas metálicas do que mesmo a penas” (*Ibidem*, 235).

10 No original, “pompadour” (*Xipholena pompadora*) ou bacacu do rio Negro de “[...] asas delicadas e alvas penas e de plumagem cor de vinho” (*Ibidem*, 230).

11 Barra do rio Negro entrando nas “correntezas” do Solimões.

12 É o Rupícola crócea. “O ponto principal do seu ajuntamento é na serra de Cobati, a montanha a que já fiz referência, e que fica situada dali a umas dez milhas, na floresta, e onde estes pássaros são abundantemente encontrados” (Wallace 2004, 276).



3 Ave pertencente à coleção de Wallace (do Museu de História Natural, Inglaterra).
 Fonte: NHM National History Museum (2021). Alfred Russel Collection. Url: <https://www.nhm.ac.uk/our-science/collections/zoology-collections/bird-skin-collections/bird-skin-collection-wallace.html>. Domínio público.

No referente ao Gavião de Penacho:

[...] célebre gritador, de plumagem bonita, e que se acha, freqüentemente, nas ilhas do rio Negro. [...] do tamanho de um corvo, tem uma plumagem também parecida com este. As suas penas têm aspecto de escamas, com um sombreado de tom azul muito lustroso, nas beiradas. É aliado aos corvos, com estes muito se parecendo, pela estrutura do bico e dos pés. (Wallace 2004, 216)

No alto da cabeça tem um penacho, que é diferente do de todas as outras aves, sendo o mesmo formado de plumas de mais de duas polegadas de comprimento, muito nítidas, e que são recurvadas nas extremidades. (*Ibidem*, 217)

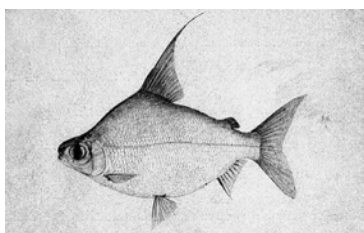
Alimentam-se de frutos e emitem um som profundo e rouco, muito forte, como o de um grave instrumento musical. Daí o seu nome indígena de ueramimbé, “pás-saro-trombeta”. Essas aves encontram-se regularmente, porém são muitíssimo ariscas. (*Ibidem*, 220)

Na viagem pelo rio, Wallace faz referência a jacarés, peixes de várias espécies (como o peixe-boi e novas espécies de peixes — por exemplo, “espécie malhada”, e o pacu, entre outros) (figs. 4, 5, 6 e 7). Vide:

Afinal, uma das manhãs tive a sorte de ver o peixe-boi, pelo qual eu estava ansiosamente esperando, desde longo tempo. Ele fora apanhado na noite anterior, com

uma rede, em um lago situado a alguma distância dali. Era um macho, mais ou menos bem-desenvolvido, tendo 7 pés de comprimento e 5 de circunferência. Com o auxílio de uma comprida vara e de cordas, quatro índios levaram-no para um rancho, onde foi posto sobre uma cama feita de folhas de palmeira, e, logo, dois ou três homens começaram a tirar-lhe o couro. (Wallace 2004, 123)

[...] e eu obtive cinco espécimes de um pequeno peixe, um pacu, que era uma espécie desconhecida ainda para mim e, assim nós ambos tivemos alguma coisa para fazer até à hora do jantar. (*Ibidem*, 123)



4 Desenho de Curimatus do Rio Negro (*Drawing of the fish Curimatus schomburkii*). <http://www.nhm.ac.uk/search.html?q=wallace+fish+colection#sthash.yA2Ee09q.dpuf>. Domínio público.



5 Desenho de Peixe do Rio Negro (desenho que Wallace conseguiu salvar aquando do naufrágio do barco). <https://www.nhm.ac.uk/discover/news/2014/november/evolution-pioneers-illegible-notebook-brought-back-life.html>¹³. Domínio público.



6 Desenho de Matapuri (*Tetragonopterus* SP, São José, Rio Negro; Juquira_Ponta). Fonte: Wallace 2002. <https://auctionet.com/en/783612-peixes-do-rio-negro-fishes-of-the-rio-negro/images>. Domínio público.



7 Desenho de Jacundá (*Crenicichla monicae* – coletado no Alto Rio Negro). Ilustração de Alfred Russell Wallace. Fonte Moon. <https://agencia.fapesp.br/peixe-do-rio-negro-coletado-por-alfred-wallace-ha-160-anos-e-finalmente-descrito/22458/>. Domínio público.

13 Vide adicionalmente: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/desenhos-de-wallace-e-bates-na-amazonia-estao-disponiveis-online/>

Na barra do rio Negro, entrando nas “correntezas” do Solimões, salienta:

Em grande número, viam-se os peixes pequenos, que são peculiares ao Amazonas, os quais entumecem a parte posterior do corpo, a qual fica parecendo uma bola, perfeitamente redonda, e, quando são pisados, arrebentam-se, produzindo um forte ruído, semelhante ao estouro de um saco de papel, cheio de ar, quando batido” (Wallace 2004).

Em termos de peixes Wallace destaca (**fig. 8**):

Peixes				
Tambaqui	Peixe boi	Pirarucu	Piraíba	“Enguia Elétrica”

8 Peixes identificados no percurso por Wallace. Fonte: Elaboração própria com base na análise de conteúdo.

O autor salienta: “Um pescador, que ali também se achava, conseguiu pescar um bonito pirarucu, que pesava 30 ou 40 libras” (Wallace 2004, 247). E também: “E, assim, por vezes, éramos recompensados com uma bonita piraíba, de 20 ou 30 libras de peso, que nos fornecia carne para o almoço e para o jantar, no dia seguinte” (*Ibidem*, 252). E ainda: “Tem o nome científico de *Gymnotus electricus* [enguia elétrica] e é o vulgar de poraquê. [...] comum em todos os rios desta região. Pode-se apanhá-la com anzol ou com redes” (*Ibidem*).

Quanto ao peixe-boi, Wallace é muito detalhado na sua descrição. Destaca:

Um dia, o pescador trouxe-nos um bonito “peixe-boi”, uma das espécies de *Manatus* que habitam o Amazonas. É particularmente abundante nos lagos desta parte do rio. [...] O espécime que fora capturado era uma fêmea. O seu comprimento era de cerca de seis pés e tinha perto de cinco pés de diâmetro, na sua parte mais larga. O seu corpo é perfeitamente liso, sem quaisquer protuberâncias ou desigualdades, e transforma-se, pouco a pouco, em uma cauda achatada, horizontal e semicircular. Não há membros traseiros aparentes, nem tampouco se lhe distingue o pescoço. (Wallace 2004, 240)

A cabeça não é muito grande e termina por uma boca bastante larga, tendo mandíbulas algum tanto semelhantes às do boi, e nas quais se lhe vêem as cerdas ericadas e muito rijas. Sobre o corpo, vêem-se uns poucos de pêlos, muito separados

uns dos outros. Na cabeça, na parte frontal, ficam as suas poderosas barbatanas, de formato oval. Justamente por baixo delas é que estão as mamas, as quais, fazendo-se-lhes uma leve pressão, deixam escorrer um filete de bonito leite, de uma cor esbranquiçada. As orelhas são diminutas cavidades, e os olhos também são muito pequenos [...]. (*Ibidem*, 240)

Wallace (2004) faz ainda menção aos costumes associados à captura deste tipo de peixe bem como os fins da sua utilização, não só enquanto comestível, mas para outros usos, tais como iluminação, entre outros.

No referente às plantas, Wallace evidencia a existência de várias palmeiras (**fig. 9**), nomeadamente a palmeira marajá (próximo de Barra) que se distinguia das outras “soltando em bonitos cachos os seus frutos saborosos (*Ibidem*, 229). Evidencia igualmente, aquando da estada na aldeia de Nossa Senhora da Guia:

[...] palmeiras de pequeno porte, entre as quais a *Iriartea setigera*, de Martius, que tem de 10 a 15 pés de altura. O seu diâmetro varia de um dedo a duas polegadas. Vêm-se-lhe exteriormente os gomos, que são perceptíveis, em razão das marcas deixadas pelas folhas caídas. Por dentro, têm elas medula mole, que, quando se extrai, deixa no interior da vara uma cavidade muito certa e muito lisa (Wallace 2004, 275).



9 Palmeiras da Amazônia. Fonte: Wallace 1853. http://wallace-online.org/thumbnails/PalmTrees_illustrations.html Domínio público.

Nesta localização, o naturalista dá ainda nota da palmeira patauá (*Enocarpus Batava*) e em dada parte do Solimões reporta-se à arvore embaúba (*Cecropia pachystachya*) “com as suas folhas esbranquiçadas e muito espalhadas, dão ao Amazonas um aspecto inteiramente distinto do que se observa no rio Negro, independentemente de suas águas diferentemente colorida” (Wallace 2004, 231).

Várias plantas aquáticas são igualmente referidas, nomeadamente utriculárias [“de pequenas hastes amarelas” (*Ibidem*, 229)], pontedérias [“Lindas flores, de um azul muito vivo, e suas curiosas folhas, que vicejam em grossos talos” (*Ibidem*, 229)], bem como o caniço aquático uarumã (ou arumã).

São também identificadas outras plantas, tais como a *Oncidium* e Flor de San’Ana:

Flor amarela! Passamos bem perto dela, e percebemos, então, a sua haste, semelhante a um fio retilíneo, de jarda e meia de comprimento. É um *Oncidium*, uma das tribos mais estimadas das orquídeas. Com os seus cachos de flores de cores muito vivas e muito brilhantes, ela torna mais alegres estas florestas tristonhas. Logo depois, vêem-se outras, e daí em diante, mais outras aparecem, todas ostentando flores alvas, amarelas, escarlates, algumas vicejando em troncos apodrecidos, que flutuam na água, porém na sua maioria sobre musgos e cascas podres. (Wallace 2004, 230)

[...] outra espécie deveras magnífica, de quatro polegadas de largura, denominada pelos indígenas de “flor-de-San’Ana”, de uma cor purpurina muito viva e da qual se evola deliciosíssimo aroma. É uma espécie nova, e, neste gênero, é uma das flores mais lindas desta região. Por vezes, até os próprios índios se permitem admirá-la, ficando como que estupefatos como tão linda flor possa vicejar, assim “à toa”, no igapó. (*Ibidem*, 231)

No final da sua expedição à Amazónia, de volta ao seu país natal, o barco *Brig Helen* onde viajava naufraga, bem como grande parte do espólio recolhido, conseguindo apenas salvar o que colocou numa pequena caixa, nomeadamente um conjunto de desenhos feitos de peixes e de palmeiras.¹⁴ Apenas uma coleção de peixes e insetos enviada em 1849 e um caixote enviado em 1850 testemunham fisicamente o espólio recolhido. Assim, Wallace está associado à

14 A Library’s Special Collections possui 4 volumes de desenhos de peixes e as Palmeiras constam da Linnean (Kew’s Herbarium).

catalogação de 110 gêneros de peixes na bacia amazônica, sendo que 35 não eram conhecidos. São igualmente descritos e muitas vezes desenhados os locais, suas populações e artefactos.

Conclusão

Turismo científico capta um conjunto vasto de definições, muito embora seja considerado como conceito em “construção”, assente no pressuposto de que a interconexão que se estabelece entre turismo e ciência deve ser simbiótica.

A ascensão das ciências naturais no século XIX contribuiu para pôr em destaque, através de um conjunto de coleções, um maior e aprofundado conhecimento do mundo e das espécies. Isto ilustra a relação entre as expedições e a investigação científica no âmbito de um processo de apropriação de territórios distantes — associados a florestas, como é o caso da Amazônia, permitindo a renovação do ideal imagético, num movimento em que o próprio desenvolvimento do turismo pode contribuir para a estruturação do significado e conhecimento da floresta e seus rios.

A expedição de Wallace pelo Rio Negro, descrita no livro “Viagens pelo Amazonas e Rio Negro”, associa-se a um espólio que potencia, para o futuro, a criação e oferta de novos produtos e experiências turísticas por parte dos *stakeholders* do destino. A identificação de um conjunto de elementos de fauna e flora (entre outros), através de análise de conteúdo, possibilitou determinar um conjunto relevante de recursos para serem apropriados pelo turismo científico ou “turismo cultural com uma dimensão científica”.

Esta identificação de recursos patrimoniais científicos (fauna, flora, etc.) para a área geográfica (fundamentalmente) associada ao rio Negro corresponde à primeira fase de TC de Bourlon et al. (2021). Para além da descrição dos lugares, clima, costumes, Wallace dá igualmente ênfase a várias espécies de aves, peixes, palmeiras, que detêm não só reconhecido o seu valor científico, mas que podem ser igualmente perspectivadas pelo seu valor turístico. Por exemplo, a identificação de várias espécies, como o Gavião do Penacho ou o Peixe Boi, ou ainda a Palmeira Iriarteia setigera colocam em evidência a sua natureza emblemática ou icónica que, num processo de turistificação se convertem não só em produtos e/ou potenciadores de experiências a ser “consumidas”, mas também em “símbolos” de ecossistemas “emblemáticos” ou “carismáticos” que chamam a atenção para o necessário respeito pelos princípios de conservação, preservação, entre outros. A identificação de *hotspots* onde se encontra (ou encontrava) uma maior multiplicidade de espécies, ou determinada espécie

em concreto (por exemplo Serra Cobati) é também relevante para alicerçar diferentes pontos a visitar. Produtos e experiências ofertadas podem também ganhar através do apoio de mediação interpretativa e especializada na produção de conhecimento. Ao mesmo tempo pode levar a que se avance não apenas para o adquirir de conhecimento (*knowledge extraction*) para um conhecimento mais integrado e participativo (*knowledge co-production*).

Neste processo de transformação, acionado pelo turismo, podem constituir-se tours ou trilhos que devem ser percecionados como mais do que infraestruturas que conectam sítios de interesse. Eles têm o potencial para promover o desenvolvimento de produtos e experiências sustentáveis que apelam a um planeamento e gestão sustentáveis dos territórios. O estabelecimento de redes ou *networks* que ponham em destaque o papel participativo das comunidades e restantes *stakeholders* locais pode valorizar as designadas características intrínsecas e extrínsecas dos recursos naturais e culturais.

Este estudo ganhará, no futuro, com o avançar para as fases seguintes identificadas por Bourlon et al. (2021), como *Form network*, *Concept testing*, *Scale-up* com vista a possibilitar a comunicação, conhecimento, disseminação e valorização turística.

Bibliografia

- BERGERON Andrée. 2016. “Médiation scientifique, retour sur la genèse d’une catégorie et ses usages”. *Littérature et savoir du vivant* 7. Acedido a 15 de setembro, 2021. <https://doi.org/10.4000/aes.876>.
- BOURLON, Fabien, Trace Gale, Andrés Adiego, Valentina Álvarez-Barra, & Alexandra Salazar. 2021. “Grounding Sustainable Tourism in Science—A Geographic Approach”. *Sustainability* 13: 7455. Acedido a 21 de fevereiro, 2022. <https://doi.org/10.3390/su13137455>.
- BOURLON, Fabien, & Pascal Mao. 2011. “Las formas del turismo científico en Aysén, Chile”. *Gestión Turística* 15: 74-98. <https://doi.org/10.4206/gest.tur.2011.n15-04>.
- BOURLON, Fabien, & Robinson Torres. 2016. “Scientific tourism, a tool for tourism development in Patagonia”. LabEx ITEM Innovation and Mountain territories. Paper presented at the Second International Winter School, 27-29 January 2016, Autrans (France).
- BUZINDE, Christine, David Manuel-Navarrete, & Tod Swanson. 2020. “Coproducting sustainable solutions in indigenous communities through scientific tourism”. *Journal of Sustainable Tourism* 28 (9): 1255-1271. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1732993>.
- CORRESPONDENCE PROJECT [CP]. 2021. “Introduction to the project”. The Alfred Russel Wallace Correspondence Project. Acedido a 21 de fevereiro, 2022. <https://wallaceletters.myspecies.info/search/site/fish>.

- DAUGERON, Bertrand. 2009. *Collections naturalistes – entre science et empires (1763-1804)*. Paris: Muséum national d'histoire naturelle.
- DENYSYK, G., A. Kolomiets, I. Gromov, D. Kolomiets & Dimitra Kamenova. 2019. "International Scientific and Pedagogical Communication as a constituent part of the tourism activity". *Ukrainian Geographical Journal* 4 (108): 28-39. Acedido a 12 de fevereiro, 2021. https://www.researchgate.net/publication/337828767_INTERNATIONAL_SCIENTIFIC_AND_PEDAGOGICAL_COMMUNICATION_AS_A_CONSTITUENT_PART_OF_THE_TOURISM_ACTIVITY.
- FAURY Mélodie. 2017. "Pour des médiateurs réflexifs – Du discours de la médiation ... à l'interrogation de l'acte même de 'vulgariser' la science". *L'infusoir*. Acedido a 4 de janeiro, 2022. <https://infusoir.hypotheses.org/4793>.
- FRAGA, Carla, & Luiz Saldanha. 2021. "Turismo Científico: Uma análise textual com base em dissertações e teses no Brasil e em Portugal". *Journal of Tourism & Development* 36 (2): 505-517.
- HOLBROOK, Morris, & Elisabeth Hirschman. 1982. "The Experiential Aspects of Consumption: Consumer Fantasies, Feelings, and Fun". *The Journal of Consumer Research* 9: 132-140. Acedido a 25 de Janeiro, 2022. <https://www.jstor.org/stable/2489122>.
- HOLDEN, Andrew. 2015. "Introduction". In *Scientific tourism: Researchers as travellers*, ed. Susan Slocum, Carol Kline & Andrew Holden, 1-6. London: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315796642>.
- KLING, Kristin, Annika Dahlberg, & Sandra Wall-Reinius. 2019. "Negotiating Improved Multifunctional Landscape Use: Trails as Facilitators for Collaboration Among Stakeholders". *Sustainability* 11: 3511. <https://doi.org/10.3390/su11133511>.
- KOSHIM, Asima, Aigul Sergeyeva, Kuat Saparov, & Jan Wendt. 2019. "Development of Scientific Tourism at Baikonur Cosmodrome Kazakhstan". *GeoJournal of Tourism and Geosites* 24 (1): 267-279. <https://doi.org/10.30892/gtg.24121-358>.
- LAARMAN, Jan, & Richard Perdue. 1980. "Tropical science and tourism: The case of OTS in Costa Rica". *Tourism Management* 10 (1): 29-38.
- LAING J. H. 2010. "Science tourism: exploring the potential for astrobiology funding and outreach. Evolution and Life: Surviving Catastrophes and Extremes on Earth and Beyond". Paper presented at Astrobiology Science Conference, April 2010. <https://www.lpi.usra.edu/meetings/abscicon2010/pdf/5047.pdf>.
- MAO, Pascal, & Fabien Bourlon. 2016. "Le Tourisme Scientifique En Patagonie Chilienne: Un Essai Géographique Sur Les Voyages et Explorations Scientifiques". *Tourism and Society Collection*. Paris: L'Harmattan.
- MAO, Pascal, & Fabien Bourlon. 2011. "Le Tourisme Scientifique: Un Essai de Définition". *Téoros* 30: 94-104.

- NATURAL HISTORY MUSEUM [NHM]. 2022. "Collections". Acedido a 21/2/2022. <https://www.nhm.ac.uk/discover/news/2014/november/evolution-pioneers-illegible-note-book-brought-back-life.html>.
- PEREIRA DA SILVA, José 2008. "Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira". Acedido a 21 de fevereiro, 2022. <http://www.filologia.org.br>.
- PINE II, Joseph, & James H. Gilmore. 1998. "Welcome to the Experience Economy". *Harvard Business Review* (July-August): 97-105.
- PINTO, Adriano, & Daniela Becerra. 2019. "Conocimiento de base para el Desarrollo del Turismo Científico em la Patagonia Chilena". *Cuadernos de Turismo* 44: 337-349. Acedido a 14 de janeiro, 2022. <http://dx.doi.org/10.6018/turismo.44.404871>.
- PICHLEROVÁ, M. 2007. "Scientific Tourism Development in the Slovak Carpathians. Eco-tourism and sustainable development in the Carpathians". In *Proceedings of the International Conference*, ed. F. Hamor, 251-254. Rakhiv.
- ROY, Rohan Debb. 2018. "Decolonise science – time to end another imperial era. Conversation". *The Conversation*. Acedido a 27 de janeiro, 2022. https://theconversation.com/decolonise-science-time-to-end-another-imperial-era-89189?xid=PS_smithsonian.
- SAMPAIO, Rafael, & Diogenes Lycarão. 2021. *Análise de Conteúdo Categorial: Manual de Aplicação*. Brasília: Enap. <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>.
- SHAH, Chetan, Alexander Trupp, & Marcus Stephenson. 2022. "Deciphering tourism and the acquisition of knowledge: Advancing a new typology of 'Research-related Tourism'". *Journal of Hospitality and Tourism Management* 50: 21-30.
- SVENSON, Daniel, Sverker Sörlin, & Katarina Saltzman. 2021. "Pathways to the trail – landscape, walking and heritage in a Scandinavian border region". *Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography* 75 (5): 243-255. <https://doi.org/10.1080/00291951.2021.1998216>.
- THURLEY, Simon. 2005. "Into the future. Our strategy for 2005-2010". *Conservation Bulletin* 49. Acedido a 2 de fevereiro, 2022. https://www.scopus.com/record/display.uri?eid=2-s2.0-84911448571&origin=inward&featureToggles=FEATURE_NEW_DOC_DETAILS_EXPORT:1,FEATURE_EXPORT_REDESIGN.
- TRUPP, Alexander. 2011. "Exhibiting the "other" then and now: "human zoos" in southern China and Thailand". *Austrian Journal of South-East Asian Studies* 4 (1): 139-149. Acedido a 15 de janeiro, 2021. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2000716.
- VIALETTE, Yannick, Pascal Mao, & Fabien Bournon. 2022. "Scientific Tourism in the French Alps: A Laboratory for Scientific Mediation and Research". *Journal of Alpine Research | Revue de géographie alpine* 109 (2). Acedido a 15 de fevereiro, 2022. <https://doi.org/10.4000/rga.9189>.

- WALLACE, Alfred Russel. 1853. *Palm trees of the Amazon and their uses*. London: John Van Voorst. Acedido a 21 de fevereiro, 2022. http://wallace-online.org/thumbnails/Palm-Trees_illustrations.html.
- WALLACE, Alfred Russel. 2002. *Peixes do Rio Negro/Fishes of the Rio Negro*. Org. Monica Ragazzo. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado.
- WALLACE, Alfred Russel. 2004. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro, notas de Basílio de Magalhães*. Brasília: Edições do Senado Federal, Conselho Editorial. Acedido a 11 de novembro, 2021. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1092>.
- WEARING, Stephen, & John Neil. 2000. "Finding self and identity through volunteer tourism". *Society and Leisure* 23 (2): 389-419.
- WEARING, Stephen, Tamara Young, e Phoebe Everingham. 2017. "Evaluating volunteer tourism: has it made a difference?". *Tourism Recreation Research* 42 (4): 512-521. <https://doi.org/10.1080/02508281.2017.1345470>.
- WEST, Paige. 2008. "Tourism as science and science as tourism: Environment, society, self, and other in Papua New Guinea". *Current Anthropology* 49 (4): 597-626. Acedido a 2 de fevereiro, 2021. <https://doi.org/10.1086/586737>.
- WITKOWSKI, Samantha, Ryan Plummer, & Garrett Hutson. 2022. "Influences of Engaging in a Participatory Monitoring and Evaluation Process on Stakeholder Perceptions of Key Performance Indicators for Trails". *Journal of Park and Recreation Administration* 40 (1): 115-133. <https://doi.org/10.18666/JPRA-2021-1095>

Henrique Carlos Midosi's 1863 European trip*

VITOR BONIFÁCIO**

Personal diaries can be important sources of biographical information since they are unconstrained by social conventions and may reveal a person's true self. A personal diary also opens a window to private / mundane spaces usually out of reach of other more traditional historical sources.

In May 2012, a manuscript diary of an 1863 European trip was bought from a Lisbon second-hand bookseller. With 12.0 cm per 19.0 cm dimensions the unsigned diary was written in Portuguese (**fig. 1**). In its 135 unnumbered pages there are daily entries for the entire trip duration.



1 Diary title page (on the left) and page with the first entry dated July 1st, 1863 (on the right). Personal collection.

* This work is financially supported by National Funds through FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the project UIDB/00194/2020.

** Research Centre on Didactics and Technology in the Education of Trainers (CIDTFF), Physics Department, University of Aveiro, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7412-6704>. E-mail: vitor.bonifacio@ua.pt.

This allows one to recreate the path travelled, transports used, resting places and events attended. Unfortunately, social interactions are less well defined since family, friends and acquaintances are identified either by a single initial, first name, surname or in the anarchic 19th-century Portuguese custom even by a middle name. Travellers met on route are usually left nameless. The diarist also took great care to fully annotate daily expenses. For example, on August 21st he registered the small figure of 0.75 FF that he had forgotten to include three days earlier. This “expenses ledger” allows one to analyse the money spent on meals, accommodation, transports, shopping, etc. and calculate the total trip cost.

Although each individual trip is no more than a particular case adding this information to that already available namely in published narratives helps to improve not only our knowledge of the traveller but also our understanding of 19th-century travel dynamics.

Journey overview

The diary relates a continuous 98-day “circular” trip that started in Lisbon on July 1st, 1863 and ended on October 7th.¹ Leaving by steamship the author arrived on July 6th at Southampton, in the United Kingdom, before proceeding, on the same day, to London. There he stayed until the 3rd of August when he left for Paris, France. On August 18th, he goes by train to Belgium. Visits Brussels and Antwerp before proceeding on August 22nd to Cologne in Germany. He then travels down the Rhine River entering Switzerland on September 3rd. A week later, on September 10th, he crossed the border to today’s Italy where he visited Milan, Venice and Turin. On September 20th, he is once more in France, in Nice. In fact, after Venice towns are quickly passed by and the mean stay length is shorter than before. He arrived in Barcelona on the 26th and on October 6th crossed the Portuguese border near Elvas reaching home on the next day at 20:30. A detailed trip overview is presented in the annex.

The author departed from Lisbon unaccompanied. In London and Paris, one cannot claim he was truly alone since he encountered several Portuguese friends and acquaintances, some likely fellow travellers. In the French capital he visited and spent time with relatives. He travelled to Brussels with Martins, that he met in Paris. He travelled alone only between August 21st (Antwerp) and

1 Henrique Midosi. 1863. Diary. Personal collection.

September 1st (Freiburg). From then on until arriving in Portugal on October 6th he was apparently accompanied by a friend simply identified as Freitas.

One may divide the diary journey roughly into five phases: the sea trip from Lisbon to Southampton (~5 days, 5.1%), two initial long city stays in London (~28 days, 28.6%) and Paris (~15 days, 15.3%), a leisure trip from Brussels to Venice (~30 days, 30.6%), and finally a fast-paced return home (~20 days, 20.4%). The last two phases are characterised by shorter stays specially the last one where one- or two-nights stays were, with the exception of Madrid, the norm. The increased travel pace naturally implied different routines. In longer stays besides visiting the expected tourist sites the traveller is able to plan and take advantage of local amenities on offer like music spectacles, theatre shows and shops. On shorter stays, he is limited to what he encounters, for example, in Zurich: "We were looking for fun [...] we found the Casino, but it was closed. We went to a *Caff  Concerto* [...] it was difficult to climb in the dark because the path was steep and not lit up. When we entered the orchestra played the last piece" (6.09).²

In London and Paris

While in the British capital there was enough time to visit the city (St. Pauls cathedral, Westminster and the London docks, for example), its parks (St. James, Hyde Park, Regents Park) and surroundings (Kew Gardens, Hampton Court, Windsor). In three separate occasions, he went to the British Museum (13.07, 24.07, 1.08). What nevertheless stands out is his attendance at numerous music spectacles. In 12 nights, that is in 42,9% of all the nights he stayed in London, he went to the:

- opera either at the Covent Garden Theatre (6.07, 17.07, 21.07) or at the Her Majesty's Theatre in Haymarket (14.07, 22.07, 23.07, 30.07, 31.07);
- recently opened music-halls Alhambra Palace (7.07) and London Pavilion (15.07, 27.07) (Jackson 2019, 65);
- Cremorne pleasure gardens (10.07), "essentially a hybrid of public park, funfair and, after dark, al fresco night-club" (*Ibidem*, 103).

2 Diary date entries are, from now on, referenced in a (day.month) format and since they are clearly identified in the text in order to save space we abstained to fully reference them. Portuguese texts were translated by the author.

In several days there is also reference to other music events ranging from a highbrow concert in St. James Hall (15.07) to popular park concerts (28.09). All this points to a genuine interest in music. The diary entries show a connoisseur that is able to compare and evaluate different opera singers' performances and careers. For example, on July 31st, he attended Verdi's *Un ballo di Maschera* and wrote, "[Enrico] Delle Sedie was a good singer, but today he almost doesn't have a voice".

Interestingly during his Parisian stay the London erudite music spectacles are mainly replaced by theatrical shows. Midosi went to the theatre on 40% of the nights he spent in the French capital. Music was still present but was now enjoyed in the context of dancing gardens like the *Closérie des Lilas*, *Château Rouge* and *Château des Fleurs* (fig. 2), coffee houses like the Eldorado and street events.



2 *Château des Fleurs*. New York Public Library Digital Collections. <https://digitalcollections.nypl.org/items/f0be65a0-0254-0133-4e60-58d385a7b928>. Public domain.

Is this change a consequence of the shows on offer? Does it show a cultural bias? A bigger proficiency of the French language the *lingua franca* of the 19th-century Portuguese elite? Or is he simply following the fashions of the time? This seems to be the case if one compares our diary with the travel book published by the journalist and writer Julio Cesar Machado (1835-1890)

in 1863. Machado visited Paris and London approximately a year earlier in the summer of 1862. According to Machado “[in Paris] we are in the land of the theatres” (Machado 1863, 69) while “London’s declamation theatres’ live almost entirely on translations and imitations of French plays; only in second-rate theatres’ are Shakespeare’s admirable tragedies constantly enacted” (*Ibidem*, 155). In his short London stay, Machado opted to go instead to a pantomime, a quintessentially British theatrical entertainment, twice to the Opera at the Covent Garden Theatre and once to the Cremorne Gardens (*Ibidem*). What may be ascertained is that the diary author spoke English, French and as he himself reveals a little bit of German (24.08). His domain of the English language allowed him to attend a mass in London—“[the priests] spoke so calmly that I understood perfectly” (19.07)—and three plays one of which Shakespeare’s *Romeo and Juliet* (25.07).

Time was also spent watching street entertainments like the *mat de cocagne* (greasy pole) (15.08) or just simply strolling down the streets and/or boulevards—“I entertained myself in the streets” (16.07); “We continued on foot through the Champs-Élysées, the trees lit by balloons and the *Place de la Concorde* reminded us of the One Thousand and One Nights descriptions” (15.08)—an activity that allowed to see the world go by as well as to meet/see friends and acquaintances—“On the way back, we passed by the Boulevards where we saw Veiga, Mattos, Plantier, Gatai, Count of Carvalhal, Santos and Tasso” (10.08). In Paris, a couple of evenings were enjoyed with his relatives. He visited museums (Louvre and Cluny), gardens (Luxembourg, Tuilleries, Bois de Boulogne), the *Jardin des Plantes* and the recently opened *Jardin d’Acclimation*. He also ventured into Paris surroundings. On August 6th, to Neuilly-sur-Seine, and three days later to the spa resort of Enghien-les-Bains, where a new thermal building was recently opened (Anonymous 1864, 2).

Longer stays also allowed more time for shopping. Items bought ranged from practical articles for the trip—padlock (13.07), travel box and writing case (9.07)—, man’s apparels—gloves (9.07; 30.07), socks (9.07), boots (16.07), sweaters (1.08), etc. —, and acquisitions for others—Thornhill’s razor blades for his friend, Freitas, that he will later meet in Paris and fabrics; moiré (7.07), silk (24.07) and lace shawls (17.08) for his female acquaintances. Curiously, he bought umbrellas in three straight London nights (21 to 23 July).

On July 13th, he visited University College London founded in 1826 and from 1836 part of the University of London (Harte and North 2004, 32, 80). On the 20th and 21th, he went to the Lancaster school of Borough Road, Southwark. A school opened in 1798 by Joseph Lancaster where the system

of mutual instruction was used. The school was moved to Borough Road in 1801 (Turner 2015, 34). On the 20th and 24th, he went to Westminster College likely Westminster School. To all of these visits, he had introduction letters from the Portuguese ambassador in London, Francisco de Almeida Portugal (1796-1870), Count of Lavradio. In Paris, on August 10th, with a ticket given by Francisco José de Paiva (1819-1968), the Portuguese ambassador, he went to the Sorbonne to watch a prize distribution event.

Travelling in the 19th century

As is well known, new transport facilities helped ease the travel burden and were crucial for the expansion of tourism as rail tracks crisscrossed Europe and steamships were more reliable than wind powered ones (Porter 2001).

The diary clearly shows the manuscript author took advantage of the full panoply of transport vehicles available: steamships, riverboats, trains (he was particularly impressed with the first-class carriages from Mainz to Baden-Baden (28.08)), stagecoaches, omnibus, cabs, *char-à-bancs*. He also was curious about new transport developments. In London, he visited Farrington's station from the recently opened Metropolitan or Underground railway, the first metro line in the world (23.07) (London Transport Museum w.d.).

One should nevertheless point out that towns were also seen on foot. Walks of a few kilometres do not deserve any special mention other than the initial and final locations. For example, on August 11th, he went from his Hotel in Rue de Trévise to Menilmontant, then a village in the Paris outskirts. While visiting Salamanca, in 1888, Midosi wrote:

Wishing to get to know the city and its monuments well, I searched, as soon as I arrived, for a plan and a guide to Salamanca, and found neither. Bradshaw, Joanne and Bedecker [sic] are very succinct. So, I had to get my bearings in the city, walking from north to south and from east to west, which is not very difficult as its area is limited. (Serrão 1992, 335)

Despite the developments mentioned more mishaps seem to afflict the 19th-century traveller than his 21st-century counterpart. In particular train services were not as reliable.

At Heidelberg station (28.08): "our train, which was coming to a stop, was going on the same track as one that was coming, everyone shouted halt, luckily the shock was small, the first carriages still suffered, there was a great scare".

In Portugal (7.10): “The train was delayed because it had derailed on the way to Badajoz near Ponte do Caia. The train stopped twice, once because a dead veal was on the rail track, the other because there was fear concerning Ponte de Sor bridge, which we crossed on foot”.

At Cervera train station (28.09): “having a 2-minute stop, we got off, and the train left, leaving us at the station. Everything that was ours was left in the carriages; the telegraph was notified for them to come on the 1st train”.

Fortunately, the Portuguese travellers' belongings were recovered contrary to a gold monocle stolen in London.

The possibility to contact the next train station by telegraph exemplifies the advantages of another crucial 19th-technological improvement. The electric telegraphic network allowed an almost instant connection between faraway places. In 1863, one could only hope for a future transatlantic submarine telegraphic connection, but the land-based network was booming (Beauchamp 2001). More reliable transport and communication infrastructures allowed our traveler to stay in touch with friends and loved ones throughout the trip. Arriving in London, he telegraphed and wrote to Lisbon (6.07). Mail distribution was fast enough to allow the exchange of letters during his London and Paris stays. A letter from his cousin Paulo sent on July 5th arrived in London nine days later. A reply was posted in the next day. He received letters from his uncle Luiz on the 16th, 25th and 27th July. And wrote back on the 18th and 29th. After that the fast trip pace implying an understandably unidirectional communication. Letters to Portugal were posted on August 19th and September 12th.

Travel inconveniences like homesickness (21.07) and dull and annoying encounters were unavoidable. “We took a carriage to see the Park [Windsor], which is beautiful. Dulac asked countless questions, boring company!” one reads on the July 17th diary entry.

Identifying the diary's author

As previously mentioned, the diary is unsigned and a first read showed the lack of any information that could easily identify its author. Queried the bookseller confirmed the manuscript provenance was unknown.

The author vaguely describes himself as a teacher educated by an uncle (6.07). That he is a gentleman and a music lover is already established. His trip accommodation seems to indicate that he does not belong to the upper class. Still, he had enough social standing to be invited to dinner (29.09) by Count of Lavradio, the Portuguese ambassador in London.

The diary references to Count of Lavradio led us into the first unfruitful attempt to identify its writer. Lavradio's memoirs, commented by his grand-nephew, were published in several volumes, in the 1930s. Unfortunately, no entries exist for the days mentioned in our diary (Portugal 1937). Next, we tried to obtain the passenger departure or arrival lists for the Lisbon-Southampton journey since the dates and the steamship name—*Tartar*—are known. None existed in the archives consulted. The ship's July 1st departure is confirmed by the official Portuguese journal, *Diário de Lisboa*, but no passenger names are mentioned (Anonymous 1863a, 2048). Without any other research avenues to pursue the manuscript was left undisturbed. Later while rereading the diary, we noticed the entry of July 23rd: "At 10 am I went to look for Cau, he and Vianna and I went to Pentonville prison with the ticket that Lavradio got me". Could it be possible that the prison visitor logbooks still existed? A search in the British National Archives catalogue confirmed that they did and a few days later two images containing the 23rd July 1863 Pentonville Prison visitors arrived by e-mail. Three Portuguese nationals were named (**fig. 3**).

Date	Name	Residence	Country
23	Henrique Midosi	90 Portland Street	Portugal
23	Augusto Cezar Cau da Costa	22 Hanover Square	Portugal
23	Antonio Teixeira Vianna	22 Hanover Square	Portugal

3 Information about the Portuguese visitors of Pentonville prison on 23 July 1863 (transcript). Source: Pentonville Visitors Book 1862-1885.

This allowed us to unequivocally identify the manuscript author as Henrique Carlos Midosi (**fig. 4**). A fact supported by his London address, 90 Portland Street, also mentioned in the diary (06.09). Later a partial list of passengers was found in the *A Revolução de Setembro* newspaper and as expected amongst them one finds Henrique Midosi (Anonymous 1863b, 4).



4 Image of the portrait of Henrique Midosi, unveiled in 1902 at the headquarters of the Lisbon Bar Association (Associação dos Advogados de Lisboa). The portrait is currently located on the 1st floor of the premises of the Portuguese Bar Association. Image kindly provided by *Ordem dos Advogados Portugueses*.

A short biography

Having identified without a doubt the diary author we have turn to the famously sketchy Portuguese biographical sources to find more about him.

Henrique Carlos Midosi was born in Lisbon on February 24th, 1824. Henrique's grandfather, Filippo Nicolà Bartolo Midosi, was an Italian merchant that settled in Lisbon and married a local. His parents were Henrique Midosi and Felisarda Joaquina Barbosa. Orphaned at age of 7, he was educated by his third cousin Luiz Francisco Midosi (1796-1877), brother of the famous Luiza Cândida Midosi (1808-1892), Almeida Garret's³ first wife. Both appear in the diary as aunt Luiza, who he visited in Paris, and uncle Luiz. There are also references to Luiza's second husband Alexandre Désiré Létrillard and his first cousin, the lawyer and playwright Paulo Midosi (1821-1888). It was not possible to uniquely identify other family members. No information at all was obtained about a woman named Paulina. Midosi married only later in life, in 1889, with the widower Emilia Sophia Lima (Figueiredo 1902, 34).

3 João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854).

Henrique Midosi completed a Coimbra University Law degree in 1848. In the following years, he would practice law and teach. In 1852, he entered Lisbon secondary school as substitute teacher of the disciplines of History, Chronology and Geography (*História, Geografia e Cronologia*) and Oratory, Poetics and Classical Literature (*Oratória, Poética e Literatura clássica*). Approximately three years later, he would become full professor of the latter. Briefly, in 1862, he served as the school rector. In 1864, he taught a free course in Portuguese commercial law at the Lisbon Commercial Association (*Associação Commercial de Lisboa* 1864, 3236). In 1870, he applied and was hired to teach the same subject at the Lisbon Industrial and Commercial Institute (*Instituto Industrial e Commercial de Lisboa*) until his retirement in 1885 (Figueiredo 1902, 30). Henrique Midosi also published a highly successful compilation of Portuguese poetry that was part of the secondary schools recommended bibliography list. The book had at least 18 editions and was on print from 1860 to, at least, 1894 (Midosi 1894). He was a Lisbon Geographical Society founding member. Throughout his life, he represented Portugal, or Portuguese institutions in several international forums. He attended the International Congress on Commercial Law held in Antwerp in 1885; the 1886 Bordeaux International Congress of Commercial and Industrial Technical Education and the 1888 Brussels Congress on Commercial Law. He was honoured by foreign associations and governments and collaborated in both newspapers and journals like the *Annuaire de législation étrangère* published in Paris (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira e Brasileira* s.d.; Figueiredo 1902). He passed away on July 18th, 1904, aged eighty, from, as stated a contemporaneous newspaper, senile cachexia (Anonymous 1904a, 1).

The public narrative

No rationale for the trip is provided within the diary. The earlier published primary source we were able to find justifying the trip appeared in 1883, in the 10th volume of the Portuguese Bibliographic Dictionary: “On May 21, 1863, he [Midosi] was appointed by the government, without gratuity or allowance for travel expenses, to visit schools in Great Britain, France and Belgium” (Aranha 1883, 17). Alfredo Ansur de Figueiredo⁴ (1849-1927) provides more details in Midosi’s apologia booklet:

4 Alfredo Ansur de Figueiredo was/is usually known as Alfredo Ansur.

By ordinances of May 21st and June 2nd, 1863, signed by [the Prime Minister] Anselmo José Braamcamp, he obtained a leave of absence from the kingdom, as soon as classes were closed, in order to visit the schools in France, Belgium and England. He was considered in commission to enjoy the benefits of the 17 August [18]53 law, effectively leaving with a diplomatic passport signed by the Duke of Loulé [Secretary of State for Foreign Affairs] on June 20th. (Figueiredo 1902, 28)

One should note that Pedro Brito Aranha, the Bibliographic Dictionary volume author attended, in 1904, Midosi's funeral (Anonymous 1904b, 167). And that Ansur's booklet transcribes a speech given at the Lisbon Lawyers Association (Associação dos Advogados de Lisboa) on February 24th, 1902, to simultaneously commemorate Midosi's portrait unveiling (fig. 4) and his anniversary. An event Midosi attended. Part of Ansur's text was reproduced almost verbatim in a 1909 dictionary (Pereira and Rodrigues 1909). A later reference succinctly says, "he has conducted visits to schools of France, Belgium and England" (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira e Brasileira* s.d., 188). While the 2003 *Dicionário de Educadores Portugueses* (Dictionary of Portuguese Educators) states,

Following this visit [to Setúbal's school district], and due to the detailed report presented, he was entrusted by the government to visit schools in Great Britain, France and Belgium. Dedicatedly performed these functions, without receiving any allowances or gratuities. (Santa-Clara 2003)

We should point out that this unexpected connection between the Setúbal and European visits is not supported by any other reference we are aware of.

As we have already mentioned the diary reveals that Midosi briefly visited three education establishments in London — Lancaster School (20.07; 21.07); Westminster College (20.07; 24.07) and University College (13.07). In France he went once to the Sorbonne (10.08). If one takes into account a trip to the office that dealt with teachers' placement (8.07) there was little effort put into fulfilling his mission. Midosi himself stated that Count of Lavradio, a "perfect gentleman, very educated and knowledgeable about England", had given him "ample news about public education" (8.07). What prevented the government to use our diplomatic corps to acquire the information needed and send an appointee instead?

A different narrative

In 1863, probably in May, Midosi wrote to the Kingdom Ministry saying he

has decided to go to England, France and Belgium in the next holidays with the main purpose of visiting schools in these countries, as in August and September the majority of literary establishments are closed and the interval of two months is quite limited for the Supplicant to satisfy his intentions, he pleads Your Majesty consider him in commission to enjoy the benefit of Art. 4 of the Law of August 17, 1853⁵.

In fact, Article 4th stated that professors,

who, by virtue of a temporary government leave, abandon the exercise of their functions, will lose half of their salary. If the license exceeds six months, no salary will be due. This will always be observed unless the absence is due to disease, or employment in some government commission (Portugal: Ministério dos Negócios do Reino 1853, 1).

Midosi's petition is then quite an interesting text. Firstly, it almost seems he is informing that he has decided to go on the trip instead of requesting permission to do so. Secondly, he asks to be away for an interval longer than the formal interruption of school activities. Thirdly, he asks to be on commission in order not to lose half of his salary.

On the 19th, the rector of the Lisbon Secondary School, Marianno Ghira (1827-1877), replied to a query by the General Director of Public Instruction:

I believe that in an establishment like this where a large number of individuals is examined not only in secondary education subjects but also in primary instruction, the absence of a teacher on such occasions is important.

I also think it is very convenient that the teacher who taught a certain subject during the academic year belongs to that subject final exam jury and does not leave his disciples to the evaluation of judges who have no particular knowledge of the students.

I believe, however, that in the queried matter there will be no inconvenience in granting the requested license after the primary instruction exams and the exams

5 ANTT, *Ministério do Reino*, Mç. 3471, Lv. 22, Pr. 481, 1.º Requerimento de Henrique Midosi.

of the disciplines that the referred professor is in charge of, and which may be concluded at the beginning of July.⁶

On May 21st, a leave of three months beginning on July 1st was approved. Midosi nevertheless petitioned to leave earlier, on June 20th. A request approved on June 2nd. An opportunity that was not acted upon as we have seen.⁷

It is now clear that in reality Midosi managed to be nominated into a make-believe commission. One should point out that he took care to give to it an appearance of seriousness by involving the London and Paris Portuguese ambassadors in his endeavour.

Conclusions

Henrique Carlos Midosi diary content makes it useful for a variety of research purposes. The details it provides allow one to reconstruct the dynamics of a well to do upper middle-class male leisure trip in Europe in the 1860s. In conjunction with other travellers accounts the diary thus contributes to the reconstruction of 19th-century travelling habits and patterns: places visited, transports used, cultural events attended, and costs incurred. For instance, Midosi's travel expenses amounted to 590,631 réis, approximately 1.5 times his annual salary (Portugal: Governo 1863). Travelling in this manner was clearly a prerogative of a few. Naturally the diary also improves our understanding of a preeminent Lisbon 19th-century figure revealing particular personality traits and interests.

In a framework where vacations were not yet considered a right a Portuguese professor could only leave his/her workplace if allowed by the government. But in order to avoid a heavy salary cut he or she must be either in sick leave or in an official commission. In this context this diary is particularly informative since we have realised Midosi spent only a small percentage of the trip's time dealing with educational matters. Since the trip had no costs, a commission was nevertheless approved by the government and a fictional public narrative established. Midosi played the role well by simultaneously asking for the assistance of the Portuguese ambassadors in London and Paris.

6 ANTT, *Ministério do Reino*, Mç. 3471, Lv. 22, Pr. 481, Letter from Marianno Ghira.

7 ANTT, *Ministério do Reino*, Mç. 3471, Lv. 22, Pr. 481, 2.º Requerimento de Henrique Midosi.

The diary also opens a few interesting questions. From a biographical point of view the title page states this was a second voyage. But no other explicit reference to an earlier trip exists in the manuscript although at least one entry makes us suspect Midosi had travelled in Europe before. On September 19th, he wrote, “I thought of Aranjuez”. Was this trip prior to 1853 when the law was approved? More importantly how did Portuguese professors occupied their time during their school’s summer break? These are difficult questions to answer.

For the historian of science and/or of education it is comprehensible why Coimbra University professors made reiterated requests in the second half of the 19th century to travel abroad. Intended to be serious scientific trips they aimed, for instance in the area of astronomy, to see *in loco* new instruments and discuss novel techniques. As a drawback they required a government grant. In the 1860s, if on paid commission one would typically receive 120,000 *réis* for the return trip and a daily allowance of 4,500 *réis* (Bonifácio 2009, 36). We conclude this to be a fair amount since a 98-day trip would entail a 561,000 *réis* subvention that is 95% of Midosi’s total expense. Still, one suspects that scientific trips were within the reach of coeval university professors if they wished to go at their own expense. Apparently, they did not.

Finally, this particular case offers a cautionary tale regarding the reliability of primary sources. Midosi’s diary clearly shows a striking difference between the private trip and the one reported in other publicly available primary sources.

ANNEX**Trip overview**

Country (today's borders)	Stayed at	Entry date	Leave date	Nights stayed	Notes
	<i>At sea</i>	1.07	6.07	5	Leaves his Lisbon home at 8 AM
United Kingdom	Southampton	6.07	6.07	0	Arrives at 1 AM on the 6 th
	London	6.07	3.08	28	
France	Paris	3.08	18.08	15	
Belgium	Brussels	18.08	22.08	4	Visits Antwerp
Germany	Cologne	22.08	24.09	2	
	Coblenz	24.08	25.08	1	
	Mainz	25.08	28.08	3	
	Baden-Baden	28.08	31.08	3	
	Freiburg	31.08	2.09	2	
	<i>Travelling</i>	2.09	3.09	1	
	Bandorf (?)	3.09	3.09	0	
Switzerland	Schaffhausen	3.09	4.09	1	
	St. Gallen	4.09	5.09	1	Via lake Constance
	Zurich	5.09	7.09	2	
	Bad Ragaz	7.09	9.09	2	
	Splügen	9.09	10.09	1	
Italy	Chiavenna	10.09	11.09	1	
	Milan	11.09	14.09	3	Via Colico and lake Como
	Venice	14.09	17.09	3	

	Turin	17.09	19.09	2
	<i>Travelling</i>	19.09	20.09	1
France	Nice	20.09	21.09	1
	Toulon	21.09	22.09	1
	Marseille	22.09	24.09	2
	Perpignan	24.09	25.09	1
	<i>Travelling</i>	25.09	26.09	1
Spain	Barcelona	26.09	27.09	1
	<i>Travelling</i>	27.09	28.09	1
	Cervera	28.09	29.09	1
	<i>Travelling</i>	29.09	30.09	1
	Madrid	30.09	3.10	3
	<i>Travelling</i>	3.10	5.10	2
	Badajoz	5.07	6.10	1
Portugal	Elvas	6.10	7.10	1

Manuscript Sources

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO [ANTT], *Ministério do Reino*, Mç. 3471, Lv. 22, Pr. 481, Carta de Marianno Ghira; 1.º Requerimento de Henrique Midosi; 2.º Requerimento de Henrique Midosi.

MIDOSI, Henrique. *Diário “1863, 2.ª viagem”*. Personal Collection.

THE NATIONAL ARCHIVES, *Pentonville Visitors Book 1862-1885*, PCOM 2/93.

Bibliography and Printed Sources

ANONYMOUS. 1863a. “Movimento Marítimo”. *Diário de Lisboa*, July 2.

ANONYMOUS. 1863b. “Noticias Maritimas”. *A Revolução de Setembro*, July 2.

ANONYMOUS. 1864. *Journal des Baigneurs*, July 10.

ANONYMOUS. 1904a. “Dr. Henrique Midosi”. *Diário Illustrado*, July 20.

ANONYMOUS. 1904b. “Necrologia. Dr. Henrique Midosi”. *O Occidente*, July 30.

ARANHA, Pedro Wenceslau de Brito. 1883. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Vol. 10. Lisboa: Imprensa Nacional.

- ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL DE LISBOA. 1864. "Annuncios". *Diário de Lisboa*, November 28.
- BEAUCHAMP, K. G. 2001. *A History of Telegraphy: Its History and Technology*. London: Institution of Engineering and Technology.
- BONIFÁCIO, Vitor. 2009. "Da Astronomia à Astrofísica: A perspectiva portuguesa". PhD Thesis, Universidade de Aveiro.
- FIGUEIREDO, Alfredo Ansur de. 1902. *Apologia do dr. Henrique Midosi*. Lisboa: Typographia de Christovão Augusto Rodrigues.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. n.d. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada.
- HARTE, Negley, & John North. 2004. *The World of UCL 1828-2004*. London: UCL Press.
- JACKSON, Lee. 2019. *Palaces of Pleasure: From Music Halls to the Seaside to Football, How the Victorians Invented Mass Entertainment*. New Haven, CT; London: Yale University Press.
- LONDON TRANSPORT MUSEUM. n.d. "Metropolitan Line". Accessed November 12, 2021. <https://www.ltmuseum.co.uk/collections/stories/transport/metropolitan-line>
- MACHADO, Julio Cesar. 1863. *Recordações de Paris e Londres*. Lisboa: José Maria Correa Seabra.
- MIDOSI, Henrique. 1894. *Poesias selectas para leitura, recitação e analyse dos poetas portugueses*. Lisboa: Typographia do Commercio de Portugal.
- PEREIRA, João Manuel Esteves, & Guilherme Rodrigues. 1909. *Portugal; dictionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico*. Vol. 5. Lisboa: J. Romano Torres.
- PORTER, Roy. 2001. "Os Ingleses e o lazer". In *História dos tempos livres*, ed. Alain Corbin, 19-58. Lisboa: Editorial Teorema.
- PORTUGAL, Francisco. 1937. *Memórias do Conde do Lavradio. Parte Quarta (1858-1865)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PORTUGAL: GOVERNO. 1863. *Orçamento geral e propostas de lei da receita e despesa do estado para o anno económico de 1863-1864*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PORTUGAL: MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DO REINO. 1853. "Lei de 17 de Agosto". *Diário do Governo*, 26 de agosto.
- SANTA-CLARA, Ana Teresa. 2003. "Midosi, Henrique". In *Dicionário de educadores portugueses*, ed. António Nóvoa, 921-922. Porto: Edições ASA.
- SERRÃO, Joaquim Verissimo. 1992. "Um cronista Português de Salamanca: o dr. Henrique Midosi (1888)". In *Salamanca y su proyeccion en el mundo. Estudios históricos en honor de D. Florencio Marcos*, ed. Jose Bonilla Hernandez, 319-344. Salamanca: Centro de Estudios Salmantinos.
- TURNER, Iris. 2015. *The History of Borough Road School/College from its Origins in 1798 until its merger with Maria Grey College to form West London Institute of Higher Education in 1976*. Uxbridge: Brunel University London Press.

“Towards India!”: A glimpse of the “Spirit Policy” in Portuguese India*

JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS**

Prelude

Listen, my friend: close the windows over the geometric town, shredded by advertising “neon” signs. Forget the arranged meeting, the business interview, the unavoidable task. Let the outside life continuing with the cars’ purring, the newspaper vendors’ shouts, the tyranny of duties to accomplish.

In the warm intimacy of your favourite retreat, enjoying your preferred liquor and tobacco, ignore for a few moments the daily litany of your obligations. In a while, everything will resemble with the same appearance as always; nevertheless, fill your eyes with beauty and colour — the colour and beauty of a world which is beyond the narrow limits of your house and city.

Arm in arm, we will range the ancient dirt roads, sail the blue-green oceanic routes. It is a long journey, ours: even longer in olden days, in the heat of the heroism and adventure winds.

The scarce seven palms of the usual universe will widen and dilute; a vague sea odour and restlessness is already upon the smell of calm and tar. It is time to leave, my friend!

Towards India!

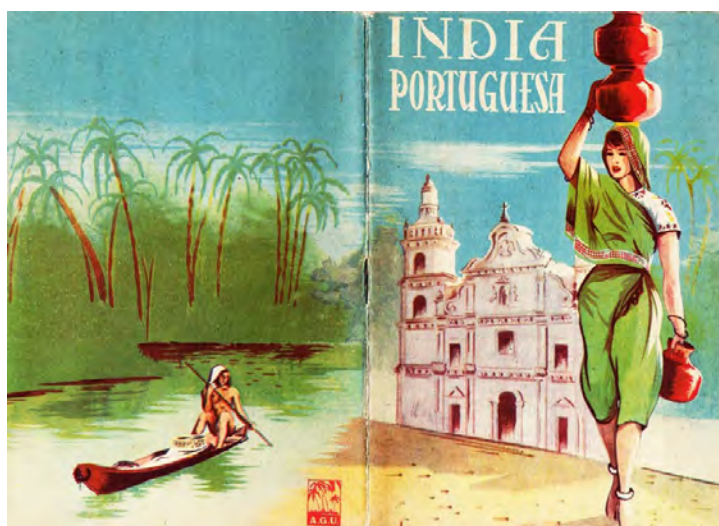
* This essay was supported by a research contract from the FCT – Foundation for Science and Technology, under reference 2023.07442.CEECIND/CP2891/CT0024.

** ARTIS – Institute of Art History, School of Arts and Humanities, University of Lisbon, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4036-9868>. E-mail: joaquimr.santos@gmail.com.

Through this friendly-sounding text, Portuguese people were encouraged to leave their stressful lives in Portugal and invited to visit Portuguese India. This text was the first in a small booklet entitled *India Portuguesa* (fig. 1), published in 1952 by the Agência Geral do Ultramar (Overseas General Agency); it introduces the first true attempt to promote Portuguese tourism in the Indian territories under Portuguese administration.

Since the 19th century, Old Goa was a main focus for Catholic religious tourism—that is, if pilgrimages could be considered, back then, as “tourism”—due to the periodical Xaverian celebrations, when the body of St. Francis Xavier, generally known as the “Apostle of the East”, was exposed to Catholic believers. Occasional travellers have visited Goa in their leisure or work journeys across British India, noting down their impressions in a few travel books. But it was during the Estado Novo that tourism became a major goal to the dictatorial regime, through the “Política do Espírito” (Spirit Policy), and this policy seems to have been extended to the Estado da Índia (Portuguese India) in the 1950s, probably as part of the regime’s strategy to strengthen the Portuguese claims over Goa, Daman and Diu.



1 Cover of the booklet *India Portuguesa*, 1952. Author’s private collection.

The first travellers and visitors in Portuguese India

As we all know, it is hard to define strict limits for what is considered as (recreational, cultural, religious, etc.) tourism. And this was especially true in ancient times. As regards the geographical area of the former Portuguese India and the chronological period of the Portuguese rule in these territories, there are numerous examples of persons who wrote about cities, peoples, buildings, landscapes, religions and other issues throughout the centuries, after visiting several places. However, while some of these descriptions are important reports with administrative, evangelical, scientific, economic or military purposes, other writings (and even depictions) were made for memoirs or travel books.

On the other hand, many officers, soldiers, merchants, officials and missionaries have visited places outside the context of their working activities and described them without any reason other than their pleasure to know new places, cultures and peoples. Therefore, the question remains: when can a text, a depiction or a travel be considered as a touristic event? What are the features that differentiate tourism from other kinds of travels? Nowadays, it may be simple to answer these questions, but what about two, five or twenty centuries ago?

Ever since the Portuguese first arrived in Portuguese India, they have noted down descriptions of the local customs, buildings, people, food and other characteristics: Álvaro Velho, for example, wrote his impressions about India during the first voyage of Vasco da Gama. However, these impressions cannot be considered as having a touristic meaning, since the voyage had specific goals that did not include leisure. The same happened with several other people who wrote descriptive texts about Portuguese India, both from Portugal and from other European countries, during the first three centuries of Portuguese presence in the subcontinent.

Texts written by João de Barros, António Bocarro, Diogo do Couto, Gaspar Correia, Manuel de Faria e Sousa, Duarte Barbosa and Tomé Pires, as well as by foreigners such as Gabriel Dellon, Jan Huygen van Linschoten, Pietro della Valle, François Pyrard de Laval, Jean-Baptiste Tavernier, John Frier or Garcia de Figueroa, were known and even published in Europe, but they were hardly seen as having touristic purposes. In fact, most of these texts were working tools, especially reports.

However, things started to change from the 19th century onwards. Despite the fact that tourism was already a reality in Europe in the previous centuries—one may mention, for instance, the *Grand Tour* (cultural tourism) or

the pilgrimages to Rome, Santiago de Compostela and even the Holy Land (as religious tourism)—touristic voyages to the East and the Far East have only started with some frequency in the 19th century, undoubtedly influenced by Romanticism. When mentioning Romanticism, one usually refers to a cultural movement from the 18th and 19th centuries, intimately associated to Europe and, more specifically, to Northern and Central Europe, with main dissemination centres in the Germanic and British areas. But although it was a European cultural movement, Romanticism reached distant lands strongly influenced by European culture.

The attraction for exotic cultures led some Romantic travellers to embark on adventurous cultural voyages beyond Europe. India, especially after the British control of the subcontinent, became a site where travellers could experience exotic, ancient and very different cultures in the same place. It also became an important source of inspiration for Orientalism, explored by European settlers, officials, soldiers, merchants and others. Several British authors wrote novels and travel books or painted views of the subcontinent, imbued with Romantic influences. Descriptions or depictions of picturesque landscapes, buildings, ruins, people, customs or animals can be found among the works created by British visitors in India.¹ Some of these compositions certainly attracted other travellers wishing to immerse themselves in exotic cultures.

Several 19th-century European travellers made Romantic descriptions or depictions of the Estado da Índia, focusing primarily on Old Goa. Filipa Lowndes Vicente wrote a very interesting study on how the British travellers saw Goa: the Victorian writer Richard Burton, who published in 1851 his famous book *Goa, and the Blue Mountains*, as well as William Howard Russel and Joseph Alexander von Hübner, who also wrote similar works. These travellers saw the dazzling rise and the subsequent agonising decadence of Old Goa as a historical lesson. Therefore, by analysing the evolution of Goa and avoiding the errors made by the Portuguese, the British were able to protect their own empire from the same fate.²

1 On the visual representations in British Raj, see Behdad & Gartlan 2013; Sengupta and Ali 2011; Pelizzari 2003; High & Sampson 2002; Ryan 1997.

2 The idea about the decay of the Portuguese Empire as a “History lesson” was to avoid the same fate for the British Empire. This was something frequent in British historiography about India (Vicente 2013, 275–278). See also: Vicente 2014.

Late 19th-century and early 20th-century writings on Portuguese India

The 19th century brought new insights into Portuguese India, both by the Portuguese and by other Europeans. The historical aspects continued to be the focus of many writings, but they were increasingly complemented by anthropological and ethnographic observations. It is the case of the works published by Denis Louis Cottineau de Kloguen and Gabriel Saldanha. However, the most interesting case is *A Índia Portuguesa*, published by António Lopes Mendes in 1886, after a commission of almost two decades as an official in Portuguese India. Lopes Mendes' work is a blend of historical and ethnographic aspects, with information on the people, the economy, culture, politics, religion, architecture, landscaping, flora and fauna, complemented by amazing drawings that are a very useful source of information.

This collection of two volumes cannot be considered a touristic guide, but one may assume that Lopes Mendes was led to elaborate this magnificent work partly due to a cultural motivation: he was not producing a report nor gathering information for any purpose other than collecting his own memories, and thereby allowing other people to know Portuguese India through his writings and drawings. *A Índia Portuguesa* is not a travel book, as it was not written by someone merely passing through and describing it superficially; it is not a touristic guide, as it does not provide visiting routes or useful information for tourists; and neither is it a memoir, because Lopes Mendes did not write his life memories during his stay in Portuguese India. But his book was nonetheless written by someone imbued with a passion for cultural knowledge, inherited from 19th-century Romanticism and Positivism.

The publication of writings about history, ethnography, culture, religions, etc., continued in the 20th century, especially in articles published in *O Oriente Português*, the bulletin of the Comissão Permanente de Arqueologia (Permanent Archaeology Committee). Several authors, such as José Maria do Carmo Nazareth, Pandurong Pissurlenkar, Ricardo Michael Telles, António Bernardo de Bragança Pereira, José António Ismael Gracias and Francisco Xavier Vaz, for instance, highlighted many unknown or forgotten themes related to Portuguese India. Later, in 1911, right after the fall of the monarchy and the establishment of a Portuguese Republic (1910), José de Sousa e Faro published a book entitled *A Índia: Impressões e Sugestões*, in which he recounts the history of India (in part I) and offers an overview of the economic, cultural and defensive situation in Portuguese India at the time, with ideas on how to improve the situation. However, the book does not serve a touristic purpose.

On the other hand, it is imperative to mention several photo albums prepared by Souza and Paul between c.1890 and, at least, the 1930s, a fundamental source to know Goa, Daman and Diu. These photographers took photos of monuments, buildings, people, landscapes, traditions, villages, working activities, religious celebrations and many other themes, offering a very complete overview of Portuguese India. The photo albums of Souza and Paul were acquired by families, as well as institutions. In this case, there was clearly a focus on cultural tourism: besides the aim of using these photos for report purposes by official entities, or the acquisition of the albums by Goan families or Portuguese people living in Goa, these works were also used to promote Portuguese India in Portugal and even in international events (namely the Paris Exposition of 1900).

But the photo albums of Souza and Paul were not the first touristic albums/books about Goa, Daman and Diu. In fact, the first guides with a touristic purpose appeared in a very special context: the periodical celebrations of the Exposition of the Body of Saint Francis Xavier³. From 1859 onwards, a series

of booklets was published to support the pilgrims arriving in Old Goa (fig. 2). These booklets were definitely touristic guides, with religious information and historical facts about Saint Francis Xavier, but mostly information about the monuments of Old Goa, guiding the pilgrims during their stay and suggesting visiting sites. Photos by Souza and Paul were often published within these guides, complementing the texts by Filipe Nery Xavier (on the exposition of 1859), Viriato Caetano Brás de Albuquerque (on the expositions of 1878 and 1890) and Francisco Xavier da Costa (on the expositions of 1900, 1910 and 1922), thereby reinforcing their touristic aims. Religious tourism was thus the first kind of tourism implemented in Goa, with pilgrims coming not only from Portuguese India, but also from the rest of India and beyond.



2 Front cover of the booklet *A Velha Cidade de Goa: Lembrança da Exposição do Corpo de S. Francisco Xavier*, 1931. Author's private collection.

3 On the Xaverian celebrations in Goa, see Costa 1935; Costa 1924; Albuquerque 1891; Albuquerque 1878; Xavier 1859. See also Vicente 2018; Gupta 2014; Faria 2014; Vicente 2002.

(A brief parenthesis): The "Spirit Policy" under the Portuguese dictatorial regime

In 1926, a military dictatorship was established in Portugal, giving rise, a few years later, to a dictatorial regime known as *Estado Novo* (New State), under the guidance of António de Oliveira Salazar. The latter's retrograde and misogynist mentality—and, by extension, most of the regime's structure—was based on a nostalgia for a medieval era with presumably perfect moral values, leading to a kind of chronic inaction. Salazar used to promote the crystallisation of traditionalist and rural values belonging to a distant past he himself had never known (Torgal 1989, 172-174).

The therapeutic act of rediscovering the country's primordial roots in folk traditions was seen as a history lesson from the past for the present and the future (according to the regime's agenda). Therefore, the propaganda based on the nation's past became a powerful ideological instrument, since its intrinsic essence—that of something that had always existed and would continue to exist—was unassailable. Paradoxically, the historicising process enacted in folk traditions turned them into static realities without a defined time: their natural evolution was suspended and transferred to an ideal time, artificially musealised (Melo 2001, 47). The Portuguese people's fable-making and their soul, culture, ethnicity, social behaviour and history allowed the dictatorial regime to manipulate them according to its own agenda.

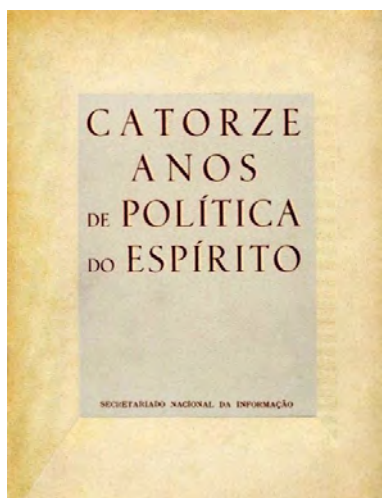
The *Secretariado de Propaganda Nacional, Turismo e Cultura Popular* (Secretariat for National Propaganda, Tourism and Popular Culture) was created in 1933 and changed its name to *Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo* (National Secretariat for Information, Popular Culture and Tourism) in 1945, under the direction of António Ferro. The latter devised a cultural philosophy called "Spirit Policy", with the intention of reconquering the "Spirit of Portugal" through the recovery of great works, the elevation of the Portuguese taste, the revival of Portuguese folk traditions, the improvement of the Portuguese landscape and the dissemination of the national spirit ("Portugueseness"), culture and art by means of conferences, publications and exhibitions (Salazar 1933, vol I, 261-262; *Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo* 1948, 35-37)⁴.

The aforementioned secretariat became a powerful instrument of glorification of the dictatorship and its leader, promoting the indoctrination of the people through publications, posters, broadcasting and programmes such as

4 See also Ferro 1943.

the establishment of a network of “Pousadas de Portugal” (Portuguese inns), the publication of the *Guias de Portugal* (Portugal Guides)⁵, the competition for the “Aldeia Mais Portuguesa de Portugal” (Portugal’s Most Portuguese Village), the implementation of embellishment plans in historical towns, the restoration of national monuments and the “Campanha do Bom Gosto” (Campaign of Good Taste). On the other hand, the increasing valorisation of architectural remains from the past was also used by the regime for the ideological re-education of the people. These works became easily apprehensible symbols, often complemented by major celebrations of glorious historical events and patriotic heroes associated with national monuments—which were living testimonies of an illustrious past, containing collective ideological messages for the Portuguese people.⁶

The Spirit Policy endowed traditional images and values with a nostalgic significance, promoting a popular cult of folk traditions as a way of appealing



3 Front cover of the book *Catorze Anos de Política do Espírito*, 1955. Author’s private collection.

ing to the people’s nationalist feelings, thereby emphasising the unquestionable virtue of the genuine Portuguese soul and spirit⁷ (fig. 3). Traditional customs, folklore, economic activities, ancient architectural systems, monuments and popular houses, villages and historical neighbourhoods, arts and handicraft, music, gastronomy, clothes, dances, tales, festivities and—perhaps most importantly—local people still living according to the regime’s ideals, became fundamental values to be protected, due to the juxtaposition of associated meanings, feelings and testimonies. Therefore, domestic tourism was strongly encouraged as another ideological instrument to instil nationalist feelings into the people.⁸

- 5 Although it began under the supervision of Raul Proença in 1924, two years before the beginning of the military dictatorship, most of these guides were published during the dictatorial regime, until 1970.
- 6 On the restorations and ideological use of the Portuguese built heritage, see Santos 2012; Custódio 2011; Tomé 2002; Neto 2001.
- 7 On the Spirit Policy, see Ribeiro 2017; Santos 2008; Ó 1999; Ferro 1943. See also Cunha 2001; Melo 2001; Leal 1994.
- 8 On tourism during the Estado Novo regime, see Cadavez 2011; Aguiar 2008; Ferro 1949.

The independence of India and the Portuguese reaction

Before the independence of India, tourism in Portuguese India was not even considered by the dictatorship. The territory was a mere colony, and after the Acto Colonial (Colonial Act) of 1930, an imperialist agenda was set in motion throughout the Portuguese empire, concentrating the political power in Lisbon. A small collection of books, entitled *Cadernos Coloniais* (Colonial Notebooks) was published from the 1920s onwards, presenting the overseas colonies to the Portuguese people. But more than a touristic intention, these publications aimed to let the Portuguese people know a little bit about the colonies (their history, major heroes, culture, economy, native people, etc.) and to make them feel proud of being part of a great country with a glorious history. One of the issues, *Estado da Índia*, was written in 1939 by José Ferreira Martins and focused on Portuguese India (fig. 4).

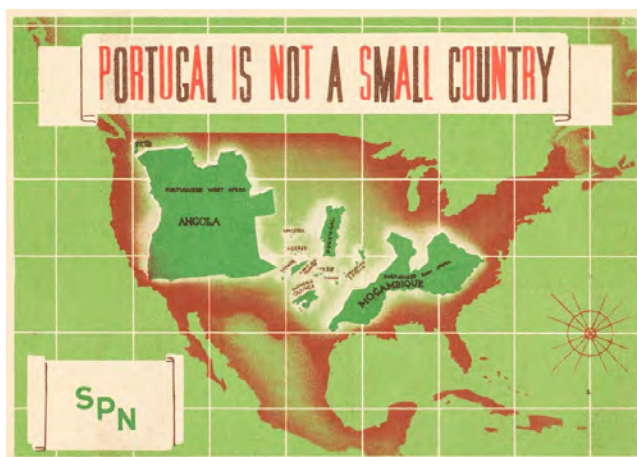


4 Cover of the booklet *Cadernos Coloniais – Estado da Índia*, 1939. Author's private collection.

One month before the independence of India, a book was released to commemorate the “Semana das Colónias” (Week of the Colonies), a major imperialist event promoted by the General Overseas Agency to celebrate the Portuguese Empire. Entitled *O Estado da Índia: Passado e Presente*, this book was written by Caetano Gonçalves and published by the Sociedade de Geografia de Lisboa (Lisbon Geographical Society), an institution founded in

the 19th century in the colonial context. Once again, this work was not a touristic guide, but a book designed to inform the Portuguese people about the history, population, climate, economy and administration of the Portuguese colonies in India. The texts were accompanied by a few photos, showing buildings, landscapes and natives. However, this imperialistic conduct was already an anachronism in a post-war world that was rapidly changing.

In 1947, independence was granted to the territories of the British Raj; the Indian Union became an independent country and immediately demanded the integration of the territories in the subcontinent that were still under European rule—the Estado da Índia Portuguesa and the Établissements Français dans l'Inde. But while France gave in and accepted to hand over its possessions (most of them transferred *de facto* in 1954 and *de jure* in 1962, after the ratification of a treaty by the French Parliament), the Portuguese dictatorial regime did not accept to relinquish the Portuguese territories in the subcontinent, triggering a snowball effect that would lead to the loss of the other Portuguese overseas territories, namely in Africa.



5 Henrique Galvão, poster *Portugal is not a small country*, 1951.
Author's private collection.

The Portuguese regime was aware of India's military supremacy, and therefore established a diplomatic *modus operandi* aimed at justifying its dominion over Portuguese India: the main purpose was to show not a Portuguese colony, but a Portuguese overseas province, whose inhabitants were Portuguese citizens with many affinities with Portugal in terms of culture, language, architecture,

cities and religion. By showing the "Portugueseness" of Estado da Índia, the regime was emphasising that this territory was much closer to Portugal than to India, and should therefore remain under Portuguese control⁹.

Soon, several actions were taken to support the Portuguese claims, reiterating the ideological propaganda used in mainland Portugal: the promotion of major events (exhibitions, religious and historical celebrations) sponsored by the government; study missions to support the allegations regarding the "Portugueseness" of Portuguese India; the restoration of monuments as an ideological instrument; an increment of public works to modernise the territory; the development of the so-called Lusotropicalist rhetoric, according to which the Estado da Índia was part of Portugal, a pluricontinental country with territories in Europe, Africa and Asia. And tourism, of course, was another mechanism used by the regime's rhetoric to strengthen the ties between Portugal and Portuguese India.

The beginning of tourism in Portuguese India promoted by the dictatorial regime

The ideological plan to promote an Indo-Portuguese territory, with strong connections with Portugal and almost no links to India, comprised different lines of action, as seen previously. As in mainland Portugal, tourism became another instrument used by the dictatorial regime to pursue its political agenda. Little by little, tourism gained importance in Portuguese India, especially in the territory of Goa.

1952 became a key point for the regime's ideological programme: this year saw the celebration of the 4th Centenary of the Death of Saint Francis Xavier, together with the public exposition of his body. The previous Xaverian celebrations, in 1931 and 1942, were restricted—especially the second one, celebrated during the Second World War. In 1931, a small booklet by Jaime Rangel came out; it was a touristic guide and a souvenir from this major event, containing the history of Saint Francis Xavier, suggestions of monuments for the pilgrims in Old Goa to visit during their stay and information on their history; a novelty was the use of the English and French languages, besides Portuguese. However, the celebration of 1942 was only covered in an appendix of the booklet prepared by Francisco Xavier da Costa for the Xaverian celebration of 1952.

9 On the end of the Portuguese colonial rule in India, see Lopes 2017; Avelar 2012; Stocker 2011; Bègue 2007; Couto 2006; Léonard 1999.

1952 was indeed a remarkable year in Old Goa: the celebration of the 4th Centenary of the Death of Saint Francis Xavier attracted many pilgrims from Portuguese India, but also from other parts of India and Asia with Catholic communities, resulting in a massive arrival of people in Old Goa. This situation was seized by the regime for its propaganda purposes, as it would allow the foreign crowds from many countries to see a Lusitanised territory with strong (emotional, cultural, religious, political and even ethnical) links to Portugal. The Catholic festivity was indeed a major distinguishing feature separating Portuguese India from Hindu India, but it was not the only action taken by the Portuguese regime.

For instance, in the preceding year a famous Portuguese restorer, Baltazar da Silva Castro, was dispatched to Goa to prepare a vast programme of restorations of the city's monuments¹⁰; in mainland Portugal, the architectural heritage was used by the regime for ideological purposes. Old Goa, the former capital of the Eastern Portuguese Overseas Empire, was lying in ruins, with the

exception of some major religious buildings. Baltazar Castro's aim was to recover the former magnificence of Old Goa's monuments and to use them to convey an Indo-Portuguese rhetoric—in fact, after the restoration, some buildings acquired a “more Portuguese” and “more ancient” image, which, in some cases, they had never had.

As previously mentioned, great pilgrimages were themselves a kind of touristic activity, and the Xaverian festivities could certainly be included in the list of Goa's religious touristic events. As in other Xaverian celebrations, two books were published in connection with this major event: one in 1952 by Goa's Imprensa Nacional (National Press) and the other in 1954, as already noted, by Francisco Xavier da Costa. These books contained the history and description of Old Goa's main monuments, this time in more detail (fig. 6).



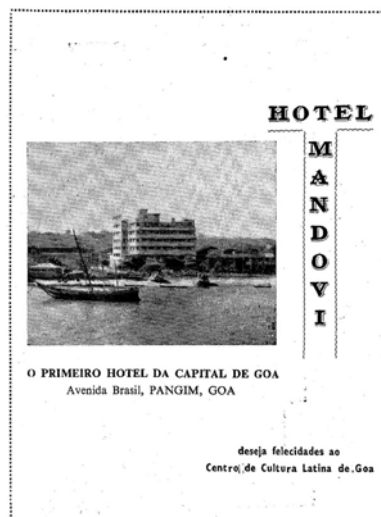
6 Front cover of the book *Velha-Goa: Guia Histórico*, 1952. Author's private collection.

10 On restorations of Old Goa's monuments, see Santos 2017; Mariz 2016; Santos 2015; Santos & Mendiratta 2011.

The massive pilgrimage also caused a logistic problem, as the city had to house a huge amount of pilgrims. Some ancient convents were adapted to receive them, but these installations were not suitable for important guests, and therefore a hotel had to be built. In December 1952, during the Xaverian celebration, the Mandovi Hotel was inaugurated, the first one in Portuguese India. And the touristic booklet mentioned in the prelude was published in the same year, marking the official beginning of the regime's touristic concerns in India. The booklet's contents clearly reveal its touristic vocation, to which a series of picturesque photos of monuments, landscapes and natives also contributes:

CONTENTS

- I. Where is India
- I. What is India
- III. Why go to India
 - a) For vacation
 - b) For business
 - c) For research
- IV. How to get to India
 - a) By sea
 - b) By air
 - c) By train
 - d) By road
- V. Useful information
 - a) Money
 - b) Language
 - c) Hotels
 - d) Monuments and sites to visit
 - e) Religious and traditional celebrations
 - f) Travels
 - g) Food
 - h) Weather
 - i) Clothes



7 Advertisement in the newspaper *Harpa Goesa*, mentioning the Mandovi Hotel as being the first one in Goa. Krishnadas Shama Goa State Central Library. Public Domain.

A tropical Portugal: The aim to expand the Spirit Policy to Portuguese India

Religious celebrations, major historical events, the restoration of monuments, hotel inaugurations... By 1952, the expansion of the Spirit Policy to Portuguese India was already in full swing. The invitation made to the Portuguese people to visit Portuguese India had the same goal of the Spirit Policy in Portugal: to let people know their own pluricontinental country, to strengthen the relations between the numerous communities in the Portuguese territories, to immerse Portuguese citizens in nationalist history and cultural lessons, to show to the world the effectiveness of a functional country with several territories in different continents.

More cultural studies were needed to support the Portuguese claims regarding the Portugueseness of the Estado da Índia, especially after the visit of the famous Brazilian sociologist Gilberto Freyre to the Portuguese overseas territories, invited by the dictatorial regime. It was in Goa that Freyre formulated for the first time his views on Lusotropicalism, in the year before the Xaverian celebration of 1952. As is widely known, Lusotropicalism was a sociological theory that affirmed the originality of the Portuguese colonial empire, marked by a crossbreeding between the Portuguese people and the natives, and by the adoption of Catholicism and the Portuguese language, culture, art and architecture—although adapted to the tropical climate.¹¹

In the same year Gilberto Freyre was visiting India, the restorer Baltazar Castro was also in Goa and, soon after his arrival, in 1951, a study mission also arrived in the subcontinent, led by art historian Mário Tavares Chicó and his companions Carlos de Azevedo, Martinho Humberto dos Reis and José Carvalho. Their mission, sponsored by the regime, was to study the art of Goa, Daman and Diu. In 1956, another study mission was sent to Portuguese India, this time with anthropological, sociological and ethnographical aims; this mission was led by the geographer Orlando Rodrigues, who was accompanied by Raquel Soeiro de Brito and Mariano Feio. After the return of these teams to Portugal, the regime seized on the conclusions that fitted its ideological agenda, with propagandistic purposes.

While Orlando's mission did not produce useful knowledge for the regime's propaganda intents—his controversial report stated that Portuguese India was much closer to India than to Portugal—the results of Chicó's mission

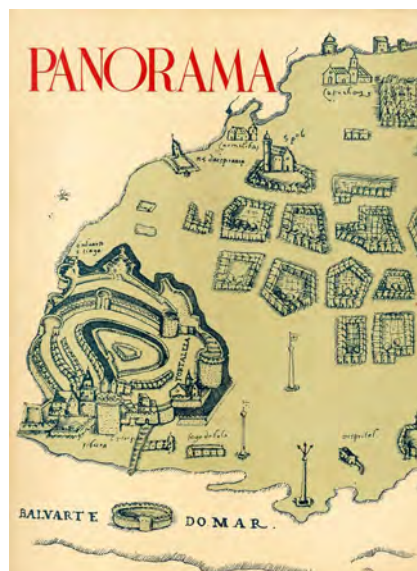
11 On the Lusotropicalism and the Portuguese study missions to India, see Santos 2020; Souza 2001; Medina 2000; Castelo 1999; Freyre 1961; Ribeiro 1959.

were partially used to present a territory with a landscape marked by the scattered towers of white Catholic churches, by buildings and monument that were clearly Portuguese, although adapted to the tropical climate, and by an original Indo-Portuguese art mixing Portuguese canons with local influences. This exotic "tropical Portugal with an Indian taste" was shown to the world, but also within Portugal, arousing the curiosity of the Portuguese people.

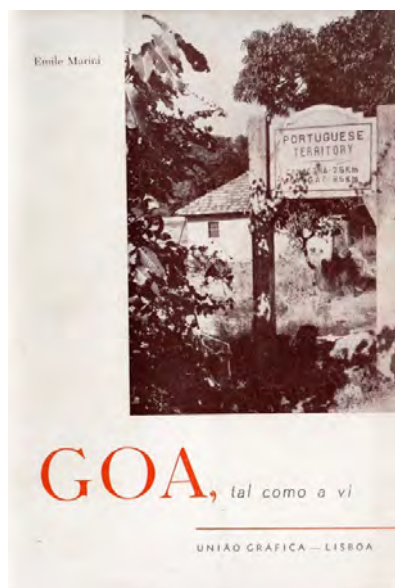
In 1955, the journal *Panorama* put out a special issue on Portuguese India. Published by the National Secretariat for Information, Popular Culture and Tourism, *Panorama* focused on Portuguese art and tourism, contributing to the increase of tourism in line with the Spirit Policy (fig. 8). Some of the best Portuguese experts in Portuguese India wrote texts for this special issue about its history, art, traditions, religion, ethnography, economy, etc., always stressing the Portuguese influence on these territories. The texts were accompanied by several photos of monuments, landscapes, native people, celebrations and public works, and there were English and French translations at the end of the issue.

By this time, in 1954, the General Overseas Agency published a propaganda book entitled *Portuguese India To-Day*, by Luís Forjaz Trigueiros (with an enlarged version published in 1956), entirely written in English. Apart from a set of photos of Portuguese India, the text denoted a clearly propagandistic purpose in its description of a Lusitanised territory. The book *India Portuguesa*, by Frederic P. Marjay, was published in 1959; although considered a dissemination book on the history of Portuguese India, more than half of it consisted of depictions and photos from several authors, showing exotic natives, picturesque landscapes, Indo-Portuguese monuments and arts, traditions and public works. The idea of Portugueseness was present in all the pictures.

But it was the Swiss journalist Emile Marini the main responsible for the international dissemination of Portuguese India, through his book *Goa as I saw it*, published in four different languages (Portuguese, French, English and German). Sponsored



8 Front cover of the magazine *Panorama*, 1955. Author's private collection.



9 Front cover of the book *Goa, tal como a vi*, 1957. Author's private collection.

by the Portuguese regime, Marini travelled in 1957 across Goa, Daman and Diu, photographing portraits, landscapes, buildings, monuments, art works, public buildings, religious ceremonies, festivities, handicrafts, economic activities (agriculture, trade, industry), dances, etc. His is perhaps the most complete photo-survey of Portuguese India, although maintaining its focus on Portuguese-influenced issues. The book was published in 1957 and was very influential in Portugal and abroad (fig. 9).

Closing Remarks

The 5th Centenary of the Death of Prince Henry the Navigator was celebrated in 1960, together with the 450 years of the Portuguese conquest of Goa by Afonso de Albuquerque. These two celebrations were once again used

by the Portuguese regime for ideological and propagandistic purposes.

At the time, Manuel Vassalo e Silva was governor-general of the Estado da Índia, whose decisive action in favour of the territory's development was fully known. The role played by the Goans themselves in the administration of the territory was widely recognised by the governor-general, and local cultural specificities were also valued. An example is the bilingual booklet *Arte Indu em Goa – Sri Manguexa e outros templos de Pondá* (*Hindu Art in Goa – Sri Manguexa and other temples of Ponda*), a tourist guide published in 1958 by the Secção de Informação da Repartição Central de Estatística e Informação (Information Section of the Central Department of Statistics and Information), in Goa (fig. 10). As the title suggests, this booklet was entirely dedicated to the Hindu temples of Goa, mentioning their architecture and history, religious cult, myths and legends, cultural traditions, caste system, etc.; it must certainly have been written by some Goan Hindu employee of the Portuguese local administration.

Right at the end of the Portuguese presence in India, the Overseas General Agency published another tourist booklet in 1960, entitled *Goa* (fig. 11). Curiously, and unlike the booklet published eight years earlier, this one

included elements of local Goan Hindu culture; in fact, the cover even featured a Kamba (a tower of worship located next to Hindu temples). The content is basically identical to that one published before, although it now appears to take on—at least on the cover—Goan cultural elements that are not so closely linked to Portuguese culture.

Meanwhile, the governor-general prepared an ambitious plan for the musealisation of Old Goa, appointing a committee led by José Ismael Gracias Jr. to prepare the preliminary programme for the *Revival of the City of Old Goa's Historic, Archaeological and Religious Spirit*¹². Besides the restoration of monuments in Old Goa and the musealisation of the main heritage, some new buildings were planned, leading to the re-urbanisation of some parts of the ruined city. The aim of this new plan was clear: to recover part of the charisma of the former capital, to be used by the regime in its ideological propaganda. The former Portuguese capital in the East would be used from then on because of its symbolism, as a memory of a golden era that had already vanished but was about to be revived; and it would also acquire a meaning directly related to tourism, since the old city would receive massive crowds of pilgrims, because of the Xaverian celebrations, but also nationalist travelers, to pay homage to this historical and symbolic place, and even regular tourists in search of exotic adventures. No wonder that the report produced by Gracias' commission recommended the construction of an inn, similar to the Portuguese inns sponsored by the National Secretariat for Information, Popular Culture and Tourism, alluding once again to the practices of the Spirit Policy.

12 On the musealisation plan for Old Goa, see Santos 2016; Comissão de "A Velha Goa" 1960.



10 Front cover of the booklet *Arte Indu em Goa – Sri Manguexa e outros templos de Pondá*, 1958. Author's private collection.



11 Front cover of the booklet *Goa*, 1960. Author's private collection.

In conclusion, tourism was indeed intended as an ideological instrument to consolidate the links between the Portuguese people and Portuguese India in the period following India's independence. Many actions were taken, echoing what had happened earlier in Portugal, although adapted to the subcontinent's context. However, the integration of these territories in India, in 1961, prevented the full development of this nationalist tourism policy.

Bibliography

- AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. 1952. *India Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. 1960. *Goa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- AGUIAR, Filipa. 2008. "Turismo e propaganda política: O Estado Novo e as ditaduras contemporâneas (1930-1950)". Master dissertation, Universidade Nova de Lisboa.
- ALBUQUERQUE, Viriato de. 1879. *Exposição do Venerando Corpo do Glorioso Apostolo das Índias: S. Francisco Xavier, em 1878*. Nova Goa: Tipographia da Cruz.
- ALBUQUERQUE, Viriato de. 1891. *Exposição do Venerando Corpo do Glorioso Apostolo das Índias S. Francisco Xavier em 1890: Memoria historico-descriptiva Illustrada com Estampas*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- AVELAR, Pedro. 2012. *História de Goa: de Afonso de Albuquerque a Vassalo e Silva*. Lisboa: Texto Editores.
- BEGUE, Sandrine. 2007. *La fin de Goa et de l'Estado da Índia: Décolonisation et Guerre Froide dans le Sous-Continent Indien (1945-1962)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- BEHDAD, Ali, and Luke Gartlan, eds. 2013. *Photography's Orientalism: New essays on colonial representation*. Los Angeles, CA: Getty Research Institute.
- BURTON, Richard. 1951. *Goa, and the Blue Mountains: Or, six months of sick leave*. London: Richard Bentley.
- CADAVEZ, Cândida. 2011. "Nationalist cultural identity and tourism during the Portuguese Estado Novo". In *Sustainability of tourism: Cultural and environmental perspectives*, ed. Metin Kozak & Nazmi Kozak, 135-154. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- CASTELO, Cláudia. 1999. *O modo português de estar no mundo: O Luso-Tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- COMISSÃO DE "A VELHA GOA". 1960. *Reintegração da Cidade de Velha Goa no seu Ambiente Histórico, Arqueológico, Monástico e Religioso*. Goa: Imprensa Nacional.
- COSTA, Francisco Xavier da. 1924. *Exposições do Venerando Corpo de S. Francisco Xavier em 1900-1910-1922: Resumo histórico*. Nova Goa: Tipografia Bragança.

- COSTA, Francisco Xavier da. 1935. *Exposição do Venerando Corpo de S. Francisco Xavier em 1931: Resumo histórico*. Nova Goa: Tipografia A Voz de S. Francisco Xavier.
- COSTA, Francisco Xavier da. 1954. *Resumo histórico da exposição das sagradas relíquias de S. Francisco Xavier em 1952*. Nova Goa: Tipografia Rangel.
- COUTO, Francisco Cabral. 2006. *O fim do Estado Português da Índia – 1961*. Lisboa: Tribuna da História.
- CUNHA, Luís. 2001. *A Nação nas malhas da sua identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- CUSTÓDIO, Jorge. 2011. *"Renascença" artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal durante a I República: Fundamentos e antecedentes*. Lisboa: Caleidoscópio.
- FARIA, Alice Santiago. 2014. *L'Architecture coloniale portugaise à Goa: Le Département des Travaux Publics, 1840-1926*. Saarbruchen: Presses Académiques Francophones.
- FARO, José de Sousa e. 1911. *A Índia: Impressões e Sugestões*. Lisboa: Typographia da Cooperativa Militar.
- FERRO, António. 1943. *Dez anos de Política do Espírito: 1933-1943*. Lisboa: Secretariado de Propaganda Nacional.
- FERRO, António. 1949. *Turismo: Fonte de riqueza e de poesia*. Lisboa: Serviço Nacional de Informação.
- FREYRE, Gilberto. 1961. *Portuguese integration in the Tropics: Notes concerning a possible Lusotropology which would specialize in the systematic study of the ecological-social process of the integration in tropical environments of Portuguese, descendants of Portuguese and continuators of Portuguese*. Lisboa: Tipografia Silvas.
- GONÇALVES, Caetano. 1947. *O Estado da Índia: Passado e Presente*. Lisboa: Sociedade da Geografia de Lisboa.
- GUPTA, Pamila. 2014. *The Relic State: St. Francis Xavier and the politics of ritual in Portuguese India*. Manchester: Manchester University Press.
- HIGH, Eleanor M., and Gary D. Sampson, eds. 2002. *Colonialist photography: Imaging race and place*. New York, NY: Routledge.
- LEAL, Ernesto Castro. 1994. *António Ferro: Espaço político e imaginário social (1918-32)*. Lisboa: Edições Cosmo.
- LÉONARD, Yves. 1999. "O ultramar português". In *História da Expansão Portuguesa*, ed. Francisco Bethencourt and Kirti Chaudhuri 5, 31-50. Lisboa: Círculo de Leitores.
- LOPES, Filipa Sousa. 2017. "As vozes da oposição ao Estado Novo e a Questão de Goa (1950-1961)". PhD thesis, Universidade do Porto.
- MARINI, Emile. 1956. *Goa Tal Como a Vi*. Lisboa: Tipografia da União Gráfica.
- MARIZ, Vera. 2016. "A 'Memória do Império' ou o 'Império da Memória': A salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino (1930-1974)". PhD Thesis, Universidade de Lisboa.

- MARJAY, Frederic P. 1959. *India Portuguesa*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- MARTINS, José Ferreira. 1939. *Estado da Índia*. Lisboa: Editorial Cosmos.
- MEDINA, João. 2000 "Gilberto Freyre contestado: O Lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como álibi colonial do salazarismo". *Revista USP* 45: 48-61.
- MELO, Daniel. 2001. *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MENDES, António Lopes. 1886. *A Índia portuguesa: Breve descrição das possessões portuguesas na Ásia*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
- NETO, Maria João. 2001. *Memória, propaganda e poder: O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP Publicações.
- Ó, Jorge Ramos do. 1999. *Os anos Ferro: O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" (1933-1949)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PELIZZARI, Maria Antonella, ed. 2003. *Traces of India: Photography, architecture, and the politics of representation, 1850-1900*. Montreal: Canadian Centre for Architecture.
- REPARTIÇÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO. 1952. *Velha-Goa: Guia histórico*. Panjim: Imprensa Nacional.
- REPARTIÇÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO. 1958. *Arte Indu em Goa – Sri Manguexa e outros templos de Pondá*. Goa: Tipografia Sadananda.
- RIBEIRO, Carla. 2017. "A educação estética da Nação e a 'Campanha do Bom Gosto' de António Ferro (1940-1949)". *Estudos Ibero-Americanos* 43 (2): 289-302.
- RIBEIRO, Orlando. 1959. "Originalidade de Goa". In *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. 1, 170-179. Lisboa: Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros.
- RYAN, James R. 1997. *Picturing empire: Photography and the visualization of the British Empire*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- SALAZAR, António de Oliveira. 1928-1967. *Discursos e notas políticas*. 6 vols. Coimbra: Coimbra Editora.
- SANTOS, Graça. 2008. "'Política do Espírito' – O Bom Gosto Obrigatorio para Embelezar a Realidade". *Média & Jornalismo* 12: 59-72.
- SANTOS, Joaquim Rodrigues dos. 2012. "Anamnesis del castillo como bien patrimonial: Construcción de la iImagen, forma y (re)funcionalización en la rehabilitación de fortificaciones medievales en Portugal". PhD Thesis, Universidad de Alcalá.
- SANTOS, Joaquim Rodrigues dos. 2015. "On the trail of Baltazar Castro, a Portuguese restorer in India". In *EAHN 2015 Belgrade: Entangled histories, multiple geographies*, ed. Vladan Djokić, Ana Nikezić, & Ana Raković, 244-253. Belgrade: Faculty of Architecture of the University of Belgrade.
- SANTOS, Joaquim Rodrigues dos. 2016. "'Reinstalling the Old City of Goa as an eternal light of the Portuguese spirituality': The plan for the reintegration of Old Goa in the context

- of the imminent invasion of the Portuguese 'Estado da Índia' by the Republic of India (1959-61)". *Architectural Histories* 4 (9). <http://doi.org/10.5334/ah.58>
- SANTOS, Joaquim Rodrigues dos. 2017. "Salv guarda do património arquitectónico no Estado da Índia portuguesa: Dos anseios de preservação à instrumentalização ideológica". In *Preservar o Património Português Além-Mar: Portugueses e a Salv guarda do Património Edificado Português no Mundo*, ed. Joaquim Rodrigues dos Santos, 109-143. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- SANTOS, Joaquim Rodrigues dos. 2020. "A Western Light in Eastern Lands': The study missions to the Estado da Índia and the development of an Indo-Lusotropicalist rhetoric". In *Portuguese Orientalism: The interplay of power, representation and dialogue in the Nineteenth and Twentieth centuries*, ed. Marta Pacheco Pinto & Catarina Apolinário de Almeida, 108-140. Eastbourne: Sussex Academic Press.
- SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO. 1948. *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo* 13-14.
- SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO. 1955. *Catorze anos de Política do Espírito*. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo.
- SENGUPTA, Indra, & Daud Ali, eds. 2011. *Knowledge production, pedagogy, and institutions in colonial India*. New York, NY: Palgrave Macmillan.
- STOCKER, Maria Manuel. 2011. *Xeque-Mate a Goa: O princípio do fim do Império Português*. Alfragide: Texto Editores.
- SOUZA, Teotónio. 2001. *Gilberto Freyre na Índia e o "Luso-tropicalismo transnacional"*. Lisboa: Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático.
- TOMÉ, Miguel. 2002. *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações.
- TORGAL, Luís Reis. 1989. *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva.
- TRIGUEIROS, Luís Forjaz. 1954. *Portuguese India To-Day*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- VICENTE, Filipe Lowndes. 2002. "A Exposição do Corpo Sagrado de S. Francisco Xavier e as Exposições Industriais e Agrícolas em Goa". *Oriente* 4: 55-66.
- VICENTE, Filipa Lowndes. 2013. "As ruínas das cidades: História e cultura material do Império Português da Índia (1850–1900)". In *Cidade e Império: Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais*, ed. Nuno Domingos and Elsa Peralta, 227-278. Lisboa: Edições 70.
- VICENTE, Filipe Lowndes. 2014. "Viagens entre a Índia e o arquivo: Goa em fotografias e exposições (1860-1930)". In *O Império da Visão: Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*, ed. Filipe Lowndes Vicente, 319-342. Lisboa: Edições 70.

- VICENTE, Filipa Lowndes. 2018. "Goa displayed in Goa: The 1860 Industrial Exhibition of Portuguese Colonial India". *Revista Crítica de Ciências Sociais* 115: 159-182.
- XAVIER, Filipe Nery. 1959. *Resumo Histórico da Maravilhosa Vida, Conversões, e Milagres de S. Francisco Xavier, Apostolo, Defensor, e Patrono das Índias*. Nova Goa: Imprensa Nacional.

Dos Açores a Lisboa e a Fátima. A organização de excursões pelo jornal *Açoriano Oriental* (1932-1963)

SUSANA SERPA SILVA*

MARIA DA GRAÇA DELFIM**

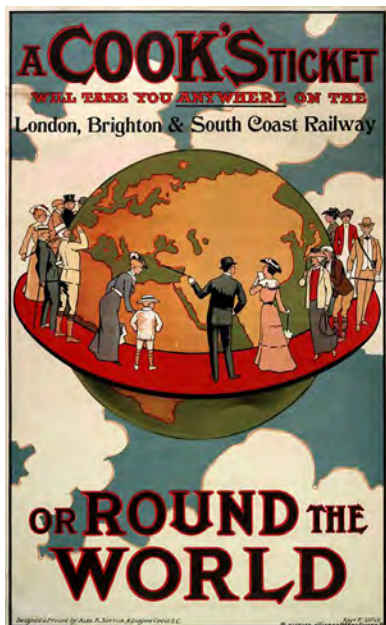
Introdução

O processo de industrialização operado, gradualmente, na Europa do século XIX e os novos ritmos de trabalho que proporcionou, motivaram uma distribuição diferente dos tempos de sociabilidade e lazer, alargados a uma camada mais ampla da população. Por seu turno, a revolução dos transportes veio proporcionar um novo desbravamento dos espaços e uma redução das distâncias. O gosto pela viagem foi-se tornando transversal a uma extensa camada das sociedades ocidentais e, as próprias Exposições Universais (Londres, em 1851 e seguintes) ganharam uma dimensão de espetáculo e de entretenimento, de enorme sucesso, atraindo visitantes de diferentes paragens. A conjugação de todos estes fatores constituiu um grande estímulo à mobilidade (Cunha 2010).

Por outro lado, desde a primeira metade do século XIX, desenharam-se as estratégias e processos que iriam contribuir para o futuro desenvolvimento do turismo de massas: os caminhos-de-ferro, os guias de viajantes e as viagens organizadas e coletivas. Lentamente, a viagem turística foi perdendo a

* Universidade dos Açores, CHAM e FCSH, Portugal.
ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0003-1357-4196>. E-mail: susana.pf.silva@uac.pt

** Universidade dos Açores, CHAM.
E-mail: mdgdelfim@gmail.com.



1 Cartaz publicitário de uma excursão organizada por Cook. <https://www.dw.com/pt-br/os-175-anos-dos-pacotes-tur%C3%Adsticos/a-19378876>.
Fonte: picture-alliance/Mary Evans Picture Library.

exclusividade social, abrangendo segmentos mais alargados da classe média (Urry cit. por Araújo & Andrade 2011).

Outros agentes que contribuíram para estas transformações foram as gravuras, os cartazes e os jornais especializados (ou não), que iam despertando o interesse e informando sobre novos lugares de vilegiatura, indicando os atrativos e as atividades a realizar, isto é, como empregar o tempo e que possíveis itinerários percorrer, assim como os meios de transporte mais adequados (Urry cit. por Araújo & Andrade 2011).

O britânico Thomas Cook — o pioneiro dos agentes de viagens — ao longo dos anos 40 e 50, do século XIX, contribuiu para o desenvolvimento do turismo ferroviário e para a organização de viagens coletivas, a propósito da Exposição Universal de 1851, ganhando grande notoriedade nacional. De acordo com Roy Porter, Cook fez das excursões “um dos hábitos característicos da vida na época vitoriana (Porter 2001, 33) e os seus “*package excursions*” acabaram por assumir uma dimensão mundial, chegando o referido

empreendedor a organizar cruzeiros, à volta do mundo, em paquetes como o Franconia, com lotação para cerca de 400 passageiros. Durante a segunda metade do século XIX, “the travel agency was able to establish itself as a specialised institution” (Gyr 2010, 19). Também nos EUA, as “American travel agencies were able to create a form of mass tourism well before the end of the 19th century” (Lowry 2017, 4).

Em Portugal, não se pode descurar o papel de Bernardo de Abreu, que fundou a Agência Abreu, em 1840, proporcionando a aquisição de passagens de comboio ou de navio para além Atlântico (Nakashima & Calvente 2016, 13). Durante a Primeira República, a *Sociedade Propaganda de Portugal*, também designada como *Touring Club de Portugal*, fundada a 28 de fevereiro de 1906, seria “o embrião civil da organização turística” (Pina 1988, 13). Com um número de sócios proporcional à dimensão do país, publicava, mensalmente,

o seu *Boletim* com informações e propostas de viagens pelo país e, ainda, distribuía folhetos e brochuras promocionais de visitas de âmbito nacional. As excursões tinham uma incidência regional, privilegiando as grandes cidades como Porto, Coimbra e Lisboa — os chamados “centros de férias” (Sociedade Propaganda de Portugal [1915]). As publicações divulgadas pela Sociedade remetiam, de forma breve e vaga, para possíveis excursões aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, na altura praticamente desconhecidos da maioria dos portugueses.

Pouco tempo depois, em 1911, era criada a *Repartição do Turismo* e alcançaram enorme importância os sucessivos *Congressos Nacionais de Turismo*. Dois locais viriam a emergir, alguns anos mais tarde, como polos de atração turística: o Estoril (para as elites) e Fátima (para as massas). A partir de 1940, sob a batuta da Sociedade de Propaganda Nacional (SPN) e de António Ferro, o turismo assumia um carácter “popular e festivo” (Pires 2003, 96). Enquadradas neste contexto e espírito, surgiram e perduraram ao longo de várias décadas as excursões de açorianos, ao continente e à Madeira, organizadas pela direção do jornal *Açoriano Oriental*, então propriedade de Manuel Ferreira de Almeida.



2 Cartaz de promoção turística da Sociedade Propaganda de Portugal (1907).

<https://restosdecoleccion.blogspot.com/2018/07/sociedade-propaganda-de-portugal.html>. Fonte: Wikimedia.

As excursões organizadas pela direção do jornal *Açoriano Oriental*

Data de 23 de fevereiro de 1932 o primeiro anúncio das excursões, organizadas pelo *Açoriano Oriental*, com destino a Fátima. Tratou-se de uma iniciativa pioneira, nos Açores, e que proporcionou, a vários açorianos, uma viagem ao continente (a Fátima e, depois também, ao norte do país), com passagem pela Madeira, apenas durante 3 anos. O *Açoriano Oriental* era um dos mais antigos jornais portugueses em publicação (fundado em 1835) e enfrentara, ao longo da sua história, inúmeras vicissitudes, incluindo períodos de eminente

encerramento, não fosse a determinação de alguns micalenses em manter a circulação deste significativo periódico (Silva 2011). Nos anos 30, a direção do jornal, então encabeçada por Manuel Ferreira de Almeida, voltava a encarar avultadas dificuldades financeiras, pelo que esta iniciativa se destinava, primordialmente, a angariar receitas e garantir a sobrevivência do histórico periódico.

Um dos grandes impulsionadores destas excursões foi o próprio Manuel Ferreira de Almeida (1900-1962) que, desde muito jovem, consagrara a sua vida profissional ao *Açoriano Oriental*. Ainda adolescente, começou como distribuidor e cobrador e, aos 18 anos, já era chefe das oficinas. Com a proteção do então proprietário, Horácio Pinheiro, passou a gerente e editor e, em dezembro de 1929, com o aval da família Pinheiro, tornou-se diretor e, por fim, proprietário (Silva 2011, 118). Outro impulsionador foi Francisco da Silveira Martins, fundador de uma agência de viagens, sediada em Ponta Delgada, desde 1939.

Desconhece-se se os proventos, desta iniciativa, foram imediatos, mas há indicadores interessantes. Em agosto de 1932, o preço da assinatura do jornal baixou, pela primeira vez, passando de 3\$750 para 3\$000. Por esta altura, Ferreira de Almeida começava a ter a convicção de que o jornal podia vir a ser um diário. Ademais, as excursões perduraram até 1963, terminando, pois, após o falecimento do seu principal impulsionador. A tabela de preços, da primeira viagem, indicava os seguintes valores: 1.^a classe – 2.500\$00; 2.^a classe – 2.000\$00 e 3.^a classe – 1.500\$00¹, o que se afigura como valores eventualmente lucrativos. Estes preços seriam destinados a uma classe média com algum poder económico.

Abaixo, veja-se uma fotografia do grupo de excursionistas de 1933, do qual sobressaem maior número de cavalheiros do que de senhoras e somente uma criança.

1 *Açoriano Oriental*, n.º 5024, 19 de março, 1932; n.º 5026, 2 de abril, 1932.



3 Fotografia de um dos primeiros grupos de excursionistas que viajaram a Fátima (1933).

Fonte: Col. Particular.

As excursões organizadas pelo jornal micalense tiveram repercussão imediata, sendo noticiadas em outros órgãos de comunicação social, como, por exemplo, a revista *Insula*:

Conforme referiu a imprensa, realizou-se uma excursão de açorianos à Cova da Iria [...], a qual despertou grande entusiasmo não só nos Açores mas também no Funchal, Lisboa e demais localidades visitadas pelos excursionistas.

Segundo temos ouvido de algumas pessoas que tomaram parte na mesma, foi uma alegre digressão que a todos deixou muito impressionados [...]. Ferreira d'Almeida, nosso prezado colega [...], inteligente director do Açoriano Oriental, promotor desta excursão, foi quem a dirigiu e representou.

Um dos maiores benefícios que resultam destas visitas ao Continente é, sem dúvida, a propaganda de múltiplo proveito feita pelos próprios açorianos a favor das suas ilhas [...]. Felicitamos, pois, o ilustre director do velho Açoriano pelo êxito da sua patriótica empresa [...].²

Além de destacar o sucesso da viagem, cujo eco se fez sentir em diversas cidades, a revista salienta a proveitosa “propaganda”, feita pelos próprios

2 *Insula*, n.º 5, 1932.

excursionistas, relativamente aos Açores. Assim, podemos afirmar que estas excursões se poderão associar ao designado “movimento regionalista”, que marcou, as ilhas, nas primeiras décadas do século XX, no sentido de valorizar a cultura e a realidade insular açoriana e, sobretudo, com o intuito de dar a conhecer as ilhas “desconhecidas” no continente. Tratava-se de um “sentimento de patriotismo local” que pretendia reforçar os laços com a Mãe-Pátria (Cordeiro 1999, 225-230).

Aliás, a própria Sociedade Terra Nostra, oficializada em 1934, pugnava pelo “regionalismo micalense” — título da comunicação apresentada ao I Congresso Açoriano, em 1938 (Sociedade Terra Nostra 1938). Seguindo o rasto do regionalismo literário e político, segundo a direção desta agremiação o primordial objetivo que era:

por em relevo as belezas e riquezas naturais da Ilha de São Miguel, aproveitando a sua privilegiada situação geográfica, para lhe procurar aqueles grandes destinos ligados à navegação e ao turismo [...]. A esse ideal tem sacrificado energias morais e materiais — estas orçando já por alguns milhares de contos.

Organizou um persistente e dispendioso serviço de propaganda, já pela instalação dum Gabinete de Informações, já pela difusão gráfica das nossas belezas naturais em numerosos e custosos prospectos e postais ilustrados e filmes cinematográficos, já pela permanente correspondência com as Casas de Portugal, revistas nacionais e estrangeiras e Companhias de Navegação, em que tantas vezes foi necessário combater certos equívocos e malsinações, de que eram vítimas o nosso porto e a nossa Terra. (Sociedade Terra Nostra 1938, 9-10)

Os anos 30 afiguram-se de enorme importância para o turismo micalense, não apenas pela fundação e formalização da impulsionadora Sociedade Terra Nostra (responsável pelo Bureau Turismo e Pensão Terra Nostra, em Ponta Delgada, mas também pelo Hotel homónimo, nas Furnas) (Silva 2020), mas também pelo arranque das excursões organizadas pelo histórico jornal.

Do ponto de vista turístico, este tipo de itinerários, pré-definidos e destinados a grupos, incorporam-se numa espécie de turismo de massas, em que o viajante/consumidor limitava-se a cumprir “roteiros oficiais” (Almeida 2020, 110). De facto, tudo era tratado e publicitado pela direção do periódico e apoiado por uma rede de intermediários e patrocinadores.

Os patrocínios provinham de diferentes entidades e empresas, como as caves dos Vinhos Constantino, com origem em 1877 e fundadas por Constantino de Almeida. Esta companhia, dedicada à exportação de Vinho do

Porto, atingiu grande sucesso na primeira metade do século XX.³ Acrescia a Fundação Alba, situada em Albergaria-a-Velha, que chegou a ser a maior fábrica desta natureza em Portugal. Desta unidade saíam bancos de jardim e candeeiros, instalados de norte a sul do país, bem como caixas de correio, ferros de engomar e, até, o único automóvel totalmente construído em Portugal: o Alba.⁴ A estas empresas, somava-se a Vista Alegre — a mais antiga fábrica de porcelana da Península Ibérica — situada em Ílhavo e fundada em 1824. Produzia (e ainda produz na atualidade) peças utilitárias e decorativas de elevada qualidade. Por último, eram também patrocinadoras a Fábrica de Chocolates Regina (a partir de 1950) e a Fábrica de Santa Clara (em Ponta Delgada). A primeira, fundada nos alvares dos anos 20,⁵ inaugurara novas e modernas instalações em outubro de 1948, orgulhando-se das condições garantidas aos seus trabalhadores (reforma, subsídio por doença, férias anuais, licença de 60 dias por parte, entre outras), bem como da promoção dos seus produtos através de concursos desportivos. Eram representantes da Regina, nos Açores, Viriato M. Pereira (Ponta Delgada), Alberto Ferreira (Angra do Heroísmo) e José Pereira do Amaral (Horta).⁶ A segunda foi fundada em outubro de 1884, como fábrica de destilação de álcool de batata-doce, mas que devido a medidas restritivas neste setor, em 1906, passou a fábrica de produção de açúcar com base na extração de polpa de beterraba. Ficou enquadrada na União das Fábricas Açorianas de Álcool, consórcio que fora estabelecido em 1902, vindo a ser adquirida pela empresa Sinaga, em 1969.⁷

Por consequência, os excursionistas visitavam, obrigatoriamente, as instalações das empresas patrocinadoras, durante o percurso da viagem e, logo em 1932, o jornal homenageou, num jantar de gala, os respetivos responsáveis. Não muito tempo depois, um clima de suspeições começou a pairar sobre as estas excursões micalenses e especulações menos abonatórias, de

3 Cf. <https://www.garrafeiranacional.com/constantino-superior-old-porto.html>

4 Cf. <https://www.publico.pt/2014/11/09/sociedade/noticia/esta-empresa-foi-um-estadoprovidencia-1675210>

5 Foram sócios-fundadores Alberto Barbosa dos Santos, António Lopes da Cunha, António Silvério de Sousa, o Coronel Francisco Gonçalves, Júlio Cândido T. P. da Cunha e Macário Morais Ferreira. Em 1950, eram gerentes da Fábrica Francisco Alberto da Silva, o Dr. António Maria da Gama Franco e Francisco Xavier Antunes, responsável pelo apoio às excursões do jornal micalense e que visitou Ponta Delgada, em 1949. Cf. “Fábrica de Chocolates Regina”, *Açores-Madeira*, n.º único, 1950: 18.

6 *Ibidem*, 18.

7 In http://app.cm-pontadelgada.pt/pages/773/?geo_article_id=2916. Cf. *Açoriano Oriental* 16 de setembro, 1950. Veja-se também *Açores-Madeira*, n.º único, 1950: 39-40.

aproveitamento ilícito dos patrocínios, obrigaram mesmo Ferreira de Almeida a fazer um esclarecimento público, nas páginas do semanário, garantindo que as viagens não visavam o lucro, mas sim o estreitamento das relações de amizade entre continentais, madeirenses e açorianos, chamando a atenção para as belezas do Portugal insular.⁸

A persistência de acusações motivou ainda outro desmentido público, declarando Ferreira de Almeida que não era sua pretensão levar grupos de futebol ou de outra natureza, na viagem planeada para 1935, uma vez que as excursões tinham uma forte vertente religiosa, comprovada pelas anteriores e bem-sucedidas iniciativas.⁹ Não obstante, ia-se avolumando a oposição pelo que, ainda em 1938, o diretor do jornal voltou ao assunto nas páginas do semanário:

A tudo nos temos abalançado para que as receitas se equilibrem com as despesas, mas tal *desideratum* tem-nos sido impossível de realizar, e muito menos agora que parece todos se conjugarem na ânsia de derrubar a iniciativa deste jornal, da realização das suas Excursões Açorianas ao Continente.¹⁰

Ao que tudo indica, as excursões afiguravam-se um êxito para os viajantes e para a divulgação das ilhas, mas não viriam a ser, afinal, tão lucrativas como a direção do jornal desejaria, obrigando a alguma ginástica financeira. No mínimo terão concorrido para a sobrevivência do *Açoriano Oriental* porque, pese embora as contrariedades, as viagens prosseguiram.

Mais tarde, outras publicações insulares teciam rasgados elogios às excursões organizadas pelo jornal micalense e pelo seu diretor, enquanto “expressão de sentimentos religiosos” e “veículos de cultura e propaganda patriótica”.¹¹

Há 16 anos que a tradição dessas Excursões se mantém de pé com a mesma força de vontade, a mesma persistência e o mesmo espírito de organização.

Fomenta-as e orienta-as desde a primeira hora, Manuel Ferreira d'Almeida, prestigioso diretor de “O Açoriano Oriental”, decano da imprensa portuguesa.

Não o move somente a mira do lucro (que há-de ser irrisório em relação à energia e esforços despendidos), mas também a sua fé de cristão e a sua alma de português

8 *Açoriano Oriental*, n.º 5142, 4 de agosto, 1934.

9 *Açoriano Oriental*, n.º 5167, 26 de janeiro, 1935.

10 Ferreira de Almeida in *Açoriano Oriental*, n.º 5330, 16 de abril, 1938.

11 *Açores-Madeira*, n.º único, 1950: 22.

e de patriota, que anseia patentear aos seus conterrâneos ilhéus, ao mesmo tempo, as belezas e as maravilhas de arte da Pátria portuguesa [...]. É que estas jornadas açorianas a Fátima e Norte de Portugal, não têm somente o fito religioso, mas, simultaneamente, o fim cultural, realizando [...] visitas às principais cidades do País, aos seus museus, santuários e monumentos, etc.¹²

Estas viagens viriam, pois, a ser consideradas uma “tradição” resultante da resiliência de Manuel Ferreira de Almeida, não apenas por motivos financeiros, mas também por vocação, fé a dedicação à pátria. O jornalista seria o precursor de uma iniciativa que se já enquadrava no Turismo Religioso e também Cultural, este assumido, neste contexto, como anseio de curiosidade e de aprendizagem, como procura de atrações histórico-culturais (Pérez 2009, 113-116), que complementavam o cariz de peregrinação da viagem.

Itinerários e excursionistas

A partir de 1934 as viagens passaram a intitular-se “Excursão Açoriana a Fátima e ao Norte de Portugal”,¹³ roteiro que irá prevalecer na maioria dos anos seguintes, ainda que, por vezes, fossem introduzidas algumas novidades. Em 1936, por exemplo, a 5.^a excursão promovida pelo semanário, incluiu uma visita a Vigo, levando, pela primeira vez, o grupo de açorianos a ultrapassar a fronteira nacional. A viagem coincidiu com o ano da Exposição de Arte Regional Micaelense, realizada em Lisboa, por iniciativa do jornal *O Século* em colaboração com a Sociedade *Terra Nostra*. Este importante certame, que publicitou a ilha de S. Miguel, foi inaugurado pelo Presidente da República Óscar Carmona e contou com a presença de Oliveira Salazar.¹⁴

Em 1939, a 8.^a excursão que partiu no dia 4 de maio, a bordo do “luxuoso paquete” *Carvalho Araújo*, intitulou-se “Excursão Açoriana a Fátima, Norte e Sul de Portugal”, incluindo visitas a Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Braga, Viana do Castelo, Mafra, Tomar, Alcobaça, Batalha, Setúbal e, naturalmente, Cova da Iria e Fátima, “o Santuário de Portugal”.¹⁵ Nesta época, as praias algarvias não constituíam atrativo para os excursionistas açorianos que então visita-

12 *Ibidem*, 21.

13 *Açoriano Oriental*, n.º 5121, 3 de março, 1934.

14 *Açoriano Oriental*, n.º 5219, 15 de fevereiro, 1936.

15 *Açoriano Oriental*, n.º 5370, 2 de abril, 1939.

vam, por motivos culturais e religiosos, as mais destacadas localidades e pontos turísticos nacionais. Por consequência, e face à religiosidade do povo açoriano, Fátima constituía (e continuou a ser) o destino de eleição.

A deflagração da Segunda Guerra Mundial viria impor um interregno nas excursões, mas em 1947 retomaram-se as excursões, com a 10.^a viagem a Fátima e ao Norte de Portugal, desta vez a bordo do navio *Lima* — apre-sado aos alemães aquando da Primeira Guerra Mundial — que se encontravam renovado, após reparações.



4 Fotografia do grupo de excursionistas de 1947. Na primeira fila, a figura à esquerda, com a mão sob o rosto da criança, é Manuel Ferreira de Almeida, o responsável pelo *Açoriano Oriental* e o grande dinamizador das excursões. Fonte: Col. Particular.

Antes da partida, rezara-se uma missa pela “boa intenção” da excursão, conforme se pode ler na notícia reproduzida abaixo (7), sublinhando-se, uma vez mais, as inesquecíveis e “admiráveis romagens de fé e patriotismo” — em perfeita sintonia com o regime do Estado Novo —, bem como o escrupuloso cumprimento do programa, como garantia do sucesso das excursões orientadas e acompanhadas pelo diretor do jornal.

**A Excursão Açoriana a Fátima
e ao Norte de Portugal
BOA VIAGEM**

É já terça-feira que parte desta ilha a decima Excursão Açoriana a Fátima e Norte de Portugal, instalada no paquete «Lima» da E.L.N. que, com a renovação que acaba de sofrer, oferece aos que dele se utilizam a maior comodidade, conforto e segurança.

Estas admiráveis romagens de fé e patriotismo, constituem um calcidoscópio de impressões inesquecíveis e a forma como se tem cumprido escrupulosamente os programas anunciados é garantia absoluta de mais um sucesso que, sob a orientação pessoal do nosso Director, este jornal obterá com tam interessante digressão.

As famílias e amigos dos excursionistas receberão notícias periódicas da forma como decorrer a viagem.

A Excursão Açoriana a Fátima e Norte de Portugal endereçamos os mais ardentes votos de muitas felicidades neste agradávelíssimo passeio.

Missa na Igreja Matriz

No próxima terça-feira, pelas 10 horas, no altar da Nossa Senhora de Fátima, será celebrada missa pela intenção da Excursão Açoriana que nesse mesmo dia parte a bordo do paquete *Lima* com destino aos Santuário de Nossa Senhora do Sameiro e de Fátima, visitando também as mais lindas cidades de Portugal.

5 Notícia da 10.^a Excursão a Fátima e ao Norte de Portugal organizada pelo *Açoriano Oriental*. Fonte: *Açoriano Oriental*, n.º 5780, 26 de abril, 1947. BPARPD (Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada), Coleção de Periódicos.

A publicidade era recorrente, servindo as páginas do semanário para divulgação das mais diversas notícias e anúncios, estes normalmente acompanhados de fotografias, ora dos navios de passageiros, ora de momentos vividos em anteriores excursões. Palavras de incentivo alertavam os leitores para estas oportunidades únicas de conciliarem a visita às “mais lindas cidades de Portugal” com as “homenagens à Virgem da Cova da Iria”, como comprova a imagem seguinte (8), cujo anúncio é ilustrado com a fotografia de uma visita de excursionistas às Caves Constantino, em Gaia.

Excursão Açoriana a FATIMA e NORTE de PORTUGAL
(Peregrinação Nacional de 13 de Outubro)
Partida a 4 de Outubro no paquete
“Carvalho Araújo,”

Açorianos! Aproveitai mais esta oportunidade para conhecerdes as mais lindas cidades de Portugal e prestardes as vossas homenagens à Virgem na Cova da Iria.

O número de excursionistas será limitado
Não demoreis a vossa inscrição, dirigindo-vos ao Jornal organizador

O AÇORIANO ORIENTAL



A Excursão Açoriana nas Caves «Constantino» em Vila Nova de Gaia - Porto

6 Anúncio de Excursão Açoriana incluída na Peregrinação Nacional de 13 de outubro. Fonte: *Açoriano Oriental*, n.º 5731, 4 de agosto, 1948. BPARPD, Coleção de Periódicos.

A divulgação dos programas ou roteiros das excursões também constituía um forte incentivo à procura e à concretização das inscrições. Em maio de 1950, este foi o programa de viagem, amplamente noticiado no jornal e que incluía uma passagem pela ilha da Madeira:

Dia 6 – desembarque na cidade do Funchal, passeio na cidade, ao Monte e ao Pico dos Barcelos. Regresso ao Funchal, para almoçar a bordo. Resto do tempo livre.

Dia 8 – Desembarque em Lisboa. Alojamento no *Grande Hotel das Duas Nações e Hotel Internacional*. Conforme a hora da chegada, entrada no grande Cine S. Jorge.

Dia 9 – Visita à cidade de Lisboa, museus e outros lugares.

Dia 10 – Passeio a Sintra: Palácio de D. Maria. Depois do almoço, Cascais e Estoril.

Dia 11 – pelas 15:00: visita à Fábrica dos chocolates Regina.

Dia 12 – pelas 9 horas – partida para Fátima, pelas Caldas da Rainha; visita ao Mosteiro dos Jerónimos, Mosteiro de Alcobaça e Batalha.

Dia 13 – chegada a Fátima.

Dia 14 – Coimbra, Universidade e Jardim Botânico.

Dia 15 – Partida para Aveiro e 15 horas partida para Braga, passando por Espinho e Porto.

Dia 16 – Excursão à Basílica Sameiro e Bom Jesus de Braga.

Dia 17 e 18 – Partida para Viana do Castelo, seguindo para a cidade do Porto: visita às Caves dos vinhos do Porto.

Dias 19 e 20 – Partida para Albergaria-a-Velha: receção nas Fábricas Alba; visita à cidade e à barragem do Castelo do Bode.

Dia 21 – Visita à Feira das Indústrias Portuguesas.

Dia 22 – Livre.

Dia 23 – Embarque para os Açores e Madeira, terminando aqui toda a responsabilidade do organizador da excursão. As malas têm de estar prontas e seguir para bordo pelas 9 horas.¹⁶

A passagem dos excursionistas açorianos pela ilha da Madeira assumiu também um simbolismo notável, pela união entre os dois arquipélagos irmãos e subsequente rede de contactos entre a imprensa das ilhas. Na chegada ao Funchal, no dia 7 de maio de 1951, aglomeravam-se no Molhe da Pontinha, para receber os viajantes, o Comendador Alberto da Veiga Pestana, Presidente do Círculo de Amizade Madeira-Açores e diretor do jornal *Comércio do Funchal*, um elemento da redação do *Jornal da Madeira*, Abel Marques Caldeira, delegado da

16 *Açoriano Oriental*, n.º 5830, 22 de abril, 1950.

excursão na Madeira, Joaquim Mota de Vasconcelos, diretor da revista *Açores-Madeira*, as Senhoras D. Maria da Trindade Mendonça e D. Maria da Soledade Silva, redatoras do *Eco do Funchal*, Noé Pestana, jornalista e o Comendador Joaquim Quintino Travassos Lopes. Após “troca de abraços”, desembarcaram os excursionistas que, em dois autocarros, se dirigiram ao Mercado dos Lavradores, seguindo para o Terreiro da Luta, com paragem no Miradouro dos Marmeleiros e destino ao Monte. O almoço fora servido na Casa de Chá “Windsor”.¹⁷ Quando a excursão regressou aos Açores, com nova escala no Funchal a 25 de maio, houve, novamente, lugar a receção e cumprimentos, realizando-se um almoço de homenagem a Ferreira de Almeida, na “Nau Sem Rumo”.

Como bem o demonstra a revista *Açores-Madeira*, nesta época procurava-se estimular a proximidade entre os dois arquipélagos, pelo que esta publicação enaltecia não apenas as excursões organizadas pelo periódico micaelense, mas todo o verdadeiro intercâmbio que cimentasse a “solidariedade atlântica”.¹⁸ Em junho de 1951, noticiou a “auspiciosa” I Excursão turística-cultural do “Círculo de Amizade Madeira-Açores” realizada, em maio, à ilha de S. Miguel e que muito encantara os visitantes madeirenses. Por coincidência haviam-se cruzado, a bordo do Carvalho Araújo, com os excursionistas açorianos que acompanhavam Ferreira de Almeida com destino a Fátima e ao Norte de Portugal, realizando-se, assim, na sala nobre do paquete um sarau de convívio, entre todos, na véspera da chegada à Madeira. A culminar a excursão madeirense, realizou-se um banquete no Hotel Savoy em que se celebrou a hospitalidade micaelense e se aclamou o então Governador Civil do Distrito de Ponta Delgada, Capitão Aniceto dos Santos como sócio honorário n.º 1 do Círculo de Amizade Madeira-Açores”. Além dos momentos musicais, o Presidente substituto da Junta Geral do Funchal, Eng. António Egídio Henriques de Araújo, proferiu um discurso defendendo, entre outras ideias, a “criação dum triângulo aéreo Lisboa-Madeira-Açores”, alvitado também por alguns comandantes da companhia aérea açoriana S.A.T.A.¹⁹ Por outro lado, as competições desportivas também constituíam um meio de intercâmbio insular, permitindo viajar entre os dois arquipélagos e alimentar diferentes formas de convívio.²⁰

Gradualmente, o número de viajantes foi aumentando ao longo dos anos, ainda que com oscilações. Em 1951, quando se contaram dezassete anos de

17 *Açores-Madeira*, n.º 2, 1951: 53.

18 *Ibidem*, 111.

19 *Ibidem*, 8.

20 *Ibidem*, 12-13.

excursões, seguiram viagem setenta açorianos, cujo testemunho representava a melhor e mais fidedigna publicidade.²¹ Em 1947, como se pode observar na fotografia de grupo (6), o número rondava os 50 elementos e, em 1954, totalizou 58 pessoas. Maioritariamente oriundos da classe média, as “embaixadas” eram, efetivamente, constituídas por açorianos, ou seja, por grupos oriundos de diferentes ilhas do arquipélago e não, apenas, de S. Miguel. Como revela a notícia publicada, a maioria dos excursionistas era micaelense, mas incluíam um numeroso grupo da ilha Terceira, seguindo-se o do Faial e, com menor representatividade, Graciosa, S. Jorge e, por fim, a Madeira.²² Em 1961 — quase no término destas viagens coletivas —, contabilizaram-se 35 excursionistas de S. Miguel (a maioria casais), 18 da Terceira, 1 casal de S. Jorge e 3 cavalheiros de Santa Maria, perfazendo, novamente, um total de 58 pessoas.²³ Podendo não ser grupos muitos amplos, estamos em crer que haveriam grandes oscilações, pois segundo a revista *Açores-Madeira*, no ano de 1950, o número total de excursionistas já ultrapassara o milhar²⁴.

Na realidade, o hábito de viajar não estava ainda arreigado entre os açorianos, para mais sendo a sociedade local maioritariamente marcada pela pobreza. Afinal os passageiros de todas as ilhas dos Açores não preenchiam mais de 50% da lotação dos navios que faziam carreira entre as ilhas e Lisboa, como comprova a tabela seguinte (fig. 7):

	Lotação dos paquetes Carvalho Araújo e Lima (em 24 viagens)	Passageiros transportados dos Açores para Lisboa	Passageiros transportados de Lisboa para os Açores
1. ^a classe	3552	703	799
2. ^a classe	3408	999	936
3. ^a classe	4128	2039	1282
Total	11 088	3741	3017

7 Comparação entre a lotação dos paquetes da Empresa Insulana de navegação e os números de passageiros transportados entre os Açores/Lisboa/Açores (1950-1951).
Fonte: *Açores-Madeira* 2 (1951): 15.

21 *Açoriano Oriental*, n.º 5980, 22 de abril, 1951.

22 *Açoriano Oriental*, n.º 6139, 5 de maio, 1954.

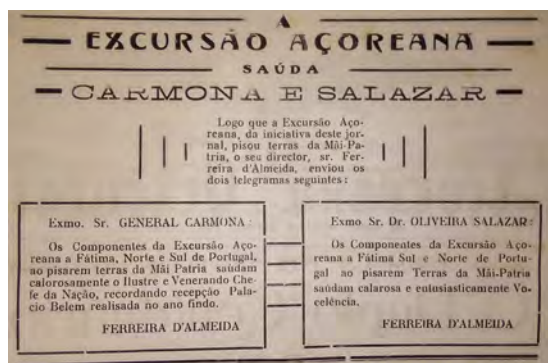
23 *Açoriano Oriental*, n.º 6497, 22 de abril, 1961.

24 *Madeira-Açores*, n.º único, 1950: 21.

A propósito da excursão de 1954, afigura-se que o a vertente religiosa ia assumindo um cariz cada vez mais preponderante e com o “natural beneplácito” do regime salazarista:

É já amanhã, domingo, que chegará a Lisboa, à capital do Império, a Embaixada Açoriana a Fátima, feliz iniciativa deste jornal, levando até terras do continente altos objetivos patrióticos e religiosos, pois nos dias 12 e 13 de Maio estarão na Cova da Iria entre os muitos milhares de Peregrinos, de todo o mundo, que ali irão pedir protecção à Mãe bendita — Nossa Senhora do Rosário de Fátima — e a 15 rezarão no Santuário da Imaculada Conceição do Sameiro, cujo centenário e Festas Marianas decorrerão de 8 a 13 de Junho, para depois visitar as mais lindas cidades do nosso lindo Minho, Douro e Estremadura.²⁵

Em 1957, as excursões do *Açoriano* celebraram as suas bodas de prata (contando desde a primeira iniciativa) e segundo Fátima Ferreira de Almeida,²⁶ algum tempo depois, as agências de viagens passaram a dar um importante contributo à organização das mesmas, chegando o Presidente da República, Almirante Américo Tomás a conceder a Ferreira de Almeida uma licença especial para continuar a fazer as excursões enquanto vida tivesse. Não obstante, o apoio e consentimento do regime era uma constante desde os primórdios das excursões, como atesta o anúncio que, abaixo, reproduzimos.



7 Anúncio propagandístico publicado no *Açoriano Oriental*, n.º 5383, 27 de março, 1959. BPARPD, Coleção de Periódicos.

25 *Açoriano Oriental*, n.º 6139, 5 de maio, 1954.

26 Testemunho recolhido junto da filha do proprietário e diretor do jornal, Manuel Ferreira de Almeida.

A sintonia com o Estado Novo foi marcante na vida do jornal, durante todo este período, garantindo igualmente a sua publicação e sobrevivência, conforme desiderato do seu diretor e proprietário. Em 1961, com o título “Excursão Açoriana a Fátima-Sameiro”, foi anunciado um vastíssimo programa, com partida a 24 de abril e regresso a 23 de maio. Ainda que, por qualquer imprevisto, o programa pudesse vir a ser alterado, durante praticamente um mês, os excursionistas visitariam a capital e, além dos santuários de Fátima (na data festiva), de Nossa Senhora dos Remédios (Lamego), Santa Luzia (Viana do Castelo) e Sameiro (Braga), percorriam inúmeras idades como Vila Real, Viseu, Guimarães, Porto, Coimbra, Aveiro, Figueira da Foz, Tomar e Santarém. Inúmeros monumentos eram contemplados, como a Batalha, o Mosteiro de Alcobaça, a Universidade de Coimbra, Cristo-rei, o Palácio da Pena, os Jerónimos, o Museu dos Coches, sem esquecer o Aquário Vasco da Gama e o Jardim Zoológico. O Portugal turístico configurava-se, portanto, a norte das terras alentejanas, isto é, quase alinhado com o curso do Tejo.²⁷

Considerações Finais

A 10 de março de 1962, faleceu Manuel Ferreira de Almeida, aos 61 anos de idade. Além do jornal a que dedicou a sua vida, ficou associado às excursões açorianas a Fátima, Sameiro e outras regiões de Portugal, do “alto Alentejo a Viana do Castelo”, permitindo a “alguns milhares de Açorianos e Madeirenses” conhecerem terras do seu país, num total de 24 viagens, já realizadas, sendo a 25.^a efetuada após o seu desaparecimento.²⁸

Fonte de algum rendimento para o jornal — ainda que longe de garantir as despesas das oficinas, dos salários e outras —, uma vez que as assinaturas e os anúncios eram claramente insuficientes, as excursões foram um relevante marco no percurso do *Açoriano Oriental*, em pleno Estado Novo, ajudando a acautelar a sua sobrevivência.

A 8 de maio de 1962 partiu, a bordo do paquete *Carvalho Araújo*, a última “Grande Peregrinação Açoriana a Fátima”, ainda organizada por Ferreira de

27 *Açoriano Oriental*, n.º 6485, 28 de janeiro, 1961.

28 *Açoriano Oriental*, n.º 6542, 18 de março, 1962. Segundo o editorial do jornal, Ferreira de Almeida enfrentara inúmeros desafios, ultrapassara enormes dificuldades e deixava um passivo à volta dos 80 mil escudos. Tudo isto lhe terá abreviado a vida....

Almeida e concretizada pelo filho, Carlos, com o apoio da Agência de Viagens Melo, propriedade do “camarada da imprensa”, Manuel Inácio de Melo e com escritório sediado na rua dos Mercadores, em Ponta Delgada.²⁹

O regresso deu-se a 26 do mesmo mês, cumprindo-se o programa em moldes muito semelhantes ao anterior. Os hotéis em que os excursionistas ficaram hospedados foram: o Grande Hotel da Figueira da Foz, o Grande Hotel da Batalha, o Hotel Império, Hotéis Coimbra, Parque, Francfort (*sic*), Sintra, entre outros.³⁰

No ano seguinte, seria a Agência de Viagens Francisco C. S. Martins, Suc., Lda., que assumiria a organização da última excursão de açorianos a Fátima e ao Sameiro, anunciada pelo *Açoriano Oriental*.³¹ Partiram 26 viajantes, mas o jornal deixaria de ser uma das entidades organizadoras.

Não obstante, entre 1932 e 1963, o periódico de Ferreira de Almeida seguiu os modelos da época — viagens organizadas — correspondendo às políticas de turismo patriótico e religioso implementadas pelo Estado Novo, com o qual o jornal alinhava. Estas excursões foram ainda reflexo do espírito regionalista que marcava os Açores e os açorianos, desde as décadas de 20 e de 30 de novecentos, em sintonia com os irmãos madeirenses.

Apesar das dificuldades sentidas pelo jornal, estas viagens coletivas foram uma autêntica ponte entre as ilhas e o continente, oferecendo oportunidades únicas a muitos insulares, de classe média, que talvez de outra forma, não tivessem concretizado uma viagem desta natureza. As excursões organizadas eram um sinal de progresso no domínio das viagens de recreio, firmado ainda em finais do século XIX, como magistralmente testemunhou Eça de Queirós em carta dirigida à Condessa de Ficalho, em outubro de 1885:

Viajar é deixar um sítio onde se estava comendo, num hotel triste, um boeuf à-la-mode triste, para ir, através da poeira, confusão e bagagem, comer noutro hotel mais triste, outro boeuf-à-la-mode mais triste; e as Igrejas, as lojas, os homens, sendo por toda a parte iguais, não vale a pena partir para ir apenas, e em definitiva, sentir a melancolia infinita que inspiram as multidões estranhas”. Hoje em dia viajar já não é isto! Hoje em dia viajar constitui um dos mais desejados e salutarez prazeres, graças à longa série de comodidades com que o Progresso nos bafejou. E se essa longa série de comodidades for manobrada pela sinceridade,

29 *Açoriano Oriental*, n.º 6546, 14 de abril, 1962.

30 *Açoriano Oriental*, n.º 6543, 24 de março, 1962.

31 *Açoriano Oriental*, n.º 6587, 2 de fevereiro, 1963.

pela inteligência e, sobretudo, pelo coração dum experimentado organizador de excursões, então, esse prazer, atinge verdadeiramente marcas de excepcional relevo.³²

Fontes

Açores-Madeira. Revista, Funchal, Tip. Madeira Gráfica, número único e n.º 2, 1950 e 1951. *Açoriano Oriental*, 1932-1964.

Insula, n.º 5, 1932.

SOCIEDADE PROPAGANDA DE PORTUGAL. [1915]. *Portugal: Clima, Paisagens, Estações Thermaes, etc*. Lisboa: Sociedade Propaganda de Portugal.

SOCIEDADE TERRA NOSTRA. 1938. *Regionalismo Micaelense: comunicação apresentada ao I Congresso Açoriano pela Sociedade Terra Nostra*. [s./l.]: Tip. Insular.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Mota. 2020. “Mas leve consigo, bem acordados, todos os sentidos’: a divulgação patrimonial e o turismo na obra *Paisagem e Monumentos de Portugal*”. In *Turismo, História, Património, Ideologia. Diálogos e memórias*, coord. Ana Paula Pires, Cândida Cadavez & João Miguel Henriques, 107-125. Cascais: Câmara Municipal de Cascais; Universidade Nova de Lisboa; Instituto de História Contemporânea.

ARAÚJO, Adjane & Maristela Oliveira Andrade. 2011. “Excursões populares e turísticas: um enfoque sobre quase grupos e práticas de lazer na praia”. In *Ponto Urbe. Revista do Núcleo de Antropologia da USP* 9. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.360>

CORDEIRO, Carlos. 1999. *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*. Lisboa: Edições Salamandra.

CUNHA, Licínio. 2010. “Desenvolvimento do Turismo em Portugal: os Primórdios”. *Fluxos & Riscos* 1: 127-149. <https://core.ac.uk/download/pdf/48576342.pdf>.

GYR, Ueli. 2010. *The History of Tourism: structures on the Path to Modernity*. EGO: European History Online. <http://ieg-ego.eu/en/threads/europe-on-the-road/the-history-of-tourism/ueli-gyr-the-history-of-tourism>

LOWRY, Linda, ed. 2017. *The SAGE International Encyclopedia of Travel and Tourism*. [s.l.]: SAGE Publications, Inc.

NAKASHIMA, Sérgio K., & Maria del Carmen M. H. Calvente. 2016. “A História do Turismo: epítome das mudanças / The History of Tourism: epitome of changes”. *Turismo e Sociedade* 9 (2): 1-20.

32 Excerto publicado em o *Açoriano Oriental*, nas vésperas da partida da 17.ª Excursão Açoriana a Fátima e ao Norte de Portugal, 1949.

- PÉREZ, Xerardo Pereiro. 2009. *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*. Tenerife: Asociación Canaria de Antropología; PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. <https://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita2.pdf>
- PINA, Paulo. 1988. *Portugal, O Turismo no Século no século XX*. Lisboa: Licudus.
- PIRES, Ema Cláudia. 2003. *O Baile do turismo. Turismo e propaganda no Estado Novo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- PORTER, Roy. 2001. “Os Ingleses e o Lazer”. In *História dos Tempos Livres. O advento do Lazer*, dir. Alain Corbin, 21-58. Lisboa: Editorial Teorema.
- SILVA, Susana Serpa. 2011. *Açoriano Oriental, 1835-2000*. Ponta Delgada: Açormedia.
- SILVA, Susana Serpa. 2020. “Para a História do Turismo na Ilha de São Miguel [Açores] – Notas sobre as Origens da Sociedade Terra Nostra / To the History of Tourism in S. Miguel Island [Azores] – Notes about the Origins of Terra Nostra Society”. *Revista Rosa dos Ventos. Turismo e Hospitalidade* 12 (3): 635-656. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i3p635>.

Mouros e Cristãos: cultura e turismo de uma celebração globalizada*

ALBERTO A. ARAÚJO FERNANDES**

Além da sua dimensão social, as festividades têm tido a capacidade de se posicionarem como um dos principais atrativos turísticos para algumas localidades, sobretudo num contexto mais rural. A festa tradicional e popular, ancorada na história e (re)vivida ciclicamente pela comunidade, representa um importante ativo patrimonial, económico e turístico. São diversos os motivos que fundamentam a realização de uma celebração. Na sua esmagadora maioria, as festividades em Portugal, conciliam uma vertente religiosa com uma dimensão profana, sendo este um dos fatores que pode ajudar a compreender o seu poder de atrair multidões.

A Bugiada e Mouriscada de Sobrado é uma festa que anualmente acontece no dia de São João Batista em Sobrado, Valongo. Atrai 20 a 30 mil visitantes a uma vila onde os residentes não ultrapassam 7000. De igual forma também a diáspora sobradense viaja para participar na sua festa. Sendo uma festa que recria a luta entre Mouros e Cristãos, é também um exemplo vivo dessa

* Este trabalho é parte do projeto FESTIVITY – Festa, Património Cultural e Sustentabilidade Comunitária. Investigação e Comunicação no Caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado, cofinanciado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), com a referência PTDC/COM-CSS/31975/2017.

** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8714-4597>. E-mail: a3fernandes@gmail.com.

herança que atravessou o atlântico e é replicada um pouco por toda a América do Sul, estando na origem de múltiplas viagens cujo impacto em várias áreas contribui largamente para a importância crescente que as festividades têm no atual mundo globalizado.

O espaço e a festa

O conceito de ruralidade muitas vezes encontra-se difuso e apenas se objetiva, ainda que de forma superficial, de acordo com o contexto em que se utiliza. Contudo, o próprio conceito em si está longe de ser estático, estereotipado numa sociedade ligada exclusivamente a práticas agrícolas não industrializadas, espacialmente afastada dos centros urbanos densamente povoados e regida temporalmente pela alternância das luminárias naturais. As transformações sofridas no mundo rural, impulsionadas por alguma industrialização a partir da segunda metade do século XX, em muito motivadas pela generalização do acesso à eletricidade e por uma terceirização da economia sobretudo pela menor expressão das atividades primárias como a agricultura e a pecuária, conduziram a uma ruralidade moderna. O novo rural já não se encontra isolado, mas faz parte de uma aldeia global onde tudo está ligado. Ainda assim, esse mundo rural do passado, não raras vezes imaginado, adaptou-se a novas funções que passam pela sua promoção enquanto ativo turístico que proporciona experiências diferenciadoras aos seus visitantes. Segundo Peixoto (2004, 2), um progressivo “desaparecimento do mundo rural está associado a uma descoberta do património pelos meios rurais que conduz a uma segunda vida desses meios e, no limite, ao aparecimento de um outro mundo rural”. Neste novo rural estão presentes traços distintivos desse rural distante temporalmente que para gerações contemporâneas apenas existe numa memória induzida, mas não vivida. No entanto, é através dessa memória induzida, e orientada, do rural imaginado que situamos a autenticidade de algumas práticas, consideradas ancestrais, e cuja repetição transmitida geracionalmente trouxe até aos nossos dias. Muitas destas práticas não só subsistem como têm assumido uma crescente centralidade conferida pelas ressignificações que lhes foram sendo atribuídas. “Práticas e rituais perdiam o sentido que lhes era dado pela ligação íntima com a vida comunitária e a sua sobrevivência acontece hoje num enquadramento de significação muito distinto” (Ribeiro 2018, 44).

É indiscutível que quaisquer que sejam as práticas mantidas pelas comunidades, estas mantêm a sua função de sociabilidade entre os indivíduos, mas também a capacidade de alterar o ritmo de vida da era moderna. O mesmo

acontece com a festa que, atualizada para as atuais dinâmicas sociais, ocupa hoje um lugar central na atratividade territorial e nas políticas culturais locais devido à forte capacidade de atração turística, que gera importantes impactos económicos, e também devido à sua importância enquanto património cultural. A generalidade das festas populares são também uma montra do local onde se celebram pela diversidade de elementos que nelas se incluem. Unindo o cristão e o profano, elas conseguem atrair um leque alargado de participantes e visitantes.

A festa de São João de Sobrado é um exemplo dessa agregação de elementos diversos que confluem numa grande celebração a cada 24 de junho. “Nela convergem celebrações religiosas e profanas, danças e encenações ritualizadas, articuladas numa teia de sentidos nem sempre evidentes ou sequer decifráveis” (Pinto et al. 2016, 2). Radicada no universo das representações dos confrontos entre mouros e cristãos, o enredo da lenda, que de alguma forma serve de guião à sucessão de performances que acontecem durante todo o dia, tem por base a disputa da posse de uma imagem milagrosa de São João Batista que, após ser emprestada pelos cristãos aos mouros para curar a filha do rei, estes se recusam a devolver, instalando-se assim o cenário de conflito entre os dois grupos. Curiosamente, em toda a cerimónia religiosa, que inclui missa e procissão, apenas intervém o grupo dos mouros, aqui designados de mourisqueiros, carregando todos os andores que saem em procissão nesse dia.

A prática festiva ocorre tanto em contexto rural como urbano, contudo interessa aqui tecer algumas considerações sobre os diferentes tipos de festa, sempre colocando a ênfase na festa tradicional e popular. Ao contrário da festa institucionalizada sob o formato de evento, cuja motivação é assumidamente turística e comercial, na festa tradicional e popular, a recuperação, preservação e promoção das tradições locais estão intrinsecamente ligadas à sua realização. A festa popular tem por objeto principal evocar e celebrar um dado acontecimento ao qual a comunidade confere um determinado significado e, portanto, promove a sua continuidade transmitindo-a geracionalmente e afirmando uma identidade cultural que se baseia num sentir coletivo. Desde sempre que as comunidades têm necessidade de celebrar, e esse é o grande propósito de qualquer festa, independentemente da sua origem e prática ritual.

A vila de Sobrado mantém traços de ruralidade bem enraizados num passado recente em que a exploração da terra se configurava como a atividade quotidiana para a maior parte da população. A eletrificação do país a partir de meados do século XX potenciou o desenvolvimento industrial e a permitiu afirmação de fábricas como a CIFA – Companhia Industrial de Fibras

Artificiais, o que trouxe uma lógica de horários de trabalho por turnos a uma grande parte da população que até então mantinha nas práticas agropecuárias o seu modo de vida e acabou por impor um ritmo completamente diferente aos sobradenses (também noutras comunidades) com impactos a todos os níveis da vida social. A memória de um tempo antigo persiste coletivamente e a repetição destas celebrações ao longo do tempo, recriando e evocando práticas ancestrais, visam manter esse elo de pertença a um passado comum. A transição ocorre não nas práticas, mas no significado que lhes é atribuído por quem as executa.

Património turístico

A capacidade de atrair visitantes/turistas para um determinado evento social/cultural depende, contudo, de vários fatores. Certamente a dimensão afetiva é um motivo da maior importância para muitas das deslocações que ocorrem para assistir a um determinado evento¹, mas desde a localização geográfica às vias de acesso, às diversas estruturas locais como sejam a existência de unidades de alojamento e restauração, tudo conta para se poder presumir de boas condições de visitação.

É também necessário que os visitantes reconheçam ao acontecimento características relevantes que pesem na sua vontade de assistir presencialmente. A festa, enquanto produto cultural, comporta-se do ponto de vista do mercado da mesma forma que outros bens culturais. São características como a unicidade, a autenticidade e a singularidade que definem uma parte muito significativa do seu nível de atratividade. Além disso, a festa é também, do ponto de vista económico, um bem público pelo que, em princípio, não exclui ninguém do seu usufruto. Este racional económico é um dos principais argumentos para a sua crescente importância e centralidade nas políticas culturais locais. O facto de poder ser valorada e se tratar de uma herança, neste caso coletiva, faz com que a festa se assuma como um património cultural cada vez mais relevante para as comunidades, não apenas enquanto identidade cultural, mas também numa perspetiva de desenvolvimento económico. A cultura popular e o património imaterial são vistos pela indústria turística como uma forma de diversificação e distinção do produto básico do turismo cultural (Richards 2011, 13)

1 Esta dimensão afetiva está bem patente na diáspora sobradense (tal como noutras comunidades que celebram, anualmente, a sua festa maior) regressando a cada ano para participar e reviver a festa local.

e o crescente fenómeno de globalização estimulou ainda mais as comunidades locais a afirmarem a sua identidade reclamando essa herança cultural coletiva. Apesar da polissemia sobre o conceito de turismo e ainda mais quando adjetivado de cultural, ambos os conceitos verificam um crescente rol de segmentações que aumentam consideravelmente a sua abrangência.

Atualmente, falar de património não é apenas falar de uma herança nostálgica de um passado distante, mas sim de algo de que se espera que tenha a capacidade intrínseca de transmitir um modo de vida e de refletir uma cultura, o que hoje em dia é sinónimo de um forte valor acrescentado através da sua rentabilidade económica (Guillaume 2003, cit. Duque 2012, 156). Também do ponto de vista do poder local, é no património que reside um forte potenciador do desenvolvimento, dito sustentável, fomentando as economias locais através dos recursos endógenos, afirmando marcas territoriais e configurando a imagem externa dos próprios municípios.

De acordo com Richards (2011, 1) o “turismo cultural foi adotado globalmente por órgãos locais, nacionais e transnacionais” como é o caso da UNESCO. A validação do que é considerado como património cultural relevante é feita através de várias formas de classificação e de atribuição de “selos de qualidade” como uma inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural ou, do ponto de vista internacional, na Lista Representativa da UNESCO, conferindo uma importante mais valia nessa luta pelo reconhecimento, e consequente visibilidade, à geografia da festa. Esta é, certamente, uma das razões pelas quais se assiste, cada vez com maior frequência, ao escalar do número de manifestações que procuram afirmar-se através de classificações e adjetivações, que servem os propósitos de comunicação e atratividade para a opinião pública, bem como os objetivos de desenvolvimento económico assente no setor turístico.

Também podemos assistir a esta espetacularização do discurso relativamente à festa da Bugiada e Mouriscada de Sobrado tida como a “maior festa de máscaras da Europa” (*Jornal Novo Regional* 2019). Ainda assim, e referindo-se ao caso português, Durand e Cunha (2014, 368) constataam que “a hegemonia alcançada pelos valores patrimoniais se traduz na consolidação de um notável consenso sobre o ‘património cultural’ enquanto ‘recurso económico’”. É a partir desta aceção que parte o maior argumento invocado como fundamento para os diversos processos de reconhecimento e validação do património cultural. No que respeita à Bugiada e Mouriscada de Sobrado, foi-lhe conferida a classificação de Fenómeno de Interesse Cultural Concelhio, em 1997, e em 2012 a Câmara Municipal de Valongo reforçou esse reconhecimento com a oficialização da Bugiada como Património Imaterial de Interesse Municipal, por

ser “uma das mais impressionantes manifestações culturais portuguesas” e um “bem cultural imaterial de inegável valor patrimonial, na Freguesia de Sobrado e no Concelho de Valongo”. Nesta deliberação, foi também tido em conta que “a festividade tem revelado um vigor que não dá sinais de esmorecer, mesmo na numerosa comunidade emigrante”, não esquecendo que a evolução das condições de vida dos sobradenses, e as próprias características da festa, “fizeram com que a festa tenha adquirido novos significados para as jovens gerações e tenha continuado a ser algo bem mais profundo do que uma mera representação teatral ou folclórica”. Esta classificação outorgada pelo poder local foi aprovada por unanimidade das forças políticas, confirmada posteriormente pela Assembleia Municipal, e feita também a pensar numa classificação de maior abrangência, como é o caso da inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da UNESCO. Para o poder político, o património cultural é um tema geralmente transversal e consensual a todos os quadrantes partidários. Contudo, o ensejo para a sua salvaguarda e promoção vai muito além do seu valor cultural e pretende-se que este se assuma como uma alavanca na dinamização das economias locais através do efeito multiplicador dos impactos que lhes estão associados.

Do ponto de vista económico, o impacto causado pela realização de uma festa com as características da Bugiada e Mouriscada de Sobrado pode verificar-se a três níveis. Num primeiro nível, estão os diretamente relacionados com a organização da própria festa, maioritariamente feitos pela autarquia e associações (como é o caso da Associação Organizadora da Casa do Bugio e Festas de S. João de Sobrado) e pelos próprios indivíduos participantes na festa que adquirem ou alugam os seus trajes, incluindo aqui todo o tipo de contratações, alugueres, compras, seguros, entre outros. Num segundo nível, surgem os benefícios indiretos que são sobretudo os que têm origem nos visitantes. Aqui incluímos a restauração, transportes, alojamento, bem como compras diversas, em particular as relacionadas com o evento festivo como sejam os *souvenirs*. Também se podem somar aqui os efeitos induzidos que se dispersam além do tempo e do espaço físico nos quais se incluem a maior visibilidade e atratividade do local, mas também os empregos que são gerados em atividades relacionadas com a festa. O Centro de Documentação da Bugiada e Mouriscada, centro interpretativo da Festa sob tutela da Câmara Municipal de Valongo foi instalado na vila de Sobrado em 2014, sendo um exemplo destes efeitos com origem na Festa.

“O turismo converteu-se num fenómeno sociopolítico muito poderoso com uma função pública importante” (Pereiro 2018, 224) mas apesar do

crescente número de visitantes que se desloca anualmente para presenciar a festa, Sobrado é uma vila cuja curta distância ao Porto, bem como a outros concelhos densamente povoados da Área Metropolitana do Porto, a torna mais um local de visitação do que destino turístico. Com uma escassa capacidade de alojamento, os maiores impactos económicos são absorvidos pelo setor da restauração, embora a sua localização próxima do local de origem da maioria dos visitantes possa minorar essa rentabilidade. Apesar do progressivo aumento do número de visitantes, a festa da Bugiada e Mouriscada de Sobrado tem alguns constrangimentos que a deixam aquém de poder concretizar todo o seu potencial, enquanto atrativo turístico. O facto desta festa se realizar durante o dia de São João Baptista, 24 de junho, com o primeiro momento do dia a acontecer às 8h da manhã (dança na casa do Reimoeiro), a existência de multitudinárias celebrações na noite de 23 para 24 em cidades tão próximas como Porto ou Braga, aliada a um escasso conhecimento desta celebração por uma grande parte de potenciais visitantes (mesmo de localidades próximas) são alguns dos pontos negativos que, contudo, também podem ser vistos como uma oportunidade para disponibilizar uma oferta diferenciadora e até complementar relativamente a estas outras festas próximas no tempo e no espaço.

Ainda assim, no caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado, o número de visitantes é apontado em órgãos de comunicação social entre as “cerca de 35 mil pessoas” (Agência Lusa 2015), “mais de 30 mil visitantes” (Pinto 2018) e as “dezenas de milhares” (Agência Lusa 2020). Embora não seja fácil quantificar o número de visitantes que se desloca a Sobrado no dia 24 de junho, estas estimativas refletem a capacidade de atração desta festa, mais ainda se tivermos também em consideração que o número de habitantes da vila não ultrapassa os 7000.²

Além das personagens que são interpretadas em números específicos da festa (sapateiro, mulher, cego, ajudante, lavradores, entrajadas, advogados), alguns mordomos e colaboradores de apoio à festa e dos músicos que acompanham os grupos de mouros e cristãos perfazendo perto de uma centena de pessoas, somam-se os mourisqueiros (entre 40 e 50) e os bugios (600 a 700), o que se traduz em aproximadamente 1000 pessoas com participação direta na festa. Se a este número forem adicionados familiares e amigos, que, apesar de indiretamente, estão inteiramente envolvidos com a festa, podemos aferir que

2 De acordo com os dados provisórios dos Censos 2021, a população residente na vila de Sobrado é de 6727. https://censos.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=131010887&att_display=n&att_download=y

a Bugiada e Mouriscada é vivida de forma muito próxima por uma grande percentagem dos habitantes da vila de Sobrado. A festa está bem viva dentro da comunidade e esse é um dos fatores que justifica a sua vitalidade e inabalável vontade de a celebrar mesmo neste tempo de pandemia em que a sua exteriorização não foi permitida por razões sanitárias.

Contudo, um elevado número de visitantes traz outras questões à própria integridade da festa. Os espaços onde são interpretados os diferentes números nem sempre têm a capacidade de acolher um número tão elevado de visitantes, e dá-se até o facto de alguns negócios locais preferirem fechar nesse dia, para celebrar a festa, do que estar abertos num dia em que previsivelmente a sua faturação seria bem superior aos dias comuns. O apelo para que os visitantes não ocupem o espaço tradicionalmente utilizado durante as performances tem sido constante e torna-se mais necessário em ocasiões como as Danças de Entrada ou a Prisão do Velho, que correspondem a momentos em que a multidão de assistentes é maior.

Mouros e Cristãos: a festa transatlântica

“A festa de S. João de Sobrado integra-se na tradição festiva europeia (presente também noutros continentes) designada por ‘festas ou danças de mouros e cristãos’” (Pinto et al. 2016, 3). Dela fazem parte um grupo de mouros — mourisqueiros — e um de cristãos — bugios — que durante todo o dia 24 de junhos vão “batalhando” sob a forma de danças que cada um representa em diferentes locais de Sobrado. A Bugiada e Mouriscada de Sobrado possui todos os elementos característicos desta tipologia de festa, tal como expostos por Martín (1993, 4).³ Em Sobrado, o inimigo (mouros) não aparece com a intenção de se apoderar de algo, mas sim de conservar a posse de algo que lhe foi cedido (imagem milagrosa de São João Baptista). Há um desafio expresso nas danças que, de alguma forma, visam afirmar a superioridade de cada um dos exércitos, e também durante o “Jintar”⁴ aquando da oferta de restos de comida, ao rei rival, em jeito de provocação. Há também uma batalha entre os dois grupos que, após o fracasso das negociações entre ambas embaixadas

3 De acordo com Martín, as festas de Mouros e Cristãos apresentam uma estrutura narrativa e elementos comuns que se repetem, com ligeiras *nuances*, em diferentes locais.

4 “Jintar” ou jantar é a designação da refeição que ocorre na Casa do Bugio, durante a manhã do dia 24 de junho. Esta refeição é feita pelos dois grupos em divisões e momentos diferentes.

cujas mensagens são transportadas por um mensageiro a cavalo sob o som de disparos de pólvora, resulta na tomada do castelo cristão pelos mourisqueiros e consequente captura do rei cristão, o Velho da Bugiada. Um elemento que, segundo Martín, é comum a esta tipologia de representações é a ajuda sobrenatural. Após a súplica do Velho, surge uma figura sobrenatural/mitológica na forma de uma Serpe da qual o exército mouro foge apavorado deixando liberto o rei cristão. Ainda segundo Martín, “a representação termina com o inimigo neutralizado (prisioneiro ou convertido)” (Martín 1993, 5) algo que, no caso de Sobrado, não é de todo verdade. Apesar de se restabelecer a ordem anterior (em que a imagem milagrosa era pertença dos cristãos), o grupo dos mouros continua em liberdade, como no momento anterior ao conflito, em que segundo a lenda conviviam ambos no mesmo espaço, não convertido, mas resignado.

A origem das festas de Mouros e Cristãos está bem delimitada cronologicamente e também na sua geografia. Ligadas à reconquista cristã da Península Ibérica, elas ocorrem inicialmente em Espanha, e a sua prática estendeu-se, praticamente, a todo o território espanhol no sentido Norte-Sul. O longo período de quase oito séculos compreendido entre a batalha de Guadalete, em 711, e a conquista do Reino de Granada, em 1492, deixou incontáveis episódios de confronto entre mouros e cristãos, com exércitos liderados por lendários heróis que se digladiaram em épicas batalhas cujos ecos perduram através das representações populares. Um dos primeiros registos da representação da dança de mouros e cristãos, em contexto festivo, ocorre no casamento do conde Ramón Berenguer IV de Barcelona, em 1150, possivelmente como forma de celebrar a conquista da cidade de Lérida no ano anterior (Hertel 2018, 49). A representação destas festas foi utilizada como forma de promover o cristianismo como religião dominante e do bem em oposição ao mal, ao mouro, ao não cristão, ao outro. A repetição periódica da celebração das vitórias obtidas pelos cristãos em muito contribuiu para a difusão do cristão vencedor enquanto arquétipo da moral e da religiosidade dominante.

Carlos Magno (742-814), e os seus Doze Pares de França, foi um exemplar modelo do bem e da superioridade cristã sobre os mouros. Foi imortalizado na *Chanson de Roland*, obra fundadora da literatura medieval francesa escrita por volta de 1100 (Álvares 2014, 268), e que teve uma grande difusão levando também a que fossem criadas várias versões, possivelmente impulsionadas pelas transformações a cada tradução ou cópia. Como refere Macedo (1999, 141) “a imagem póstuma do imperador da ‘barba florida’ tinha vitalidade suficiente para atender às demandas espirituais de grupos muito diferentes entre

si.” Importa aqui reter que o essencial destes relatos magníficos é a mensagem da vitória cristã e da conversão dos mouros ao cristianismo. Isso está bem patente na batalha entre Oliveiros (um dos Doze Pares) e Ferrabrás (filho do Almirante Balaão e irmão de Floripes) que termina com a conversão destes ao cristianismo, bem como com o casamento entre a princesa Floripes com um dos cavaleiros de Carlos Magno, Gui Borgonha. Este episódio passou da literatura para a representação popular e, apesar de Carlos Magno nunca ter pisado solo português, é possível assistir a esta representação, anualmente, no Largo das Neves.⁵ De igual forma, nem Carlos Magno nem os mouros estiveram na América do Sul, mas a sua representação continua a estar.

O final da reconquista cristã na Península Ibérica ocorre num período particularmente intenso da história peninsular. Com o final dos conflitos internos estavam criadas condições de estabilidade para explorar o imenso desconhecido além-mares. Quer Portugal, quer Espanha lançam-se na aventura marítima “descobrimo” territórios e tornando a cristianização do novo mundo numa missão para ambos os países ibéricos. O processo de cristianização, nem sempre pacífico, ocorreu sob diversas formas e recorrendo a todo o tipo de elementos que serviam esse propósito. Além da introdução de elementos e da adoção de rituais cristãos, também muitos dos elementos simbólicos existentes ganharam uma ressignificação para o universo cristão. A festa de mouros e cristãos enquanto celebração da superioridade cristã também foi um instrumento utilizado neste processo de inculturação, embora com algumas adaptações em função das especificidades locais. Sobre as desventuras de Carlos Magno e dos Doze Pares de França, Macedo (1999, 248) constata que “a longa tradição oral e a compilação da escrita acerca de Carlos Magno e de seus companheiros transportaram-se, juntamente com o elemento colonizador, para terras americanas” acrescentando que sobre a sua difusão “em regiões de colonização espanhola e portuguesa, o início de sua penetração pode ser assinalado já no século XVI, com a conquista do território”. A apropriação da temática das festas de mouros e cristãos, em particular pelos povos latino-americanos pode ser constatada pelas cerca de 1200 festas registadas em quatro continentes, com Espanha e México a liderarem o número de realizações (Pérez 2016, 32) mas também para o surgimento de novas manifestações em países como a Índia, Hong Kong, Austrália ou Nova Zelândia (*Ibidem*, 33).

5 O Largo das Neves, onde ocorre o Auto de Floripes a cada 5 de agosto, é um lugar comum às freguesias de Barroelas, Mujães e Vila de Punhe, pertencentes ao concelho de Viana do Castelo.

E tal como a Bugiada e Mouriscada em Sobrado, também noutros países são eventos muito relevantes para as comunidades, sobretudo pela sua capacidade de atração de visitantes, de dinamização da atividade económica, e do contributo para a identidade cultural das comunidades em torno de uma memória comum. A importância destas festas na dinamização turística dos locais onde se realizam expressa-se num elevado fluxo de visitantes que se desloca com o propósito de assistir a estas recriações. A espetacularidade e a importância histórica de algumas delas são os principais fatores de atração turística e, no caso espanhol, algumas delas estão classificadas como bens de interesse turístico internacional,⁶ casos de Alcoy, Villajoyosa ou Crevillent, enquanto outras possuem essa classificação ao nível nacional e outras ao nível provincial. Realizam-se, anualmente, aproximadamente 300 festas de Mouros e Cristãos em Espanha.

Em Portugal, o Auto de Floripes no Lugar das Neves e a Bugiada e Mouriscada de Sobrado são as representações com maior vitalidade, e que ocorrem regularmente. Se sobre a importação desta representação para Portugal, a proximidade geográfica, cultural e até linguística parecem ser aspetos explicativos da sua presença, ela também já foi mais expressiva do que o é atualmente, tal como expresso por Martins e Palinhos (cit. Guerra 2013, 119) referindo que esta temática esteve presente no passado, sob diferentes designações, no teatro popular português em Ribeira (Ponte de Lima), Palme (Barcelos), Argozelo (Vimioso), Vale Formoso (Covilhã), Pechão (Olhão), etc.

Ao Brasil, Carlos Magno e os seus cavaleiros chegam sobretudo à região nordestina, pela literatura de cordel e pelo teatro popular. Em Pirenópolis, Goiás, realiza-se sob a forma de representação equestre. Além dos milhares de pessoas que se deslocam para assistir às Cavalhadas onde mouros e cristãos se fazem representar por dois grupos de cavaleiros, esta festa, inscrita como Património Imaterial em 2010 (Silva 2018, 83), tem sido também responsável por transformações ocorridas na própria cidade como, por exemplo, a construção do “cavalhódromo” onde se concentram as diferentes performances. Contudo, além da região do nordeste brasileiro, também são referidas realizações destas manifestações em “Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul” (Macedo 1999, 152). Sobre as representações de mouros e cristãos no Perú, tendo por base a gesta de Carlos Magno, Valderrama (2005, 132) refere que “a primeira dança conhecida durante a Colónia é a dos Doze Pares de França”. E na ilha do Príncipe, em São

6 <https://turismo.gob.es/desarrollo-sostenibilidad/fiestas/Paginas/Fiestas-de-Inter%C3%A9s-Tur%C3%ADstico-internacional.aspx>

Tomé e Príncipe, o Auto de Floripes recria a luta entre mouros e cristãos e é a atração principal das mais importantes festas populares da ilha.

Concluindo

A festa de Mouros e Cristãos, de uma forma generalizada, é um claro exemplo de uma tradição inventada, de acordo com Hobsbawn, mas haverá alguma que o não tenha sido? Neste caso específico a invenção ultrapassou barreiras geográficas à boleia dos conquistadores. A sua repetição, e exportação, numa primeira fase serviu a eternização de feitos heroicos, batalhas e vitórias sobre os mouros estimulando uma memória coletiva e a imposição da religião cristã num contexto de expansão marítima. Esta permanece, e “tanto a Metrópole, que a exportara, quanto algumas de suas Colônias, que prazerosamente a acolheram, mantêm até os dias atuais reminiscências das aventuras carolín-gias” (Macedo 1999, 146). De acordo com Martins e Palinhos (2013, 123), “os autos populares seriam também transportados e representados nas naus, como forma de entretenimento nas longas viagens.” Só assim se justifica a utilização de personagens cuja origem se encontra bem documentada, cronológica e geograficamente, em localidades tão remotas. Desta forma, o fluxo de pessoas foi, necessariamente, acompanhado por uma bagagem cultural muito presente na Península Ibérica e que se fundiu com elementos indígenas. Cascudo refere que “o idioma castelhano era tão vulgar em Portugal quanto o português” (1967, 384), acrescentando que “todo o Norte brasileiro, numa permuta de irradiação folclórica justifica o processo da continuidade temática, avivada pela identidade dos mesmos motivos sociais, de trabalho, luta, melodia, lirismo, religião que tomava os aspectos inevitáveis de culto ao sabor da mentalidade colectiva”. Assim, aproximadamente 500 anos antes do advento das indústrias culturais e criativas, a festa de Mouros e Cristãos terá sido um dos primeiros produtos culturais a ser exportado da Europa para a América. Além do papel evangelizador numa aculturação imposta aos povos indígenas, a festa contribuiu também para colocar algum eufemismo no desenvolver das relações de convivialidade entre conquistador e conquistado.

Atualmente, estas festas são importantes bandeiras dos territórios onde se celebram, estão no centro do discurso político e geram significativos impactos económicos potenciadores de desenvolvimento. São também marcos incontornáveis de uma cultura popular cujas comunidades interiorizaram e se apropriaram como sendo genuinamente suas constituindo-se como pilares inabaláveis da sua identidade cultural.

Bibliografia

- AGÊNCIA LUSA. 2015. “Bugiada de Valongo espera 35 mil visitantes enquanto trabalha para Património Mundial”. *RTP Notícias*, 22 de junho. https://www.rtp.pt/noticias/cultura/bugiada-de-valongo-espera-35-mil-visitantes-enquanto-trabalha-para-patrimonio-mundial_n838779.
- AGÊNCIA LUSA. 2020. “Festa da Bugiada e Mouriscada de Sobrado quer ser Património Cultural Imaterial”. *Observador*, 21 de junho. <https://observador.pt/2020/06/21/festa-da-bugiada-e-mouriscada-de-sobrado-valongo-quer-ser-patrimonio-cultural-imaterial/>.
- ÁLVARES, Maria Cristina Daniel. 2014. “La Chanson de Roland”. In *Grandes Epopeias da Antiguidade e do Medievo*, org. Dominique Santos, 266-293. Blumenau: Edifurb. <http://hdl.handle.net/1822/33314>.
- BRISSET MARTÍN, Demetrio Enrique. 1993. “Clasificación de los ‘moros y cristianos’”. *Gazeta de Antropología* 10: 12. <http://hdl.handle.net/10481/13641>.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO. 2012. *Ata da reunião da Câmara Municipal do dia 17 de maio de 2012*. <https://www.cm-valongo.pt/uploads/document/file/1124/5591096233d82.pdf>.
- CATALÀ PERÉZ, Daniel. 2016. “La fiesta de Moros y Cristianos y su extensión en todo el mundo: una visión abierta e integradora”. In *Moros y Cristianos Un patrimonio mundial IV Congreso Nacional y I Internacional*, ed. Gabino Ponce Herrero, vol. I, 29-45. Alicante: UNDEF, Universidad de Alicante.
- CASCUDO, Luís da Câmara. 1967. “Terras de Espanha. Voz do Brasil (confrontos e semelhanças)”. *Revista de Etnografia* VIII (2): 361-385.
- DUQUE, Eduardo Jorge. 2012. “El patrimonio como fuente de desarrollo sostenible en las regiones del interior norte de Portugal”. In *Museos y Turismo: Expectativas y Realidades*, ed. Iñaki Arrieta Urtizberea, 155-177. Bilbao: Universidad del País Vasco. <http://hdl.handle.net/1822/24014>.
- DURAND, Jean-Yves, e Manuela Ivone Cunha. 2014. “Del patrimonio cultural a la transición patrimonial. Un ritual festivo en el noroeste de Portugal”. In *Saberes Culturales: Homenaje a José Luis García García*, ed. María Cátedra Tomás & Marie José Devillard, 361-373. Barcelona: Edicions Bellaterra. <http://hdl.handle.net/1822/29618>.
- HERTEL, Patricia. 2018. “Juegos de Identidad. Las fiestas de moros y cristianos como difusoras de una narrativa histórica nacional”. *Revista Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales* 35: 45-58. <https://ojs.uv.es/index.php/dces/article/view/13679/pdf>.
- JORNAL NOVO REGIONAL. 2019. “Bugiada e Mouriscada volta a atrair milhares de pessoas a Sobrado”. *Jornal Novo Regional*, 22 de junho. <https://www.jornalnovoregional.pt/2019/06/bugiada-e-mouriscada-volta-a-atrair-milhares-de-pessoas-a-sobrado/>.

- MACEDO, José Rivair, & Márcia Janete Espig. 1999. "De Roncesvales ao Contestado: ressignificações da memória carolíngia na Península Ibérica e no Brasil". *Estudos Ibero-Americanos* 25 (1): 135-159. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1999.1.25565>.
- MARTINS, Moisés de Lemos, & Jorge Palinhos. 2013. "Teatro popular português: Auto de Floripes e as origens e significado do teatro no espaço lusófono". *Revista Ensaio Geral* 5 (10): 114-131. <http://hdl.handle.net/1822/30067>.
- PEIXOTO, Paulo. 2004. "O desaparecimento do mundo rural". Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais. <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel11/PauloPeixoto.pdf>.
- PEREIRO, Xerardo, & Filipa Fernandes. 2018. *Antropologia e Turismo: teorias, métodos e praxis*. Tenerife: PASOS, RTPC.
- PINTO, Fernanda. 2018. "Milhares de pessoas esperadas nas Bugiadas e Mouriscadas de Sobrado". *Verdadeiro Olhar*, 22 de junho. <https://www.verdadeiroolhar.pt/2018/06/22/milhares-de-pessoas-esperadas-nas-bugiadas-e-mouriscadas-em-sobrado/>.
- PINTO, Manuel, Rita Ribeiro, Maria João Nunes, Emília Araújo, Luís Santos, Luís Cunha, Albertino Gonçalves, Moisés Martins, & Jean-Yves Durand. 2016. "Bugiada e Mouriscada de Sobrado: a festa como património". In *Congresso Ibero-Americano Património, suas Matérias e Imatérias*, ed. Marluci Menezes, José Delgado Rodrigues & Dória Costa. Lisboa: LNEC/ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/1822/56775>.
- RICHARDS, Greg. 2011. *Cultural Tourism: global and local perspectives*. New York, NY: Routledge.
- RIBEIRO, Rita. 2018. "Património cultural, comunidade e reflexividade". *Veduta* 12: 42-47. <http://hdl.handle.net/1822/59801>.
- SILVA, Bruno Goulart Machado. 2018. "Cultura popular, turismo e património nas Cavalhadas de Pirenópolis". *Áltera – Revista de Antropologia, João Pessoa* 1 (6): 69-95. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/41696/20861>.
- VALDERRAMA, Milena Cáceres. 2005. *La fiesta de moros y cristianos en el Perú*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú. <http://repositorio.pucp.edu.pe/index/handle/123456789/173293>.

A Contribuição do Turismo Automóvel e do Mototurismo para a Recuperação e Inovação do Setor Turístico

ANA MARGARIDA SILVESTRE GRAÇA*

Introdução

O sistema turístico é dinâmico e a constante procura por novos produtos tem levado a mudanças nas estratégias e no planeamento, gestão e promoção dos destinos turísticos e da sua oferta. Apesar das perturbações que tem sofrido, o turismo continua em evolução, demonstrando uma enorme capacidade de regeneração, onde a mudança e a necessidade de criar, recriar e inovar são fatores-chave, pois o novo turista é cada vez mais informado e exigente, obrigando a criar produtos direcionados para uma procura específica que ofereça experiências *tailor made*. Esta exigência e a necessidade de reinvenção leva a novas abordagens turísticas, como o turismo automóvel e mototurismo, que combinam a paixão por motores e pelo turismo, sendo potenciais produtos turísticos com características diferenciadoras para um determinado público.

A revisão da literatura traz contribuições de leitura sobre turismo automóvel e mototurismo, afirmando de forma consistente, que é necessário

* Fundação Minerva - Cultura - Ensino e Investigação Científica; Universidade Lusíada de Lisboa; COMEGI – Centro de Investigação em Organizações, Mercados e Gestão Industrial (Lisboa); CEGOT – Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (Coimbra), Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2811-9663>. E-mail: amargaridasilvestreg@gmail.com.

investigar o potencial destes nichos de mercado para possibilitar uma abordagem integrada sobre questões turísticas, territoriais, económicas e sociais, criando valor para o território e combatendo a pouca expressão destes temas ao nível académico em Portugal. Estes nichos de mercado inovadores auxiliam a competitividade e a imagem de determinado território. Estes conceitos relacionam-se com vários tipos de turismo, desde o desportivo ao industrial.

Esta pesquisa visa contribuir para o preenchimento das lacunas de conhecimento apontadas, expondo teorias e verificando quais os pontos de contacto e correlação entre turismo automóvel e mototurismo. Com base em contribuições sobre turismo automóvel (Bugarin et al. 2020; Cudny 2018a; Ulyanchenko & Gladskaya 2014), bem como na literatura sobre mototurismo (Bernardo et al. 2021; Cappelloni & Staffieri 2019; Sataloff, Johns & Kost 2015), é possível identificar dimensões relevantes destes tipos de turismo e desenvolver um conjunto de reflexões sobre as teorias investigadas no âmbito do turismo automóvel e mototurismo.

A literatura tem destacado a falta de evidências empíricas sobre turismo automóvel e mototurismo (Bugarin et al. 2020; Prideaux 2019; Cappelloni & Staffieri 2019; Cater 2017; Ulyanchenko & Gladskaya 2014). Essas lacunas significam que, até agora, não existe grande expressão e investimento nestes tipos de turismo de forma equitativa e proativa, de forma a trazerem vantagens competitivas no território (Bugarin et al. 2020).

Os dados recolhidos para a conceptualização permitiram compreender as diversas visões e teorias que contribuíram para ampliar o conhecimento sobre o turismo ligado ao setor dos veículos motorizados, evidenciando aspetos específicos como a importância na contribuição para a retoma do turismo num cenário de pós-covid-19, bem como a necessidade de conscientizar sobre a existência de nichos de mercado pouco explorados (Cudny 2018c).

O estudo avalia perceções relevantes por parte de investigadores, demonstrando que existe abertura para fazer mudanças e incrementar iniciativas no campo do turismo motorizado. O artigo segue a seguinte estrutura: primeiro, é apresentada a literatura pertinente, que demonstra a utilidade do caminho deste estudo; em segundo lugar, surge a conceptualização; em terceiro lugar, a partir das perspetivas teóricas, são abordados os dois conceitos-chave, enquanto produtos turísticos; por fim, são indicadas limitações e novos caminhos para pesquisas futuras.

Turismo Automóvel e Mototurismo: conceptualização

O turismo automóvel é definido como o conjunto das atividades realizadas durante uma viagem turística, cujo principal objetivo é garantir a experiência turística da visita a edifícios, locais e espaços associados à produção, apresentação e utilização de automóveis, tal como participar em eventos de automóveis (Cudny 2018b). A sua elasticidade conceptual leva a concluir que o foco não é apenas o automóvel enquanto objeto de contemplação, mas a viagem em si, aliando a condução e o automóvel à paisagem e às estradas que permitam tirar melhor partido do percurso (Cudny & Jolliffe 2019). O conceito pode ser observado sob diversas dimensões, como viajar, visitar, observar ou participar, e assim se parte para uma jornada de reflexão sobre diversos pontos de referência da história automóvel, como museus, fábricas, autódromos, encontros de entusiastas e concentrações de automóveis, viagens, gastronomia, parques temáticos, feiras e exposições ou rotas por estradas desafiantes que permitam tirar o máximo partido da condução (Prideaux 2019).

Carvalho & Lourenço (2008) refletem sobre o turismo desportivo, onde a combinação entre os conceitos inclui diversas atividades desportivas nas quais os turistas são incluídos como participantes ou espectadores. É possível relacionar este tipo de turismo com o turismo automóvel, pois circuitos como o do Estoril ou o do Algarve, em Portugal, são bons exemplos de como estes dois tipos de turismo se cruzam e completam. O turista desportivo viaja para fora da sua área habitual de residência a fim de participar num desporto por lazer ou competição, para observar um desporto de elite ou amador ou para visitar uma atração turística ligada ao desporto (Gibson, Attle & Yiannakis 1998).

Sarmiento et al. (2011) abordam a visão dos grandes e megaeventos desportivos que se traduzem numa viagem onde a motivação está associada à paixão, permitindo diferenciar os tipos de turista: desportivo, entusiasta ou esporádico. Na perspetiva dos eventos (Marujo 2014) é possível criar oportunidades de viagem, aumentando o consumo e promovendo o desenvolvimento, como concluem Cudny & Jolliffe (2019), Brown et al. (2015) e Page & Connell (2020a). Sob o ponto de vista do turismo industrial, Cudny (2018a) e Frochot & Batat (2013) assentem que este tipo de turismo pode envolver viagens relacionadas com negócios, assim como a visita a fábricas automóveis. No domínio do turismo cultural, Richards (2003) afirma que este envolve o interesse em manifestações da cultura humana tangível e intangível, sendo possível afirmar que as fábricas, marcas e modelos, museus e coleções de automóveis são seguramente ativos turísticos e elementos da cultura humana. Este tipo de turista

tem gostos particulares, pois vai visitar estes locais para satisfazer os seus interesses e hobbies (Dann 1981).

O turismo automóvel induz o turista a participar em eventos automóveis, como é o caso das feiras de automóveis (Prayag & Ryan 2011), pois o seu interesse é observar modelos ou marcas específicas de automóveis. Os automóveis são elementos do património ligados à cultura e à história de um determinado local, como afirmam Cudny & Joliffe (2019), levando a refletir sobre outro grupo de turistas automóvel que demonstram interesse pela indústria e pelo património cultural, visitando lugares onde os carros são produzidos ou exibidos, porque compreendem os automóveis e as fábricas como parte do património cultural e/ou industrial. Existem ainda turistas que se deslocam por motivos profissionais, como empresários e engenheiros mecânicos, que visitam as atrações como parte do turismo de negócios. O turismo automóvel é também caracterizado pelo espírito de aventura, descoberta e liberdade (Maslow 1943), e pode ser analisado sob as perspetivas geográficas e de gestão (Pysarevskyi & Meleshko 2019).

Cudny (2018a) salienta que o turista automóvel pode optar por este meio de transporte totalmente pela paixão ao automóvel do que pelo itinerário da viagem, pois o desejo de viver a experiência durante a viagem é mais importante que o destino final. Este novo segmento deve-se considerar uma atividade turística pois utiliza equipamentos e serviços turísticos, criando sinergias sociais e económicas (Wang et al. 2016).

Lacerda et al. (2014) defendem que as diferenças deste tipo de turismo proporcionam vantagens competitivas, a partir disso, surgem empresas direcionadas para este segmento. A covid-19 gerou um cenário de crise em pleno século XXI e veio redefinir vários conceitos, demonstrando que os nichos de mercado turístico ganham cada vez mais expressão e são uma aposta para a recuperação do setor (Hartman 2020).

Comparativamente, o mototurismo pode definir-se como um fenómeno turístico ainda em expansão, geralmente definido como eventos cujo objetivo principal é contribuir para a divulgação de uma cultura de motociclistas e valorizar o património histórico e cultural, respeitando o meio ambiente (Cappelloni & Staffieri 2019).

Sataloff, Johns & Kost (2015) defendem que este tipo de turismo é mais amplo, não sendo apenas uma forma de viajar, mas uma atividade de lazer, onde o prazer pela condução, o espírito de aventura, liberdade e descoberta são os aspetos mais importantes da viagem (**fig. 1**).

Turismo Automóvel	Mototurismo
Atividades realizadas durante uma viagem turística, durante a qual um dos principais objetivos que garantem a experiência turística básica é a visita a edifícios, locais e espaços associados à produção, apresentação e utilização de e automóveis tal como participar em eventos de automóveis.	O desporto em forma de autenticidade existencial é exatamente o tipo de experiência autêntica que precisa ser alcançada.
O foco não é apenas o automóvel enquanto objeto de contemplação, mas na viagem em si, ligando a condução e o automóvel à paisagem e às estradas que permitam tirar melhor partido do percurso.	A necessidade de viajar vem de uma procura pela superação pessoal, sendo que o importante não é o percurso, mas as experiências vivenciadas no percurso.
Bugarin et al. 2020; Ramos et al. 2020; Cudny e Jolliffe 2019; Prideaux 2019; Cudny 2018; Cudny e Hornak 2016; Ulyanchenko Gladskaya 2014; Prideaux e Carson 2011; Greenwood 2011; Barzilay 2009; Prideaux e Carson 2003	Bernardo et al. 2021; Zarotis 2021; Sykes 2020. Cappelloni e Staffieri 2019; Ramoa e Pires 2019; Barbosa, 2018; Cater 2017; Scol 2016; Sataloff et al. 2015; Ulyanchenko e Gladskaya 2014; Berić et al. 2012; Sykes & Kelly 2012; Clark 2010

I Comparação entre as definições de Turismo Automóvel e Mototurismo. Fonte: Elaboração própria, com base em vários autores.

As viagens de motociclo podem acontecer de forma espontânea ou de forma organizada (Sykes & Kelly 2012), sendo o principal objetivo da viagem o prazer de conduzir, enquanto outros aspetos são secundários. Este tipo de turismo demonstra uma grande importância na organização da viagem, influenciada pela afluência de mototuristas e cujo produto turístico deve ser adaptado (Scol 2016).

Este tipo de turismo abrange outros tipos de turismo como complemento, onde as atividades em que se pode participar são muito importantes; este é um segmento peculiar, que expressa o seu potencial máximo quando é realizado por um grupo de motociclistas (Bernardo et al. 2021). Compreender mototurismo é saber que este combina a viagem e a sustentabilidade, tendo em conta

quatro ativos — paisagem, lazer, aprendizagem e limite —, pois um dos motivos dos mototuristas para viajar é o elevado contacto com a natureza e o afastamento da rotina; outro motivo está ligado à experiência e autenticidade que se caracterizam pela cultura, locais pouco turistificados e independência em viagens (Ramoá & Pires 2019). Regra geral o ambiente externo e as paisagens culturais influenciam os mototuristas na escolha do alojamento, pois existem necessidades específicas como a existência de estacionamento para motocicletas, necessidades que devem ser levadas em consideração para o desenvolvimento do produto turístico (Sykes 2013).

Panosso Netto & Ansarah (2009) afirmam que este segmento turístico pode ser uma mais-valia no combate às fragilidades que o turismo apresenta em áreas menos visitadas, pois este turista procura conhecer novos produtos, culturas, ter experiências únicas e personalizadas. Tal como o turismo automóvel, o mototurismo relaciona-se com diversos tipos de turismo (**fig. 2**), como o desportivo, que traz a autenticidade, a qual é exatamente o tipo de experiência que o mototurista deseja alcançar, sendo possível observar esta sinergia em competições desportivas como o Campeonato Mundial de Motovelocidade — MotoGP em Portugal, ou o *Motocross World Championship* em França (Zarotis 2021). Sob a perspetiva das experiências, a necessidade de viajar vem da procura por superação pessoal, sendo que o importante não é o percurso, mas as experiências vividas durante o percurso, e é possível observar esta ligação entre segmentos na *European Bike Week* na Áustria ou a EN2 em Portugal (Sataloff, Johns & Kost 2015).

No mototurismo o objetivo centra-se em conhecer lugares, utilizando o motociclo como meio de locomoção, diferente de outras atividades competitivas pelas suas dimensões espaciais, cronológicas e pelo seu planeamento, este segmento disfruta de eventos como o encontro do Clube Motard Santa Maria ou o *Moto GP*, em Portugal, e o *NEC Motorcycle Live*, no Reino Unido (Sebben et al. 2016).

Numa perspetiva industrial este tipo de turismo pode ligar o motociclo à sua criação e essa sinergia pode envolver visita a fábricas, museus ou participação em cursos de especialização, como o acesso à *Ducati Factory*, Itália, ou *Triumph Motorcycle Factory*, Reino Unido (Timothy 2016). Ao nível cultural, os museus são um elemento importante do turismo e um ativo turístico que transmite a herança patrimonial dos motociclos, bons exemplos são o Museu da Moto Antiga, da Gafanha da Boa Hora, Portugal, e o *National Motorcycle Museum*, Reino Unido (Cudny 2018c). A ligação entre o transporte de duas rodas e o setor de turismo de aventura levam a que essas atividades se

concentrem na ligação com o ambiente natural de forma desafiadora ao nível físico e mental, onde é possível adquirir diversas habilidades e a gestão de risco é importante para que a experiência aconteça (Sykes & Kelly 2012).

Contributo do Turismo Motorizado como Produto Turístico

O turismo tem sido investigado por várias ciências, desde a Geografia, passando pela Economia, História, Psicologia, Antropologia ou a Sociologia.

Existem diversas definições de Turismo. Para Leiper (1990), turismo é um sistema abrangente que relaciona a viagem e a estada temporária de pessoas para fora do seu local habitual de residência, por uma ou mais noites, sendo elementos desse sistema os turistas, regiões emissoras, regiões de trânsito, regiões de destino e a indústria turística. Estes elementos geram conexões espaciais e funcionais próprias de um sistema aberto, cuja organização atua em ambientes amplos, como físico, cultural, social, económico, político ou tecnológico, com os quais o turismo interage.

Jafari (2005) defende que o foco se encontra no estudo sobre o Homem que está longe do seu habitat, da indústria que responde às suas necessidades, dos impactes que ambos têm no meio de acolhimento sob o ponto de vista sociocultural, económico e físico e que está em constante evolução das dimensões e elementos traduzindo-se em custos e benefícios para a sociedade e locais visitados.

A Organização Mundial do Turismo – OMT (1994) compreende várias conjecturas e transmite a ideia de que o turismo abrange as atividades realizadas pelas pessoas durante as suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu quotidiano habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, tendo como finalidade o lazer, negócios ou outras atividades turísticas.

Para dar resposta à procura turística é necessário que a oferta exista e o produto turístico surge para colmatar essa carência e conduzir à aquisição de determinado serviço ou benefício desenhado para satisfazer as necessidades identificadas (Henriques 2003). Uma vez identificado o papel do produto turístico, urge a necessidade de compreender os turistas que, de acordo com Cudny (2018a) são visitantes que pernoitam pelo menos uma noite no destino, usufruindo das suas infraestruturas, tratamento médico, percursos turísticos, desporto, negócios, tempo em família, religião, política, atrações culturais e/ou sociais, entre outros. Tendo em conta o turismo como um sistema dinâmico, os segmentos turísticos abordados sugerem a partilha de um estilo único que gera necessidades específicas para a criação de produtos turísticos personalizados.

Sendo o turismo automóvel uma realidade abrangente que não se foca apenas no automóvel enquanto objeto de contemplação, mas também na viagem em si, aliando a condução e o automóvel à paisagem e às estradas, podendo ter como objetivo a visita de pontos de referência histórica do mundo automóvel, participação em encontros e concentrações automóveis ou eventos (Cudny & Jolliffe 2019), é possível compreender a singularidade deste perfil de turista.

Com o mesmo estímulo de aventura, o mototurismo percorre a mesma paixão, mas num sentido mais livre, por ser premissa o contacto com a natureza e as experiências (Ramoia & Pires 2019). A visita a locais ligados aos motociclos são também motivo de visita, bem como concentrações e eventos, tal como foi antes referido.

Estes tipos de turismo não são muito impactados pela sazonalidade, pois é comum este turista realizar percursos ao longo de todo o ano, o que poderá ser uma aposta para áreas de baixa densidade ou pouco desenvolvidas. O potencial de produto turístico é evidente, tendo em conta as diversas dimensões destes tipos de turismo, bem como a forma como se relacionam e complementam com outros tipos de turismo, como é possível observar na **fig. 2**.

	Turismo Automóvel	Mototurismo
Desporto	Viajar para fora da sua zona habitual de residência para participar num desporto por lazer ou competição, para observar um desporto de elite ou amador, ou para visitar uma atração turística ligada ao desporto. Gibson 1998, 156	O desporto em forma de autenticidade existencial é exatamente o tipo de experiência autêntica que precisa ser alcançada. Zarotis 2021, 4
Experiências	A experiência do turismo, concentra-se nas impressões emocionais, físicas, espirituais e intelectuais de uma pessoa que são sentidas durante um evento. Tung & Ritchie 2011	A necessidade de viajar vem de uma procura pela superação pessoal, sendo que o importante não é o percurso, mas as experiências vivenciadas no percurso. Sataloff et al. 2015, 238

	Turismo Automóvel	Mototurismo
Eventos	Seja qual for a tipologia dos eventos, estes criam oportunidades de viagem, aumentam o consumo e promovem o desenvolvimento, justificando a luta constante por parte das entidades governamentais na captação de eventos nacionais e internacionais. Marujo 2014, 2	O mototurismo como todo o tipo de viagem com um dia ou mais de duração, que tenha como objetivo conhecer lugares e praticar turismo, utilizando o motociclo como meio de locomoção, diferente de outras atividades competitivas pelas suas maiores dimensões espaciais cronológicas e seu prévio planeamento. Roldan 2000, 22
Industrial	Na pista, as pessoas podem não apenas assistir às corridas como também visitar museus de desporto motorizado e participar em experiências de condução. Cudny & Jolliffe, 2019, 331	O património industrial (o processo de produção, maquinarias antigas, armazéns, centrais de energia, veículos de transporte, cidades e paisagens industriais e edifícios estabelecidos para a produção industrial) é uma parte do turismo cultural e da arqueologia industrial e a transformação dessas heranças pode surgir no âmbito de turismo, gerando ou aumentando o número de turistas e também de visitantes locais em determinado destino turístico. Gül & Gül 2020, 140
Cultural	O desenvolvimento do turismo relacionado com automóveis envolve o crescimento do turismo cultural e do património, onde automóveis restaurados são uma forma de vender o passado. Cudny & Jolliffe 2019, 333.	Este tipo de turismo é mais sobre experiências que enriquecem a vida pessoal, novas paisagens culturais e naturais, conhecer pessoas locais, adquirir novas habilidades e até sobre auto-descoberta. Bitusikova 2021, 90

2 Dimensões do Turismo Automóvel e Mototurismo. Fonte: Elaboração própria, com base em vários autores.

Sendo o turismo um pilar económico muito importante, não só porque trabalha a oferta e procura de bens e serviços turísticos como também ajuda na rápida recuperação da economia, é também um fenómeno psicológico e social, porque inclui migrações temporárias para fora do local habitual de residência, afetando as relações sociais entre os turistas e os habitantes dos destinos turísticos (Cudny & Hornak 2016). Na perspectiva de Page & Connell (2020b), os ativos turísticos podem ser definidos como elementos do ambiente que interessam aos turistas, determinando a atratividade do local.

Ao analisar o turismo automóvel e o mototurismo sob a perspetiva da localização, infraestruturas e atrações desportivas ou turísticas, estas levam o turista a delimitar a viagem de acordo com esses fatores (Bernardo et al. 2021; Prideaux 2019). Tendo em conta as motivações do turista é possível relacioná-las com o Modelo *Push and Pull* utilizado por Prayag & Ryan (2011), os fatores “*push*” são descritos como fatores motivacionais, enquanto os “*pull*” são compreendidos através da classificação do tipo de turista e a origem do seu desejo pela viagem. O modelo descrito foi adaptado determinando as motivações do comportamento do turista como fatores “*push*” sendo estas forças que levam à decisão de realizar a viagem e como “*pull*” a informação do que os levou a escolher esse destino ou determinado produto turístico, como descrito na **fig. 3**.



3 Modelo dos Fatores *Push and Pull*. Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar este modelo, é possível confirmar que as motivações do turista automóvel são desencadeadas pela atração de locais de produção das suas marcas favoritas (Uysal, Li & Sirakaya-Turk 2008). Enquanto outros procuram

experiências ou eventos (Cudny & Jolliffe 2019). Já o mototurismo rege-se pela atração do mototurista para viver experiências ou participar em eventos, tal como diversos autores o demonstram (Cater 2017; Sykes & Kelly 2012).

Dois tipos de turismo, uma paixão em comum: os motores. Afirmação esta que nos guia até à motivação que faz estes tipos de turistas se deslocarem. Diversos autores vão investigando as várias dimensões que foram sendo esmiuçadas ao longo deste artigo, mas Cudny & Jolliffe (2019) e Bernardo et al. (2021) sistematizam essas motivações que se agrupam em diversos temas interessantes como: aventura e convívio, cultura e tradição, interesse por motores e conhecer novas culturas e locais que geram os *inputs* necessários para a tomada de decisão na viagem (fig. 4).

Motivações: Turismo Automóvel	Motivações: Mototurismo
· Interesse em marcas de automóveis · Interesse na compra de uma marca específica de automóvel · Interesse em desporto automóvel · Interesse na indústria automóvel · Interesse no património cultural relacionado com automóveis · Interesse em eventos industriais	· Convívio · Ambiente envolvente · Espetáculos · Tempo em Família · Descontrair e sair da rotina · Tradição · Motociclos · Conhecer novos locais · Conhecer novas culturas · Localização do evento · Aventura · Cultura e histórica do local
Cudny e Jolliffe 2019	Bernardo et al. 2021

4 Principais motivações no turismo motorizado. Fonte: Elaboração própria, a partir de Cudny & Jolliffe (2019) e Bernardo et al. (2021).

Estes tipos de turismo podem ser observados como produtos turísticos, uma vez que a motivação é a deslocação para usufruir de uma paixão ligada ao mundo motorizado, criando produtos turísticos únicos relacionados com o território, contribuindo para a economia local e para a rápida regeneração do turismo (Cudny & Jolliffe 2019).

Conclusão

Tempos de mudança levam a que o turismo tenha de ser repensado e os tipos de turismo apresentados neste artigo podem ser uma ajuda para a recuperação do setor (Bugarin et al. 2020). Devido à abrangência destes tipos de turismo, através da comparação de conceitos é possível investigá-los sob diferentes dimensões, seja numa perspetiva do potencial produto turístico ou do auxílio ao desenvolvimento territorial (Filo 2006). Hoje, o turista é muito mais exigente e informado, sendo necessário criar novos produtos turísticos (Cudny & Jolliffe 2019).

Apesar destes segmentos demonstrarem expressão pelo mundo, são um novo campo de investigação. A pesquisa científica existente é bastante deficitária, sendo essencial realizar estudos sobre o impacte socioeconómico destes tipos de turismo, assim como a interação com os territórios que os recebem e seus habitantes, ou mesmo como potenciadores de turismo de género, pois existem cada vez mais mulheres com esta paixão. O turismo automóvel e o mototurismo podem auxiliar o desenvolvimento do território e é possível criar novos produtos turísticos a partir deles (Teo & Yeoh 1997). É igualmente necessário realizar investigações de um ponto de vista mais crítico e prático para revelar vulnerabilidades e implicações desta realidade, para que se possam encontrar soluções e criar modelos de implementação das mesmas. Esta é uma abordagem teórica e preliminar sobre o tema e essa é uma limitação do estudo, mas investigações sobre gestão, sustentabilidade, políticas públicas e privadas, em relação às estratégias e implementação destes tipos de turismo nos territórios, são também caminhos interessantes.

Em suma, existem diversas possibilidades de pesquisas futuras neste mundo em mudança, onde a urgência por experienciar algo novo leva a concluir que, dentro destes tipos de turismo, é possível criar produtos realmente inovadores que gerem impacte no território.

Bibliografia

- BERNANDO, Alexandre, Cheila Gomes, Francisco Silva, José Peneirol, & Anabela Monteiro. 2021. "Moto Turismo, uma cultura de aposta como produto turístico". *Tourism and Hospitality International Journal* 16 (2): 1-8.
- BROWN, Steve, Donald Getz, Robert Pettersson, & Martin Wallstam. 2015. "Event Evaluation: Definitions, Concepts and a State of the Art Review". *International Journal of Event and Festival Management* 6: 135-157. <https://doi.org/10.1108/IJEFM-03-2015-0014>.

- BUGARIN, Dejan, Sanja Krsmanović-Veličković, Miloš Tucović, Asif Hussain, Francesc Fusté-Forné, Marie Haley, Katarina Hercegova, et al. 2020. "Car Tourism-Conceptualization and Research Advancement". *Tourism Management* 9 (4): 1-10. <https://doi.org/10.31577/geogrcas.2019.71.4.17>.
- CAPPELLONI, Flavia, & Simona Staffieri. 2019. "Mototourist's Travel Experience: An Explorative Italian Case- Study". *ResearchGate*. https://www.researchgate.net/publication/339428069_Mototourist's_travel_experience_An_explorative_Italian_case_study
- CARVALHO, Pedro, & Rui Lourenço. 2008. "Turismo de Prática Desportiva- Um Segmento Do Mercado Do Turismo Desportivo". *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto* 9 (2). <https://doi.org/10.5628/rpcd.09.02S1.122>.
- CATER, Carl. 2017. "Tourism on Two Wheels: Patterns of Motorcycle Leisure in Wales". *Tourism Management* 61: 180-189. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2017.02.007>.
- CUDNY, Waldemar, & Marcel Hornak. 2016. "The Tourist Function in a Car Factory Audi Forum Ingolstadt Example". *Bulletin of Geography. Socio-Economic Series* 33. <https://doi.org/10.1515/bog-2016-0022>.
- CUDNY, Waldemar. 2018a. *Car Tourism*. Berlin: Springer Nature. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-62084-8>.
- CUDNY, Waldemar. 2018b. "Car Tourism Spaces: Visitor Centres". In *Car Tourism*, 41-75. Berlin: Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-3-319-62084-8_3.
- CUDNY, Waldemar. 2018c. "Theoretical Approach". In *Car Tourism*, 9-39. Berlin: Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-3-319-62084-8_2.
- CUDNY, Waldemar, & Lee Jolliffe. 2019. "Car Tourism – Conceptualization and Research Advancement." *Geografický Časopis – Geographical Journal* 71 (4): 319-340. <https://doi.org/10.31577/geogrcas.2019.71.4.17>.
- DANN, Graham M. S. 1981. "Tourist Motivation an Appraisal". *Annals of Tourism Research* 8 (2): 187-219. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0160-7383\(81\)90082-7](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0160-7383(81)90082-7).
- FILO, Csilla. 2006. "Territorial Competitiveness for Territorial Intelligence". *International Conference of Territorial Intelligence, "Region, Identity and Sustainable Development", Alba Iulia, 2006*, 60-62. <https://shs.hal.science/halshs-00516342v1>.
- FROCHOT, Isabelle, & Wided Batat. 2013. *Marketing and Designing the Tourist Experience*. Oxford: Goodfellow Publishers Ltd.
- GIBSON, Heather J, Simon P Attle, & Andrew Yiannakis. 1998. "Segmenting the Active Sport Tourist Market: A Life-Span Perspective". *Journal of Vacation Marketing* 4 (1): 52-64. <https://doi.org/10.1177/135676679800400105>.
- HARTMAN, Stefan. 2020. "Adaptive Tourism Areas in Times of Change". *Annals of Tourism Research* 87 (4): 102987. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.102987>.

- HENRIQUES, Claudia. 2003. "Produto Turístico Urbano". In *Turismo, Cidade e Cultura: Planeamento e Gestão Sustentáveis*, 89-112. Lisboa: Edições Sílabo.
- LACERDA, Daniel, Rafael Teixeira, Junico Antunes, & Secundino Henrique. 2014. *Estratégia Baseada Em Recursos: 15 Artigos Clássicos Para Sustentar Vantagens Competitivas*. Porto Alegre: Bookman.
- MARUJO, Noémi. 2014. "A Cultura, o Turismo e o Turista: Que Relação?". *TURyDES – Revista de Turismo y Desarrollo* 7(16): 1-12.
- MASLOW, A. H. 1943. "A Theory of Human Motivation". *Psychological Review* 50 (4): 370-396. <https://doi.org/10.1037/h0054346>.
- PAGE, Stephen, & Joanne Connell. 2020a. "Event Tourism". In *Tourism: A Modern Synthesis*, ed. Stephen J. Page e Joanne Connell, 568-588. Londres: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003005520-32>.
- PAGE, Stephen, & Joanne Connell. 2020b. "The Future of Tourism." In *Tourism: A Modern Synthesis*, ed. Stephen J. Page e Joanne Connell, 589-607. Londres: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003005520-33>.
- PANOSSO NETTO, Alexandre, & Marília Gomes dos Reis Ansarah. 2009. *Segmentação Do Mercado Turístico: Estudos, Produtos e Perspectivas*. Barueri, SP: Manole.
- PRAYAG, Girish, & Chris Ryan. 2011. "The Relationship between the 'push' and 'Pull' Factors of a Tourist Destination: The Role of Nationality — An Analytical Qualitative Research Approach". *Current Issues in Tourism* 14 (2): 121-143. <https://doi.org/10.1080/13683501003623802>.
- PRIDEAUX, Bruce. 2019. "Drive and Car Tourism: A Perspective Article". *Tourism Review* 75 (1): 109-112. <https://doi.org/10.1108/TR-05-2019-0162>.
- PYSAREVSKYI, I., & K. Meleshko. 2019. "The Tourism and Recreational Potential as an Element of the Territorial Competitiveness". *Business Inform* 12: 148-154. <https://doi.org/10.32983/2222-4459-2019-12-148-154>.
- RAMOA, Carlos Eduardo de Almeida, & Paulo dos Santos Pires. 2019. "O Mototurismo e a Sua Relação Com o Turismo de Aventura e o Ecoturismo". *Turismo Visão e Ação* 21 (2): 195-216. <https://doi.org/10.14210/rtva.v21n2.p195-216>.
- RICHARDS, Greg. 2003. "What Is Cultural Tourism?". In *Erfgoed voor Toerisme*, ed. A. van Maaren, 27-40. Arnhem: Nationaal Contact Monumenten.
- SARMENTO, José, Assunção Pinto, Carlos Alberto Figueiredo da Silva, & Carlos Mulatinho de Queiroz Pedrosa. 2011. "O Evento Desportivo: Etapas, Fases e Operações". *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva* 1 (2): 78-96.
- SATALOFF, Robert T, Michael M Johns, e Karen M Kost. 2015. "The 'Mototourism' and the Wanderlust Harley Davidson Lifestyle: A Study about the Chapter HOG – The One Curitiba". *Turismo e Sociedade* 8 (2): 234-254.

- SCOL, Jean. 2016. "Le Tourisme à Moto : Les Géographies Renouvelées d'un Phénomène Marginal". *Via Tourism Review* 9. <https://doi.org/10.4000/viatourism.341>.
- SEBBEN, J., M. L. Buchweitz, A. M. Cunha, & C. T. Wehmeyer. 2016. "Turismo Criativo Aplicado ao Segmento de Negócios e Eventos: A Experiência do Ecoresort Vila Ventura". *Fólio – Revista Científica Digital – Jornalismo, Publicidade e Turismo* 17: 41-50. <https://doi.org/10.15602/1981-3422/folio.v17n1p41-50>.
- SYKES, Diane. 2013. "Motorcycle Tourism Demand Generators and Dynamic Interaction Leisure". *International Journal of Culture Tourism and Hospitality Research* 8 (1): 92-102. <https://doi.org/10.1108/IJCTHR-05-2013-0035>.
- SYKES, Diane, & Kathryn Kelly. 2012. "Mapping the study of motorcycle tourism: Impacts and opportunities". *Proceedings of the International Conference on Tourism and Events: Opportunities, Impacts and Change*. Belfast: Ulster Business School, University of Ulster. <https://doi.org/10.13140/2.1.1170.5283>.
- TEO, Peggy, & Brenda S. A. Yeoh. 1997. "Remaking Local Heritage for Tourism." *Annals of Tourism Research* 24 (1): 192-213. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(96\)00054-0](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0160-7383(96)00054-0).
- TIMOTHY, Dallen J. 2016. "Industrial Heritage Tourism." *Tourism Management* 55: 197-200. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.02.019>.
- ULYANCHENCO, Lyudmila, & Inna Gladskaya. 2014. "The Yaroslavl Regions Transport Infrastructure Possibilities Evaluation for Motor-Car Tourism". *Services in Russia and Abroad* 8 (6): 140-157. <https://doi.org/10.12737/6694>.
- UYSAL, Muzaffer, Xiangping Li, & Ercan Sirakaya-Turk. 2008. "Push-Pull Dynamics in Travel Decisions". In *Handbook of Hospitality Marketing Management*, ed. H. Oh & A. Pizam, 412-439. Oxford: Butterworth-Heinemann. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-045080-3.50018-4>.
- WANG, Bin, Zhaoping Yang, Fang Han, & Hui Shi. 2016. "Car Tourism in Xinjiang: The Mediation Effect of Perceived Value and Tourist Satisfaction on the Relationship between Destination Image and Loyalty". *Sustainability* 9: 22. <https://doi.org/10.3390/su9010022>.
- ZAROTIS, George F. 2021. "Development of Sports Tourism". *International Journal of Humanities and Social Science Invention* 8 (6): 1-11.

A Covid-19 e o Turismo Virtual*

HELENA RESENDE**

*É de Cultura, como instrumento para a felicidade,
como arma para o civismo, como via para o entendimento
dos povos, que vos quero falar (Silva 2006, 17)*

Introdução

Definir Turismo não é fácil nem reúne consenso uma vez que a própria Organização Mundial do Turismo (OMT) facultou várias definições no decurso dos anos e, por vezes, depende muito do contexto em que o conceito de Turismo e de Turista é aplicado,¹ resultando assim em diferentes definições, consoante a perspectiva sob a qual aquele é abordado. “O turismo não é uma atividade isolada, pois está relacionada com as várias atividades humanas, pelo que a sua interpretação como sistema, compreende uma análise multi-disciplinar” (Couto 2009, 90).

Em 2008, a OMT avançou com uma interpretação que pode servir de referência: “o turismo é um fenómeno social, cultural e económico, que envolve o

* A autora deste capítulo não utiliza o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90), tendo sido respeitada a grafia portuguesa anterior ao mesmo.

** CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1774-9451>. E-mail: hresende@lis.ulusiada.pt.

1 Veja-se o que resumiu a este respeito Pakman no *XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, in <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/34.pdf>.

movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, geralmente por prazer” (UNWTO 2010, 1).²

O turismo, tal como o conhecemos atualmente, nasceu no século XIX na sequência da Revolução Industrial, que possibilitou deslocações, tendo por objetivos o descanso, o ócio, o lazer. Anteriormente, as viagens relacionam-se sobretudo com a atividade comercial, com os movimentos migratórios, com as conquistas e ainda com os conflitos armados.

A rápida expansão do turismo ocorreu entre 1950 e 1973, na sequência do fim da II Guerra Mundial e do desenvolvimento dos transportes e, presentemente, o turismo é uma das principais indústrias a nível global: é o terceiro sector exportador mundial,³ apenas ultrapassado pelas indústrias petrolífera e automóvel e, em muitos países, é mesmo a principal fonte de receita.

Turismo e Património cultural

A cultura é um dos motores
de crescimento do turismo (OMT 2020).

A afirmação foi proferida, o ano passado, pelo Secretário-Geral da OMT, Zurab Pololikashvili, durante a terceira conferência sobre turismo cultural, organizada pela OMT e pela UNESCO, ideia reforçada pelos dados estatísticos que apontam para que o Turismo Cultural no mundo represente cerca de 37% do total do sector.

O Turismo Cultural sofreu um grande incremento, a nível mundial, a partir dos anos 70, sendo relevante para uma educação não formal sobre a história, o passado e mesmo o futuro de muitos espaços turísticos e um importante factor de preservação das memórias colectivas. Assim o tem entendido a organização responsável pelo Património Cultural Mundial, a UNESCO, que apresentou uma definição do que é Património Cultural na Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1972, considerando três tipos de Património Cultural:

2 A tradução para português de textos/citações originalmente noutras línguas é da responsabilidade da autora.

3 Dados de 2019 do World Travel & Tourism Council.

Os monumentos — Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estrutura de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos — Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse — Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com o valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO 1972)

A sinergia entre a Cultura e o Turismo é algo que se constata já há algum tempo, sendo áreas que partilham interesses e pontos em comum, e ambos os sectores podem aproveitar o potencial das novas tecnologias de informação e dos mais recentes progressos no campo da informática. A própria OMT afirmou já, em 2001, que a Internet e o Turismo eram os parceiros ideais, uma vez que este é um sector em permanente transformação.

A pandemia e o impacto no turismo cultural

Nos últimos dois anos, a UNESCO apresentou dois relatórios especificamente sobre a situação mundial do património e turismo cultural face à situação provocada pela Covid-19. O primeiro, de Maio de 2020, indica que os museus ficaram fechados uma média de 155 dias no ano passado e desde o início deste ano, muitos tiveram que fechar as portas novamente; cerca de 10% destes poderão não conseguir reabrir de todo. A pesquisa apresenta uma avaliação provisória da situação de 104 mil museus, com base em dados fornecidos por 87 estados-membros em Março.⁴

4 Toda a informação estatística utilizada, sobre a situação mundial, pode ser consultada em *Museums around the world in the face of COVID-19* (referente a 2020): https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000376729_eng. (actualizada em Abril de 2021). Em relação a dados estatísticos europeus, a informação foi retirada do *NEMO Corona Survey Results* in https://www.nemo.org/fileadmin/Dateien/public/NEMO_documents/NEMO_Corona_Survey_Results_6_4_20.pdf. Relatórios e estudos sobre o Turismo em Portugal, veja-se o Observatório Virtual do Turismo in http://business.turismodeportugal.pt/pt/Conhecer/Oportunidades_UE/recursos-UE/Paginas/virtual-tourism-observatory.aspx.

Os museus em regiões turísticas perderam entre 75 e 80% de receitas dadas as restrições em relação às deslocações entre países, com o encerramento das fronteiras que afectou igualmente os intercâmbios entre instituições e exposições já agendadas.

O relatório confirma a vulnerabilidade dos museus durante a pandemia e confirma uma redução significativa do financiamento público, em alguns casos de até 40%, que afectou quase metade dos museus dos países participantes. O presidente do International Council of Museums (ICOM), Alberto Garlandini, enfatizou esta situação, ao referir que

a quebra de rendimentos tem sido dramática, com mais de 50 por cento dos museus de todo o mundo a não receber apoio financeiro directo ou indirecto dos governos, apesar de serem instituições que fornecem muitos serviços à sociedade, nomeadamente na educação. (Público 2021)

Já em Abril de 2021, a UNESCO publicou um *update* dos dados, mas com um grande ênfase no futuro e nas medidas para o pós-pandemia. 43% das instituições voltaram a fechar no primeiro trimestre de 2021, com perdas financeiras gerais a rondar os 80%, em comparação com 2019.

O Observatório Ibero-Americano de Museus (IBER) emitiu, em Julho de 2020, um relatório detalhado sobre o impacto da Covid nos museus pertencentes a este organismo. Contou com a participação de 434 instituições de 18 países (entre eles, Portugal) e oferece-nos informações relevantes, nomeadamente as respostas que foram sendo dadas pelos museus: 73% das instituições reajustou as suas atividades face às medidas restritivas; 31% declarou como necessidade mais urgente conseguir recursos financeiros que permitissem a manutenção e sustentabilidade e não fechar portas; 60% tiveram mesmo de despedir funcionários, uma medida que afectou sobretudo as áreas das visitas guiadas, dos serviços educativos e a parte mais comercial (loja, cafetaria).

A situação no continente europeu foi analisada pelo NEMO (Network of European Museum Organisations), organismo que apresentou um resumo, mas muito esclarecedor, relatório salientando que a cultura ganha relevo em tempos de crise e que assistimos a um uso digital criativo, sem precedentes, e a um envolvimento *com e através* da cultura, em todo o mundo, numa altura em que a pandemia nos tenta separar (NEMO 2020). A redução das receitas é comum ao resto do mundo, com os grandes museus a perder valores entre 100 000 e 600 000 euros/semana; o fecho dos museus afectou cerca de 92% das instituições, mas, o inquérito que foi realizado junto de várias instituições (650

até Abril de 2020, de 41 países) considera que a resposta dos museus foi rápida e proactiva, envolvendo-se com a comunidade.

Em Portugal, em Março de 2021, o presidente do Observatório Português de Atividades Culturais (OPAC), José Soares Neves, revelou, na conferência internacional (a decorrer *online*) *Museus e Responsabilidade Social – Participação, Redes e Parcerias*, que, globalmente, os museus portugueses (num universo de 660) perderam entre 70% e 80% dos visitantes, que ficaram reduzidos praticamente só aos nacionais (Público 2021).

O papel secundário que a Cultura, tradicionalmente, ocupa no nosso país, levou a um tecido cultural muito frágil que, agora, face a uma situação que levou ao encerramento físico dos espaços culturais, agravou as debilidades estruturais do sector.

A resposta: o turismo virtual

A Realidade Virtual (RV) pode ser definida como

o uso de um ambiente 3D gerado por um computador — ambiente virtual — no qual se pode navegar e, possivelmente, interagir, resultando na simulação em tempo real de um ou mais dos cinco sentidos do utilizador [...]. A capacidade de proporcionar uma imersão psicológica no que está a ser projetado. (Guttentag 2010, 638)

Não sendo a RV um conceito novo, nos últimos dois anos foi exponenciado o recurso a esta ferramenta devido à situação gerada pela pandemia, pelos confinamentos e pelas restrições. Sabemos que a revolução tecnológica das últimas décadas levou a uma alteração da gestão da informação e da comunicação, alterando forçosamente a relação entre o público consumidor e o fornecedor de serviços. De uma forma geral, mas com algumas questões a particularizar, o acesso às novas tecnologias está mais facilitado, é menos complexo e apresenta um custo aceitável.

A rede mundial — a Web — permite uma rapidez de contacto e um fluxo permanente de informação que funciona sempre numa corrente bidirecional: do fornecedor (aqui entendido como a instituição cultural) para o cliente (o público consumidor do serviço), e deste para o fornecedor.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) teve um impacto relevante nos museus e na sua relação com o público virtual, forçando até a redefinição do conceito de museu e dos objectos que

tradicionalmente compõem o espólio destes espaços. Existem mesmo museus que não têm um espaço físico, apresentando-se em espaços virtuais: o Museu Virtual da Lusofonia,⁵ plataforma *online* desenvolvida pela Universidade do Minho, com vista a uma cooperação académica, em ensino, artes e ciência, no espaço vulgarmente designado de lusofonia (países de língua portuguesa) mas também incorporando a Galiza e Macau. No *site*, refere-se que

Sendo uma plataforma virtual, o **Museu Virtual da Lusofonia** tem também a pretensão de ser um mecanismo que convida à participação ativa dos cidadãos, na disponibilização de registos, no comentário às “obras” preservadas no museu, na (re)construção de uma memória coletiva.

Não sendo uma novidade a utilização da realidade virtual pelo património cultural, a verdade é que, agora, a necessidade impôs uma reinvenção, uma adaptação, mesmo um renascimento e a comunicação virtual, estando o museu fechado, procurou fixar o público convencional e atrair novos e diferentes consumidores.

Com a abertura gradual dos espaços museológicos, o desafio continuou de forma a garantir uma visita física segura: menos visitantes, distanciamento social, percursos diferenciados, tudo de forma a assegurar a confiança do público, mas também dos funcionários.

Nas últimas décadas, um pouco por todo o mundo, muitos espaços culturais já utilizavam ferramentas virtuais, desenvolvendo projectos digitais, como complemento à oferta tradicional, mas não como alternativa (a novidade de agora), porque o foco principal da actividade de um museu não era (e não é!) a criação de produtos digitais. É verdade que grande parte dos conteúdos virtuais já estavam disponíveis desde há quase duas décadas — as bibliotecas digitais World Digital Library e a Europeana, e o Internet Archive, por exemplo — mas só agora ganharam visibilidade. Outras ferramentas foram desenvolvidas directamente em resultado do impacto da Covid. O Google Arts & Culture, por exemplo, oferece o conteúdo artístico de cerca de 500 instituições, de vários países e agora é o museu que nos entra, literalmente, em casa, facultando até mais informação *online* do que aquela que teríamos se visitássemos

5 O site do Museu Virtual da Lusofonia foi desenvolvido no âmbito do projeto UID/CCI/00736/2013, financiado pelo COMPETE: POCI-01-0145-FEDER-007560 e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), sendo atualmente apoiado pelo projeto UID/CCI/00736/2019, financiado pela FCT.

o museu presencialmente. Mais, a palavra-chave é (ainda) o “oferece” porque a disponibilização de todo um conjunto virtual de ferramentas foi gratuita, não obstante algumas instituições ponderarem agora cobrar por esse serviço.

Para além de iniciativas mundiais, muitos países desenvolveram “visitas virtuais” aos seus espaços museológicos, nas línguas nacionais e, quase sempre, também em inglês. Há ainda organizações, como a National Geographic, que, para além da vertente específica de Património Cultural, oferece viagens turísticas virtuais para vários destinos, através do aplicativo *National Geographic Explore VR (Virtual Reality)*.⁶

A situação pandémica levou também a um esforço internacional para ir avaliando o impacto no turismo e foram criados ou desenvolvidos vários organismos, nomeadamente o Observatório Virtual do Turismo (VTO) da Comissão Europeia, com o objectivo de definir e desenvolver estratégias que acrescentem mais visibilidade e competitividade ao sector turístico, ao mesmo tempo que faculte informações e dados estatísticos.⁷

Especificamente relacionado com o património cultural, o Programa IberMuseus,⁸ com o apoio da UNESCO⁹ e integrado no Movimento ResiliArt,¹⁰ procura promover debates sobre a situação actual e, sobretudo, sobre os desafios que se colocam num futuro, que é já hoje, em busca de estratégias e respostas, no âmbito dos museus do espaço ibero-americano.

Em Portugal, país que, segundo o barómetro da OMT em 2019, era já um dos 15 destinos mundiais mais procurado e tinha recebido a visita de mais de 25 milhões de turistas, a situação do turismo cultural sofreu igualmente um

6 Estas experiências turísticas virtuais podem ser efectuadas através do link https://www.oculus.com/experiences/go/2252817104759749/?locale=pt_PT.

7 O Observatório Virtual do Turismo está organizado em várias secções: Perfil dos países da UE; Estatísticas, através da ferramenta Statistics Illustrates; Inquéritos Eurobarómetro (Flash Eurobarometersurveys); Repositório com vários estudos e relatórios e ainda uma coleção com vários links, que remetem para organizações nacionais e internacionais. Veja-se em https://single-market-economy.ec.europa.eu/tools-databases_en.

8 *O que os museus precisam em tempos de distanciamento físico* in IBER Museus, <http://www.iber museos.org/pt/acoes/observatorio-ibero-americano-de-museus/repositorio-covid-19-para-os-museus-ibero-americanos>.

9 A UNESCO desenvolveu ainda um guia para ajudar o sector cultural a enfrentar a crise. Veja-se *Culture in Crisis: A Policy Guide for a Resilient Creative Sector* in <https://news.un.org/pt/story/2020/12/17/367932>.

10 *Resiliart – artistas e criatividade para além da crise* in <https://pt.unesco.org/news/resiliart-artistas-e-criatividade-alem-da-crise>.

impacto enorme e negativo em resultado da situação pandémica mundial. Um dado mundial que aqui também se verificou: a maioria dos visitantes/turistas, em 2020, foram nacionais, algo que não era uma realidade no período pré-Covid.

Obrigatoriamente, teve de se repensar as formas de levar a cultura até ao público, impedido agora de sair de suas casas. No já referido *Google Arts & Culture*, conseguimos visitar virtualmente 47 lugares culturais portugueses (alguns deles particulares), desde os muito conhecidos e já esperados — o Mosteiro dos Jerónimos, o Museu Nacional de Arte Antiga ou os palácios da Ajuda, Queluz e Sintra —, a outros espaços menos conhecidos até dos próprios portugueses. Exemplos: a Fundação Portuguesa das Comunicações (Lisboa), o Conservatório da Música (Porto), o Museu Nacional Ferroviário (Entroncamento), o Museu do Douro (Régua) e ainda a GAU (Galeria de Arte Urbana – Lisboa), o Wool – Urban Art Festival na Covilhã, e a CulturGest (da Caixa Geral de Depósitos, Lisboa) e ainda o já referido Museu Virtual da Lusofonia.

O sector turístico português já tinha dado passos para uma virtualização do turismo nacional, antes ainda da pandemia, com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) a desenvolver, desde 2011, um projecto pioneiro com vista não só à criação de um museu virtual do turismo, mas também procurando centralizar materiais e incrementando um “discurso multidimensional e multimédia sobre o turismo e os turistas” (MUVITUR).¹¹ Já nessa altura, a virtualização apresentava-se, então, como a forma mais eficiente e mais expedita de reunir, expor e arquivar peças e ainda, ao mesmo tempo, como a opção capaz de reduzir drasticamente os investimentos necessários para atender à materialização, de uma infraestrutura desta natureza.

A oferta principal deste projecto é desenvolver uma plataforma digital que agregue conteúdos através de uma recolha, organização e disponibilização de recursos digitais, através de três sectores: expositivo, arquivos pesquisáveis e serviços à comunidade.

O Movimento Portugal#EntraEmCena é outra resposta virtual para minimizar o impacto da Covid na Cultura, plataforma que junta artistas, fundações, marcas e entidades públicas e privadas com vista a apoiar projectos culturais em Portugal com até 20 mil euros: a missão é “todos entrarem em cena hoje, para garantir que a cultura tem amanhã”.¹² Foi desenvolvido no contexto da ini-

11 Informações específicas sobre o MUVITUR – história, contexto, objectivos, trabalhos, podem ser consultadas em <https://muvitur.eshte.pt/pt/sobre/projeto>.

12 O vídeo de apresentação da plataforma pode ser visualizado em <https://www.youtube.com/watch?v=XK5Odo8VVH8>.

ciativa *Covid-19 Community Response Program* da OutSystems, a tecnológica portuguesa responsável pelo projecto que disponibilizou a sua plataforma *low-code* para a criação de um *marketplace* digital onde os artistas podem lançar ideias e obter investimento, permitindo chegar a potenciais investidores.

Entre os apoiantes da medida encontramos, por exemplo, o Ministério da Cultura, os bancos BPI, CGD, Millenium BCP e o Montepio, o Centro Cultural de Belém, a EDP, a EGEAC, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Galp, as operadoras de telecomunicações NOS, MEO e Vodafone, a Sagres e a Superbock, a Misericórdia de Lisboa, os Teatros Nacionais São João e D. Maria II, entre outros.

O Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), criado em 2018, olha, com particular preocupação, para a nova realidade cultural que se desenhou com quase dois anos de pandemia a nível mundial e, na opinião do seu presidente, José Soares Neves,

é muito importante a valorização da transição digital, o reforço dos mecanismos e instrumentos existentes para estudar os públicos e o impacto da actividade dos museus nas comunidades, e iniciar uma linha de estudos sobre práticas culturais da população nas várias regiões, de forma a gerar conhecimento e enquadrar os seus resultados nas políticas públicas (Público 2021).

Esta chamada de atenção foi proferida no contexto de uma conferência internacional, que ocorreu no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, em Lisboa, em Março de 2021, organizada pelo Ministério da Cultura, cujo foco era a relação entre museus e responsabilidade social.¹³

Vantagens e desvantagens da Realidade Virtual aplicada ao Turismo Cultural

Como em tudo, encontramos aspectos positivos e negativos na virtualização da cultura e se é verdade que o discurso do museu se torna outro, inevitavelmente mais abrangente e plural e, por conseguinte, parecendo ser menos exclusivo

13 Tratou-se da segunda iniciativa de um ciclo de três conferências do trio de presidências do Conselho da União Europeia (Alemanha, Portugal e Eslovénia). A primeira conferência realizou-se a 17 e 18 de Setembro de 2020, no quadro da presidência alemã, e a terceira decorreu nos dias 23 e 24 de Setembro de 2021, já no âmbito da presidência eslovena.

e discriminatório, também não deixa de ser verdade que, paradoxalmente, a desigualdade cultural pode aumentar porque, realça o presidente do ICOM: “A pandemia aumentou as desigualdades, num mundo onde 41 % da população não tem acesso à Internet” (Público 2021).

Na realidade, para quem tem acesso à Internet, parece só haver vantagens e podemos sintetizá-las: sem filas, sem pressas, sem horários limitados, sem sair do sofá e sem pagar bilhete, acedemos a espaços culturais em qualquer ponto do mundo (assim esteja disponibilizado *online*).

Desenvolvendo, a vantagem mais destacada: poder viajar e visitar espaços culturais com um clique, muitos deles que nunca conheceríamos presencial e fisicamente, mas também o facto de serem visitas possíveis para pessoas com limitações físicas e de mobilidade reduzida.

Também é verdade que podemos manipular, ampliar e analisar ao detalhe os objectos (desde que o programa assim o permita), podendo deter-nos indefinidamente a contemplar uma peça, sem um constrangimento horário; a visita pode ser feita a qualquer hora, à nossa escolha e em qualquer dispositivo com acesso à rede (mesmo num telemóvel), podendo até visitar vários lugares em pouco tempo, viajando no espaço sem sair de casa.

Outra mais-valia: muitos espaços culturais possibilitam uma interação (interatividade) com o público, incentivando à descoberta e à pesquisa. Até ecologicamente parecem só existir vantagens, com a diminuição da pegada de carbono do turismo: menos deslocações físicas, menos poluição; menos bilhetes em papel; e pode mesmo ser uma solução — ecológica — para o problema do turismo em excesso em algumas zonas e em alguns museus.

A Realidade Virtual é uma tecnologia que está ainda em desenvolvimento e, como tal, apresenta algumas dificuldades práticas: o que nós conseguimos ver nos dispositivos (computadores e telemóveis) não é a verdadeira realidade virtual, uma vez que esta exige equipamento a que poucos têm acesso, e as aplicações “normais” que utilizamos no dia-a-dia ficam muito aquém daquilo que efectivamente se conseguiria ver com acessórios como óculos VR (*Oculus Rift*) ou com a aplicação *Google Cardboard*.

Existem alguns aspectos menos positivos, que se podem tornar em desvantagens significativas se o futuro der mais e maior relevância à RV aplicada ao Turismo Cultural.

As experiências culturais envolvem necessariamente “dimensões multisensoriais, incluindo visões e emoções, sons, cheiros e sabores” (Tussyadiah & Zach 2012, 785), algo difícil de proporcionar pelo turismo virtual e na RV, as sensações acabam por ser limitadas. Os vídeos, por exemplo, concentram-se

na imagem e no som, mas “perdem-se” o olfacto, o paladar e o toque, sem esquecer aqueles que, privados da visão ou da audição, não conseguem usufruir de uma visita virtual convencional.

Outro reparo: o visitante “consome” um produto que está formatado para todos, não tendo grande opção de escolha e nem todos os museus têm todo o seu espólio detalhado na visita virtual. A um nível básico, a *tour* virtual é construída e dada de uma forma que não controlamos: vemos apenas a extensão de um mundo que alguém foi capaz de filmar e animar, ou seja, a RV estende-se apenas até onde foi projectada.

Sob um ponto de vista mais economicista, o investimento técnico — em equipamento, formação, pessoal e conteúdos digitais — terá de ter um retorno e já há alguns museus a equacionarem o pagamento das visitas virtuais.

A um nível mais social, a substituição da mão-de-obra humana pela tecnologia pode ter um impacto negativo, porque limita ou evita mesmo o contacto humano, essencial num período de pandemia, para conter o avanço da doença, mas devastador em termos de consequências psicológicas e de interacção social, que deixa de existir. Não é de desprezar o aumento significativo, a nível mundial, de “doenças mentais”.

Por último, e talvez o aspecto mais perverso, a desigualdade no acesso à fonte (Internet), por questões financeiras, intelectuais ou mesmo técnicas (sabemos da insuficiência da cobertura da rede móvel em muitos locais). A globalização digital pode, paradoxalmente, unir e desunir o mundo, não conseguindo alcançar o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal.¹⁴

Reflexão final: E o futuro?¹⁵

Como será o futuro do Turismo no geral, e do Turismo Cultural especificamente? As visitas virtuais poderão continuar a substituir as visitas reais quando a pandemia passar? Ou serão um complemento, uma vez que nada substitui

14 Veja-se, a este respeito, o que se escreveu em *Um olhar sociológico sobre a crise COVID-19 em livro* in <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/observatorioidasdesigualdades/wp-content/uploads/2020/12/UmOlharSociolo%CC%81gicoSobreaCrise-Covid19emLivro.pages.pdf>.

15 Posterior à primeira redacção deste artigo, durante a revisão do mesmo, foi publicado, pelo Instituto Politécnico de Tomar, com coordenação de Luís Mota Figueira e Luiz Oosterbeek, *Turismo Mundial, Crise Sanitária e Futuro: novos tempos, novos ritmos*, que pode ser consultado em http://www.cda.ipt.pt/download/Livros/novos-tempos-novos-ritmos-ebook_compressed.pdf.

o contacto físico/real com a obra de arte? Um estudo recente da GlobalData aponta para que “quanto mais tempo durar os impactos desta pandemia, maior será a oportunidade dos consumidores e organizações adotarem esta tecnologia de forma mais permanente” (Publitoris 2021).

No entanto, o Turismo

não é uma atividade isolada, pois está relacionada com as várias atividades humanas, pelo que a sua interpretação como sistema compreende uma análise multidisciplinar, na medida das inter-relações criadas entre os diversos subsistemas em que o homem participa, como os subsistemas económico, social, político, cultural, ecológico e tecnológico. (Couto 2009, 90)

Assim sendo, é necessária uma reflexão ponderada e coordenada, a nível colectivo, com todos estes subsistemas, e articulada entre os sectores culturais privados e públicos, relativamente ao futuro dos lugares patrimoniais, tendo em consideração diversas variáveis, nomeadamente a dimensão do espaço cultural. Um grande museu nacional, que depende quase sempre do turismo internacional e de apoios governamentais, terá obrigatoriamente de enfrentar mudanças no modelo de gestão; os espaços culturais de menores dimensões, muitos deles privados, apresentam algumas vantagens, uma vez que já estão habituados a gerir um orçamento reduzido e estão mais próximos das comunidades locais e nacionais, menos dependentes do fluxo internacional de turistas.

É verdade que ainda não existe um distanciamento temporal que nos permita avaliar, sobretudo a longo prazo, que tendências se vão afirmar no turismo cultural, mas há aspectos que se podem destacar: a importância de abrir, literalmente, os espaços culturais e olhar para eles de fora para dentro; refletir sobre o papel da cultura nesta nova realidade global e, concretamente, a importância dos espaços museológicos para a comunidade; assumir que o património cultural não é uma instituição fixa ou estática e tem de desenvolver capacidades de adaptação à mudança e a momentos de crise; e, sobretudo, a constatação de que a construção do futuro envolve todos: “os decisores políticos, as lideranças dos organismos da tutela, os diretores dos Museus, Palácios e Monumentos, os seus profissionais, os públicos, os amigos dos museus, os mecenas, as comunidades, a sociedade” (Património Nacional 2021, 5).

A responsabilidade social e educativa do espaço cultural foi também enfatizada pela diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, ao afirmar que “o lugar que se reserva para os museus nas políticas de recuperação da pandemia diz muito sobre os valores sociais que se deseja defender” (Público 2021).

Os lugares museológicos têm um impacto na sociedade que vai muito para além de serem espaços de memórias colectivas e a UNESCO relembra-nos que:

O papel dos museus na sociedade é fundamental, pois são responsáveis não só pela preservação do património para as gerações futuras, mas também como actores centrais na promoção da aprendizagem ao longo da vida e na igualdade de acesso à cultura e à difusão dos valores em que se baseia a humanidade. A sua função em termos de inclusão social é vital para garantir a coesão das nossas sociedades e são também protagonistas da economia criativa e do turismo (The Courier 2021, 4).

Bibliografia

- BERÇO DO MUNDO. 2020. *Portugal virtual: uma viagem online*. Acedido a 14 de Agosto, 2021. <https://bercodomundo.com/2020/04/portugal-virtual-viagem-online.html>.
- COUTO, J.P.A. et al. 2009. *Marketing turístico: conceitos e tendências*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- GAMA, Manuel, coord. 2020. *Impactos da COVID-19 no sector cultural português*, Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho. Acedido a 9 de Julho, 2021. <https://polobs.pt/wp-content/uploads/2020/03/WR-1-POLOBS-Cultura-e-COVID-191.pdf>.
- GOOGLE. s.d. *Arts & Culture*. Acedido a 10 de Julho, 2021. <https://artsandculture.google.com/partner?hl=en>.
- GUTTENTAG, Daniel. 2010. "Virtual reality: Applications and implications for tourism". *Tourism Management* 31 (5): 637-651. Acedido a 12 de Agosto, 2021. https://www.researchgate.net/publication/223816155_Virtual_reality_Applications_and_implications_for_tourism.
- IBER MUSEUS, Observatório Ibero-Americano de Museus. 2020. *Relatório de Impacto da pandemia e Repositório Covid-19 para os museus*. Acedido a 21 de Julho, 2021. <http://www.iber museos.org/pt/recursos/noticias/relatorio-de-impacto-da-pandemia-e-repositorio-covid-19-para-os-museus>.
- IBER MUSEUS, Observatório Ibero-Americano de Museus. 2020. *O que os museus precisam em tempos de distanciamento físico*. Acedido a 21 de Julho, 2021. <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/07/informecovid-vf.pdf>.
- ICOM. 2020. *Museos, profesionales de los museos y COVID-19: encuesta de seguimiento*. Acedido a 21 de Julho, 2021. <https://icom.museum/wp-content/uploads/2020/05/Informe-museos-y-COVID-19.pdf>.
- ICOM. 2020. *Museos, profesionales de los museos y COVID-19: resultados de la encuesta*. Acedido a 21 de Julho, 2021. <https://icom.museum/wp-content/uploads/2020/05/Informe-museos-y-COVID-19.pdf>.

- ICOM. 2021. *Museos, profesionales de los museos y Covid-19: tercera encuesta*. Acedido a 12 de Agosto, 2021. https://icom.museum/wp-content/uploads/2021/07/Museos-y-Covid-19_tercer_informe_ICOM.pdf.
- MUVITUR. s.d. *Museu Virtual do Turismo*. Acedido a 5 de Agosto, 2021. <https://muvitur.eshte.pt>.
- NATIONAL GEOGRAPHIC. 2020. “Será que as viagens virtuais vieram para ficar?”. *National Geographic*, Abril. Acedido a 10 de Agosto, 2021. <https://www.natgeo.pt/viagem-e-aventuras/2020/04/sera-que-viagens-virtuais-vieram-para-ficar>.
- NEMO. 2020. *Corona Survey Results*. https://www.nemo.org/fileadmin/Dateien/public/NEMO_documents/NEMO_Corona_Survey_Results_6_4_20.pdf.
- OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. 2020. *Um olhar sociológico sobre a crise COVID-19 em livro*. <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/observatoriodasdesigualdades/wp-content/uploads/2020/12/UmOlharSociolo%CC%81gicoSobreaCriseCovid19emLivro.pages.pdf>.
- OMT. 2020. *Barómetro*. Acedido a 23 de Julho, 2021. <https://www.e-unwto.org/toc/wtobarometereng/18/4>.
- PAKMAN, Elbio Troccoli. s.d. *Sobre as definições de Turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico*. Acedido a 10 de Agosto, 2021. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/34.pdf>.
- PATRIMÓNIO CULTURAL, Direção Geral. 2021. *Relatório Final Projeto Museus no Futuro*. Acedido a 21 de Julho, 2021. <http://patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2021/02/15/RelatorioMuseusnoFuturo.pdf>.
- PORTAL CULTURA PORTUGAL. 2021. Acedido a 2 de Agosto, 2021. <https://www.cultura-portugal.gov.pt/>.
- PÚBLICO. 2021. “Covid-19: Museus portugueses perderam 70% a 80% dos visitantes”. *Público*, 24 de Março. Acedido a 14 de Agosto, 2021. <https://www.publico.pt/2021/03/24/cultura-raisilon/noticia/covid19-museus-portugueses-perderam-70-80-visitantes-1955792>.
- PUBLITURIS. 2021. “Realidade Virtual”. *Publituris*, 3 de Maio. Acedido a 24 de Agosto, 2021. <https://www.publituris.pt/2021/03/05/realidade-virtual-por-ganhar-maior-expressao-no-turismo-diz-estudo>.
- ROQUE, Maria Isabel. 2017. “Museus na web: Outra forma de ver nestes dias tão estranhos”. *A-MUSE-ARTE*. Acedido a 13 de Agosto, 2021. <https://amusearte.hypotheses.org/6215>.
- SILVA, Maria Helena Vaz da. 2006. *Cultura, metamorfoses e perspectivas*. Lisboa: Relógio d'Água.
- TAVIRA, Vanessa Soares. 2014. “Comunicar em Turismo Virtual”. Tese de mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Acedido a 25 de Agosto, 2021. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8775/1/2014.04.008_.pdf.

- THE COURIER – UNESCO. 2021. “Reimagining museums for the future”. *Courier*, Março. Acedido a 26 de Julho, 2021. <https://en.unesco.org/courier/2020-3/reimagining-museums-future>.
- TURISMO DE PORTUGAL. *Observatório Virtual do Turismo*. Acedido a 25 de Julho, 2021. http://business.turismodeportugal.pt/pt/Conhecer/Oportunidades_UE/recursos-UE/Paginas/virtual-tourism-observatory.aspx.
- TUSSYADIAH, I.P., & F. Zach. 2012. “The role of geo-based technology in place experiences”. *Annals of tourism research* 39 (2): 780-800.
- UNESCO. 1972. *Convenção para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Acedido a 22 de Agosto, 2021. <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.
- UNESCO. 2020. *Museums around the World face covid-19*. Acedido a 22 de Agosto, 2021. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373530>.
- UNESCO. 2020. *Resiliart-artistas e criatividade para além da crise*. Acedido a 1 de Agosto, 2021. <https://pt.unesco.org/news/resiliart-artistas-e-criatividade-alem-da-crise>.
- UNESCO. 2020. *Culture in crisis: policy guide for a resilient creative sector*. <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1736792>.
- UNESCO. 2021. *Museums around the World face covid-19*. Acedido a 22 de Agosto, 2021. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000376729_eng.
- UNWTO. United Nations-World Tourism Organization. 2010. *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*. New York, NY: United Nations. Acedido a 22 de Julho, 2021. https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_83rev1e.pdf.

A Roadmap for Sustainable Creative Tourism^{*}

ALEXANDRA BAIXINHO^{**}, CARLOS SANTOS^{***},
GUALTER COUTO^{****}, ISABEL SOARES DE ALBERGARIA^{*****},
LEONOR SAMPAIO DA SILVA^{*****}, PILAR DAMIÃO MEDEIROS^{*****}
& ROSA MARIA NEVES SIMAS^{*****}

^{*} This research was developed in the context of the CREATOUR AZORES project, funded by FEDER through the operational program AZORES 2020 and by regional funds through the Regional Directorate of Science and Technology.

^{**} Azores Tourism Observatory (OTA), Portugal; and University of the Azores, CHAM, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7334-8532>. *E-mail*: alexandra.d.baixinho@uac.pt.

^{***} Azores Tourism Observatory (OTA); and Centre of Applied Economics Studies of the Atlantic – CEEAplA, School of Business and Economics, University of the Azores, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2421-5201>. *E-mail*: csantosort@gmail.com.

^{****} Centre of Applied Economics Studies of the Atlantic—CEEApLA, School of Business and Economics, University of the Azores, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5560-5101>. *E-mail*: gualter.mm.couto@uac.pt.

^{*****} University of the Azores, CHAM, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5306-939X>. *E-mail*: maria.iw.albergaria@uac.pt.

^{*****} University of the Azores, CHAM, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4241-272X>. *E-mail*: maria.ls.silva@uac.pt.

^{*****} Interdisciplinary Centre of Social Sciences, University of the Azores (CICS.UAc/ CICS.NOVA.UAc), Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9343-5737>. *E-mail*: pilar.sl.medeiros@uac.pt.

^{*****} Interdisciplinary Centre of Social Sciences, University of the Azores (CICS.UAc/ CICS.NOVA.UAc), Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3629-2223>. *E-mail*: rmnsimas@gmail.com.

Introduction

Richards and Raymond have defined Creative Tourism as “tourism that offers visitors the opportunity to develop their creative potential through active participation in courses and learning experiences characteristic of the vacation destination where they are held” (Richards and Raymond 2000). The characteristics of Creative Tourism make it more than just a tourist experience, as it involves a more active role for both tourists and hosts through the transfer and development of creative knowledge, and skills, in the course of shared and co-created activities that are inherent to the unique characteristics of the destination. According to Richards, one of the main differences between Creative Tourism and Cultural Tourism is that creative tourists seek to expand not only their knowledge of the places they visit, but also their own creative skills (Richards 2015).

The emergence of the concept of Creative Tourism was contemporaneous with the identification of the “experience economy”, and many analysts have linked Creative Tourism to Experiential Tourism (*Ibidem* 2015). According to Richards, one of the major differences between Creative Tourism and Cultural Tourism is that creative tourists seek to expand not just their knowledge of the places they visit but also their own creative skills (*Ibidem* 2015).

Since the concept “Creative Tourism” was created, it has changed over the years. We can say that it has changed according to the needs of tourists and communities. We can identify an evolution of Creative Tourism through several different phases (Duxbury & Richards 2019). Firstly, under Creative Tourism 1.0 there is the development of small-scale creative experiences and learning activities, provided mainly by creative entrepreneurs as a supplement to other creative productions. Typically, these would be provided through small-scale workshops and courses, giving tourists hands-on experience of local creativity (Richards & Wilson 2006). The subsequent emergence of Creative Tourism 2.0 introduced a more consumption-related perspective, with creative activities used to attract tourists to a destination, and the emergence of destination-based networks. Creative Tourism 3.0 consists of the increasing integration of tourism and the creative economy, leading to the development of a wider range of creative experiences. Creative Tourism 4.0 has seen a shift towards “relational tourism” (Richards 2014) based on the co-creation of experiences facilitated through networks.

One of our main objectives is to clarify the relationship between sustainability and Creative Tourism, as well as how Creative Tourism develops and promotes the sustainability of a destination. Furthermore, we want to emphasize

that creativity is integrated into tourism in a variety of ways: creative people, products, processes, and places. It is important to develop a shared tourism experience involving tourism professionals, local people, and tourists.

Cultural Tourism Development and Policies

The concept of “creative tourism” is considered an extension of “Cultural Tourism” (Richards 2005; Richards & Wilson 2006, 2007), and a key element of the creative ecosystem (Harrington 1999). This type of tourism emerged in response to a widespread dissatisfaction with experiences provided by cultural tourism and a lack of creative and exciting tourist options with the potential to enrich visitors and connect them to local communities (Smith 2005).

Traditional Cultural Tourism is based on passively “observing” and “contemplating”. Creative tourists seek out experiences which go beyond simply observing cultural displays; they crave the opportunity to “experiment” (Pine and Gilmore 1999) and participate (for example, wine tasting, workshops and courses in painting, dance, cooking, etc.) to awaken their five senses while enjoying the experience. Based on this, we can say that Creative Tourism is the evolution of cultural tourism.

It is worth noticing that during the twenty-second session of the UNWTO General Assembly in Chengdu, China (11 to 16 September 2017), the following definition for “Cultural Tourism” was adopted:

Cultural tourism is a type of tourism activity in which the visitor’s essential motivation is to learn, discover, experience and consume the tangible and intangible cultural attractions/products in a tourism destination. These attractions/products relate to a set of distinctive material, intellectual, spiritual and emotional features of a society that encompasses arts and architecture, historical and cultural heritage, culinary heritage, literature, music, creative industries and the living cultures with their lifestyles, value systems, beliefs and traditions. (UNWTO 2017)

UNWTO considers that Cultural Tourism is set to remain one of the key tourism market segments in the future. The expanded range of cultural phenomena consumed by tourists will also increase the range of stakeholders involved in this market, with local communities becoming one of the keys to the sustainable development of cultural experiences. In order to make effective policies, however, more information is needed on the profile, motivations and needs of cultural tourists. This in turn requires better research, linked

more closely to policy objectives (UNWTO 2018). In order to make effective Cultural Tourism policies, UNWTO point out the need to: create a vision for Cultural Tourism to link and energize stakeholders; generate better information; develop more specific Cultural Tourism policies; create more targeted Cultural Tourism marketing activity; ensure cultural protection; make effective use of new technologies; and foster stakeholder collaboration (UNWTO 2018, 13). In our view, these require all the necessary adjustment to local realities, particularly, with regards to the Azores, there is a need to adequately address the archipelagic condition of the region in all the governance approaches that shall properly articulate cultural and tourism policies in its nine islands.

Culturally Based Creative Tourism

The concept of Creative Tourism was first introduced into the vocabulary by Richards & Raymond in 2000, and the following definition is the most widely used by researchers in the field, namely: Creative Tourism is “Tourism which offers visitors the opportunity to develop their creative potential through active participation in courses and learning experiences which are characteristic of the holiday destination where they are undertaken”. Basically, these authors support the idea that there are tourists who want to have contact with the community they are visiting and learn more about its culture through participatory experiences with the residents, showing their creative skills (Richards & Raymond 2000).

Ross et al. (2017) warned about the importance of focusing Creative Tourism on creative experiences, based on production, and according to a perspective of “learning by doing and feeling”, or “do it yourself”, i.e., the focus should be on the experience and the tourist. For these authors and in line with Richards & Raymond (2000), the impulse to participate in authentic experiences that stimulate imagination and creative potential allows tourists to experience a sense of satisfaction and self-expression that is not possible in conventional Cultural Tourism experiences.

Creative Tourism is becoming more important not just because tourists are looking for a different Cultural Tourism offer, but also because the cultural sector and destination managers are looking for new ways to interact with tourists. It is becoming increasingly important not just to sell the culture of a place, but also to use tourism to support the identity of the destination and to stimulate the consumption of local culture and creativity (Richards & Wilson 2007).

There are several reasons why Creative Tourism can enhance Cultural Tourism (Richards 2000):

- Creativity allows destinations to innovate new products relatively quickly, giving them a competitive advantage over other places.
- Creativity is a process, and creative resources are therefore more sustainable. While physical cultural resources, such as museums and monuments, can wear out over time and degrade, creative resources are arguably infinitely renewable.
- Creativity is mobile. Where cultural consumption depends on a concentration of cultural resources, creativity can become extremely mobile — shows and artworks can now be produced virtually anywhere, without the need for dedicated infrastructure.

According to Greg Richards (2009), Creative Tourism is becoming more important because:

- Cultural Tourism is becoming a mass tourism product;
- cultural tourists are becoming more experienced and demanding more engaging experiences;
- destinations are looking for alternatives to traditional tourism products.
- According to Greg Richards (2009) creativity is important in tourism because:
 - it creates “atmosphere”;
 - it feeds on people’s need for self-development;
 - it creates a direct link between the culture of the tourist and the host population;
 - it avoids problems of heritage burnout and serial reproduction.

These advantages should ensure that creative modes of tourism become more popular in tourist destinations in the future. However, it is also important to ensure that the new Creative Tourism products meet the needs of consumers.

The changes that Greg Richards has noted in the production and consumption of tourist experiences seem to indicate that there is a double shift occurring in the basis of Cultural Tourism. On the consumption side, tourists are engaging more actively with the culture and creativity of places, and

increasingly turning their backs on products which reduce them to mere observers of culture. On the production side, communities are beginning to utilize the full range of cultural and creative resources available to them, which includes not just the “high culture” highlights such as national museums and monuments, but also incorporates popular and everyday culture as elements of the tourist product, since these are often the factors which allow a destination to differentiate itself (Richards 2009). This means there is an increased attention to previously unacknowledged aspects of local communities’ cultural heritage, with an emphasis on intangible cultural heritage (e.g. gastronomy and culinary practices; handicrafts; social practices, rituals and festive events; community-based knowledge and practices concerning nature; and/or rural heritage), and its contemporary and innovative (re)interpretations.

Examples of Creative Tourism development

Cultural Creative Tourism can be developed in different styles (**fig. 1**). In fact, there are different types of experiences and products that can be offered to creative tourists, and these experiences range from more active forms of participation; such as learning a specific skill (Richards 2009), to more passive types of creative activities, involving different types of creativity. For example, it can be developed within a variety of forms, creative activities, and programs, such as cooking workshops; art colonies; traditional crafts lessons; singing, dancing and music classes; traditional fishing classes; toy-making workshops; photography workshops and many other formats. The creative offering in destinations can be focused on a variety of age groups, ranging from the youngest to the oldest tourists. The diversity of the creative offering is also affected by the creativity of managers of destinations, enterprises or craft trades, the space in which creativity is produced and the end service — the creative product.

Creative tourism networks	The creativetourismnetwork provides a wide range of creative experiences. The focus is very much on learning experiences, with a range of hands-on workshops being run by local tutors.
Spaces	Creative destinations make innovative use of their spaces to facilitate creative tourism. Particular spaces have also been developed to offer creative learning experiences to visitors in different parts of the world (for example: hotels, restaurants, etc.).
Events	Events attract attention, and they focus that attention on the creation of new possibilities. Many cities have therefore seized on the catalytic nature of major events as a means of transforming the city. There needs to be creative vision and overall management of the event 'portfolio' to achieve maximum effectiveness.
Cultural itineraries	Cultural itineraries can also be a means of linking together creative firms and events, stimulating visitors to see a number of different activities in a specific region.
Creative backdrops	Many cities have a reputation of being 'creative' in one way or another. In many cases this creativity is experienced by the visitor not so much in the direct consumption of creative activities, but rather through the general atmosphere or buzz of the place, which is generated by the creative sector.

1 Examples of Creative Tourism development. Source: Richards 2009.

The notion of learning is very strong in the Creative Tourism offer and tourists can learn about different subjects such as: arts, design, cooking, gastronomy and oenology, languages, nature, etc. (Richards 2003). Richards (2013) explains that the learning process is based on local creativity, on the one hand for those who travel, and on the other hand for the local people who have the possibility to appreciate their own creativity through the eyes of tourists.

It seems that creative tourism can offer many advantages to destinations wishing to develop such new forms of tourism activity. It has several important advantages over more conventional forms of tourism, including Cultural Tourism:

- creativity can provide a source of tourism activity, as well as an attractive backdrop for general tourism activity;
- creative development of tourism can help sustain the atmosphere of the destination;
- Creative Tourism can become a means of business development for crafts producers and other small creative enterprises;
- enables local people to use their own creativity (and puts them in control of the process);
- it is a renewable resource.

Sustainable Creative Tourism

Creative Tourism can be an asset to local sustainable development because it helps to establish beneficial links between the different goals and resources of the actors involved, avoiding conflict, and enabling outcomes of true commitment to sustainability in tourism. Therefore, Creative Tourism considerably reduces the tourist flow in each place (unlike mass tourism), which also allows minimizing the negative impacts on the territory and thus meets the goals of sustainability. Thus, Creative Tourism can play a decisive role in sustainable development by promoting a change in tourist behavior, namely respect for the environment, i.e., promoting the preservation of natural resources, reducing waste and pollution, and protecting and conserving biodiversity (Ferreira et al. 2018).

Sustainable Creative Tourism creates opportunities for the reinvention or creation of new tourist destinations, with potential impact on the value chain that benefits the local economy and communities, contributing to the preservation and promotion of natural and cultural heritage, social cohesion, economic development, and sustainability of the territory (Richards & Wilson 2007).

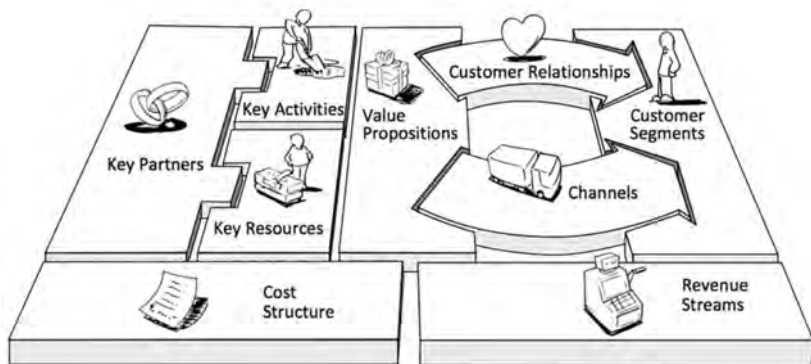
UNESCO (2006) explains that local people can improve their own economies through Creative Tourism by: developing the creativity of local people to create unique products; developing local infrastructure; and strengthening policies to support Creative Tourism development. This means that Creative Tourism has a role in local development because it allows for profit; increases jobs; diversifies the culture of the population; integrates economic, cultural, social, and technological dimensions; develops creative industries; promotes innovation and “policies that stimulate innovative and multidisciplinary responses to the demands imposed by a competitive global economy” (UNESCO 2006).

We conclude that Creative Tourism can be used by tourist destinations, namely the Azores Islands destination, as a tool to find a way to create stronger and more meaningful links between the social, economic, and environmental goals of sustainable development (UN 2015).

The Evolution of Creative Tourism Business Models

We already know what Creative Tourism is and how it can be developed. But, for the Creative Tourism process to be successful it needs to follow a business model. In the past, the focus of business model analysis used to be on “how businesses generate money”, but more recently the focus has shifted to a broader concept of value creation, describing the assumptions about not only key resources and activities of the business, but also the value propositions, customer relationships and customer segments (Richards 2021).

The first model, the CANVAS Business Model (CBM), was developed by Osterwalder & Pigneur (2010), and “describes the rationale of how an organization creates, delivers, and captures value”. The CBM consists of nine elements that describe the whole process of value creation (**fig. 2**), but the key component is the value proposition: the benefits that people can expect from your products and services.



 Adapted from 'Business Model Generation', Alexander Osterwalder, Wiley 2012.
www.businessmodelgeneration.com
Licensed under a Creative Commons Attribution-ShareAlike 3.0 Unported License.

2 The Business Model Canvas (CBM). Source: <http://www.innovationclub.it/profondimenti/business-model-canvas/>

The development of Creative Tourism has also produced a succession of new business models.

In early Creative Tourism 1.0 experiences, the emphasis was often on individual creative producers developing workshops for tourists. The basic type of value being delivered to the tourist is intrinsic (learning, skills development), and for the creative producer the basic value generated is economic, through course fees.

- Creative Tourism 1.0 experiences usually generate intrinsic value for the participants, who acquire creative skills and come to appreciate the skills of producers more focused in creativity. For the producers, as well as the intrinsic benefit of gaining respect for their creativity, there is an increase in instrumental value through sales of experiences and products related to these (Richards 2021).
- Creative Tourism 2.0 — the growing scale of Creative Tourism enabled local networks to emerge that would collaborate to provide more complex creative offers, such as concerts, festivals, or workshop programs. In addition to the instrumental value being generated by tourist spending, there were also benefits in terms of increased local collaboration, building the potential for institutional value creation (*Ibidem*).
- Creative Tourism 3.0 provides new opportunities through the integration of tourism and the creative economy. By opening up different creative sectors to tourism, such as the film industry, architecture or design, the potential to tap new tourism markets is increased (Richards 2021).
- Creative Tourism 4.0 also provides new opportunities through global networking. The placement of creative experiences on global platforms such as Airbnb or TripAdvisor exposes them to a global audience, significantly increasing the potential for new business. The expanded networking and peer-to-peer interaction supported by Creative Tourism 4.0 enables a wider range of stakeholders to become involved in Creative Tourism, opening up the ecosystem to actors outside the tourism or creative sectors (*Ibidem*).

The development of Creative Tourism 4.0 business models has also been given a boost by the Covid-19 pandemic, including for example:

- Online Experiences: “Online Cooking Classes”, “Travel to India to do Yoga at home”; “Online Spanish Class from Guatemala”, “Virtual Wine Tastings”, etc.
- Digital Work and Digital Nomads: digital nomads are online workers that are “location independent”. They can, and do, work from anywhere. They lead “asset-light” lives and are invested in experiences rather than things.
- Digital Experiences: can also be offered after the physical experience as a means of staying in touch with visitors helping to ensure continued interest in creative activities and increasing the potential for repeat visits. For example, Virtual Reality is used for virtual tours, test drive excursions and attractions, etc.).

The CREATOUR and CREATOUR Azores Research Projects

The CREATOUR project — “Developing Creative Tourism Destinations in Small Towns and Rural Areas” —, was the first multidisciplinary action-research project on Creative Tourism, in Portugal, taking place from November 2016 to June 2020.

The CREATOUR project combined both theoretical and practical approaches, prioritizing collaborative processes and constant dialogue between research and practice. Thus, it sought to contribute, through catalyzing a network of 40 Creative Tourism initiatives, to the development of sustainable Creative Tourism practices in small towns and rural areas in four regions of Portugal: North, Center, Alentejo, and the Algarve.

The CREATOUR AZORES project is an applied research project coordinated by the Azores Sustainable Tourism Observatory (OTA) and the University of the Azores, in partnership with the Centre for Social Studies (CES) of the University of Coimbra. It is funded by FEDER through the operational program Azores 2020 and by regional funds through the Regional Directorate of Science and Technology.

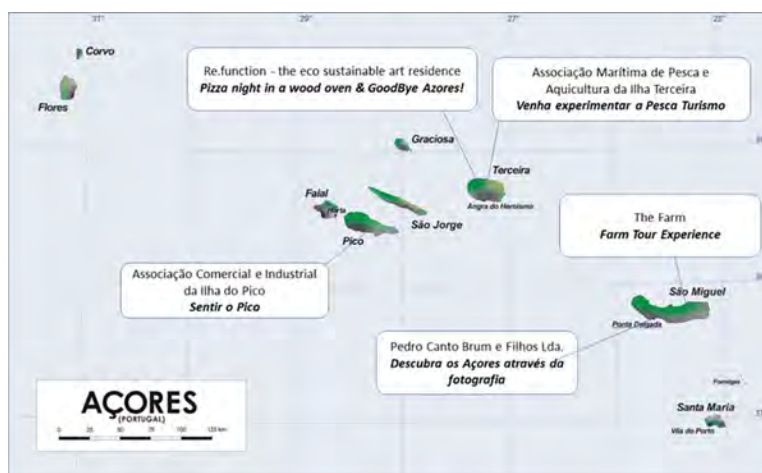
The CREATOUR AZORES pilot projects were selected in 2019 through a regional open call, issued between May and the end of July, launched across the entire archipelago. Projects could be proposed by any public or private entity, third sector or single professional organizations established in the Azores developing activities in the cultural and creative sectors as well as in the tourism sector. Pilot projects were also committed to stimulate local competitiveness and sustainable territorial development through

creative tourism offerings, based either on tangible or intangible regional cultural resources.

Given the positioning of the Azores, as a nature destination, the following themes were suggested in the call: art and nature; crafts and traditions; creative cuisine; families and children; other (e. g. integrating new technologies such as virtual reality, augmented reality, etc.).

Currently, there are five selected pilot projects within CREATOUR AZORES (see **figs. 3** and **4**, below), outlined as follows:

- “Discover the Azores through Photography” (São Miguel Island) — this project offers Photography Workshops (on landscape, gastronomy, botany);
- “Farm Tour Experience” (São Miguel Island) — offering agriculture activities and sustainable food and well-being workshops;
- “Experience Pico” Festival (Pico Island) — an yearly event focused on local gastronomy, crafts and traditions;
- “Come Experience Fishing Tourism” (Terceira Island) — aimed at developing artisanal fishing and gastronomy tours;
- “Good-Bye Azores!” (Terceira Island) — an artist’s residency with creative workshops on contemporary crafts.



3 Map of the Archipelago of the Azores with the pilot’s location. Source: own elaboration.

Pilot projects	Entity Type	Location	Project name	Activities
Commercial and Industrial Association of Pico Island	Association	Pico	“Feel the Pico”	Food workshops and candy; Wine workshops; educational activities for children; trails, fishing sports; showcookings
Maritime Association of Fisheries and Aquaculture of Terceira Island	Association	Terceira	“Come experience the Tourism Fishing”	Activities directed to the artisanal fishing
Pedro Canto Brum & Filhos Ltd.	Company	São Miguel	“Discover the Azores through Photography”	Photography workshops - landscape, cuisine and botany
Re.function -the eco sustainable art residence	Informal Network Partners	Terceira	“GoodBye Azores!”	Creative Workshops - contemporary crafts
The Farm	Individual entrepreneur	São Miguel	“Farm Tour Experience”	Experimental tourism - Agriculture / Nature
Norte Crescente	Association	São Miguel	“Local Network Artisans’Land”	Activities associated with handicrafts, local culture, local accommodation, agriculture, etc.
CDIJA	Association	São Miguel	“Azores all in Blue”	Inclusive tourist routes for families with children with autism

4 CREATOUR Azores: the pilot projects. Source: own elaboration.

This figure indicates the geographical location of the five pilot projects selected by CREATOUR AZORES, within the context of the nine islands of the Archipelago.

Additionally, the research team also selected complementary pilots designated as “friendly pilot projects”, which were not eligible for financial support (given the budget constraints of the initial project proposal of CREATOUR AZORES), but which could (on a voluntarily basis) be equally engaged in and benefit from the project’s mentoring and training activities. The following friendly pilots were chosen (all located in the island of São Miguel):

“Local Network – Land of Artisans”, promoted by a local non-governmental development association (Norte Crescente – ADL) to foster the development of a locally-based network of artisans and handicraft connecting visitors with the local population.

“Azores All in Blue” has a social orientation and is developed by the Center for Child and Youth Development of the Azores (CDIJA) as an inclusive Creative Tourism offer, aimed at connecting with nature both families of children with autism spectrum disorders and the children themselves, through specially designed Creative Tourism experiences.

Final Considerations

Cultural Tourism has grown considerably in recent decades, but the massification of this segment’s supply has become an undeniable fact. The cultural activities proposed in destinations are “standardized”, offering no surprises and they no longer meet the demands of today’s tourists. These tourists want to enjoy unique experiences, authentic, creative, and custom designed, but at a competitive price, which is a challenge for the industry. It is precisely through this new demand that Creative Tourism has appeared as an emergent branch of Cultural Tourism. In fact, the dilemma of mass reproduction of culture and the need to develop new tourism products have encouraged the use of creativity, creative industries, and Creative Tourism in cities.

Creative Tourism uses tourism resources that are the processes by essence, as for example: dancing, singing, crafts, cooking, painting, festivals. Creative resources are more sustainable than tangible cultural products. Creative Cultural Tourism does not need to have a built heritage. Creativity is not only in the activities developed by the promoters, but also in the actions of the tourists involved in co-production. Tourists also have to be creative when participating in Creative Tourism, meaning that Creative Tourism can be carried out

anywhere without the need to have much fixed infrastructure. In this way, creativity is unlimited, and it is for this reason that Creative Tourism can be considered as a sustainable development process. This type of tourism also helps to protect and enhance a territory, contributing to generate income for the local population, which makes it a great expression of sustainability. In fact, Creative Tourism can benefit a community by creating jobs and distributing the income generated in a fair way, directly to the local population and not concentrated in the hands of a few big tourism companies. This type of tourism also brings the traditional skills of a community to the market.

Creative Cultural Tourism has undergone considerable development over the last twenty years. Starting from a casual observation by Richards and Raymond (2000) of the potential of creative workshops and learning experiences, the concept has evolved in many different directions, involving an increasingly diverse range of stakeholders. While the initial Creative Tourism 1.0 model was based on a fairly simple exchange of knowledge for economic gain by creative producers, Creative Tourism 4.0 presents a much more complex system of placemaking and integrative value creation, supported by technological platforms and networking.

The CREATOUR Azores project is a Creative Tourism 4.0 project aiming at strengthening the knowledge about the specific Creative Tourism market segment and their travel profile as well as the Creative Tourism products which can be offered to satisfy the needs and preferences of creative tourists visiting the Azores. Finally, it intends to identify the most appropriate channels to communicate with these differentiated creative tourists. Given the unique location and characteristics of the Azores, there is a very high potential for the development of attractive and unique creative tourism offers at the international level attracting creative tourists to the Azores destination.

Bibliography

- DUXBURY, Nancy, & Greg Richards. 2019. *A Research Agenda for Creative Tourism*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- FERREIRA, Ana M., Elisa Alén González, & Dália Liberato. 2018. "Turismo Criativo e Sustentabilidade Territorial". Paper in XX Congreso Asociación Española de Expertos Científicos en Turismo (AECIT). Vigo, 21-23 November 2018.
- HARRINGTON, David M. 2020. "Encyclopedia of Creativity". In *Creative Environments, Conditions, and Settings*, ed. Mark A. Runco & Steven R. Pritzker, 232-238. Amsterdam: Academic Press.

- OSTERWALDER, Alexander, Yves Pigneur, & Tim Clark. 2010. *Business Model Generation: A Handbook for Visionaries, Game Changers, and Challengers*. Hoboken, NJ: Wiley.
- PINE, B. Joseph, & James H. Gilmore. 1999. *The Experience Economy: Work Is Theatre & Every Business a Stage*. Boston, MA: Harvard Business School Press.
- RICHARDS, Greg. 2003. "Turismo Creativo. Una Nueva Estrategía?" In *Investigación Y Turísticas*, ed. E. Ortega, 107-122. Madrid: Thomson.
- RICHARDS, Greg. 2005. "Creativity: A New Strategic Resource for Tourism". In *Tourism, Creativity and Development: ATLAS Reflections 2005*, ed. J. Swarbrooke, M. Smith, and L. Onderwater, 11-12. Arnhem: Association for Tourism and Leisure Education.
- RICHARDS, Greg. 2006. "Developing Creativity in Tourist Experiences: A Solution to the Serial Reproduction of Culture?" *Tourism Management* 27 (6): 1209-1223.
- RICHARDS, Greg. 2009. "Creative Tourism and Local Development". In *Creative Tourism: A Global Conversation: How to Provide Unique Creative Experiences for Travelers Worldwide: As Presented at the 2008 Santa Fe & UNESCO International Conference on Creative Tourism in Santa Fe, New Mexico, USA*, ed. Rebecca Wurzbürger, 78-90. Santa Fé: Sunstone Press.
- RICHARDS, Greg. 2013. "Declaration on the Future of Creative Tourism: The Art of the Possible". Discussion draft in First Brazilian Conference on Creative Tourism, Porto Alegre, October 2013.
- RICHARDS, Greg. 2014. "Creating Relational Tourism Through Exchange: The Maltese Experience". *Journal of Hospitality & Tourism* 12 (1): 87-94.
- RICHARDS, Greg. 2015. "Recipes for Sustainable Creative Tourism". Paper in Third Business Management International Conference, Pattaya, Thailand, 5-6 November 2015.
- RICHARDS, Greg. 2021. "Business Models for Creative Tourism". *Journal of Hospitality & Tourism* 19 (1): 1-13.
- RICHARDS, Greg, & Crispin Raymond. 2000. "Creative Tourism". *ATLAS News* 23: 16-20.
- RICHARDS, Greg, & Julie Wilson, eds. 2007. *Tourism, Creativity and Development*. London; New York, NY: Routledge.
- ROSS, David, Gunjan Saxena, Fernando Correia, & Pauline Deutz. 2017. "Archaeological Tourism: A Creative Approach". *Annals of Tourism Research* 67: 37-47. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2017.08.001>.
- SMITH, M. 2005. "Introduction." In *Tourism, Creativity and Development: ATLAS Reflections 2005*, ed. J. Swarbrooke, M. Smith, & L. Onderwater, 3-6. Arnhem: Association for Tourism and Leisure Education.
- UNESCO. 2006. "Towards Sustainable Strategies for Creative Tourism". Discussion Report of the Planning Meeting for the 2008 International Conference on Creative Tourism. Santa Fé, 25-27 October 2006.

- UNITED NATIONS. 2015. "Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development". <https://sdgs.un.org/2030agenda>.
- UNWTO – World Tourism Organization. 2017. "Chengdu Declaration on 'Tourism and the Sustainable Development Goals'. *UNWTO General Assembly Documents 2017 (1): Twenty-second session (Documents in English)* Chengdu, China, 11-16 September 2017. <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/unwtogad.2017.1.g51w645001604506?role=tab>.
- UNWTO – World Tourism Organization. 2018. *Tourism and Culture Synergies*. Madrid: UNWTO. <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284418978>.

IV.
TEMPOS LIVRES E PATRIMÓNIO
LEISURE TIME AND HERITAGE

Late Medieval German nobility as early precursors of tourism: leisure and pleasure on the journey

MARK MERSIOWSKY*

Leisure and pleasure were integral parts of noble life in the Middle Ages. An impressive testimony to this is the decoration of Runkelstein Castle near Bolzano in South Tyrol. Runkelstein castle was founded in 1237. In 1385, the castle was purchased by a family of social climbers, the family Vintler. They renovated the castle. In 1388, it was painted throughout. A large part of the paintings has been preserved to this day, making it the most extensive cycle of secular wall paintings known from the Middle Ages. The frescoes of Runkelstein castle present a painted catalogue of noble leisure and pleasure. The first cycle is in the hall on the third floor of the western residential building (Grossmann 2018, 80-120).

* Department of Medieval History, University of Stuttgart, Germany.
ORCID iD: <https://ORCID.org/0009-0009-7045-9435>. *E-mail:* mark.mersiowsky@hi.uni-stuttgart.de.



1 Lance tournament and round dances in the palace of Runkelstein Castle, late 14th century, Bolzano, Italy. Photo: Mark Mersiowsky.

Fashionably and festively dressed people, alternately woman and man, hold hands and form a round dance, accompanied by two musicians with plucked instruments: dance and music as elements of noble life (Grebe 2018, 259, 262-263).

On the other side of the door, two groups of equally festively dressed people of both sexes face each other under small trees; some of them are the same people as in the dance scene. The blonde woman in the white, gold-trimmed dress throws a green ball, the other group tries to catch it: ball game (Grebe 2018, 255, 258, 260-265). In the register above these frescoes, framed by a coat of arms frieze, we see a jousting tournament. The Archduke of Austria, easily recognisable by the red-silver-red shield and the peacock feathers as crest, is riding against the Count of Württemberg, whose coat of arms we do not recognise, but he can be identified by the horn as crest. Other groups of horsemen measure themselves against each other in the background. On the right we see a whole row of fascinated spectators on the castle, on towers and balconies, including a whole group of ladies in a prominent position. On the back of the wall, in the next room, the chamber (*Ibidem*, 259, 263, 265-266) is also a tournament scene, but this time a tournament with clubs.



2 Mace tournament in the palace of Runkelstein Castle, late 14th century, Bolzano, Italy. Photo: Mark Mersiowsky.

A large number of mounted men are fighting with each other, on the right edge are also mounted trumpeters or trombonists. On the left edge there is a mobile tribune for the spectators: a wagon scaffold which, when erected, offers space for several spectators (Grossmann 2018, 116-119).



3 Hunting scene in the palace of Runkelstein Castle, late 14th century, Bolzano, Italy. Photo: Mark Mersiowsky

Back in the first room, several forms of hunting are depicted in the lower register. A group of mounted nobles rides off on horseback to hunt, a hunting assistant on foot blows his horn and leads the pack of hounds, ready for high hunting. In another scene we see a number of hunters on rocky terrain. Dogs rush the prey, the hunters push chamois down the rock with large poles — the traditional form of hunting chamois in the mountains (Grebe 2018, 266-270).



4 Fishing scene in the palace of Runkelstein Castle, late 14th century, Bolzano, Italy.
Photo: Mark Mersiowsky.

Another fresco, unfortunately only fragmentarily preserved, shows a group of noblemen in front of a fish tank, the two ladies already known from the dance and ball scenes catching fish with landing nets. A nobleman has a fish on the line. Behind the group is a high bar with birds for falconry (Grebe 2018, 270-273). On the second floor are a number of noble ladies and gentlemen painted in pairs playing Quintaine, a popular pastime where one had to keep one's partner off balance while standing on one leg (*Ibidem*, 228-235). In another part of the building, the so-called summer house (Grossmann 2018, 124-137), another form of pastime is reflected in the frescoes. Here, it is not recreational pleasures that are depicted, but rather content from courtly literature. The nine heroes, giants and dwarfs are depicted on the outer wall of the upper floor (Grebe 2018, 302-309). while inside there are various cycles from courtly literature, depicted scene by scene, almost like a comic strip (*Ibidem*, 309-340).

Runkelstein castle is the most important monument of leisure and pleasure paintings, but by no means the only one. Parallels are known from the castle Lichtenberg and the eagle tower in Trento (Andergassen 2012, 93-98). In 1999, to everyone's astonishment, frescoes from the first half of the 15th century were discovered in a room on the first floor of the Massauer/Perkheim manor house in Eppan, South Tyrol, Italy, depicting hunting scenes, stag hunts and falconry, then tournament scenes with lances and sword fights, and finally dance scenes. Who had this cycle painted is completely unknown (Stampfer 2008, 208-212). While in Lichtenberg it was noblemen, the Vintlers at Runkelstein Castle and at the Niederhaus manor in Bolzano, as social climbers, had a noble cosmos painted (Vavra 2000; Wetzel 2000; Torggler and Hofer 2018, 23-25; Grebe 2018, 361-369).

The South Tyrolean fresco cycles provide an instructive insight into the different forms of leisure and pleasure in the German-speaking nobility of the late Middle Ages.

Against the backdrop of the great importance of leisure and pleasure in aristocratic life, it is exciting to take another look at these findings for the special situation of travel. The CHAM's call for a chronologically broad and comparative examination of this field within the framework of the Leisure, Travel and Tourism conference provided the opportunity to do so. Of course, previous research has also repeatedly referred to such phenomena but has not dealt with the question in depth and systematically. Especially in the case of cross-epoch and cross-curricular conferences, it makes sense to start from concrete groups of sources. An important group of main sources to analyse leisure and pleasure during the travel are account books (Paravicini 1989, 16-20, 289-309; Dirlmeier and Fouquet 1992). Accounts are written statements of income and/or expenditure resulting from the relationship between the accounting party and the recipient of the invoice on which the settlement is based, for the purpose of accountability (Mersiowsky 2000, 39; Mersiowsky 2007, 531). Since the account books were initially superfluous after the process of accounting, they were not kept for a long time; instead, the results were recorded in documents. Their chances of being handed down were slim; for the oldest pieces, mere coincidence was consistently responsible. Thus, the transmission is shattered and fragmented (Mersiowsky 2000, 251-269). I published a cursory overview of the surviving territorial accounts for the German sovereignties and nobility up to 1400 and a detailed survey based on intensive archival research for northwestern Germany until 1450 in 2000 (*Ibidem*, 43-74, 135-251). Account books offer a specific view of leisure and pleasure. They are not overlaid with

cultural games, literary exaggeration or theological speculation, not owed to the fantasies of an author, but are quite banal lists of payments with a brief indication of the reason for them, since the accountant had to answer for them. In the late 1990s, I published an article on medieval account as sources of noble life about 1400. I compared the accounts of four noble families from Westphalia and Rhineland (Mersiowsky 1995).¹ For Dietrich of Volmarstein, his rentmaster kept records from 1380 to 1389 (Krumbholtz 1917, 498-569). The accounts of the rentmaster Gerd van Else at Anholt Castle for Hermann of Gemen date from the years 1388-1389 and 1389-1390.² For Johann of Arenberg, the dean and pastor Heinrich of Rohr kept accounts in 1395-1397 and the rentmaster Winand in 1395 in the dominions of Kommern and Arenberg.³ Several booklets for the castle count Godart von Drachenfels from 1395 to 1398 have been preserved (Korth 1892). The accounts under consideration did not allow for an overall view. They were always the accounts of specific officials vis-à-vis their masters. The area of responsibility of the official determines and limits the section of noble life that we can capture in the accounts. The documents examined show characteristic differences. The Volmarstein accountant is of particular importance to his lord. He finances a good part of the — locally distant — activities, which are thus reflected in the source. The view of the local landlord on Anholt Castle is much more locally bound. In his records, Hermann von Gemen appears when he is on site or in the immediate vicinity and makes payments there. The same applies to the Drachenfels administrator and — in particular — to the clergyman who kept the Arenberg accounts. As dense as the itineraries drawn from the accounts may seem in part, they are neither complete nor necessarily representative. This observation made when looking at the itineraries must be applied to all the information contained in the accounts. Due to the partial information recorded by local representatives from a limited perspective, it is not possible to draw an undistorted overall picture. It is important to remain aware of this danger during the evaluation. This is a serious restriction for the methodical approach to the problem of everyday life in the aristocracy. The diversity of the accounts does not permit any quantitative comparison, since we have before us completely different sections and sectors of the aristocratic household. For lack of information, large parts of

1 In addition to studies on Westphalia and the Rhineland, I have also presented studies on Tyrol (Mersiowsky 2019).

2 Fürstlich Salm-Salm'sches Archiv Anholt, Herrschaft Anholt, Handschriften XL.

3 Koblenz, Landeshauptarchiv, Best. 19 C Nr. 1.

the total household remain unknown to us. It is hardly possible to decide what role the sector, which was accidentally acquired, played within the framework of the entire household. It would require a comprehensive analysis to consider whether and to what extent the available resources are even tangible in the respective accounts. The comparison of budget structure, percentage distribution and development of certain expenditure groups is only meaningful if it is recognisable what significance the transactions made from this fund had for the overall budget. However, as long as we only have a fragment in our hands and are not even able to estimate how it related to the former whole, the relevance of the quantitative findings remains uncertain (Mersiowsky 1995, 275-276).

Before we turn to the actual topic of the essay, however, we must take a look at the term “journey”. When we think of travel today, it is usually long-distance travel. The history of such long-distance travel in the late Middle Ages has been extensively researched in recent decades (Labarge 1982; Ohler 1986; Verdon 1998; Reichert 2001; Mazzi 2018; García Barrios, Ozcáriz Gil & Rodríguez Cerezo 2018). It was even suitable as a theme for large exhibitions (Verdon 2014; Medioevo 2015). There were different types of noble journeys (Paravicini 2017). Long-distance pilgrimages such as Rome, Santiago and Jerusalem, domestical pilgrimage to local shrines, heathen warfare (Hungary, Spain with Granada, Portugal with Ceuta, until 1410 Litonia) (Paravicini 1987; Paravicini 1995). But also journey in order to participate or watch tournaments, there are social visits, bathing trips (Studt 2006, 101-104) and court journeys. Pilgrimages were of great importance to people in the Middle Ages, as they offered wide circles the opportunity to embark on major journeys. For the nobility, they offered the possibility of honour gain in a special way (Reichert 2014).

Like today long-distance travel were means of social distinction. This is why medieval nobles liked to have insignia of their pilgrimages depicted on their tombstones. As an example, we can look at the tombstone of Reinhard von Neuneck (ca. 1475-1551), who was buried in the parish church of Glatt. He is depicted in full armour, holding the broken



5 Gravestone of Reinhard von Neuneck, 16th century, parish church, Glatt, Germany. Photo: Mark Mersiowsky.

spear, for with him his line died out in the male tribe, and below him the pilgrim's sign of Santiago de Compostella (Ottmar 2005). One of the oldest surviving autobiographies of a late medieval nobleman is the *Journey to knight-hood* of Georg von Ehingen. He describes his court journeys, pilgrimages and knightly battles against Muslim warriors and wanted to create a lasting family memory of these honourable and honour-creating journeys. For this purpose, he wrote down his memories and had them decorated with magnificent miniatures of the lords he had met (Paravicini 2017, 257-288). In contrast to the spectacular great journeys, the everyday, smaller-scale mobility is much more difficult to grasp due to the lack of tradition and has therefore hardly been dealt with in the literature. According to the itineraries I recovered from the accounts, the nobles were constantly on the move. At most, there were only a few places where they stayed. For Hermann von Gemen, these were the castles of Anholt and Roen. However, the evidence of the accounts shows that the life of the nobility was by no means confined to their fortified residences. There is evidence that towns played an important role. The nobility took up quarters there, celebrated festivities there, did business of various kinds there. If one maps the itineraries, one notices the unsteady, small-scale movement — mostly without a clear direction. If one examines the scattering of the records of stay, regional concentrations become apparent. Despite all reservations due to the difficult source situation, a field of action between his ancestral castle and Düsseldorf on both sides of the Lower Rhine can be marked out for Godart von Drachenfels. Hermann von Gemen, Lord of Anholt, was geared towards the Gelders area. Dietrich of Volmarstein, finally, was active in the area of Mark and the south of Münster. The Lower Rhenish-Westphalian nobility thus had a limited spatial reach, a regional field of activity. Of course, they transgressed these boundaries, but activities of greater scope always had special occasions, stood out from the ordinary. When Dietrich von Volmarstein travelled to Kreuznach, Prussia and France, and Hermann von Gemen to Brabant and Prussia, it was to participate in special events of their sovereigns or to travel in accordance with their status (Mersiowsky 1995, 268-283).

The mobility of the nobility in the late Middle Ages is also shown by the accounts of Heinrich von Mörsberg from 1431⁴. First, he received an order from his lord to capture Churchspurg Castle, i.e. the Castello di Monreale near Faedo in Trentino. He left Innsbruck with two companions and consumed 3

4 They have survived as part of TLA Innsbruck, Hs. 4311 together with an account from Ifan. Cf. Mersiowsky 2019: 133-135.

pounds in Sterzing. In Bolzano, he stayed from Tuesday to Thursday and consumed 12 pounds with four horses and three *ze fussen*, two pedestrians. With seven people, he then also stayed from Thursday to Sunday in Sankt Michael an der Etsch, but had to go to Bolzano to hand over a sum of money to the *Thunnernn*. A further return journey (*ain again auffhin reiten*) led him via Bolzano to Sterzing.⁵ A second “official journey” was to have gone even further: “Item hie ist vermerchkt, was ich Hainr(ich) von Morspeg hab verczert alz ich ain nachsten von Iffann aus rait und sollt gein franchkreich sein geryten mit sechs pherden am nachsten Samstag nach sant Ulreichs tag in anno etc. 31”. So, the plan was to travel to France, but this did not come about. The journey went via Sankt Michael an der Etsch, Neumarkt, Bozen, Klausen, Sterzing, Mattrei to Innsbruck, where he first lay for three and a half weeks. However, the departure for France was delayed. “Item darnach herlaubt mir meines herren gnad wider haim gen Yffann ze reyten und ze stund her wieder ze chomen doch gen Franchkreich ze reyten, da verczert am haim reyten am lug 4 gr”. The journey home was thus via the old customs station below the Brenner, via Sterzing, Kolmann, Bozen, Sankt Michael an der Etsch and Trento, the return journey from Ifan (Ivano) via Neumarkt, Bozen, Meran, *Lampertar in Passeyr*, Sterzing, Matrei to Innsbruck, where he lay again for three weeks and two days, only to receive a new order: “Item da schichkt mich meins herren gnad an die Etsch mänichleichen auf ze pringen zu ziechen in daz felt fur Furstenburchk”⁶. He was to raise troops in the Adige valley on behalf of the Habsburgs and move into the field in front of the Fürstenburg below the Marienberg monastery. Again, the journey goes via Matrei, Sterzing, Klausen, Bozen, where he left five horses behind, then with only two horses via Sankt Michael an der Etsch and Trient to Ifan. The purpose of the journey was to mobilise military resources for the siege of the Fürstenburg near Burgeis in the Vintschgau, today close to the Swiss border: “Item da rait ich wider aus von Yffann daz volk ze pringen in daz felt”. The journey continues via Sankt Michael an der Etsch, Neumarkt, Meran, Naturns, Schlanders to the field in front of the Fürstenburg, where he lay for five weeks.⁷ After an accounting season in the field at Zams, he travelled via Mils near Imst, Silz, Zirl to Innsbruck, where he again spent a long time. Finally, his lord allowed him to return to his own castle: “Item do erlaubt mir meins herren gnad haim gen Iffann ze reyten [...]”. As usual the way back runs

5 TLA Innsbruck, Hs. 4311, f. 3, followed by his expenses at Königspurg, *ibid.* fl. 3v.

6 All references TLA Innsbruck, Hs. 4311, fl. 4.

7 All references TLA Innsbruck, Hs. 4311, fl. 4.

via Matrei, Sterzing, Klausen, Bozen, Sankt Michael an der Etsch and Persen.⁸ Also in Tyrol being on the move for official purposes, mercenary and military service was normal, men as well as women were normally on the move (Mersiowsky 2019, 135-136).

Mobility was a typical trait of everyday life in the nobility. If leisure and pleasure were necessary components of noble existence, they naturally had to play an essential role on journeys as well. In my research on aspects of aristocratic life, a separate chapter was devoted to the topic of conviviality and festivity (Mersiowsky, 1995, 290-296). Dietrich von Volmarstein met with different people on different occasions and in different places. His paymaster succinctly noted: “Und alle tyt und alle weghe hadde myn here grote gesterie in siner herberge [...]” — And all the time and all the way my lord exercised great hospitality in his inn (Krumboltz 1917, 501). On their return from a tournament in Duisburg in 1382, Dietrich von Volmerstein, Bernd and Friedrich von Hörde and Wilhelm von Büren stayed overnight with their journeymen and consumed wine, stockfish, almonds, figs, spices and fine bread for a total of 25 fl (*Ibidem*, 518). Often there are expenses for minstrels, trumpeters and pipers, who probably played for the merry journeymen (*Ibidem*, 499). Another entry reports: “und bleven drey nacht to Heyrdeke und dansseden und tereden in den clostere” — and they stayed for 3 nights in Herdecke and they danced and dined in the monastery (*Ibidem*, 520). After the meeting they went to hunt (*Ibidem*, 519-520). We also find several hints on gambling. For instance: In 1380, Dietrich won 8 shillings at the dice game at Drensteinfurt (*Ibidem*, 499) whereas in Ruhrort, he lost 8 fl; it was half of the loan he had just taken out to finance a march to Duisburg and Ruhrort (*Ibidem*, 534). Convivial evenings are encountered again and again in the accounts, both in the travel accounts and in those that received travellers. Hospitality was an imperative of noble existence; travellers passing through were invited and entertained. The following entry can be found in the Starkenberg accounts from Tyrol: “Item do mein herr schancht ainem grafen der was chomen über mer amm Meran, do chawft ich von dem schützen amm meran 26 trinchén wein, die trueg man im hin ab zuo den sekger [...]”:⁹ When my lord poured a count, who had come from the Holy Land to Meran, I bought from Schütze to Meran 26 trinchén of wine, which were brought to him to Sekger. A count was on his way back from a pilgrimage

8 All references TLA Innsbruck, Hs. 4311, fl. 4.

9 TLA Innsbruck, Hs. 165, fl. 23.

to the Holy Land and was presented with wine in the town of Meran, which the Starkenberger had sent to him.

That demonstrative consumption is part of the aristocratic habitus has been a consensus not only since Norbert Elias and Pierre Bourdieu (Dirlmeier and Fouquet 1992; Van Uytven and Raymond 1999, 120-124). The accounts reflect this accurately. The presence of the lord in one of his castles led to clear changes in consumption, higher quality and more luxurious products were consumed (Mersiowsky 2019, 136-137; Blickle 1988). Thus, the account of Michel Nuessner kept in Caldenazzo/Caldonatsch in 1472 records: "Item dem Batista umb 1 star schon kesten dem herren g 5. und gelihen g 4. Item als mein her hie ist hie gewesen umb ayr g 4. Item umb 9 h. smalcz g 16. Item umb ain par huener g 5. Item umb gestüp und saffran h 2. Item umb ain puech papir g 2 f 2, but fur ain puch papir g 2".¹⁰ Beautiful chestnuts, eggs, lard, special spices and paper were not part of the everyday purchases. In normal life the personal on the castle did not consume high quality wheat, but mainly rye; the lord, on the other hand, ate finer bread. His horses and dogs also made an impact: "Item fur dy hunt habern st. 3. Item den pherten habern st. 8".¹¹ Luxury products such as saffron were purchased. During the lord's presence, even a specialist, a female cook, was employed and remained at the castle.¹² These receipts show the consumption of higher quality and luxurious products. Investments in food worthy of the status quo are consistently encountered in travel accounts. As with today's tourists, food on the trip was not only a necessity but part of the fun. The rich selection of dishes, different kinds of meat from chicken, beef, veal and pork to venison and other game, sausages and roast sausages, fish such as carp, crayfish, fruits such as pears, berries, apples, peaches, which Anna von Weinsberg treated herself to during her stay in Bad Wildbad in 1436, is impressive (Boger 1879, 253). Conviviality was an essential element of the bathing trips of the late Middle Ages (Studt 2006, 103-104). Outside of the luxurious meals, we learn little about the leisure activities. Two small bookings are an important exception: "Further 7 1/2 ß for 2 shirts Contz Schrimpfen and the dwarf and 15 Pf. to the dwarf for 2 shoes" (Boger 1879, 253). In the Middle Ages, dwarves designated people of small stature who, as court dwarves, were living curiosities at the courts (Adelson 2005, 9-17).

10 TLA Innsbruck, Hs. 4023, fl. 48.

11 *Ibidem*, fl. 54.

12 *Ibidem*, fl. 50.

Participation in tournaments usually did not happen on a trip but was usually the actual reason for the tour. The tournament was a central element of chivalric-courtly life and offered the nobility the opportunity to participate, and they took advantage of it. In February 1382, Dietrich of Volmarstein went to great lengths to take part in the court festival in Duisburg. This festival was held to celebrate the homecoming of the new wife of the ruler and was held as a festival and tournament in the narrower sense. An entrustment was sent to Cologne in order to purchase standard tournament equipment there: shoes, three pairs of knight's spurs, small helmets, i.e. heraldic helmet decorations, plus green trousers. Dietrich also bought himself a new pair of trousers (Krumbholtz 1917, 518). The participation in the Düsseldorf festival at the end of April 1396 triggered similar activities for Godart von Drachenfels. The harness chest was repaired and provided with a lock, skirt with coat of arms was ordered and the equipping of the steed was completed. Master Engelbrecht, the spear maker, received 7 mark. The shopping list also included a black hat for the gentleman, another surcoat, straps, a tassel and three dyed feathers (Korth 1892, 27-28).

It is not only noblemen of secular rank who can be found in the accounts spending on leisure and pleasure. It also applies to nobles of the clergy (Dirlmeier and Fouquet 1992). Herford Abbey was not only one of the most important and oldest foundations in Westphalia, dating back at least to the 9th century, it also has a number of very early accounts which are now in the state archives in Münster. One of these is a travel account of a journey from 9 to 23 september 1413 over a distance of 234 km, which we will take a closer look at (Berghaus 1948). The Herford abbess Mathilde von Waldeck travelled in 1413 in company, we hear of nine, on the return journey of ten horses. She was accompanied by several collegiate ladies, called Maid Lise, Maid Hille and Maid Mettelchin, all from noble families. She travelled via Bielefeld, Stromberg, Beckum, Hamm, Westhofen, Gräfrath, Cologne and Welldorf to Aachen and returned to Herford via Königsdorf near Cologne, Cologne, Rheindorf, Benrath, Wenninghausen, Holzwickede, Hamm, Freckenhorst and Bielefeld. The great Aachener Heiltumsfahrt (pilgrimage to the shrine of Aachen), which recurred every seven years, was one of the great supra-regional pilgrimages of the late Middle Ages and had a large catchment area from Denmark and Sweden, Königsberg and Krakow to Maribor, Villach and Basel, Strasbourg, Nancy and the coasts of Flanders. The abbess was not the only one who made the pilgrimage to Aachen Dietrich von Volmarstein set out in 1384: "do red myn here sine bedevart to Aeken". In keeping with the occasion, he bought himself a grey cloak and a corresponding hood.

The Herford account offers us instructive insights into the travel practices and pleasures of the abbey ladies. It began on September 9, 1413:

On Saturday, my lady rode out for the Aachen journey, there I gave the poor people in Bielefeld 1 Peiner (penny from Peine) and we consumed 1 guilder there and gave a hermit just outside of Bielefeld 1 Peiner, and at Stromberg I gave my lady 2 Peiners as an offering and our virgins 2 Peiners, and overnight we were in Beckum, there Sir Johann, priest of my Lord of Münster, sent my lady a bottle of wine and fish. To the servant I gave 2 Cologne white pennies and paid 3 1/2 shillings for the meal and beer. And gave 2 pennies and 3 shillings for oats and hay, and gave 3 pennies for beer and nuts, and gave 8 pennies in the house to the servants, which is Markish money (Berghaus 1948, 71).¹³

The invoice records donations, ferry costs, expenses and accurately records the itinerary. Not all expenses are mentioned in the account, because during the stay in houses owned by the abbey, the local tenants were responsible for the supply, the scribe only paid for extraordinary uses. We are of course interested in the expenses that are to be allocated to the area of leisure. The gifts of wine and fish by a local cleric are a special feature. On Monday, September 11 they came to Gräfrath, gifts to the relics of St. Catharina and to the image of the Holy Virgin are recorded (Berghaus 1948, 72).¹⁴ These are not necessarily leisure expenses, after all, one could expect clerical ladies to be interested in relics and to be generous. Over a few stages, it went to Cologne. As princess the abbess had a white horse, which she left in Cologne when she went further to Aachen (*Ibidem*, 73).¹⁵ In Cologne, she stayed from Tuesday to

13 Item des sonavendes reyd myn frowe ut to akenwerd, da gaf ich den armen luden vor Bilvelde 1 Peygenschen und vorterden darsulves 1 gulden, und gaf deme kluser off gensid Bilevelde 1 Peygenschen, und to Stromberge dede ich myner frowin 2 Peygenschen to offer und unsen Junffrowin 2 Peygensche, und de nacht were wy to Bekkem, dar sande Her Johan myns heren pape van monster myner frowin 1 vlesschen wyns und vissche. Dem knechte gaf ich 2 kollensche witte und gelt dar 3 1/2 sol. vor de maityd und vor ber. Und gaf 2 d und 3 sol. vor haveren und hoig, und gaf 3 d vor beren und note und gaf in dem Huß deme gesynde 8 d, dit is merkesch gelt.

14 It. des mandages qweme wi to greverode, dar dede ich myner frowin 6 witte van 11 verlingen und den Junffrowin 2 witte. Dar offerden se Sunte Katherinen. Und dede myner frowin 12 merkesche d und den Junffrowin 2 hanoversche. Dit offerden se unser leven frowin bilde.

15 Und gaff 6 kollensche vor haveren und hoig unsem schymmelegghen pagen, de bleff dar stande, de vile wi to aken weren.

Thursday, she once dined with a total of 10, then 9, then 11 persons. Compared to the previous travel costs, completely new expenses occur in Cologne, which show that the abbess and her companions took advantage of the opportunities offered by the big city for shopping. 4 guilders were given in Cologne to a female embroiderer Erneghin who did something for the abbess. 2 pairs of shoes for the abbess and virgin Lyse were bought, also spores, strings or cords. A bitter drink is mentioned. In addition to these pleasures, the abbess and her ladies visited the shrine of the three holy kings in Cologne Cathedral and offered sacrifices there (*Ibidem*, 72).¹⁶ There was also a visit to a bathhouse (*Ibidem*, 73).¹⁷ The journey continued via Welldorf to Aachen, which was only visited on Friday; here, too, sacrifices were made. Back in Cologne on Saturday and Sunday a second shopping took place: the accountant paid a bell bag for the abbess, 10 belts, another bag, a goldsmith worked for the abbess. This time the abbess visited the church and the Golden chamber of St. Ursula in Cologne, where St Ursula and her 11.000 virgins were buried. She also visited an unnamed image and she received the dean of the cathedral of Cologne (*Ibidem*, 73).¹⁸ Then, they went home.

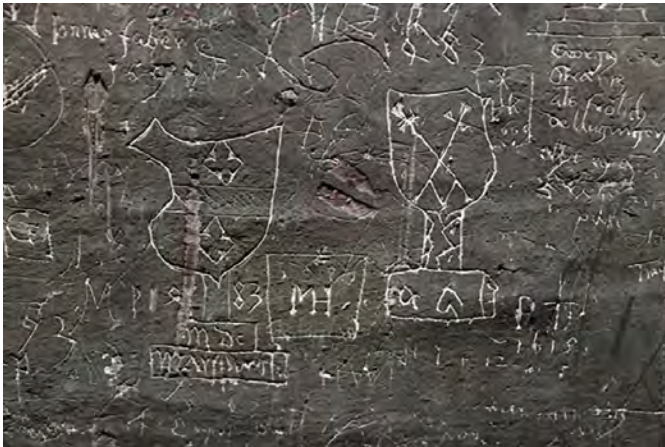
The purpose of the trip was the pilgrimage to the nappies of Christ in Aachen, the bones and miraculous fluid of St. Catharina in Gräfrath, the Holy three Kings in Cologne, St. Ursula and her 11.000 virgins in Cologne. In the context of this trip, personal meetings, social eating and drinking, shopping trips took place. The purpose of the trip was typically medieval, but had tourist side effects. Thus, visiting the various saints and relics can certainly also

16 Und gaf Erneghin der-Stickerschen 4 gulden. De hadde myner frowin wat gemaket. Und gaf 6 kollensche vor 2 par scho myner frowin und Junffrow lisen. Und gaf 3 kollensche vor 1 par sporen und gaf enen knechte 2 kollensche. De brachte myner frowin bitterdranck, den sande er de Rostorp. Und dede myn frowin 21 1/2 kollenschen to offer vor den hilgen dren konynghen, und dede unse junffrowin 4 hanoversche to offer dar selves.

17 Und dede Junffrow Mette1chin 9 kollensche wltte, der hadde de koster ut gedan in der stoven On the functions of the urban bathhouses for women Studt 2006, 96-98.

18 ... und bleven de nacht to Colne. Dar gaf ich 3 1/2 kollensche vor 2 vlasschen wyns vor deme eten, und gaf 4 kollensche vor wyn den avend, alz myn here de Domprovest qwam. Und gaff viiff kollensche vor 1 klokkenbudel myner frowin, und gaff 16 kollensche vor 10 gardele, und gaf 2 kollensche vor 2 budele unsen meyerschen. und gaf deme mester 1 kollenschen, dar myn frowe de bilde besuch. ... Und gaf deme goltsmede 10 kollensche, de dede ich kopen, de hadde myner frowin wat gemaket. Und dede- myner frowin 3 kollensche to offer to den 11 dusent megeden, 2 in der gulden kameren, und 1 dar buten op dat altar, und unsen Junffrowin 2 honoversche.

be considered a form of siteseeing. Incidentally, the Golden Chamber of Sant Ursula, the Shrine of the Three Kings in Cologne and St. Mary's Church in Aachen are still tourist destinations of the first order. Sometimes one can find purchases of pilgrimage signs from prominent and less prominent places of pilgrimage in travellers' accounts, which were taken as souvenirs (Kühne 2013), but unfortunately not in this case.



6 Sgraffiti on the back of the altar of Castle Tyrol, 15th-17th centuries, Innsbruck, Tiroler Landesmuseum Ferdinandeum, Austria. Photo: Mark Mersiowsky.

The phenomena noted in the analysis of this account, which we can compare with modern leisure behaviour, are by no means limited to this individual case, but can be observed many times in comparable sources. Other parallels can be drawn between modern tourists and the medieval nobles. We can see that medieval tourists were in the castle of the dukes of Tirol and left their marks in an unusual place. The altar of Tyrol Castle is the oldest completely preserved winged altar in the Alpine region and was probably painted by a Viennese court painter influenced by Bohemian court art on behalf of the Habsburg brothers Duke Albrecht III and Leopold III. After the transfer of Tyrol to the Habsburgs in 1363 and the death of Margarete Maultasch in 1370, they undertook a joint homage journey to Tyrol in 1373 and donated the altar for the chapel of Tyrol Castle, the ancestral seat of the Counts and Dukes of Tyrol. The back of the altar is covered with a multitude of scratch inscriptions that could be hastily dismissed as evidence of vandalism. From a modern point of view, these many inscriptions are ego testimonies and tell of the role

of the individual as well as the history of tourism (Hörmann-Thurn und Taxis, Meighörner & Mersiowsky 2011; Wozniak 2021, 371-373). The backs of altars were particularly often covered with graffiti (Wozniak 2021, 366-367). Some of the noblemen who immortalised themselves on the back of the altar even carved their coats of arms and helmets. If you search for graffiti, you will find it surprisingly often (*Ibidem*, 362-366). For example, Hans Rehwein immortalised himself in 1494 with his coat of arms on the gallery of the Runkelstein summer house (Grebe 2018, 207-208).

Closing remarks

Medieval accounts are excellent source material for the history of travel. Unfortunately, they lost their significance when they were settled and were rarely preserved. Therefore, the transmission is only fragmentary. Nevertheless, if accounts are preserved, they give us a lot of possibilities. But there are limits. In each case only the costs incurred for the responsible accountant, they give no overall picture. If accounts are preserved, they offer insights into many details that historiography never records. In our framework, of course, only a small section of the rich information in the accounts was of interest. They show very different manifestations of leisure and pleasure during the journey. Since specific forms of pastime were an indispensable element of aristocratic life, they were also practised when travelling. Phenomena that we associate with modern tourism are quite visible. Preliminary forms of sightseeing and shopping are easy to recognise. And even the bad habit of immortalising oneself in a foreign country by carving one's name had its medieval antecedents — even if, understandably, these are not reflected in the accounts.

Sources

ANHOLT, FÜRSTLICH SALM-SALM'SCHES ARCHIV, Herrschaft Anholt, Handschriften XL.
INNSBRUCK, TIROLER LANDESARCHIV, Hs. 165, Hs. 4023, Hs. 4311.
KOBLENZ, LANDESHAUPTARCHIV, Best. 19 C Nr. 1.

Bibliography

ADELSON, Betty M. 2005. *The Lives of Dwarfs. Their journey from public curiosity toward social liberation*. New Brunswick, NJ; London: Rutgers University Press.
ANDERGASSEN, Leo. 2012. "Cavaliere in torneo, cavaliere in battaglia. L'iconografia del cavaliere nell'arte dell'Alto Adige nel Medio Evo e all'inizio dell'età moderna". In *I*

- Cavalieri dell'Imperatore. Tornei, Battaglie, e Castelli*, ed. Franco Marzatico & Johannes Ramharter, 90-105. Trento: Museo Castello Buonconsiglio.
- BERGHAUS, Peter. 1948. "Reiserechnung einer Herforder Äbtissin von 1413". *Hamburger Beiträge zur Numismatik* 2: 71-74.
- BLICKLE, Renate. 1988. "Nahrung und Eigentum als Kategorien in der ständischen Gesellschaft". In *Ständische Gesellschaft und soziale Mobilität*, Schriften des Historischen Kolloquien, ed. Winfried Schulze 12, 73-93. München: Oldenbourg.
- BOGER, Ernst. 1879. "Aus dem mittelalterlichen Badleben. 1. Badreise der Frau Anna von Weinsberg in das Wildbad 15. Sept. – 1. Okt. 1436". *Württembergische Vierteljahrshefte für Landesgeschichte* 2: 252-253.
- BOOCKMANN, Hartmut. 1991. "Spilleute und Gaukler in den Rechnungen des Deutschordens-Hochmeisters". In *Feste und Feiern im Mittelalter. Paderborner Symposion des Mediävistenverbandes*, ed. Detlef Altenburg, Jörg Jarnut and Hans-Hugo Steinhoff, 217-227. Sigmaringen: J. Thorbecke Verlag.
- DIRLMEIER, Ulf & Gerhard Fouquet. 1992. "Bischof Johannes von Venningen (1458–1478) auf Reisen. Aufwand und Konsum als Merkmale adliger Lebensführung". In *Symbole des Alltags. Alltag der Symbole. Festschrift für Harry Kühnel zum 65. Geburtstag*, ed. Gertrud Blaschitz, Helmut Hundsichler, Gerhard Jaritz & Elisabeth Vavra, 113-145. Graz: Akademische Druck; Verlagsanstalt.
- GARCÍA BARRIOS, Ana, Pablo Ozcáriz Gil & Tomas Martin Rodríguez. 2018. *Viajes y viajeros en el mundo antiguo y medieval*. Madrid: Dykinson.
- GREBE, Anja. 2018. "Runkelstein als 'Bilderburg'". In *Die Bilderburg Runkelstein. Erhaltenes, Verlorenes, Wiederentdecktes*, ed. Armin Torggler, 197-369. Bozen: Athesia Buch GmbH.
- GROSSMANN, G. Ulrich. 2018. "Schloss Runkelstein: Baugeschichte und Baubestand". In *Die Bilderburg Runkelstein. Erhaltenes, Verlorenes, Wiederentdecktes*, ed. Armin Torggler, 47-170. Bozen: Athesia Buch GmbH.
- HÖRMANN-THURN UND TAXIS, Julia, Wolfgang Meighörner, & Mark Mersiowsky. 2011. "Der Altar von Schloß Tirol und seine Rückseite. Eine Miscelle zu neuen Forschungsaspekten". *Wissenschaftliches Jahrbuch der Tiroler Landesmuseen* 4: 72-83.
- KORTH, Leonard. 1892. "Die ältesten Haushalts-Rechnungen der Burggrafen von Drachenfels". *Annalen des Historischen Vereins für den Niederrhein* 54: 1-95.
- KÜHNE, Hartmut. 2013. "Rechnungsbücher als Quellen der Pilgerzeichenforschung. Zwei exemplarische Funde aus Thüringen. Die Reiserechnung des Grafen Johann III. von Henneberg zum Mont Saint Michel und das Rechnungsbuch der Kapelle von Wersdorf bei Apolda". In *Wallfahrer aus dem Osten – mittelalterliche Pilgerzeichen zwischen Ostsee, Donau und Seine. Beiträge der Tagung Perspektiven der europäischen Pilgerzeichenforschung, 21. bis 24. April 2010 in Prag*, ed. Hartmut Kühne. Lothar Lambacher and Jan Hrdina, 383-412. Frankfurt a. M: Peter Lang GmbH.

- KRUMBHOLTZ, Robert, ed. 1917. *Urkundenbuch der Familien von Volmerstein und von der Recke bis zum Jahre 1437*. Münster: Verlag A. Pott.
- LABARGE, Margaret. 1982. *Medieval Travellers. The Rich and the Restless*, London: Phoenix.
- LORENZ, Kai. 2015. "Die Burg als Gesellschaftsraum. Poetische Raumwahrnehmung im kulturgeschichtlichen Längsschnitt". In *Raum und Raumausstattung auf Burgen in Mittelalter und Früher Neuzeit*, ed. Christina Schmid, Gabriele Schichta, Thomas Kühtreiber & Kornelia Holzner-Tobisch, vol. 2, 119-142. Heidelberg: Universitätsverlag Winter.
- MAZZI, Maria Serena. 2018. *Los viajeros medievales*. Madrid: Machado Grupo de Distribución.
- MEDIOEVO. 2015. *Il Medioevo in viaggio. Firenze, Museo nazionale del Bargello, 20 Marzo – 21 Giugno 2015*, ed. Benedetta Chiesi, Ilaria Ciresi & Beatrice Paolozzi Strozzi. Firenze: Giunti Editore.
- MERSIOWSKY, Mark. 1995. "Aspekte adligen Lebens um 1400. Frühe westfälische und rheinische Adelsrechnungen im Vergleich". In *Vestigia Monasteriensia. Westfalen – Rheinland – Niederlande*, ed. Ellen Widder, Mark Mersiowsky & Peter Johanek, 263-304. Bielefeld: Verlag für Regionalgeschichte.
- MERSIOWSKY, Mark. 2000. *Die Anfänge territorialer Rechnungslegung im deutschen Nordwesten. Spätmittelalterliche Rechnungen, Verwaltungspraxis, Hof und Territorium*. Stuttgart: Jan Thorbecke Verlag.
- MERSIOWSKY, Mark. 2007. "Rechnungen". In *Höfe und Residenzen im spätmittelalterlichen Reich. Hof und Schrift*, ed. Werner Paravicini, 531-551. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag.
- MERSIOWSKY, Mark. 2019. "Demonstrativer Konsum auf Tiroler Burgen im Spätmittelalter". In *Adelskulturen auf Burgen. Kolloquium des Wissenschaftlichen Beirats der Deutschen Burgenvereinigung, Brixen 2017*, ed. Joachim Zeune, 132-146. Braubach: Deutsche Burgenvereinigung.
- OHLER, Norbert. 1986. *Reisen im Mittelalter*. München: Artemis.
- OTTMAR, Johann. 2005. *Reinhard von Neuneck, Ritter zu Glatt: (1474-1551). Fürstendiener, Reisender und Wallfahrer, Hauptmann, Kriegsrat und Bauherr*. Filderstadt: Markstein Verlag.
- PARAVICINI, Werner. 1989. *Die Preussenreisen des europäischen Adels, part 1*. Sigmaringen: Jan Thorbecke Verlag.
- PARAVICINI, Werner. 1995. *Die Preussenreisen des europäischen Adels, part 2*. Sigmaringen: Jan Thorbecke Verlag.
- PARAVICINI, Werner. 2017. *Ehrenvolle Abwesenheit: Studien zum adligen Reisen im späteren Mittelalter*, ed. Jan Hirschbiegel and Harm von Seggern. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag.

- REICHERT, Folker. 2001. *Erfahrung der Welt. Reisen und Kulturbegegnung im späten Mittelalter*. Stuttgart: W. Kohlhammer GmbH.
- REICHERT, Folker. 2014. "Ehre durch Demut. Wallfahrten des Adels im späten Mittelalter". In *Asien und Europa im Mittelalter*, ed. Folker Reichert, 143-160. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- SCHULTE, Ingrid. 1981. "Die Badereise der Anna von Weinsberg. Ein Dokument adliger Lebensführung im 15. Jahrhundert". In *Parvula Munuscula. Festgabe für Franz Irsigler zum 40. Geburtstag 1981*, 29-39. Bielefeld: Ebeling.
- STAMPFER, Helmut. 2008. "Höfische Wandmalereien im Ansitz Massauer/Perkheim in Eppan". In *Eppan und das Überetsch. Wohnen und Wirtschaften an der Weinstraße und in angrenzenden Gebieten. Vorträge der landeskundlichen Tagung im Lanserhaus, Eppan – St. Michael, 4. bis 6. Oktober 2007, Lana*, ed. Rainer Loose, 207-218. Lana: Tappeiner Verlag.
- STUDT, Birgit. 2005. "Baden zwischen Lust und Therapie. Das Interesse von Frauen an Bädern und Baderreisen in Mittelalter und Früher Neuzeit". In *"Ohne Wasser kein Heil". Medizinische und kulturelle Aspekte der Nutzung von Wasser*, ed. Sylvelyn Hähner-Rombach, 93-117. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.
- TORGGLER, Armin & Florian Hofer. 2018. "Eine Burg für Aufsteiger, Landesherren und Fürsten. Aus der Besitzgeschichte von Schloss Runkelstein". In *Die Bilderburg Runkelstein. Erhaltenes, Verlorenes, Wiederentdecktes*, ed. Helmut Rizzolli, 11-45. Bozen: Athesia Tappeiner Verlag.
- VAN UYTVEN, Raymond. 1999. "Showing off One's Rank in the Middle Ages". In *Showing Status. Representation of Social Positions in the Late Middle Ages*, ed. Wim Blockmans & Antoon Janse, 19-34. Turnhout: Brepols.
- VAVRA, Elisabeth. 2000. "'Eines Bürgers Traum' – Runkelstein, die 'Vorzeigeburg'". In *Schloss Runkelstein. Die Bilderburg*, 265-276. Bozen: Athesia Tappeiner Verlag.
- VERDON, Jean. 1998. *Voyager au Moyen Âge*. Paris: Librairie Académique Perrin.
- VERDON, Jean. 2014. *Voyager au Moyen Âge: Musée de Cluny – musée national du Moyen Âge, 22 octobre 2014 – 23 février 2015, Paris*. Paris: Éditions de la Réunion des Musées Nationaux.
- WETZEL, René. 2000. "Quis dicet originis annos? Die Runkelsteiner Vintler – Konstruktion einer adligen Identität". In *Schloss Runkelstein. Die Bilderburg*, 291-310. Bozen: Athesia Tappeiner Verlag.
- WOZNIAK, Thomas. 2021. "Mittelalterliche Graffiti in und an Sakralräumen – Ein Problem-aufriß". *Historisches Jahrbuch* 141: 369-391.

Les loisirs populaires au XIX^e siècle — France, Angleterre, Allemagne

ROBERT BECK*

D'entrée de jeu, il s'agit de définir le sens du terme « loisir ». En français, l'*Encyclopédie* de Diderot et d'Alembert de 1765 le décrit, au singulier, comme le « tems vuide que nos devoirs nous laissent, & dont nous pouvons disposer d'une manière agréable & honnête » (Diderot & d'Alembert 1765, 680). Cette définition d'un temps en dehors du travail se retrouve dans l'anglais « *leisure* » et l'allemand « *Muße* », mais elle s'avère bien plus délicate pour le pluriel du mot français — les loisirs. Si le *Dictionnaire de la langue française* de 1874 se limite toujours à la seule version du singulier (Littré 1874, 338), le *Grand Dictionnaire universel du XIX^e siècle* de 1873 prend en considération le pluriel. Considérant toutefois toujours le loisir comme un « temps disponible, temps que l'on peut employer à son gré, en dehors de ses occupations nécessaires ou obligatoires », il évoque également des « occupations auxquelles on se livre de son plein degré, pendant le temps qu'on n'est pas pris par le travail » (Larousse 1873, 643). Les loisirs constituent à la fois le temps et les activités qui remplissent ce temps, à condition de pouvoir les classer dans les catégories « délassements, divertissements et développement », selon les définitions du sociologue Joffre Dumazedier (Dumazedier 1962, 26).

* CETHIS, Université de Tours, France.
ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0007-9930-0968>. E-mail: robert.beck@univ-tours.fr.

Revenons aux dictionnaires du XIX^e siècle, et notamment aux dictionnaires allemands qui intègrent une conception élitiste dans les définitions de « loisir ». Le *Wörterbuch der deutschen Sprache* de 1809 considère le loisir — *Muße* — comme une opportunité pour se consacrer à des activités intellectuelles, ce qui exclut, selon la même source, la grande masse de la population (Campe 1809, 371). Cette conception élitiste se retrouve dans l'ouvrage que le philosophe allemand Karl Gottlob Schelle consacre à la promenade, une des principales activités de loisirs du siècle : dans *L'art de se promener* de 1802, il nie à l'homme du peuple toute capacité de se promener en l'absence de dispositions intellectuelles requises pour cette activité (Schelle 1996, 31-32). Quelques décennies plus tard, l'homme politique et philosophe français Étienne Vacherot, explique par l'absence de loisir l'empêchement de l'ouvrier, « esclave du travail », de cultiver son esprit (Larousse 1873, 643) — si pour Karl Gottlob Schelle, l'homme du peuple est incapable de profiter de son loisir en raison du manque de dispositions intellectuelles requises, le même, pris dans l'engrenage des nouvelles conditions industrielles, n'y a même plus accès selon Étienne Vacherot.

Pour une histoire des loisirs populaires, il est indispensable d'évoquer brièvement ceux des classes supérieures, qui gardent encore une certaine forme aristocratique d'oisiveté correspondant au modèle de l'antique *otium*. Cette forme se caractérise par une consommation ostentatoire des loisirs, analysée par Thorstein Veblen en 1899, et par la faculté de disposer librement de son temps. Les loisirs constituent pour elles un marqueur social, tout comme ils imposent une ségrégation sociale au niveau temporel et spatial, ainsi que par la nature des activités — la distinction constitue une priorité pour les classes supérieures dans les loisirs.

Résumons : l'homme du peuple serait donc la victime d'une stratégie de ségrégation sociale de la part des élites, tout comme il serait incapable de profiter de ce temps en dehors du travail, qu'il perdrait, de toute manière, progressivement dans le processus de l'industrialisation. Or, la vérité s'avère bien différente.

Nonobstant les observations et définitions élitistes, les milieux populaires connaissent une vie de divertissements qui, à certaines occasions, peut prendre un caractère exubérant pendant les premières décennies du XIX^e siècle. À partir de la seconde moitié du même siècle, sous la pression de nouvelles conditions de travail, ainsi que sous celle du regard des élites sur la nature, les temps et lieux des loisirs populaires, ces derniers sont soumis à un processus de mutation dans le cadre de l'avènement de la société industrielle et d'une culture de masse.

Dans ces lignes, il s'agit donc de retracer cette histoire mouvementée des loisirs populaires pendant une période qui s'étend de l'époque napoléonienne jusqu'à la veille de la Grande Guerre dans un cadre géographique qui se concentre surtout sur la France, sans oublier pour autant les pays anglo-saxons et germaniques. Il s'agit de montrer d'abord la nature des loisirs populaires des premières décennies du XIX^e siècle, avant de montrer le processus de transformation de ces mêmes loisirs en usages du temps libre adaptés à la société industrielle.

Les loisirs populaires du début du XIX^e siècle

Débutons par un tableau des loisirs populaires du début du XIX^e siècle, qui possèdent leurs temps propres, en commençant par le dimanche. Comme résultat de la suppression de nombreuses fêtes chrétiennes au XVIII^e siècle, l'ancien jour du Seigneur, en associant rites religieux et plaisirs profanes, s'est transformé en jour de fête (Beck 1997; 2000). Les quelques fêtes chrétiennes survivantes, douze en Autriche, quatre, puis cinq en France, complètent ce tableau, auquel il faut ajouter les fêtes des différents souverains, comme successivement la Saint Napoléon,¹ Saint Louis, Saint Charles et Saint Philippe en France (Lalouette 2010, 126-138).

Il ne s'agit que d'un calendrier officiel. Des fêtes ni religieuses ni dynastiques, comme le carnaval (Faure 1978),² faisant partie d'une culture populaire dans de nombreuses régions surtout de tradition catholique, complètent ce tableau. Le temps de travail poreux de l'époque préindustrielle autorise les ouvriers et compagnons à s'absenter à leur gré de leur lieu de travail, et il leur permet aussi de ne pas travailler le lundi, voire les jours suivants, et de « célébrer » la Saint Lundi, *Saint Monday* dans le monde britannique, *Blauer Montag* dans les pays germaniques (Reid 1976; Reulecke 1976; Ehmer 1979; Magnusson 1990; Beck 2004).

C'est dans ce cadre temporel qu'ont lieu les divertissements populaires, d'abord autour de jeux traditionnels, comme les quilles, boules, jeux de ballon, ou la savate en France, qui fait partie d'une culture ouvrière. Les cabarets, cafés, tavernes et guinguettes représentent un des endroits capitaux des plaisirs populaires, non seulement comme lieux de beuveries, mais aussi d'échanges, de rencontres, de danses, de jeux, d'amusements familiaux... Le buveur

1 Célébré le 15 août, qui est déjà un jour de fête.

2 Pour la France, voir Faure 1978.

n'y occupe pas seulement le rôle de client et de simple consommateur mais il anime lui-même la vie de ces établissements, organise des jeux pour l'ensemble de la salle, sort des instruments de musique pour faire danser, déclame des poèmes devant l'ensemble des hôtes de l'établissement... (Beck 2021).

Les promeneurs issus des mêmes milieux remplissent les dimanches les grandes promenades des villes, provoquant ainsi, comme à Paris, la transformation d'une grande partie des boulevards en une sorte de grande foire dont l'écrivain Éléonore de Vaulabelle a dressé le tableau :

Là, crient, mentent, dansent, volent, baladins, paillasses, escamoteurs, phénomènes. Ongueurs, pastilles, limes métalliques, sabres qui arrachent les dents à la pointe de l'épée, femmes qui ont la poitrine à la rotule, poules à visage humain taillé avec des ciseaux, géants à la mécanique, hauts de cinq ou de douze pieds, à la volonté des amateurs, enfants bicéphales, monstres marins du canal de l'Ourq, sauvages de la rue de Bondy, albinos de carrefour, chiens qui jouent de la trompette, lapins membres de l'académie, carpes qui font des sauts de mouton, diseurs de bonnes aventures, jeux où à tout coup le banquier gagne, marionnettes, spectacles aériens, grands hommes de cire, scélérats peints, mangeurs de cailloux, avaleurs de limailles, hommes incombustibles ou invisibles, danseurs de corde, physiciens, astrologues, astronomes, astrophages, tout conspire contre la bourse et la curiosité du passant. (Vaulabelle 1834, 44-45)

Les Champs-Élysées connaissent avant 1850 une animation semblable (Kock 1844, 289-296), au même titre que le *Böhmische Prater* à Vienne, où l'on retrouve une vraie ambiance de fête ressemblant à une foire, avec des manèges, jeux de quilles, balançoires, théâtres de marionnettes, chanteurs, joueurs de harpes (Slapansky 1992, 65-100), ou encore la place des *Zelten*, située au croisement des allées du *Tiergarten* aux portes de Berlin, et centre tavernier de toutes les promenades (Mieck 1987, 410). Le peuple des villes plus modestes profite des beaux jours pour sortir de l'espace urbain et s'amuser dans les tavernes et guinguettes des environs.

La promenade peut s'associer au spectacle, sous forme de représentations de saltimbanques, de danseurs de cordes, de théâtre de marionnettes, de combats d'animaux... Elle peut mener aux salles de théâtre, comme celles du boulevard du Temple à Paris, le fameux « boulevard du crime », que remplit une foule populaire tous les dimanches, pour imposer, à l'intérieur des salles, ses goûts et faire jouer les acteurs selon ses préférences. Les théâtres des villes de province française sont l'objet, les dimanches, d'un véritable afflux des « gens de

métier », artisans et ouvriers de l'artisanat qui côtoient une petite bourgeoisie sur les banquettes, quand ils ne sont pas obligés de rester debout. Leur présence se fait au grand dam d'autres spectateurs, comme de cet homme d'Aix qui écrit en 1818 : « ... si vous en exceptiez une vingtaine de vieux habitués, on n'y voit le dimanche que des portefaix ou des ouvriers qui la plupart arrivent la tête échauffée par le vin » (Corbin 1991, 57-58).

Dans les théâtres populaires du royaume de Bavière, et bien probablement ailleurs, le spectateur intervient directement dans le spectacle. Quand il ne se promène pas dans la salle lors de la représentation, la chope de bière à la main, ou discute avec ses voisins la qualité de la pièce et autres questions importantes, il entre dans un dialogue direct avec les acteurs. Le succès d'une pièce peut dépendre de la qualité de ces échanges (Klotz 1976, 41-48; Beck 2014, 203-224).

Les loisirs du peuple pendant les premières décennies du XIX^e siècle véhiculent cependant un aspect qui les rend condamnables aux yeux des élites : ils sont synonymes de la domination de l'élément populaire sur une partie de l'espace public, notamment les promenades et salles de théâtre les dimanches et jours de fête. Le beau monde, le monde « fashionable », se voit obligé de se retirer, de choisir d'autres temps pour ses plaisirs dans l'espace public, tout en « boycottant » le dimanche. Paul de Kock brosse ainsi le tableau d'un jeune aristocrate parisien qui, obligé de sortir de chez lui un dimanche, se salit exprès pour ne pas être confondu avec la foule endimanchée, alors que Honoré de Balzac, fin observateur de la société de la même ville, décrit tout l'étonnement de deux aristocrates de se rencontrer un dimanche au jardin des Tuileries, fief, ce jour-là, des promeneurs des milieux populaires (Kock 1844, 226; Balzac 1988, 230-236).

Cette domination sur la place publique par les « classes inférieures » se retrouve dans les villes de province. Suzanne de Voilquin écrit ainsi, au sujet du parc de Dijon en 1834 :

Il existe encore, en 1834, des castes bien tranchées, la population ne se mêle pas ; chacun garde son rang. La bourgeoisie se garde d'empiéter sur les allées du parc qu'affecte l'aristocratie. Mais le dimanche les classes distinguées s'abstiennent d'y venir car ce jour-là les prolétaires l'envahissent. Il serait fort désagréable pour ces dames de s'y coudoyer leur modiste, leur couturière etc. (Voilquin 1978, 152)

Par conséquent, la belle société se retire, laissant ses promenades préférées le dimanche à la foule endimanchée, tout comme elle fuit les salles de spectacle. Ce jour-là, la même se réfugie dans des endroits bien éloignés des

quartiers populaires, comme le Bois de Boulogne à Paris (Stern Daniel 1990, 1112-1113), tout comme elle choisit le jeudi comme jour du boulevard et de ses sorties mondaines en général, à l'instar du monde mondain d'autres capitales européennes, comme Londres, Vienne, Berlin (Debié 1992, 201).

Après les ondes de choc déclenchées en Europe par les mouvements révolutionnaires de 1830 et 1848, les élites politiques, économiques et religieuses ne peuvent plus tolérer cette domination du peuple sur l'espace public. La révolte n'est pas absente dans cette constellation espace-temps populaire, comme le montrent les exemples des révolutions de 1789, 1830 et 1848 à Paris, 1848 à Vienne et Berlin, ou encore 1855 quand la grande promenade londonienne du Hyde Park se mue en scène de révolte populaire contre le *Sunday Trading Bill* (Harrison 1965). Cette constellation peut s'avérer explosive dans un contexte conflictuel, comme le montre l'exemple d'Auguste Blanqui et d'Armand Barbès : leur tentative de soulèvement a lieu un dimanche du mois de mai 1839. Le choix de ce jour n'est pas le fruit du hasard : prévu d'abord pour le dimanche 5 mai, ce soulèvement est finalement repoussé au dimanche 12 mai ; le choix du dimanche est donc maintenu (Latta 1986, 72). Comment expliquer le maintien de ce choix ? Comme l'atteste Victor Hugo, les boulevards, ce dimanche-là, sont pleins de promeneurs « endimanchés », donc de promeneurs d'origine populaire dont la concentration sur ces promenoirs constitue une sorte de poudrière sur laquelle les révolutionnaires espèrent pouvoir compter (Hugo 1872, 163-173).

Quant aux théâtres de province en France, ils deviennent les lieux de contestation contre la gouvernance de la Restauration, quand le public populaire utilise cet espace pour des manifestations politiques et anticléricales lors des missions ou jubilés. Dans ce dernier cas, il exige le couronnement du buste de Molière, ce que refuse le directeur, provoquant ainsi des tumultes. Le public quitte la salle pour manifester son opposition au régime clérical de Charles X dans les rues, ce qui entraîne l'intervention de la gendarmerie et des arrestations (Beck 1997, 219).

De même, les lieux de loisirs, cabaret, taverne etc., sont des endroits où l'homme du peuple ne trouve pas seulement une ambiance égalitaire mais où il rencontre aussi des idées subversives. Les cafés, pâtisseries et tavernes à vin, pour citer un exemple, jouent un rôle capital dans la politisation et radicalisation des habitants de la capitale prussienne avant 1848 (Mieck 1987, 589). La campagne menée pendant de nombreuses décennies depuis la fin du XVIII^e siècle contre les *ale houses* et autres pubs en Angleterre, s'explique aussi par la fonction politique et économique de ces établissements (Cunningham 2014, 67). En France, le cabaret devient le lieu où la révolte semble germer sans cesse.

C'est ici que les « paresseux » passent la plupart du temps, pour se mêler ensuite aux émeutes,³ c'est ici « que s'alimente la haine contre l'aristocratie » (Société de sobriété d'Amiens 1837, 9).

Maurice Agulhon insiste sur l'importance de la sociabilité des cabarets et autres débits de boissons pour les stratégies ouvrières en France (Agulhon 1988, 71) — ce que W. Scott Haine confirme pour les marchands de vin, cabarets, cafés et guinguettes de Paris (Haine 1996). Quant à Karl Kautsky, il a souligné toute l'importance que les tavernes ont eue pour le mouvement ouvrier allemand (Kautsky 1891, 106-107).

La lutte contre les loisirs populaires

Dans l'ambiance réactionnaire qui suit les événements révolutionnaires de 1848 en Europe, ecclésiastiques, économistes, hommes politiques et autres moralistes commencent leur combat contre le temps libre populaire en s'appuyant sur un discours qui dénonce depuis des siècles les usages faits de ses « loisirs » par le peuple.

Tout en associant des arguments de nature morale, sociale et économique, ce discours va jusqu'à regretter la libre disposition de l'ouvrier pendant son temps en dehors du travail, quand il est « livré à lui-même sans frein et sans guide » (Le Play 1878, 178). Il se perd alors dans des jeux de hasard, dans des bals dont on souligne la dimension immorale, dans la violence, dans la lecture d'une presse dangereuse et d'une mauvaise littérature en général, tout en dépensant des sommes démesurées pour le luxe de sa toilette.⁴ L'ivrognerie ouvrière surtout se trouve dans le collimateur du discours des élites. Au sujet du mineur de la Loire, pour ne citer que cet exemple, les auteurs des *Annales de la Charité* parlent d'un être « généralement ignorant, grossier et par-dessus tout ivrogne; il ne sait employer un jour de fête qu'en se promenant de cabaret en cabaret, dissipant ainsi en un seul jour ce qui devrait suffire à la nourriture de sa famille pendant plusieurs jours. De là vient cette misère qui caractérise le mineur et sa famille ».⁵

Le baron de Gérando en 1857 (Gérando 1857, 641), tout comme le leplaysien Émile Cheysson en 1877 (Cheysson 1877), et des centaines d'autres

3 Chambre des Députés, Discours de M. Dupin, député de la Nièvre, en faveur des ouvriers de Paris, séance du 21 septembre 1831 (Paris, 1831), 21.

4 Ce dernier reproche concerne surtout la femme du peuple.

5 *Annales de la Charité* III (1847): 647.

voix, dénoncent alors l'ivrognerie et ses dégâts, la dégénérescence physique et morale de toute une population. Ce discours ne varie guère Outre-Rhin ou Outre-Manche.

Certes, l'ivrognerie ouvrière existe. Charles Dickens lui-même accorde en 1836 que dans certains quartiers de Londres ainsi que dans des villes industrielles, le dimanche constitue avant tout une occasion de beuveries et d'actes de débauche (Cunninham 2014, 69). En France, le baron Joseph-Marie de Gérando décrit la consommation immodérée des tisserands lillois, mais constate en même temps que les filtriers de la même ville sont tout à fait sobres, ce qui est aussi le cas des ouvriers des villes voisines comme Roubaix (Gérando 1841, 21-30). Il existe de grandes différences entre les diverses localités, entre les divers métiers, entre les diverses cultures ouvrières (Beck 2005, 194-195), et une grande partie des travailleurs pratique des loisirs que nos observateurs définiraient comme « innocents ». Les observations des ouvriers du textile par le médecin Louis-René Villermé, les monographies des familles ouvrières par Le Play et ses disciples, et d'autres témoignages confirment une image de loisirs populaires tout à fait conformes aux exigences de la société. Dans l'ensemble, il se révèle une culture de loisirs qui affirme l'autonomie et l'identité du peuple (Beck 2005, 196).

L'image conçue par le discours des élites, d'un peuple aviné et adonné à la débauche pendant son temps libre, ne résiste donc pas à un examen approfondi. La critique des usages que font les milieux populaires de leur temps libre, s'explique surtout par des préoccupations politiques et sociales. Le discours sur les méfaits provoqués par les usages des loisirs ouvriers permet alors le contrôle et la régulation des loisirs populaires. Il faut mettre un terme à l'ambiance festive qui règne dans l'espace public les dimanches, il faut enlever l'élément populaire des salles de théâtre, surveiller les réunions et la vie associative des ouvriers dans les tavernes, cafés, cabarets etc.

La construction ou la rénovation des théâtres, associées à une augmentation des tarifs, font en effet disparaître ou neutralisent le public populaire du dimanche (Leroy 1983, 238-240). Les travaux d'urbanisation depuis le milieu du siècle chassent les milieux populaires des centres des villes pour les repousser progressivement vers la périphérie des agglomérations, ce qui met aussi un terme à leur présence sur les grandes promenades, reconquises ainsi par le « beau monde » (Beck 2009, 186-188).

Le dimanche festif du peuple devient alors la première victime. Le travail dominical se développe depuis les années 1830, si bien qu'en 1887, 83 % des entreprises industrielles allemandes travaillent le dimanche (Heckmann 1986,

54). À côté des intérêts purement économiques prévaut chez certains industriels et hommes politiques aussi l'opinion qu'un travail ininterrompu serait la meilleure façon d'assurer une bonne moralité de l'ouvrier. Horace Say, membre du Conseil d'État en France, s'oppose ainsi en 1850 à toute législation rendant le repos dominical obligatoire en soulignant l'effet moralisateur du travail⁶ — opinion qu'on retrouve chez certains industriels encore au début des années 1870 : « L'ouvrier qui travaille sans désespérer, échappe aux séductions du loisir et accroit son aisance ».⁷ Des arguments d'ordre social complètent la justification du travail dominical imposé à l'ouvrier, en commençant par le chancelier du Reich allemand, Otto von Bismarck, qui s'oppose à l'obligation du repos dominical en arguant qu'il ne faut pas priver l'ouvrier d'un septième de son salaire (Heckmann 1986, 142-143). En France, Alphonse de Karr calcule les pertes subies par une famille de maçon ne travaillant pas le dimanche, qu'il chiffre à 9204 francs.⁸

Dans de nombreuses régions industrialisées en Europe, le dimanche, le temps principal des loisirs populaires, connaît donc une période noire au début de la seconde moitié du XIX^e siècle, alors que ce même temps est frappé par un rigorisme religieux et moral en Angleterre et dans des régions à culture calviniste du continent européen (Roudault 2009, 112; Lathion 2009, 71-84).

Il existe encore une autre raison du non-respect du repos dominical dans plusieurs pays, dont la France et les pays germaniques : les ouvriers qualifiés notamment, qui disposent toujours d'une certaine autonomie dans la gestion de leur temps de travail, préfèrent dorénavant « boycotter » un dimanche ayant perdu ses attraits d'un temps festif et travailler ce jour-là, avant de faire la fête le lendemain, lundi. « La plupart des ouvriers qui travaillent le dimanche, se reposent ensuite le lundi... » écrit en 1850 le pédagogue Théodore-Henri Barrau (Barrau 1850, 70), ce que confirme le théologien allemand Hermann von Schmidt pour les pays germaniques (Schmidt 1873, 2), alors que des ouvriers anglais, travaillant plutôt dans une petite industrie demandant un grand savoir-faire, comme à Birmingham, cumulent le repos des deux jours (Reid 1976).

6 *Annales de la Société d'Économie politique*, t. I, séance du 10 décembre 1850.

7 Dans le cadre de la grande enquête sur la situation sociale et morale de la classe ouvrière, 1872-1875. Archives Nationales, Paris, C 3020. Seine-et-Oise, Lefèvre et Olivier, fabricants de glucose à Rueil; C 3019. Nord, Crespel Tilloy, fabricant de fils, Lille.

8 *Observateur du Dimanche* II/5 (1854): 174.

La réinvention d'un temps de loisirs populaires

Depuis le milieu du siècle, des philanthropes bourgeois, syndicalistes et socialistes joignent leurs voix à celle des hommes d'Église pour revendiquer un repos régulier, nécessaire à la reconstitution des forces de travail de l'ouvrier. Un repos régulier serait synonyme d'une augmentation de la productivité, alors qu'un travail incessant serait responsable de la déchéance morale et physique de la classe travailleuse, et notamment du grand fléau de la fin du XIX^e siècle, l'alcoolisme, responsable de l'appauvrissement et de la misère des familles ouvrières. Dans le contexte de cette discussion apparaît aussi le sujet de la fatigue, également un facteur de désordre moral (Rabinbach 1990; Hatzfeld 2021, 175-188). De même, face à la baisse de natalité, le repos dominical apparaît comme un remède.⁹

La survie de la Saint Lundi, qui se porte encore très bien au début de la seconde moitié du siècle, représente un autre argument. Si cette institution du monde du travail est encore tolérée, malgré toutes les critiques d'ordre moral (beuveries etc.), pendant les premières décennies du siècle, elle devient progressivement la cible des condamnations aussi bien des économistes que des hommes politiques. Les premiers constatent les « dégâts » financiers causés par le chômage de ce jour, alors que les seconds soupçonnent des formes de contestation que véhiculerait la fête du lundi — qui, au moins en France, a en effet pris une nature plus politique durant les années 1860. Après l'expérience de la Commune de Paris de 1871, la lutte contre cette coutume, à laquelle doit se substituer le repos du dimanche s'intensifie. Avec succès : la Saint Lundi disparaît progressivement à partir des années 1870 en France (Beck 2004, 164-166), alors qu'elle est victime de l'introduction du samedi après-midi libre, de la « semaine anglaise », en Angleterre (Cunningham 2014, 65).

À partir des années 1870/80, le dimanche devient un jour de repos pour la plupart des salariés sur le continent européen. De nouvelles fêtes laïques complètent cette offre en temps libre : la fête nationale du 14 Juillet (1880) (Lalouette 2010, 146) ainsi que les lundis de Pâques et de la Pentecôte (1886) en France, alors que le *Bank Holidays Act* de 1871 ajoute quatre jours fériés au monde du travail anglais. Dans ce dernier pays, le repos du samedi après-midi prend une grande importance pour les loisirs, sports etc., car il n'est pas régi par le rigorisme religieux qui frappe la vie dominicale (Cunningham 2014, 107).

9 Nous avons trouvé des allusions de ce genre dans le *Bulletin de la Ligue populaire pour le repos du dimanche*.

Le même discours sur les avantages hygiéniques, économiques et moraux d'un repos régulier provoque aussi une réflexion sur la durée du temps de travail quotidien de l'ouvrier. Ce temps qui pouvait atteindre les quatorze à seize heures au milieu du siècle dans la phase de la première industrialisation, s'est réduit à douze heures vers la fin du siècle, mais il est toujours jugé trop long et facteur de maladies, d'accidents et d'une mortalité plus élevée chez les ouvriers.

Le mouvement ouvrier engage alors la lutte pour obtenir la journée de travail de huit heures. Dès 1864, l'Association Internationale des Travailleurs l'inscrit dans son programme. De cette manière, l'ouvrier pourrait, après huit heures de travail, consacrer huit heures aux besoins biologiques (sommeil, repas, hygiène) et huit heures à ses loisirs, créant de cette manière un temps libre qui ne se limite plus au seul dimanche. La Deuxième Internationale, fondée à Paris en 1889, décide de faire du 1^{er} mai une journée de revendication en faveur de la journée de huit heures de travail. L'objectif est l'amélioration de la constitution physique et psychique de l'ouvrier, la lutte contre le chômage, la reconstitution d'une vie de famille, et un temps pour les activités politiques et syndicales (Schneider 1984, 78).

Ce mouvement peut s'appuyer idéologiquement sur les textes de l'écrivain Robert Louis Stevenson et du gendre de Karl Marx, Paul Lafargue. Le premier publie en 1877 une critique de l'aliénation provoquée par le travail dans la société industrielle, tout en caricaturant l'hébétude du travailleur soumis au système industriel. L'oisiveté, selon Stevenson, ne consiste pas à ne rien faire mais à faire des choses qui ne sont pas imposées par les classes dominantes (Stevenson 2012). Paul Lafargue reprend cette thématique dans son célèbre pamphlet *Droit à la paresse* de 1883, dans lequel il invite le prolétariat à abandonner la passion du travail, qui ne sert qu'à enrichir les uns au détriment des autres. La paresse, en revanche, peut sauver le peuple de son aliénation et de la misère (Lafargue 2012).

Ce vaste mouvement international se heurte aux résistances des divers gouvernements et des milieux économiques qui, avant 1918, refusent une telle durée de la journée de travail. Si le chancelier allemand, Otto von Bismarck, veut bien reconnaître la pénibilité de longues heures de travail, il les considère comme nécessaires pour sauver la compétitivité de l'économie allemande. La France et l'Allemagne introduisent la journée de travail de dix heures en 1900. Conséquence : à la veille de la Grande Guerre, les ouvriers profitent d'une réduction sensible de leur temps de travail hebdomadaire, ce qui leur ouvre de nouvelles plages de loisir. Ce temps libre se distingue franchement d'un temps

de travail délimité, soumis à la discipline de l'horaire, et dirigé par les impératifs d'efficacité et de productivité (Corbin 1995, 18).

Si ce temps de loisirs populaires est censé servir à la régénération des forces physiques des travailleurs, il se pose encore pour les élites le problème des usages que les milieux populaires vont en faire.

Comment contrôler et réguler les loisirs populaires

Dès 1854, l'économiste français Armand Audiganne considère l'organisation du temps libre populaire comme « une question d'importance capitale au point de vue moral et au point de vue économique » (Audiganne 1854, 130-131). Il faut éviter que le temps libre populaire reprenne les mêmes formes qu'il a connues à l'époque du dimanche populaire et festif, et qu'il n'avantage ni l'ivrognerie et la vie de cabaret ou taverne, ni l'agitation politique en faveur d'idées démocratiques et socialistes. Très vite, les élites religieuses, politiques et économiques cherchent à encadrer le temps libre, à la fois dans leur discours et par des initiatives prises pour encadrer le loisir ouvrier et pour éviter surtout un danger, celui du cabaret, taverne, café, pub..., où circulent des idées subversives.

Une vie de famille réglée, où la femme, épouse ou mère, joue un rôle central, constitue le premier moyen de régulation — opinion que partagent des personnages aussi différents que l'historien républicain Jules Michelet et un religieux conservateur, le prédicateur à la cour royale de Prusse, Wilhelm Baur (Michelet 1981, 282-283; Baur 1883). Le dernier, à l'instar d'autres réformateurs, demande même d'accorder le repos du samedi après-midi aux ouvrières afin de leur donner le loisir nécessaire de préparer le ménage, indispensable à une vie familiale réglée le dimanche. La promenade en famille, en tant que symbole d'une vie dominicale réglée, obtient alors un rôle important. Pour certains observateurs, la promenade du dimanche, à part ses bienfaits pour la santé physique et morale, ainsi que pour le budget familial, sert aussi à l'intégration de l'ouvrier dans la société : « Savez-vous ce qu'ils disent, ces ouvriers qui, le dimanche, se promènent avec leurs enfants ? Ils disent qu'ils sont comme des bourgeois ».¹⁰

La rencontre de l'homme du peuple avec la nature constitue un second élément principal du projet moralisateur des élites.

En Angleterre, Sir Edwin Chadwick juge dès 1833 que l'ouvrier, enfermé pendant la semaine dans les mauvaises conditions hygiéniques de son atelier

10 *Bulletin de la Ligue populaire pour le Repos du Dimanche* III (1892): 119.

ou usine, doit pouvoir profiter de l'air frais en se promenant tranquillement au sein de la famille, et il propose l'aménagement de parcs, comme moyen de sauver la famille et de retenir l'ouvrier loin de la néfaste taverne (Debié 1992, 66-67). C'est dans ce contexte que se développe le projet de « parcs de loisirs » pour les familles des milieux populaires. Dès 1835, des voix recommandent l'aménagement d'un jardin public sur une île de l'Erdre pour les ouvriers de la ville de Nantes (Guépin & Bonamy 1835, 101). Toujours en France, la Société industrielle de Mulhouse propose en 1841 la création de jardins publics destinés aux promenades et aux récréations des ouvriers (De Gérando 1841, 97).

L'aménagement, dans des quartiers populaires de la capitale anglaise, de Victoria Park et de Battersea Park dans les années 1840 et 1850, se fait en faveur des ouvriers londoniens (Debié 1992, 16, 178). L'exemple de ces parcs paysagers est exporté sur le continent. À Paris, l'aménagement du Bois de Vincennes et la construction du parc des Buttes-Chaumont par Napoléon III s'adresse ainsi surtout aux habitants des arrondissements populaires récemment annexés du Nord-Est et de l'Est de Paris (Beck 2002, 259-264). D'autres capitales européennes, comme Berlin ou Vienne, se dotent également de tels espaces pour la promenade des habitants des quartiers populaires, suivies dans cette démarche par des villes de taille plus modeste. L'homme du peuple peut s'y promener, écouter de la musique, mais ces espaces connaissent aussi de nombreux interdits, comme danser ou vendre des boissons alcoolisées (Debié 1992, 153). Des parcs didactiques, comme le Jardin des Plantes à Paris, l'Arboretum à Derby, ou encore le Humboldthain à Berlin, complètent cette offre en espaces consacrés à la morale et l'éducation du peuple, programme qui se prolonge par la création de jardins botaniques — celui de Birmingham constitue une des promenades préférées des populations ouvrières pendant la Saint Lundi (Reid 1976, 83) — qui se trouvent aussi dans des villes plus modestes comme à Tours (France). Quant aux ouvriers des villes privées de ces équipements, il leur reste toujours, selon le discours des élites, la promenade dans la nature.

Le jardin mis à la disposition de l'ouvrier par un patron paternaliste constitue également un instrument important de moralisation et d'occupation utile du temps libre du travailleur. En Allemagne se développe dès les années 1870 le mouvement des jardins ouvriers, qui trouve des imitateurs en Angleterre et en Belgique. En France, la Ligue du coin de terre et du foyer de l'abbé Lemire crée des milliers de jardins ouvriers devant les portes des villes avant 1914 (Menapace 2019).

La pêche à la ligne, loisir d'origine anglaise exporté sur le continent, s'inscrit également dans ce modèle de rencontre avec la nature. En France, un

discours prône ses vertus hygiéniques et thérapeutiques, ainsi que ses qualités morales : considérée aussi comme une école de patience, la pêche à la ligne permet en outre d'oublier le cabaret (Corbin 1995, 333-340).

La culture doit également proposer un moyen de « purifier » le temps libre populaire. Pour combattre l'influence jugée néfaste du « mauvais roman », surtout sur la moralité des femmes, les réformateurs proposent la création de bibliothèques consacrées à la « bonne » littérature — sans grand succès. Dans le catalogue des propositions des moralistes se trouve aussi la visite des musées dont Sir Edward Chadwick propose en Angleterre dès 1833 l'ouverture les dimanches. Il se prononce aussi pour la création de jardins zoologiques et pour la fréquentation des théâtres — pourtant déconseillée en France — pour combattre l'ivrognerie des travailleurs pendant leur temps libre (Debié 1992, 66-67). L'écrivain anglais Walter Besant suggère en 1884 la création dans l'East End de Londres d'un *People's Palace*, un centre qui doit associer une offre culturelle aux divertissements à l'attention des classes populaires (Cunningham 2014, 135). À Paris, les musées sont ouverts le dimanche pour un public populaire (Poulot 1983, 224). En 1897, une pétition émanant des habitants des faubourgs populaires, demande la fermeture du Louvre à cinq au lieu de quatre heures, pour permettre à plus d'ouvriers d'y aller.¹¹

L'encadrement du temps libre populaire se fait aussi par le biais d'associations, de cercles et de patronages. Déjà dans les années 1820, des fidèles catholiques fondent en France des œuvres, comme la Société Saint Joseph, qui doivent proposer aux ouvriers célibataires un modèle d'usage de leur temps libre. À part quelques modifications, leur « offre » reste en général la même durant le reste du siècle. Des prières, des instructions religieuses, quelques jeux et exercices physiques, des activités artistiques, un peu de musique, ainsi que des promenades remplissent le programme de leurs réunions, qui ont lieu pendant leur temps libre le soir et le dimanche. Toute discussion d'ordre politique ou religieuse est en revanche interdite,¹² et une forte hiérarchisation et discipline caractérisent ces œuvres. Dans les pays des « gueules noires » allemandes, l'œuvre d'Adolphe Kolping connaît un très fort essor dans les années 1850 (Hürten 2007). Les quartiers populaires de Gelsenkirchen, ville du bassin industriel de la Ruhr, sont couverts par un vaste réseau d'associations ouvrières

11 *Bulletin de la Ligue Populaire pour le Repos du Dimanche* VIII (1897): 134.

12 *Les Patronages d'apprentis et les Cercles ouvriers*. Paris: Goupy, 1874, 37-39; *Des cercles catholiques d'ouvriers. Nécessité, possibilité, but, avantages des cercles catholiques*. Extrait de la *Semaine religieuse d'Alby* (1875).

catholiques (Brand 1980, 207-222). La formation de la *Young Men's Christian Association* (YMCA) sous inspiration évangélique en 1844 en Angleterre poursuit également l'objectif d'encadrer les loisirs des jeunes hommes (Cunningham 2014, 140).

L'Angleterre fournit aussi le modèle des patronages laïcs, auquel se réfèrent des institutions comme la Société industrielle de Mulhouse en France dans leur lutte contre les tentations du cabaret, en citant l'exemple de la *Working Men's Club and Institute Union*, une association fondée pour aider les ouvriers à établir des clubs et des instituts où ils puissent se réunir pour causer, s'entretenir de leurs affaires et se développer intellectuellement, tout en se divertissant et en ayant des rafraîchissements. Ces clubs doivent permettre l'accès à la musique, à la littérature, aux sciences et aux arts, et donner ainsi un sens au temps libre populaire. Ils sont censés aussi se substituer aux sociétés de tempérance et aux *Mechanics' Institutions*, qui ont échoué dans l'œuvre de moralisation du temps libre populaire en raison de leur caractère conservateur et religieux.

Le même auteur cite finalement l'exemple du *Holloway Working Men's Club and Institute*, situé au Strand à Londres. Ouvert aux ouvriers de 8 h du matin jusqu'à 10 h du soir, ceux-ci y trouvent un bon nombre de journaux, de revues et de jeux, un petit billard et une bibliothèque. Ils peuvent y suivre des cours de lecture, d'écriture et de calcul, des lectures et conférences, et assister à un concert tous les soirs du samedi. Toute boisson alcoolisée est en revanche prohibée, le droit de fumer limité, et toute appartenace à une « secte » religieuse, sociale et politique interdite. Les jeux de hasard et les paris sont également bannis de cet univers (Pénot 1870, 3-16).

Après la guerre franco-prussienne de 1870-1871, ce modèle anglais est défendu en France par l'industriel Jules Siegfried qui crée des cercles d'ouvriers (Siegfried 1874), comme un grand nombre d'industriels commencent à leur tour à organiser le temps libre de leurs ouvriers en fondant des fanfares, orphéons, qui connaissent un grand succès avant 1900, avant de décliner face à la montée des associations sportives.

Le sport constitue également un moyen de contrôler les loisirs des classes populaires. Bien considéré pour ses avantages physiques et moraux, il se développe dès la première moitié du siècle en Angleterre (Cunningham 2014, 86), à partir des années 1870 sur le continent, où se développent des sociétés de tir et de gymnastique, avant que le football, le rugby et l'athlétisme ne se démocratisent vers 1900 et deviennent accessibles, aussi par le biais des patronages religieux et laïcs, aux milieux populaires (Beck 1997, 289). Les compétitions sportives expliquent même, en Angleterre, l'introduction progressive du

repos du samedi après-midi, quand non seulement jouer au football, mais aussi regarder les matchs d'une première division professionnalisée, attirent des milliers de spectateurs, qui y assistent dans une franche camaraderie masculine (Cunningham 2014, 144). Le patronat crée ses propres équipes, comme celle de Westham-United en 1895 (Simkin 2020), alors que les travailleurs de l'arsenal de Londres fondent leur propre équipe, qui porte le nom de leur lieu de travail (Arsenal History 2017). En France, à la fois le patronat et les syndicats suscitent la fondation d'associations cyclistes, en faisant la première activité sportive dans ce pays.

Mais ces associations sportives, aussi bien en France qu'ailleurs, constituent alors de véritables institutions disciplinaires où règnent l'ordre et la hiérarchie (Arnaud 1986, 182), autrement dit, un moyen de contrôle des loisirs populaires.

Ne généralisons pas trop : la lutte des élites contre la fréquentation des tavernes, cabarets, pubs ne connaît qu'un demi-succès : ceux-ci restent un centre des loisirs populaires, souvent en concordance avec le mouvement sportif qui y choisit son domicile — le premier Tour de France choisit comme lieu de départ un café (Vespini 2013, 40), alors qu'un cafetier se trouve à l'origine de la fondation du Racing Club de Lens (Camus 2005, 5; Fontaine, 2010), tout comme la *Freemasons's Tavern* dans le West End de Londres joue un rôle important dans la fondation de la *Football Association* anglaise (Turcot 2016, 461). Malgré leurs condamnations par le discours des élites, le public populaire profite de la conquête d'un temps libre pour se tourner vers des loisirs commercialisés, sous forme de music-hall, cinéma et, comme déjà évoqué, sport professionnalisé — le football, le cyclisme, la boxe... Peter Borsay constate dans ce contexte le caractère compétitif de beaucoup de loisirs au sein de la classe ouvrière anglaise, par exemple à travers le football (Borsay 2006) — un esprit qu'on peut certainement retrouver chez les travailleurs sur le continent européen.

Mais les milieux populaires acceptent aussi le programme proposé par les élites : la promenade en famille aussi bien que les excursions grâce au train ou à la bicyclette¹³, associées à la pêche, au piquenique, voire à la baignade, la musique, pratiquée ou consommée, le jardinage... (Beck 1997, 294-297). Dans l'ensemble, une conception collective et mutuelle domine toujours les loisirs des classes populaires, qui s'oppose à une culture individualiste de la bourgeoisie (Borsay 2006).

13 Qui se généralise au sein des milieux populaires en France au début du XXe siècle.

Un temps des loisirs bien réglé par rapport à un temps de travail aussi bien réglé, des lieux de loisirs contrôlés et repoussés à la périphérie des villes, voilà le résultat de l'histoire des loisirs populaires au XIX^e siècle, observables aussi bien dans la société française que britannique ou allemande, et certainement aussi dans les sociétés d'autres pays industrialisés. Si le début du siècle connaît encore l'existence d'une culture populaire qui, temporairement, règne sur l'espace public, et qui possède ses temps spécifiques, à la fois un dimanche animé et la « fête » du lundi, cette culture succombe dans la suite à l'assaut mené par la bourgeoisie politique et économique. Le dimanche, jour de fête populaire, est alors la victime des nouvelles conditions dues à l'industrialisation, qui impose le travail dominical. Si la fête du lundi résiste encore, elle est néanmoins condamnée à disparaître avant la fin du siècle, pour faire place à un dimanche réinventé selon les normes de la bourgeoisie.

Le temps libre atteint une nouvelle qualité après la Grande Guerre grâce à la journée de travail de huit heures, la généralisation de la semaine anglaise, aux débuts du week-end et aux congés payés, ce qui ouvre aussi un nouveau chapitre de l'histoire des loisirs populaires.¹⁴

Sources

Annales de la Charité 3 (1847).

Annales de la Société d'Économie politique, t. I, séance du 10 décembre 1850.

ARCHIVES NATIONALES. Paris, C 3020. Seine-et-Oise, Lefèvre et Olivier, fabricants de glucose à Rueil; C 3019. Nord, Crespel Tilloy, fabricant de fils, Lille.

AUDIGANNE, Armand. 1854. *Les populations ouvrières en France dans le mouvement social du XIX^e siècle* 1. Paris: Capelle.

BALZAC, Honoré de. 1988 [1835]. *La fille aux yeux d'or*. Paris: Flammarion.

BARRAU, Théodore-Henri. 1850. *Conseils aux ouvriers sur les moyens d'améliorer leur condition*. Paris: Librairie Hachette.

BAUR, Wilhelm. 1883. *Der Sonntag und das Familienleben*. Berlin: Deutsche Evangelische Buch- und Tractat-Gesellschaft.

Bulletin de la Ligue Populaire pour le Repos du Dimanche 3, 8 (1892, 1897).

CAMPE, Johann Heinrich. 1809. *Wörterbuch der deutschen Sprache* 3. Brunswick: In der Schulbuchhandlung.

14 Et les femmes dans cette histoire ? Il faudra bien plus d'études sur les loisirs féminins au sein des milieux populaires, pour introduire une approche genrée pour cette thématique.

- CHAMBRE DES DÉPUTÉS. *Discours de M. Dupin, député de la Nièvre, en faveur des ouvriers de Paris*, séance du 21 septembre 1831 (Paris, 1831), 21.
- CHEYSSON, Émile. 1877. *Les ouvriers et les réformes nécessaires. Compte-rendu de la séance de la Société des Études pratiques d'économie sociale*. Paris: Dentu.
- Des cercles catholiques d'ouvriers. Nécessité, possibilité, but, avantages des cercles catholiques*. Extrait de la *Semaine religieuse d'Alby* (1875).
- DIDEROT, Denis et Jean D'Alembert. 1765. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers* IX. Neuchâtel: Samuel Faulche & Compagnie.
- GERANDO, Joseph-Marie baron de. 1841. *Des progrès de l'industrie, considérés dans leurs rapports avec la moralité de la classe ouvrière*. Paris: Guillaumin.
- GERANDO, Gustave baron de. 1857. "Des récréations populaires considérées comme un des moyens les plus efficaces de détourner les ouvriers des cabarets". *Annales de la Charité* XIII: 646-651.
- GUEPIN, Ange et Eugène Bonamy. 1835. *Nantes au XIX^e siècle : Statistique topographique, industrielle et morale*. Nantes: Prosper Sebire.
- KAUTSKY, Karl. 1891. "Der Alkoholismus und seine Bekämpfung". *Die Neue Zeit* 9 (2): 106-107.
- KOCK, Paul de et al. 1844. *La grande ville : nouveau tableau de Paris, comique, critique et philosophique* 1. Paris: Marescq.
- LAFARGUE, Paul. 2012 [1883]. *Le droit à la paresse*. Paris: Allia.
- LAROUSSE, Pierre 1873. *Le Grand Dictionnaire universel du XIX^e siècle* X. Paris: Administration du Grand Dictionnaire Universel.
- LE PLAY, Frédéric. 1878. *Les Ouvriers des Deux Mondes*, série I, vol. V. Paris: Société internationale de science sociale.
- Les Patronages d'apprentis et les Cercles ouvriers*. Paris: Goupy, 1874.
- LITTRE, Émile. 1874. *Dictionnaire de la langue française* 3. Paris: Librairie Hachette.
- Observateur du Dimanche* 2/5 (1854).
- PENOT, M.A. 1870. *Des Cercles d'ouvriers. A propos des Working Men's Clubs d'Angleterre. Mémoire présenté à la Société industrielle de Mulhouse, le 28 octobre 1868*. Paris: Lahure.
- SCHMIDT, Hermann von. 1873. *Der Deutsche Sonntag oder Die sociale Bedeutung des Ruhetages gegenüber dem Materialismus unserer Zeit*. Pasewalk: Gnädig.
- SIEGFRIED, Jules. 1874. *Les cercles d'ouvriers. Conférence faite au Havre le 29 novembre 1874*. Le Havre: Santallier & C^{ie}.
- SOCIÉTÉ DE SOBRIÉTÉ D'AMIENS. 1837. *Essai sur l'intempérance des classes laborieuses*. Amiens: R. Machart.
- STERN, Daniel [Mme d'Agoult]. 1990. *Mémoires, souvenirs et journaux*. Paris: Mercure de France.
- STEVENSON, Robert Louis. 2012 [1877], *Une apologie des oisifs*. Paris: Allia.

- VAULABELLE, Éléonore de. 1834. "Le dimanche à Paris". In *Nouveau tableau de Paris au XIX^e siècle* II, 33-54. Paris: Librairie de Madame Charles Bechet.
- VEBLEN, Thorstein. 1978 [1899]. *Théorie de la classe de loisir*. Paris: Gallimard.
- VOILQUIN, Suzanne. 1978 [1866]. *Souvenirs d'une fille du peuple ou la Saint Simonienne en Égypte*. Paris: Maspero.

Bibliographie

- AGULHON, Maurice. 1988. "Classe ouvrière et sociabilité en 1848". In *Histoire vagabonde 1: Ethnologie et politique dans la France contemporaine*, éd. Maurice Agulhon, 60-97. Paris: Gallimard.
- ARNAUD, Pierre. 1986. "Pratique et pratiquants: les transformations de la sociabilité sportive. L'exemple de Lyon et du département du Rhône entre 1850 et 1914". In *La naissance du mouvement sportif associatif en France*, éd. Pierre Arnaud et Jean Camy. Lyon: Presses universitaires de Lyon.
- ARSENAL HISTORY. 2017. "Dial Square to north London". Consulté le 12 septembre 2021. <https://www.arsenal.com/history/laying-the-foundations/laying-the-foundations-overview>.
- BECK, Robert. 1997. *Histoire du dimanche, de 1700 à nos jours*. Paris: Éditions de l'Atelier.
- BECK, Robert. 2000. "Auf der Suche nach dem verlorenen Tag. Eine vergleichende Geschichte des Sonntags in Frankreich und Deutschland im 18. und 19. Jahrhundert". *Francia* 27 (3): 1-23.
- BECK, Robert. 2002. "La promenade du peuple des villes (fin XVIII^e – XIX^e siècle). L'exemple du peuple de Paris". In *Le peuple des villes dans l'Europe du Nord-Ouest (fin du Moyen Âge – 1945)* I, éd. Philippe Guignet, 247-266. Villeneuve d'Ascq: CRHEN-O.
- BECK, Robert. 2004. "Apogée et déclin de la Saint-Lundi dans la France du XIX^e siècle". *Revue d'histoire du XIX^e siècle* 29 (2): 153-174.
- BECK, Robert. 2005. "Les élites françaises face au problème du temps libre populaire au XIX^e siècle". In *La régulation sociale entre l'acteur et l'institution. Pour une problématique historique de l'interaction*, éd. Jean-Marie Fecteau & Janice Harvey, 192-203. Montréal: Presse de l'Université du Québec.
- BECK, Robert. 2009. "La promenade urbaine au XIX^e siècle". *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest* 116 (2): 165-190.
- BECK, Robert. 2014. "Sortir au théâtre selon le journal de Franz Caspar Krieger, maître passementier bavarois (1821-1872)". In *Au théâtre ! La sortie au spectacle, XIX^e – XXI^e siècles*, éd. Pascale Goetschel & Jean-Claude Yon, 203-224. Paris: Publications de la Sorbonne.

- BECK, Robert. 2021. "Un exemple de loisirs masculins : la vie des tavernes en Bavière dans la première moitié du XIX^e siècle". *Revue d'histoire culturelle* 3. Consulté le 14 février 2022. <http://revues.mshparisnord.fr/rhc/index.php?id=682>.
- BORSAY, Peter. 2006. *A History of Leisure*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.
- BRAND, Hans-Jürgen. 1980. "Kirchliches Vereinswesen und Freizeitgestaltung in einer Arbeitergemeinde 1872–1933: Das Beispiel Schalke". In *Sozialgeschichte der Freizeit. Untersuchungen zum Wandel der Alltagskultur in Deutschland*, éd. Gerhard Huck, 207–222. Wuppertal: Peter Hammer Verlag.
- CAMUS, Frédéric. 2005. *RC Lens, cent ans de passion*. Lille: La Voix du Nord Éditions.
- CORBIN, Alain. 1991. "L'agitation dans les théâtres de province sous la Restauration". In *Le Temps, le Désir et l'Horreur*, éd. Alain Corbin, 53–79. Paris: Aubier.
- CORBIN, Alain. 1995. *L'avènement des loisirs, 1850–1960*. Paris: Aubier.
- CUNNINGHAM, Hugh. 2014. *Time, Work and Leisure. Life Changes in England since 1700*. Manchester; New York, NY: Manchester University Press.
- DEBIE, Franck. 1992. *Jardins des capitales. Une géographie des parcs publics de Paris, Londres, Vienne et Berlin*. Paris: Éditions du CNRS.
- DUMAZEDIER, Joffre. 1962. *Vers une civilisation du loisir?*. Paris: Seuil.
- EHMER, Josef. 1979. "Rote Fahnen — Blauer Montag. Soziale Bedingungen von Aktions- und Organisationsformen der frühen Wiener Arbeiterbewegung". In *Wahrnehmungsformen und Protestverhalten. Studien zur Lage der Unterschichten im 18. und 19. Jahrhundert*, éd. Detlev Puls, 143–174. Francfort: Éditions Suhrkamp.
- FAURE, Alain. 1978. *Paris, Carême prenant. Du Carnaval à Paris au XIX^e siècle, 1800–1914*. Paris: Hachette.
- FONTAINE, Marion. 2010. *Le RC Lens et les « Gueules noires »*. Paris: Les Indes savantes.
- HAINE, W. Scott. 1996. *The World of the Paris Café. Sociability among the French Working Class, 1789–1914*. Baltimore, MD; London: The John Hopkins University Press.
- HARRISON, Brian. 1965. "The Sunday Trading Riots of 1855". *The Historical Journal* 8 (2): 219–245.
- HATZFELD, Nicolas. 2021. "Fatigue, surmenage, usure. Dire l'excès de travail à la Belle Époque". In *La casquette et le marteau. Nouveaux regards sur le travail en Europe occidentale (1830–1930)*, éd. Alazard, Joëlle et al, 173–186. Paris: Bréal.
- HECKMANN, Friedrich. 1986. *Arbeitszeit und Sonntagsruhe. Stellungnahme zur Sonntagsarbeit als Beitrag kirchlicher Sozialkritik im 19. Jahrhundert*. Essen: Die blaue Eule.
- HUGO, Victor. 1972. *Choses vues. Souvenirs, journaux, cahiers 1830–1846*. Paris: Gallimard.
- HÜRTEN, Heinz. 2007. "Katholisches Verbandswesen". In *Historisches Lexikon Bayerns*. Consulté le 17 août 2019. http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Katholisches_Verbandswesen.
- KLOTZ, Volker. 1976. *Dramaturgie des Publikums*. Munich; Vienne: Karl Hanser.

- LALOUETTE, Jacqueline. 2010. *Jours de fête. Jours fériés et fêtes légales dans la France contemporaine*. Paris: Taillandier.
- LATHION, Valérie. 2009. "Un dimanche à Genève. Enjeux religieux et sociaux de la lutte pour un dimanche chrétien". *Histoire, Économie & Société* 28 (3): 71-84.
- LATTA, Claude. 1986. "L'insurrection de 1839". In *Blanqui et les Blanquistes*, éd. Société de la Révolution de 1848, 69-85. Paris: SEDES.
- LEROY, Dominique. 1983. "Réflexions autour des processus d'utilisation, à propos de l'évolution de la production et la consommation théâtrales à Paris au XIX^e siècle". In *Oisiveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XIX^e siècle*, éd. Adeline Daumard, 237-245. Abbeville: Paillart.
- MAGNUSSON, Lars. 1990. "Proto-industrialisation, culture et tavernes en Suède (1800-1850)". *Annales. Économies, sociétés, civilisations* 45 (1): 21-36.
- MENAPACE, Luc. 2019. "L'abbé Lemire et la création des jardins ouvriers". *Le blog de Gallica* (22 octobre 2019). Consulté le 10 février 2022. <https://gallica.bnf.fr/blog/22102019/labbe-lemire-et-la-creation-des-jardins-ouvriers?mode=desktop>.
- MIECK, Ilya. 1987. "Von der Reformzeit zur Revolution (1806-1847)". In *Geschichte Berlins 1: Von der Frühgeschichte bis zur Industrialisierung*, éd. Wolfgang Ribbe, 403-602. Munich: C.H. Beck.
- POULOT, Dominique. 1983. "La visite au musée : un loisir édifiant au XIX^e siècle". In *Oisiveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XIX^e siècle*, éd. Adeline Daumard, 221-236. Abbeville: Paillart.
- RABINBACH, Anson. 1990. *The Human Motor: Energy, Fatigue and the Origins of Modernity*. New York, NY: Basic Book.
- REID, Douglas A. 1976. "The Decline of Saint Monday". *Past and Present* 71: 76-101.
- REULECKE, Jürgen. 1976. "Vom blauen Montag zum Arbeiterurlaub. Vorgeschichte und Entstehung des Erholungsurlaubs für Arbeiter vor dem Ersten Weltkrieg". *Archiv für Sozialgeschichte* 16: 205-248.
- ROUDAUT, Emmanuel. 2009. "Repos hebdomadaire et respect du jour du Seigneur : le cas britannique". *Histoire, Économie & Société* 28 (3): 109-120.
- SCHELLE, Karl Gottlob. 1996 [1802]. *L'art de se promener*. Paris: Rivages.
- SCHNEIDER, Michael. 1984. "Der Kampf um die Arbeitszeitverkürzung. Von der Industrialisierung bis zur Gegenwart". *Gewerkschaftliche Monatshefte* 35 (2): 77-89.
- SIMKIN, John. 2020. "History of Westham United". *Spartacus Educational*. Consulté le 10 août 2021. <https://spartacus-educational.com/WestHamHistory.htm>.
- SLAPANSKY, Wolfgang. 1992. *Das kleine Vergnügen an der Peripherie: der Böhmisches Prater in Wien*. Vienne: Picus.
- TURCOT, Laurent. 2016. *Sports et loisirs. Une histoire des origines à nos jours*. Paris: Gallimard.
- VESPINI, Jean-Paul. 2013. *1903, le premier Tour de France*. Paris: Jacob-Duvernet.

As Festas de S. João em Angra do Heroísmo (1838-1928): de instrumento de reconciliação local a recurso de confraternização insular

MARIA MANUEL VELASQUEZ RIBEIRO*

Introdução

Os atos festivos, intemporais e universais na história das comunidades humanas, exprimem-se pela sua associação ao sagrado ao traduzirem a ancestral necessidade de lembrar, agradecer e aguardar novas dádivas proporcionada pela sazonalidade das colheitas. Essa expectativa envolve, naturalmente, o grupo, de modo que a celebração se torna um ato coletivo de comunhão e exaltação num tempo em que as rotinas se suspendem ciclicamente, dando lugar a que os comportamentos se aproximem e tendam a assemelhar-se, ao mesmo tempo que se estabelecem cumplicidades entre os grupos e as pessoas e quando, também, se concretizam transgressões (Ribeiro 2019, 7-8).

Acontece que vista na diacronia do tempo longo a festa tem o interesse historiográfico que Roger Chartier identificava como o de “un révélateur majeur des clivages, tensions et representations qui traversent une société” (Chartier, citado por Riley 1994, 324) observação que justifica a pertinência de estudos sobre o tema numa sociedade rica em manifestações festivas e, também, viveiro de tensões sociais como a açoriana.

* Universidade dos Açores, CHAM. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Portugal.
E-mail: mmvelasquez@sapo.pt

A ilha Terceira é, frequentemente, identificada como a mais festeira das ilhas dos Açores, afirmação que os próprios terceirenses parece corroborarem quando se mobilizam e envolvem intensa, individual e coletivamente para dar corpo a qualquer festividade. Famílias, grupos de amigos e vizinhos, coletividades e associações, entidades públicas e religiosas todos, de uma maneira ou de outra, contribuem para a festa, quanto mais não seja enquanto espectadores atentos e ativos comentadores. Ora, as festas populares dedicadas a S. João, em Angra do Heroísmo, são disto exemplo e a sua realização contribui, atualmente, para um expressivo reforço da economia local e para a afirmação da atratividade turística da ilha.

A sua génese recua ao século XVI e o seu percurso no tempo foi dando ocasião à incorporação de expressões culturais mais antigas, à integração de momentos de ensaio e experimentação de rituais públicos por parte de grupos sociais emergentes, à manifestação de excessos e às correspondentes ações reguladoras e disciplinadoras da cultura dominante. A memória da festa foi dando ocasião à realização de reinterpretações desse mesmo passado por parte das diferentes gerações que as foram herdando de modo que, como em muitas outras festas populares, elas são vividas como herança cultural e caucionadas pelo seu valor tradicional (Kirshenblatt-Gimblett citada por Ribeiro 2019, 8).

A festa que agora conhecemos é o resultando de uma combinação de “tradições” com idades e durações diversas e que são, agora, quer as sobrevivências quer os esquecimentos, indicadores das dinâmicas, das persistências e das ruturas que foram animando a sociedade angrense ao longo do tempo.

O registo e descrição das festas joaninas angrenses interessou alguns historiógrafos do final do século XIX e da primeira metade do século XX como João José Pinheiro (1890-1896) e Gervásio Lima (1929), que procuraram compulsar dados de épocas distantes, etnógrafos como Luís da Silva Ribeiro (1946 e 1948) e Frederico Lopes (1980), que recolheram dados das manifestações rurais e populares suas contemporâneas, e cientistas sociais atuais como Antonieta Costa (2002) e José Manuel Oliveira Mendes (2001), que procuraram interpretá-las. Mas a escrita da história tem-se cruzado com a exiguidade de fontes que descrevam as *performances* e os comportamentos de diferentes épocas (os cortejos, o arraial popular, as iniciativas dos vários grupos sociais e as ações sancionadoras e/ou reguladoras), enquanto outro marco do fazer desta história se traduziu no silêncio quase absoluto sobre as opções e as estratégias interpretadas desde o princípio do século XIX ao princípio do século XX, período a que se foram associando, genericamente, ícones anteriores e posteriores, vistos como invariáveis da tradição.

Nesse intervalo de quase 100 anos a emergência da modernidade das Luzes convulsionou e promoveu viragens marcantes na sociedade açoriana (e não só), sociedade que também sofreu a “influência dos padrões do novo modelo de festa imposto pela cultura dominante, o das comemorações cívico-patrióticas” (Riley 1994, 327) de modo que, em Angra, epicentro político-militar regional dessa alteração, as festas de S. João traçarão continuidades e linhas de rutura, e é delas que emergirá um novo modelo de manifestação festiva local: laica, municipalizada e heterogenia nos intervenientes sociais que integra e nas produções que realiza.

Com esta comunicação procuro fazer alguma luz sobre esse período e compreender esse processo de mutação.

Reconciliação e afirmação do ideário liberal

Nos *Anais da Ilha Terceira* Francisco Ferreira Drumond descreve os festejos de S. João na cidade de Angra de finais do Antigo Regime como manifestação que incorporava a realização de cavalcadas, danças e touradas nos dias costumeiros de 24 e 27 de junho (Drumond 1981, V, 76) e cuja organização estava a cargo da Confraria de S. João, confraria instituída ainda no século XVI no seio dos morgados locais.

Convém esclarecer o significado e a espessura diacrónica destas manifestações.

Em primeiro, as *cavalcadas*. O termo designava uma variedade de jogos equestres em que participavam, sobretudo, os elementos juvenis das aristocracias locais e que, de um ponto de vista formal podiam assumir um carácter lúdico e competitivo (a cavalcada-jogo), ou religioso e processional (a cavalcada-cortejo) na tipologia proposta por Carlos Riley (1994, 305-330). A palavra foi dicionarizada no século XVIII e vulgarizada no círculo da cultura erudita, mas ainda assim as cavalcadas resultavam de práticas semelhantes disseminadas por todo o Portugal medieval e do Antigo Regime, e, como se verá, a aristocracia angrense exibirá destrezas e haveres em frequentes manifestações do tipo cavalcada-jogo que os cronistas relatam.

Já as *danças*, na definição setecentista de Rafael Bluteau (1713, III, 8) são descritas como números integrantes das procissões, esclarecendo o primeiro que as danças mouriscas eram “dança antiga, de homens armados que, ao compasso e ao som do instrumento, andavam uns contra os outros e travavam huma espécie de batalha” distinguindo-as das danças das espadas, que não descreve. Em reforço desta descrição, na segunda edição do dicionário de Bluteau, já da responsabilidade de Moraes e Silva, acrescenta-se que as danças

eram feitas por homens armados ao som de instrumentos guerreiros (Morais 1789, vol. I, 359) de que uma sua variante, os Machatins, “eram dança mímica, antiga, em que os mascarados dançavam representando hum ataque na guerra, e talvez outras acções da vida” (*Ibidem*, vol. II, 39). Outro contributo descritivo aparece no relato dos festejos da aclamação de D. José, em 1752, em Lisboa, em cujo programa as danças são divertimento que se interpolava com outros eventos, como as touradas ou as procissões. A sua componente cénica era meticulosamente preparada e integrava a participação das figuras de “pretos, chinas e selvagens” (Pinto 2014, 38). Ribeiro Guimarães, no *Sumário de varia história*, regista que no final do século XIII “As corridas eram sempre precedidas de danças e carros ornados que vinham entreter os espetadores, até que chegava um capitão da guarda real, com faustoso sequito e fazia despejar a praça” (Guimarães 1873, vol. III, 76).

Destes contributos infere-se que a *dança* implicava a mimetização coreografada de uma ação (bélica ou outra) com acompanhamento musical, e que era intencional elemento de grande impacto visual onde a integração de figuras exóticas era relevante; enquanto reveladoras dos sistemas simbólicos coetâneos tinham um uso e alcance sociopolítico e não deixa de ser curioso lembrar a descrição da procissão do Corpo de Deus que se realizou em Angra a 17 de julho de 1651 que, além de funcionar como indicador cronológico, testemunha a atratividade popular de que as danças integradas na parte profana do cortejo foram alvo na cidade de Angra (Lopes 1965, 151).

Por último, as touradas. Importa salientar que autores como Fernando de Haro assinala que a tourada enquadra um longo processo de construção do monopólio da violência por parte da nobreza e da sua justificação com o mundo da guerra. É nesse âmbito que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, se opera a transformação do nobre guerreiro em cortesão processo a que se associará a codificação da *lide* taurina e a valorização dos aspetos estéticos e formais do espetáculo que se consagrará, como o conhecemos hoje, desde o século XIX (Haro 2019, 18). Em paralelo, as manifestações populares com touros associavam-se aos intemporais ciclos agrícolas, à demonstração juvenil de destreza e força num quadro de ausência de formalismos e de codificações, vulnerável à prática de excessos e, por isso, objeto de atenção, regulação ou proibição por parte das autoridades (*Ibidem*, 42-44).

Portanto, esta dupla (mas socialmente diversa) prática parece ter eco nos historiadores açorianos que se referem, *lato sensu*, à realização de brincos de touros que, como sabemos pelos dicionaristas mais antigos, estão associados às cavalcadas, por isso se dizia brincos de cavalcadas (Viterbo 1798, vol. I,

168-210) enquanto espetáculo associado a práticas aristocráticas. Inversamente, a regulação e proibição de que as touradas seriam objeto é lembrada pelas Constituições do Bispado, de 1588, que impediam que se corressem touros nos adros das igrejas¹ (citado por Lopes 1980b, 307-309). Apesar disso, a sua realização com caráter popular continuou a ser uma constante nas festividades populares terceirenses e que terá significativa expressão, e uso político, como adiante se verá.

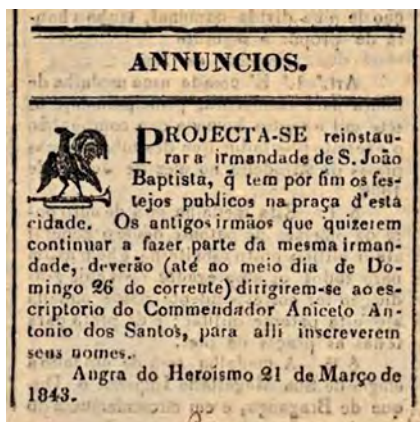
As festas só voltam a ser retomadas em 1838, escassos quatro anos após o fim da guerra civil, quando o periódico *O Angrense* lamenta o facto de as festas profanas dedicadas a S. João terem deixado de se realizar. O jornal não deixa de acrescentar, com ironia, que

os habitantes desta ilha não podiam, sem profunda magoa, ver passar em silencioso esquecimento, os dias que decorrem de 24 a 29 de junho, dias saudosos e faustos que lhes traziaão sempre à memória esses aprazíveis recreios, com que nossos antepassados conservavam em pacífica união todas as famílias, e insinuavam o mais inocente prazer em todas as classes de Cidadãos. (*O Angrense*, 14 de julho, 1838, 371)

Convergindo com essa inquietação a nova ordem procurou associar as festas e o entusiasmo popular que elas promoviam às liturgias cívicas do liberalismo de forma que a comissão encarregada de organizar os festejos dedicados ao juramento da Constituição, nesse ano, apresenta uma proposta de *Estatutos* para a criação de uma nova irmandade de S. João Batista que reinstaurasse e promovesse os festejos anuais (**fig. 1**). A mesma intenção parece ter determinado a organização de uma encamisada para que foram convidados quer morgados e filhos segundos da aristocracia local, quer comerciantes, funcionários e militares.

Ambas as propostas não se efetivaram, mas o regresso das festas decorreu com grande *entusiasmo patriótico e saudável convívio* numa clara intenção de conciliação social e, muito a propósito, o dia 22 de junho, uma sexta-feira, dia de Grande Gala e feriado do calendário festivo liberal que assinalava a revolta

1 O debate sobre a datação da introdução das touradas nos Açores, e particularmente na Terceira, suscitou controvérsia defendendo alguns autores que a sua realização apenas tivera início com a ocupação filipina do arquipélago. Frederico Lopes é um dos que se opõe a essa interpretação e para isso argumenta com a proibição das Constituições de onde depreende que se se proibiam, era porque se faziam, e pela data, eram-no antes da ocupação filipina.



1 Anúncio / convocatória da Irmandade de S. João. *O Angrense*, 23 de março, 1843, 1.

de 22 de junho de 1828, o dia da revolta que tornou Angra e a Terceira o centro da resistência liberal, também foi associado ao calendário festivo.

Por outro lado, tanto no programa das festas de 1838, como nos relatos que as memorializaram, a referência à comemoração do 10º aniversário da revolução teve papel destacado, e a participação do Batalhão de Caçadores dos Voluntários da Rainha contribuiu entusiasticamente para o seu sucesso ao interpretar hinos patrióticos e números de *danças*, na praça, em duas sextas-feiras e dois domingos e que se prolongaram até 10 de julho.

A descrição das danças apresentadas em 1838 é elucidativa do seu aspeto:

Na tarde do dia 22 de junho [...] À hora destinada, anunciada por uma girandola, entrou na Praça precedida de uma banda de música, uma dança em character Turco, (composta de Voluntários da Rainha) e ali executou com geral aplauso, diversas e bem traçadas figuras; as quaes findas se seguio a corrida de 15 ferocissimos toiros, que forão capiados por vários curiosos, com notável destreza; e neste enttretenimento se ultimou o dia, sem que um só motivo perturbasse a publica satisfação. Os dias 24 e 29, forão passados em iguais divertimentos. (*O Angrense*, 21 de julho, 1838, 375-376)

Pelo menos até à década de 1870, a realização de danças integrou o figurino da festa de praça, quer enquanto complemento da corrida de touros, quer em associação com outras animações como a ilusão da cadeirinha mágica, cavalhadas, mascaradas, lançamento de fogo de artifício ou de balões (*O Angrense*, 9 de julho, 1840, 811-813).

Provavelmente, as danças seriam, de facto, miméticas e, efetivamente, coreografadas porque assim as descrevem os jornais quando dizem que “os intervenientes executaram com o maior desempenho [...] as apropriadas passagens e gestos naturais dos habitantes d’aquelles lugares” ou quando alude aos “gestos naturaes d’aquella variedade da espécie humana”.

Depois da organização de 1838 a imprensa foi pondo a nu o debate sobre as tentativas de apropriação da organização das festas e foi salientando que

“todos falam n'ellas [nas festas], todos mostram grande empenho em que ellas se façam, mas ninguém se quer encarregar da sua direcção” (*O Angrense*, 2 de junho, 1842, 3-4). A situação parece ter sido desbloqueada em 1842 quando uma foguetada de cerca de 500 foguetes a saudar o dia 22 de junho, remata uma passeata pela cidade com um grande concurso de cidadãos entre os quais o, então, Visconde de Bruges que desta forma assume a liderança organizativa das festas.

A nova Irmandade de S. João é formalizada no ano seguinte — em abril de 1843 — com a eleição de uma comissão diretiva que codifica a sua atuação redigindo, finalmente, uns *Estatutos* (fig. 2).



2 Tuna Michaelense no jardim de Angra por ocasião das festas de S. João de 1894 ocasião em que atuou no *Teatro Angrense* e no *Club Popular União Ginásio* nas noites de 25 e 26 de junho. Instituto Cultural de Ponta Delgada CFD.00197.

A comissão era composta pelo Visconde de Bruges (Teotónio de Ornelas), pelo Comendador Aniceto António dos Santos, João do Carvalhal da Silveira, João Luiz Borges Teixeira, António da Silva Batista, o Dr. Nicolau Caetano Bettencourt Pitta e João Eduardo d'Abreu Tavares.² Todos são reconhecidos

2 Aniceto António dos Santos (? –1858) contratador do tabaco e arrematante dos dízimos; João do Carvalhal da Silveira (1809-1894) funcionário da Alfândega de Angra; João Luiz Borges Teixeira (1828-1862) vereador da Câmara de Angra; António da

liberais e, à exceção do morgado Teotónio de Ornelas e de João do Carvalho, os restantes são oriundos do funcionalismo e do mundo dos negócios pelo que a comissão ilustra o processo de substituição da elite dominante que então se operava, atribuindo a indivíduos de fora do tradicional círculo dos aristocratas ligados à terra e à criação de gado, a dinamização das festividades populares.

O entusiasmo do retomar dos festejos nem sequer foi ofuscado pelos tremores de terra que abalaram a cidade nos dias 23 e 24 de junho, nem pela passagem do famoso Grande Cometa de 1843³ avistamento interpretado como de bom presságio e que deu ensejo a que se fizesse mais um Bando anunciador alusivo àquele fenómeno astronómico.

A programação oferecida pela nova irmandade manteve a realização dos bandos, das encamisadas (uma variante da cavalhada-cortejo) e dos espetáculos equestres na praça, mostrando que a organização continuava a ter uma matriz formal inspirada no passado, tradição essa que se foi mesclando com novidades vindas da sociedade civil, efetivando, desse modo, a associação das festas populares aos propósitos de exaltação comemorativista e de reorganização social e urbana do liberalismo.

Passou a não se dispensar a realização de um desfile pelos espaços urbanos ligados à memória liberal e quando, em alguns dias, o monumento da Memória se mantinha iluminado (naturalmente, depois da sua conclusão, em 1856). A importante componente sonora da festa era amplificada através do lançamento de fogo de artifício e girandolas de foguetes, quer a partir do Largo da Memória, quer da Câmara Municipal, enquanto no Largo 22 de Junho (frente ao Palácio dos Capitães-Generais, e local onde tiveram lugar muitos dos acontecimentos daquele dia de 1828) atuavam bandas filarmónicas dando vivas à Rainha e à Constituição. Em 1843, o desfile foi encabeçado por uma “bellissima orchestra composta por mais de 25 instrumentistas amadores”.

Teotónio de Ornelas, enquanto figura de proa do movimento liberal, e, depois da sua morte, os seus correligionários, procurou capitalizar a memória da sua participação pessoal nesses acontecimentos do passado para a luta política do presente animando por isso um conjunto de iniciativas quer para o dia 22 de junho, quer para os dias seguintes. Dava-lhes, aliás, larga divulgação

Silva Batista (1800-1882) comerciante dedicado à importação e exportação; Nicolau Bettencourt Pitta (1790-1857) médico; João Eduardo d'Abreu Tavares (?). Para todos cf. Mendes e Forjaz 2007.

3 O **Grande Cometa de 1843** foi um super cometa que se tornou muito brilhante, e aquando do seu avistamento, em março/abril desse ano, desenvolveu uma espetacular cauda extremamente longa, a maior então observada.

no jornal que controlava, *O Angrense*, onde também se fazia a impressão dos folhetos com as quadras recitadas nos bandos, como o de 1861. É, portanto, no contexto da acesa luta política do rotativismo da segunda metade do século XIX que se percebe o envolvimento do conde na constituição e controle posterior de um tão útil instrumento de mobilização popular como a irmandade de S. João.

Os *Bandos* de S. João acomodavam-se à necessidade política do momento incorporando assuntos e realizando percursos do interesse dos partidos políticos e dos seus chefes e inspirando, dessa forma, as marchas e os desfiles pelas ruas da cidade de bandas de música acompanhadas por personalidades de relevo e em que, desde 1844, as festas liberais serão pródigas (Enes 2001, 59). Por exemplo, o bando de 1840 partiu da Rua da Miragaia, onde então estava instalada a redação d'*O Angrense*, e percorreu um longo trajeto passando pelo Largo do Palácio (naturalmente, o Largo 22 de Junho), a Praça Velha e a Rua do Galo com passagem pelo Solar dos Remédios, pela Guarita e Ermida de S. Lázaro, pela Ladeira de S. Francisco e ruas Direita, das Frigideiras, de S. João, da Sé, da Palha, dos Cavalos e de Jesus até à Travessa da Oliveira e ao Castelo, regressando à Estrada e Largo de S. Gonçalo, e depois do Largo das Covas até ao Largo de Santa Luzia e à Miragaia.

Entretanto, a realização de touradas e o seu papel no contexto da festa estava prestes a sofrer uma alteração profunda. As touradas à corda vinham-se generalizando e sendo objeto de descrição e debate na imprensa (Nogueira 1894), principalmente as realizadas pelas ruas da cidade.⁴ Os que se opunham argumentavam que, além de indignas numa sociedade civilizada, as touradas eram promovidas e usadas pelos caciques políticos e pelas Juntas de Paróquia (*Gazeta*, 23 de maio, 1888) como animadoras das classes populares, e que o governo civil as ia autorizando, ou proibindo, consoante os interesses do partido no poder. Este clima de oposição e crítica mostrou-se oportuno, especialmente entre 1847 e 1866, visto que com essa justificação como argumento se dificultou a realização de touradas na praça enquanto decorreram as obras de construção do novo edifício municipal, a obra emblemática do novo poder liberal.

Essa impossibilidade foi, também, a oportunidade para que, em 1850, o empresário José Mendes construísse a primeira praça de touros da ilha — a Praça da Inveja — (*O Angrense*, 30 de maio, 1850, 1) instalando-a no espaço da antiga cerca do convento de S. Sebastião.

4 Por exemplo, *O Angrense*, 15 de agosto, 1844, ou *A Terceira*, 5 de julho, 1877.

A nova construção enquadrava-se no propósito de especialização e arranjo dos espaços públicos tão do agrado do ideal liberal no que à organização das cidades dizia respeito, e a este espaço seguiu-se a construção de outros três com idêntica função, mas o que é certo é que a existência destes equipamentos dedicados à prática da tauromaquia acabou por favorecer a profissionalização da atividade e a estruturação de um calendário de espetáculos anual, fatores que contribuirão para a transformação dos festejos joaninos e para a “requalificação” dos que neles intervinham, além de promover a repercussão do seu prestígio no resto do arquipélago.

De facto, os empresários que arrendavam a praça constituir-se-ão como responsáveis pela organização da temporada, incluindo-se nesse pacote o dia de S. João, quando se realizava, sempre, uma corrida de touros, e também de várias corridas *em benefício* promovidas a favor de impérios do Espírito Santo, de asilos, sociedades diversas ou mesmo pessoas em particular, iniciativas que testemunham aspetos do modelo assistencialista da sociedade burguesa da segunda metade de oitocentos.

O maior número de espetáculos revelou-se num crescente jornalismo de especialidade cheio de sofisticadas análises e críticas às atuações e aos curros disponibilizados por um, também, cada vez maior número de ganadeiros, agora já não restritos ao círculo dos morgados terratenentes, mas alargado aos homens de negócios e aos proprietários rurais enriquecidos (Sousa 2004).

A contratação de artistas estrangeiros (bandarilheiros, toureiros e cavaleiros) que circulavam em tournées e que contracenavam com os aficionados locais, muitos deles amadores, passa a ser uma prática corrente nas duas últimas décadas de oitocentos. A sua presença favorecerá o apuro da arte de tourear (dos praticantes), e da arte de apreciar (dos espetadores) (Merelim 1986, 177), mas contribuiu, sobretudo, e decisivamente, para a construção da reputação taurina das festas angrenses, ela própria responsável pela animação de outros espetáculos como as *ferras* e as *tentas* que os criadores se esmeravam em organizar nas suas propriedades.⁵ Especialmente nas temporadas entre 1894 e 1898, celebrou-se a rivalidade entre os espadas espanhóis Pechuga e Juseíto, e de outros como Mateíto, que brilharam nas arenas a ponto de haver dupla tarde taurina em 1895, e granjearam à cidade fama e excursionistas vindos, propositadamente, das outras ilhas, muitas vezes em viagens extraordinárias concertadas com a companhia de transportes marítimos.

5 O ganadero Felix Machado Barcelos tentará recuperar e integrar a sua organização nas festas nas primeiras décadas de novecentos, mas sem resultado. Sobre o assunto cf. Lopes 1980, 321.

Apesar da pujança da componente tauromáquica a imprensa, em tom nostálgico, também ia fazendo a avaliação das festas acabando por reconhecer que já não rivalizavam com o brilho das que se haviam feito no passado porque se resumiam às touradas de praça.

O que é certo é que com o final do século, desaparecido o Conde da Praia e extinta, novamente, a Irmandade, as cavalcadas terão um papel importante enquanto performance emblemática da construção do passado, e por essa razão as realizadas em 1892 e 1897, serão modelo das que se lhe seguirão até ao segundo quartel do século XX.

Afirmação autonómica e confraternização insular

As reivindicações autonomistas que agitaram a sociedade açoriana na década de 1890 e primeira década de 1900 vão ser responsáveis pela realização de inúmeras manifestações de aproximação entre as ilhas com o propósito de demonstrar a fraternidade insular e promover o efetivo conhecimento mútuo.

A organização de visitas inter-ilhas com propósitos culturais, desportivos e lúdicos teve grande expressão e as festas de S. João são mais um pretexto e ocasião para esses intercâmbios com a vinda de excursionistas das outras ilhas, ainda entusiasmados com a fama das touradas da década de 1890, fama essa reforçada com as memórias mais antigas que, entretanto, iam sendo construídas (**fig. 3**).



3 Corrida de touros na antiga Praça de São João pela objetiva de um excursionista micaelense em Angra na década de 1890-1900. Instituto Cultural de Ponta Delgada CFD.02226

Com a chegada do novo século diversas iniciativas se realizavam pela cidade, embora tivessem um carácter disperso e fossem promovidas por diferentes entidades sem que uma organização comum lhes desse um sentido único. Apesar disto, a realização destas iniciativas dá conta que a intenção de manter o espírito festivo animava alguns indivíduos que consideravam ser necessário promover atividades de entretenimento destinadas aos forasteiros que continuavam a visitar a Terceira muito por conta das touradas de praça e de corda que se realizavam, embora sem o entusiasmo das décadas anteriores.

Neste contexto de algum desânimo será a filantropia e a assistência social que incentivarão a recuperação e reanimação das festas em 1908.

Com o intuito de auxiliar financeiramente a Cozinha Económica (constituída em 1897), um grupo de senhoras angrenses decide promover festejos no jardim público nos dias de S. João a que chamaram a Quermesse do Jardim.

As quermesses do jardim de Angra copiaram o modelo assistencial que a rainha D. Maria Pia inaugurara em Lisboa, em 1884, com a organização de uma grande quermesse na Tapada da Ajuda a que toda a Lisboa elegante acorreu. O objetivo da iniciativa da rainha era o de recolher fundos para a recém-constituída Associação das Creches e este modelo de filantropia replicar-se-á em muitas cidades do país (Vaquinhas 1996, 273-291), com as elites locais ensaiando e copiando os comportamentos e as sociabilidades da corte na capital (**fig.4**).



4 Quermesse no jardim de Angra na década de 1910. Coleção particular.

Em Angra, além de entradas pagas, do aluguer de cadeiras e da instalação de um bazar, a festa, que se prolongava inicialmente por três dias, contava com a atuação de bandas filarmónicas, jogos diversos, tombola, fogo de artifício, carrosséis e as novidades das sessões de audição de gramofone e da iluminação elétrica do jardim.

Com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em março de 1916, o Estado de Sítio é decretado na Terceira, mas, ainda assim, a quermesse desse ano teve lugar nos dias previstos e os organizadores promoveram a doação de 2/3 da receita aos mobilizados da Terceira, enquanto o jovem Vitorino Nemésio redigia “A fala das Quatro flores” para ser representada no jardim.

As dificuldades materiais do pós-guerra constituíram motivo redobrado para cumprir a missão assistencialista que se tinha adotado e por isso a festa no jardim foi encontrando razões para sobreviver, e motivo para que em alguns anos a festa se fosse prolongando até finais de julho e, por isso, perdendo em certa medida o seu carácter de festejo do santo popular.

Retomar, inovar e elevar o nível das festividades populares de S. João vai ser o objetivo dos promotores que decidem associar-se para organizar as festas de 1924, o mesmo ano em que a Missão Intelectual percorre o arquipélago entre 27 de maio e 22 de junho.

A Missão chega à Terceira a 13 de junho e, coincidência ou não, estando ao rubro, nesse ano e nesse contexto, o espírito de fraternidade e a ânsia de intercâmbio insular, é então que as Festas da Cidade (designação que a imprensa inaugura) retomam o fôlego.

Desta vez, o impulso partiu do, então, jovem jornal local *A Cidade*, fundado nesse mesmo ano de 1924, em associação com a Liga de Educação Física, organização também ela recentemente constituída, em 1921 (*O Desporto*, 5 de junho, 1921, 1-2) e que pugnava pelo incentivo da cultura física e pela regularização da prática dos jogos desportivos. Em ambos — Jornal e Liga — pontuavam figuras como o militar Frederico Lopes, o bibliotecário Gervásio Lima, o jurista Luís da Silva Ribeiro, o médico António Lino ou o pintor Francisco Maduro Dias.

A Cidade será incansável na organização e divulgação do evento, e, sobretudo, na mobilização da comunidade à participação nas diversas iniciativas a que atribuiu o importante papel de promotoras do desenvolvimento local enquanto instrumentos de captação de fluxos turísticos:

Temos, pois, o dever de receber o melhor possível aqueles que nos visitam, e mostrar-lhes tudo quanto possa atestar o nosso desenvolvimento industrial, comercial,

agrícola e intelectual, levando-os às nossas fábricas, pequenas ou grandes, às nossas associações de recreio e instrução, às nossas Casas de Caridade que muito nos honram, aos edifícios públicos, aos jardins, às nossas pastagens, às propriedades dignas de serem visitadas, finalmente a toda a parte onde se possa ver o nosso esforço, a nossa actividade, o nosso desenvolvimento pois é esse o fim das festas. [...] vai a Comissão organizar uma lista de tudo o que for digno de visita, para ser fornecida às estações de automóveis e trens. (*A Cidade*, 11 de junho, 1925, 3).

Os programas das festas deste período apresentam iniciativas que testemunham o empenhamento das entidades públicas (a Câmara Municipal e a Junta Geral) e dos privados (empresas e comerciantes da cidade) no seu sucesso, a ponto de incorporarem eventos que, ao serem replicados nos anos seguintes, passarão a ser vistos como “tradições”.

Mas além disso, o núcleo organizador integrou representantes de uma nova geração empenhada e interessada em temáticas e atividades diferentes das habituais como o desporto, a fotografia, ou as artes plásticas e performativas, o que acabará por se traduzir em programas cheios de inovações.

Testemunho desse sentimento é a própria abertura das festas de 1924 que se realiza com a inauguração do campo de jogos municipal — uma sugestão da *Liga* que dará lugar à realização de um pequeno torneio do jogo que começava a fazer furor — o foot-ball — e que contou com a presença de equipas vindas do Faial e do Pico, visto que não havia equipas em número suficiente na Terceira. Com o mesmo propósito, nos dias seguintes, as atividades desportivas continuaram a marcar forte presença: partidas de ténis no Lawn Tennis Club, provas de atletismo no Campo de Jogos e competições de natação no Porto de Pipas.

As touradas (à corda, em S. João de Deus, e de praça), as verbenas e os espetáculos de variedades (no Lawn Tennis e na cerca da Recreio dos Artistas), e a Quermesse no jardim público (recuperada da década anterior) são outros motivos de animação, mas os três eventos mais significativos e que concentrarão a atenção geral neste período foram o concurso fotográfico que tinha como propósito declarado a propaganda da terra e das gentes, a Batalha de Flores e os Jogos Florais que procuravam incentivar a produção poética local e contribuir para a “intelectualização” da festa que assim procurava assumir uma versão mais erudita.

A Junta Geral assumiu a realização de exposições agropecuárias, e por sua vez, industriais e comerciantes foram convocados para abrir as portas de empresas e lojas para que, nos dias convencionados, se realizassem visitas às fábricas e aos locais de interesse (**fig.5**).



5 Festa na Fábrica de Lacticínios de Alfredo de Mendonça, na Rua da Guarita, por ocasião da excursão micalense às Festas da Cidade em junho de 1919. Instituto Cultural de Ponta Delgada CFD.00279.

Tendo em conta a pujança da dinâmica organizativa das festas neste primeiro ano, no ano seguinte a dupla organizadora será substituída por uma comissão executiva presidida pela edilidade inaugurando-se dessa forma o modelo organizativo que perdurará pelos restantes quatro anos em que as Festas da Cidade se realizarão e marca, também, o início da municipalização da festa. Apesar de todos estes esforços as festas de 1928 marcam o início de um grande interregno na realização das festas de S. João em Angra.

Conclusões

No período de 100 anos analisado, a realização das festas de S. João em Angra moldou-se aos debates e às alterações com que a sociedade local se foi cruzando. Ao serem objeto de recomposição dos grupos sociais de suporte, as festas foram instrumento das elites do poder na construção da sua distinção e, também, agentes das transformações urbanísticas e arquitetónicas que a urbe foi incorporando.

Em termos organizativos a antiga confraria constituída no âmbito dos morgados terratenentes dará lugar a numa nova irmandade, mais eclética, que incorpora grandes comerciantes, industriais e indivíduos do funcionalismo dasaristocratizando o núcleo promotor alteração que se reflete na diversificação

dos lugares da festa agora não limitados ao eixo Sé / Palácio dos Capitães-Generais / Praça. Os espaços habituais de exibição pública da aristocracia dão lugar à construção de recintos específicos — as praças de toiros, o jardim, o campo de jogos — e os próprios circuitos de deambulação passam a integrar, primeiro os lugares da memória liberal e, depois, os lugares das atividades económicas a valorizar e os equipamentos afetos aos interesses dos grupos sociais emergentes: as lojas e as suas montras, e as fábricas, as exposições agro-pecuárias e industriais.

A diversificação social e de género dos promotores favorece a integração de iniciativas lúdicas inovadoras animadas pela voluntária colaboração das classes trabalhadoras de caixeiros, marçanos, aprendizes e operários que ganham voz e dinamismo para os quais as representações musico-teatrais e o desporto (primeiro o remo e o tiro, depois a natação e o futebol) passarão a ter especial relevância; enquanto às mulheres a filantropia torna possível a participação nos núcleos organizativos de eventos.

A desaristocratização dá lugar à progressiva laicização dos festejos dissociando as cerimónias religiosas — que passam a remeter-se para a ermida de S. Lázaro (geográfica e, mesmo, simbolicamente) numa localização excêntrica na urbe — dos acontecimentos populares mais marcantes e significativos para a comunidade.

O apelo à fraternidade insular no âmbito da promoção dos ideais autónomos incentivará o lazer comercial em que os espetáculos pagos (as touradas de praça, as récitas, os concertos e as quermesses) são dominantes na programação, mas em que a construção do carácter turístico do evento determinará a emergência da sua municipalização enquanto modelo de estrutura organizativa das festas que se manteve até hoje (**fig.6**).

Surge, portanto, deste conjunto de dados e incursões a convicção do significado transformador que este período de 100 anos encerra, e de como inaugurou uma nova cultura dos divertimentos populares na cidade de Angra do Heroísmo.



6 Iluminação na Praça Velha durante as Festas da Cidade de 1925 retratadas na revista *Açores* de junho desse ano.

Fontes

Angrense (O), n.º 93, 14 de julho, 1838; n.º 94; 21 de julho, 1838; n.º 144, 11 de julho, 1839; n.º 196, 9 de julho, 1840; n.º 295, 2 de junho, 1842; n.º 341, 20 de abril, 1843.

Cidade (A), n.º 24, 11 de junho, 1925.

Desporto (O), n.º 3, 5 de junho, 1921.

Gazeta de Notícias, n.º 99, 23 de maio, 1888.

Bibliografia

BLUTEAU, Rafael. 1713. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero...* autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinios... / pelo Padre D. Raphael Bluteau. Vol. 3. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu.

COSTA, Antonieta. 2002. *As festas Sanjoaninas e as suas origens mais remotas: estudo comparativo documental*. Guimarães: Universidade do Minho; Núcleo de Estudos de População e Sociedade / Instituto de Ciências Sociais.

DRUMOND, Francisco Ferreira. 1981. *Anais da Ilha Terceira*. Vol. V. Angra do Heroísmo: SREC.

HARO, Fernando A. 2019. *O processo civilizacional da tourada: guerreiros, cortesãos, profissionais... e bárbaros?*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.

- LIMA, Gervásio. 1929. *Festas de S. João na ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Tip. Insulana.
- GUIMARAES, Jose Ribeiro. 1873. *Summario de varia historia: Narrativas, lendas, biographias, descrições de templos e monumentos, estadisticas, costumes, civis, politicos e religiosos de outras eras*. Lisboa: Ed. Rolland & Semiond.
- LOPES, Frederico. 1980. "As festas de S. João". In *Ilha Terceira. Notas Etnográficas*, 291-303. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- MENDES, José M. O. 2001. "As cidades em festa. Identidades performativas e o jogo das tradições." In *Cidade e Metrópole. Centralidades e marginalidades*, org. Magda Pinheiro, Luís V. Baptista & Maria João Vaz, 195-211. Oeiras: Celta Editora.
- MENDES, A. M. & Jorge Forjaz. 2007. *Genealogias da Ilha Terceira*. Lisboa: Dislivro Histórica.
- NOGUEIRA, J. V. Paula. 1894. "Folhetim: Touros de corda". *A União*, 4-5 de julho: 2.
- PINHEIRO, João J. 1890-1896. *Épocas Memoráveis da ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Typ. d'A União.
- PINTO, Isabel. 2014. "Festas bravas: a anatomia do outro golpe". *Krypton* 3: 29-41. Acedido a 1 de outubro, 2021. <http://ojs.romatrepress.uniroma3.it/index.php/krypton/article/view/73>.
- RIBEIRO, Luís da S. 1946. "Sortes de S. João". *Boletim do IHIT* 4: 301-302.
- RIBEIRO, Luís da S. 1947. "As festas e tradições populares de S. João na ilha Terceira". *Açoreana* 4 (2): 127-148.
- RIBEIRO, Luís da S. 1948. "O S. João". *Diário Insular*, 24 de junho: 1, 3.
- RIBEIRO, Rita, Manuel Pinto & Maria Lima. 2019. "Nota Introdutória: ressignificações de festa e identidades comunitárias". *Revista Lusófona de Estudos Culturais* 6 (2): 7-14. <https://doi.org/10.21814/rlc.2365>.
- RILEY, Carlos. 1994. "As cavalhadas. Raízes medievais e evolução histórica (contribuição para o estudo da festa nos Açores)". *Insulana* 50 (2): 305-330.
- SILVA, António de Moraes e. 1789. *Diccionario da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau reformado e acrescentado por António de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- SOUSA, Paulo Silveira e. 2004. "As elites, o quotidiano e a construção da distinção no distrito de Angra do Heroísmo durante a 2ª metade do século XIX". *Arquipélago-História*. 2ª série (8): 113-178.
- VAQUINHAS, Irene. 1996. "As quermesses como uma forma específica de sociabilidade no século XIX. O caso da quermesse da Tapada da Ajuda em 1884". *Biblos* 72: 273-291.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. 1798. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usarão e que hoje regularmente se ignorão...* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

A Primeira Orquestra Sinfónica nos Açores*

ISABEL ALBERGARIA SOUSA**

Introdução

Em 1915, em plena Primeira Guerra Mundial, a cidade de Ponta Delgada assistia a um novo e arrojado projecto musical. A ameaça da guerra e o ambiente de apreensão não detiveram a iniciativa de um grupo de cidadãos de “criar um gosto elevado pela música no nosso meio”,¹ uma aposta sem paralelo que durou dois anos num período de guerra. Nascia a *Orquestra Sinfónica da Academia Açoreana de Amadores de Música*.

Pela sua localização geográfica, os Açores foram um importante entreposto de reabastecimento e de comunicações do Atlântico Norte durante a Grande Guerra, com particular movimentação de navios e de militares nas duas maiores cidades, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo (Rezendes 2018, 11-14). Inevitavelmente, os cenários do quotidiano destas duas cidades alteraram-se, as formas de sociabilidade e de lazer em contexto não rural tiveram de se adaptar e de se ajustar a uma nova realidade.

Felizmente, permaneceram em funcionamento os dois maiores teatros dos Açores, o Teatro Micaelense, em Ponta Delgada (inaugurado em 1864) e o Teatro Angrense, em Angra do Heroísmo (inaugurado em 1860), apresentando sobretudo operetas e géneros músico-teatrais de fácil montagem e impacto

* A autora deste capítulo não utiliza o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90), tendo sido respeitada a grafia portuguesa anterior ao mesmo.

** CESEM NOVA FCSH-UNL.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9601-1780>. E-mail: belalbergariasousa@gmail.com

1 *A República*, 4 de Fevereiro, 1916.

junto do público, além de espectáculos com músicos locais. Embora a presença de uma formação orquestral de dimensão e constituição variadas fosse habitual nos dois teatros dos Açores, a música instrumental na sua dimensão sinfónica não fazia parte das agendas dos teatros, logo, não tinha expressão nos Açores.

Este artigo resulta de um estudo preliminar que se espera vir a ser mais aprofundado e que pretende, para já, trazer à luz uma orquestra cuja existência se desconhecia e que nunca foi estudada, enquadrando-a no tempo e no espaço. São identificados os proponentes e os intervenientes e apresentada a actividade desenvolvida na sociedade micaelense, numa época particularmente conturbada financeira e socialmente, duas importantes condições para o incremento deste tipo de iniciativa.

Breve enquadramento sobre a recepção da música sinfónica em Portugal

A recepção tardia da música sinfónica em Portugal tem sido associada não só à grande influência da música operática italiana — que dominou a paisagem musical portuguesa desde o século XVIII, incluindo a música sacra —, mas também às circunstâncias históricas e políticas que marcaram o século XIX, como as invasões francesas, a fuga da família real para o Brasil e as lutas liberais, que criaram um ambiente de grande instabilidade não propício a inovações artísticas.

Nos Açores da segunda metade do século XIX, além da hegemonia da tradição italiana nos teatros e nos espaços religiosos (Albergaria Sousa 2006, 119-166; 2018, 142-211), proliferaram as bandas militares e regimentais, que estiveram na origem da formação das bandas filarmónicas (Torre & Almeida 2015), como resultado do movimento associativista filarmónico que até hoje caracteriza a vivência musical nos Açores. No início do século XX, as igrejas, os teatros, os coretos e as associações recreativas e artísticas representavam espaços de sociabilidade e de lazer em todo o arquipélago, palcos de uma panóplia de manifestações musicais que traduzem o contexto sociomusical insular da época, do qual não fazia parte a música sinfónica.

No território continental, as tentativas de introduzir repertório instrumental de raiz germânica já disseminado na Europa — representado pelos clássicos vienenses Wolfgang Amadeus Mozart, Joseph Haydn e Ludwig van Beethoven — vão surgindo pontualmente ao longo do século XIX, acentuando-se a partir do final do século XIX, com Bernardo Moreira de Sá (que criou a sociedade Orpheon Portuense, no Porto, em 1881) e Viana da Mota (que criou a Sociedade de Concertos de Lisboa, em 1917, e assumiu a direcção

dos concertos sinfónicos da Orquestra Sinfónica de Lisboa, a partir de 1918). O próprio Francisco de Lacerda (1869-1834), músico jorgense com carreira internacional, habituado que estava às sociedades de concertos francesas, empreendeu a criação de uma orquestra sinfónica em Lisboa, no ano de 1923 — Filarmonia de Lisboa —, que não durou mais do que um ano (Albergaria Sousa 2019, 34). Estes e outros exemplos que se seguiram, que nem sempre vingaram no tempo, evidenciam uma clara aposta na música sinfónica.

Uma formação orquestral para interpretar repertório sinfónico, por exemplo de Beethoven, exige uma capacidade instalada de grande envergadura, não só pelo número, mas também pela proficiência técnica dos músicos. Se a consolidação de orquestras sinfónicas no continente não fora um projecto linear, mais difícil seria nos Açores, pelos constrangimentos na formação de músicos e respectiva disponibilidade e na manutenção da orquestra, tendo em conta a actividade que se podia antever. No entanto, contrariamente ao expectável, no que se refere à música instrumental sinfónica, os Açores — e, no caso aqui em análise, a ilha de S. Miguel — foram permeáveis às tendências musicais do país num tempo alinhado com o da capital.

Do projecto à prática

Em 11 Dezembro de 1915, o jornal *A República* dá a notícia da formação de uma orquestra sinfónica em Ponta Delgada — o concretizar de um desejo partilhado por várias pessoas — sob o título “Uma arrojada iniciativa — Orquestra Sinfónica — A sua constituição, as obras que tenciona executar no primeiro concerto — Uma interessante entrevista com o seu maestro Sr. José Cordeiro”:

Até que enfim temos o prazer de comunicar aos nossos leitores que está definitivamente organizada entre nós uma orquestra sinfonica! O facto é verdadeiro por mais extraordinário que pareça.

Podemos garantir que vamos ter o prazer de ouvir genuína musica sinfonica, que é a mais elevada expressão da arte. Quando ouvimos pela primeira vez falar neste arrojado empreendimento não quisemos acreditar na sua realização.

Pois quê? Era lá possível reunir no nosso acanhado meio artístico um número de músicos suficiente e apto a executar musica sinfonica? Era lá possível que Ponta Delgada disfrutasse o privilegio que só raríssimas cidades do continente, como Lisboa e Porto, gosam? [...] quando nos disseram que á frente d'esse empreendimento estavam estes dois nomes: José Maria Cordeiro, e Jacinto d'Arruda (*A República*, 11 de Dezembro, 1915).

O nome de José Maria Cordeiro, desconhecido no meio musical açoriano até então, surge como figura de proa do projecto da Orquestra Sinfónica em Ponta Delgada. Em 28 de Julho de 1915, a imprensa local anunciava a sua chegada à ilha de S. Miguel, na qualidade de sub-chefe da banda do regimento da Infantaria 27, nomeado chefe de música de 3.^a classe e colocado na banda de Infantaria 26.² José M. Cordeiro viria da Madeira, onde criou e dirigiu a Orquestra Sinfónica Funchalense em 1914 (Esteireiro 2010, 671). Ainda de acordo com a imprensa, o alferes José M. Cordeiro foi aluno laureado do Conservatório Nacional, tendo frequentado nessa instituição os cursos de solfejo, harmonia e composição. Foi igualmente o primeiro classificado no concurso para pensionistas do estado para estudos no estrangeiro, a que não pôde aceder pelas circunstâncias da guerra.³ Terá sido também administrador do periódico musical *Echo Musical*, publicado em Lisboa entre 1911 e 1931.⁴

Jacinto Botelho Arruda, o outro nome avançado pela imprensa micalense e associado à Orquestra Sinfónica, era uma figura conhecida no meio social e cultural de Ponta Delgada. Foi director do Gabinete Bacteriológico da Junta Geral em Ponta Delgada, médico de profissão (Rodrigues 2003, 128) e presidente da comissão instaladora da Academia Açoriana de Amadores de Música de Ponta Delgada,⁵ a entidade a que estava associada a Orquestra Sinfónica.⁶ Os estatutos dessa Academia viriam a ser aprovados em 28 de Abril de 1916,⁷ estabelecendo-a como associação educativa, que tinha como objecto a cultura e o desenvolvimento da arte musical, por meio de várias acções, designadamente a organização de uma orquestra (cuja escolha do maestro cabia à direcção da Academia), e a instituição de aulas de música.⁸ Dos objectivos iniciais da Academia Açoreana de Amadores de Música apenas há notícia da constituição da orquestra, assim como da realização de um encontro

2 *Diário dos Açores*, 28 de Julho, 1915.

3 *A República*, 28 de Julho, 1915.

4 Biblioteca Nacional de Portugal: <https://purl.pt/29259>, consultado a 30 de Dezembro, 2021.

5 *A República*, 12 de Abril, 1916.

6 *A República*, 18 de Dezembro, 1915.

7 Guardados no espólio de Francisco de Lacerda que se conserva no Museu de Angra do Heroísmo, MAHFL6675.

8 Cf. artigo 1.º dos Estatutos da *Academia Açoreana de Amadores de Música*. MAHFL6675. A tentativa de lançar uma orquestra ligada a uma escola já tinha sido implementada em Lisboa, em 1884, com a constituição da Orquestra Real da Academia de Amadores de Música, que funcionou por largos anos, mantendo-se ainda hoje a Academia, com o mérito que lhe é reconhecido.

de filarmónicas na maior festividade religiosa nos Açores — o Senhor Santo Cristo dos Milagres —, em 1916 e 1917.⁹

Não deixa de ser intrigante a presença dos estatutos da Academia no espólio de Francisco de Lacerda, ele que era um maestro conceituado de grandes orquestras europeias e que seria a pessoa mais credibilizada para dirigir uma orquestra sinfónica, ainda mais encontrando-se nos Açores desde 1913, após vários anos em Paris, passando longas temporadas na ilha de S. Miguel (Albergaria Sousa 2019, 29-36). O nome de Lacerda surge apenas numa carta do Governo Civil de Ponta Delgada, datada de 15 de Junho de 1917, a convidá-lo para dirigir a Orquestra Sinfónica numa grande festa em benefício das famílias dos soldados micalenses mobilizados ou da Cruz Vermelha a realizar-se no final de 1917, tendo como maestro ensaiador José M. Cordeiro.¹⁰ Por motivos desconhecidos, Lacerda não empunhou a batuta para dirigir a Orquestra Sinfónica, nem nesse concerto nem em nenhum dos restantes, o que suscita a hipótese de ter considerado o projecto impraticável, à luz dos modelos a que estava habituado e atendendo aos recursos disponíveis.

A participação de músicos militares nas manifestações musicais da sociedade civil era uma prática comum, como na actividade do Teatro Micaelense (desde a sua abertura em 1864), estendendo-se também às cerimónias religiosas, dada a falta de efectivos profissionais, sobretudo nos instrumentos de sopro. Prova disso é, por exemplo, a composição de alguns hinos religiosos por músicos militares, designadamente o conhecido hino do Senhor Santo Cristo dos Milagres, escrito por Manuel José Candeias no século XIX. Naturalmente, uma parte significativa dos instrumentistas da Orquestra Sinfónica era militar, juntando-se outros músicos, muitos deles amadores, com diferentes ofícios, desde comerciantes locais ao já referido médico Jacinto Botelho Arruda, que era violoncelista. A presença de duas mulheres violinistas — Haydea Flores e Laudalinda Medeiros¹¹ (embora não se tenham apresentado em todos os concertos) — não deixa de ser uma clara expressão da emancipação feminina. Assim se formava a primeira Orquestra Sinfónica nos Açores.

Dirigir uma orquestra dessa natureza, com os recursos instrumentais existentes e com diferentes níveis de proficiência dos seus efectivos, não seria,

9 *A República*, 12 de Abril, 1916, e *Diário dos Açores*, 12 de Maio, 1917.

10 Museu de Angra do Heroísmo, MAHFL5139.

11 Cf. Programas do 1.º concerto (Museu de Angra do Heroísmo, MAHFL3903), dos 2.º e 3.º concertos (Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Fundo da Sociedade Teatral Micaelense, caixa 12, documento 3028), do 4.º concerto (sem referência, do 5.º concerto (BPARPD/STM/cx12/Doc3341).

seguramente, tarefa fácil. Apesar disso, escutaram-se pela primeira vez, por exemplo, obras de Beethoven em S. Miguel.

Os concertos da Orquestra Sinfónica

Sob a designação de Orquestra Sinfónica, contabilizam-se oito concertos entre 18 de Dezembro de 1915, data da estreia da orquestra no Teatro Micaelense, e 10 de Maio de 1917, inauguração do Coliseu Avenida, a maior casa de espectáculos dos Açores, passando a Coliseu Micaelense a partir de 1950. Todos os concertos tiveram a direcção de José M. Cordeiro. O efectivo instrumental, distribuído por todos os naipes de uma orquestra, oscilou entre 38 e 45 elementos. Os sopros e a percussão mantiveram-se estáveis, registando-se algumas oscilações nas cordas (fig. 1).

Para o concerto de estreia, a 18 de Dezembro de 1915, juntou-se à orquestra um coro de 62 vozes masculinas, o *Orpheon*. O repertório foi variado, intercalando peças de maior complexidade com outras mais acessíveis e populares, como forma de cativar os ouvintes menos conhecedores. Merecem destaque o 1.º andamento da 5.ª Sinfonia de Beethoven, excertos de obras de Hector Berlioz e Edvard Grieg, actualmente famosas, e ainda peças do próprio maestro José M. Cordeiro, nomeadamente a Sinfonia n.º 1 em Lá menor, op. 5, e a Cantata “Primavera”, op. 4.

A crítica ao concerto foi muito positiva,¹² com destaque para as composições do maestro José M. Cordeiro, tendo sido sugerida na imprensa a redução do preço dos bilhetes, para uma maior afluência de público aos concertos.¹³

O segundo concerto da Orquestra Sinfónica teve como convidado o pianista local Licínio Costa. A escolha do repertório seguiu o mesmo princípio do primeiro concerto, acrescentando-se compositores como Felix Mendelssohn-Bartholdy, Georg Friedrich Händel e Luigi Boccherini, e mantendo-se Beethoven e Grieg. Foram interpretadas duas obras completas, ambas do maestro José M. Cordeiro — uma sinfonia em Lá menor, em quatro andamentos, e a *Primeira Rapsódia de Cantos Populares Micaelenses*, op. 8. Segundo a imprensa, o concerto foi muito aplaudido, recaindo a preferência, novamente, nas obras compostas pelo maestro.¹⁴ O público acorreu em menor número,

12 *Diário dos Açores*, 20 de Dezembro, 1915.

13 *A República*, 23 de Dezembro, 1915.

14 *Diário dos Açores*, 5 de Fevereiro, 1916.

CONCERTO/ DATA/ LOCAL	EFFECTIVO INSTRUMENTAL				OUTROS	FONTES
	Cordas	Sopros	Percussão	Total		
1.º concerto 18 Dez. 1915 Teatro Micaelense	24	15	3	42	62 vozes	MAHFL3903
2.º concerto 4 Fev. 1916 Teatro Micaelense	26	16	3	45	Pianista	BPARPD/STM cx. 12, doc. 3028
3.º concerto 23 Fev. 1916 Teatro Micaelense	22	16	3	38	Sem coro	BPARPD/STM cx. 12, doc. 3028
4.º concerto 4 Jun. 1916 Ginásio do Liceu	S/ ref.	S/ ref.	S/ ref.	S/ ref.	S/ ref.	<i>Diário dos Açores</i> , 2 Junho de 1916 e <i>A República</i> , 10 de Junho de 1916
5.º concerto 22 Jun. 1916 Ginásio do Liceu	24	16	3	43	Sem coro	BPARPD/STM cx12, doc. 3341
6.º concerto 20 Jan. 1917 Teatro Micaelense	25	16	3	44	Sem coro	BPARPD/STM cx. 12, doc. 3029
7.º concerto 17 Mar. 1917 Teatro Micaelense	26	16	3	45	Sem coro	MAHFL8729
8.º concerto 10 Mai. 1917 Coliseu Avenida	26	16	3	45	Vozes solistas e coro	BPARPD/STM cx. 12, doc. 3142

1 Efectivo instrumental dos concertos da Orquestra Sinfónica.

devido ao elevado preço dos bilhetes.¹⁵ Registou-se ainda uma nota muito dissonante por parte do crítico J. Belmiro (talvez um pseudónimo) na imprensa local, que ataca o maestro e aponta as fragilidades da orquestra, sobretudo na interpretação do 1.º andamento da 5.ª Sinfonia de Beethoven, afirmando o articulista que Beethoven “bateu espavorido em alada fuga aos primeiros acordes da orquestra”.¹⁶ A resposta do maestro, também na imprensa,¹⁷ realça, por um lado, a dificuldade na interpretação de obras complexas, expondo, por outro, a incompetência e a falta de familiaridade com o repertório por parte do crítico.

O maestro José M. Cordeiro também justifica na imprensa a questão do valor dos bilhetes, invocando os custos de uma orquestra desta natureza e a incapacidade de serem integralmente suportados pela Academia. Num difícil equilíbrio entre a necessidade de ter público e o compromisso com as despesas efectivas, o maestro apresenta um discurso de sensibilização para um novo paradigma do repertório musical.¹⁸

No final do mês de Fevereiro de 1916, a Orquestra Sinfónica regressa mais uma vez ao palco do Teatro Micaelense para o terceiro concerto, com preços de bilhetes mais acessíveis¹⁹ e um programa que mantém a linha dos anteriores, com a adição de peças de Franz Schubert e de Mozart. É interessante verificar que o maestro aposta novamente na execução do 1.º andamento da 5.ª Sinfonia de Beethoven e em excertos de *Peer Gynt*, Suite n.º 1, op. 46, de Grieg, precisamente as obras que tinham merecido duras críticas pelo articulista atrás referido.

As obras entretanto realizadas no edifício do Teatro Micaelense deixaram a orquestra sem local de ensaios e prejudicaram, em certa medida, a regularidade dos concertos. Assim, o quarto concerto da Orquestra Sinfónica teve lugar apenas a 4 de Junho de 1916, no Ginásio do Liceu de Ponta Delgada. Graças à cedência do espaço, o preço dos bilhetes foi ainda mais acessível, o que antes não era possível devido aos custos do aluguer da sala do Teatro Micaelense.²⁰ Dias após o concerto, o maestro José M. Cordeiro faz uma conferência intitulada “Como se deve ouvir música — Beethoven e a 5.ª sinfonia”, a convite da direcção da Caixa Escolar, que foi publicada na íntegra na imprensa local

15 *A República*, 8 de Fevereiro, 1916.

16 *Gazeta Judicial*, 10 de Fevereiro, 1916.

17 *A República*, 20 de Fevereiro, 1916.

18 *A República*, 10 de Junho, 1916.

19 *Diário dos Açores*, 23 de Fevereiro, 1916.

20 *Diário dos Açores*, 2 de Junho, 1916.

e acompanhada pela orquestra para execução dos exemplos musicais.²¹ Com um propósito claramente pedagógico, essa conferência seria uma estratégia de persuadir o público a receber um novo repertório, em particular a música de Beethoven, pouco conhecida e, por isso, de mais difícil aceitação, mas também pretendia rebater a crítica negativa à prestação da orquestra atrás mencionada. Além disso, o maestro fez referência a uma peça da sua autoria — *Primeira Rapsódia de Cantos Populares Micaelenses*, op. 8 — na qual utiliza uma melodia popular açoriana, “Folgadinho”, em jeito de resgate da música popular como elemento identitário que normalmente atrai os ouvintes.²²

O sucesso desse concerto levou à apresentação de um quinto concerto, no mesmo local, ainda no mês de Junho. Das obras então executadas, destaca-se a abertura da ópera *Don Giovanni* de Mozart e uma abertura do maestro José M. Cordeiro, *À Pátria*. Mais uma vez, não se deixou de incluir obras que acolheram boa recepção do público, como a *Marcha Nupcial* de Mendelssohn.

A Orquestra Sinfónica voltou ao Teatro Micaelense para a temporada de 1917 com concertos em Janeiro e em Março, interpretando repertório de compositores nunca escutados em S. Miguel, como Carl Maria von Weber e Richard Wagner. Com estes concertos consolidava-se a presença da Orquestra Sinfónica no meio musical micaelense e a adesão do público, num ambiente social e económico marcado pelo assombro da guerra, e com Portugal como beligerante desde Março desse ano. Justamente para ajudar os soldados portugueses enviados para a Guerra, a orquestra colaborou num espectáculo patriótico, realizado no Teatro Micaelense a 21 de Abril de 1917, cuja receita reverteria para a Cruz Vermelha.²³

Nessa época instável, a inauguração do Coliseu Avenida, a 10 de Maio de 1917, foi o evento cultural mais importante e, por isso, contou com a presença da Orquestra Sinfónica, acompanhada de um coro de estudantes do Liceu e vozes solistas. O êxito foi descrito em várias páginas da imprensa local com reiterados elogios ao desempenho da orquestra.²⁴ Após este concerto, seguiram-se mais dois concertos no Coliseu, nos meses de Outubro e Dezembro do mesmo ano, mas a Orquestra Sinfónica é agora referida como “grande banda”, embora o repertório se tenha mantido dentro do mesmo género.

21 *A República*, 10 de Junho, 1916.

22 *Ibidem*.

23 *Diário dos Açores*, 20 de Abril, 1917.

24 *Diário dos Açores*, 11 de Maio, 1917.

Esta alteração de denominação pode ter duas interpretações: falta de rigor da imprensa local, o que parece pouco plausível, atendendo à familiaridade que já existia com a actividade da orquestra, ou a dissolução da Orquestra Sinfónica como estrutura própria e autónoma. Esta última hipótese ganha força se se tiver em conta que a vida em Ponta Delgada se alterou substancialmente a partir do ataque do submarino alemão *Deutschland*, em Julho de 1917, sobretudo ao nível dos efectivos militares, que constituíam a maior parte da orquestra. Sem a participação dos militares, a orquestra teria dificuldades em apresentar-se regularmente. Outra hipótese é a transferência do maestro para outra localidade fora dos Açores. Por sua vez, o projecto da Academia enquanto instituição educativa também não se concretizou, frustrando os objectivos fixados nos estatutos.

Conclusão

Independentemente da efemeridade da actividade da Orquestra Sinfónica e da qualidade musical das suas apresentações, não deixou de ser um projecto pioneiro que marcou a vida cultural de Ponta Delgada de forma regular durante dois anos, numa época de fraquíssima prosperidade. Representa uma iniciativa arrojada para acompanhar as tendências musicais da época, numa geografia ultraperiférica e insular, criando novos públicos e novas vivências culturais no âmbito da música que, de outra forma, não teriam sido possíveis.

A actividade da Orquestra Sinfónica proporcionou a consolidação de hábitos musicais e de formas de sociabilidade. Teria sido uma importante alavanca para o ensino da música e para a formação de públicos, tal como se pretendia com a criação da Academia de Amadores. Uma outra academia surgiria em 1922, a Academia Musical de Ponta Delgada, antecessora do Conservatório Regional de Ponta Delgada. Por enquanto, não se conhece a relação de causa e efeito entre as duas academias, o que poderá vir a ser um importante eixo de investigações futuras.

Considerando o estado embrionário dos estudos sobre música nos Açores na primeira metade do século XX, este artigo é o primeiro contributo para uma investigação mais aprofundada e sistematizada, que certamente alterará a visão que temos dessa época e abrirá novos e interessantes caminhos.

Fontes

BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL DE PONTA DELGADA, Fundo da Sociedade Teatral Micaelense.

MUSEU DE ANGRA DO HEROÍSMO, Espólio Francisco de Lacerda.

Periódicos

Diário dos Açores

Gazeta Judicial

República (A)

Bibliografia

ALBERGARIA SOUSA, Isabel. 2006. “O Teatro Micaelense e a sua actividade musico-teatral entre 1864 e 1898”. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

ALBERGARIA SOUSA, Isabel. 2018. “Os órgãos históricos dos Açores (1788-1892): construtores, características e repertório”. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

ALBERGARIA SOUSA, Isabel. 2019. “Francisco de Lacerda nos Açores: um exílio voluntário”. *CulturAçores – Revista de Cultura* 11: 29-36.

ESTEIREIRO, Paulo. 2010. “A música como Pretexto de Sociabilidade na Madeira (1880-1926)”. In *Actas do Seminário República e Republicanos na Madeira (1880-1926)*, 25 a 29 de Outubro, 661-679. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.

REZENDES, Sérgio. 2018. *Depósito de Concentrados Alemães na Ilha Terceira – A História de uma reclusão forçada (1916-1919)*. Lisboa: Caleidoscópio.

RODRIGUES, Henrique. 2003. “O Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada”. *Insulana* 59: 101-176.

TORRE, Marco & José Almeida. 2015. *Banda Militar dos Açores – Uma referência cultural*. Ponta Delgada: Letras Lavadas, Zona Militar dos Açores.

A praia está na capa: uma abordagem transnacional de representações de revistas ilustradas dos anos 1920

MARISSA GORBERG*

Introdução

A interação humana com as praias, longe de ser uma inclinação inata ou circunscrita a esquemas ontológicos, tem sofrido alterações ao longo do tempo, imersa em um longo percurso de construção social. Por detrás da aparente naturalidade do hábito consagrado de frequentar a faixa litorânea com objetivos de turismo, esporte e lazer, há um extenso processo de transformação do banho de mar e da estadia nas praias em prática considerada civilizada, atravessada por clivagens de classe, gênero, raça, idade, entre outros marcadores sociais.

Sabemos que, após séculos de temor e distância das praias, o hábito de frequentá-las foi fomentado em Inglaterra no século XVIII em meio a um processo de secularização, recomendado para questões de saúde, como uma extensão do *spa*; a prática se espalhou por França, Bélgica e Holanda e no século XIX alcançou também partes da Alemanha, Escandinávia, o Mediterrâneo, as Américas, até se tornar um fenômeno global (Walton 1983; Corbin 1989).

No início do século XX, houve uma mudança bastante significativa nas razões que levavam os frequentadores à areia e ao mar: “What had started as a movement for better health in England in the 1730 had by the 1930s become

* CPDOC/FGV- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2382-653>. E-mail: marissagor@gmail.com.

a worldwide phenomenon involving millions of people who sought out the beach not much for therapeutic bathing, but for recreation and leisure” (Ritchie 2021,169). A busca pelo prazer se sobrepôs às motivações higiênicas, descortinando todo um rol de possibilidades inauditas verificadas nos espaços praias.

Nesse sentido, os anos 1920 se afiguraram um período crucial na elaboração e difusão de um imaginário que pavimentou o terreno para a eclosão do turismo de massa nas décadas seguintes, onde as praias figuravam como um de seus principais destinos. Os chamados “*roaring twenties*” despontavam com uma atmosfera de otimismo, efervescência, permissibilidade e a procura por diversão passava paulatinamente à ordem do dia, embalada por uma euforia pós-Guerra e pós-pandemia de gripe espanhola.

A iminente cultura jovem americana passou a disputar espaço com o tradicional arcabouço do “Velho Mundo”, oferecendo possibilidades inauditas, incensadas pelo ritmo do jazz (Drowne & Huber 2004); uma série de novos comportamentos desafiavam antigos preceitos morais provocando fissuras na ordem patriarcal vigente, sugerindo às novas gerações estilos de vida diferentes de seus predecessores. Enquanto o modernismo chacoalhava crenças e padrões nas artes, na literatura, na música, na filosofia e outros campos de expressão, em busca de novos parâmetros culturais, as praias se firmavam como um espaço de experiências originais, paralelamente aos clubes noturnos, às salas de cinema, de teatro, aos salões de arte. Foi nesse panorama que se verificou uma transição acentuada no modo como o litoral era usufruído, com uma série de novas formas de apropriações do espaço público associadas a rituais simbólicos; o lazer praiano se afirmava como uma atividade integrante do repertório moderno.

O objetivo dessa investigação é flagrar discursos transnacionais que participaram da construção social das praias, enunciados nas representações estampadas em capas de revistas ilustradas publicadas na década de 1920 em capitais ocidentais diversas. A partir de uma análise intencional e não-probabilística de exemplares dessa mídia, pretendemos compreender o tratamento dispensado ao espaço praiano na conformação de um imaginário não circunscrito a fronteiras espaciais rígidas, em função de trocas culturais e simbólicas existentes entre a Europa e o continente americano desde o século XVI até a contemporaneidade (Luca 2018).

O ponto de mira transnacional é capaz de evidenciar redes de idéias que ultrapassavam fronteiras geográficas, em função da aceleração da interconectividade que diminuía distâncias e complexificava identidades (Rosenberg 2012), em um mundo onde o notório desdobramento das tecnologias de representação desafiava parâmetros territoriais fixos.

Visando à elaboração de conhecimento acerca de processos sócioespaciais, somos inspirados pela teoria do espaço de Henri Lefebvre; considerando a existência de um conjunto de relações entre o espaço físico e a sociedade que o anima, as praias seriam um produto social, efeito da ação humana sobre a “natureza primitiva”. Lefebvre ressaltou o aspecto mercadológico do espaço especificamente em relação às praias, quando ele próprio — o espaço — se converte em mercadoria de consumo; em virtude do que denominou uma “indústria do ócio”, calcada no tempo livre que sobriariam das horas de trabalho, o sociólogo francês considerava que “el capitalismo se ha amparado de los espacios que quedaban vacantes: el mar, la playa, la alta montaña” (Lefebvre 1974, 221).

Na pesquisa de campo, levantamos exemplares de revistas ilustradas publicadas nos anos 1920 em Brasil, Cuba, Estados Unidos, França, Inglaterra e Portugal, cujas capas possuíam representações ambientadas nas faixas do litoral; respectivamente, incluímos as brasileiras *Revista da Semana* e *Fon-Fon*, as cubanas *Bohemia* e *Social*, as norte-americanas *Vanity Fair*, *Judge*, *Life* e *Vogue*, as francesas *La Vie Parisienne* e *Le Sourire*, as inglesas *The Bystander* e *The Tatler* e as portuguesas *ABC* e *Ilustração Portuguesa*.

O fato de buscarmos empreender uma análise transnacional não significa desconsiderar as realidades diversas dos países onde cada um desses exemplares foi concebido, tampouco negar as peculiaridades de cada veículo em si. As revistas possuíam formatos, periodicidade, preços, design gráfico, tipos de papel e impressão próprios, apenas para enumerar alguns possíveis vetores distintos. Outrossim, encontravam-se imersas em conjunturas econômicas, sociais, políticas e culturais de contextos específicos, cuja análise individualizada extrapolaria os limites desse trabalho.

Não obstante, ao invés de perscrutar especificidades, nossa intenção é ressaltar um diálogo existente entre as representações, consideradas a um só tempo como fonte e objeto, haja vista a existência de pontos convergentes que permitem traçar mapas de códigos estruturados por representações em diálogos além-mar.

Lembre-se que, nos anos 1920, as revistas eram o meio de comunicação por excelência da época; beneficiadas por redes de distribuição em expansão e pela profissionalização do setor, eram calcadas na conjunção texto-e-imagem com grande destaque a essas últimas (Martins 2008). As revistas chancelavam uma forma de viver alinhada a um projeto capitalista-industrial em expansão em diversas capitais do mundo ocidental; em um mundo velozmente industrializado, com mobilidade acelerada por meios de transporte e de comunicação,

elas atuavam como decodificadoras da modernidade, “traduzindo” a realidade aos leitores enquanto conformavam, elas próprias, aquela mesma realidade. Voltadas a diversos assuntos como moda, literatura, cinema, teatro, sociabilidades e mundanismo, atingiam, na interseção de seu público, uma elite de classe média-alta interessada nas “novidades elegantes” que o “admirável mundo novo” moderno poderia oferecer.

Na primeira página, observava-se o destaque a temas que, aliados à estética, deveriam conquistar o leitor-consumidor para o assunto e o produto (Trindade & Vaz 2013); a seleção e hierarquização dos assuntos abordados obedeciam ao julgamento do que seus editores entendessem como desejo dos leitores, conjugando noções de importância aliada ao caráter de “novidade”. Entre os vários focos de interesse daquele momento, as praias se afirmavam como verdadeiro assunto que merecia destaque na página principal durante os meses de verão.

Buscamos observar de que modo as praias figuravam nas capas das revistas? Quais os usos e códigos a elas atribuídos? Que agentes são incluídos nas representações praianas; seus comportamentos, desejos, parâmetros morais? Quais as atividades retratadas? Que relações podemos estabelecer entre percepções de espaço e corpo? Quais as sensibilidades relacionadas à praia?

As representações de mídia impressa ajudavam a moldar referenciais identitários acoplados a determinados espaços, promovendo certos valores e modos de vida que despertavam aspirações ligadas àqueles locais específicos. A oferta florescente de imagens e códigos estabelecidos para a fruição do litoral, perpetrados por aqueles veículos, permite vislumbrar a existência de uma rede cultural transnacional que incensava o estabelecimento de relações com as praias sob uma chave de consumo e hedonismo, em direção à constituição de mercados de massa que glorificavam a satisfação individual.

Praias em Revista

A difusão das praias como locais de consumo e lazer nos anos 1920 pôde contar com produtos culturais que atestavam aquela forma de fruição e amplificavam sua instituição. Nas obras de Scott Fitzgerald, Virginia Woolf e tantos outros expoentes literários do período, bem como nos editoriais jornalísticos, a praia emergia como local de socialização moderno e desejável. Mas as representações das praias não se limitavam à produção textual; a esfera visual, cada vez mais inserida na vida cotidiana, estampava ao público modos e modas praianos, participando da construção de um imaginário social relativo à interação com o litoral.

Se nos anos 1910 a praia pontificava em capas de revistas francesas e americanas, na década seguinte houve uma notória expansão da oferta imagética do tema, perceptível nos cinemas e nas bancas; as faixas litorâneas eram cada vez mais retratadas, disponibilizando ao público padrões de comportamento associados àqueles espaços. A imagem fotográfica em preto e branco era constante dos filmes e dos editoriais das revistas ilustradas, com cenas captadas nas praias, acrescidas de legendas e textos descritivos sobre “seus encantos”.

Mas nas capas daquelas publicações, as imagens impressas, em sua grande maioria, não eram fotográficas; elas contavam com o traço e o talento dos artistas colaboradores — ilustradores, caricaturistas — que decalcavam suas interpretações do ritual praiano em composições plenas de cores que ocupavam a página inteira e se tornavam “outdoors” daqueles novos hábitos.

Fica evidente um novo tratamento dispensado ao ambiente marítimo naquelas representações, bastante diverso das encontradas em obras de arte dos séculos anteriores. As antigas paisagens idílicas de natureza intocável; figuras de oceanos indomáveis; ou representações pictóricas de locais considerados primitivos, povoado por pescadores — são substituídas por criações gráficas onde a faixa litorânea é cenário de um novo teatro social, com a reorganização das práticas com o objetivo de usufruir o prazer da beira-mar. Todas as capas levantadas na pesquisa de campo incluíam atores partícipes daquele ambiente, em contato direto com a areia e o mar; as praias figuram como palco para a interferência humana no espaço, seus agentes como atores principais de um espetáculo inédito.

Visando a delinear sensibilidades concernentes àquelas geografias, sob perspectiva transnacional, optamos por aglutinar as representações analisadas em subgrupos, recortados em função das atividades e das práticas sociais que apresentavam. Não se pode afirmar que aquelas prerrogativas de usufruto da beira-mar estariam à disposição de todos; a frequência às praias era atravessada por divisões classistas e racistas, sem escapar à fragmentação e hierarquização que caracterizavam, em graus distintos, grande parte da sociedade ocidental. O ritual inicialmente glorificado pela aristocracia europeia como um “proceder civilizado” ampliava suas reverberações e seu poder de alcance, mas estava sujeito à estratificação social e às possibilidades de cada um de seus grupos.

O hábito de ir à praia, por si só, não fora capaz de transpor clivagens sociais que acentuavam desigualdades; os novos costumes litorâneos, por outro lado, demonstravam potencial para influenciar suas conformações. Nesse aspecto, há que se destacar as relações de gênero como um dos campos fortemente imbricados aos novos usos da praia nos anos 1920.

De fato, provavelmente a mudança mais profunda verificada nos chamados “anos vertiginosos”, foi aquela ocorrida no relacionamento entre homens e mulheres, com indicativos da grande ansiedade manifestada pelos homens, face à insegurança de suas posições (Bloom 2008). Após séculos de recato, a experimentação pela mulher, de novas formas de ocupação da cidade, de rituais de sociabilidade, de maneiras de se confrontar com o próprio corpo e de se relacionar com o gênero masculino sublinhavam tensões entre o patriarcalismo consolidado e as iniciativas de emancipação e afirmação da vontade própria.

Na maior parte do mundo ocidental, ocorreu uma verdadeira reorganização das dinâmicas sexuais e sociais que alteraram a vida diária de mulheres e homens, com inúmeras mutações verificadas no sistema de atitudes, crenças, costumes e gostos que engendravam constituições identitárias. A conformação vitoriana de papéis sociais vivia seu ocaso, face a um processo incensado pelo racionalismo, a psicanálise, o consumo, a produção em massa e um incremento das atividades que “tiravam a mulher de casa”; tendências aceleradas pela Grande Guerra e os deslocamentos na ordem econômica e social por ela provocados.

A onipresença feminina verificada nas revistas ilustradas da época não foge às praias; é possível afirmar que na maior parte das representações são elas que figuram naquele espaço, sob inúmeras formas. O comparecimento significativo das mulheres nas imagens impressas nas revistas ilustradas, contudo, não significava uma equidade de gênero entre seus colaboradores; a grande maioria dos editores e ilustradores eram homens, com pouca participação feminina na elaboração daqueles veículos. A grande maioria das ilustrações estampadas nas capas aqui selecionadas não foge a essa regra, à exceção das criações de Ruth Eastman e Anne Harriet Fish, em alguns exemplares de *Judge* e *Vanity Fair*, respectivamente.

Nas capas, a faixa litorânea se insurge como local de exibição de jovens senhoras e moças; a areia, como pedestal de poses que parecem cuidadosamente calculadas.

A indumentária reforça a noção de um “novo tempo” de utilização das praias propalado naquela década: ao invés dos costumes de banho escuros, frouxos e pesados, que visavam ocultar o corpo — típicos do século XIX e da virada dos XX —, percebe-se a utilização de maiôs¹. A despeito de tentativas

1 Na fig. 2, ao invés do maiô, observa-se a adoção de um vestido curto, típico da moda-praia dos anos 1910. Beira-Mar, n.º 80, 21 de março, 1926.



1 ABC, agosto 1921.



2 La Vie Parisienne, 4 de junho 6, 1921.



3 Fon-Fon, 4 de abril, 1925.



4 Para Todos, 29 de janeiro, 1927.



5 Revista da Semana,
7 de dezembro, 1929.



6 O Cruzeiro, dezembro 1928.

moralistas de controle e proibição, a exibição corporal passava a fazer parte dos princípios básicos de civilização e modernidade; o maiô, além de facilitar a movimentação, se afirmava como o traje balneário por excelência (Lencek & Bosker 1989; O'Donnell 2013).

No conjunto anterior (figs. 1 a 6), a mulher é retratada de forma semelhante, sentada na areia, com gestual estudado. As pernas dobradas sinalizam decoro, assim como a sombrinha, que cumpre uma função de proteger do sol, enquanto aciona um jogo de mostrar e esconder. O historiador John K. Walton enumera momentos particulares na relação entre as mulheres e as praias; enquanto no século XIX elas esperariam que ninguém estivesse olhando, no início do século XX, esperariam que todos estivessem olhando (Walton 2007, 6). O incremento da fotografia na década de 1920, com máquinas Kodak anunciadas nas próprias revistas que decalcavam as cenas praianas, contribuía para o voyeurismo e os instantâneos de seus personagens (Aquino 2016).

Nessas capas, a mulher aparece de forma estática, como se fosse uma espécie de “estátua divinal” apoiada à beira-mar, provável alvo do vislumbre masculino. A exibição praiana, planejada, seria inclusive “ensaiada” em casa, à beira da banheira, conforme as capas de *La Vie Parisienne* e a caricatura de *Punch* (figs. 7 a 9), onde se lê: “Before the holidays: a full-dress rehearsal”.



7 *La Vie Parisienne*, 26 de junho, 1920.



8 *Punch*, junho 1921.



9 *La Vie Parisienne*, 4 de agosto, 1923.

São inúmeras as interpretações possíveis dessa forma de decalcar a presença feminina nas praias; à primeira vista, as capas reforçariam tendências machistas que objetificam a mulher, com a sexualização de seus corpos cada vez mais à mostra, dispostos para o deleite dos homens. Sob outro prisma, podemos pensar também na agência potente das mulheres que frequentavam as praias como um símbolo de sua busca por desprendimento, uma ânsia por práticas inovadoras, que incluíam o domínio do próprio corpo e a afirmação de sua personalidade através da moda que adotavam.

O vestuário praiano delas, que poderia incluir sapatilhas e toucas próprias para banho, também englobava um outro item pouco mencionado na historiografia de moda-praia ocidental: a capa de praia, confeccionada geralmente em felpo, alpaca ou cetim². Assim como a sombrinha, as capas também serviam ao desnudamento ou ao encobrimento parcial do corpo, como um anteparo à visão alheia e aos raios do sol. O acessório incrementava o rol do conjunto, em combinações múltiplas que serviam à expressão da individualidade de suas usuárias.

As capas esvoaçantes de tecido também pareciam estimular uma série de movimentos e coreografias gestuais de mulheres que, na interação com aquela peça de roupa, emergem menos estáticas nas representações, por vezes indo ou vindo na direção do mar (**figs. 10 a 20**). É de se notar que, especificamente na capa da revista americana *Vogue* (**fig. 18**), a personagem olha, com gosto, para o sol, que parece dividir com ela o protagonismo da cena. O que remete a novas definições corporais em elaboração naquele momento, com a valorização da pele bronzeada e dos benefícios proporcionados por exercícios ao ar livre (Corbin 1989, 99; Ritchie 2021, 170).

O corpo, passível de transformação e modelação, seria instrumento de estratégias simbólicas de diferenciação historicamente mediadas; os novos parâmetros obedeciam aos referenciais de civilidade, modernidade e higiene difundidos por classes dominantes, com a alteração de discursos sobre a praia e os padrões estéticos desejáveis aos banhistas.

O banho de mar recatado, de curta duração, recomendado para efeitos de saúde e higiene, típico do século XIX, passa a ser substituído por interações mais intensas com a água — e com o ar —, conforme os novos códigos praiais. Nas capas das revistas, as mulheres emergem em atividades aquáticas esportivas; se lançam no espaço em movimentos que antecedem o mergulho,

2 Informações constantes de anúncio do magazine carioca Parc Royal na Revista da Semana, n.º 9, fevereiro de 1921.



10 *ABC*, julho 1926.



11 *The Tatler*, junho 1927.



12 *The Bystander*, junho 1924.



13 *Vanity Fair*, agosto 1925.



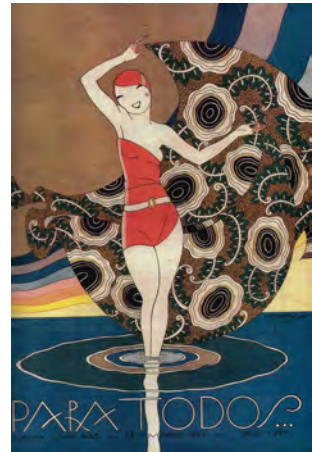
14 *The Bystander*, junho 1920.



15 *La Vie Parisienne*, 17 de julho, 1926.



16 *Social*, agosto 1920.



17 *Para Todos*, novembro 1927.



18 *Vogue*, julho 1922.



19 *La Vie Parisienne*,
3 de setembro, 1927.



20 *Judge*, 20 de junho, 1925.

enquanto usufruem de deques e trampolins para sua exteriorização atlética. A rápida imersão de outrora cede a vez para mergulhos destemidos, de maior alcance, defronte possíveis plateias.

A fim de demarcar a mudança paradigmática dos usos associados ao litoral ocorrida no início do século XX, a socióloga Helena Cristina F. Machado trabalhou com as categorias de “praia lúdica”, emergente em seus primeiros decênios, em diferenciação à “praia terapêutica” que caracterizou o centenário anterior (Machado 2000). As transformações na estruturação dos códigos de apreciação da natureza marítima próprios da “praia lúdica” implicavam em ampliação dos horários de utilização das praias e do tempo de permanência: “chega-se mais tarde à praia, permanece-se mais tempo e desenvolvem-se outras atividades além do banho de mar. A praia é cada vez mais entendida como um espaço de convívio, de alegria, de lazer” (Machado 2000, 213).

A dimensão de satisfação vinculada às atividades marítimas é explicitamente enunciada, por exemplo, na capa de *Judge* (fig. 21), sob a legenda “Pleasure Bent” (a curva do prazer); e a ideia de liberdade, sugerida na equiparação da mulher mergulhadora às aves voadoras, vide o cisne na capa da *Life* (fig. 24) e a gaivota que dá o título “La Mouette” à capa de *La Vie Parisienne* (fig. 23). O júbilo proporcionado por tais práticas poderia ser vivenciado tanto pelos que mergulhavam como por aqueles que espiavam a cena (figs. 21 a 30). Em outra capa da *Life* (fig. 30), sob a legenda “A quick loop before she leaps” (uma olhada rápida antes que ela mergulhe), o trampolim aparece como alicerce para uma atração machista, haja vista os homens que ficam à espreita, na água, para apreciar, de perto, o corpo das mulheres mergulhadoras.



21 Judge, 1 de setembro, 1928.



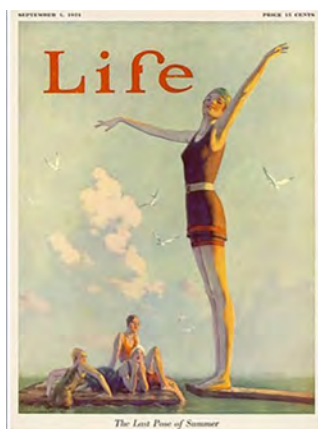
22 Vanity Fair, julho 1921.



23 La Vie Parisienne, 14 de julho, 1923.



24 Life, 4 de agosto, 1921.



25 Life, 4 de setembro, 1924.



26 La Vie Parisienne, 29 de julho, 1922.



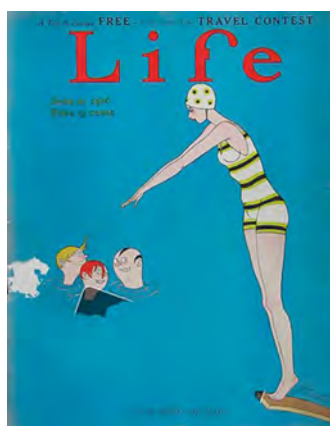
27 *Ilustração Portuguesa*, setembro 1927.



28 *La Vie Parisienne*, 3 de julho, 1926.



29 *ABC*, outubro 1923.



30 *Life*, 10 de junho, 1926.

A prática de esportes por homens e mulheres não se restringia às incursões aquáticas; nota-se em várias representações a valorização de jogos com bola; a fruição de ações recreativas ensejaria mais descontração, mobilidade e interação social, enquanto promovia o vigor muscular de acordo com os padrões em voga para educação dos corpos.



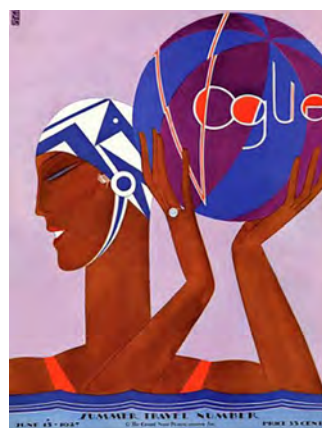
31 *The Bystander*, junho 1929.



32 *Judge*, 27 de setembro, 1924.



33 *Revista da Semana*, 15 de dezembro, 1928.



34 *Vogue*, junho 1927.



35 *The Bystander*, junho 1927.



36 *Bohemia*, julho 1928.

A dimensão lúdica da praia é evidenciada também em representações que detalhavam formas de interação aquática para além do mergulho inicial propalado por deques e trampolins. Nas capas que retratavam mulheres em pleno entrosamento oceânico, o mar aparece como um parque de diversões para estilos de nado diverso (de frente, de costas), a exploração das profundezas e seus seres exóticos — em possíveis metáforas para o desejo —, a utilização de brinquedos aquáticos flutuantes e o prazer proporcionado pela movimentação das ondas. O prazer se insurge, também, a partir das formas sensualizadas com as quais os capistas deram contorno às mulheres na água; enquanto parecem gozar do deleite proporcionado pelo mar, elas conclamam o espectador para compartilhar daquele enlevo, ora com a mão que chama para o mergulho, ora em poses arqueadas, ora com algo entre as pernas, ou as próprias pernas entreabertas. A relação da mulher com o mar invoca a relação com sua própria sexualidade; o temor, a reverência e o medo do desconhecido, antes creditados aos oceanos, são substituídos por modos de interação mais à vontade, onde são elas que fazem uso da água, sem cerimônia, para sua satisfação.



37 *Le Sourire*, 20 de junho, 1929.



38 *Revista da Semana*, 27 de novembro, 1926.



39 Liberty, julho 1927.



40 ParaTodos, 14 de janeiro, 1928.



41 Judge, 23 de junho, 1928.



42 Revista da Semana, 30 de janeiro, 1926.



43 Vanity Fair, fevereiro 1924.



44 La Vie Parisienne, 13 de agosto, 1921.

Muitos autores que se debruçaram sobre a construção social das praias destacam o aspecto de liberação das normas cotidianas que seria inerente àqueles espaços (Pritchard & Morgan 2010; Cross & Walton 2005; Shields 1991). Longe das rotinas e disciplinas urbanas, as praias ensejariam a transgressão de comportamentos, como um lugar limiar entre a ordem e sua subversão. À medida que se afirmavam como local de lazer e consumo, as praias irradiavam focos de tensão entre forças tradicionais, que percebiam naquela forma de fruição uma ameaça às instituições, e os arautos das novas práticas; em diversos países, houve tentativas de normatizar o modo de utilização das praias, com regras para a vestimenta, os horários e as condutas (O'Donnell 2013; Ritchie 2021).

Nas representações, dentre um conjunto de experimentações atribuídas às praias, são incluídos encontros amorosos entre homens e mulheres, que aproveitariam a suposta permissividade associadas ao litoral como oportunidade para o flerte.

A esfera libidinosa atribuída às praias é descortinada nas capas que retratam casais que se tocam, beijam, abraçam, flertam abertamente; inclusive com o auxílio de um cigarro (**fig. 45**), um item que, naquele período, era revestido de invocações simbólicas da busca de equidade de direitos pela mulher (Gorberg 2020). Chamam atenção também as representações dos homens como faunos (**figs. 49 e 50**), personagem da mitologia grega metade-homem, metade-animal, cuja figuração remete à travessura, à diversão (Kury 2008).



45 *Vanity Fair*, agosto 1926.



46 *Judge*, 9 de agosto, 1924.

47 *Life*, 28 de julho, 1927.48 *Judge*, 6 de setembro, 1924.49 *Le Sourire*, 4 de julho, 1929.50 *ABC*, agosto 1923.

Conclusão

O exame de algumas representações perpetradas há um século por meios periódicos de comunicação se afigura uma lente singular para divisar aspectos da valorização e utilização do litoral como espaço de socialização e fruição humana. A observação das capas de revistas ilustradas dos anos 1920 que possuíam o litoral como tema é capaz de acrescentar novos matizes ao processo de construção social das praias, enquanto descortina a influência da cultura visual na sua elaboração. O ponto de vista transnacional, para mais, permite

entrever diálogos entre impressos transatlânticos, mediadores culturais no circuito europeu e americano.

É possível mapear imagens intersubjetivas dos espaços praias, imbuídas de conteúdo emocional e simbólico, mediadas pelas revistas como agentes de transferências culturais, portadoras de elementos discursivos que concorreram para práticas e ações que culminaram em associações duradouras de certos locais com atividades estabelecidas. O que as capas das revistas permitem descortinar é a difusão de padrões de estilo, hábitos sociais e códigos de vilegiatura que, a seu turno, determinaram caminhos para a dinâmica espacial, numa sintonia entre processos de subjetivação e a lógica de produção do espaço em regiões litorâneas e sua organização.

Uma série de elementos estampadas nas capas de revistas vão ao encontro da historiografia das praias: a mudança paradigmática de utilização terapêutica para utilização de lazer; as transformações indumentárias com a adoção de maiôs e maior exposição do corpo; a mudança de padrões corporais com a valorização da pele bronzeada e do vigor esportivo; a consideração das praias como local de socialização e experimentação de práticas inovadoras e ousadas.

Chama atenção a onipresença da mulher no conjunto observado, em figuras elaboradas por homens, em sua maioria. O que provoca reflexões sobre as imbricações das vivências litorâneas nas dinâmicas de gênero e nas tensões vivenciadas entre esferas tradicionais patriarcais e indivíduos que buscavam maior liberdade e afirmação da personalidade. Afinal, as práticas relacionadas às praias não escapavam às divisões sociais estabelecidas em função de gênero, classe, etnia, idade, religião, entre outros demarcadores hierarquizantes. Contudo, é possível que os comportamentos relacionados às praias verificados nos anos 1920 tenham exercido considerável impacto nas relações entre homens e mulheres, com influência em um longo processo na busca por igualdade de direitos.

Sem nos circunscrever a concepções de fronteiras estáticas, tentamos vislumbrar tendências presentes no universo da cultura midiática, na intenção de evidenciar a construção de um imaginário praiano que extrapolava limites nacionais. Os desafios ambientais contemporâneos exigem, cada vez mais, coesão social e cooperação global; o conhecimento de processos de circulação de ideias através do Atlântico que conformaram a lógica de utilização das praias pode, quiçá, contribuir nessa direção.

Fontes

ABC, agosto 1921, agosto 1923, julho 1926, outubro 1923.
Bohemia, julho 1928.
Fon-Fon, 4 de abril, 1925
Ilustração Portuguesa, setembro 1927.
Judge, 9 de agosto, 1924; 1 de setembro, 1928; 6 de setembro, 1924; 20 de junho, 1925; 23 de junho, 1928; 27 de setembro, 1924.
La Vie Parisienne, 29 de julho, 1920; 4 de junho, 1921; 14 de julho, 1923; 4 de agosto, 1923; 13 de agosto, 1923; 3 de julho, 1926; 17 de julho, 1926; 3 de setembro, 1927.
Le Sourire, 20 de junho, 1929; 4 de julho, 1929.
Liberty, julho 1927.
Life, 4 de agosto, 1921; 4 de setembro, 1924; 10 de junho, 1926; 28 de julho, 1927.
O Cruzeiro, dezembro 1928.
Para Todos, 29 de janeiro, 1927; novembro 1927; 14 de janeiro, 1928.
Punch, junho 1921.
Revista da Semana, 30 de janeiro, 1926; 27 de novembro, 1926; 15 de dezembro, 1928; 7 de dezembro, 1929.
Social, agosto 1920.
The Bystander, junho 1920, junho 1924, junho 1927, junho 1929.
The Tatler, junho 1927.
Vanity Fair, julho 1921, fevereiro 1924, agosto 1925, agosto 1926.
Vogue, junho 1922, junho 1927.

Bibliografia

AQUINO, Livia. 2016. *Picture Ahead: a Kodak e a construção do turista-fotógrafo*. São Paulo: Ed. do Autor.
 BLOOM, Philip. 2008. *Os anos vertiginosos: mudança e cultura no Ocidente (1900-1914)*. Rio de Janeiro: Record.
 CORBIN, Alain. 1989. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras.
 DROWENE, Kathleen, & Patrick Huber. 2004. *The 1920s: American popular culture through history*. Westport, CT: Greenwood Publishing.
 GORBERG, Marissa. 2020. "A mulher e o cigarro: representações de feminilidade nos anos 1920". *Revista d'Obra[s]* 14 (29).
 KURY, Mário da Gama. 2008. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Zahar.
 LEFEBVRE, Henri. 1974. "La Producción del Spacio". *Papers Revista de Sociologia* 2 (3): 219-229.

- LUCA, Tania Regina de. 2018. *A ilustração (1884-1892): Circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro*. São Paulo: Ed. Unesp.
- MACHADO, Helena Cristina Ferreira. 2000. "A Construção Social da Praia". *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia* 13 (1): 201-218.
- MARTINS, Ana Luiza. 2008. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Fapesp.
- O'DONNELL, Julia. 2013. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- RITCHIE, Robert C. 2021. *The Lure of The Beach: a Global History*. Oakland: University of California Press.
- ROSENBERG, Emily S. 2012. *Transnational Currents in a Shrinking World (1870-1945)*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press.
- TRINDADE, Vanessa, & Paulo Vaz. 2013 *Capas de revistas e seus leitores: um novo texto em cartaz*. Porto Alegre: Penso.
- WALTON, John K. 2007. "Beaches, Bathing and Beauty: Health and Bodily Exposure at the British Seaside from the 18th to the 20th century". *Révue Française de Civilisation Britannique* 14 (2): 117-134.
- WALTON, John K. 2007. 1983. *The English seaside resort: a social history (1750-1914)*. Leicester [Leicestershire]: Leicester University Press.

Musealização de património arqueológico urbano no seu local de origem: uma reflexão sobre Ponta Delgada*

JOÃO GONÇALVES ARAÚJO**
N'ZINGA OLIVEIRA***

Introdução

Nas últimas duas décadas, à semelhança de outros centros históricos do país, e com um significativo desfasamento face à generalidade das cidades europeias (Martins & Ribeiro 2009-2010, 150-151), têm vindo a ser desenvolvidas, em Ponta Delgada, várias intervenções arqueológicas como medida de minimização de impactos negativos sobre o património, em boa parte consequência da intensificação da reabilitação urbana. É certo que o crescimento urbano provoca profundas transformações nos centros históricos, mas esse impacto não tem de ser necessariamente negativo, como no geral se tem verificado. Embora as soluções passem invariavelmente por alterações nos imóveis, a intervenção prévia devidamente planeada, bem como a aplicação de métodos e técnicas adequadas e um registo sistemático e exaustivo, permitem a redução dos impactos negativos e minimizam perdas patrimoniais.

* Parte deste trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da bolsa de doutoramento 2021.06442.BD.

** CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1261-7564>. E-mail: joaoaraujo@fcs.unl.pt.

*** Universidade dos Açores, CHAM.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6978-3056>. E-mail: nzinga.oliveira@gmail.com.

Os locais alvo de intervenções arqueológicas aqui abordados enquadram-se em ações de prevenção e salvaguarda do património em contexto de intervenção de emergência, na fase de execução das obras ou em fase de estudo de avaliação de impacto do projeto. Na sua maioria, estes sítios reúnem um conjunto de características que permitem o desenvolvimento de soluções que preservem a sua memória histórica, embora em nenhum dos casos tal tenha sido contemplado originalmente. Esta realidade é reflexo da ausência de uma estratégia para a cidade que valorize com a devida assertividade a sua dimensão histórica e cultural, ignorando o facto de a arqueologia poder assumir um importante compromisso que vai além do registo e do estudo de sítios e dos espólios exumados, contribuindo ativamente para a dinamização social, cultural, turística e, por acréscimo, económica da cidade.

Este texto assume-se, portanto, como uma base de trabalho, num estágio ainda embrionário, a partir da qual pretendemos realizar uma proposta de valorização de bens arqueológicos, com enfoque no centro histórico da cidade de Ponta Delgada, pela dimensão e relevância dos dados disponibilizados nos últimos anos, em parte em linha com o que Vítor Oliveira Jorge apresentou como uma “conceção abrangente e dinâmica do património arqueológico” (Jorge 2007, 125-133). Com isso, pretendemos promover a discussão sobre a integração do património arqueológico na oferta cultural da cidade, numa lógica de contributo para o turismo cultural, direcionado para os seus habitantes, comunidades locais e visitantes, regionais, nacionais e estrangeiros. Essa discussão deverá sempre ter em conta a sustentabilidade do património cultural, *latu sensu*, optando por soluções que, garantindo a divulgação e o fácil acesso dos cidadãos aos bens musealizados, os protejam de uma exposição massificada, indo ao encontro das principais preocupações a nível global no que concerne à proteção dos bens patrimoniais arqueológicos (Renfrew & Bahn 2016, 568-569).

Enquadramento

A evolução da atividade arqueológica nos Açores foi já alvo de algum trabalho reflexivo, embora não contemplando os últimos anos, concretamente o período posterior a 2015 (Neto 2018). Foi, no entanto, a partir de meados da década passada que se verificou um incremento significativo da atividade arqueológica no arquipélago, cujos dados podem ser consultados na Carta Arqueológica dos Açores,¹

1 Carta Arqueológica dos Açores (DRC). Acedido a 15 de outubro, 2022. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/paa/ca/Default.aspx>.

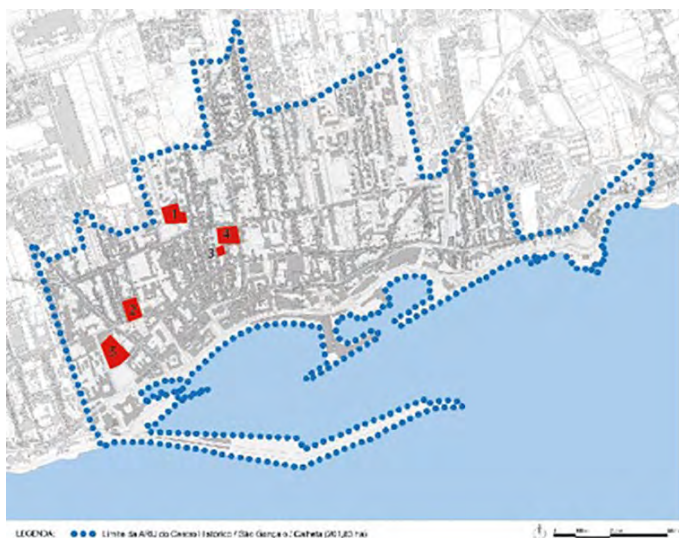
carecendo, contudo, de alguma atualização. Tal deveu-se a um forte crescimento do setor da construção civil, sentido sobretudo nos principais centros urbanos açorianos, impulsionado por importantes investimentos, públicos e privados, com especial destaque para o setor turístico.

A acumulação de dados arqueológicos resultantes das intervenções desenvolvidas, além de ter permitido alguns avanços no campo da investigação científica, tem favorecido algumas reflexões sobre as estratégias de gestão desse património, na qual se deve incluir a sua divulgação e disponibilização para fruição pública (Oliveira, Araújo & Rodrigues 2019). A conceção destas soluções terá sempre de ser adaptada ao contexto, dependendo de um diverso conjunto de variáveis, das quais destacamos: a natureza do sítio; as características do espólio exumado; o estado de conservação das estruturas e espólio; a nova funcionalidade do espaço onde foi desenvolvida a intervenção arqueológica; e o acesso do público em geral.

A partir das variáveis acima expostas, propomos duas modalidades distintas: integração de estruturas e/ou artefactos arqueológicos em museus, núcleos museológicos ou monumentos com áreas musealizadas; e a integração de conjuntos artefactuais restritos em espaços de usufruto público ou semipúblico.

Integração de estruturas e/ou conjuntos arqueológicos em museus, núcleos museológicos ou monumentos com áreas musealizadas

A primeira modalidade resulta de intervenções arqueológicas, regra geral, de maiores dimensões, em sítios de elevado potencial arqueológico ou monumentos de elevado valor patrimonial, que revelaram contextos arqueológicos de dimensão e diversidade assaz significativas (**fig. 1**). Inserem-se nestes casos as intervenções realizadas no antigo Colégio dos Jesuítas, no Palácio/Convento de Nossa Senhora da Conceição, no antigo Recolhimento de Santa Bárbara, no antigo Convento de Santo André e no Convento de Nossa Senhora da Esperança. Todos esses edifícios mantêm-se, de uma forma ou de outra, abertos ao público, assumindo-se como importantes equipamentos culturais na cidade.



1 Localização dos espaços intervencionados que integram o grupo de estruturas e/ou conjuntos arqueológicos em museus, núcleos museológicos ou monumentos com áreas musealizadas sobre mapa do limite da área de reabilitação urbana de Ponta Delgada: 1 – Colégio dos Jesuítas; 2 – Palácio/Convento de Nossa Senhora da Conceição; 3 – Recolhimento de Santa Bárbara; 4 – Convento de Santo André; 5 – Convento de Nossa Senhora da Esperança. Adaptado de Sociedade Portuguesa de Inovação 2016, 17.

O antigo Colégio dos Jesuítas, edificado entre 1591 e 1593, cuja igreja e áreas anexas foram adaptadas de modo a receber o Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado, e a restante área transformada de modo a albergar a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, foi alvo da mais antiga intervenção arqueológica registada aqui tratada. A intervenção limitou-se a um acompanhamento arqueológico de obra, não tendo sido identificados contextos estratigráficos preservados (Carvalho & Bernardes 1995, 318). Porém, foram expostas estruturas arqueológicas com potencial patrimonial, tendo sido proposta pelos intervenientes a sua integração no novo edifício em construção (Carvalho & Bernardes 1995, 325), algo que em parte foi tido em conta, embora não esteja garantido um acesso direto do público a essas áreas. Apesar do antigo Colégio estar hoje dividido em duas instituições distintas, ambas são tuteladas pela Direção Regional da Cultura, pelo que consideramos viável a articulação entre os dois espaços, mantendo em parte o contínuo do conjunto edificado comum que constituíram até ao século XX. Apesar de nesta

intervenção não terem sido identificados conjuntos arqueológicos expressivos, estes espaços adequam-se, por exemplo, a acolher, pontual e temporariamente, exposições de temática arqueológica.

O Palácio/Convento de Nossa Senhora da Conceição, edificado entre 1664 e 1671, foi intervencionado em 2016 e em 2020. Os trabalhos realizados permitiram a identificação de importantes vestígios estruturais do antigo convento, posteriormente integradas no novo discurso arquitetónico do edifício reabilitado, que passará também a alojar a Casa da Autonomia/Centro Histórico e Documental da Autonomia. Além disso, o projeto contemplou a intenção de musealizar uma pequena parte de espólio arqueológico exumado das sondagens de diagnóstico realizadas em 2016, relativas à ocupação do espaço na lógica conventual entre os séculos XVII e XIX (Oliveira & Rodrigues 2016, 10).

O Museu Carlos Machado teve intervenções arqueológicas em dois dos seus núcleos: o de Santa Bárbara e o de Santo André. A intervenção no primeiro, antigo Recolhimento de Santa Bárbara, cuja ermida terá sido edificada no início do século XVII, e recolhimento por volta de 1662, resultou na preservação de alguns elementos arquitetónicos. Contudo, também aqui esses elementos não estão objetivamente assinalados, nem fazem parte de circuitos específicos que os apresentem ao público como tal, algo que poderia ser equacionado de modo a enriquecer ainda mais o núcleo museológico como um todo. O espólio exumado no recolhimento não se encontra exposto, pelo que também seria interessante pensar uma forma de o concretizar.

O Núcleo de Santo André, correspondente ao antigo convento homónimo, edificado entre 1567 e 1583, foi alvo de duas intervenções nos últimos anos: uma pequena sondagem mecânica em 2014 e uma intervenção de grandes dimensões em 2020, no âmbito da construção das novas reservas museológicas e área de exposição temporária (Araújo 2022). A primeira intervenção permitiu a recolha de alguns artefactos arqueológicos, maioritariamente cerâmicos, alguns deles integrados no discurso museográfico do museu, tendo sido criada uma pequena área expositiva, resultado de uma exposição intitulada *Museu Carlos Machado: Memória do Convento* (Fernandes & Antunes 2016).

A intervenção de 2020, tendo sido de muito maior monta, produziu resultados proporcionalmente mais significativos, resultando na identificação de várias estruturas antigas associadas ao convento, bem como na recolha de avultado espólio arqueológico. Infelizmente, apesar da identificação das monumentais estruturas, não foi considerada a reformulação do projeto, resultando na sua destruição. A integração destas estruturas, no todo ou em parte, numa nova solução arquitetónica teria enriquecido o espaço museológico, assumindo-se como uma

solução única a nível regional. As estruturas foram destruídas, tendo-se preservado apenas pelo registo, à exceção de pequenos troços que se mantiveram no subsolo nas áreas não escavadas e de vestígios de um chafariz identificado, que foi removido e cuja proposta da equipa que interveio foi no sentido da sua integração no novo jardim do espaço (Araújo 2022, anexo D-5, solução essa recusada pela própria instituição museológica).

Apesar do panorama acima descrito, consideramos a possibilidade desse núcleo museológico integrar uma área dedicada às estruturas identificadas, com recurso a fotografias, desenhos técnicos e reconstituições virtuais das estruturas identificadas. Além disso, o espólio exumado, pela sua riqueza e diversidade, poderá vir a integrar a coleção associada à memória do convento, algo que exigirá a sua ampliação e reconfiguração, aproveitando a exposição temporária inaugurada em dezembro de 2024 intitulada “Arqueologia, do Convento ao Museu”, com respetivo catálogo (MCM 2024). Considerámos este um elo fulcral na proposta aqui desenvolvida, uma vez que poderá vir a ser um dos pontos mais importantes num roteiro de arqueologia urbana da cidade e do arquipélago.

Por fim, o convento de Nossa Senhora da Esperança, edificado entre 1535 e 1541, sendo propriedade da Diocese de Angra, assume um papel importante na proposta aqui delineada. As intervenções realizadas entre 2015 e 2016 e em 2018 produziram um manancial de conhecimento muito significativo, do qual destacamos a exumação de abundante espólio arqueológico resultante

de cerca de quatro séculos de ocupação do convento enquanto espaço de clausura (Araújo e Oliveira 2020a). As intervenções realizaram-se no âmbito do projeto *Convento de Nossa Senhora da Esperança: Intervenção, Conservação, Restauro e Reabilitação do Convento de Nossa Senhora da Esperança* (Basto 2015), que contempla a dotação de todo o espaço de várias valências, incluindo a remodelação da sala de exposições já existente, na antiga cozinha conventual, ou então a criação de um novo espaço capaz de acolher um núcleo expositivo representativo do vasto espólio exumado durante os trabalhos de arqueologia, que tem vindo a ser estudado e publicado (Araújo & Oliveira 2016; Araújo & Oliveira 2020b). Neste discurso expositivo, além do especial enfoque no quotidiano conventual (fig. 2), seria igualmente



2 Púcaro em cerâmica fosca datado do século XVII, recolhido nas escavações do Convento de Nossa Senhora da Esperança. Fotografia de João Gonçalves Araújo.

interessante, à imagem do proposto para o núcleo de Santo André no Museu Carlos Machado, apostar numa abordagem explicativa e ilustrativa dos trabalhos arqueológicos realizados. Consideramos que a integração da vertente arqueológica na nova conceção do Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres seria um importante elemento nesta estratégia, uma vez que é um espaço central no âmbito do turismo religioso açoriano, algo que potenciaria a divulgação da arqueologia em termos regionais, nacionais e internacionais, uma vez que uma parte muito significativa do público que visita o santuário vive nas comunidades açorianas emigradas.

Integração de estruturas e/ou artefactos arqueológicos em espaços públicos ou privados de acesso público ou semipúblico.

As intervenções arqueológicas realizadas em empreitadas de menor dimensão estiveram maioritariamente associadas a investimentos privados. Por isso, e pelas próprias características dos espaços intervencionados, não permitem o desenvolvimento de propostas particularmente ambiciosas, embora sejam elegíveis para soluções pontuais onde seja contemplada a integração de achados arqueológicos (**fig. 3**).



3 Localização dos espaços urbanos intervencionados que integram o grupo de estruturas e/ou artefactos arqueológicos em espaços públicos ou privados de acesso público ou semipúblico, sobre mapa do limite da área de reabilitação urbana de Ponta

Delgada: 6 – Rua Dr. Guilherme Poças Falcão, n.º 21 a 25; 7 – Fábrica Paroquial da Igreja Matriz de São Sebastião; 8 – Adro da Igreja de São Pedro.
Adaptado de Sociedade Portuguesa de Inovação 2016, 17.

Os artefactos arqueológicos elegíveis para serem expostos nestes espaços serão sempre propriedade do estado português, tendo como fiel depositária a instituição definida pela tutela, respeitando a legislação sobre o assunto em vigor.² Assim, consideramos que a disponibilização desse acervo fora das instituições museológicas deverá ser feita mediante acordo devidamente formalizado entre as partes envolvidas, concretamente a entidade proprietária do espaço onde ficará exposto o espólio, a instituição definida como fiel depositária, regra geral o museu municipal ou regional, e a tutela, que, no caso açoriano, é a Direção Regional da Cultura. Neste regime, deverá estar garantida a manutenção regular das peças de modo a assegurar a sua integridade e preservação. Será, a vários níveis, frutífera a inclusão nessa solução dos agentes arqueológicos que intervieram no espaço, leia-se arqueólogos e entidades enquadrantes.

Além das questões acima levantadas, será importante definir os critérios para a seleção das peças a serem expostas nos espaços que integram esta categoria. Uma vez que a intenção é a preservação *in loco* de espólio que ilustra a evolução da ocupação do espaço, haverá certamente margem para alguma diversidade nas opções museológicas e museográficas com o propósito de passar mensagens específicas, ou ainda de destacar um determinado momento de ocupação. Outra variante que nos parece absolutamente central na seleção do espólio prende-se com o valor patrimonial e científico dos artefactos. Consideramos que peças de elevado valor patrimonial e científico, ou cujas especificidades da peça ou do contexto assim o justifiquem, não devem fazer parte dessas soluções. Nestes casos, as peças devem integrar os museus definidos pela tutela, de modo a salvaguardar a sua integridade física e garantir, caso se justifique, um total acesso público. A título de exemplo, expomos aqui três imóveis intervencionados com conjuntos artefactuais que se prestam aos objetivos em questão.

O imóvel intervencionado situado na Rua Guilherme Poças Falcão, n.º 21-15, corresponde a um edifício originalmente construído no final do século XIX ou inícios do século XX, como edifício habitacional. Terá mantido essa função durante grande parte do século XX, embora seja mais conhecido na cidade de Ponta Delgada por albergar a Galeria de Arte Fonseca Macedo.

2 “Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/A”, Diário da República, 16 de maio, art. 20º;
“Decreto-Lei n.º 164/2014”, Diário da República, 4 de novembro, art. 18º, n.º 1.

O imóvel foi alvo de reabilitação durante o ano de 2020, tendo sido convertido em alojamento local, mantendo o espaço artístico. Os artefactos identificados encontram-se, no geral, bastante fragmentados, embora seja possível definir três momentos cronológicos distintos: um primeiro associado à ocupação inicial desta zona urbana, datado de finais do século XVI e início do século XVII, em linha com o que se conhece sobre o crescimento urbano de Ponta Delgada nesse período para norte (Leite 2014, 325); um segundo momento datado de meados do século XVII a meados do século XVIII, ao qual julgamos ter estado associado um edifício urbano já com alguma dimensão; e um terceiro momento, associado aos primeiros anos de utilização do imóvel existente antes da reabilitação, que deverá datar do final do século XIX ou início do XX (Araújo 2021a, 30-31).

No relatório final da intervenção foi proposta a conceção de uma pequena exposição temporária de alguns artefactos exumados, aproveitando o facto de o espaço corresponder a uma galeria de arte. Tal iniciativa poderá vir a ser importante na divulgação da arqueologia enquanto ciência e da sensibilização do público para as questões patrimoniais (Araújo 2021a, 32). Esta exposição temporária poderia assumir um carácter experimental, pretendendo aferir o grau de adesão do público à solução museográfica, podendo ser posteriormente transformada numa mostra permanente, mantida num pequeno espaço da galeria, acompanhada de um painel informativo ou solução digital equivalente. Outra opção passa pela instalação de uma vitrina na área correspondente à receção da área de alojamento local, ou outra área comum deste espaço, garantindo assim um contacto direto entre os hóspedes e a pequena mostra arqueológica. Não é inédita a associação entre espaços de alojamento turístico e a preservação de estruturas arqueológicas. Veja-se o exemplo do Hotel do Corpo Santo, em Lisboa, que integrou nas suas instalações de área pública e comum estruturas e espólio arqueológico identificados durante o projeto de construção e que aposta no destaque dessa cultura material no marketing da sua imagem.³ Outro espaço de referência da capital é o Hotel Aurea Museum, que criou um núcleo museológico integrado no hotel, de modo a incorporar os vestígios de estruturas e o espólio que testemunham a intensa dinâmica de ocupação deste espaço da cidade desde o período pré-romano (**fig. 4**).⁴

3 Hotel do Corpo Santo. Acedido a 18 de janeiro, 2022. <https://www.corposantohotel.com/sala-fernandina>.

4 Eurostars Hotel Museum. Acedido a 18 de janeiro, 2022. <https://www.eurostarshotels.com.pt/aurea-museum.html>.

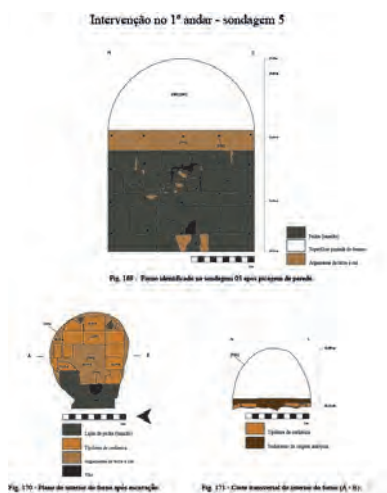
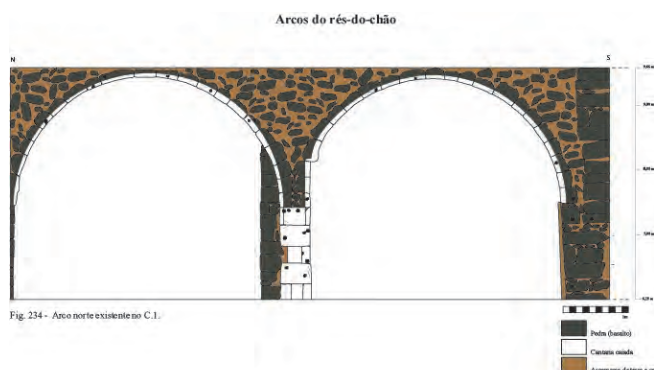


4 Estruturas arqueológicas integradas e musealizadas no Hotel Aurea Museum, em Lisboa. Fotografia de João Gonçalves Araújo

O edifício correspondente à atual Fábrica Paroquial da Igreja Matriz de São Sebastião, localizado na esquina entre o Largo Vasco Bensaúde e a Rua Manuel Inácio Correia, foi também alvo de uma intervenção arqueológica que o elege para uma pequena solução museológica. Este imóvel localiza-se na envolvente da Igreja Matriz de São Sebastião, isto é, numa das áreas mais antigas da cidade, com ocupação desde o início do século XVI (Leite 2014, 98). Além disso, o imóvel situa-se nas imediações das antigas instalações da Misericórdia de Ponta Delgada, localizadas nesta área entre os séculos XVI e XIX. O edifício atualmente existente, que deverá datar de meados/terceiro quartel do século XIX, terá sido inicialmente um espaço habitacional, posteriormente convertido na sede de Ponta Delgada do Banco Nacional Ultramarino, no início do século XX. Em meados do século passado, passou para a posse da paróquia da Igreja Matriz de São Sebastião, mantendo-se até hoje como espaço de apoio às atividades paroquiais.

As sondagens de diagnóstico e o acompanhamento de obra realizados permitiram apenas a identificação de contextos relacionados com o imóvel oitocentista, uma vez que a construção do edifício, com cave, terá destruído os vestígios anteriores. Porém, identificaram-se elementos arquitetónicos anteriores reaproveitados na alvenaria do imóvel, datáveis dos séculos XV/XVI a XVIII (Araújo 2021b, 30-32). Também neste caso foi contemplado, no relatório final, uma proposta de seleção de alguns artefactos arqueológicos que pudessem ser

integrados numa solução expositiva, temporária ou permanente, na cave do novo edifício, tornando-os acessíveis a uma fruição pública, embora parcial dada a propriedade do imóvel (Araújo 2021b, 32). Outra solução equacionada para este sítio resultaria no aproveitamento de uma das várias janelas altas existentes no rés-do-chão do edifício, transformando-a em vitrina virada para rua, contendo espólio devidamente identificado e painéis informativos com fotografias e desenhos do registo arqueológico do processo de intervenção (fig. 5).



5 Desenhos arqueológicos de estruturas identificadas passíveis de integrarem os painéis informativos de cada sítio. Exemplos da Fábrica Paroquial da Igreja Matriz de São Sebastião. Desenhos de João Gonçalves Araújo



6 Vitrina com materiais arqueológicos expostos e painéis informativos, virada para a rua, resultante da intervenção arqueológica realizada pela Câmara Municipal de Almada em imóvel situado na Rua Capitão Leitão, n.º 2 e 2A e Largo dos Bombeiros Voluntários, Almada. Fotografia de João Gonçalves Araújo

Tal solução também não é inédita, existindo alguns exemplos a nível nacional conhecidos, como é o caso do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros,⁵ em Lisboa, ou, mais próximo da realidade aqui apresentada, o edifício situado na esquina entre a Rua Capitão Leitão e o Largo dos Bombeiros Voluntários, em Almada (**fig. 6**). Neste último exemplo, destacamos a colaboração entre a Câmara Municipal de Almada e o proprietário do imóvel, numa solução que consideramos um bom exemplo de colaboração entre agentes públicos e privados (**fig. 5**).

Por fim, destacamos um espaço urbano ao ar livre que também se proporciona à criação de uma pequena solução museológica *in loco*: o adro da Igreja de São Pedro. A documentação histórica indica-nos que as origens deste templo remontam às fases mais antigas da cidade, certamente ao século XVI e provavelmente a finais do século XV. A igreja terá sofrido importantes reformulações nos séculos XVII e XVIII, assumindo, grosso modo, a sua configuração atual (Sousa 1986, 95-147). A intervenção arqueológica permitiu a identificação de algumas estruturas que poderão estar associadas aos templos ali existentes anteriormente, concretamente vestí-

gios de uma estrutura em alvenaria e de um pavimento constituído por pedra e cal (**fig. 7**). Além disso, identificaram-se alguns contextos estratigráficos com um significativo grau de fiabilidade que apontam para cronologias recuadas no contexto insular, podendo datar da primeira metade do século XVI.⁶

Uma possível solução para este espaço passaria pela criação de uma vitrine embutida na face norte do muro do adro, junto à área intervencionada, acompanhada de um pequeno texto sobre a igreja e de informação gráfica resultante

5 Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. Acedido a 18 de janeiro, 2022. <https://www.fundacaomillenniumbcp.pt/nucleo-arqueologico>.

6 A intervenção realizada no adro da Igreja de São Pedro desenvolveu-se em novembro de 2019 e consistiu no acompanhamento arqueológico da construção de uma rampa de acesso ao adro através a escavação de uma faixa no lado nordeste do mesmo. O relatório final da intervenção encontra-se em processo de conclusão.

da intervenção arqueológica. Apesar da área a norte do adro da igreja consistir atualmente num pequeno parque de estacionamento, algo que vemos como uma desvantagem, poderia ser encontrada uma solução que libertasse o acesso à vitrina, com todas as questões de segurança garantidas. Julgamos que apesar desse constrangimento, esta área ficou recentemente valorizada pela instalação de um quiosque pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, pelo que a vitrina poderia estar perto deste espaço, garantindo uma maior fluidez e atratividade no acesso ao espaço.



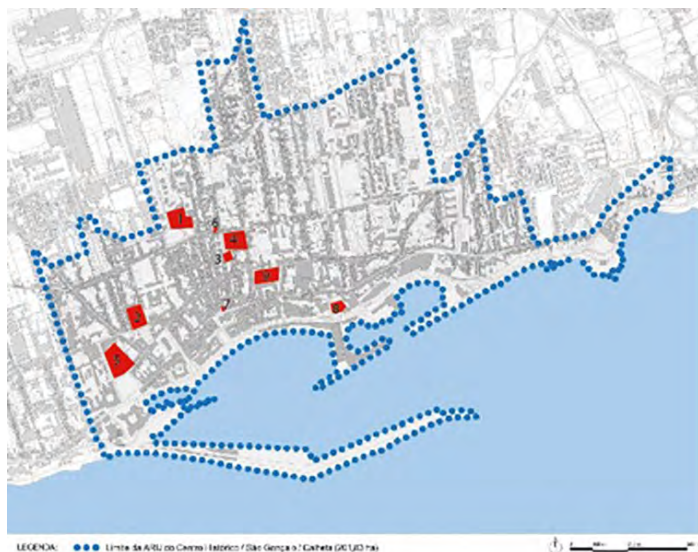
7 Estrutura identificada no decorrer do acompanhamento arqueológico de obra no adro da Igreja de São Pedro. Fotografia de João Gonçalves Araújo.

Um roteiro arqueológico para Ponta Delgada?

Dado o considerável número de sítios intervencionados em Ponta Delgada, assim como a relevância dos achados arqueológicos deles provenientes, seria a vários níveis interessante sistematizar tal informação através da criação de um roteiro arqueológico para a cidade. Nesse instrumento, seriam incluídos os espaços museológicos com coleções arqueológicas da cidade, bem como os espaços privados de acesso público e semipúblico que se proporcionariam à criação de pequenas áreas expositivas (**fig. 8**). Roteiros arqueológicos não são inéditos nos Açores, sendo de assinalar o Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores (Neto & Parreira 2018, 58-79), uma área na qual a região é sobejamente reconhecida nacional e internacionalmente.

Um roteiro arqueológico para Ponta Delgada dotaria a cidade de uma nova abordagem para a dinamização do turismo cultural do seu centro histórico,

podendo ser ainda criadas linhas temáticas dentro do património arqueológico, como seria o exemplo do património conventual, que nesta fase já poderia integrar o Recolhimento de Santa Bárbara e os conventos de Nossa Senhora da Esperança e de Santo André, o antigo Colégio dos Jesuítas e o Palácio/Convento de Nossa Senhora da Conceição. Seria, ainda, de incluir o antigo Convento de São João, entretanto desaparecido, que deu lugar ao Teatro Micaelense. Na intervenção realizada entre 2006 e 2007, no âmbito da construção de um parque de estacionamento subterrâneo sob o atual teatro, foram identificados contextos associados ao antigo espaço conventual. Infelizmente não foram preservadas as estruturas, mas foi recolhido espólio que poderia ser integrado no espaço. Apesar de ser um ambiente menos propício que os acima descritos, existem alguns casos em Portugal de estacionamentos subterrâneos que preservaram *in situ* estruturas arqueológicas, como são os exemplos do parque de estacionamento do Largo de Camões e o do Campo das Cebolas, ambos em Lisboa.



8 Localização de todos os espaços urbanos intervencionados mencionados no texto sobre mapa do limite da área de reabilitação urbana de Ponta Delgada: 1 – Colégio dos Jesuítas; 2 – Palácio/Convento de Nossa Senhora da Conceição; 3 – Recolhimento de Santa Bárbara; 4 – Convento de Santo André; 5 – Convento de Nossa Senhora da Esperança; 6 – Rua Dr. Guilherme Poças Falcão, n.º 21 a 25; 7 – Fábrica Paroquial da Igreja Matriz de São Sebastião; 8 – Adro da Igreja de São Pedro; 9 – Convento de São João.

Adaptado de Sociedade Portuguesa de Inovação 2016, 17.

Os espaços selecionados seriam complementados com a criação de placas com código QR, preferencialmente existentes nas fachadas dos edifícios de modo a assinalar a existência de realidades arqueológicas nestes espaços. O código QR daria acesso direto a uma aplicação móvel, preferencialmente plurilingue, que funcionasse como guia e canal facilitador de consulta e disseminação da informação de cada um desses sítios, articulando-os entre si (fig. 9). Também neste caso a solução não seria inédita a nível nacional. Existem alguns exemplos de boas práticas nesse sentido, do qual se destaca o projeto Lisboa Romana.⁷ Em Ponta Delgada existe já um suporte que se adequaria particularmente à solução por nós defendida. Trata-se de um *site* associado também a uma aplicação móvel, VisitPontaDelgada,⁸ nos quais se encontra categorizado o património imóvel, podendo ser acrescentada a categoria de património arqueológico.



9 Exemplo de página de aplicação móvel com informação referente a sítio arqueológico sinalizado. Conceção de N'Zinga Oliveira.

Considerações Finais

O atual panorama dos centros históricos nacionais e regionais tem sido pausado por uma constante tensão entre as dinâmicas de reabilitação de espaços urbanos antigos e a necessidade de preservação do património histórico, artístico e arqueológico, com prejuízo quase sempre para a segunda parte. Tal resulta, invariavelmente, num empobrecimento cultural dos espaços urbanos, levando por arrasto as próprias comunidades que nele vivem. Esse panorama é fruto da perceção generalizada de que a proteção patrimonial atua como um entrave ao desenvolvimento, algo com o qual não poderíamos estar mais em desacordo. O património histórico, artístico e arqueológico é, pelo contrário, um ativo de inestimável valor nos dias de hoje, ganhando particular destaque num mundo cada vez mais globalizado, com tendência para uma certa homogeneização cultural, no qual a diferença, a autenticidade e a originalidade

7 Lisboa Romana. Acedido a 19 de janeiro, 2022. <https://lisboaromana.pt>.

8 VisitPontaDelgada. Acedido a 19 de janeiro, 2022. <http://www.visitpontadelgada.pt/>.

identitárias funcionam como um atrativo cada vez mais importante (Renfrew & Bahn 2016, 583).

A arqueologia funciona como um elemento de particular valor estratégico, uma vez que resulta de realidades materiais, e por isso palpáveis e visíveis, que facilitam a relação entre os agentes do passado e as comunidades do presente. Consideramos que tal deve ser pensado para o centro histórico de Ponta Delgada como uma estratégia enquadrada em modelos multidisciplinares e interdisciplinares de conservação e restauro (Queiroz & Portela 2009, 17-21), resultando na valorização dos espaços urbanos, além de garantir um maior grau de bem-estar aos cidadãos. Cremos que tal estratégia poderá funcionar como atrativo para públicos nacionais e internacionais, contribuindo assim para a dinamização económica resultante do turismo cultural. Além disso, e numa perspetiva menos economicista, mas tão ou mais relevante, é da maior importância garantir o acesso das comunidades locais ao seu património histórico, descodificando-o através de soluções interativas e pedagógicas. Fica, assim, reforçada, se não garantida, a preservação do património e da memória histórica dos espaços, fator essencial para a consolidação das identidades culturais das comunidades.

[...] debemos dirigir nuestros esfuerzos hacia una “Arqueología preventiva, de investigación, de conservación y puesta en valor”, fruto de la planificación y en equilibrio con un desarrollo no meramente destructivo, si no dirigido a recuperar nuestra memoria, en la que la Arqueología y sus Museos sean el palimpsesto sobre el que se asientan nuestras raíces identitarias como colectividad, dentro de esta sociedad que conformamos la “aldea global” (Azuar 2011, 24).

Bibliografia

- ARAÚJO, João Gonçalves. 2022. *Empreitada Museu Carlos Machado – Núcleo de Santo André – Reservas Visitáveis e Área Expositiva de Curta Duração. Relatório Final da Intervenção Arqueológica*. Ponta Delgada: texto policopiado.
- ARAÚJO, João Gonçalves. 2021a. *Rua Dr. Guilherme Poças Falcão, n.º 21 – 25, Ponta Delgada. Acompanhamento arqueológico de obra*. Ponta Delgada: texto policopiado.
- ARAÚJO, João Gonçalves. 2021b. *Fábrica Paroquial da Igreja Matriz de São Sebastião: sondagens de diagnóstico e acompanhamento arqueológico de obra*. Ponta Delgada: texto policopiado.
- ARAÚJO, João Gonçalves & N'Zinga Oliveira. 2020b. “O convento de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada: o contributo da arqueologia para o conhecimento de

- um monumento identitário”. In *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*, coord. José Arnaud, César Neves & Andrea Martins, 2035-2046. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- ARAÚJO, João Gonçalves & N’Zinga Oliveira. 2020a. *Convento de Nossa Senhora da Esperança – Ponta Delgada. Sondagens arqueológicas de diagnóstico: campanha de 2015-2016*. Ponta Delgada: texto policopiado.
- ARAÚJO, João Gonçalves & N’Zinga Oliveira. 2016. “Fragmentos do quotidiano conventual: o contributo do espólio do Convento de Nossa Senhora da Esperança (séculos XVI-XIX)”. In *Açores e Madeira: Percursos de Memória e Identidade*, coord. Duarte Chaves, 85-103. Velas: CHAM – Centro de Humanidades; Santa Casa da Misericórdia das Velas.
- AZUAR, Rafael Ruiz. 2011. “Arqueología, Museos y Ciudadanos”. In *El Futuro de la Arqueología en España*, ed. Jaime Almansa Sánchez, 21-24. Madrid: JAS Arqueología S.L.U.
- BASTO, Miguel. 2015. *Convento de Nossa Senhora da Esperança: Intervenção, Conservação, Restauro e Reabilitação. Relatório Prévio*. Ponta Delgada: texto policopiado.
- FERNANDES, Ana & Catarina Melo Antunes. 2016. *Museu Carlos Machado: Memória do Convento*. Catálogo. Ponta Delgada: Direção Regional da Cultura.
- CARVALHO, Helena & João Bernardes. 1995. “Intervenção arqueológica no antigo Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada: breve notícia”. *Arquipélago. História*, 2ª série, 1 (2): 317-326.
- JORGE, Vitor Oliveira. 2007. *Arqueologia, Património e Cultura*. 2ª edição. Lisboa: Instituto Piaget.
- LEITE, Antonieta Reis. 2014. *Açores, cidade e território: quatro vilas estruturantes*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- MARTINS, Manuela & Maria do Carmo Ribeiro. 2009-2010. “A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades”. *FORUM* 44-45: 149-177.
- MUSEU CARLOS MACHADO (ed.) “Arqueologia, do Convento ao Museu”. Catálogo. Ponta delgada: Museu Carlos Machado.
- NETO, José Luís. 2018. *Arqueologia nos Açores: uma breve história*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- NETO, José Luís & Pedro Parreira. 2018. *Manual de Boas-Práticas do Património Cultural Subaquático dos Açores*. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura.
- OLIVEIRA, N’Zinga & Carla Devesa Rodrigues. 2016. *Relatório da intervenção de minimização de impactos arqueológicos no Palácio da Conceição*. Ponta Delgada: texto policopiado.
- OLIVEIRA, N’Zinga, João Gonçalves Araújo & Carla Devesa Rodrigues. 2019. “Arqueologia e património religioso: potencialidades de uma ciência para a valorização turística do património religioso”. In *Memória e Identidade Insular: Religiosidade, Festividades e*

- Turismo*, coord. Duarte Chaves, 411-424. Ponta Delgada: CHAM – Centro de Humanidades; Santa Casa da Misericórdia das Velas.
- QUEIROZ, Francisco & Ana Margarida Portela. 2009. *Conservação Urbana e Territorial Integrada — Reflexões sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- RENFREW, Colin & Paul Bahn. 2016. *Archaeology. Theories, Practices and Methods*. 7ª edição. Londres: Thames & Hudson Ltd.
- SOCIEDADE PORTUGUESA DE INOVAÇÃO. 2016. *Relatório 2A: Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico/São Gonçalo/Calheta*. Acedido a 18 de janeiro, 2022. https://www.cm-pontadelgada.pt/cmptadelgada/uploads/document/file/803/_REAS_DE_REABILITA_O_URBANA_DO_CENTRO_HIST_RICO_-_S._GON_ALO__CALHETA__SANTA_CLARA_E_S._ROQUE.pdf.
- SOUSA, Nestor de. 1986. *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

Patrimonialização, ressignificação e comunicação das manifestações culturais tradicionais^{*}

RITA RIBEIRO^{**}

Cultura global e as metamorfoses da tradição

Mais do que tudo nas sociedades contemporâneas, a cultura é a *forma* da globalização. Acolhendo uma miríade de conteúdos, a cultura é o aparelho circulatório por onde transitam as referências e universos simbólicos que corporizam o mundo global nas suas dimensões económica, política, social e tecnológica. Rompidas as cercas que delimitavam as culturas nacionais fabricadas pela modernidade (Hobsbawm 1990; Anderson 1983), foi sendo forjada uma cultura global que, com avanços e recuos, mais intensa e real em algumas geografias do que noutras, encolheu a percepção do mundo e ampliou o sentimento

* Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto “FESTIVITY – Festa, património cultural e sustentabilidade comunitária. Investigação e comunicação no caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado”, cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), com a referência PTDC/COM-CSS/31975/2017, e pelo Projeto Estratégico do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

A autora deste capítulo não utiliza o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90), tendo sido respeitada a grafia portuguesa anterior ao mesmo.

** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2330-1696>. E-mail: rmgr@ics.uminho.pt.

de pertença e de familiaridade cultural (Robertson 1992). Mutidimensional na sua acção e efeitos, a globalização das últimas cinco décadas foi vista como um rolo compressor: por efeito do esbatimento das fronteiras, da intensificação das trocas, da aceleração tecnológica, uniformizaram-se práticas, valores e aspirações.

Ainda que com variações entre diversas regiões do mundo e entre diferentes classes sociais, a vida quotidiana tornou-se generalizadamente mais semelhante à escala global com a padronização de gostos, produtos, ideias, imaginários, modos de vida. Da gastronomia ao vestuário, do entretenimento à linguagem, acentua-se a tendência para a homogeneização das práticas sociais. Os elementos que nos rodeiam, tangíveis ou intangíveis, e os processos de codificação e decodificação da realidade configuram uma nuvem ou atmosfera global que não apenas influencia ou matiza as vidas individuais e colectivas, mas que é mesmo o pressuposto das existências sociais contemporâneas.

Lipovetsky & Serroy (2010) propõem o conceito de cultura-mundo para descrever o que consideram ser tanto um modelo planetário de valores, práticas e significados, como de mercantilização universal da cultura:

Com a cultura-mundo, alastra por todo o globo a cultura da tecnociência, do mercado, dos media, do consumo e do indivíduo. [...] É o mundo que se transforma em cultura e a cultura em mundo: é uma cultura-mundo. (Lipovetsky & Serroy 2010, 14)

Todavia, a evidente tendência para a uniformização cultural não conta a história toda da recente vaga de globalização. Na verdade, estamos perante um duplo movimento de diferenciação e homogeneização, de produção e supressão de diferenças, de pluralismo e hegemonia cultural, de localismo e globalismo (Tomlinson 1999). Nas palavras de Alexandre Melo, “a globalização cultural produz ao mesmo tempo mais uniformidade e mais diversidade. Isto não é um paradoxo” (Melo 2002, 42). Ou seja, a uniformização faz-se acompanhar da diferenciação, a qual prolifera por duas vias: pela hiper-oferta, resultante da ampliação dos mercados, e pelos processos de resistência à uniformização. Quanto mais a experiência do mundo parece idêntica e aplanada, mais iminente se torna a distinção — “a semelhança aguça a diferença” (Dieckhoff 2001, 22). E a diferença pode ser trazida quer pela inovação, quer pela revalorização de elementos histórico-culturais considerados singulares e identitários. É esta última que interessa aqui analisar.

Sob a matriz da globalização, a diferença tornou-se um valor. Há neste efeito um duplo sentido: a riqueza antropológica e o valor de mercado. No primeiro ponto, em face da desterritorialização, do esvaziamento cultural e do risco de perda, irrompe um apelo à urgência de salvaguardar e recuperar práticas já abandonadas ou em extinção. Neste “regresso às raízes” ocorre a (re)valorização das identidades locais e da herança cultural, de que resulta a revitalização de manifestações tradicionais. No segundo ponto, a diferenciação é valorizada pelo seu potencial valor no mercado. Num sistema económico que toma tudo como mercadoria, também as manifestações culturais das comunidades, tidas como autênticas e singulares, tendem a ser apropriadas pelas qualidades de bem cultural escasso com capacidade para criar valor económico, de forma directa ou indirecta.

Num mundo globalizado e em plena saturação do mercado de bens simbólicos, esgotam-se as oportunidades de achar “tesouros escondidos” que sirvam a lógica da diferenciação. Deste ponto de vista, o resgate da tradição e da cultura popular a que se vem assistido nas últimas décadas é um vector relevante no processo de valorização da diversidade cultural, seguida frequentemente da criação de valor económico. Por efeito de processos de sobreposição e fusão da cultura moderna-global com a tradicional-local ocorrem transformações que dão origem a práticas sociais e culturais híbridas e de síntese (Canclini 2003). A fecundação entre culturas, a fusão sem anulação que a globalização cultural promove, é o tubo de ensaio onde ganha forma a transculturalidade, entendida por Welsch (1999) como as múltiplas conexões culturais que transcendem referências e contextos culturais (locais, nacionais) situados, compondo subjectividades permeáveis, transmutáveis e compósitas.

Num quadro de mudanças e rupturas trazidas pelo enfrentamento com a cultura de massas e a cultura erudita ou alta-cultura, impõe-se questionar que lugar ocupam as manifestações da cultura tradicional:

A cultura popular parece não caber com inteireza nas arrumações conceptuais dos estudos contemporâneos sobre cultura. Não porque esteja ameaçada de extinção, mas porque entrou no domínio da alteridade, isto é, tornou-se, na modernidade, o outro da cultura. (Ribeiro 2019, 108)

Sob tutela (dos Estados, das elites culturais, das classes dominantes), a cultura popular ajustou-se ao modelo societal moderno (Storey 2003). As metamorfoses por que passaram as manifestações culturais tradicionais evidenciam os (re)usos sociais e políticos do passado, da cultura e da tradição enquanto

discursos legitimadores da apropriação realizada por diversos grupos e entidades (Smith 2006). Reificada enquanto mercadoria, património e identidade, observam-se, na cultura popular, processos de alienação e estranhamento de si, como algo que fica fora do lugar e se faz como simulacro ou reconstituição artificial de uma singularidade. De entre as manifestações tradicionais, as festividades são, certamente, as mais interessantes de analisar. Trata-se de eventos multidimensionais, realizados ciclicamente e durante um período que, tipicamente, ocupa entre um e sete dias e com capacidade para atraírem e acolherem multidões de participantes e espectadores. São, como tal, terreno propício à turistificação e à festivalização, processos que exploraremos de seguida, com base nos debates teóricos e conceptuais que decorrem no campo dos estudos da cultura e do património.

Turismo cultural, diferenciação e património

À globalização do mundo tem correspondido um crescimento contínuo da mobilidade das populações nas últimas décadas, quer através de movimentos migratórios, quer das deslocações turísticas. A facilidade em viajar e a conversão de muitos territórios, urbanos e rurais, à indústria do turismo como estratégia de desenvolvimento e sobrevivência criou oportunidades inéditas de visitar lugares e culturas. As viagens *lowcost*, as plataformas de alojamento e, de um modo geral, as possibilidades do turista planear e reservar as visitas à medida dos seus interesses e capacidade económica incentivam a multiplicação de visitas curtas e intensas, enquadradas na tipologia de *city break*. Estas tendências encorajam quer o colecionismo turístico (ir ao maior número possível de lugares), quer uma experiência turística multidimensional, ancorada no turismo cultural, mas tendencialmente omnívora (Urry 2002). Com isto queremos dizer que, sob o grande chapéu do turismo cultural, o turista omnívoro procura diversificar a sua experiência. Para além de monumentos históricos e arqueológicos e museus, passaram a fazer parte do cardápio turístico a oferta da economia cultural e criativa e da cultura urbana: eventos culturais (concertos, peças teatrais, exposições), diversão, gastronomia, arquitectura, paisagens, imaginários, etc.

Todavia, por efeito do capitalismo global e da turistificação dos lugares, é evidente a tendência para a uniformização dos destinos: no comércio, no alojamento e restauração, na oferta cultural, na arquitectura e design, a experiência turística urbana torna-se cada vez mais semelhante. Em resposta a este processo, os territórios voltam-se para a promoção dos elementos culturais

diferenciadores, capitalizados enquanto recurso de marketing territorial para o mercado turístico (Urry 1995). Referimo-nos a dimensões culturais da vida colectiva que são tidas como singulares e distintivas, designadamente as práticas culturais comunitárias e identitárias.

Face à massificação turística, e porque as estratégias de diferenciação passam cada vez mais pelos elementos culturais não-tangíveis e não-replicáveis, os destinos promovem a autenticidade e originalidade da cultura local. Associada ao turismo cultural está actualmente a expectativa de, por uns dias, interagir com a população local, conhecer por dentro a sua cultura, viver como um nativo — a fantasia de não ser turista nem público, mas parte da cultura onde se é um estranho. Tal como as demais formas de consumo e lazer, o turismo é um investimento identitário que concorre para a construção do sujeito contemporâneo — de que a abertura à diversidade cultural e o cosmopolitismo são peças relevantes. Como tal, a imersão em manifestações culturais *autênticas*, comunitárias e em contraponto à cultura de massas é uma tendência crescente da experiência turística (Mckercher & Du Cros 2002; Salazar 2010).

Todavia, a voracidade mercantil da indústria turística implica o crescimento contínuo do fluxo de visitantes e da oferta de atrações. Consequentemente, o que emergira como um nicho do turismo cultural corre o risco de massificar-se. O uso das manifestações tradicionais da cultura popular, a descoberta da comunidade, a “oficialização” política das identidades locais, os simulacros da participação *in situ* e da experiência vivida pelo turista são presentemente efeitos directos do turismo culturalizado.

Como qualquer outro mercado, também o do turismo cultural — e, especificamente, o que se dirige às manifestações de cultura popular e tradicional — necessita de captar a atenção do consumidor e assegurar a qualidade do produto. Nisto têm um papel determinante os marcadores globais de reconhecimento e classificação do património cultural imaterial. Tendo começado por ser um instrumento da UNESCO para a salvaguarda e valorização das heranças culturais vivas, a chancela de “património cultural imaterial” prolifera em diversas escalas, do global ao local, e renova o marketing dos lugares e das culturas.

Patrimonializar a tradição: o mercado dos bens simbólicos

A noção de património ou herança cultural não é recente. A ideia de que recebemos do passado um legado de práticas culturais que deve ser protegido e transmitido às gerações seguintes tem acompanhado as sociedades modernas. É precisamente quando as sociedades deixam de ser reguladas pela sacralidade da

tradição e o passado deixa de ser uma bússola para a acção que ocorre uma valorização reforçada da herança cultural. A percepção de que há “risco de perda” de certos traços ou práticas culturais desencadeou movimentos de identificação, estudo e revitalização desses elementos do passado. Como tal, a ideia de herança cultural é uma construção moderna que refaz reflexivamente a tradição. Usando a ideia de herança cultural de forma plástica e estratégica, as sociedades modernas, caracterizadas pelos valores da mudança, velocidade e pluralidade, atenuam o desenraizamento e reconstroem narrativas de continuidade e pertença.

Ao longo dos séculos XIX e XX, os Estados tiveram uma acção determinante no processo de resgate das manifestações culturais tradicionais, nas suas múltiplas formas, em larga medida para servir as suas ideologias e políticas nacionalistas. Actualmente, essa missão é liderada pela UNESCO que aprovou em 2003 a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (ratificada por Portugal em 2008) e na qual se estabelecem as balizas conceptuais e de intervenção neste campo. De acordo com a Convenção (Artigo 2º, 1.), entende-se por património cultural imaterial

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões — bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados — que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.

Neste documento são elencadas as tradições ou expressões enquadradas na noção de património cultural imaterial: tradições e expressões orais; expressões artísticas e manifestações de carácter performativo; práticas sociais, rituais e eventos festivos; conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo; competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais (Artigo 2º, 2.). Consagra-se, desta forma, a conversão das práticas da cultura tradicional em património cultural imaterial. Depois da valorização da herança cultural centrada no património histórico, arqueológico e artístico, as atenções concentram-se agora no património etnográfico e nas suas representações materiais e intangíveis. Kirshenblatt-Gimblett (2004, 53) fala na viragem “dos artefactos para as pessoas” e para a *living heritage*.

Neste processo, é importante salientar que não é um dado adquirido o que é ou não é definido e declarado como património cultural — e, mais ainda, património cultural imaterial. É necessária uma intencionalidade social e política para a constituição do *corpus* patrimonial, ou seja, o património cultural imaterial só existe enquanto efeito sociocultural da decisão política de “patrimonializar”, isto é, de activar referentes culturais como património (Prats 1997), seleccionando elementos da vida de um grupo ou comunidade que merecem ser distinguidos e salvaguardados.

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial teve um efeito assinalável nas políticas culturais — a nível nacional, regional e local — e, sobretudo, contribuiu para um novo regime de pensamento sobre as expressões da cultura tradicional. Numa cascata que se alimenta a si própria, a inventariação e classificação como “Património Cultural Imaterial” vai das Listas Representativas da UNESCO até aos esforços de salvaguarda em pequenas localidades. Sob o grande chapéu do património cultural imaterial fervilham múltiplas motivações, interesses, estratégias e aspirações, desde os esforços das comunidades em manter práticas a que dão valor, à valorização económica destas práticas e aos planos de desenvolvimento de regiões periféricas e deprimidas. Deste modo, a patrimonialização surge como resposta para necessidades e aspirações muito diversas.

A Convenção teve efeitos muito relevantes na valorização política e social de formas culturais frequentemente esquecidas ou menosprezadas, que conquistaram atenção e interesse e se tornaram objecto de estudo e de medidas de salvaguarda. Adicionalmente, desencadeou uma corrida aos emblemas de patrimonialização e, porque os elementos e artefactos patrimonializados se tornam objecto de desejo para a indústria turística, o reconhecimento como “Património Cultural Imaterial” ganha importância na competição global no campo do turismo (Hernández i Martí 2008, 31).

Neste contexto, devemos questionar que riscos acompanham a inflação de processos de patrimonialização, nas suas diversas categorias. Diversos autores têm chamado a atenção para os riscos de reificação da tradição e da herança cultural, designadamente os que decorrem da sua mercantilização, turistificação e mediatização.

As classificações oficiais, nacionais ou internacionais, do património cultural imaterial são emblemas de prestígio e notoriedade (particularmente importantes para territórios em luta pela sobrevivência), mas é inegável que são também desejados pela expectativa dos dividendos económicos associados. Como refere Testa (2020, 84) acerca das festas tradicionais, “o capital simbólico

das festividades patrimonializadas [...] é fácil e frequentemente convertido em capital político ou social e mesmo em capital económico”.

O regime económico e societal capitalista que transforma todas as coisas e todas as relações sociais em mercadorias criou também o mercado do património. Institucionalizam-se os discursos que vinculam o património cultural à racionalidade económica, às lógicas mercantis e à monetização. Alonso-González (2019) alerta para os processos de fetichização e artificialização das expressões culturais face à

lógica que subjaz à formação capitalista moderna ocidental fetichista, na qual as ideias e as coisas são autonomizadas das relações sociais: à medida que se destrói a realidade do mundo, geram-se representações abstratas do mesmo que se preservam para mitigar simbolicamente esse desaparecimento, seja em zoológicos, narrativas históricas, museus ou parques nacionais. (Alonso-González 2019, 52)

Espera-se das manifestações culturais tradicionais, sobretudo quando patrimonializadas, a criação de valor económico, mesmo que quase nunca se pergunte onde fica esse valor — na comunidade, nas elites da comunidade, nos agentes económicos que fornecem bens e serviços?

Não se trata de repudiar os processos de mercantilização das manifestações culturais tradicionais. Sabemos que sem eles muitas manifestações teriam já desaparecido ou estariam moribundas e que a sobrevivência de muitas comunidades e territórios deixados para trás depende, precisamente, do património cultural que podem oferecer no *folk-ethnomarket*. Não é possível, face à hegemonia capitalista, imaginar salvar o património cultural imaterial sem que se transforme em bem de consumo e em recurso central das estratégias de marketing territorial (Macmillan 2018).

Parece, portanto, indiscutível que património cultural e turismo se alimentam mutuamente. Assim como tipologias anteriores de patrimonialização relativas ao património cultural e natural (monumentos, centros históricos de cidades, sítios arqueológicos, paisagens), também o património cultural imaterial segue a mesma vocação de isco turístico e bem de exportação (Shepherd 2002). Instituições globais como a ONU, a UNESCO e o Banco Mundial promovem há meio século o turismo como catalisador de desenvolvimento e modernização de regiões pobres e estagnadas (Michaud 2001). Mesmo que o turismo contribua para um melhoramento das condições de existência difíceis destas populações, é necessário não ter ilusões quanto às trocas assimétricas com regiões mais desenvolvidas, à reprodução das desigualdades

(Alonso- González 2019) e ao uso político das identidades locais (Gisbert Gràcia, Rius-Ulldemolins & Hernández i Martí 2019).

Existe, portanto, um risco considerável de (sobre)exploração das manifestações culturais tradicionais quando usadas como atrações turísticas, desde logo a expansão do seu lado comercial (feiras, entretenimento, restauração) e a profissionalização das actividades. A isso acrescenta-se a tentação de domesticar as suas componentes menos aceitáveis, já que a presença massiva de turistas cria expectativas e pressões que podem levar à criação de simulacros ou de adaptações ao gosto do turista, o que pode potenciar tensões e conflitos quer entre a comunidade e os visitantes, quer entre os membros da comunidade detentora. A turistificação das manifestações culturais patrimonializadas resulta frequentemente na sua festivalização (Hafstein 2018). Este processo é especialmente premente no caso das festividades tradicionais que integram a oferta do mercado turístico e atraem multidões. Divididas entre o orgulho pelo reconhecimento externo da sua festa e as vantagens económicas locais, por um lado, e a descontextualização e dessacralização das performances rituais e festivas (Hafstein 2020), por outro, as comunidades sentem perder o controlo sobre suas práticas culturais.

Por fim, é importante analisar como a patrimonialização e turistificação da herança cultural se entrelaça com a sua reificação mediática. Por um lado, os meios de comunicação social, tradicionais e digitais, têm tido um papel de grande relevo na divulgação de manifestações culturais de pequena dimensão e de conteúdos sobre património cultural, alcançando audiências habitualmente pouco atentas ou receptivas a estas formas culturais e permitindo o acesso a estas manifestações a quem não tem condições de as conhecer *in situ*. Para mais, a mediatização do património cultural imaterial tem conhecido uma grande expansão, sobretudo, por efeito do acesso a tecnologias e plataformas de captação, edição e difusão de imagens. No que se refere à comunicação de manifestações culturais tradicionais, as comunidades detentoras e os visitantes concorrem hoje com os media profissionais, ampliando acervos e públicos.

Por outro lado, os media transmutam a cultura popular tradicional em conteúdo mediático e objeto de reprodução técnica, o que aumenta os riscos de abordagens encenadas e espectacularizadas destas manifestações, cedendo às temporalidades, exigências técnicas e padrões estéticos das produções mediáticas. Os conteúdos mediáticos massificados e padronizados típicos da indústria cultural (Adorno 1991) acarretam um risco de vulgarização e reducionismo das expressões culturais e das identidades comunitárias, fixando no ecrã do imaginário colectivo versões cristalizadas dos modos de fazer, artefactos e rituais tradicionais.

Ressignificação das manifestações tradicionais

Não restam dúvidas de que as formas tradicionais de cultura enfrentam um turbilhão de desafios. A transformação dos modos de vida (produção, consumo e lazer) ocorrida na modernidade descentrou a tradição e relegou-a para as margens do sistema societal. Não a superou ou suprimiu, todavia. A tradição foi sendo reflexivamente incorporada nos processos de modernização (Beck, Giddens & Lash 1994) e funciona como narrativa de redenção face aos deslocamentos identitários nas sociedades modernas. Ora, enquanto tal, a tradição não se enquadra já na função que desempenhava nas sociedades pré-modernas: não é a continuidade do passado no presente, mas o movimento que vai do presente ao passado, a “filiação inversa” de que fala Jean Pouillon, que perspectiva a ideia de tradição como uma “retro projecção: escolhemos aquilo pelo qual nos declaramos determinados, apresentamo-nos como os continuadores daqueles que fizemos nossos predecessores. [...] para definir uma tradição é necessário ir do presente ao passado e não o inverso” (Pouillon 1975, 159-160).

Entre as comunidades, a sua herança cultural é também vivida e pensada hoje de modo muito diverso do que havia sido pelas gerações anteriores. Com as mudanças nos modos de vida (urbanização, substituição do trabalho agrícola, cultura global, inovação tecnológica), mudou também o sentido atribuído às suas práticas culturais. Continuar a fazer romarias e festas, artesanato, peças de teatro, continuar a cantar e a dançar seguindo os códigos da transmissão geracional, já não se faz apenas porque “sempre se fez”, mas por afirmação identitária e porque a validação e reconhecimento externos conferem a estas práticas um valor que incentiva as comunidades a preservar e salvaguardar o que é considerado como tradição, memória e património. Sublinhe-se, todavia, que a este respeito a própria ideia de comunidade pode ser redutora e enganadora, levando a pensar em características de coesão e unidade, quando o que se encontra são posições heterogêneas, mesmo contraditórias, entre diferentes gerações e agentes sobre as múltiplas dimensões e desafios que atravessam estas manifestações (significado das práticas, modos de organização, abertura ao turismo e à comercialização, etc).

As manifestações culturais tradicionais, embora reclamem uma longa existência, conhecem mudanças significativas. Em primeiro lugar porque a tradição, em si, é viva e dinâmica e, em segundo lugar, porque as práticas se renovam e refuncionalizam em ligação com os contextos das comunidades e das tendências sociais de grande escala, como a globalização, a modernização reflexiva, os dispositivos político-ideológicos e a expansão das lógicas de mercado (Ribeiro 2019).

Olhando especificamente para o campo das festividades e rituais tradicionais, e num cenário de crescente interesse pelas classificações de património cultural imaterial, importa questionar acerca dos efeitos dos processos de patrimonialização nas festividades: como se vão reciclando as festas para que façam sentido no tempo presente; de que modo as comunidades lidam com as ressignificações da sua festa, tanto as endógenas como as que decorrem de pressões exteriores; se a festa como “bem turístico” ou como património cultural é “apenas” uma festa (Ribeiro, Pinto & Lima 2019).

Em face dos desafios enunciados, a cultura tradicional deve ser pensada a partir das suas intersecções com linguagens contemporâneas, urbanas e tecnológicas, assumindo a ressignificação da tradição nas sociedades modernas, a par do reforço do sentido identitário nas comunidades, favorecendo o envolvimento e participação das gerações mais novas. Interessa, por isso, propor e debater formas de pensar estrategicamente a comunicação do património cultural imaterial, que entendemos ser um vector crucial da sua salvaguarda, valorização e sustentabilidade. É, portanto, fundamental reflectir sobre estratégias de comunicação que harmonizem o conhecimento, o reconhecimento e a valorização externa do património cultural imaterial com as expectativas e necessidades das comunidades locais (Alivizatou 2019; Fournier 2020; Galani, Markham & Mason 2020).

Neste sentido, apresentam-se os seguintes pressupostos e propostas na comunicação das manifestações culturais tradicionais:

1. A cultura humana é dotada de enorme diversidade e de uma complexidade de significados que tornam as suas manifestações específicas nem sempre evidentes ao olhar externo. Estas manifestações beneficiam de ser comunicadas a partir de chaves de interpretação, evitando a mediatização sem mediação. Dito de outro modo, o património cultural deve ser traduzido para ser transmitido aos públicos mais amplos da indústria cultural.
2. Num contexto de intensificação tecnológica, ganham pertinência os conteúdos mediáticos que utilizam as tecnologias de informação e comunicação digital e formatos inovadores, como documentário, aplicações móveis, exposições interativas, vídeos de *storytelling*, páginas de *social media*, *websites* com conteúdos multimédia. Trata-se de formatos que permitem complexificar as narrativas e dar-lhes múltiplos níveis de aprofundamento (depoimentos dos participantes e agentes locais, análises temáticas de especialistas, enquadramento histórico e antropológico, elementos estéticos, emotivos e expressivos).

3. É crucial que as estratégias de comunicação incluam a definição e criação de públicos e de segmentos de visitantes que privilegiam o turismo cultural e científico, valorizando a disponibilização de conhecimento sólido e fundamentado sobre as especificidades culturais do território que se visita e a reinvenção criativa do património cultural, bem como formatos e conteúdos informativos, narrativos, acessíveis e confiáveis.
4. No caso do património cultural imaterial, uma das funções das ferramentas de comunicação é a de registar, guardar e difundir acontecimentos e memórias, superando assim as limitações colocadas pela disponibilidade temporal limitada de muitas destas expressões culturais (por vezes com performances que ocorrem em simultâneo), assim como de espaços que possam conter todos quantos desejam assistir e participar em condições de fruição plena de segurança.

A cultura tradicional não é fechada sobre si mesma, nem imune às transformações da contemporaneidade: a vida mudou e mudou o que as pessoas fazem, como o fazem e porque o fazem. A continuidade das suas manifestações é central para a sustentabilidade cultural das comunidades e constitui uma riqueza extraordinária a salvaguardar. Perante os processos de patrimonialização, turistificação e mercantilização, e conhecendo as ressignificações que ocorrem, é fundamental que a herança cultural seja pensada e comunicada estrategicamente, evitando que se torne um simulacro de si mesma.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor. 1991. *The Culture Industry: Selected Essays on Mass Culture*. London: Routledge.
- ALIVIZATOU, Marilena. 2019. "Digital Intangible Heritage: Inventories, Virtual Learning and Participation". *Heritage & Society* 12 (2–3): 116-135. <https://doi.org/10.1080/2159032X.2021.1883950>.
- ALONSO, Pablo González. 2019. *O Antipatrimónio. Fetichismo do Passado e Dominação do Presente*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- ANDERSON, Benedict. 1983. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London; New York, NY: Verso.
- BECK, Ulrich, Anthony Giddens & Scott Lash. 1994. *Reflexive Modernization: Politics, Tradition, and Aesthetics in the Modern Social Order*. Cambridge: Polity Press.
- CANCLINI, Néstor García. 2003. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.

- DIECKHOFF, Alain. 2001. *A Nação em Todos os seus Estados. As Identidades Nacionais em Movimento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- FOURNIER, Laurent Sébastien. 2020. "Performing Identities and Communicating ICH: From Local to International Strategies". In *Heritage and Festivals in Europe. Performing Identities*, ed. Ullrich Kockel, Cristina Clopot, Baiba Tjarve, & Máiréad Nic Craith, 95-109. London: Routledge. <https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9780429202964>.
- GALANI, Areti, Katie Markham & Mason Rhiannon. 2020. "Problematising Digital and Dialogic Heritage Practices in Europe. Tensions and Opportunities". In *European Heritage, Dialogue and Digital Practices*, ed. Areti Galani, Rhiannon Mason, & Gabi Arrigoni, 10-36. London: Routledge.
- GISBERT GRACIA, Verónica, Joaquim Rius-Ulldemolins, & Gil-Manuel Hernández i Martí. 2019. "Festive Culture, Local Politics and Social Hegemony: Comparative Cases of Moors and Christians (Alcoi), the Fallas (Valencia) and the Patum (Berga)". *Revista Espanola de Sociologia* 28 (1): 79-94. <https://doi.org/10.22325/fes/res.2018.58>.
- HAFSTEIN, Valdimar Tr. 2018. "Intangible Heritage as a Festival; or, Folklorization Revisited". *Journal of American Folklore* 131 (520): 127-149. <https://doi.org/10.5406/jamerfolk.131.520.0127>.
- HAFSTEIN, Valdimar Tr. 2020. "Afterword. Festival as Heritage / Heritage as Festival". In *Heritage and Festivals in Europe. Performing Identities*, ed. Ullrich Kockel, Cristina Clopot, Baiba Tjarve, & Máiréad Nic Craith, 205-210. London: Routledge.
- HARVEY, David C. 2001. "Heritage Pasts and Heritage Presents: Temporality, meaning and the scope of heritage studies". *International Journal of Heritage Studies* 7 (4): 319-338. <https://doi.org/10.1080/13581650120105534>.
- HERNÁNDEZ I MARTÍ, Gil-Manuel. 2008. "Un Zombi de La Modernidad: El Patrimonio Cultural y Sus Límites". *En La Torre Del Virrey: Revista de Estudios Culturales* 5: 27-37.
- HOBSBAWM, Eric. 1990. *Nations and Nationalism since 1780. Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. 2004. "Intangible Heritage as Metacultural Production". *Museum International* 56 (1-2): 52-65. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1350-0775.2004.00458.x>.
- LIPOVETSKY, Gilles, & Jean Serroy. 2010. *A Cultura-Mundo. Resposta a Uma Sociedade Desorientada*. Lisboa: Edições 70.
- MCKERCHER, Bob, & Hilary Du Cros. 2002. *Cultural Tourism. The Partnership Between Tourism and Cultural Heritage Management*. London: Routledge.
- MACMILLAN, Fiona. 2018. "Research Handbook on Contemporary Intangible Cultural Heritage. Law and Heritage". In *Research Handbook on Contemporary Intangible Cultural Heritage. Law and Heritage*, ed. Charlotte Waelde, Catherine Cummings, Mathilde Pavis, & Helena Enright, 35-53. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

- MELO, Alexandre. 2002. *Globalização Cultural*. Lisboa: Quimera.
- MICHAUD, Jean. 2001. "Anthropologie, Tourisme et Sociétés Locales Au Fil Des Textes". *Anthropologie et Sociétés* 25 (2): 15-33. <https://doi.org/10.7202/000231ar>.
- POUILLON, Jean. 1975. *Fétiches sans Fétichisme*. Maspero: Bibliothèque d'Anthropologie.
- PRATS, Llorenç. 1997. *Antropología y Patrimonio*. Corcega: Editorial Ariel.
- RIBEIRO, Rita. 2019. "Cultura Popular: Uma Revisitação Conceptual". In *Políticas da Língua, da Comunicação e da Cultura no Espaço Lusófono*, ed. Moisés Lemos Martins & Isabel Macedo, 107-115. Famalicão: Húmus.
- RIBEIRO, Rita, Manuel Pinto & Maria Erica de Oliveira Lima. 2019. "Nota Introdutória: Ressignificações da Festa e Identidades Comunitárias". *Revista Lusófona de Estudos Culturais* 6 (2): 7-14. <https://doi.org/10.21814/rlec.2365>.
- ROBERTSON, Roland. 1992. *Globalization: Social Theory and Global Culture*. London: Sage.
- SALAZAR, Noel. 2010. "The Globalisation of Heritage through Tourism: Balancing Standardisation and Differentiation". In *Heritage and Globalisation*, ed. Sophia Labadi & Colin Long, 130-146. London: Routledge.
- SHEPHERD, Robert. 2002. "Commodification, Culture and Tourism". *Tourist Studies* 2 (1): 183-201. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/146879702761936653>.
- SMITH, Laurajane. 2006. *Uses of Heritage*. London: Routledge.
- STOREY, John. 2003. *Inventing Popular Culture. From Folklore to Globalization*. Malden: Blackwell.
- TESTA, Alessandro. 2020. "Events That Want to Become Heritage. Vernacularisation of ICH and the Politics of Culture and Identity in European Public Rituals". In *Heritage and Festivals in Europe. Performing Identities*, ed. Ullrich Kockel, Cristina Clopot, Baiba Tjarve & Máiréad Nic Craith, 79-94. London: Routledge. <https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9780429202964>.
- TOMLINSON, John. 1999. *Globalization and Culture*. Chicago, IL: Polity Press.
- UNESCO. 2003. "Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage". <https://ich.unesco.org/en/convention>.
- URRY, John. 1995. *Consuming Places*. London: Routledge.
- URRY, John. 2002. *The Tourist Gaze*. London: Sage.
- WELSCH, Wolfgang. 1999. "Transculturality — the Puzzling Form of Cultures Today". In *Spaces of Culture: City, Nation, World*, ed. Mike Featherstone & Scott Lash, 194-213. London: Sage.

Bailar chamarritas na ilha do Pico pelo prisma do emigrante e do turista: ato de socialização ou ato de patrimonialização?*

SOPHIE COQUELIN**

A chamarrita é uma prática musical e coreográfica de raiz tradicional. Quer isto dizer que deve ser associada às camadas populares e supõe que haja transmissão entre várias gerações. Uma das suas singularidades reside no facto de haver um bailador que é também mandador e que anuncia as figuras coreográficas a executar com expressões codificadas e sem ordem pré-determinada, implicando assim uma atenção redobrada por parte dos bailadores, que não sabem o que vão executar a seguir, assim como a necessidade de aprenderem previamente o passo-base e decorarem a relação entre os mandos ditos e os movimentos a realizar. A vertente musical está ao cargo de um conjunto de cordofones — viola da terra, violino, bandolim e violão — acompanhados pontualmente por cantadores.

Na ilha do Pico é hoje possível observar uma chamarrita num baile, geralmente considerado como uma prática social de divertimento, mas também noutras situações tal como uma apresentação feita por um grupo

* Este trabalho é financiado graça a uma Bolsa de Doutoramento obtida no âmbito do concurso organizado pela Reitoria da Universidade de Lisboa.

** INET-md, pólo da Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0011-1283>. E-mail: scoquelin@edu.ulisboa.pt.

folclórico num restaurante ou num museu por um “grupo de chamarritas”. A variedade das situações nas quais uma chamarrita pode ser executada prende-se em parte com a coexistência de três processos de revitalização nesta ilha, nomeadamente a folclorização (desde os anos 1940), o revivalismo (desde os anos 1990) e, mais recentemente, a patrimonialização (a partir dos anos 2010) (Coquelin 2020). Entende-se a revitalização (Boissevain 1992) como um fenómeno de reintegração das práticas culturais do passado no presente, implicando a noção de invenção da tradição de acordo com a obra epónima de Hobsbawm e Ranger (1983).

Focando-se apenas na ideia de baile durante o qual pessoas dançam ao som de músicas e convivem, encontra-se também variedade. Aqui tem a ver com a própria versatilidade da chamarrita que pode surgir logo que haja um aglomerado de pessoas. Para ilustrar isto, imagina-se uma linha contínua de eventualidades: de um lado, o baile aparenta-se como um momento de divertimento que não difere de um jogo de cartas ou de uma conversa entre amigos e familiares à volta de uma mesa. Do outro lado da linha, o baile aproxima-se de um ritual, na medida em que apenas quem domina a arte da chamarrita é que se arrisca a entrar na pista de dança. O que distingue estas duas extremidades são as convenções que limitam o acesso à pista de dança assim como as expectativas derivadas da própria performance (brincadeira *versus* seriedade).

No caso do “baile de chamarritas” propriamente dito (**fig. 1**), o mandador desafia os conhecimentos dos bailadores e tenta surpreendê-los, pois o seu prestígio passa pelas suas capacidades em liderar o grupo, puxando por uma chamarrita “vivinha” mas sem provocar enganos. Além disso, o baile de chamarritas possui uma certa teatralidade. De facto, privilegia-se um modelo rotativo em que sete a doze pares bailam duas chamarritas seguidas para depois dar lugar a outros. Nestas condições, o público, que comenta e avalia a performance, deve ser considerado como ator do baile ao mesmo nível que os tocadores, cantadores, bailadores e mandadores.



1 Baile de chamarritas na Casa do Povo das Ribeiras (Lajes de Pico), 2020. © Autora.

Como situação intermediária nesta linha contínua de eventualidades, pode-se introduzir a *chamarrita* que surge no meio de um baile popular, algures entre valsas e *passodobles* tocados por um conjunto musical composto por voz e instrumentos elétricos (geralmente um teclado com caixa de ritmo). Neste contexto, existem muito menos convenções. O limite da roda é o limite da sala onde se dança e é tolerado entrar na roda sem par. Em todos os casos, a sociabilidade é uma constante e o baile integra geralmente um evento onde o convívio é central, com comes e bebes.

Cruzando a questão da versatilidade do baile de *chamarritas* com o tema da mobilidade ilustrada por duas figuras — o emigrante e o turista, este artigo propõe refletir sobre as mudanças e as tensões que ocorrem à volta da *chamarrita* e, em particular, concentrar-se sobre as consequências da introdução do baile de *chamarritas* no domínio do património imaterial.

O modelo de análise da performance usado na pesquisa de doutoramento¹ baseia-se na ideia de que existe influência recíproca entre uma performance e o contexto no qual esta é executada (Burckhardt-Qureshi 1987), sendo que o contexto inclui tanto a ocasião na qual o baile surge, o decorrer do mesmo, bem como as pessoas que o presenciam. Neste sentido, mudar uma componente contextual implica a alteração da própria performance e vice-versa.

1 Os exemplos apresentados neste artigo provêm de um trabalho de campo realizados entre 2012 e a atualidade, enquadrado por uma bibliografia onde se cruzam Antropologia, Etnomusicologia e Estudos em dança.

Mas, primeiro, propõe situar a chamarrita numa perspetiva histórica, uma vez que investigar uma prática expressiva de raiz tradicional implica entendê-la nas suas dimensões diacrónicas e sincrónicas.

Da *contredanse* à chamarrita. A mobilidade das pessoas e das práticas culturais no século XIX.

Existe no senso comum a ideia de que as tradições açorianas foram trazidas pelos primeiros povoadores. Esta ideia divulgada pela escrita folclórica pressupõe que o arquipélago seja uma região isolada. Porém, os Açores integraram o império colonial português, o que requer bastante mobilidade e conexões entre diferentes partes do mundo. Por outro lado, as elites açorianas, tal como as de qualquer outra região europeia, viajavam e/ou incorporavam novas práticas sociais e culturais. Alguns estudos que incidem sobre o século XIX mostram-no bem, tal como a pesquisa sobre o repertório musical tocado pelas elites (Cymbron 2009) ou o estudo sobre a vida cultural micaelense (Silva 2000).

É neste quadro de apropriação pelas elites açorianas de práticas coreográficas vindas de fora que se encontra a origem das chamarritas: a *contredanse*, um género coreográfico que se constituiu nas cortes inglesas e francesas entre meados do século XVII e início do século XVIII e que se espalhou posteriormente em todo o território sob influência ocidental (Europa e colónias), atravessando as classes sociais e difundindo-se em zonas urbanas e rurais. Este género foi definido por Guilcher (2004) como uma dança coletiva que privilegiava as figuras, as deslocações (comparativamente com danças mais antigas baseadas em passos complexos) e as relações múltiplas entre os bailadores.

Comparando os registos deste género com a chamarrita, encontram-se similaridades a nível de princípios gerais, ao nível da conceção espacial das figuras coreográficas e através da figura do mandador, também presente no *cotillon*, outro nome usado para qualificar este género.²

Procurando nos relatos de viajantes que estiveram nos Açores, a *contredanse* surge nos bailes da elite durante a primeira metade do século XIX. As citações seguintes mostram claramente como a elite se apropria gradualmente

2 Country dance, contredanse, quadrille, cotillon, contradança, quadrilha, etc. — todos estes nomes correspondem a um mesmo género coreográfico, caracterizado pela dinâmica que os mestres de dança lhe imprimiram ao longo de 200 anos, assim como pela sua difusão, apropriação e sucessiva adaptação (Voyer 1986).

dos padrões europeus de sociabilidade. Em 1802, Hebbe escreve que “dançam pouco os minuets e as contradanças, e mesmo assim só por espírito de imitação; pelo contrário nutrem uma verdadeira paixão pelas danças inglesas, portuguesas e brasileiras” (Hebbe, in Leite 1991, 123). Já num livro publicado em 1817, Crownshield assume que “contra-danças, cotilhões e valsas fizeram o divertimento da noite ao som do piano-forte” (Crownshield, in Viana 2008, 194). Um dos irmãos Bullar vai mais longe na comparação, afirmando, em 1841, que “no que respeita ao vestuário e às danças, bem me poderia julgar num salão de baile em Inglaterra ou em França” (Bullar, in Leite 1991, 167).

A primeira menção da chamarrita enquanto dança aparece na correspondência entre membros da família Dabney em 1843: “Jessie Paterson era uma rapariga escocesa [...] que gostava muito de dançar. [...] Ouvi mais tarde falar dos belos tempos que tinham passado enquanto ela ensinava [...] o *strathspey* e outras danças escocesas e aprendia a ‘chamarrita’” (Dabney 2004, 509). Outra referência vem do francês Fouqué, de passagem pela ilha do Pico em 1872, onde presencia um baile de chamarritas durante as festas do Espírito Santo (Fouqué 2019). No entanto, é preciso esperar pelo ano 1882 para ter uma descrição pormenorizada das danças executadas pelas camadas populares no Faial e em São Miguel, pela mão da jornalista americana Alice Baker (Baker 1958; Leite 1991).

Apoiando-nos em estudos de dança que incidem noutras zonas do mundo (Daniel 2009; Khatile 2005) e em comentários de viajantes estrangeiros nos Açores (Leite 1991), falta formular como hipótese o facto de a *contredanse* ter passado das elites para as classes populares através dos empregados domésticos que presenciam os encontros mundanos.

Entre esta provável origem e hoje, existem numerosas fontes escritas que se referem à chamarrita. Estas incidem sobre o século XX e encontram-se em diversas biografias publicadas localmente e na escrita folclórica.³ Como contributo científico, é preciso citar a monografia sobre a aldeia de Pontas Negras de Oliveira (2001) e o trabalho de Bettencourt de Câmara (1980) sobre a vertente musical.

As fontes orais corroboram o que foi encontrado na produção escrita. Por exemplo, o termo “folgas” era usado para fazer referência a eventos organizados em casas particulares, durante os quais se bailavam bailes de roda e chamarritas. Fala-se também do desaparecimento progressivo destas práticas

3 No que toca ao Pico e à sua ilha vizinha Faial, pode-se citar os contributos de Andrade (1960), Dionísio (1937) e Machado (1990).

coreográficas e em particular da não transmissão dos bailes de roda para a geração que hoje tem setenta anos. De realçar que, na parte oriental da ilha, a chamarrita nunca parou de ser bailada mas a sua frequência e visibilidade passaram a ser muito reduzidas, podendo-se apontar o intervalo entre 1950 e 1970 como o período gradual de rutura, enquanto na parte ocidental da ilha terá sido anterior.

A chamarrita na ilha do Pico e a figura do emigrante norte-americano. Entre passado e presente.

A emigração de açorianos para a América do Norte começa em meados do século XIX, em particular no antigo distrito da Horta, no quadro da baleação (Costa 2012). Tem a particularidade de ser alimentada por vagas sucessivas, tendo a última fase de migração massiva ocorrido depois da erupção do vulcão dos Capelinhos, nas décadas de 1960 e 1970 (Oliveira 1997). A emigração açoriana implica um movimento de vaivém de pessoas, práticas, ideias e objetos entre os dois lados do Atlântico. Existem alguns exemplos de regressos de pessoas, ainda no século XIX, que implicaram mudanças no panorama regional, tal como a introdução da baleação costeira (Henriques 2014). Por sua vez, Leal (2017) analisou o impacto dos emigrantes no decorrer das Festas do Espírito Santo. No Pico, documentou as festas na freguesia das Ribeiras e mostrou como o modelo de festa americana foi introduzido através da figura da rainha na década de 1930. Alguns estudos procuram entender o perfil dos emigrantes que regressam aos Açores, seja de forma temporária ou definitiva (Rocha 2015), mas não se encontrou nenhum estudo que reflita sobre o impacto da emigração na preservação das práticas expressivas (música, dança, teatro, canto ao desafio, etc.) nos Açores.

Através de uma pesquisa bibliográfica e filmográfica, facilmente se encontra informação sobre grupos folclóricos açorianos/portugueses nos Estados Unidos e no Canadá, assim como registos de chamarritas inseridas em bailes que pontuam jantares organizados pela diáspora (Faria 2019). Além da importação das práticas sociais e culturais no país de acolhimento, a diáspora apoia a vinda de açorianos para partilhar elementos da cultura tradicional, tal como um grupo de chamarritas que permaneceu durante mais de duas semanas na Califórnia em 2018. Segundo um mandador deste grupo, esta partilha foi uma das melhores experiências que teve, explicando que gentes da diáspora demonstravam grande interesse em bailar e algumas pessoas emocionavam-se e até choravam quando o grupo bailava chamarritas.

Ao nível do discurso, nota-se, por parte de emigrantes, uma grande preocupação para a preservação da cultura tradicional. Tal materializa-se, por exemplo, no uso frequente de palavras como património ou folclore quando se referem à chamarrita. Durante uma entrevista realizada a um emigrante agora reformado, este contou que a sua família paterna passava as noites a bailar chamarritas. No entanto, apesar do interesse em aprender, o seu pai não facilitou. Já quando jovem adulto, emigrou para o Canadá e foi membro ativo da diáspora, tendo sido membro de direção de um clube português. Comprou um gravador de cassetes e gravou o pai e outros tocadores quando voltava ao Pico. Hoje conserva o violino do pai, na esperança de, um dia, um dos seus netos voltar a tocar nele. Tal como o pai, acabou por aprender sozinho a bailar, a mandar e a cantar as chamarritas, mas à diferença dele, foi no Canadá que tudo aconteceu.

Neste vaivém entre a América do Norte e os Açores, as práticas expressivas seguem caminhos distintos. No filme de Horta (2019) sobre o tema das migrações açorianas, um emigrante nos Estados Unidos explica que reproduz a forma como as danças de Carnaval eram executadas na ilha da Terceira quando saiu de lá há 30 anos e distingue claramente a sua prática da prática vigente naquela ilha (pois, esta foi-se alterando ao longo do tempo). Sublinha também a sua dedicação na musealização de tudo o que tem a ver com a sua terra de origem. Leal (2004) testemunha o mesmo tipo de discurso em relação à execução considerada mais fidedigna das festas do Espírito Santo nos Estados Unidos por descendentes marienses e as mesmas festas realizadas hoje na ilha de Santa Maria. Este tipo de distinção também se encontra nas chamarritas, em que se opõe um estilo antigo de mandar, representado pelos mandadores emigrantes, a um novo estilo de mandar, agora presente na ilha. Neste contexto, os mandadores locais têm consciência da dinâmica que foi implantada nas últimas décadas, tornando a performance mais “vivinha”, ou seja, mais apressada e mais desafiante para os bailadores e para os mandadores.⁴

Supõe-se que a menor evolução da prática em terra americana deriva da forma de considerar a tradição como algo fixo, pois seguindo um molde similar ao da folclorização, a tradição é vista como algo do passado em rutura com o presente (rutura espacial, neste caso), o que acaba por limitar a integração da prática no fluxo da vida social e cultural como as possíveis modificações que esta integração implicaria. Ora, a manutenção de uma prática expressiva

4 Concretamente falando, a arte de mandar evoluiu ao nível da verbalização dos mandos e da sequenciação das figuras.

no tempo não implica que esta seja reproduzida de forma idêntica, mas sim lábil. A labilidade é a propensão de algo mudar no tempo. Retirando a dimensão pejorativa à qual é muitas vezes sujeita, a labilidade acaba por fundir duas ideias que parecem antinómicas: a permanência da identidade de algo e ao mesmo tempo a sua propensão em mudar.

Partindo da ideia que na América do Norte a prática foi extraída do seu contexto original e mantida graças a um discurso tradicionalista com base identitária, a questão que se coloca é: Qual terá sido o impacto dos emigrantes na revitalização do baile de chamarritas na ilha do Pico? Mais do que se focar nos dias de hoje, interessa entender se os emigrantes tiveram algum papel no processo de revivalismo que aconteceu na parte oriental da ilha do Pico, a partir dos anos 1990.

Fala-se em revivalismo (Guilcher 1998) na medida em que houve um esforço por parte da comunidade local para dar mais vida a uma prática que estava em vias de desaparecer. Naquela altura, foram criadas condições para transmitir a prática aos mais jovens e foram organizados eventos dedicados à chamarrita. Trata-se, portanto, de um processo sem atuação de instituições públicas, ao contrário da folclorização durante o Estado Novo (Castelo-Branco & Branco 2003) e da patrimonialização hoje. Olhando pelo mundo mediterrânico e, em particular, para a Grécia, encontram-se vários estudos (Delaporte 2013; Panopoulos 2005) que evidenciaram o impacto dos emigrantes na preservação de festas locais e de práticas expressivas no último quartel do século XX.

Dito isso, formula-se a hipótese de que o impacto do emigrante se situa ao nível da prática tal como ao nível do discurso sobre a prática. Pode-se introduzir a noção de socialização pelo baile como forma de efetivar a pertença do emigrante à comunidade açoriana. E pode-se introduzir a noção de discurso “patrimonializante” que incide sobre vários elementos da vida que foi deixada para trás, em particular os momentos de convívio, incluindo festas e práticas expressivas. Pode-se ainda supor que a verbalização da saudade pelos emigrantes terá tido consequência sobre quem ficou e terá favorecido a salvaguarda da chamarrita. Um argumento a favor desta hipótese é o facto de o desejo de preservar tradições implicar necessariamente uma alteridade. Neste caso, o emigrante representa tanto o idêntico como o outro, sendo membro da comunidade transnacional açoriana (Leal 2017) e ao mesmo tempo membro integrado numa vivência norte-americana (**fig. 2**).



2 Atuação do Grupo de Chamarritas da Sociedade União Recreativa do Cais de Galego (Lajes de Pico) durante a Festa do Terreiro da Macela (São Jorge), 2019.

© Autora. No centro da fotografia, duas bandeiras coabitam, a americana e a açoriana.

A chamarrita e a figura do turista. Para uma patrimonialização do imaterial na ilha do Pico

A relação do turista com a chamarrita é evidente com a folclorização (Castelo-Branco & Branco 2003). Tanto nos Açores como noutras zonas do país, os grupos folclóricos atuam em hotéis ou restaurantes para turistas assistirem. Tal enquadra-se dentro de uma oferta variada de divertimento, num contexto de turismo de massas. Já a relação do turista com o baile de chamarritas é muito mais recente porque deriva da patrimonialização do imaterial. Este processo de revitalização desenvolveu-se a seguir à ratificação da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI), em 2008. Em Portugal, este processo deve ser associado também ao crescimento exponencial do turismo a partir da década de 2010 e às estratégias de valorização dos territórios pelos municípios, entre outros.

Davallon (2019) identifica cinco pontos para definir a patrimonialização como processo institucional: o achado, ou seja, a emergência de um interesse sobre um objeto por um grupo de pessoas; a produção de conhecimento sobre o objeto; a declaração⁵ sobre a especificidade patrimonial do objeto; o investi-

5 Entende-se por declaração a introdução do objeto num processo administrativo para a sua salvaguarda, tal como o inventário. Alguns antropólogos introduzem a

mento para tornar o objeto acessível a todos; e a transmissão de saber para as gerações seguintes.

A partir da década de 2010⁶, os bailes de chamarritas, que geralmente aconteciam em contexto rural, foram introduzidos nas vilas e incluídos em eventos abertos a outros públicos além das comunidades locais. Os responsáveis por esta nova dinâmica são as câmaras municipais (junto com outras instituições públicas) e os grupos de chamarritas, que podem ser considerados como mediadores patrimoniais, uma vez que são eles que dinamizam os bailes de chamarritas para os turistas participarem.

Um dos eventos que passou a incluir no seu programa um baile de chamarritas é a festa do concelho, que junta durante uma semana as comunidades locais, os emigrantes e os turistas. A introdução do baile de chamarritas nestas festas de verão tal como a criação de estruturas redondas próprias para a sua valorização podem ser vistas como as consequências da mudança de regime do património (**fig. 3**). Turgeon (2010) explica que “passamos de um regime patrimonial preocupado com a autenticidade, a conservação da cultura material e a contemplação estética do objeto [...], para um regime que valoriza as transformações culturais [...] e a experiência sensível da cultura” (Turgeon 2010, 390). Passa-se assim de algo que se contempla como um espetáculo folclórico ou um monumento, para algo que se experimenta com o próprio corpo. Para isso acontecer, os municípios contam com os grupos de chamarritas para fazerem a mediação entre os diferentes públicos.⁷

possibilidade de não haver declaração, qualificando esta patrimonialização de social (Davallon 2014) ou de ordinária (Isnart 2012), tal como acontece para o baile de chamarritas (Coquelin 2020).

6 Esta década corresponde também à multiplicação de iniciativas para dar maior visibilidade ao baile de chamarritas, tal como a criação do Dia da Chamarrita do Pico a 23 de Junho, a sua entrada no Guinness Book of Records, entre outras.

7 Alguns anos atrás, a Câmara Municipal de Madalena inovou e convidou os grupos folclóricos do concelho para trocarem os trajes por calças jeans e dinamizarem diariamente uma noite de chamarritas na Festa de Santa Maria Madalena.



3 Baile de chamarritas organizado no Jardim da Baleia, durante a Semana dos Baleeiros na vila das Lajes do Pico, 2018. © Autora.

O que isso implica em termos de performance? Foi explicado na introdução que a chamarrita necessita de uma aprendizagem prévia. Neste sentido, quando um turista entra na pista, a performance deve ser simplificada. Como uma das valências do mandador é saber adaptar a forma de mandar consoante quem está na roda, é fácil perceber que apenas as mais simples figuras são anunciadas em situações como esta, caso contrário gerar-se-ia bastante confusão e poderia até tornar-se complicado de bailar. Dito de outra forma, valoriza-se o baile enquanto divertimento e brincadeira. Neste caso, quem sabe está ao serviço de quem não sabe e não irá usufruir da componente desafiadora incluída no baile como ritual. Quem não aceitar esta subjugação irá certamente boicotar este tipo de baile.

Todavia, ao longo desta última década, foram observadas tensões em várias festas de concelho quando certas convenções implícitas associadas ao baile não eram cumpridas. Em 2012, o baile de chamarritas era programado em palco tal como se programava o espetáculo de um grupo folclórico. Isto gerou situações em que vários bailadores se recusaram a subir e dançaram ao lado do palco. As estruturas redondas que, entretanto, foram construídas parecem ser uma resposta camarária para resolver este problema e acolher no seio urbano este tipo de baile. Em 2019, um funcionário público declarava o fim do baile quando os pares que estavam a bailar não tinham executado a segunda chamarrita. Na mesma noite, o município esqueceu-se do lanche que habitualmente se oferece aos grupos de chamarritas como forma de agradecimento e pagamento simbólico pela sua participação.

Considera-se que estes dois exemplos sublinham a presença da objetificação (Handler 1984) na patrimonialização, uma vez que performance e contexto são vistos de forma separada. Neste caso, o envolvimento social associado à prática é desvalorizado em proveito da organização da festa. Apesar de minutos antes sublinhar a importância e o respeito pelas tradições, este funcionário desconhecia estas convenções. Para ele, o importante era cumprir os horários e garantir que o baile estava terminado à hora delineada para a atividade seguinte começar.

Além de dar visibilidade e reconhecimento, importa realçar que a introdução do baile de chamarritas nas festas de concelho implica criar um bom momento entre membros da comunidade, emigrantes e turistas. O sucesso vai variando consoante o investimento realizado pelo município para incluir a comunidade local e respeitar as convenções associadas à performance. Neste sentido, pode-se afirmar que o baile de chamarritas neste tipo de festas “abertas” é ao mesmo tempo um ato de socialização e um ato de patrimonialização.

A chamarrita e a emoção patrimonial. Proposta de encontro entre o emigrante e o turista

O último ponto a introduzir centra-se na questão da emoção patrimonial. Heinich (2013) define-a como uma reação inseparável da experiência patrimonial para os não peritos, associada a três valores distintos: a autenticidade, a presença e a beleza, dando vários exemplos para perceber quais os valores que estão ativos consoante a emoção observada. Assim, o valor de autenticidade sublinha a continuidade entre o estado atual de um objeto e a origem deste (ligado à noção de pureza). O valor de presença tem a ver com a proximidade do objeto em relação à pessoa (ligado ao registo doméstico). E o valor de beleza está ligado à questão estética. Existem também amplificadores de valores, tais como a antiguidade e a raridade, assim como regimes de qualificação. Exemplificando, um mesmo objeto poderá ser considerado como velho, obsoleto ou antigo consoante tenha, ou não, algum valor patrimonial associado e poderá gerar um leque variado de emoções.⁸

Durante o trabalho de campo, assistiu-se tanto a reações negativas como positivas quando um turista ou emigrante presenciava um baile de chamarritas.

8 Em exemplos referidos anteriormente, realçou-se a ativação do valor de autenticidade para o emigrante no que diz respeito à distinção feita entre as práticas expressivas na América e as mesmas nos Açores. Já para os bailadores locais, o valor privilegiado é o de presença.

Depois de ter bailado, uma emigrante declarou em alta voz que a chamarrita bailada era feita uma vez que cada um dos bailadores dançava à sua maneira, ao qual um mandador replicou que não se tratava de folclore. Neste exemplo, o valor de beleza é evidenciado, pois duas estéticas distintas opõem-se, sendo a corporalidade do bailador vista ora como singular e expressiva, ora como coletiva e anónima.⁹

Várias reações positivas foram encontradas nos testemunhos de turistas estrangeiros que por acaso presenciaram uma festa local. Os adjetivos usados sublinham o carácter extraordinário deste tipo de performance coletiva (amplificador de valor pela raridade) e falam também na graciosidade dos corpos em movimento e no bom ambiente que se nota nas caras sorridentes dos bailadores (valores de presença e de beleza).

Com este último exemplo, chega-se ao limite da distinção entre baile como socialização e baile como patrimonialização. Com efeito, a emoção sentida pelo turista provém da socialização visível na própria pista de dança, pois quando formam uma roda fechada ou trocam de pares, os bailadores interagem entre eles. Além disso, sonorizam a sua presença para partilhar o seu ânimo e enfeitar a performance.¹⁰

A natureza polimorfa da chamarrita torna a sua patrimonialização bastante complexa. Quando assume a forma de divertimento, permite a abertura aos outros, turistas ou emigrantes menos familiarizados com a sua prática, graças a uma simplificação da sua performance e a uma maior tolerância a desvios às normas instituídas. Quando assume a forma de ritual, por vezes as normas que enquadram o baile entram em choque com o novo contexto no qual é inserida. A pergunta aqui é como ou porque tornar acessível para todos algo não alcançável no imediato?

Torna-se também importante questionar a articulação entre tradição e modernidade, ultrapassando o debate sobre a autenticidade. A grelha de análise de Heinich (2013) demonstra como diversos pontos de vista podem cruzar-se à volta de uma prática expressiva. Mais ainda, permite ver o quanto emocional e sensível é a questão do património.

9 A nosso ver, esta última estética deriva de uma imagem polida da dança tradicional veiculada pela folclorização. Com efeito, os dançadores passaram a executar movimentos harmoniosos entre eles, como se fosse um corps de ballet, o que não acontece num baile onde cada um dança por si.

10 Para melhor entender, ou até mesmo partilhar esta emoção, aconselha-se a visualização do baile de chamarritas filmado pela LajesTV (2019) no Cais de Galego (concelho das Lajes do Pico), para o “Dia da Chamarrita do Pico”, em particular a partir do minuto 36:30.

Considerações finais

Para responder ao convite deste livro, procurou-se observar os dados da pesquisa de doutoramento em curso a partir da questão seguinte: o que a presença de um turista ou emigrante nos diz sobre uma chamarrita bailada na ilha do Pico?

A questão da mobilidade, trazendo com ela a questão da alteridade, refletiu-se sobre o impacto deste encontro, seja este literalmente incorporado na pista de dança, seja este simbolicamente vivido através do convívio em redor da pista. Tal análise permitiu identificar dois registos distintos de participação no baile: enquanto ato de socialização e enquanto ato de patrimonialização. No caso do emigrante e do turista, estes registos atuam de forma diferente, mas a noção da emoção patrimonial permite uni-los e materializar a alteridade contida nesta situação.

Seria interessante aprofundar a relação entre viajar e dançar, sobretudo quando a intenção de viajar é movida pelo desejo de dançar um certo tipo de dança, tal como acontece para os aficionados de tango que vão até Buenos Aires. Como este encontro se traduz nos corpos dos tangueiros?

Ou talvez seja uma projeção da experiência pessoal, uma vez que a primeira estadia na ilha do Pico tinha como principal objetivo assistir a um baile de chamarritas, e não subir a montanha, tal como acontece com a grande maioria dos turistas que visitam esta ilha. Naquela altura, em 2010, não foi fácil encontrá-lo, mas lá apareceu, à frente do salão da Liga dos Amigos da Manhêna, durante a festa padroeira local.

Bibliografia

- ANDRADE, Júlio. 1960. *Balhos, Rodas e Cantorias*. Horta: Comissão de recolha e divulgação do folclore do distrito de Horta.
- BAKER, Alice. 1958 [1882]. “Um verão nos Açores e a Madeira de relance”. *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira* 16: 142-188.
- BOISSEVAIN, Jeremy, ed. 1992. *Revitalizing European Ritual*. London: Routledge.
- BURCKHARDT-QURESHI, Regula. 1987. “Musical sound and contextual input: A performance model for music analysis.” *Ethnomusicology* 31 (1): 56-86. <https://doi.org/10.2307/852291>.
- CÂMARA, José Manuel Bettencourt da. 1980. *Música tradicional açoriana, a questão histórica*. Lisboa: Biblioteca Breve.
- CAMPOS, Alexandra Canaveira. 2010. “Dançar a partir dos tratados. As danças de sociedade e a função do baile”. In *Dançar para a República*, coord. Daniel Tércio, 29-66. Lisboa: Caminho.

- CASTELO-BRANCO, Salwa el Shawan & Jorge Freitas Branco, eds. 2003. *Vozes do povo, a folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta.
- COQUELIN, Sophie. 2020. “Um baile da açorianidade? Patrimonialisation ordinaire du bal de chamarritas sur l’île de Pico (Açores, Portugal)”. *Norois* 256: 43-57. <https://doi.org/10.4000/norois.10174>.
- COSTA, Ricardo Madruga. 2012. *A ilha do Faial na logística da frota baleeira americana no «Século Dabney»*. Horta: Western Islands.
- CYMBRON, Luísa. 2009. “Algumas modinhas de bom gosto, e duetos italianos para meninas. A música e a educação de uma família micaelense do início do século XIX”. *Arquipélago* 13: 87-118.
- DABNEY, Roxana. 2004. *Anais da Família Dabney no Faial*. Horta: IAC — Núcleo Cultural da Horta.
- DANIEL, Yvonne. 2009. “A critical analysis of Caribbean contredanse”. *Transforming Anthropology* 17 (2): 147-154. <https://doi.org/10.1111/j.1548-7466.2009.01051.x>.
- DAVALLON, Jean. 2014. *À propos des régimes de patrimonialisation: enjeux et questions*. Comunicação no quadro do colóquio “Patrimonialização e sustentabilidade do património: reflexão e prospectiva”. Lisboa: halshs-01123906.
- DAVALLON, Jean. 2019. “Le jeu des patrimonialisations”. In *Constructing Cultural and Natural Heritage: Parks, Museums and Rural Heritage*, ed. Xavier Roigé & Joan Frigolé, 39-62. Girona: Institut Català de Recerca en Patrimoni Cultural.
- DELAPORTE, Hélène. 2013. “Le retour au *vari* comme ethos de la fête (Grèce)”. *Cahiers de littérature orale* 73-74. <https://doi.org/10.4000/clo.1950>.
- DIONISIO, Manuel. 1937. *Costumes açorianos*. Horta: O Telégrafo.
- FARIA, António. 2019. “Chamarrita na 28ª Confraternização dos Picoenses, USA”. Youtube, 15:23. <https://www.youtube.com/watch?v=j-Msuv7pBe8>.
- FOUQUÉ, Ferdinand André. 2019 [1873]. *Viagens geológicas aos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano da Cultura.
- GUILCHER, Jean Michel. 2004. *La contredanse : un tournant dans l’histoire française de la danse*. Bruxelas: Centre National de la Danse.
- GUILCHER, Yves. 1998. *La danse traditionnelle en France: d’une ancienne civilisation paysanne à un loisir revivaliste*. Parthenay: FAMDT Editions.
- HANDLER, Richard. 1984. “On sociocultural discontinuity: nationalism and cultural objectification in Quebec”. *Current Anthropology* 25 (1): 55-57. <https://doi.org/10.1086/203081>.
- HEINICH, Nathalie. 2013. “Esquisse d’une typologie des émotions patrimoniales”. In *Émotions patrimoniales*, ed. Daniel Fabre, 195-210. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme. <https://doi.org/10.4000/books.editionsmsmh.3596>.
- HENRIQUES, Francisco. 2014. “Industrialização e organização corporativa da baleação costeira portuguesa (1937-1958)”. Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa.

- HOBBSAWM, Eric, & Terence Ranger. 1983. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HORTA, Arlindo. 2019. *The Way Home*. Vimeo, 01:58:44. <https://www.vimeo.com/369017936>.
- ISNART, Cyril. 2012. “Les patrimonialisations ordinaires. Essai d’images ethnographiées”. *Ethnographiques.org* 24. www.ethnographiques.org/2012/Isnart.
- KHATILE, David. 2005. “Anthropologie de la contredanse à la Martinique”. Tese de doutoramento, Universidade Paris VIII.
- LAJESTV. 2019. “Sétima edição do Dia da Chamarrita do Pico, Cais do Galego, Junho 2019”. Youtube, 01:03:50. <https://www.youtube.com/watch?v=8iYDsOz5RYU>.
- LEAL, João. 2004. “A pomba e a águia: as Festas do Espírito Santo nas comunidades açorianas nos EUA”. In *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX. Atas do III Colóquio*, 153-174. Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- LEAL, João. 2017. *O Culto do Divino*. Lisboa: Edições 70.
- LEITE, João. 1991. *Estrangeiros nos Açores no século XIX. Antologia*. Ponta Delgada: Euro-signo publicações.
- MACHADO, João Homem. 1990. *O Folclore da Ilha do Pico*. Maia: Núcleo Cultural da Horta.
- OLIVEIRA, Isabel Tiago de. 1997. “Emigração nas ilhas portuguesas. Emigração legal, clandestina, retorno e re-emigração”. *População e Sociedade* 3: 215-226.
- OLIVEIRA, Manuel Armando. 2001. *Pontas Negras. Memórias de uma aldeia açoriana*. Lisboa: Universidade Aberta.
- PANOPOULOS, Panayotis. 2005. “Retour au village natal”. *Ethnologie française* 35 (2): 243-253. <https://doi.org/10.3917/ethn.052.0243>.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. 2015. “Do outro lado do mar: pertenças geracionais da emigração açoriana”. In *Emigración e exilio nos Estados Unidos de América: experiencias de Galicia e Azores*, coord. Alberto Pena, Mário Mesquita & Paula Vicente, 39-67. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- SILVA, Susana Serpa. 2000. “Aspetos da vida social e cultural micalense na segunda metade do século XIX”. *Arquipélago* 4 (2): 299-357.
- TURGEON, Laurier. 2010. “Introduction. Du matériel à l’immatériel. Nouveaux défis, nouveaux enjeux”. *Ethnologie française* 40 (3): 389-399.
- VIANA, Mário. 2008. *História da ilha do Faial (das origens a 1833)*. Horta: Câmara Municipal da Horta.
- VOYER, Simonne. 1986. “La naissance du cotillon et du quadrille, contredanses françaises”. *Les Cahiers de l'ARMuQ* 8: 118-126.

A regulação das atividades lúdicas no território marítimo dos Açores^{*}

INÊS VIEIRA RODRIGUES^{**}

Introdução: pelo reconhecimento de uma “natureza-urbana”¹

A origem do centro etimológico de “arquitetura” designa o “princípio”, a “regra”, pelo que se constitui no domínio apropriado para pensar a (des)construção da espacialidade e da sua ordem. Conforme Harry Gugger e Bárbara Mações e Costa afirmaram: “toda a arquitetura coloniza o espaço para a apropriação humana, decretando uma fronteira de dominação definida contra um pano de fundo de deserto e caos – noutras palavras, a dita *natureza* (ou seja, o resto excluído do interior arquitetónico)” (Gugger & Costa 2014, 32). Essencialmente, “a natureza é um ideal antropocêntrico mistificado” (*Ibidem*, 33), e mesmo os locais que designamos por reservas naturais são paradoxalmente não naturais, uma vez que o próprio ato de conservação resulta de ações humanas. O filósofo Peter Sloterdijk (2011, 46) vai mais longe ao afirmar que

^{*} Este trabalho é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT-MCTES) cujo financiamento é proveniente do Orçamento de Estado e do orçamento comunitário através do Fundo Social Europeu (FSE-UE), no âmbito da Bolsa de Investigação para Doutoramento 2020.05223.BD.

^{**} CEAU-FAUP, Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5908-7305>. E-mail: up200603655@edu.arq.up.pt.

1 Nota prévia: todas as traduções para a língua portuguesa são da responsabilidade da autora.

“os humanos nunca viveram uma relação direta com a ‘natureza’” e que “florescem apenas na estufa da sua atmosfera autógena”, dependendo de “humores divididos e de suposições partilhadas”. Neste sentido, a “natureza” está longe de ser uma base passiva para as atividades humanas; é, portanto, “produzida, composta e mutável” (Ghosn & Jazairy 2019, 215).

Contudo, o referencial antropocêntrico é o alicerce da percepção de que o que *se faz de forma natural* corresponde ao que *se faz sem o ser humano* (Rosset 1973). No fundo, a natureza é comumente “entendida como instância absoluta de legitimação da razão das coisas”, “*de todas as coisas visíveis e invisíveis*” (Domingues 2021, 27). No seguimento da mesma linha de pensamento, “natureza” e “urbano” fazem parte do leque de termos que são recorrentemente inseridos em caixas cartesianas concetuais, pela ideia antagónica suscitada na relação entre ambos. No entanto, este artigo assenta na premissa de que a sua confluência é evidente, pelo que se transpõe a expressão “natureza-urbana” (Gugger & Costa 2014) com o intuito de evidenciar a condição de vivermos num planeta profundamente industrializado. Adicionalmente, o termo “natureza” tem vindo a ser reproduzido nos discursos e políticas contemporâneos, numa espécie de ritual nostálgico que visa, amplamente, disseminar uma ideia sacralizada daquilo que é “natural”; por conseguinte, a interseção com o termo “urbano” destabiliza a noção da presença de um meio imaculado.

No fundo, o urbano permeia os lugares a um nível planetário: estes perderam o “atrito” de outrora e as geografias da urbanização *explodiram* os limites da cidade, da metrópole, da região e do território. Neil Brenner e Christian Schmidt serviram-se da teoria de Henri Lefebvre para caracterizarem “a generalização da urbanização capitalista como um processo de ‘implosão-exploração’”, no sentido de salientar “as ligações mutuamente recursivas entre formas capitalistas de aglomeração e transformações mais amplas de território, paisagem e meio ambiente” (Brenner 2014, 17). Neste contexto, a história dos mares tem dado um contributo essencial ao projeto contemporâneo que assenta na compreensão dos mecanismos de globalização. O turismo é uma força económica global e a experiência marítima do lazer programado constitui-se no antídoto perfeito para a logística da época áurea das viagens aéreas. De facto, a nível nacional, a esperança no tão evocado “Futuro Azul” assenta, em larga medida, na exploração do território marítimo dos arquipélagos; e as atividades turísticas integram o prenúncio de uma economia assente num pano de fundo com materialidades mais fluidas.

À luz da mesma linha de pensamento e no que se refere ao caso dos Açores, o turismo é entendido como paradigmático no princípio da existência

de uma “natureza” *ainda* intocada pelos seres humanos. Atualmente, com o crescimento substancial das atividades turísticas, o “meio marítimo” é fundamental na divulgação publicitária do arquipélago, como demonstra o vídeo “Açores – um Mar de Emoções” (Visit Azores s. d.).

Nas políticas atuais da Região Autónoma dos Açores parece haver, de um modo transversal, um discurso que separa a “natureza” e o “ser humano”; “as atividades na natureza” (Governo Regional dos Açores 2017), conforme são referidas inúmeras vezes, pressupõem a dita “natureza” como uma entidade que *nos é externa*. Na fabricação e reprodução desta narrativa, a difusão deste conceito abrangente é primordial, cuja amplitude permite incluir os entendimentos e significados mais diversos e, por conseguinte, estabelece uma dissociação do território açoriano do seu processo urbano — no fundo, para reforçar a “pureza” do arquipélago. Tal como afirmou Clément Rosset (1973, 21) “a eficácia do conceito de natureza é, portanto, compatível com sua imprecisão, o que contribui para torná-lo invulnerável. A ideia de natureza é invencível porque é vaga”.

Todavia, para que o conceito de “natureza” resista — remetendo *a algo pronto a ser dado a conhecer*, ou mais concretamente, experienciado por turistas — a intervenção humana é essencial. Afinal, a conservação do que *nos envolve* é também uma atividade de profunda mediação humana (fig. 1); e neste contexto, o planeamento territorial é entendido como uma manifestação dessa ação concertada. Consequentemente, este artigo pretende explorar o planeamento do espaço marítimo como um instrumento suscetível de legitimar reivindicações no plano da territorialidade, encerrando em si mesmo uma ferramenta determinante num contexto histórico e espacial que está em mudança: atente-se ao exemplo da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (Governo da República Portuguesa 2020).



1 *Não Apanhe Musgo*, São Miguel, 2017. Fotografia da autora.

Ordenamento e designação do espaço-oceânico: modelos do imaginário territorial

O oceano é interpretado como um domínio fértil, por comprometer novas fronteiras para a teoria da geografia, da arquitetura e do urbanismo. O termo “espaço-oceânico”, retirado da teoria de Philip Steinberg (2001), tem como intuito “ênfatisar os paralelos entre os meios aquático e terrestre; isto é, entre o espaço-oceânico e o espaço terrestre” (Steinberg 2001, 10). Importa acrescentar que Steinberg salientou a teoria de Edward Soja para esclarecer que o termo “espaço” evoca tipicamente a imagem de “contentor” para a sociedade, ao invés de uma estrutura criada por essa mesma sociedade.

A necessidade de repensar o espaço através de uma *ontologia líquida* remete para uma concepção oceânica indisputavelmente voluminosa e vertical. Paul Virilio (2013, 21) afirmou que “as questões relacionadas com a hidrologia e a meteorologia são de natureza diferente das relacionadas com a estática e resistência dos materiais. Deixamos os sólidos para entrar no estado líquido e gasoso”. Neste sentido, e sob a tarefa contemporânea de ordenação do espaço, o “meio líquido” evidencia o fluxo da sua matéria; e a ideia de dinâmica associada aos fluxos, à mobilidade, remete imediatamente para uma necessidade de meios adaptativos. A organização das geografias marítimas entra em conflito com o pressuposto de que “devia estar tudo arrumado”, “como reza nas cartilhas sobre a boa organização do território, seja lá o que isso for” (Domingues 2021, 65). Efetivamente, o imaginário do modelo territorial moderno é construído com base na divisão, que continua a moldar o mapa-mundo. A lei funciona deste modo, através de categorias — assim se cria um aparato de designação e de legitimação.

Segundo Steinberg, as estruturas político-econômicas de uma determinada sociedade conduzem à implementação de usos, regulações e representações em espaços específicos, entre os quais o espaço-oceânico; neste processo, emerge uma “segunda natureza” do dito espaço, “construída tanto material quanto discursivamente” e “mantida através de instituições reguladoras” (Steinberg 2001, 21). Por outras palavras, o discurso envolto na “natureza”, no “natural”, confronta com uma panóplia de instrumentos ditos “artificiais” para que a “natureza”, tal como é apreendida, se mantenha. O turismo e o lazer não são alheios a esta operação de regulação territorial; em última instância, são atividades altamente implicadas na construção da onnipresença da artificialidade na paisagem.

Neil Brenner e Stuart Elden (2009) referiram a crescente importância dada às instituições estatais com o intuito de facilitar a sobrevivência do capitalismo.

Dentro da mesma linha de pensamento, intersetamos novamente com a teoria de Steinberg ao afirmar que “o capitalismo progrediu criando lugares e organizando-os hierarquicamente”, pelo que a ordenação das atividades turísticas parece inscrever-se neste desígnio (Steinberg 2001, 22). No mesmo sentido, decalcando a teoria de Bragança de Miranda, “a tomada de terra, e a concomitante fundação da comunidade, não se baseia numa imagem primitiva, o *nomos*, mas num ato de apropriação do território, que funda o *nomos*, e a sacralidade da soberania, e com ela, a edificação do político sobre o sacrifício” (Miranda 2005, 28). Nesta aceção, o “*nomos* da Terra” equivale “ao direito no momento em que todo o planeta é circunscrito económica, política e tecnicamente, isto é, na modernidade” (*Ibidem*, 27). Similarmente, parece que o momento atual é marcado por um profundo *nomos* do oceano, denunciado pela divisão, partilha e ordenamento do “meio líquido”.

Transferindo ainda a teoria de Pierre Bourdieu (Champagne et al. 2012, 212), existe uma “perceção ingénua que conduz a uma forma de fetichismo”, o que por sua vez contribui para o entendimento de que a base do Estado como governo é o Estado enquanto território e corpo de agentes; por outras palavras, “a fetichização acaba por reverter o processo real” (*Ibidem*, 212). Tendo em conta que “o espaço resulta sempre e que não preexiste, tal como o território” (Paquot 2010, 14), o espaço-oceânico é produzido; deste modo, importa desconstruir a questão do ordenamento do espaço marítimo do Mar dos Açores para que se possa proceder a uma análise sobre a sua produção.

O mar como território: delimitação de práticas lúdicas

O ternário geofísico divide o planeta em terra, ar e mar, o que corresponde a uma separação geofísica e geopolítica que, muitas vezes, não é questionada. Na verdade, tal como John Mack afirmou, “a integridade territorial associada à terra só em tempos mais recentes foi estendida ao mar”, e “a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar garantiu direitos de territorialidade a ilhas onde até então não tinham existência formal” (Mack 2018, 123). A expressão “o mar como território” (Governo da República Portuguesa s. d.b) é um exemplo claro desta extensão do conceito de territorialidade, confluindo dois termos contrastantes e impulsionando a questão do paradoxo da alusão ao mar com elementos terrestres. A partir desta formulação, regista-se, entre outras, o conceito de “mar territorial” (Governo da República Portuguesa s. d.a). Assim sendo, a aceção do mar como território interfere com uma suposta estabilidade concetual, numa reformulação da definição (e existência) de limites

e de fronteiras passíveis de serem apreendidas. Sob a lente da regulação das atividades turísticas e de lazer no Mar dos Açores, propõe-se a aplicação do conceito de “territorialidade terráquea”, retirado da teoria de Liam Campling e Alejandro Colás (2017), que visa albergar na mesma expressão a noção de território enquanto relação, um devir de materialidades que se confundem.

O arquipélago tem vindo a registar um aumento exponencial do turismo, cujo motor foi a chegada das companhias aéreas *low-cost* em Março de 2015 (Lusa 2015); nos últimos tempos, o certificado de “turismo sustentável” (Paiva 2019) veio reforçar a relevância das ilhas açorianas como destino turístico. A divulgação da marca “Açores”, a par do seu reconhecimento nacional e internacional, são fenómenos relativamente recentes e que têm vindo a ser estendidos ao oceano, como é o exemplo da criação do “museu subaquático” (Lusa 2016; Marques 2020).

Na senda da turistificação do mar, como é que se cria a *imagem* do território lúdico? Nesta aceção de território é inerente uma ideia de dupla mobilidade: por um lado, pelo “meio líquido” sobre o qual se *atua*; por outro, pela movimentação subentendida ao próprio conceito de atividade lúdica. Os Parques Arqueológicos Submarinos são um exemplo cujo produto pressupõe uma definição espacial das práticas turísticas, funcionando como uma espécie de expedições científicas “acessíveis”. A ideia de que as “reservas” poderão proteger a natureza do impacto das atividades humanas relaciona-se com a perspectiva advogada por alguns cientistas de que os humanos são “um distúrbio que ‘contamina’ a estabilidade e o equilíbrio da natureza” (Bade 2018, 101). A regulação do confinamento dos lugares marítimos dá lugar às reservas arqueológicas sendo, portanto, uma “versão higienizada, domesticada e, em geral, mais amigável para o ser humano” (Gugger & Costa 2014, 33). De acordo com Alain Corbin (1990, 12), se antigamente o oceano era concebido como “instrumento de punição”, atualmente revela uma configuração “como a relíquia do desastre”. De facto, os designados Parques Arqueológicos Subaquáticos são aqui entendidos como materialização da conceção do oceano enquanto cenário de infortúnios — porém, com uma inequívoca finalidade turística e económica.

De um ponto de vista mais lato, a criação do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (Rádio Atlântida 2020) consiste precisamente numa operação de organização e coordenação entre vários agentes e condicionantes. Tal como o ordenamento do espaço dito terrestre, o Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores refere a necessidade de uma “abordagem integrada de gestão”, no caso concreto, “dos nossos oceanos” (Governo Regional dos Açores

s. d.a). De forma semelhante, o planeamento marítimo a nível nacional remete para uma operação conjunta, ao declarar que “o ordenamento faz-se com todos” (Governo da República Portuguesa s. d.b).

Recordemos uma conversa ocorrida em 2020, durante a qual a docente e investigadora Helena Calado falou sobre o Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (Governo Regional dos Açores 2020). Entre outros assuntos discutidos, foi referido que a questão da adaptação da participação pública e da cartografia já tinha sido considerada, todavia faltava integrar a adaptação do próprio plano — e que esse era o maior desafio. Neste sentido, subscrevemos inteiramente a afirmação de Helena Calado, na medida em que se considera ser aqui que se revela a maior fragilidade deste tipo de planeamento: a inflexibilidade; e esta rigidez pauta igualmente o planeamento em território terrestre. De forma sucinta, concebe-se melhor a necessidade de que os planos, planeamento e ordenamento sejam moldáveis quando pensados para um “meio líquido”, em oposição à conceção do “meio terrestre”. Fundamentalmente, a fluidez do meio parece ter de coincidir com o conceito de fluidez do próprio plano ou planeamento; ao passo que a aparente (e falsa) estagnação do “meio terrestre” parece relacionar-se mais facilmente com uma ideia de rigidez do planeamento. Assim sendo, o meio e a sua “consistência” parecem formar, inconscientemente ou não, conceitos de durabilidade e temporalidade territoriais completamente distintos; e, por conseguinte, o seu respetivo ordenamento. Por outras palavras, o recente fenómeno do ordenamento do espaço marítimo revela a carência de ferramentas do planeamento urbano e territorial que permitem uma efetiva “gestão integrada, multidisciplinar e transversal” (Diário da República Eletrónico 2014).

De uma forma generalizada, muitos dos dispositivos de representação dos planos acabam por comunicar, por um lado, uma abstração demasiado vasta para se tornar operativa (como por exemplo o uso de algumas tramas ou manchas) e, por outro, uma definição demasiado estanque (como certas marcações de perímetros ou limites). Deste modo, mapas e cartografias acabam por consistir em ferramentas irrelevantes para o planeamento — uma vez que transmitir concomitantemente *tudo e nada* apenas serve as lacunas legais de exploração do mar, uma “zona cinzenta”. Importa ainda salientar que “em vez de reproduzir a *realidade*, o mapa constrói a *realidade*: os mapas são generativos, não ilustrativos” (Paez 2019, 25), pelo que esta ausência de representações úteis conduz a uma construção territorial que, em última instância, serve apenas alguns interesses. Portanto, mais do que uma mera representação, os mapas e planos são mediadores, considerados como indicadores de evolução

relativamente às políticas de ordenamento, dado que “definir os mapas em termos de representação espacial naturaliza-os e contribui para mascarar uma construção sociocultural, juntamente com todo o aparato interpretativo e proposicional que mobilizam — explícita e implicitamente, voluntária e involuntariamente” (*Ibidem*, 47).

O mar como mercadoria: negociação das geografias marítimas

Continuando a decalcar da teoria de Roger Paez, “de todos os diferentes sistemas de mediação, o mapa é o que mais claramente exhibe a sua natureza comunal, como uma mesa de negociação” onde diferentes entidades e instituições podem reunir-se para consultar e tomar decisões. Assim, os diferentes planos de ordenamento do “meio marítimo” são “objetos políticos, o terreno virtual para negociações, arbitragem, trocas” (Paez 2019, 38), em particular no que se refere a assuntos relacionados com as atividades turísticas.

O turismo é regulado porque *ocupa* território e, nesta linha de pensamento, Rania Ghosn e El Hadi Jazairy lembram que Stuart Elden defende que o ato de “ocupar território” é, de alguma forma, equivalente a “praticar violência”, “intrínseca ao espaço abstrato e ao próprio ato de abstração geográfica” (Ghosn & Jazairy 2019, 14). No fundo, a Terra é uma mercadoria e nenhuma parte escapa à lógica de mercantilização (*Ibidem*, 13), tal como demonstra a missão que procura “espacializar a economia do mar”, uma vez que o setor lúdico requer, efetivamente, a “instalação de atividades económicas que exigem fixação no espaço” (Governo da República Portuguesa s. d.b). No sentido de especificar o sentido de espacialização económica do mar, destacamos a seguinte afirmação: “[O] desenvolvimento da economia do mar pressupõe a ocupação de espaço marítimo. O Plano de Situação é o instrumento operacional que vem promover o ordenamento das atividades humanas que requerem reserva de espaço” (*Ibidem*). Assim sendo, a referida “reserva de espaço” remete para uma diferenciação espacial, e à luz da teoria de Laleh Khalili, as operações de enclausuramento no mar servem para a “acumulação de capital e para noções de segurança e soberania”; para além disso, estas delimitações no mar constituem num dos “exemplos mais óbvios da projeção de um Estado e do seu poder” (Khalili 2017, 51, 53).

Nesta aceção da demarcação de um território lúdico, as formas de lazer “são determinadas pelas regras e aparatos reguladores” (Zyman 2017, 29). A “zona cinzenta” com que a legislação dotou o mar é submetida, nos tempos que correm, a processos de exploração que possibilitam controlar e lucrar com

as profundidades marinas. Os mares continuam a ser, segundo Daniela Zyman, “espaços de contradições, reformulações e de tensões em curso” (*Ibidem*, 29). Deste modo, a certificação das atividades turísticas marítimas revela-se imprescindível na conjuntura atual:

[...] a área do turismo, da náutica e desportos associados, cria pressões várias sobre os ecossistemas, habitats e espécies marinhas, bem como sobre o património náutico e subaquático, devendo a carga turística das diferentes zonas, especialmente as mais sensíveis, ser equilibrada. Importa, assim, assegurar a sustentabilidade do turismo, garantindo o funcionamento deste importante setor da economia (Governo da República Portuguesa 2020).

Efetivamente, “é sobretudo no seu valor de uso que uma mercadoria se torna num símbolo” (Coccia 2018, 36) e o Mar dos Açores parece vir a tornar-se, cada vez mais, um símbolo de um produto turístico. No fundo, a marca Açores chegou ao mar; e a encarnação do *bem* inerente a uma mercadoria, condição referida pelo filósofo Emanuele Coccia, tem no caso dos Açores a comprovação no conceito de “natureza” e todas as suas derivações. No âmbito da divulgação turística do arquipélago açoriano, a campanha publicitária parece funcionar como “um discurso absoluto” (*Ibidem*, 27) que gravita em torno da ideia de “natureza”. John Urry apoiou-se na teoria de Dean MacCannell para referir a existência de um “processo de sacralização que torna um determinado artefacto natural ou cultural num objeto sagrado do ritual turístico” (Urry 1990, 9-10). Nesta narrativa, tal como Coccia (2018) afirma em termos mais gerais, a publicidade “não se cansa de se repetir a si própria”.

Desta forma, a publicidade do arquipélago serve-se de imagens que se tornam elas próprias na ideia do arquipélago, mediante uma “tarefa normativa” (Visit Azores s. d.). Como seria expectável, a operação publicitária dos Açores tem vindo a intensificar-se com a relativamente recente liberalização do espaço aéreo, numa operação de transformação das “imagens consumidas social e coletivamente num enorme ‘órgão do gosto coletivo’” (Coccia 2018, xiv). Seguindo a mesma formulação e colocando-a sob a lente do turismo, o território açoriano — em particular, o mar — submete-se a um discurso comum, cujas práticas materiais são legíveis em matéria de planeamento e de gestão de recursos, atualmente numa fase ainda embrionária. A exploração turística do mar é, portanto, um produto de práticas territoriais coletivas.

“O mundo do turismo é o mundo da câmara”, como escreveu Beatriz Colomina (1996, 47), uma vez que ambos partilham, em larga medida, a

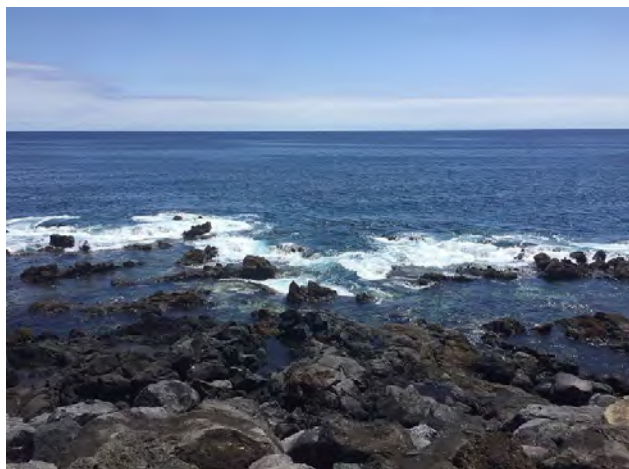
mesma concepção do mundo. Transferindo a tese de Colomina para o caso em apreço, a compreensão do território açoriano poderá ser aferida pelas atividades turísticas e as suas representações (fotográficas, publicitárias ou outras) — caracterizadas ostensivamente pela “natureza”, tais como os vídeos “Açores, Certificado pela Natureza” de 2015, “Explore a Natureza dos Açores” de 2018, “Açores, Seguro por Natureza” de 2021 (Visit Azores s. d.). A publicidade por detrás do aparato que conforma o designado “turismo de natureza” (Diário da República Eletrónico 2016; Visit Azores s. d.) comunica aos turistas o modo de “olhar”. Efetivamente, o “olhar” do turista pressupõe um sistema de símbolos e atividades que remetem para determinadas práticas (Urry 1990). O arquipélago dos Açores como mercadoria assenta sobretudo nesta narrativa, dentro da qual a regulação do turismo está a levar a um processo de regulação do próprio território: a título de exemplo, no sentido de criar e preservar os Parques Arqueológicos Subaquáticos; outros “usos” lúdicos são identificados nos planos de ordenamento e compreendem atividades de observação de cetáceos, mergulho, natação com golfinhos, passeios de barco, pesca desportiva, pesca artesanal, esqui aquático e banana *boat* (Governo da República Portuguesa s. d.b). No contexto atual, as atividades marítimas começam a fazer parte da “visualização da experiência de viagem, ou do desenvolvimento do ‘olhar’”, decalcando expressões de Urry (1990, 4). Neste sentido, se, por um lado, há o apelo ao “turismo de natureza”, com uma distinção implícita entre o conceito de “natureza” e o de “humano”; por outro, há uma regulação das atividades turísticas com o pressuposto do alargamento da territorialidade ao mar — e, conseqüentemente, do modelo económico, como é exemplo a criação do Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo, TUPEM (Governo da República Portuguesa s. d.a; s. d.b). A abstração introduzida pelo conceito de “natureza” é suficientemente robusta para separar a mercantilização dos “recursos” do próprio território de onde são extraídos.

De facto, a compatibilização das atividades turísticas dentro do planeamento territorial e marítimo permite aferir, com uma maior clareza, questões de disputa e de conflito. A interseção de diversos âmbitos territoriais e as suas respetivas cartografias permitiria equacionar de forma mais adequada a pertinência das problemáticas, com o intuito de transpor a “mera sobreposição que normalmente se utiliza quando, de forma rígida, se cruza cartografia demasiado formatada na origem segundo os objetivos a que se destina” (Portas et al. 2011, 158). Acrescenta-se que “[a] lógica territorial não se produz por somatório simples de camadas setoriais” (*Ibidem*, 158) — é através de uma multiescalaridade que se torna possível analisar a interação entre, por um lado, macrossistemas

e respetivos processos; por outro, microssituações, estabelecendo lógicas que dependem do ordenamento territorial a nível local, municipal, regional, nacional, internacional ou até global (*Ibidem*). Fundamentalmente, mais do que a hierarquização de questões do ordenamento do espaço marítimo, em matéria de atividades turísticas seria desejável uma compatibilização crítica e informada, a diversas escalas.

Conclusão: o turismo na construção de uma “territorialidade terráquea”

De forma abreviada, este artigo pretende evidenciar que o ordenamento do espaço marítimo pressupõe uma extensão da territorialidade, uma espécie de “contágio” das formas de planeamento urbanístico que operam em terra. Nesta “contaminação” de processos territoriais, o turismo desempenha uma função determinante, pelo que é aqui entendido como um dos grandes motores para a construção da “territorialidade terráquea” (Campling & Colás 2017). Por outras palavras, o entendimento do mar como condição “extra” à terra está a dar lugar, no caso dos Açores, a uma ideia de continuidade territorial (**fig. 2**) — apesar de a aceção do “mar como território” contrastar com um discurso dicotómico, regido por oposições como natural/artificial, natureza/humano ou mesmo urbano/natureza. Dentro deste conflito concetual (e material), as atividades turísticas e de lazer são consideradas um exemplo pertinente da convivência entre, aparentemente, duas ideias distintas do território açoriano: uma que apela à existência da “natureza” quase como entidade divina, una e intocável; outra, que assume os meios terrestre e marítimo como passíveis de controlo, de regulação, de ordenamento. A implementação da parafernália ligada ao turismo encontra-se, precisamente, na confluência entre conceitos presumivelmente antagónicos: entre conservação e regulação, ou entre o natural e o artificial (ou o produzido). Ora, a procura pelo “ordenamento do espaço marítimo” revela precisamente este cruzamento concetual: pretende-se organizar um meio caracterizado por fluxos e mobilidades ilimitadas. De acordo com Nathalie Roelens (2018, 141), “a água é um elemento difícil a cercar e, contudo, cada vez mais nos diz respeito”; é “informe, sempre à espera de ser definida, resiste a qualquer esforço de concetualização”.



2 *Territorialidade Terráquea no Arquipélago*, 2020. Fotografia da autora.

As formas de organização da atividade turística estão relacionadas com a forma de organização do planeamento urbano, tanto terrestre, como marítimo. Neste contexto, os olhares e as experiências tendem a ser enquadrados — isto é, regulados — com vista a não serem deixados à casualidade. Assistimos, portanto, a uma antecipação profunda do sector lúdico, numa oposição clara em relação ao que o lazer pode remeter, numa leitura superficial. Por conseguinte, a arquitetura e o urbanismo desempenham funções de normatividade das atividades turísticas; esta regulação, ao ter como objeto o espaço-oceânico, evidencia o paradoxo de delimitação de uma materialidade fluida. De facto, o mar continua a ser “um espaço extremamente difícil para impor regimes de governança ou fazer cumprir regulamentações” (Sammler 2018, 19).

A criação recente da plataforma do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores consiste, sem dúvida, num contributo imperioso para que a informação pública produza resultados a médio e a longo prazo. No entanto, a estancueidade dos planos poderia dar espaço à representação da “territorialidade terráquea”, com os seus conflitos e relações postos em evidência — tanto em termos legais (os interesses públicos ou privados), como em termos materiais e biológicos (as substâncias volumétricas dinâmicas que resultam dos encontros entre água e terra, para além de diversos seres e organismos).

Os modos de governação do mar oscilam entre os que pretendem “construir novas práticas para o mar enquanto território comum” e os que “olham para a exploração dos seus recursos ou das suas implicações geopolíticas como

instrumentos suscetíveis de legitimar reivindicações nacionais no plano da territorialidade” (Mack 2018, 39): são precisamente estas estratégias de governação que necessitariam de tradução cartográfica criteriosa, para que possa ser objeto de análise e de discussão. O ordenamento do espaço marítimo poderia, portanto, constituir-se como uma ferramenta de antecipação, de previsão dos cenários controversos. Concluímos, recorrendo uma vez mais à argumentação de Paez (2019) para salientar o que o arquiteto designa como o grande paradoxo cartográfico, alicerçando-se numa citação de John Brian Harley, de 1991: “o mapa não é o território, mas muitas vezes precede e até se torna esse território”. A nova condição urbana do território marítimo lúdico não é perceptível se não atendermos às mudanças e respetivas representações em termos de processos de regulação, com manifestações económicas, de utilização, de consumo e de conflito.

Bibliografia

- BADE, David. 2018. “Nature and islands: rethinking the cultural heritage of New Zealand’s protected islands”. In *Island Geographies: Essays and conversations*, ed. Elaine Stratford, 97-113. London: Routledge.
- BRENNER, Neil, ed. 2014. *Implosions / Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis.
- BRENNER, Neil, & Stuart Elden. 2009. “Henri Lefebvre on State, Space, Territory”. *International Political Sociology* 3 (4): 353-377. <https://doi.org/10.1111/j.1749-5687.2009.00081.x>.
- CAMPLING, Liam, & Alejandro Colás. 2017. “Capitalism and the sea: Sovereignty, territory and appropriation in the global ocean”. *Environment and Planning D: Society and Space* 0 (0): 1-19.
- CHAMPAGNE, Patrick, Remi Lenoir, Franck Poupeau, & Marie-Christine Rivière, eds. 2012. *Pierre Bourdieu. Sur l’État: Cours au Collège de France (1989-1992)*. Paris: Raisons d’agir / Seuil.
- COCCIA, Emanuele. 2018 [2013]. *Goods: Advertising, Urban Space, and the Moral Law Of The Image*. New York, NY: Fordham University Press.
- COLOMINA, Beatriz. 1996. *Privacy and Publicity: Modern Architecture as Mass Media*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- CORBIN, Alain. 1990. *Le territoire du vide, L’Occident et le désir du rivage*. Paris: Editions Flammarion.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÔNICO. 2014. “Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional”. Lei n.º 17/2014 de 10 de abril. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/2014-73199087-73199050>.

- DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÓNICO. 2016. “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores”. Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A, de 19 de julho. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-legislativo-regional/13-2016-74967224>.
- DOMINGUES, Álvaro. 2021. *Paisagens Transgênicas*. Lisboa: Museu da Paisagem.
- GHOSN, Rania, & El Hadi Jazairy, eds. 2019. *Geostories, Another Architecture for the Environment*. New York, NY: Actar Publishers.
- GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. s. d.a. “Zonas Marítimas sob Soberania e ou Jurisdição Portuguesa”. Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos. Acedido a 22 de novembro, 2021. <https://www.dgrm.mm.gov.pt/am-ec-zonas-maritimas-sob-jurisdicao-ou-soberania-nacional>.
- GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. s. d.b. “PSOEM – Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional correspondente à subdivisão do Continente, à subdivisão da Madeira e à subdivisão da Plataforma Continental Estendida”. Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos. Acedido a 13 de novembro, 2021. <https://www.psoem.pt>.
- GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. 2020. *Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030*. Direção-Geral de Política do Mar. Acedido a 21 de novembro, 2021. <https://www.dgpm.mm.gov.pt/enm-21-30>.
- GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES. s. d. “OEMA – Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores”. Direção Regional de Políticas Marítimas. Acedido a 21 de novembro, 2021. <https://oema.mar.azores.gov.pt/porque-o-oema/>.
- GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES. 2017. *Guia do Património Natural Subaquático dos Açores*. Turismo dos Açores e Direção Regional da Cultura. Acedido em 27 de novembro, 2021. https://servicos-sraa.azores.gov.pt/grastore/DRAM/ACORES_ENTRE_MARES/2020/Patrimonio_Arqueologico/Guia_Patrimonio_Subaquatico_Acores.pdf.
- GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES. 2020. “O que é que o Ordenamento do Espaço Marítimo vai alavancar nos Açores?”. Direção Regional de Políticas Marítimas. Facebook, 1 de junho, 2020. <https://www.facebook.com/518010451934371/videos/305137637162071>.
- GUGGER, Harry, & Bárbara Mações Costa. 2014. “Urban-Nature: The Ecology of Planetary Artifice”. *San Rocco. Ecology* 10: 32-40.
- KHALILI, Laleh. 2017. “Carceral Seas”. In *Allan Sekula: Okeanos*, ed. Daniela Zyman & Cory Scozzari, 50-57. Berlin: Sternberg Press.
- LUSA. 2015. “Chegada das low cost: Açores prometem garantir preservação ambiental”. *Público*, 14 de março, 2015. <https://www.publico.pt/2015/03/14/portugal/noticia/chegada-das-low-cost-acores-prometem-garantir-preservacao-ambiental-1689143>.
- LUSA. 2016. “Museu subaquático” dos Açores vai ter centros interpretativos em terra em 2017”. *Público*, 29 de março, 2016. <https://www.publico.pt/2016/03/29/culturaipsilon/>

noticia/museu-subaquatico-dos-acores-vai-ter-centros-interpretativos-em-terra-em-2017-1727434.

MACK, John. 2018 [2011]. *O Mar. Uma História Cultural*. Silveira: Bookbuilders.

MARQUES, Hugo. 2020. “Os mapas dos naufrágios nos Açores”. *National Geographic Portugal*, 19 de maio, 2020. <https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/1328-naufragios-nos-mares-dos-acores-podem-virar-atracacao-turistica>.

MIRANDA, José Bragança de, & Eduardo Prado Coelho, eds. 2005. *Revista de Comunicação e Linguagens, Espaços*, 34-35. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

PAEZ, Roger. 2019. *Operative Mapping: Maps as Design Tools*. New York, NY; Barcelona: Actar Publishers; Elisava.

PAIVA, Rui Pedro. 2019. “Açores são o primeiro arquipélago do mundo com certificado de destino turístico sustentável”. *Público*, 5 de dezembro, 2019. <https://www.publico.pt/2019/12/05/fugas/noticia/acores-sao-arquipelago-mundo-certificado-destino-turistico-sustentavel-1896317>.

PAQUOT, Thierry. 2010. “Pratiques, projets et stratégies territoriales, bref état des savoirs”. *Territoire(s) wallon(s): Actes du colloque CPDT 2009 4* (julho): 11-21.

PORTAS, Nuno, Álvaro Domingues & João Cabral, coord. 2011. *Políticas Urbanas II – Transformações, Regulação e Projetos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

RÁDIO ATLÂNTIDA. 2020. “Governo dos Açores lança Portal do Ordenamento do Espaço Marítimo e Geoportal sobre Mar dos Açores”. 9 de outubro, 2020. <https://www.radioatlantida.net/governo-dos-acores-lanca-portal-do-ordenamento-do-espaco-maritimo-e-geoportal-sobre-mar-dos-acores/>.

ROELEN, Nathalie. 2018. “La Mer comme Sémiotique”. In *Espacialidades: Revisões do Espaço na Literatura*, org. Ana Paula Coutinho, Gonçalo Vilas-Boas, Jorge Bastos da Silva, Maria de Fátima Outeirinho & Maria Hermínia Amado Laurel, 119-145. Porto: Edições Afrontamento.

ROSSET, Clément. 1973. *L'Anti-Nature*. Paris: Presses Universitaires de France.

SAMMLER, Katherine G. 2018. “The deep Pacific: island governance and seabed mineral development”. In *Island Geographies: Essays and conversations*, ed. Elaine Stratford, 10-31. London: Routledge.

SLOTERDIJK, Peter. 2011. *Bubbles: Spheres Volume I: Microspherology*. Los Angeles, CA: Semiotext(e).

STEINBERG, Philip E. 2001. *The Social Construction of the Ocean*. Cambridge: Cambridge University Press.

URRY, John. 1990. *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*. London: Sage Publications.

VIRILIO, Paul. 2013. *Le littoral, la dernière frontière. Entretien avec Jean-Louis Violeau*. Paris: Sens&Tonka.

VISIT AZORES. s. d. Sítio Oficial do Turismo dos Açores. Acedido a 29 de novembro, 2021.

<https://www.visitazores.com/pt>.

ZYMAN, Daniela. 2017. *Allan Sekula: Okeanos*. Berlin: Sternberg Press.

A colecção **CHAM AÇORES**, do CHAM — Centro de Humanidades da Universidade NOVA de Lisboa e da Universidade dos Açores, publica resultados de investigação pluridisciplinar desenvolvida em parceria com instituições e universidades nacionais e estrangeiras. Esta colecção, preferencialmente coordenada por membros da Academia açoriana, pretende ser um espaço de reflexão, discussão e interligação de contextos regionais e globais, contribuindo para a inovação, o aprofundamento e a difusão do conhecimento. Privilegia temáticas da história, do património e da cultura insular e atlântica, com destaque pontual para a Macaronésia, sem descurar outras geografias e uma cronologia alargada.

O convívio social, o lazer e a descoberta sempre fizeram parte do quotidiano. Com o tempo, as viagens evoluíram de *tours* elitistas nos séculos XVIII e XIX para o turismo de massas, tornando-se um hábito valorizado, sobretudo entre os jovens e nas redes sociais. Viajantes cruzaram o Atlântico por mar e, depois, por ar, ligando continentes e ilhas — ontem e hoje!

The **CHAM AZORES** collection, from CHAM — Centre for the Humanities of NOVA University Lisbon and the University of the Azores, publishes the results of multidisciplinary research carried out in partnership with national and international institutions and universities. This collection, preferably coordinated by members of the Azorean academic community, aims to be a space for reflection, discussion, and the interconnection of regional and global contexts, contributing to innovation, the advancement, and dissemination of knowledge. It gives particular emphasis to themes related to history, heritage, and insular and Atlantic culture, with occasional focus on Macaronesia, without overlooking other geographies and an extended chronology.

Social interaction, leisure, and discovery have always been part of everyday life. Over time, travel evolved from elite tours in the 18th and 19th centuries to mass tourism, becoming a valued habit, especially among young people and on social media. Travellers crossed the Atlantic by sea and, later, by air, connecting continents and islands — today as they did yesterday!

ISBN 978-989-9275-34-8



9 789899 275348

